



BES
art COLEÇÃO
BANCO
ESPIRITO SANTO

EMANUEL BRÁS
b. 1967, Portugal
"27 lugares de afeição",
2005
Prova lambda colada em acrílico
80 x 80 cm (imagem)
Edição de 2/5
Cortesia do Artista

BES'07
RELATÓRIO E CONTAS

O Grupo BES, tem vindo a assumir um papel central como Mecenas da Fotografia em Portugal. Tal estratégia, constitui uma aposta no futuro e o reflexo da orientação pela modernidade que caracteriza o posicionamento da marca BES e a cultura do Grupo.

As peças que ilustram este Relatório e Contas integram a colecção BES art que o Banco está a constituir desde 2004 através de trabalhos recentes de conceituados artistas plásticos contemporâneos internacionais e portugueses.

Este Relatório está também ilustrado com algumas imagens das principais campanhas publicitárias de 2007.

01 // RELATÓRIO DE GESTÃO 04

01	Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva	06
02	O Grupo BES	08
03	Estratégia e Modelo de Negócio	23
04	Enquadramento Macroeconómico	33
05	Gestão Financeira e Mercado de Capitais	41
06	Gestão dos Riscos	44
07	Análise Financeira	54
08	Nota Final	73

02 // DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS 74

01	Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas Explicativas	77
02	Demonstrações Financeiras Individuais e Notas Explicativas	182
03	Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas	272
04	Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Individuais	274
05	Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria	276

03 // RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

01	Introdução	04
02	Princípios de Governo do BES e Declaração de cumprimento das Recomendações da CMVM	05
03	O modelo de Corporate Governance no BES	07
04	Accionistas e Acção BES	29
05	Informação ao Mercado	40

04 // RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

	Mensagem do Presidente da Comissão Executiva	08
01	A Agenda da Sustentabilidade	20
02	A Sustentabilidade na actividade do Grupo BES	28
03	Um Grupo de confiança	42
04	Um Grupo responsável	58
05	Anexos	80

// 01

O SUCESSO RESULTA DE CEM PEQUENAS
COISAS FEITAS DE FORMA UM POUCO MELHOR.
O INSUCESSO, DE CEM PEQUENAS COISAS
FEITAS DE FORMA UM POUCO PIOR.

Henry Kissinger



BES
art COLEÇÃO
BANCO
ESPÍRITO SANTO

THOMAS STRUTH
b. 1954 Alemanha
"Museo Del Prado 7",
Madrid 2005
2005
C-Print, framed
169,5 x 210,6 cm, 177,5 x 218,6 cm, framed
Edition of 10
© 2008 Thomas Struth



01

Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva

Senhores Accionistas,

O ano de 2007 foi caracterizado na primeira metade por um elevado dinamismo da actividade económica global. Já na segunda metade do ano, a economia mundial e os mercados financeiros foram marcados pelos efeitos da crise do crédito *subprime* nos EUA, que se traduziu numa forte deterioração da confiança dos investidores e escassez de liquidez nos mercados monetário e de crédito (com o consequente aumento de *spreads*). Em particular no último trimestre acentuou-se o ambiente de instabilidade nos mercados, que só não foi maior devido à oportuna e constante intervenção do Banco Central Europeu e da *Federal Reserve* nos EUA.

As economias emergentes e em desenvolvimento tiveram um papel decisivo no crescimento da economia mundial, que em geral beneficiaram de uma exposição directa pouco significativa ao crédito *subprime*, de uma conjuntura extremamente favorável nos mercados das *commodities*, de um bom desempenho da procura interna (associado a uma tendência de aumento do rendimento *per capita*) e, finalmente, de uma situação macroeconómica equilibrada. No caso particular do Brasil e de Angola, o crescimento do PIB foi de 5,4% e 23%, respectivamente.

A economia portuguesa prosseguiu a tendência de recuperação gradual, tendo o crescimento do PIB evoluído de 1,2% para 1,9%, impulsionado por um desempenho favorável das exportações que mantiveram um forte dinamismo, com uma variação homóloga de 6,7%, e por uma recuperação do investimento empresarial. Foi visível uma diversificação geográfica das exportações, com um maior peso de áreas económicas que mantiveram crescimentos elevados em 2007, como África (com destaque para Angola), Ásia e América Latina.

Num contexto de instabilidade como o verificado no segundo semestre, o equilibrado modelo de gestão financeira do Grupo BES, alinhado com uma rigorosa disciplina de capital, foi decisivo para a prossecução de uma trajetória de crescimento e consequente criação de valor. De facto, o Grupo BES tem tradicionalmente uma política rigorosa e prudente em termos de liquidez,

assente no financiamento de médio e longo prazo e com fontes de financiamento diversificadas. Por outro lado, a solidez financeira do Grupo expressa por um rácio *Core Tier I* que, em 2007, se situou em 6,6%, é particularmente relevante no contexto ibérico.

A estratégia do Grupo, assente no crescimento orgânico doméstico complementado pela expansão internacional focada no triângulo composto por Espanha, Angola e Brasil, permitiu a obtenção de um resultado líquido de 607,1 milhões de euros, superior em 44% ao resultado do ano anterior, e que corresponde a uma rentabilidade dos capitais próprios de 16,6%.

O posicionamento doméstico tem vindo a ser reforçado através do aumento sustentado da quota média de mercado que em 2007 se situou nos 20,4% (19% em 2006). Para este reforço têm sido determinantes a aposta permanente na qualidade do serviço oferecido aos clientes, a oferta de novos e inovadores produtos, assim como uma bem sucedida estratégia de *cross segment* e *cross selling*. A este crescimento não terá sido alheio o esforço de captação de novos clientes (155 mil novos clientes particulares e 950 novos clientes empresas) assente em diversas iniciativas, entre as quais se destaca o programa *Assurfinance*.

No reforço da actividade doméstica contribuiu o posicionamento inovador do BES, atento às novas necessidades de uma sociedade em constante evolução. Neste contexto, é de referir que o Banco tem sido pioneiro na implementação de soluções financeiras para todos os segmentos da sociedade e necessidades, constituindo-se como o parceiro privilegiado de segmentos como a Economia Social, os Novos Residentes, o Turismo Residencial e os Jovens.

Em 2007, o Grupo BES beneficiou mais uma vez do posicionamento estratégico em mercados com fortes perspectivas de crescimento e que são simultaneamente pólos de internacionalização das empresas portuguesas. Neste contexto, a crescente integração das economias portuguesa e espanhola, bem

como o crescimento das exportações portuguesas para economias emergentes foram determinantes. Deste modo, a área internacional do Grupo contribuiu com 141,5 milhões de euros para o resultado do exercício (um aumento de 51,9% face a 2006), destacando-se as *performances* registadas no Brasil e em Angola.

A solidez da estratégia e o compromisso na criação de valor têm vindo a ser reconhecidos pelo mercado, com reflexo não só no peso dos investidores institucionais estrangeiros no capital do BES, que atingiu em 2007 cerca de 33% do capital, mas também na *performance* das acções, que registaram uma valorização anual de 10,1%, em claro contraste com uma desvalorização do sector na Europa de 16,9%.

Ainda em 2007, o Grupo BES anunciou ao mercado a revisão dos objectivos estratégicos que haviam sido fixados no âmbito da operação de aumento de capital em 2006. Os novos objectivos fixados até 2010 correspondem a metas mais ambiciosas e alinhadas com a consolidação da estratégia assente no crescimento orgânico da actividade doméstica e na selectiva expansão internacional, focada no triângulo Espanha, Angola e Brasil.

Os objectivos anunciados assentam num reforço do posicionamento doméstico por forma a atingir uma quota de mercado média de 22% em 2010 em Portugal que, aliado a uma crescente contribuição da área internacional, permita um aumento médio anual do resultado líquido de 20% entre 2006 e 2010. Simultaneamente, um constante enfoque na racionalização e produtividade deverá permitir um ainda maior reforço da eficiência medida pelo rácio *cost to income*, que em 2007 atingiu 47,5% e deverá ser reduzido para níveis inferiores a 45% em 2010. O crescimento dos resultados deverá assim permitir atingir uma rentabilidade dos capitais próprios de 19% no final do período, mantendo-se o forte compromisso de uma criteriosa gestão da base de capital (com o rácio *Core Tier I* não inferior a 6%).

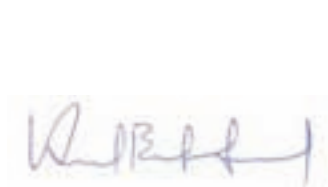
É firme convicção do Conselho de Administração que os objectivos anunciados, embora ambiciosos, se mantêm válidos apesar da instabilidade sentida nos mercados. O ano de 2007 foi um ano de crescimento e de consolidação de um modelo de negócio que aposta numa estratégia de longo prazo e de estabilidade.

A nossa orientação estratégica foi sempre, e continua a ser, a de criar condições para a consolidação de um forte posicionamento doméstico articulado com um aprofundamento da presença internacional.

Orienta-nos um longo e prestigiante passado assente em valores éticos e de rigor. Um passado que encerra em si a responsabilidade de sermos um Grupo que sempre contribuiu para o desenvolvimento económico, social e cultural das comunidades envolventes. O objectivo último do Grupo Banco Espírito Santo é criar valor. Continuaremos a fazê-lo com a mesma dedicação e determinação de sempre.

Este percurso só foi possível com a lealdade dos nossos Accionistas, com o reconhecimento e fidelidade dos nossos clientes e com a incessante dedicação e estimulante competência dos nossos Colaboradores, um muito obrigado a todos.

Às Autoridades Governamentais e de Supervisão, o Conselho de Administração deixa expresso o seu agradecimento pela cooperação e confiança que depositam no Grupo Banco Espírito Santo.



Ricardo Espírito Santo Silva Salgado
Presidente da Comissão Executiva



António Luís Roquette Ricciardi
Presidente do Conselho de Administração

02

O Grupo BES

2.1 // Órgãos Sociais

Os órgãos sociais do BES, face ao seu estatuto de sociedade anónima, são eleitos em Assembleia Geral e estão localizados na sede social do Banco. A sua composição para o quadriénio 2004-2007 era, no final de 2007, a seguinte:

Conselho de Administração¹

- António Luís Roquette Ricciardi (Presidente)
- Ricardo Espírito Santo Silva Salgado (Vice-Presidente)
- Mário Mosqueira do Amaral
- José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva
- António José Baptista do Souto
- Jorge Alberto Carvalho Martins
- Aníbal da Costa Reis de Oliveira
- José Manuel Ferreira Neto
- Manuel de Magalhães Villas-Boas
- Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva
- José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
- Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau
- Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira
- Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes
- Pedro José de Sousa Fernandes Homem
- Mário Martins Adegas
- Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena
- Lázaro de Mello Brandão
- Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva
- Bernard Henri Georges De Witt
- José Manuel Ruivo da Pena
- Jean Frédéric de Leusse
- Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires
- Bernard Delas
- Miguel António Igrejas Horta e Costa
- Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos
- Alberto Alves de Oliveira Pinto
- João Eduardo Moura da Silva Freixa
- Jean-Yves Hoher²
- Michel Goutorbe³

O Conselho de Administração delega a gestão corrente do Banco numa Comissão Executiva composta pelos seguintes Administradores:

Comissão Executiva

- Ricardo Espírito Santo Silva Salgado (Presidente)
- Mário Mosqueira do Amaral
- José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva
- José Manuel Ferreira Neto
- António José Baptista do Souto
- Jorge Alberto Carvalho Martins
- José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
- Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau
- Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira
- Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes
- Pedro José de Sousa Fernandes Homem
- Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires
- João Eduardo Moura da Silva Freixa

Mesa da Assembleia Geral

- Paulo de Pitta e Cunha (Presidente)
- Fernão de Carvalho Fernandes Thomaz (Vice-Presidente)
- Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo (Secretário)

Comissão de Auditoria

- Mário Martins Adegas (Presidente)
- José Manuel Ruivo da Pena
- Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena

Revisor Oficial de Contas (ROC)

- KPMG Associados, SROC, S.A., representada por Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves
- Girão de Almeida

Secretário da Sociedade

- Eugénio Fernando Quintais Lopes

(1) Jean Gaston Pierre Marie Victor Laurent, Vice-Presidente do Conselho de Administração do BES, renunciou ao cargo em 10 de Outubro de 2007
(2) Jean- Yves Hoher foi eleito em Assembleia Geral de 29 de Março 2007, substituindo no cargo Michel Villatte
(3) Michel Goutorbe foi designado por cooptação, em 26 de Julho 2007, para preencher o lugar deixado vago por renúncia de Patrick Coudéne.



Ricardo Espírito Santo Salgado
(Presidente)



Mário Mosqueira do Amaral



José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva



José Manuel Ferreira Neto



António José Baptista do Souto



Jorge Alberto Carvalho Martins



José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi



Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau



Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira



Joaquim Anibal Brito Freixial de Goes



Pedro José de Sousa Fernandes Homem



Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires



João Eduardo Moura da Silva Freixa

2.2 // Perfil do Grupo BES

2.2.1 // Principais Indicadores

Principais indicadores de actividade	2004*	2005	2006	2007
ACTIVIDADE (milhões de euros)				
Activos Totais ⁽¹⁾	61 603	71 687	84 628	93 819
Activo Líquido	43 052	50 222	59 139	68 355
Crédito a clientes (bruto)	28 487	31 662	35 752	43 161
Recursos Totais de clientes	38 754	43 558	49 632	54 305
Fundos Próprios e Equiparados	4 622	5 398	7 063	7 509
RENDIBILIDADE (%)				
Rendibilidade do Activo (ROA)	0,37	0,61	0,81	0,98
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	6,4	13,5	14,7	16,6
SOLVABILIDADE (%)				
Rácio Banco de Portugal				
- Total	12,1	12,3	13,1	11,5
- <i>TIER I</i>	6,7	6,2	8,4	7,5
- <i>CORE TIER I</i>	5,0	4,7	7,0	6,6
QUALIDADE DOS ACTIVOS (%)				
Crédito Vencido > 90 dias / Crédito a clientes	1,6	1,3	1,1	1,0
Cobertura do Crédito Vencido > 90 dias	165,3	196,6	218,2	228,8
Custo do Risco ⁽²⁾	0,79	0,69	0,51	0,49
PRODUTIVIDADE / EFICIÊNCIA				
Custos Operativos / Activos Totais (%)	1,44	1,20	1,05	1,01
Activos por Empregado ⁽³⁾ (milhares de euros)	8 441	9 444	10 855	10 520
Cost to Income (%)	62,0	56,0	52,3	47,5
REDE DE DISTRIBUIÇÃO				
Doméstica	607	600	623	700
Estrangeiro	39	39	46	57
RATING				
Longo Prazo				
STANDARD AND POOR'S ⁽⁴⁾	A -	A -	A -	A
MOODY'S ⁽⁵⁾	A 1	A 1	A 1	Aa3
FITCHRatings	A+	A+	A+	A+
Curto Prazo				
STANDARD AND POOR'S ⁽⁴⁾	A 2	A 2	A 2	A1
MOODY'S	P 1	P 1	P 1	P1
FITCHRatings	F1	F1	F1	F1

(1) Activo Líquido+Asset Management+Outra Desintermediação Passiva+Crédito Securitizado

(2) Reforço de provisões para Crédito / Crédito a clientes

(3) Considerando os colaboradores em empresas financeiras do Grupo

(4) Revisão da notação em 28 de Março de 2007

(5) Alteração das designações de rating em Novembro de 2007

* Dados das demonstrações financeiras em base IFRS

Resultados e rentabilidade	SIMBOL.	2004*	2005	2006	2007
BALANÇO MÉDIO (milhões de euros)					
Activos Financeiros	AF	39 240	41 139	45 377	53 701
Capital e Reservas	KP	1 890	1 844	2 642	3 457
Activo Líquido	AL	41 425	45 924	51 696	62 189
CONTA DE EXPLORAÇÃO (milhões de euros)					
Resultado Financeiro	RF	697,0	740,6	829,5	953,7
+ Serviços Bancários a clientes	SB	549,6	555,1	610,5	643,4
= Produto Bancário Comercial	PBC	1 246,6	1295,7	1 440,0	1 597,1
+ Resultado de Operações Financeiras e Diversos	RDF	184,4	242,0	264,8	404,1
= Produto Bancário	PB	1 431,0	1537,7	1 704,8	2 001,2
- Custos Operativos	CO	887,5	861,2	891,3	950,7
= Resultado Bruto	RB	543,5	676,5	813,5	1 050,5
- Provisões Líquidas de Reposições	PV	322,3	320,6	241,9	262,9
= Resultado antes de Impostos e Minoritários	RAI	221,2	355,9	571,6	787,6
- Impostos	I	46,7	65,8	135,4	152,5
- Interesses Minoritários	IM	22,9	9,6	15,5	28,0
= Resultado do Exercício	RL	151,6	280,5	420,7	607,1
RENDIBILIDADE (%)					
Margem Financeira	RF / AF	1,78	1,80	1,83	1,78
+ Rentabilidade Serviços Bancários	SB / AF	1,40	1,35	1,35	1,20
+ Rentabilidade Operações Financeiras e Diversos	RDF / AF	0,47	0,59	0,58	0,75
= Margem de Negócio	PB / AF	3,65	3,74	3,76	3,73
- Relevância Custos Operativos	CO / AF	2,26	2,09	1,96	1,77
- Relevância Provisões	PV / AF	0,82	0,78	0,53	0,49
- Interesses Minoritários e Outros	(IM+I) / AF	0,18	0,18	0,33	0,34
= Rentabilidade do Activo Financeiro	RL / AF	0,39	0,68	0,93	1,13
x Relevância Activos Financeiros	AF / AL	0,95	0,90	0,88	0,86
= Rentabilidade do Activo (ROA)	RL / AL	0,37	0,61	0,81	0,98
x Multiplicador das Aplicações	AL / KP	17,38	22,16	18,01	17,00
= Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE)	RL / KP	6,36	13,54	14,66	16,59

* Dados das demonstrações financeiras em base IFRS

Indicadores de referência do Banco de Portugal

O quadro seguinte sistematiza os indicadores de referência instituídos pela Instrução n.º16/2004 do Banco de Portugal para o exercício de 2007 em comparação com o ano anterior.

	2006	2007
SOLVABILIDADE		
Fundos Próprios/Activos de Risco	13,1%	11,5%
Fundos Próprios de Base/Activos de Risco	8,4%	7,5%
QUALIDADE DO CRÉDITO		
Crédito com Incumprimento ^(a) /Crédito Total	1,4%	1,4%
Crédito com Incumprimento líquido ^(b) /Crédito Total líquido ^(b)	-1,1%	-0,9%
RENDIBILIDADE		
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários/		
Capitais Próprios médios ^(c)	15,1%	16,5%
Produto Bancário ^(d) /Activo Líquido médio	3,3%	3,2%
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários/		
Activo Líquido médio	1,1%	1,3%
EFICIÊNCIA		
Custos de Funcionamento ^(a) + Amortizações /Produto Bancário ^(d)	52,3%	47,5%
Custos com Pessoal/Produto Bancário ^(d)	28,1%	25,1%

(a) De acordo com a definição constante da Carta Circular n.º 99/03/2003 do Banco de Portugal.

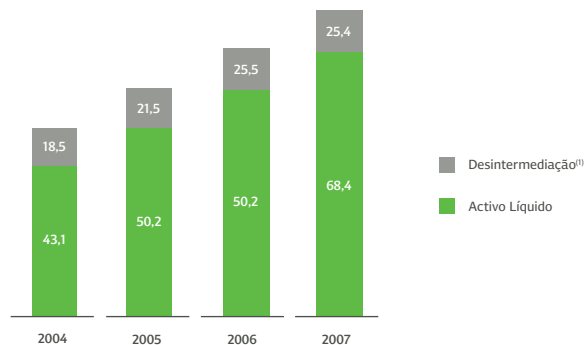
(b) Crédito líquido de imparidade.

(c) incluem Interesses Minoritários médios.

(d) De acordo com a definição constante da Instrução n.º16/2004 do Banco de Portugal.

Activos Totais

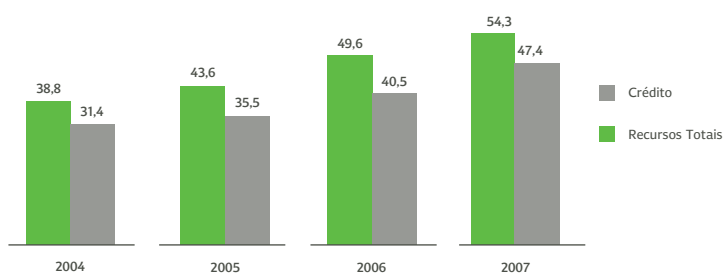
mil milhões de euros



(1) Activa e Passiva

Actividade com Clientes⁽²⁾

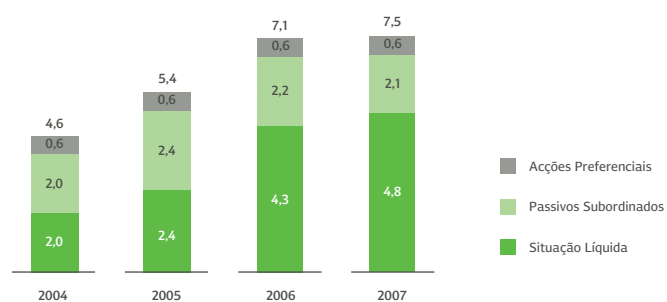
mil milhões de euros



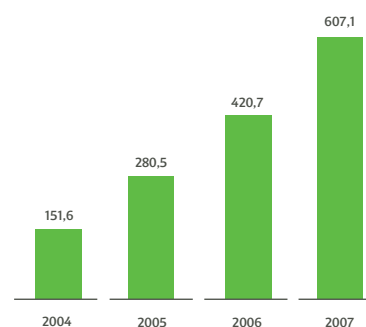
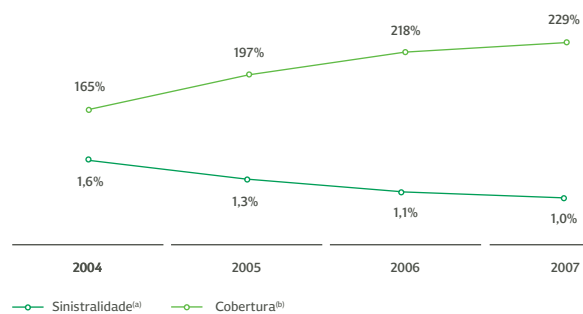
(2) Inclui desintermediação activa e passiva

Fundos Próprios e Equiparados

mil milhões de euros

**Resultado Líquido**

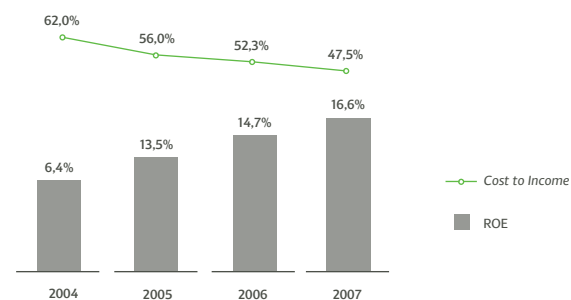
milhões de euros

**Resultado Líquido**

(a) Crédito vencido há mais de 90 dias/Crédito bruto
 (b) Provisões/Crédito vencido há mais de 90 dias

Rendibilidade e Eficiência

mil milhões de euros



2.2.2 // Presença Geográfica e Rede de Distribuição

O Grupo BES prossegue uma estratégia de crescimento orgânico no mercado doméstico complementada por uma presença internacional focada em mercados com afinidades culturais e/ou económicas com Portugal, bem como em mercados que demonstram um elevado potencial em áreas específicas onde o Grupo detém particulares competências.

O desenvolvimento da actividade internacional, aproveitando as afinidades existentes com o mercado espanhol bem como com os países de expressão portuguesa, sendo de realçar no último caso Angola e Brasil, assenta essencialmente na exportação da *expertise* e competências do Grupo em *Private Banking*, na Banca de Empresas e na Banca de Investimento, em particular na área de *project finance*.

Em Portugal, o Grupo opera através de uma rede de retalho de 700 balcões, complementada com 29 Centros *Private* e 27 Centros de Empresas.

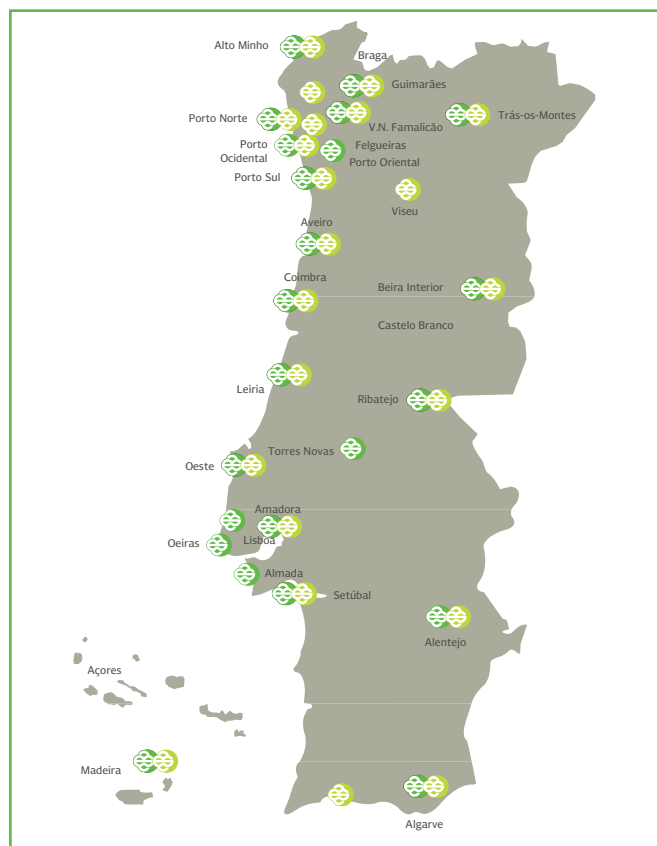
O Grupo desenvolve a actividade internacional a partir de 25 plataformas:

6 Subsidiárias e Associadas: BES Angola, BES Oriente (Macau), BES Investimento do Brasil, BES Vénétie (França), ES Bank (EUA) e ES plc (Irlanda).

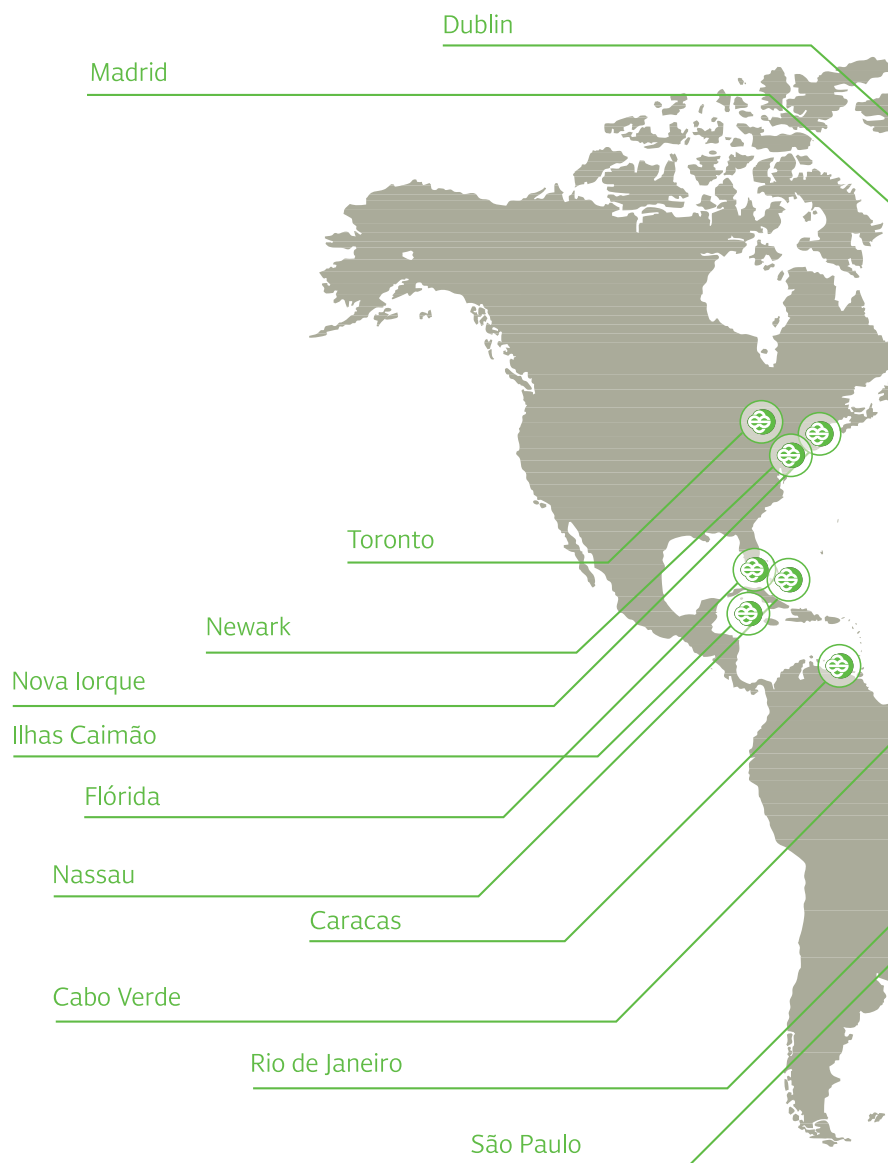
6 Sucursais Internacionais: Espanha, Nova Iorque, Londres, Cabo Verde, Nassau e Ilhas Caimão.

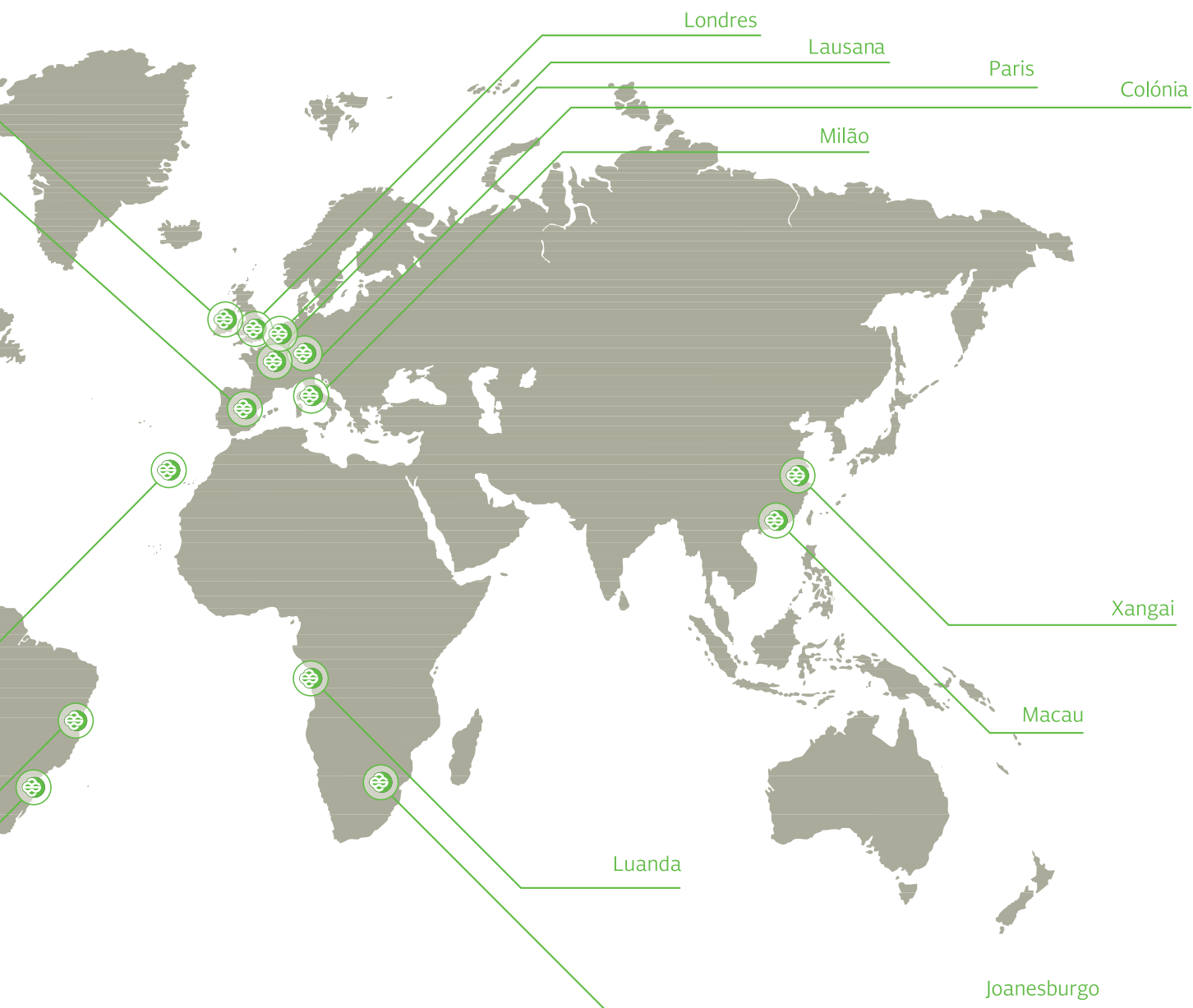
1 Sucursal Financeira Exterior: Madeira.

12 Escritórios de Representação: Toronto, Newark (3), Caracas, Rio de Janeiro, São Paulo, Lausana, Colónia, Milão, Joanesburgo e Xangai.



 Centros Private
 Centros de Empresas





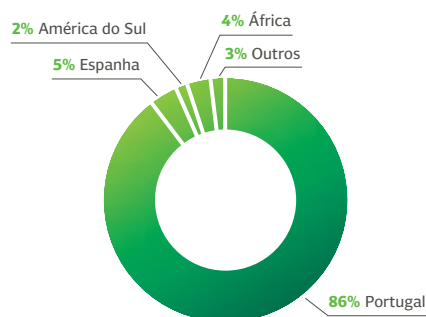
2.2.3 // Recursos Humanos

Os recursos humanos são um elemento chave para o elevado grau de eficiência e produtividade que o Grupo BES mantém. A política de recursos humanos assenta no princípio essencial da promoção do capital intelectual enquanto factor diferenciador da marca.

Em 31 de Dezembro de 2007, o Grupo BES contava com 9 481 colaboradores distribuídos por quatro continentes, dos quais 8 196 em Portugal (86%) e 1 285 no estrangeiro (14%). A distribuição dos recursos humanos no Grupo está consentânea com a estratégia prosseguida, nomeadamente no que respeita à distribuição por zona geográfica.

	2006	2007
Portugal	7 707	8 196
Resto da Europa	545	600
Espanha	471	512
Reino Unido	48	48
Outros	26	40
África	273	376
América do Sul	141	159
América do Norte	121	133
Ásia	17	17
TOTAL	8 804	9 481

Distribuição dos Colaboradores por área geográfica

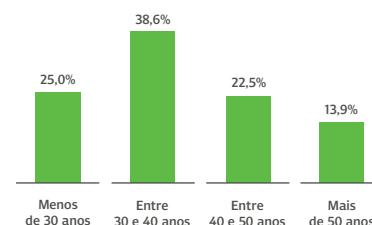


A presença do Grupo BES no triângulo estratégico composto por Espanha, Angola e Brasil é assegurada por 1 043 colaboradores, ou seja mais de 80% do total de colaboradores no estrangeiro. Verificou-se um acréscimo de 162 pessoas nas unidades que operam nestes países, nomeadamente em Angola (mais 103 colaboradores) e Espanha (mais 41 colaboradores), em linha com o respectivo reforço da actividade.

Em Portugal, o acréscimo de 489 colaboradores é essencialmente justificado pelo reforço das redes comerciais (75% das contratações para funções comerciais), nomeadamente com a expansão da rede de balcões e o rejuvenescimento e requalificação de equipas relacionadas com segmentos com maiores exigências ao nível das competências técnicas, como o segmento 360 (clientes particulares afluentes) e o segmento negócios. Cerca de 98% dos colaboradores contratados em 2007 têm menos de 40 anos (79% têm menos de 30 anos) e 78% têm formação superior. Actualmente o Grupo BES tem 65% dos seus colaboradores afectos a funções comerciais.

Ainda no âmbito do esforço de rejuvenescimento de quadros, foram efectuadas 92 reformas por invalidez no decorrer do exercício de 2007. Abrangendo colaboradores com uma idade média superior a 56 anos e 96% não tinha formação académica superior.

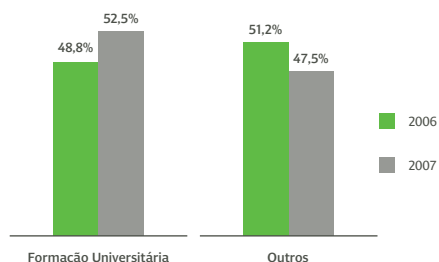
Distribuição dos Colaboradores por grupo etário



Neste contexto, a idade média dos colaboradores é actualmente de 37,2 anos, que compara com 37,6 anos em 2006. Cerca de 13,9% dos colaboradores tem mais de 50 anos, quando em 2000 o peso era de 23%, o que denota o contínuo esforço de rejuvenescimento do efectivo do Grupo. Por outro lado, actualmente 52,5% dos colaboradores têm formação académica superior.

	2006	2007
Espanha	471	512
Angola	269	372
Brasil	141	159
TOTAL	881	1 043

Distribuição dos Colaboradores por formação académica



O modelo de gestão de recursos humanos no Grupo BES assenta no desenvolvimento e motivação dos colaboradores, potenciando as suas competências através da sua permanente qualificação. Neste âmbito, merece especial destaque o programa de formação dos balcões escola que permite a novos e actuais colaboradores adquirirem, reciclarem e desenvolverem conhecimentos através do contacto directo com a realidade comercial.

Assumindo-se a gestão de carreiras como um eixo estratégico para o Grupo e determinante na motivação e retenção dos colaboradores, a definição de critérios objectivos e claros de acesso, progressão e promoção, possibilita aos colaboradores perspectivas de evolução e desenvolvimento profissional e pessoal. Complementarmente, a avaliação do desempenho individual associada aos objectivos de negócios, e a sua relação com o Sistema de Objectivos e Incentivos, são factores determinantes para o reconhecimento do mérito, com impacto directo no processo de promoção dos colaboradores. A gestão do sistema de remunerações e benefícios procura ainda diferenciar os colaboradores em função do seu contributo para os objectivos do Grupo.

2.3 // Acções do BES

Em 31 de Dezembro de 2007 o capital social do Banco Espírito Santo era de 2 500 milhões de euros representado por 500 milhões de acções ordinárias com o valor nominal de cinco euros cada, admitidas à cotação na *Euronext Lisbon*.

O Grupo BES tem ainda admitido à cotação na *Luxembourg Stock Exchange* 600 mil acções preferenciais sem direito a voto com o valor nominal de mil euros cada, emitidas pela subsidiária BES Finance, Ltd.

Principais indicadores de bolsa	Dez. 06	Dez. 07	Varição
Dados de Bolsa			
01. N.º de Acções Ordinárias emitidas (mil)	500 000	500 000	-
02. N.º médio ponderado de Acções Ordinárias emitidas (mil)	417 222 ⁽¹⁾	500 000	19,8%
03. Última Cotação do ano (€)	13,62	15,00	10,1%
04. Capitalização Bolsista no final do ano (M€) (01x03)	6 810	7 500	10,1%
Dados Financeiros Consolidados (valores de final do ano)			
05. Capital Próprio atribuível aos Accionistas ⁽²⁾ (M€)	4 736	5 273	11,3%
06. Capital Próprio atribuível às Acções Ordinárias ⁽³⁾ (M€)	4 136	4 673	13,0%
07. Resultado do Exercício (M€)	420,7	607,1	44,3%
08. Resultado atribuível às Acções Ordinárias (M€)	387,2	573,6	48,1%
09. Dividendo Bruto das Acções Ordinárias (M€)	200,0	240,0 ⁽⁴⁾	20,0%
10. Pay Out Ratio das Acções Ordinárias (%) (09/07)	47,5	39,5	-0,2
Valores por Acção Ordinária			
11. Património Líquido (€) (06/01)	8,27	9,35	13,0%
12. Resultado (€) (08/01)	0,77	1,15	48,1%
13. Dividendo Bruto (€) (09/01)	0,40	0,48	20,0%
Cotação da Acção Ordinária como Múltiplo do			
14. Património Líquido PBV (03/11)	1,65	1,60	-
15. Resultado PER (03/12)	17,59	13,07	-
Rendibilidade da Acção Ordinária em Relação à Cotação			
16. do Resultado (%) (12/03)	5,69	7,65	-
17. do Dividendo (Dividend Yield) (%) (13/03)	2,94	3,20	-

- (1) Em função do tempo de permanência após o aumento de capital concretizado em 30 de Maio de 2006
 (2) Capital + Acções Preferenciais + Prémios de Emissão - Acções Próprias + Outras Reservas e Resultados Transitados + Reservas de Reavaliação + Resultado do Exercício
 (3) Capital próprio deduzido das acções preferenciais
 (4) Proposta a apresentar na Assembleia Geral em 31 de Março de 2008 de um dividendo de 0,48 euros por acção.

CRÉDITO HABITAÇÃO BES

0

Custo de transferência

euros

Para todos os empréstimos a partir de €30.000 e prazos a partir de 10 anos.
Transferências CH taxa variável, para taxa fixa ou variável.

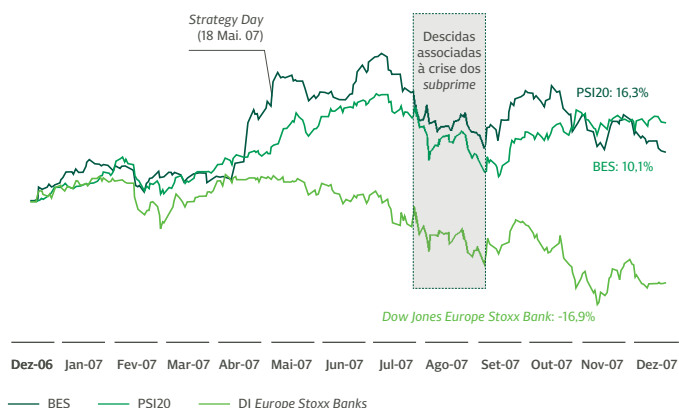
Performance das Acções BES

Em 2007 o mercado accionista nacional apresentou uma valorização superior à dos principais mercados europeus, tendo sido ultrapassado apenas pelo DAX, que fechou o ano com uma valorização de 22,3%. O índice PSI 20 registou uma variação anual positiva de 16,3%, com aumento dos níveis de volatilidade de 9,2% em 2006 para 13,9% em 2007

A cotação da acção BES registou uma valorização anual de 10,1%, que contrasta com uma desvalorização do sector na Europa de 16,9%. As acções apresentaram uma volatilidade de 32,1%, evoluindo de um mínimo de 13,61 euros em até um máximo de 17,98 euros.

Relativamente à valorização pelo mercado, o *Price Earnings Ratio* (PER) foi de 13,07 no final de 2007 (Dez, 06: 17,59), enquanto o *Price Book Value* (PBV) era de 1,60 (Dez, 06: 1,65).

Evolução da cotação da acção BES



Fonte: Bloomberg

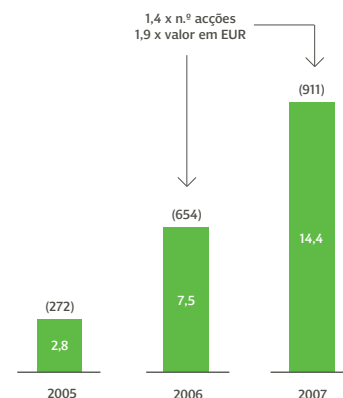
Liquidez

Durante o ano de 2007 transaccionaram-se em média 911 mil acções por dia (2006: 654 mil acções por dia), correspondente a 14,4 milhões de euros de volume (ou seja cerca de duas vezes o valor médio diário de 2006: 7,5 milhões de euros).

O volume anual de transacções das acções BES foi de 3 667 milhões de euros (1 922 milhões de euros em 2006), com a rotação do capital, medida pelo rácio *turnover* (relação entre o volume anual transaccionado e a capitalização bolsista no final do ano) a situar-se em 48,9% (28,2% em 2006).

Evolução das transacções médias diárias

(milhares de acções) milhões de euros

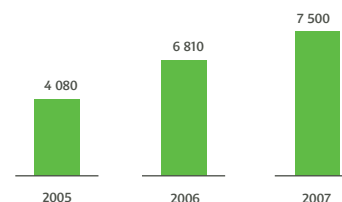


Capitalização Bolsista

A capitalização bolsista do BES em 31 de Dezembro de 2007 era de 7,5 mil milhões de euros. O BES é a segunda maior empresa em termos de capitalização bolsista entre as empresas nacionais da área financeira cotadas na *Euronext Lisbon* e a quinta maior em termos do peso no índice PSI 20. O BES tem ainda um peso de 8,2% no índice PSI Geral.

Evolução da capitalização bolsista

milhões de euros



A Acção BES e os Índices

A acção BES está admitida à cotação na *Euronext Lisbon* e faz parte, entre outros, dos seguintes índices:

Índice		Dez. 06	Dez. 07	Variação
Euronext Lisbon PSI Financials	PSIFIN	29,060%	31,159%	
PSI-20	PSI20	9,410%	9,869%	
PSI Geral	BVLX	8,588%	8,173%	
Dow Jones EuroStoxx Mid (Price)	MCXE	0,728%	0,852%	
Dow Jones EuroStoxx Banks Supersector (Price)	SX7E	0,403%	0,512%	
Bloomberg Europe 500 Banks & Financial Services	BEBANKS	0,257%	0,501%	
S&P Euro Financials GICS Sector	SEUFINL	0,316%	0,439%	
Dow Jones STOXX Mid 200 (Price) – EUR	MCXP	0,349%	0,436%	
S&P Europe 350 Banks Industry Group	SEBANKX	0,285%	0,433%	
Bloomberg European Banks	BEUBANK	0,363%	0,405%	
Bloomberg European Financials	BEFINC	0,193%	0,372%	
Euronext 100	N100	0,314%	0,339%	
WT International Midcap Dividend	WTIMDI	0,338%	0,325%	
Dow Jones EUROPE STOXX Banks (Price)	SX7P	0,216%	0,292%	
S&P Europe 350 Financials - GICS Sector Level	SPEURO40	0,168%	0,254%	
BBG World Banks	BWBANK	0,192%	0,192%	
WT International Financial Sector	WTIF	0,200%	0,172%	
S&P Europe Economic Sectors GICS Sector Level	SPEU	0,109%	0,132%	
S&P Euro Plus	SPEP	0,083%	0,103%	
Global 1200 Financial Sector	SGFS	0,065%	0,102%	
Dow Jones EURO STOXX (Price)	SXXE	0,094%	0,100%	
Bloomberg European 500	BE500	0,059%	0,094%	
Bloomberg Europe 500 Sectors	BE500E	0,059%	0,094%	
WT Europe Dividend	WTEDI	0,087%	0,071%	
Bloomberg Europe	BWORLDU	0,069%	0,066%	
WT Diefá	WTDFA	0,068%	0,054%	
Dow Jones Stoxx 600 (Price)	SXXP	0,048%	0,053%	

Fonte: Bloomberg

A partir de Setembro de 2007 o Banco Espírito Santo passou a integrar o índice *FTSE4GOOD*, reforçando o seu posicionamento enquanto instituição socialmente responsável. O BES tornou-se assim o único banco português a integrar o *FTSE4GOOD* e viu reconhecido, de forma independente, o seu modelo de gestão assente em critérios de sustentabilidade. Lançado em 2001, o índice *FTSE4GOOD* é constituído por um conjunto de índices negociáveis e comparáveis para investidores com preocupações de responsabilidade social.

Composição e Estrutura Accionista

A composição accionista do Banco não registou alterações significativas face ao ano anterior. Os principais accionistas em 31 de Dezembro de 2007 eram os seguintes:

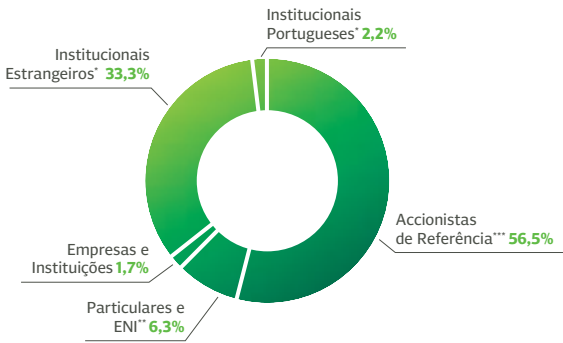
Principais Accionistas	% Acções Ordinárias	
	Dez. 06	Dez. 07
BESPAR — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	40,00	40,00
Crédit Agricole, S.A.A	10,81	10,81
Bradport, SGPS, S.A.*	3,05	3,05
Previsão - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.**	2,62	2,62
Hermes Pensions Management Ltd.	2,13	2,03
Portugal Telecom, S.G.P.S., S.A.	1,40	-

* Sociedade de direito português inteiramente detida pelo Banco Bradesco (Brasil)
** Os direitos de voto relativos à Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões são atribuíveis à Portugal Telecom.

O *free float* do BES era em 31 de Dezembro de 2007 de 43,5%, considerando como accionistas de referência⁽⁵⁾ o Espírito Santo Financial Group, o Crédit Agricole, o Banco Bradesco e a Portugal Telecom (através da Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões). A venda da participação directa da Portugal Telecom no BES permitiu aumentar o *freefloat* em 1,40% (42,1% em 2006).

Em 31 de Dezembro de 2007 o capital do Banco estava registado em nome de 18 147 accionistas e encontrava-se repartido da seguinte forma:

Estrutura Accionista em 31 de Dezembro de 2007 (% participação no capital)

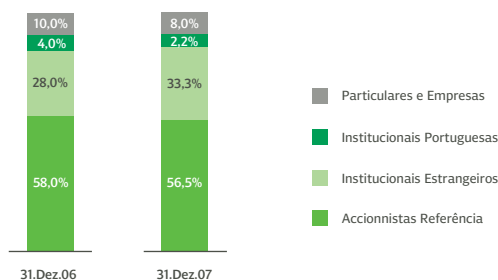


(*) Inclui participações detidas por Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento, Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões, Sociedades Gestoras de Patrimónios, Bancos Custodiantes, entre outros.
(**) ENI – Empresários em Nome Individual
(***) Accionistas de referência inclui: BESPAR; Crédit Agricole; Bradesco (através da Bradport); Portugal Telecom (através da Previsão, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões).
(5) A Hermes Pensions Management não foi incluída no cálculo dos accionistas de referência por ser um investidor institucional.

O peso dos investidores institucionais estrangeiros no capital do BES aumentou substancialmente no ano, atingindo cerca de 2,5 mil milhões de euros em Dezembro 2007, o que representa 33% do capital, um valor significativamente acima dos 28% registados em Dezembro 2006.

Evolução de Estrutura Accionista 2006/2007

(% participação no capital)



(I) Activa e Passiva

Foi particularmente relevante o aumento do número de contactos efectuados com investidores institucionais (particularmente internacionais), através de reuniões *one-on-one* e da participação em conferências organizadas por diferentes bancos de investimento, o que permitiu aumentar significativamente a notoriedade do BES enquanto entidade cotada no mercado internacional.

Foram efectuadas reuniões com cerca de 200 investidores institucionais em 2007. O BES participou ainda nas seguintes conferências:

- *Iberian Event*, organizada pela Espírito Santo Investment em Madrid (Janeiro)
- *European Banks Conference*, promovida pela Morgan Stanley em Londres (Março)
- *Portuguese Conference*, realizada pelo Banco Santander em Lisboa (Março)
- *Portuguese Day*, organizada pela UBS em Lisboa (Julho)
- *European Financials Conference*, promovida pela KBW em Londres (Setembro)
- *Iberian Banks Conference*, organizada pelo BPI em Nova Iorque (Novembro).

Dividendos

O Banco tem como objectivo distribuir aos seus accionistas dividendos que representem, pelo menos, 50% do resultado líquido individual. No entanto, tal intenção está dependente da evolução das condições financeiras e dos resultados do BES e de outros factores que o Conselho de Administração considere relevantes.

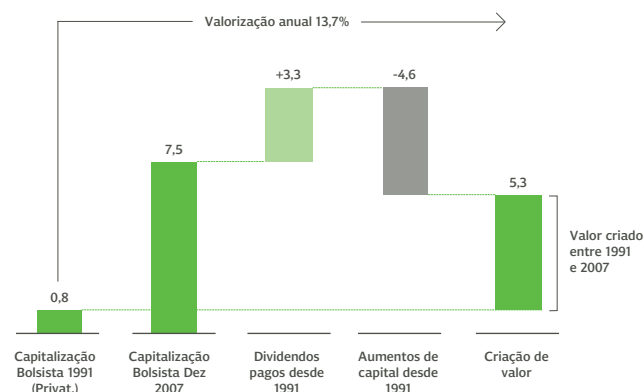
Neste contexto, e conforme consta da proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2007, o Conselho de Administração do BES vai submeter à aprovação da Assembleia Geral Anual o pagamento de um dividendo bruto por acção no valor de 0,48 euros, o que representa um aumento de 20,0% face

ao dividendo distribuído no ano anterior. O *dividend yield* (relação entre o dividendo bruto por acção e a cotação) evoluiu de 2,94% para 3,20%, com o *pay-out ratio* consolidado correspondente a situar-se em 39,5% (47,5% em 2006). Excluindo os resultados extraordinários o *pay-out ratio* consolidado seria de 43%.

Criação de Valor para o Accionista

O BES tem como principal prioridade a criação de valor para o accionista. Ajustando a capitalização bolsista a 31 de Dezembro de 2007 pelo valor actual dos dividendos distribuídos e dos aumentos de capital realizados desde 1991, e comparando com a capitalização bolsista de 1991, verifica-se que a estratégia de crescimento orgânico resultou na criação de 5,3 mil milhões de euros de valor nos últimos quinze anos, o que corresponde a uma valorização anual média de 13,7%.

Criação de Valor desde a Privatização



Pressupostos:

- Consideraram-se apenas os aumentos de capital por entrada em dinheiro.
- Os valores dos aumentos de capital e dos dividendos foram actualizados à taxa de retorno absoluto das acções até 31 de Dezembro de 2007.
- Capitalização Bolsista em 2007 baseada no preço de fecho do final do ano 2007 (15,00 euros)

Acções Próprias

As transacções sobre acções próprias realizadas no decorrer do exercício de 2007 reportaram-se, exclusivamente, a transacções relacionadas com o sistema de incentivos baseado na atribuição de acções aos Colaboradores – SIBA (informação conforme o artigo nº 66 do Código das Sociedades Comerciais).

Em 31 de Dezembro de 2007 a rubrica “Acções Próprias” do balanço do BES evidenciava o valor de 41 437 milhares de euros correspondente à mobilização de 3 484 262 acções enquadradas no âmbito do SIBA, cujo tratamento contabilístico está devidamente justificado nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

	Quantidade	Valor Unitário (euros)	Total (euros)
Saldo em 31/Dez/2006	-	-	-
Movimento no Exercício*			
Compras	2 183 350	10,21	22 294 827
Vendas	2 183 350	10,21	22 294 827
Saldo em 31/Dez/2007	-	-	-

* Inclui transacções em bolsa e fora de bolsa



2.4 // Marcos Históricos e Principais Acontecimentos de 2007

2.4.1 // Marcos Históricos

1869

As origens do Banco Espírito Santo remontam a 1869, com a abertura da "Caza de Cambio" de José Maria do Espírito Santo e Silva

1946

Para expandir as suas actividades no Açores o BES adquire a maior Caixa Económica do arquipélago.

1986

No ano da adesão de Portugal à CEE o Grupo Espírito Santo, em parceria com a *Caisse Nationale du Crédit Agricole*, funda o Banco Internacional de Crédito em Lisboa.

2002

Início da actividade do Banco Espírito Santo dos Açores detido maioritariamente pelo Banco Espírito Santo, contando ainda como accionistas a Caixa Económica da Misericórdia de Ponta Delgada e a Bensaúde Participações, SGPS.

1884-1915

José Maria do Espírito Santo e Silva funda sucessivamente várias Casas Bancárias: Beirão, Silva Pinto & C^ª, (1884-1887), Silva, Beirão, Pinto & C^ª, (1897-1911), J. M. Espírito Santo Silva (1911-1915), J. M. Espírito Santo Silva & C^ª, (1915).

1955

Por falecimento de Ricardo Espírito Santo, o Secretário-Geral do BESCL, Manuel Espírito Santo Silva, assume a Presidência do Conselho de Administração.

1991

Início da privatização do BESCL. O Grupo Espírito Santo, em parceria com a *Caisse Nationale du Crédit Agricole* recuperou o controle do Banco. Constituição da Crediflash (cartões de crédito) e aquisição da sociedade financeira de corretagem ESER.

2003

Integração da ES Dealer (Corretagem) no Banco Espírito Santo de Investimento. Aquisição de uma participação na Locarent (*renting* automóvel), que resulta de uma parceria entre o BES, CGD e Serfingest.

1916

Com o falecimento do fundador, a firma anterior dá lugar à Espírito Santo Silva & C^ª, constituída pelos herdeiros e antigos sócios, sob a gerência do filho mais velho, José Ribeiro Espírito Santo Silva.

1966

Lançamento pioneiro de novos produtos, como o crédito individual e os cheques de viagem.
O BESCL compra a Casa Bancária Blandy Brothers a operar no Funchal.

1992

O BESCL passa a operar no mercado espanhol após a aquisição do Banco Industrial del Mediterráneo, designação posteriormente alterada para Banco Espírito Santo (Espanha). Criação da ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros, *holding* que enquadra a actividade de gestão de activos financeiros do Grupo.

2004

Conclusão da fusão por incorporação das sociedades Euroges, Besleasing Mobiliária e Besleasing Imobiliária numa nova empresa denominada Besleasing e Factoring, IFIC, S.A.

1920

A Casa Bancária passa a sociedade anónima com o nome de Banco Espírito Santo e é inaugurada a primeira agência do BES, em Torres Vedras.

1973

O BESCL, em parceria com o *First National City Bank of New York* funda o Banco Inter-Únido em Luanda.

1995

Criação do Banco Espírito Santo do Oriente em Macau.

2005

Em Setembro o BES anuncia a fusão por integração do Banco Internacional de Crédito (BIC), concretizada por escritura pública em 31 de Dezembro de 2005.

1932

Ricardo Espírito Santo Silva assume a Presidência do Conselho de Administração do Banco.

1975

Nacionalização das instituições de crédito e de seguros nacionais.

1999

Por escritura pública de 6 de Julho, o BESCL passou a adoptar a firma Banco Espírito Santo.

2006

Em Janeiro o Grupo Banco Espírito Santo concretiza a renovação da sua identidade corporativa. Em Fevereiro é anunciada a aquisição de 50% do capital social da BES Vida, Companhia de Seguros. É ainda anunciada uma operação de aumento do capital social, concluída em Maio, e que se traduziu num encaixe de 1 380 milhões de euros.

1937

O BES funde-se com Banco Comercial de Lisboa, dando origem ao Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa (BESCL). Com 33 balcões espalhados pelo país, o BESCL tem a maior cobertura geográfica da banca privada.

1976

Constituição do Grupo Espírito Santo, sob a liderança de Manuel Ricardo Pinheiro Espírito Santo Silva.

2001

Criação do Banco Espírito Santo de Angola e do Banco BEST – Banco Electrónico de Serviço Total.

2.4.2 // Principais Acontecimentos de 2007

Fevereiro

Dia 01

O Grupo BES divulga os resultados consolidados do exercício de 2006. O resultado líquido do exercício totalizou 420,7 milhões de euros, o que representa um crescimento homólogo de 50,0% e corresponde a uma rentabilidade dos capitais próprios (ROE) de 14,7%.

Março

Dia 28

A agência internacional de *rating* *Standard & Poor's* revê em alta os *ratings* do BES e do BES Investimento para A/A-1 de A-/A-2, com *outlook* estável.

Dia 29

Em Assembleia Geral, os accionistas do BES aprovam o relatório de gestão, as contas individuais e consolidadas do exercício de 2006 e a respectiva aplicação de resultados. Foi ainda aprovada a eleição de Jean-Yves Hoher, como membro do Conselho de Administração, substituindo nesse cargo Michel Victor François Villatte que renunciou ao seu mandato em 7 de Fevereiro 2007. Na mesma Assembleia foi aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, nomeadamente o pagamento de um dividendo de 0,40 euros por acção.

Abril

Dia 12

O Banco Espírito Santo e o jornal Expresso lançam o programa "Futuro Sustentável", uma iniciativa com recorrência anual que pretende fazer do mês de Maio o mês da Sustentabilidade.



Dia 13

Pagamento dos dividendos relativos ao exercício de 2006, no valor bruto de 0,40 euros por acção, o que representa um *payout ratio* de 47,5% em base consolidada.

Dia 26

O Grupo BES divulga os resultados do 1º trimestre de 2007 que totalizam 139,8 milhões de euros, o que representa um crescimento homólogo de 33% e corresponde a uma rentabilidade de capitais próprios (ROE) de 15,3%.

Maio

Dia 08

O Banco Espírito Santo informa que foi concluído o processo de fusão por incorporação da sua filial em Espanha, com o objectivo de alcançar uma maior eficiência operativa, através da utilização de estruturas comuns, e também potenciar o aumento da actividade junto do segmento de empresas.

Dia 18

Na sexta edição *Strategy Day*, o BES anuncia ao mercado a revisão em alta dos objectivos estratégicos para 2006-2010.

Dia 28

No âmbito do programa "Futuro Sustentável" o BES promove uma conferência com Kofi Annan, Prémio Nobel da Paz, sobre os desafios da Humanidade para o Século XXI.



Julho

Dia 04

O BES celebra um protocolo com a Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade (CNIS) e com a União das Misericórdias com o objectivo de ser o parceiro financeiro das Associações representativas da Economia Social e reforçar a liderança enquanto Banco de referência neste sector.

Dia 25

O Grupo BES comunica ao mercado os resultados do 1º semestre de 2007, que atingem 366,8 milhões de euros, o que representa um crescimento homólogo de 83% e corresponde a uma rentabilidade de capitais próprios (ROE) de 20,5%.

Dia 26

O BES comunica ao mercado que Patrick Coudéne renunciou às funções que desempenhava no Conselho de Administração, tendo sido designado por cooptação Michel Goutorbe para sua substituição.

Setembro

Dia 19

O BES lança o "Prémio BES BIODIVERSIDADE" um prémio nacional anual que tem como objectivo premiar e apoiar projectos e iniciativas de investigação, conservação e gestão da diversidade biológica em Portugal.

BES PRÉMIO
BIODIVERSIDADE

Dia 21

O Banco Espírito Santo integra o índice *FTSE4Good*, o que reflecte o seu posicionamento enquanto instituição socialmente responsável. O BES é o único banco português a integrar este índice.

Outubro

Dia 10

O BES comunica ao mercado que o Vice-Presidente do Conselho de Administração, Jean Gaston Pierre Marie Victor Laurent, renunciou ao cargo para o qual tinha sido eleito na Assembleia Geral de Accionistas realizada a 30 de Março de 2004.

Dia 25

O Grupo BES comunica que o resultado relativo aos primeiros nove meses do ano totalizou 487,8 milhões de euros, o que representa um crescimento homólogo de 60% e uma rentabilidade de capitais próprios (ROE) anualizado de 17,9%.

Novembro

Dia 29

O Banco Espírito Santo é considerado o melhor banco do ano em Portugal pela revista *"The Banker"*, publicação pertencente ao grupo *Financial Times*.

Dezembro

Dia 31

O Grupo BES encerra o exercício de 2007 com um resultado líquido de 607,1 milhões de euros, o que traduz um crescimento homólogo de 44,3% e uma rentabilidade de capitais próprios (ROE) de 16,6%.

Prémios e Reconhecimentos obtidos em 2007

 BANCO ESPÍRITO SANTO
**Bank of the Year 2007 - Portugal**

O BES foi considerado o Melhor Banco do Ano em Portugal pela revista *"The Banker"*. Este prémio reconheceu o sucesso da estratégia de crescimento orgânico, ímpar em Portugal, e patente na duplicação da quota de mercado média que passou de 9% em 1992 para mais de 20% em 2007, assim como nos elevados níveis de rentabilidade, eficiência e solidez financeira.

**Melhor Banco de Custódia em Portugal**

O BES foi considerado o Melhor Banco de Custódia em Portugal pela revista *Global Finance*. Entre os critérios utilizados estiveram as relações com os clientes, a qualidade do serviço prestado, a competitividade do preçário, o tratamento adequado das excepções, as plataformas tecnológicas, os planos de continuidade de negócio e o conhecimento da regulamentação e práticas locais.

**Melhor Banco na Área de Trade Finance em Portugal**

O BES foi considerado, pelo segundo ano consecutivo, o Melhor Banco de *Trade Finance* em Portugal pela revista *Global Finance*. Na atribuição deste prémio foi decisiva a qualidade dos produtos e serviços para transacções de comércio internacional, o grau de especialização nesta área, a competitividade das soluções apresentadas e o apoio ao cliente.

**FTSE4Good**

Em Setembro de 2007 o BES passou a integrar o índice *FTSE4Good* (índice de referência internacional em termos de empresas cotadas com as melhores práticas em prol do desenvolvimento sustentável) o que reflecte o seu posicionamento enquanto instituição socialmente responsável.

ESPIRITO SANTO **Investment**
**Melhor Research de Empresas Ibéricas**

A qualidade do *research* do BES Investimento foi novamente reconhecida, sendo a equipa do BES Investimento considerada a melhor casa de *research* sobre empresas Ibéricas em termos de recomendações pela revista *AQ Research*.

**Global Renewables Portfolio Refinancing Deal of the Year 2007**

Prémio atribuído pela revista *Project Finance* relativamente à liderança do financiamento do *portfolio* de parques eólicos da *Babcock & Brown Wind Partners Fund*.

**European Rail Deal 2007**

Prémio atribuído pela revista *Jane's Transport Finance* relativamente à liderança do financiamento da *CB Rail*.

**Melhor Plataforma Transaccional sobre Títulos Portugueses**

O BEST foi distinguido com este prémio atribuído no âmbito dos *Investor Relations & Governance Awards 2007* pela Deloitte, em colaboração com o *Semanário Económico* e o *Diário Económico*.

**Best Consumer Internet Bank**

Prémio atribuído pela Revista *Global Finance*.

03

Estratégia e Modelo de Negócio

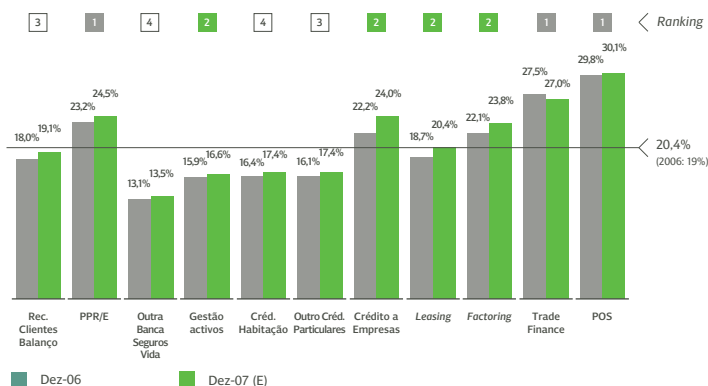
O Grupo Banco Espírito Santo assume como principais eixos de desenvolvimento e diferenciação estratégicos a prestação de serviços caracterizados pela excelência e permanente orientação para as necessidades de cada Cliente. A sua evolução, desde a privatização, foi suportada pela construção de um grupo financeiro universal que serve todos os segmentos de clientes particulares, empresas e institucionais, oferecendo-lhes uma gama abrangente de produtos e serviços financeiros através de abordagens e propostas de valor diferenciadas, capazes de responder de forma distintiva às suas necessidades. O posicionamento do Grupo BES assenta assim em três pilares: (i) conhecimento aprofundado das necessidades dos diferentes segmentos, (ii) desenvolvimento da oferta em função das necessidades identificadas e (iii) proposta das soluções melhor ajustadas a cada segmento.

Abordagem multi-especialista do Grupo BES ao Mercado



O Grupo BES tem prosseguido, desde a privatização em 1992, uma consistente e clara estratégia de crescimento orgânico no mercado doméstico, suportada pelo desenvolvimento de um modelo multiespecialista de abordagem ao mercado. Reflexo do crescimento orgânico consubstanciado num claro posicionamento e num forte dinamismo comercial junto dos segmentos de clientes particulares e empresas, a quota de mercado média mais que duplicou entre 1992 e 2007, passando de 8,5% para 20,4%, tendo entre 2006 e 2007 aumentado 1,4 pontos percentuais.

Evolução da Quota de Mercado por Produto e da Quota de Mercado Média



O aumento da quota de mercado doméstica tanto no segmento de particulares como no segmento de empresas continua a ser um dos objectivos estratégicos prosseguidos pelo Grupo, no sentido de reforçar o seu posicionamento como forma de assegurar por um lado autonomia estratégica e por outro elevados níveis de criação de valor e rentabilidade.

Em Maio de 2007 o BES anunciou uma revisão em alta das suas metas de médio prazo, para o período de 2006 a 2010. Fruto de uma *performance* particularmente positiva, revelou-se oportuno rever os objectivos fixados aquando do aumento de capital efectuado em 2006, e que tinham como horizonte temporal o ano de 2009.

Assim, o Grupo BES deverá prosseguir um crescimento sustentado da sua actividade doméstica por forma a aumentar a quota **de mercado média para 22% em 2010**, complementado com um reforço do contributo da actividade internacional para a sua *performance* financeira. A eficiência deverá continuar uma das prioridades estratégicas, objectivando-se uma redução do rácio **Cost to Income para níveis inferiores a 45%** em 2010. Neste contexto, os **resultados líquidos deverão apresentar um crescimento médio anual de 20% entre 2006 e 2010** por forma a atingir **uma rentabilidade dos capitais próprios de 19%** no final do período, mantendo-se uma rigorosa disciplina de capital, com o rácio **Core Tier I mínimo de 6%**.

Estes objectivos têm como pressupostos fundamentais por um lado a recuperação gradual, mas sustentada, do crescimento da economia portuguesa, com consequentes reflexos no incremento da actividade bancária doméstica, nomeadamente no crescimento do crédito e dos recursos de clientes, e por outro a manutenção de boas perspectivas de crescimento e desenvolvimento nos países onde o Grupo BES está presente, nomeadamente no triângulo estratégico composto por Espanha, Angola e Brasil.

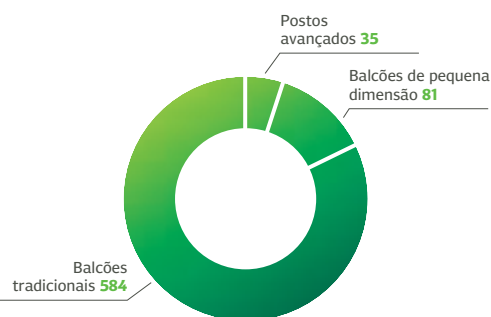


3.1 // Banca de Retalho

A especialização da abordagem comercial em torno das necessidades financeiras dos clientes motivou ao longo dos últimos anos a criação de propostas de valor distintas ao nível do retalho, em concreto para clientes afluentes (serviço BES 360) e pequenas empresas e empresários em nome individual (aposta num crescimento focalizado em sectores de actividade com maior capacidade de geração de recursos e níveis inferiores de risco). Após a consolidação da abordagem aos segmentos de maior valor, foi desenvolvido um esforço significativo na inovação e melhoria contínua da proposta de valor dirigida aos restantes segmentos de particulares, assente em dois vectores: (i) standardização de produtos e serviços; (ii) implementação de uma lógica de abordagem ajustada ao ciclo de vida do cliente.

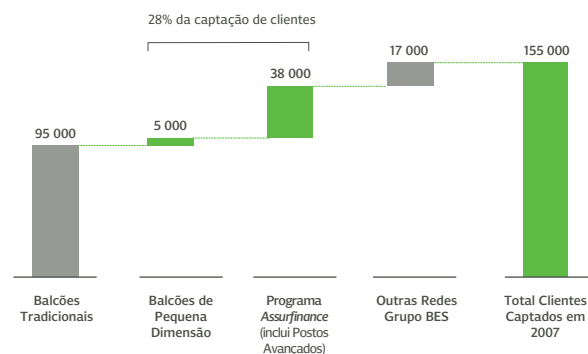
A capacidade de distribuição é um dos factores fundamentais para o reforço do posicionamento competitivo no retalho. Durante o ano de 2007, foi reforçada a rede de balcões no território nacional, expansão que privilegiou novos formatos, mais eficientes e flexíveis – balcões de menor dimensão e postos avançados (decorrentes de parcerias com agentes de seguros, no âmbito do programa *Assurfinance*). No final do ano, o Grupo BES contava com uma rede doméstica de 700 balcões, representando os novos formatos cerca de 17% do total da rede. A actividade destes balcões traduziu-se em níveis de movimento financeiro 10% acima da evolução preconizada no *business plan* de cada balcão, o que confirma o potencial identificado nas localidades onde o Banco alargou a sua implantação, esperando-se que o *break-even* operacional seja atingido no segundo ano de actividade.

Rede doméstica de balcões do BES em 2007



Esta estratégia de expansão, aliada às diferentes iniciativas de captação de Clientes, permitiu ao Grupo BES captar mais de 155 mil novos clientes desde o início de 2007 (150 mil clientes em 2006). Importa referir que este esforço de captação está a permitir um importante rejuvenescimento da base de clientes, nomeadamente através de um forte contributo da faixa etária abaixo dos 30 anos.

Captação de clientes por tipo de balcão em 2007 (n.º de Clientes)

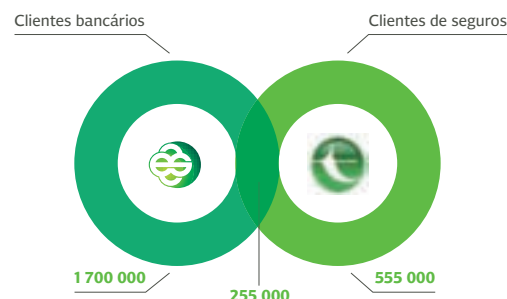


O ano de 2007 permitiu ainda aumentar o número de clientes fidelizados como consequência da consolidação das abordagens segmentadas, visando servir de forma cada vez mais especializada os vários segmentos, tendo em consideração as respectivas necessidades financeiras.

Assurfinance: Uma parceria de sucesso entre o BES e a Tranquilidade

O programa *Assurfinance* resulta de uma parceria estabelecida entre o Grupo BES e a Companhia de Seguros Tranquilidade com o objectivo de potenciar a captação de clientes da Tranquilidade que não tinham uma relação bancária com o BES. Este acordo disponibiliza aos agentes da Tranquilidade uma oferta alargada de produtos financeiros (de seguros e bancários) orientada para as necessidades dos seus clientes.

Bases de Clientes BES e Tranquilidade



Deste esforço resultou uma captação acumulada superior a 94 mil clientes, o que reflecte uma contribuição sustentada para o desempenho da actividade da banca de retalho do Grupo BES.

Actualmente cerca de 46% dos clientes da Tranquilidade são já clientes BES, o que compara com aproximadamente 30% no início do programa. Este programa envolve um universo de 1 200 agentes, que em 2007 captaram para o BES cerca de 38 mil novos clientes, e contribuíram para a produção total de crédito habitação em cerca de 16,5%, o que compara com 15% em 2006 e 8% em 2000 (início do programa).

Também o Cartão T, um cartão de crédito que permite interligar a oferta financeira do BES com a oferta de seguros da Tranquilidade potenciando a fidelização dos clientes, merece um especial destaque por terem sido colocados mais de 43 mil cartões em 2007.

Estes resultados decorrem das iniciativas de *cross selling* e *cross segment* desenvolvidas durante 2007: (i) promoção do “Cartão T” para detentores de “Seguro Auto” permitindo o pagamento a crédito; (ii) maior atenção conferida à captação e fidelização selectiva de clientes, nomeadamente de clientes BES 360.

Destaca-se ainda a extensão do novo conceito de distribuição cooperativa-Postos Avançados – tendo terminado o ano com uma rede de 35 postos em actividade, o que também contribuiu para o reforço da capacidade de captação de clientes em 2007.

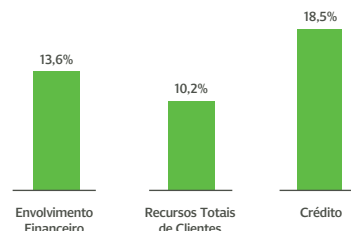
BES 360: referência no aconselhamento financeiro

O serviço BES 360 caracteriza-se por uma elevada qualidade assente em níveis de serviço garantidos. O cliente afluente é colocado no centro da relação com o Banco, dispõe do acompanhamento permanente de um gestor dedicado especializado e beneficia de uma oferta exclusiva e de soluções adequadas às suas necessidades. O BES 360 oferece um serviço de planeamento financeiro (Mapa 360) que efectua o levantamento de toda a vida financeira do cliente, traçando o melhor percurso até aos seus objectivos financeiros, que se traduz na recomendação de investimento mais indicada ao seu perfil. Este serviço, pioneiro no mercado português, apresenta significativas vantagens para o cliente e veio reforçar ainda mais as fortes competências do Grupo BES na área de assessoria financeira. No final de 2007, cerca de 50 mil clientes já tinham realizado uma sessão de Mapa 360, sendo que mais de 75% recomendaria fortemente a um colega/familiar realizar a sessão, o que comprova a distintividade da oferta e do serviço BES 360.

Em 2007, o número de clientes fidelizados registou um crescimento de 9% em termos homólogos, conduzindo a um aumento do respectivo envolvimento financeiro em cerca de 14% face a 2006.



Crescimento do segmento BES 360 (Afluentes)



Envolvimento financeiro = Recursos + Crédito

Negócios: BES primeiro Banco dos Clientes Negócios Empresas e respectivos Sócios

A actividade desenvolvida durante 2007 para o segmento de negócios visou garantir o reforço do posicionamento do BES como 1º banco dos seus clientes negócios, de forma mais abrangente, englobando o relacionamento com a empresa e alargando-o aos respectivos sócios. Para atingir este objectivo foram desenvolvidas diversas iniciativas ao nível da proposta de valor, que culminaram na reformulação e inovação da oferta bem como na abordagem de novos nichos de clientes, tendo sido privilegiadas as vertentes de Gestão de Tesouraria e Protecção/ Segurança, com resultados que superaram as expectativas.

Neste contexto, foram mantidos elevados ritmos de captação, com especial reforço nos sectores estratégicos. Em 2007 foi ultrapassada pela 1ª vez a barreira dos 12 mil clientes captados, com forte crescimento em sectores considerados estratégicos (+ 28%). Esta dinâmica de crescimento foi alcançada num contexto de forte monitorização dos níveis de risco, o que resultou numa performance muito positiva ao nível da qualidade da carteira de crédito.

O reforço do posicionamento competitivo enquanto primeiro Banco do quotidiano dos clientes Negócios foi prosseguido, nomeadamente através da reformulação da oferta de gestão de tesouraria que recolheu forte interesse e adesão por parte dos clientes, destacando-se:

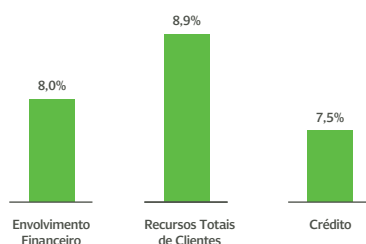
- a renovação das Contas BES Negócios Tesouraria, que passaram a integrar, sem custos, as principais transacções bancárias via BESnet Negócios. Este desenvolvimento reforçou esta conta como produto base do segmento actualmente já detida por aproximadamente 50 mil clientes e ao qual aderem 80% dos novos clientes;
- a renovação da oferta dos Terminais de Pagamento Automáticos (TPA's), materializada através do lançamento da “Tesouraria Box” (pacote que inclui TPA pré-instalado) e o desenvolvimento de novas acções de retenção, permitiram alcançar um crescimento do parque de TPA's 10 vezes superior ao obtido no ano anterior.

O reforço do posicionamento junto dos sócios como catalizador do crescimento e da consolidação do segmento constituiu uma das dimensões primordiais da actividade em 2007. O maior enfoque na abordagem proactiva orientada

para as necessidades destes clientes resultou no forte aumento da captação de sócios (+42% face a 2006). Para este resultado contribuíram fundamentalmente iniciativas concretizadas ao nível da oferta de Protecção/ Segurança, área onde o Grupo BES continuamente vem reforçando a sua liderança e garantindo uma efectiva diferenciação face aos principais concorrentes. Destacam-se, pela relevância:

- a reformulação da oferta de Banca Seguros Não Vida, no último trimestre de 2007, que permitiu praticamente duplicar a produção;
- o lançamento, em Setembro, de uma inovadora solução de protecção, “Plano Protecção Global”, que agrupa num mesmo produto um Plano Poupança Reforma, um Seguro Vida e um Seguro Saúde (opcional). A atractividade deste tipo de solução para este conjunto específico de clientes (sócios), que genericamente se caracterizam por uma reduzida ou inexistente *safety net* foi patente nos resultados alcançados, tendo sido ultrapassadas as 2 600 subscrições.

Crescimento do segmento Negócios



Envolvimento financeiro = Recursos + Crédito

Particulares de Retalho: maior orientação para o Cliente, mais proactividade comercial

2007 foi o ano de consolidação do reposicionamento da estratégia e abordagem comercial para o segmento de Particulares de Retalho, com resultados que permitiram reforçar a quota do BES como primeiro Banco.

Para estes resultados contribuiu decisivamente o fluxo permanente de inovação, tendo em conta o ciclo de vida do cliente, de que são exemplos:

- a **conta BES 100%** (campanha 10 a 0), que oferece aos clientes um conjunto alargado de serviços de gestão do quotidiano de forma gratuita (com domiciliação de salário ou realização de um Plano Poupança Reforma);
- o **Crédito Habitação Taxa Fixa** (particularmente relevante num contexto de subida pronunciada da Euribor, como o que ocorreu em 2007);
- o **Cartão Branco** (cartão de crédito com 0% de juros para sempre), e
- o **Plano de Protecção Global** (Plano Poupança Reforma complementado por um seguro vida risco com cobertura do risco de morte e invalidez)

Verificou-se uma pronunciada aceleração das iniciativas de captação, com especial destaque para o aprofundamento do programa *Assurfinance*, bem como para o reforço dos programas de *cross-segment* (destinado a colaboradores de empresas clientes do Banco Espírito Santo) e de promotores étnicos;

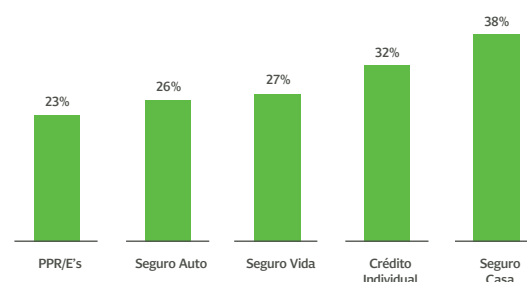
Os planos de formação foram reformulados e procedeu-se a uma revisão integral das ferramentas de trabalho nos balcões, tornando-as mais simples, adaptáveis e integradas, de forma a assegurar uma verdadeira orientação para o cliente, uma maior homogeneidade em termos de produtividade comercial e um elevado grau de proactividade no *front-office*. Foi ainda aprofundada a exploração proactiva de oportunidades comerciais num contexto multicanal (balcão, *Internet*, telefone, *sms*, *emailing*).

Neste contexto, é de destacar em 2007 o crescimento de recursos superior a 10%, o aumento das vendas em mais de 30% e o aumento da base líquida de clientes superior a 10%.

Em suma, a **consolidação das abordagens segmentadas** suportou o crescimento da Banca de Retalho, onde importa destacar:

- Elevados padrões de captação de recursos, com um aumento de 7,1% nos recursos desintermediados, fruto do forte posicionamento do Grupo BES em termos de soluções de investimento. Esta dinâmica traduziu-se no crescimento da carteira de Planos Poupança Reforma em 18,2%, tendo o Grupo atingido uma quota de mercado na produção de 30%, reforçando a liderança neste produto. A gestão discricionária de carteiras registou um crescimento de 73%. Ao nível da intermediação, a actividade ficou igualmente marcada por um elevado dinamismo, tendo os depósitos a prazo aumentado 15% face ao ano anterior.
- Crescimento do crédito, suportado pela evolução do crédito habitação em 8,1% (com 50% do montante concedido a clientes afluentes, de risco reduzido). No restante crédito a particulares o crescimento foi de 17,5%, tendo a produção de crédito ao consumo aumentado 31,8% com forte enfoque em clientes de menor risco e suportado na realização de campanhas de comunicação direccionadas.
- Aumento sustentado do *cross-selling*, variável crítica na banca de retalho, onde o BES conseguiu um significativo nível de vendas de produtos (aumento de 31%). Importa destacar o desempenho ao nível dos cartões de crédito (+16%), seguros de vida risco (+27%) e banca seguros não vida (p.ex., o seguro casa +38% e o seguro auto +26%). Como corolário desta dinâmica, a taxa de equipamento aumentou em média 0,16 produtos por cliente, melhoria registada em todos os sub-segmentos de retalho.

Crescimento do segmento Particulares de Retalho (produção)



3.2 // Private Banking

A actividade de *private banking* é assegurada em Portugal através de uma rede de 29 Centros *Private*, com uma oferta baseada numa visão integrada do cliente, consubstanciada em soluções de investimento que satisfaçam as suas necessidades financeiras e patrimoniais. O desenvolvimento de uma relação de confiança é um dos pilares desta actividade, assegurada por gestores *private* com elevadas competências técnicas e relacionais. A independência no aconselhamento e a adequação dos perfis de risco dos clientes às propostas de alocações de activos, aliadas à excelência de serviço, são as linhas orientadoras da gestão da oferta *private*.

Durante 2007 foram implementadas diversas iniciativas de âmbito comercial com o objectivo de potenciar a capacidade de aconselhamento e acompanhamento dos clientes *private*, num contexto de crescente exigência dos clientes, em linha com a sofisticação da oferta de serviços e produtos. Neste âmbito, a subsegmentação da base de clientes *private* permitiu analisar em profundidade as necessidades específicas de cada grupo de clientes, visando uma melhor adequação da oferta e dos serviços às suas reais necessidades. O reforço da equipa técnica especializada na oferta, por outro lado, melhorou o acompanhamento dos clientes mais exigentes com as soluções financeiras mais sofisticadas.

As novas equipas gestor/técnico beneficiam assim estes clientes com um acompanhamento assente na monitorização de propostas de investimento de elevada complexidade.

A oferta *Private* foi alargada e aprofundada, com o lançamento de alguns produtos e serviços especializados:

- O reforço da **oferta de unit links**, com os novos produtos *Private Invest* 30, 50, 80 e 100, permitiram o acesso à gestão discricionária nesta classe de activos. Foi ainda desenvolvida a oferta de *unit links* individuais, permitindo a gestão personalizada de activos para clientes de património financeiro mais elevado.
- A oferta de fundos de investimento imobiliário teve um desenvolvimento significativo. Por um lado, o lançamento de fundos fechados de reconversão urbana com elevado retorno potencial, e por outro a criação de fundos imobiliários privados permitiu a organização do património imobiliário dos clientes *private*.
- A disponibilização do serviço de **assessoria financeira** (assegurada por uma equipa especializada de banca de investimento) permite cobrir serviços essenciais para a gestão de iniciativas empresariais, resolução de questões sucessórias, estudo de oportunidades, avaliação de empresas, entre outros.
- A estruturação de uma nova oferta de seguros alicerçada, num serviço de acompanhamento especializado e de elevada qualidade com um preço competitivo permitiu reforçar a oferta global de serviços de seguros.
- O reforço do *International Private Banking* nomeadamente através da expansão do negócio para a Ásia em articulação com o BES Oriente.

Neste contexto, o envolvimento financeiro dos clientes cresceu 13,6% com os activos sob gestão a representarem 89% do total. O produto bancário aumentou 12,3%.

Por outro lado, a introdução de ferramentas de *Customer Relationship Management* (CRM) melhorou a organização comercial dos gestores, através da dinamização dos processos de acompanhamento dos clientes. É ainda de destacar o aprofundamento do conhecimento dos clientes, através do desenvolvimento dos processos KYC (*know your customer*).

3.3 // Banca de Empresas e Institucionais

O posicionamento do Grupo no segmento de empresas tem sido consistente com a evolução da realidade empresarial dos últimos anos. Com uma estrutura central de apoio à rede comercial de empresas foram, em 2007, aceleradas e multiplicadas as iniciativas e acções tendentes à dinamização comercial dos agentes económicos (nacionais e internacionais) que mantêm relações financeiras com o Grupo BES.

Tendo por base as necessidades específicas dos seus clientes, a área de Banca de Empresas e Institucionais está dividida em quatro sub-segmentos: Médias Empresas (facturação entre 2,5 e 50 milhões de euros), Grandes Empresas (empresas nacionais com facturação superior a 50 milhões de euros), *Corporate Internacional* (multinacionais com presença em Portugal) e Municípios e Institucionais.

Médias Empresas

A dinâmica da Banca de Empresas beneficiou, em grande parte do ano, da retoma da actividade económica, designadamente do sector exportador, bem como do forte posicionamento do Grupo como primeiro banco a apoiar desde sempre os esforços de internacionalização das empresas portuguesas.

A consistência do desempenho é o resultado de uma estratégia que tem vindo a ser implementada desde a verticalização do segmento, e que em 2007 assentou em três grandes vectores de actuação: (i) aumento da base de clientes de bom risco; (ii) reforço dos níveis de equipamento dos clientes e (iii) reforço da qualidade da carteira de crédito.

A identificação e manutenção de uma base de dados de clientes potenciais de bom risco tem constituído um precioso instrumento de captação, que se traduziu em **950 novos clientes activos**, ou seja um crescimento de 36% face aos clientes captados em 2006. Por outro lado, o esforço de fidelização de clientes, através do aumento do *share-of-wallet*, traduziu-se numa **evolução significativa da quota de mercado nas empresas para 24%** (mais 1,6 p.p. face ao ano anterior) e num crescimento de 9% na base de clientes fidelizados.

No âmbito do apoio e estímulo à inovação, merece especial destaque o **apoio às start-ups de cariz inovador**, resultante da abordagem desenvolvida pela rede comercial junto de incubadoras, universidades e pólos de inovação. O BES foi o Banco pioneiro no apoio à Inovação e ao Empreendedorismo em Portugal, através do Concurso Nacional de Inovação BES (3ª edição em 2007),

e tem promovido o desenvolvimento de empresas através da subsidiária ES Ventures (capital de risco).

No domínio do apoio à **internacionalização das empresas portuguesas** cumpre destacar a realização, em conjunto com a AICEP⁽¹⁾ e AIP⁽²⁾, do 2º Fórum Missão Exportar, onde foram divulgados os 10 mercados com maior potencial de exportação/investimento por parte das empresas portuguesas, e a continuação do programa de dinamização de Missões Empresariais.

Fórum Missão Exportar

Em Novembro de 2007 realizou-se o 2º Fórum Missão Exportar, evento promovido pela AIP, AICEP e BES, que tem como objectivo incentivar e dinamizar a internacionalização das empresas portuguesas, alargando a base exportadora nacional.

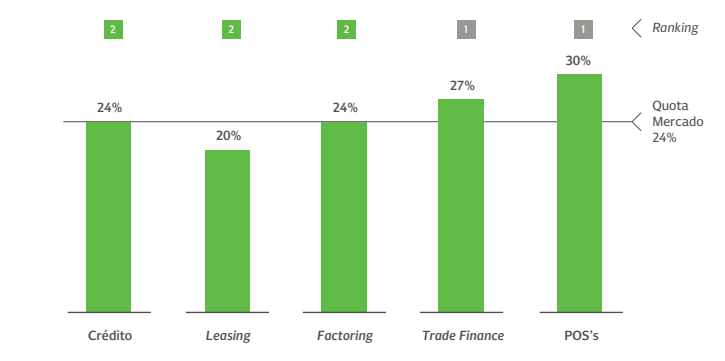
No decorrer do evento foram organizadas sessões de trabalho dedicadas aos mercados internacionais, em que as empresas presentes puderam assistir a apresentações do Banco Espírito Santo sobre oportunidades de negócio para as empresas nacionais em 10 mercados estratégicos para as exportações portuguesas: Argentina, Angola, China, Brasil, Espanha, EUA, Índia, Marrocos, Polónia e Rússia.

O Banco proporcionou também reuniões individuais com as empresas prestando-lhes, através de equipas de especialistas em *trade finance*, as soluções ajustadas às necessidades concretas de cada caso, tendo em vista o incremento da contribuição do comércio externo no seu volume de negócios.

O Grupo BES dispõe de uma oferta de produtos e serviços abrangente que cobre todas as necessidades das empresas suas clientes, não só através de produtos tradicionais como também de produtos mais sofisticados, disponibilizando para tal equipas de especialistas dedicadas. Nos **produtos derivados** (instrumento de cobertura dos riscos cambial e de taxa de juro) foram geradas receitas que representam um acréscimo homólogo de 141%. A **assessoria financeira**, serviço de banca de investimento para Médias Empresas, continua a apresentar resultados muito positivos, registando uma receita 21% superior ao ano transacto. A dinamização do negócio de **trade finance** e apoio às empresas no desenvolvimento do negócio internacional continua a merecer uma atenção muito especial, tendo registado um crescimento de 14%. O Grupo mantém a liderança nesta área de negócio com uma quota de mercado de 27%. No domínio das soluções de recursos humanos é de destacar o desempenho ao nível da colocação de **seguros vida** e **capitalização**, com um crescimento da carteira de 60% e 23%, respectivamente. O **cross-selling de seguros não-vida** constitui uma clara complementaridade com a oferta bancária, o que se traduziu num aumento de 58% da receita. No **renting**, aluguer operacional de viaturas e gestão de frotas, foram colocadas entre os clientes das empresas de média dimensão (PME), mais de 1 100 viaturas.

Em síntese, estes resultados permitiram incrementar o peso dos serviços no produto bancário de 7,8% em 2006 para 9,5% em 2007, revelando assim um acréscimo na diversificação das fontes de receita. Este desempenho é o reflexo de um profundo conhecimento dos clientes, resultante de um adequado dimensionamento das carteiras, focalização dos gerentes de empresas no cliente e o aprofundamento dos instrumentos de apoio à venda.

Quotas de Mercado no Segmento Empresas



A celeridade da decisão e a consistência da política de crédito continuam a ser valores reconhecidos pelos clientes, dispondo-se de ferramentas de medição do risco e de optimização do binómio risco/rendibilidade de elevada qualidade. Estes instrumentos têm permitido melhorar o processo de decisão de crédito, traduzido em decisões mais rápidas (e eficientes) e numa melhoria dos níveis de risco e de rendibilidade ajustada pelo risco. A carteira de crédito a empresas continuou a crescer significativamente acima do crescimento do mercado, suportado pelas já referidas iniciativas de reforço do *share of wallet* em clientes de bom risco e pela captação de clientes. No domínio de crédito especializado, a produção de *leasing* mobiliário atingiu 708 milhões de euros (+31,6%), e no *leasing* imobiliário 653 milhões de euros (+25,5%). No *factoring* e na gestão de pagamentos a fornecedores (*confirming*) a produção foi de 3 705 milhões de euros (+6%).

Grandes Empresas Nacionais

No segmento das Grandes Empresas Nacionais registou-se um incremento significativo na relação bancária com a generalidade dos clientes, traduzido por um aumento dos níveis de equipamento. O Grupo esteve presente em projectos importantes de carácter industrial, energias renováveis, infra-estruturas de transportes, portos, logística e agro-indústria. Destaca-se igualmente o apoio ao dinamismo e evolução da estrutura empresarial através da aquisição de sociedades, ou activos, por diversos grupos económicos, consolidando e reforçando a sua presença no mercado.

Seguindo a internacionalização dos clientes, o Grupo BES acompanhou essas iniciativas apoiando, com o envolvimento da sua rede internacional, vários

(1) AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
(2) AIP – Associação Industrial Portuguesa

investimentos na Europa, com destaque para Espanha, em alguns países do Norte de África e em Angola, bem como no Brasil e EUA.

Sucursais e Filiais de Empresas Multinacionais

O Grupo BES tem-se destacado no apoio a empresas multinacionais de vários sectores da actividade económica que utilizam as suas participadas em Portugal como plataforma na abordagem aos mercados dos países da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), com destaque para o mercado angolano. O *know-how*, a presença local, as afinidades culturais e a oferta global de produtos e serviços constituem-se como vantagens competitivas percebidas pelas multinacionais, contribuindo para o destaque de Portugal e do Grupo BES na prossecução da estratégia de crescimento naqueles mercados.

Não obstante continuar a tendência de centralização das tesourarias das multinacionais, assistiu-se a um acréscimo na captação de recursos e a uma maior retenção do envolvimento financeiro, justificado essencialmente pela maior fidelização destes clientes. O desenvolvimento e sofisticação da oferta, nomeadamente com soluções inovadoras de meios de pagamento electrónicos, constituíram elementos decisivos.

As multinacionais com sucursais e filiais em Portugal dispõem de uma equipa comercial especializada por países de origem que, em estreita articulação com a rede internacional do Grupo BES, providenciam uma oferta global de produtos e serviços. O BES assume-se assim como o principal *"local bank"* das multinacionais estabelecidas em Portugal.

Municípios e Clientes Institucionais

Os clientes do sector público (administração central e local) e as Instituições de Solidariedade Social beneficiam de equipas especializadas no Porto, em Coimbra e em Lisboa. A actividade direccionada para este segmento é desenvolvida através da concessão de crédito a longo prazo para projectos de investimento e prestação de serviços de gestão de tesouraria, utilizando meios electrónicos. Por outro lado, a aproximação aos clientes é capitalizada através de acções de venda cruzada aos colaboradores das instituições.

Na área do desenvolvimento regional, é de destacar a liderança do BES no programa do Ministério da Economia denominado Finicia - Eixo III, com cerca de 90% dos protocolos assinados com municípios (38 protocolos).

Na área das Instituições de solidariedade social, o Banco Espírito Santo celebrou protocolos com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) e com a União das Misericórdias, visando oferecer condições de relacionamento comercial vantajosas para estas instituições. Esta aposta na "Economia Social", que tem um peso importante na economia nacional, colocou o Banco Espírito Santo como o parceiro de referência neste sector.

Compromisso para apoiar a Economia Social.

SABE QUAL É O BANCO QUE ESTÁ POR TRÁS?

O BES COLABORA SE NA MANUTENÇÃO DA ECONOMIA SOCIAL E ASSIM PROTEGE A CRIAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DE INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL E UNIDADES MISCERICÓRDIAS.

O BES COLABORA COM A CRIAÇÃO DE EMPREGOS E O DESENVOLVIMENTO DE PROJECTOS DE INVESTIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE TESOURARIA, UTILIZANDO MEIOS ELECTRÓNICOS.

O BES COLABORA COM A CRIAÇÃO DE EMPREGOS E O DESENVOLVIMENTO DE PROJECTOS DE INVESTIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE TESOURARIA, UTILIZANDO MEIOS ELECTRÓNICOS.

O BES COLABORA COM A CRIAÇÃO DE EMPREGOS E O DESENVOLVIMENTO DE PROJECTOS DE INVESTIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE TESOURARIA, UTILIZANDO MEIOS ELECTRÓNICOS.

O BES COLABORA COM A CRIAÇÃO DE EMPREGOS E O DESENVOLVIMENTO DE PROJECTOS DE INVESTIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE TESOURARIA, UTILIZANDO MEIOS ELECTRÓNICOS.

BANCO ESPÍRITO SANTO

Comprometidos com o Futuro.

Esteja onde estiver o seu negócio de comércio internacional, o BES dá-lhe uma mão.

O BES oferece-lhe as melhores condições e condições para o desenvolvimento do seu comércio internacional. Temos uma rede de representantes em todo o mundo, para lhe oferecer as melhores condições e condições de desenvolvimento, quer seja a nível de crédito ou de serviços de gestão de tesouraria, utilizando meios electrónicos.

O BES oferece-lhe as melhores condições e condições para o desenvolvimento do seu comércio internacional. Temos uma rede de representantes em todo o mundo, para lhe oferecer as melhores condições e condições de desenvolvimento, quer seja a nível de crédito ou de serviços de gestão de tesouraria, utilizando meios electrónicos.

O BES oferece-lhe as melhores condições e condições para o desenvolvimento do seu comércio internacional. Temos uma rede de representantes em todo o mundo, para lhe oferecer as melhores condições e condições de desenvolvimento, quer seja a nível de crédito ou de serviços de gestão de tesouraria, utilizando meios electrónicos.

BANCO ESPÍRITO SANTO

Comprometidos com o Futuro.

3.4 // Banca de Investimento

A actividade de banca de investimento do Grupo BES, liderada pelo Banco Espírito Santo de Investimento, inclui diversos produtos e serviços especializados, incluindo aconselhamento em fusões e aquisições, acesso a transacções em mercados de capitais (acções e dívida), serviços de corretagem e de gestão de carteiras, *leveraged finance*, *project finance* e *private equity*.

A estratégia para esta área de negócio assenta em dois pilares principais: (i) manter a posição de liderança no mercado português e (ii) expandir a actividade internacional de forma selectiva, reforçando a presença nos principais centros financeiros mundiais e em mercados com elevado potencial de crescimento, de forma a garantir uma oferta de produtos e serviços de elevada qualidade, mais abrangente e mais adequada às necessidades dos clientes.

Em **Portugal**, o BES Investimento manteve-se como um dos *players* de referência nas diversas áreas de actividade como assessoria financeira, mercado de capitais, financiamentos estruturados e *private equity*. Liderou a actividade de fusões e aquisições (quer em número de operações, quer em valor), manteve uma posição de destaque na área de corretagem e esteve igualmente presente em todas as principais operações de mercado de capitais, como o IPO da Martifer, ou a emissão de Obrigações Trocáveis da Portugal Telecom International Finance B.V.. Na área de *project finance*, o BESI liderou a operação de refinanciamento à *Babcock & Brown Global Wind Partners*, no montante de 1 690 milhões de euros, uma das maiores operações de sempre realizadas no sector das energias renováveis a nível mundial. Foi também lançado um novo fundo de *private equity*, o primeiro vocacionado para investimentos em infra-estruturas no mercado ibérico.

Nas principais geografias onde o Grupo se encontra presente, foi feito um esforço significativo de aceleração do crescimento da actividade. No **Brasil**, o BESI participou em diversas operações de mercado de capitais, iniciou a sua actividade de crédito estruturado e o *research* de acções foi reconhecido com o 7º lugar do *ranking* elaborado pela *Institutional Investor*. Em **Espanha**, o Banco manteve uma posição cimeira (6º lugar) no *ranking* das corretoras e reforçou as suas actividades de *leveraged finance* e mercado de capitais. Finalmente, através da sucursal de **Londres**, o BES Investimento liderou importantes operações de *project finance*, o que permitiram manter a posição de destaque conseguida em anos anteriores. Como corolário do trabalho desenvolvido, o BES Investimento foi o primeiro dos bancos portugueses em todas as *league tables* de *project finance* de 2007 (*Dealogic*, *Thomson Financial* e *Infrastructure Journal*), atingindo lugares de maior relevância a nível mundial nos sectores de Energias Renováveis (4º lugar) e Eólicas (3º lugar).

A expansão da actividade internacional teve ainda importantes desenvolvimentos em outros mercados. Na **Polónia**, foi formalizado o pedido de abertura de uma sucursal em Varsóvia com o objectivo de implementar prioritaria-

mente as actividades de corretagem e mercado de capitais e foi reforçada a participação na Concórdia Espírito Santo Investment para 75%. Pretende-se, desta forma, aumentar a contribuição desta geografia para a actividade de banca de investimento. Em **Nova Iorque** foi também formalizado o pedido de abertura de uma sucursal do BES Investimento para desenvolver os negócios de *project finance*, renda fixa, mercado de capitais e fusões e aquisições, capitalizando sobre: (i) a presença directa e a capacidade de originação no Brasil, (ii) a actividade de mercado de capitais desenvolvida na Península Ibérica e no Brasil, e (iii) a relação existente com clientes de referência no negócio de *project finance*, em particular nos sectores de infra-estruturas e energias renováveis.

3.5 // Gestão de Activos

A Espírito Santo Activos Financeiros (ESAF) é a subsidiária que desenvolve a actividade de gestão de activos, exercendo a sua actividade em Portugal, Espanha, Luxemburgo e Reino Unido. O volume global de activos sob gestão (recursos desintermediados e CDO contratados) superou os 20 mil milhões de euros no final de 2007.

Fundos de Investimento Mobiliário

Os volumes sob gestão dos fundos mobiliários atingiram no final do ano 4 966 milhões de euros. Enquadrado numa permanente adaptação da oferta de produtos e serviços orientados para a satisfação dos clientes destacam-se o lançamento do Fundo Mobiliário ES Momentum – Fundo de Acções Internacionais e a fusão do fundo ES Portfolio Dinâmico no ES Estratégia Activa II, bem como a liquidação do agrupamento de Fundos Invest.

O Grupo BES tem sob gestão no Luxemburgo quatro fundos vocacionados a clientes com ópticas de risco distintas, que no final de 2007 representavam em termos agregados 1 213 milhões de euros. (i) O *ES Fund* é constituído por 8 compartimentos (fundos de acções e obrigações) que atingiram em Dezembro de 2007 um volume de 514 milhões de euros. (ii) O *Global Active Allocation Fund*, destinado a clientes particulares e institucionais, teve um excelente crescimento tendo superado um volume de 100 milhões de euros, o que representa um crescimento de 49% face ao período homólogo. (iii) O *Caravela Fund SICAV* composto por 5 compartimentos, teve um crescimento de 8% face ao ano anterior, tendo atingido um volume de 561 milhões de euros. (iv) O *European Responsible Consumer Fund SICAV*, fundo com preocupações de carácter ético, ambiental e social, superou no final de 2007 os 30 milhões de euros. Este fundo é comercializado em Portugal, Espanha, Itália e Luxemburgo.

Fundos de Investimento Imobiliário

A ESAF manteve a liderança do mercado de fundos de investimento imobiliário com uma quota de 12,3%. O montante de activos sob gestão atingiu 1 289 milhões de euros, representados por 20 fundos de investimento (2 fundos abertos e 18 fundos fechados), destinados a potenciais investidores que pretendam uma aplicação em investimentos imobiliários por um período de tempo pré-determinado.

Neste sentido, há a salientar o lançamento de um novo fundo de investimento imobiliário aberto – ES Logística, destinado a investidores que pretendam uma carteira diversificada de activos imobiliários na sua maioria ligados à logística e distribuição.

Fundos de Pensões

Na área dos Fundos de Pensões, os activos sob gestão superaram 2 800 milhões de euros, o que representa um crescimento de 7% em relação a 2006. Atendendo às características do mercado, em 2007 foi mantida a captação de novas adesões colectivas aos fundos de pensões abertos.

Gestão Discricionária

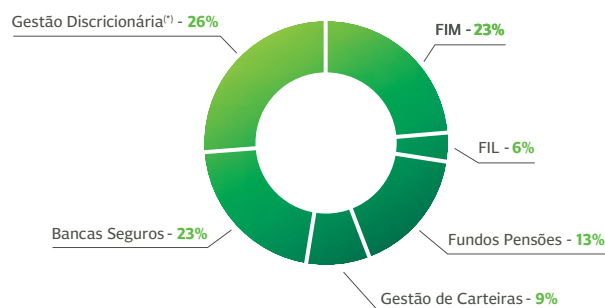
Em 2007 manteve-se a tendência de crescimento dos activos sob gestão verificada no ano anterior, com um aumento de 10%, sendo de destacar a contratação de novos mandatos, quer no segmento de particulares, quer no segmento institucional. A actividade de gestão discricionária de particulares cresceu 13,9% face ao ano anterior.

Gestão de Carteiras

O serviço de Gestão Discricionária de Carteiras, lançado em 2006, posicionou o BES como um Banco de referência no aconselhamento financeiro, alargando a todos os clientes serviços que tradicionalmente estavam disponíveis apenas para montantes de investimento mais avultados. Nesta lógica, os clientes usufruem de uma gestão especializada que tem como principal característica a gestão conservadora de activos e um retorno objectivo superior ao das poupanças tradicionais.

Tendo por base estes princípios, o serviço de Gestão Discricionária de Carteiras registou um assinalável sucesso ao longo de 2007, contando a 31 de Dezembro de 2007 com 28 mil investimentos e um valor de activos sob gestão superior a 1 800 milhões de euros, o que representa um aumento de aproximadamente 70% face ao ano anterior.

Gestão de activos: Repartição por produtos



3.6 // Actividade Internacional

A actividade internacional do Grupo BES assenta em mercados cultural e economicamente afins com Portugal, estando a sua expansão essencialmente centrada no triângulo Espanha, Angola e Brasil. A presença internacional tem um grande enfoque em áreas específicas onde o Grupo detém vantagens competitivas que permitem explorar mercados e/ou áreas de negócio com elevado potencial, tirando partido da experiência adquirida e em alguns casos da liderança no mercado doméstico. Face à crescente internacionalização e abertura dos mercados financeiros, a expansão internacional reflecte ainda a necessidade de obter uma dimensão acrescida, como factor propiciador de economias de escala e ganhos de eficiência operacional. Internacionalmente, o Grupo adopta uma estratégia de servir clientes locais de segmentos específicos, mas também os clientes que desenvolvem actividades económicas transnacionais.

Espanha

O ano de 2007 foi muito representativo no percurso estratégico do Grupo BES em Espanha. No âmbito estrutural, o mais relevante foi a transformação da forma jurídica do BES (Espanha) para Sucursal. Esta alteração foi fundamental para alcançar objectivos de forte crescimento em Espanha, obter sinergias nas áreas comerciais e administrativas dentro do Grupo e, consequentemente, alcançar uma maior eficiência operativa, potenciando em Espanha as valências que o Banco reconhecidamente tem em Portugal. A actividade de *private banking* / banca patrimonial (clientes afluentes), por um lado, e de empresas, por outro, constituem os segmentos fundamentais da actividade. No segmento da banca de afluentes iniciou-se o projecto “Ruta BES”, que consiste numa completa reestruturação do posto de trabalho nas agências com o objectivo de reduzir a carga administrativa e homogeneizar a actividade comercial. Este projecto está a ser implementado com sucesso em todas as agências.

Na banca de empresas consolidou-se o modelo de negócio assente numa visão ibérica dos clientes. A oferta orientada para as necessidades de clientes ibéricos está cada vez mais definida e enquadrada na tendência económica que une Portugal e Espanha.

França

A actividade do Grupo BES em França é desenvolvida pelo Banque Espírito Santo et de la Vénétie, em que o Banco Espírito Santo detém uma participação de 40%. Em 2007 a actividade continuou centrada na área de banca de empresas, em particular em operações de financiamento estruturado e operações de financiamento imobiliário. Paralelamente, o Banco assegura a prestação de serviços financeiros à comunidade portuguesa residente em França (cliente do BES em Portugal).

Reino Unido

A presença do Grupo BES no Reino Unido está centrada na actividade de *wholesale* nos mercados europeus, em paralelo com a actividade de banca de

(*) Inclui Gestão discricionária de particulares e institucionais

investimento, em particular *project finance*, desenvolvida no mercado internacional.

Na banca de *wholesale*, a realização de operações de crédito sindicadas, operações de *leveraged finance*, e *structured trade finance* de *commodities* contêm o cerne da actividade. Assume ainda uma particular relevância o programa de emissão de certificados de depósito, colocado junto de empresas e institucionais no Reino Unido.

No que respeita à actividade de *project finance*, o Grupo BES tem sido reconhecido como um grande participante europeu no financiamento de projectos internacionais, tendo em 2007 liderado importantes operações que lhe permitiram assegurar o primeiro lugar entre os bancos portugueses em todas as *league tables*, o quarto lugar a nível mundial no sector das energias renováveis e terceiro em Eólicas.

O Grupo BES tem também uma oferta de serviços e produtos destinados a empresas portuguesas e comunidade de portugueses residente no Reino Unido. Foi ainda desenvolvida uma oferta específica de crédito imobiliário para turismo residencial em Portugal, essencialmente destinada a cidadãos britânicos e irlandeses.

Estados Unidos da América

O Grupo BES desenvolve, com base no Espírito Santo Bank, a actividade de *private banking* internacional na América Latina, servindo maioritariamente as comunidades de origem portuguesa no continente americano. Neste sentido, é disponibilizado um vasto leque de produtos de investimento no mercado norte-americano.

Através da sucursal em Nova Iorque, o Grupo BES realiza operações de crédito sindicadas a médio e longo prazo, operações de *trade finance* e, mais recentemente, operações de *project finance*. Assume ainda relevância a colocação de programas de emissão de papel comercial e de certificados de depósito junto de empresas e institucionais.

Brasil

No Brasil, o Grupo BES desenvolve a actividade de banca de investimento através do BES Investimento do Brasil, que resulta de uma parceria com o Banco Bradesco. A área de mercado de capitais (primário e secundário, de *equity* e renda fixa) tem sido a mais dinâmica, embora a área de serviços financeiros venha a conquistar uma posição relevante no mercado local com operações significativas de fusões e aquisições. O BES Investimento do Brasil atingiu em 2007 o 7º lugar no *ranking* de M&A no Brasil por número de transacções (*Mergermarket*). Nas áreas de tesouraria e gestão de risco, a actuação no mercado local com produtos como derivados, *swaps*, opções, inclusivé com estruturas mistas, tem gerado um crescimento significativo na carteira de activos privados.

No âmbito da gestão de activos foi iniciada em 2007 a gestão de *hedge funds*. Na área de *securities* (corretora de valores), a actividade é direccionada para

clientes institucionais. Com uma estrutura de *equity research* bastante dinâmica e profissional, foi alargada a cobertura a empresas brasileiras em diversos segmentos, consolidando os esforços na captação de novos clientes.

As mais recentes áreas de *project finance* e *private equity* têm como objectivo aumentar a oferta de produtos, apostando num posicionamento mais agressivo no mercado, tendo já conquistado um espaço relevante com operações junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento para financiamento de projectos ligados aos sectores de infra-estruturas e à análise de investimentos em sectores diversos como a bio-energia, retalho, saneamento, logística e imobiliário.

O Grupo BES tem ainda no Brasil um forte posicionamento junto das empresas portuguesas e brasileiras, contando já com 200 clientes neste segmento.

Angola

A actividade do Grupo BES em Angola é desenvolvida directamente no mercado local através do Banco Espírito Santo Angola, e assenta na prestação de um serviço global aos clientes particulares e empresas. No que respeita à banca de particulares, 21 agências e 5 postos dispersos por 6 províncias centram a actividade nos clientes *private* e afluentes. No segmento da banca de empresas, a actividade está essencialmente direccionada para (i) o estabelecimento de parcerias comerciais de valor acrescentado mútuo com as médias empresas a operar em Angola, através do financiamento de projectos de investimento e/ou de necessidades de tesouraria e da prestação de apoio técnico e jurídico a essas mesmas empresas, e (ii) o apoio às empresas e empresários portugueses que estão a expandir a sua actividade para este país. Paralelamente, é de salientar a actuação do Grupo BES no apoio às exportações para Angola, através de uma equipa especializada.

A área de banca de investimento tem reforçado o seu desenvolvimento, actuando na identificação de oportunidades de negócio nas áreas de *project* e *corporate finance* bem como na concretização das respectivas soluções. É de salientar a liderança do Grupo BES, através da sua subsidiária local, na estruturação, montagem e colocação da maior operação de emissão de dívida pública em Angola.

Pioneiro na disponibilização de soluções financeiras aos seus clientes no mercado local, já no início de 2008 o BES Angola obteve autorização para a constituição de uma das primeiras sociedades gestoras de fundos de investimento naquele país.

Macau

A presença em Macau, assegurada pela subsidiária BES Oriente, assenta essencialmente no apoio aos clientes do Grupo na actividade empresarial que desenvolvem nesta região. Simultaneamente procura-se potenciar oportunidades de negócio, privilegiando a iniciativa do Governo Central da República Popular da China em considerar Macau como plataforma para a cooperação económica com os países de língua portuguesa.

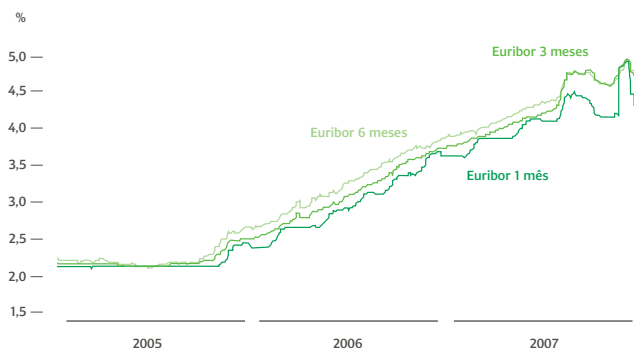
04

Enquadramento Macroeconómico

4.1 // Situação Económica Internacional

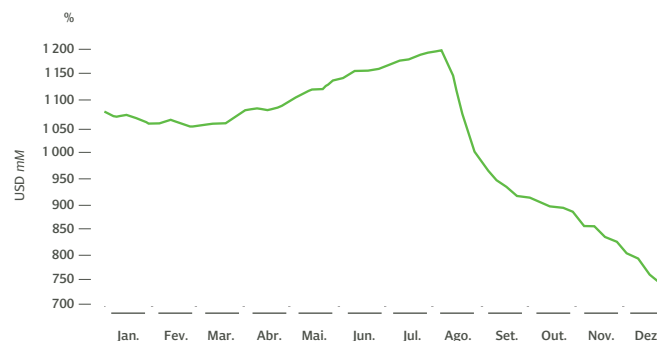
O ano de 2007 foi marcado, ao nível da actividade económica e dos mercados financeiros, pelos efeitos da crise do crédito hipotecário *subprime* nos Estados Unidos. A partir do final de Julho, o ajustamento no mercado da habitação e o aumento dos rácios de crédito vencido na economia americana resultaram numa desvalorização significativa do crédito titulado de alto risco. A incerteza quanto à sua dispersão e quanto à dimensão das perdas a suportar pelo sistema financeiro levou, por sua vez, a uma forte deterioração dos níveis de confiança dos investidores. Esta ficou expressa, sobretudo, numa “fuga para a qualidade” e numa secagem de liquidez nos mercados monetário e de crédito. Na Zona Euro, a Euribor a 3 meses subiu de 3,725% para um máximo de 4,953% (observado em meados de Dezembro), caindo depois para 4,684%, após fortes injeções de liquidez no mercado monetário por parte do BCE. Imediatamente antes destas intervenções, o respectivo *spread* face às taxas dos bilhetes do tesouro a 3 meses atingira um máximo de cerca de 115 pontos base (representando um alargamento de cerca de 95 pontos base face aos valores anteriores à crise). A *yield* dos títulos da dívida pública a 10 anos desceu de um máximo anual de 4,677% (em Julho) para 4,307% e os *spreads* dos *credit default swaps* alargaram-se em cerca de 50 pontos base, reflectindo o aumento da incerteza e a menor disponibilidade de crédito.

Taxas de Juro Euribor



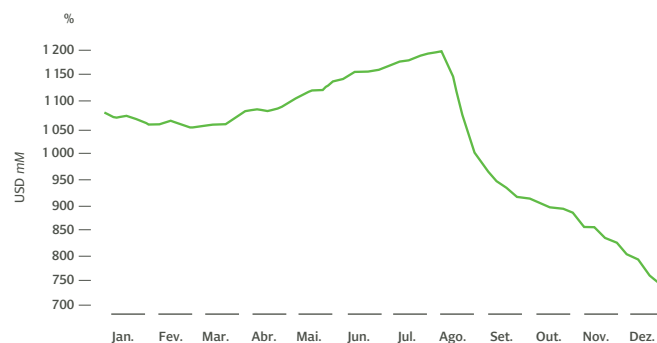
Fonte: Bloomberg

Spread entre as taxas Euribor e dos Bilhetes do Tesouro a 3 meses



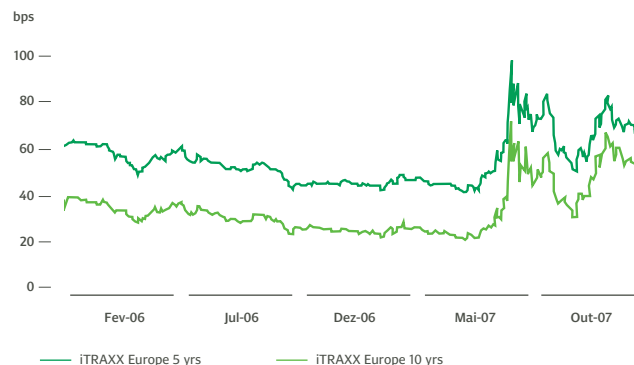
Fonte: Bloomberg

Asset-backed commercial paper: Montante outstanding



Fonte: Bloomberg

Índices iTRAXX – CDS Spreads (Euro, 5 Anos)

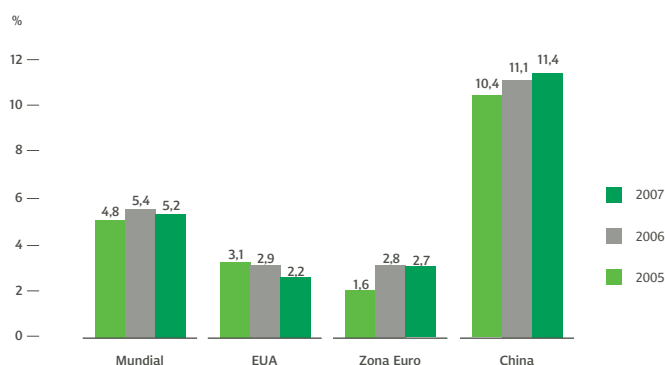


Fonte: Bloomberg

Em consequência de um ambiente monetário e financeiro mais restritivo, observou-se, nos últimos meses do ano, uma desaceleração da actividade nas principais economias desenvolvidas, levando o respectivo crescimento anual a descer de 3% para 2,6%. Este facto não evitou que, no seu conjunto, a **economia mundial** registasse mais um ano de crescimento acentuado, que se estima em torno de 4,9% (5% em 2006). Para este registo contribuiu decisivamente o desempenho favorável das economias emergentes e em desenvolvimento, com uma variação do PIB de 7,8% (7,7% em 2006).

Evolução do PIB Mundial (em termos reais)

mil milhões de euros



Fontes: FMI e Comissão Europeia

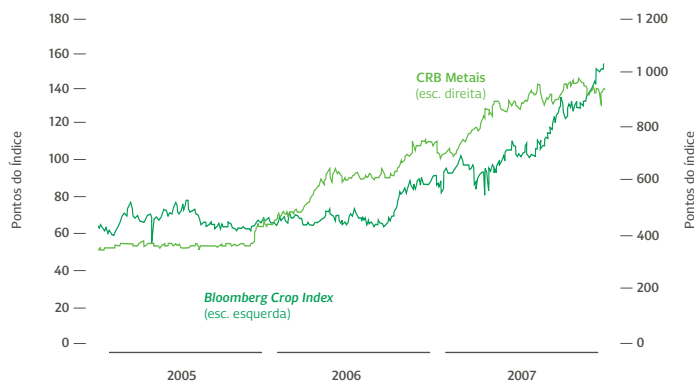
A conjuntura económica caracterizou-se ainda, em 2007, por uma subida significativa do preço do **petróleo**, reflectindo um desequilíbrio entre os crescimentos da oferta e da procura. Os efeitos deste desequilíbrio foram amplificados por um aumento dos riscos geopolíticos, pela depreciação do USD e por uma procura crescente de natureza especulativa. Em termos médios anuais, o preço do Brent subiu de USD 65,4/barril para USD 72,5/barril, tendo atingido cerca de USD 94/barril no final do 4º trimestre. Foram igualmente visíveis subidas significativas dos preços das **matérias-primas não energéticas**, com destaque para as **commodities** alimentares. O índice de preços **Bloomberg Crop** (relativo ao milho, trigo e soja) registou, no conjunto do ano, uma variação de 77%. Para esta evolução contribuiu uma procura forte, sobretudo associada ao aumento do rendimento *per capita* na Ásia Emergente, bem como diversas restrições à oferta, entre as quais a observação de condições climáticas adversas e uma afectação crescente de áreas de cultivo à produção de biocombustíveis.

Preço do Petróleo (USD/Barril)



Fonte: Bloomberg

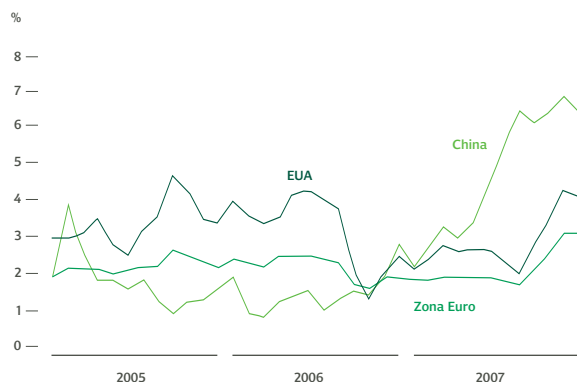
Bloomberg Crop Price Index



Fonte: Bloomberg

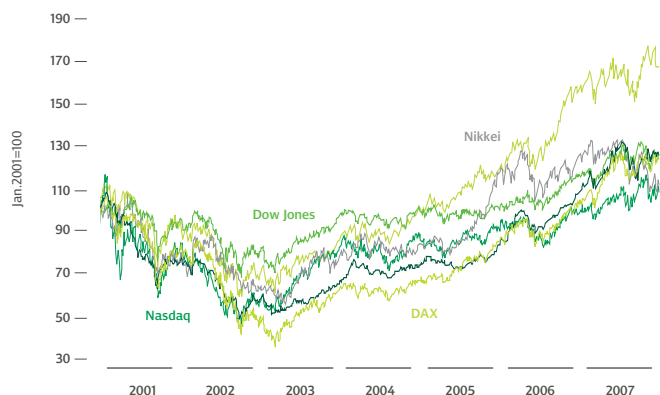
As subidas dos preços das **commodities** aumentaram as preocupações com a **inflação**, penalizando (em conjunto com a instabilidade nos mercados monetário e de crédito e com os receios de desaceleração da actividade) o desempenho dos **mercados accionistas**. No conjunto do ano, os índices Dow Jones, Nasdaq e S&P500 registaram subidas de 6,43%, 9,81% e 3,53%, respectivamente, mas com quedas no 4º trimestre, de 4,54%, 1,82% e 3,82%. Na Europa, os índices DAX, CAC 40 e IBEX 35 valorizaram-se em 22,29%, 1,31% e 7,32% no conjunto do ano mas, no último trimestre, o seu desempenho foi menos positivo, com variações de 2,62%, -1,78% e 4,16%. No Brasil, o índice Bovespa subiu perto de 44% no ano, mas com uma valorização mais moderada no 4º trimestre, de 5,7%.

Taxa de Inflação



Fonte: Bloomberg

Evolução dos Principais Índices Bolsistas em 2007



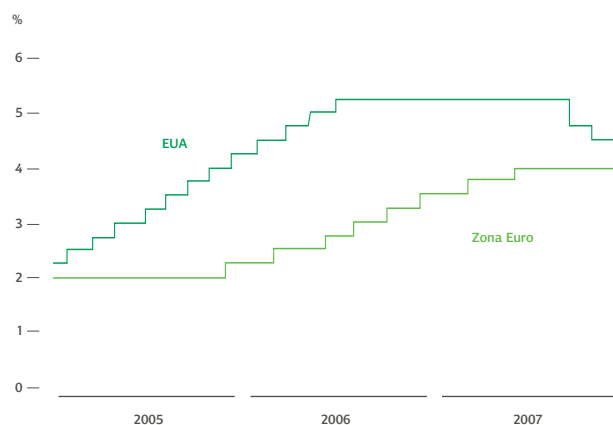
Fonte: Bloomberg

Nos **Estados Unidos**, o PIB manteve, em 2007, a tendência de abrandamento observada nos últimos anos, com o respectivo crescimento a descer de 2,9% para 2,2%. Esta evolução resultou, sobretudo, da queda de 17% no investimento residencial. Suportado por uma estabilização da taxa de desemprego em 4,6% da população activa, o consumo privado registou apenas uma ligeira desaceleração, de 3,1% para 2,9%.

A deterioração das condições nos mercados monetário e de crédito e a expectativa de elevados *write-offs* a assumir pelas principais instituições financeiras expostas ao crédito *subprime* contribuíram para uma deterioração significativa dos principais indicadores de confiança da economia americana, sobretudo no 2º semestre. Nos últimos três meses do ano, o PIB registou um crescimento próximo de zero, coincidente com uma queda homóloga dos preços da

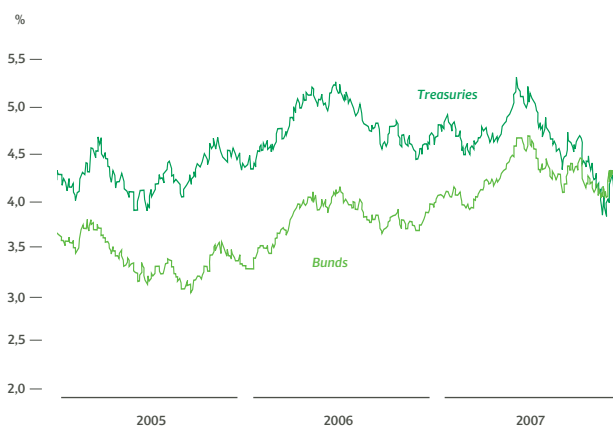
habitação de cerca de 7% e com uma forte correcção nos principais índices accionistas. Neste contexto, a Reserva Federal iniciou, em Setembro, um novo ciclo de descida da *target rate* dos *fed funds*, reduzindo-a em 100 pontos base, para 4,25%. A *yield* dos *Treasuries* a 10 anos, que havia subido de 4,704% para 5,026% na primeira metade do ano, desceu no 2º semestre para 4,025%.

Evolução da Target Rate dos Fed Funds (EUA) e da Taxa Refi (Zona Euro)



Fonte: Bloomberg

Evolução da Rendibilidade dos Títulos da Dívida Pública (yields dos Bunds e dos Treasuries a 10 anos)



Fonte: Bloomberg

A **Zona Euro** registou, em 2007, um crescimento do PIB de 2,7%, em ligeira desaceleração face ao registo de 2,8% observado em 2006, mas acima do potencial pelo segundo ano consecutivo. Este desempenho favorável é explicado, sobretudo, pelos fortes crescimentos das exportações de bens e serviços (6% no conjunto de 2007) e da formação bruta de capital fixo (4,8%), par-

ticularmente visíveis nos primeiros três trimestres. A actividade económica da Zona Euro e, em particular, as exportações e o investimento, continuaram a beneficiar, nesse período, de uma procura externa forte (destacando-se a oriunda da Ásia Emergente e do Médio Oriente, com um peso crescente), bem como da situação equilibrada dos balanços das empresas do sector não financeiro. Esta evolução traduziu-se numa descida da taxa de desemprego, de 8,2% para 7,3% da população activa e, consequentemente, numa aceleração do rendimento disponível das famílias (com um crescimento de 2%, após um registo de 1,1% no ano anterior). No entanto, o crescimento do consumo privado manteve-se moderado, desacelerando de 1,9% para 1,6%.

A economia da Zona Euro não ficou imune aos efeitos da crise do crédito subprime. As perturbações nos mercados monetário e (sobretudo) do crédito contribuíram para uma deterioração dos principais indicadores de confiança empresarial na segunda metade do ano e, em conjunto com um arrefecimento da actividade externa, determinaram uma desaceleração mais visível do crescimento do PIB no último trimestre (de 0,8% para 0,4%, em termos trimestrais). A queda dos índices de confiança empresarial pode também ser atribuída à apreciação do **euro** e ao seu potencial impacto negativo sobre os sectores exportadores. No conjunto de 2007, o euro apreciou-se perto de 11% face ao dólar, para EUR/USD 1,4583, com parte substancial desta valorização a ocorrer no 2º semestre. Em termos nominais efectivos (isto é, considerando uma média ponderada das taxas de câmbio face às divisas dos principais parceiros comerciais da Zona Euro), o euro apreciou-se 6,2% em 2007.

Evolução da Cotação EUR/USD



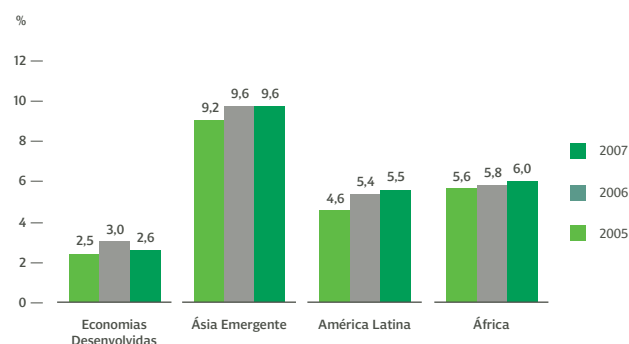
Fonte: Bloomberg

Em suma, a subida das taxas de juro do mercado monetário, a menor disponibilidade de crédito (com o alargamento dos *spreads*), a evolução menos favorável dos índices accionistas e a apreciação do euro criaram, nos últimos meses de 2007, um ambiente monetário e financeiro mais restritivo. Neste contexto, e após ter subido a taxa de juro das operações principais de refinanciamento para 4% (num aumento acumulado de 50 pontos base), o

Banco Central Europeu (BCE) interrompeu, em Setembro, o ciclo de subida dos juros de referência iniciado em Dezembro de 2005. Esta decisão ocorreu apesar de uma inflação homóloga (em 3,1%) acima do *target* da autoridade monetária e apesar da manutenção de fortes crescimentos na massa monetária (medida pelo agregado M3) e nos empréstimos ao sector privado não financeiro. Em Dezembro, estes dois agregados registavam crescimentos homólogos de 11,5% e 11,1%, respectivamente.

O ano de 2007 confirmou o papel decisivo das **economias emergentes e em desenvolvimento** como motores de crescimento da economia mundial. Em geral, estas economias beneficiaram de uma exposição directa pouco significativa ao crédito *subprime*, de uma conjuntura extremamente favorável nos mercados das *commodities*, de um bom desempenho da procura interna (associado a uma tendência de aumento do rendimento *per capita*) e, finalmente, de uma situação macroeconómica equilibrada. A este respeito, deve ser referida, em particular, a forte acumulação de reservas externas (para um total estimado de USD 4,1 biliões), que reduziu de forma relevante a vulnerabilidade destas economias e choques externos negativos.

Evolução do PIB, Economias Desenvolvidas vs. Emergentes



Fontes: FMI e Comissão Europeia

A **Ásia Emergente** registou um crescimento de 9,6% (igual ao de 2006), sobretudo a partir dos crescimentos de 11,4% e 8,7% nas economias da China e da Índia e também com o contributo de uma forte expansão do comércio intra-regional. Na **China**, o forte dinamismo da procura interna compensou uma ligeira desaceleração das exportações, bem como os efeitos da subida dos juros de referência por parte das autoridades monetárias (neste caso, em resposta à tendência de subida da inflação, que ultrapassou os 6% no final do ano). O renminbi valorizou-se cerca de 7% face ao USD em 2007, atingindo a cotação de USD/CNY 7,3.

A **América Latina** registou um crescimento anual do PIB de cerca de 5,5% (5,4% em 2006), enquanto o PIB de **África** cresceu 6%, em ligeira aceleração face ao ano anterior (crescimento de 5,8% em 2006).

4.2 // Situação Económica no Brasil

Com um crescimento do PIB de 5,4% em 2007 (3,7% no ano anterior), e com uma aceleração da actividade na segunda metade do ano, a economia do Brasil revelou-se resistente ao impacto da crise do crédito *subprime*. Para este facto contribuiu a persistência de uma conjuntura favorável ao nível da procura externa e dos preços das matérias-primas. As exportações registaram uma ligeira aceleração, com o respectivo crescimento nominal a subir de 16,2% para 17% no conjunto do ano, para cerca de USD 161 mil milhões. Para além disto, o Brasil continuou a beneficiar de uma situação macroeconómica mais equilibrada. O saldo orçamental primário atingiu um excedente próximo de 4% do PIB (3,8% em 2006) e a inflação homóloga manteve-se estabilizada em torno de 3% ao longo da primeira metade do ano. Neste contexto, o Banco Central prosseguiu o ciclo de descida dos juros de referência, reduzindo a taxa Selic de 13% para 11,25% entre Janeiro e Setembro.

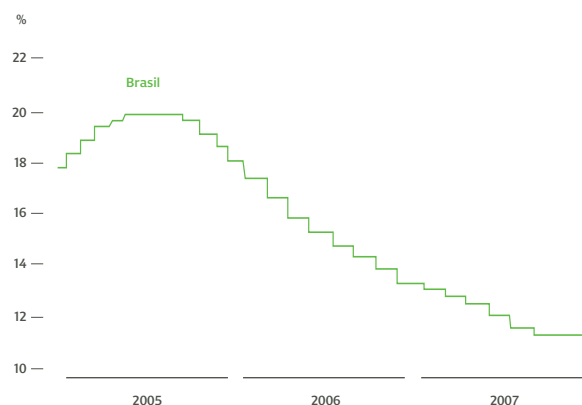
Os estímulos à actividade económica associados à procura externa e à descida das taxas de juro reais traduziram-se num fortalecimento da procura interna, com acelerações significativas no consumo privado (de 4,6% para cerca de 6,2%) e no investimento (de 10% para 14,1%). A taxa de desemprego desceu, em 2007, de 10% para 9,3% da população activa. Este dinamismo da procura interna reflectiu-se, por sua vez, numa aceleração das importações, cujo crescimento nominal subiu de 21% para 32%. O excedente da balança de mercadorias reduziu-se, assim, de USD 46 para USD 40 mil milhões, contribuindo para uma diminuição do excedente da Balança Corrente, de 1,3% para 0,3% do PIB. Em compensação, a confiança acrescida na economia brasileira levou a um forte aumento do investimento directo estrangeiro em 2007, de USD 18.8 para cerca de USD 35 mil milhões. Neste contexto, as reservas externas subiram de USD 85,8 para USD 180 mil milhões, contribuindo para um bom desempenho do real, mesmo perante as perturbações dos mercados financeiros na segunda metade do ano. No conjunto de 2007, a divisa brasileira apreciou-se perto de 17% face ao USD, para USD/BRL 1,779, e cerca de 8% face ao EUR, para EUR/BRL 2,596. O risco soberano do Brasil subiu moderadamente, de 192 para 222 pontos base.

Evolução da Cotação EUR/BRL



Fonte: Bloomberg

Evolução da Taxa de Juro Selic



Fonte: Bloomberg

A partir de Junho, reflectindo as pressões associadas a uma procura interna forte e ao aumento dos preços das *commodities* alimentares, a inflação homóloga exibiu uma tendência de subida, até atingir 4,46% em Dezembro. O Banco Central optou, assim, por interromper o ciclo de descida dos juros de referência, mantendo a taxa Selic inalterada em 11,25% a partir de Setembro (citando também o aumento da incerteza na conjuntura económica internacional).

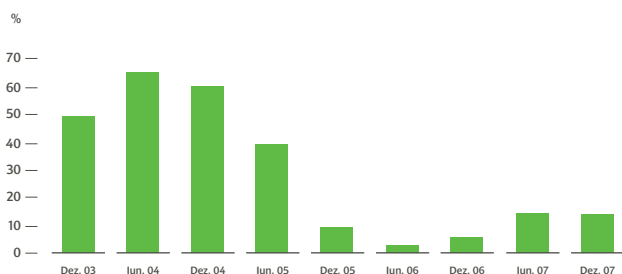
4.3 // Situação Económica em Angola

Os fundamentos da conjuntura de forte crescimento que marcaram a economia angolana em 2006 mantiveram-se em 2007, justificando mais um ano com uma variação real do PIB elevada, de 23%. O PIB do sector petrolífero

registou um crescimento de cerca de 22%, tendo a actividade no sector não petrolífero crescido cerca de 25%. A subida do preço do petróleo (e das receitas associadas à sua exportação), aliada aos resultados da política de estabilização macroeconómica seguida nos últimos anos, permitiu uma evolução favorável das contas públicas e a obtenção de excedentes nas contas externas. O saldo orçamental terá registado um excedente de 2% do PIB, enquanto o saldo da Balança de Mercadorias atingiu perto de 41% do PIB. Neste contexto, prosseguiu, em 2007, a tendência de acumulação de reservas externas, que atingiram cerca de USD 10.5 mil milhões em 2007 (USD 8.6 mil milhões no ano anterior).

Após uma acentuada descida da taxa de inflação entre 2003 e 2006, de 76,7% para 12,2%, o índice de preços no consumidor registou uma ligeira aceleração na primeira metade de 2007, com a respectiva variação homóloga a subir para 12,5% até Julho. Esta evolução levou as autoridades angolanas a inverter a tendência de descida das taxas de referência que se observara nos últimos anos. A taxa de juro de redesconto, que havia descido de 95% para 14% em 2006, foi elevada dez vezes entre Outubro de 2006 e Agosto de 2007, atingindo 19,57%, valor que se manteve até ao final do ano. Adicionalmente, as emissões de Títulos do Banco Central (TBCs) foram intensificadas até Julho, acompanhadas por uma subida das respectivas taxas. De facto, os juros dos TBCs a 182 dias, que tinham descido de 10% para 6,12% em 2006, subiram gradualmente em 2007 até 14,99% (em Outubro), mantendo-se este valor até ao final do ano.

Angola - Taxa de Juro dos Títulos do Banco Central a 182 Dias (%)



Fonte: BNA

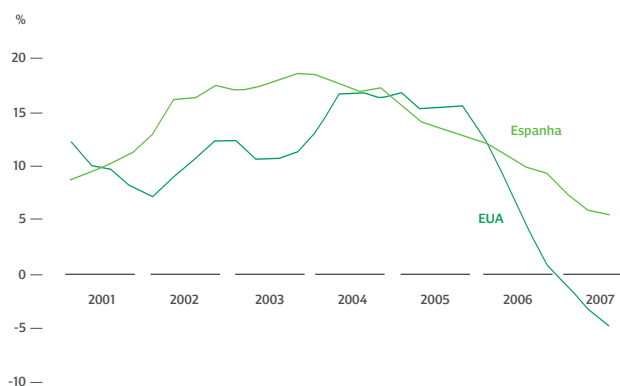
Para além da ligeira subida das taxas de juro, as autoridades permitiram, em Maio, uma valorização pontual do kwanza, que evoluía, de uma forma estável, em torno de USD/KZ 80, e passou a evoluir, também de uma forma estável, em torno de USD/KZ 75. No seu conjunto, estas medidas contribuíram para um controlo da inflação, que desceu, até Dezembro, para 11,8%.

4.4 // Situação Económica em Espanha

A economia espanhola registou, em 2007, um crescimento de 3,8%, o que representa uma desaceleração apenas marginal em relação a 2006 (3,9%). No entanto, o ritmo de evolução da actividade não foi uniforme ao longo do ano, sendo visível um abrandamento no 2º semestre, com a variação homóloga do PIB a cair de 4% para 3,5%, em linha com uma deterioração dos principais indicadores de confiança. O consumo privado apresentou, no conjunto de 2007, um crescimento de 3,4%, 0,3 pontos percentuais abaixo do registo do ano anterior, e com uma variação homóloga inferior a 3% no 4º trimestre. A formação bruta de capital fixo viu o seu crescimento descer de 6,8% para 6%. Esta evolução ficou a dever-se ao abrandamento da actividade da construção, de 6% para 4,2%, já que a despesa em bens de capital (incluindo máquinas e equipamentos e material de transporte) apresentou uma variação anual de 11,7%, em aceleração face ao registo de 10,4% observado em 2006.

Preços da habitação

(Taxa de variação homóloga, %)



Fonte: Bloomberg, Banco de Espanha, Confidencial Imobiliário

Os menores contributos do investimento residencial e do consumo privado estão associados a um aumento dos juros reais, não apenas na sequência da subida das taxas de referência levada a cabo pelo BCE, mas também em função das perturbações nos mercados monetário e de crédito observadas na segunda metade de 2007, que se traduziram num ambiente mais restritivo ao nível da liquidez. Por outro lado, foi visível (através dos diversos indicadores qualitativos) uma deterioração das expectativas de evolução futura da actividade económica. Em 2007, o endividamento das famílias terá atingido cerca de 127% do rendimento disponível e os preços da habitação prosseguiram a tendência de abrandamento observada nos últimos anos, com a respectiva variação homóloga a descer de 9% para um valor ligeiramente inferior a 5%. Neste contexto, aumentou, entre os agentes económicos, a percepção de que os ciclos de expansão do investimento residencial e do consumo privado estariam próximos do fim. As despesas das famílias mantiveram-se, no entanto,

suportadas por uma evolução favorável do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a descer de 8,5% para 8,3% da população activa, e por uma descida da taxa de inflação média anual, de 3,4% para 2,8% (embora, no final do ano, se observasse uma nova aceleração dos preços no consumo, com a inflação homóloga ligeiramente acima de 4%, em função das subidas dos preços da energia e da alimentação).

Neste contexto, o crédito ao sector privado registou, ao longo do ano, uma trajectória clara de desaceleração, ainda que mantendo registos de crescimento elevados. A variação homóloga dos empréstimos às sociedades não financeiras terá caído de 27% para cerca de 18%. Os empréstimos para aquisição de habitação terão crescido em torno de 15%, abaixo do registo de 20% observado um ano antes. E os empréstimos ao consumo viram o respectivo crescimento homólogo descer de 18% para cerca de 12%.

Não obstante os sinais de desaceleração no final do ano, o crescimento ainda relativamente forte da actividade económica e do emprego permitiu a manutenção de um excedente das contas públicas, de 1,9% do PIB (1,8% em 2006). O saldo conjunto das balanças corrente e de capital voltou, no entanto, a agravar-se, de -8,1% para -8,7% do PIB, reflectindo o peso ainda elevado da procura interna no crescimento.

4.5 // Situação Económica em Portugal

A economia portuguesa prosseguiu, em 2007, a tendência de recuperação gradual observada nos últimos anos, tendo o crescimento do PIB subido de 1,3% para 1,9%. Embora em desaceleração face a 2006, as exportações mantiveram um forte dinamismo, com uma variação de 7,1%. Para este registo contribuiu não apenas a componente de mercadorias, mas também a dos serviços (destacando-se, para além do turismo, os serviços de transportes, de consultoria e de intermediação comercial). Foi igualmente visível uma diversificação geográfica das exportações, com um maior peso de áreas económicas que mantiveram crescimentos elevados em 2007, como África (com destaque para Angola), Ásia e América Latina. A aceleração do PIB observada em 2007 fica, no entanto, a dever-se a um maior contributo da procura interna para o crescimento. Em particular, a formação bruta de capital fixo (FBCF) cresceu 3,2% em termos reais, após dois anos de quedas (-1,5% e 0,8% em 2005 e 2006, respectivamente). Este registo esteve associado a uma recuperação do investimento das empresas, que terá crescido ligeiramente acima de 4%, em linha com a evolução favorável dos respectivos indicadores de confiança ao longo do ano.

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007 E
PIB	2,0	0,8	-0,8	1,5	0,9	1,3	1,9
Consumo Privado	1,3	1,3	-0,1	2,5	1,9	1,1	1,5
Consumo Público	3,3	2,6	0,2	2,6	3,2	-1,2	-0,3
Investimento	1,2	-4,7	-8,3	2,5	-1,5	-0,8	3,2
Exportações	1,8	1,5	3,9	4,0	2,1	9,2	7,1
Importações	0,9	-0,7	-0,8	6,7	3,5	4,6	5,4
Inflação (IPC)	4,4	3,6	3,3	2,4	2,3	3,1	2,5
Saldo Orçamental (% do PIB)	-4,3	-2,9	-2,9	-3,3	-6,1	-3,9	-2,5
Dívida Pública (% do PIB)	53,6	55,5	56,8	58,2	63,6	64,8	64,4
Desemprego (% da população activa)	4,1	5,1	6,3	6,7	7,6	7,7	8,0
Saldo Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	-8,5	-6,0	-3,3	-5,7	-8,1	-8,6	-8,2

Fontes: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, Comissão Europeia, OCDE, ES Research
E - Estimativa

No conjunto de 2007, o consumo privado cresceu 1,5% (0,4 pontos percentuais acima do registo de 2006), mas este agregado mostrou um perfil de abrandamento ao longo do ano, consistente com a deterioração dos indicadores de confiança das famílias (em particular no 2º semestre). Estas adoptaram uma atitude mais cautelosa na realização de despesas de consumo, em parte como resultado da subida das taxas de juro num contexto de endividamento elevado (próximo de 130% do rendimento disponível). Por outro lado, a taxa de desemprego subiu, em termos médios anuais, de 7,7% para 8% da população activa (embora no 4º trimestre se tenha observado uma redução de 0,4 pontos percentuais em termos homólogos, para 7,8%, sugerindo uma tendência gradual de estabilização do mercado de trabalho). Neste contexto, a taxa de poupança dos particulares terá caído de 7,8% para 7,6% do rendimento disponível.

O sentimento das famílias terá sido também penalizado pelos aumentos dos preços dos combustíveis e dos bens alimentares, que contribuíram para uma taxa de inflação média anual de 2,5% (em 2006, a inflação média anual atingiu 3,1%, mas com este registo a ser afectado por uma alteração metodológica no tratamento estatístico de algumas componentes do Índice de Preços no Consumidor; sem esta alteração, a inflação média teria sido de 2,5%). Os preços das componentes de alimentos não transformados e de bens energéticos registaram, em 2007, variações médias anuais de 3% e 3,5%, respectivamente. Em termos homólogos, o Índice de Preços no Consumidor terminou o ano com uma variação de 2,7%, com os preços dos bens energéticos a subirem 9,4%.

A política orçamental assumiu, em 2007, uma natureza restritiva, que determinou a redução do défice das Administrações Públicas de 3,9% para 2,5% do PIB, antecipando em um ano o objectivo fixado no Programa de Estabilidade e Crescimento (de um défice inferior a 3% do PIB). Ao mesmo tempo, o forte crescimento das exportações e a desaceleração das importações contribuíram para uma redução do défice conjunto das balanças corrente e de capital (isto é, das necessidades líquidas de financiamento da economia portuguesa), de 8,6% para cerca de 8,2% do PIB.

A aceleração do crescimento anual do PIB e a redução dos “défices gémeos” (orçamental e externo) ocorreram num contexto externo particularmente difícil, marcado pelos efeitos da crise do crédito hipotecário *subprime*. Apesar de o sector bancário português não ter sofrido uma exposição directa a este tipo de crédito de alto risco, a deterioração da confiança nos mercados financeiros externos e o ambiente globalmente mais restritivo ao nível da liquidez traduziram-se em condições de financiamento mais difíceis para as instituições financeiras e não financeiras nacionais, em linha com o observado noutras economias.

A maior restritividade dos critérios de financiamento não chegou a ser reflectida no crescimento anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro, que registaram uma aceleração em 2007, de 8,7% para cerca de 9,5%. Na base desta evolução esteve, sobretudo, uma expansão mais robusta dos empréstimos às sociedades não financeiras, cujo crescimento anual subiu de 7,1% para um valor ligeiramente superior a 10%. Os empréstimos aos particulares registaram uma ligeira desaceleração, de 9,9% para cerca de 9%, o que é explicado pela tendência de abrandamento dos empréstimos para aquisição de habitação, de 9,9% para cerca de 8,5%. O crescimento dos empréstimos ao consumo e outros fins subiu ligeiramente, de 10,1% para um valor ligeiramente superior a 10,5%.

Os preços da habitação cresceram 1,3% em 2007, em ligeira desaceleração face a 2006 (crescimento de 2,1%), mas em linha com o crescimento médio anual dos últimos cinco anos (de 1,5%). Este facto contrasta com as tendências de forte correcção observadas em outras economias europeias, o que se explica pela diferente posição cíclica do mercado da habitação português (cujo período recente de maior expansão ocorreu na segunda metade dos anos 90).

O índice PSI-20 registou uma valorização de 16,27% no conjunto do ano. Mas em linha com o perfil de evolução dos mercados accionistas europeus, o seu desempenho foi mais moderado no 4º trimestre, com uma variação de 8,27%.



05

Gestão Financeira e Mercado de Capitais

No âmbito do plano estratégico de médio e longo prazo, a captação de recursos e a concessão de crédito assumem papéis de extrema importância na sustentabilidade do crescimento da actividade do Grupo BES. Neste contexto, embora o peso relativo dos recursos de clientes em balanço se tenha mantido estável na estrutura de financiamento, a capacidade de acesso aos mercados financeiros internacionais adquiriu desde há alguns anos uma importância acrescida na gestão financeira do Grupo. Neste âmbito, o Grupo BES tem desenvolvido ao longo dos anos uma estrutura dinâmica e sofisticada de gestão integrada dos riscos de mercado (taxa de juro, cambial, crédito e acções) e uma prudente gestão do risco de liquidez, o que tem permitido suportar o crescimento da actividade, aproveitando as vantagens proporcionadas pelas perspectivas de evolução das condições económicas. Esta capacidade de actuação nos mercados financeiros tem sido utilizada não apenas no âmbito da gestão financeira e do *trading* proprietário, mas também na prestação de serviços aos seus clientes.

A primeira metade de 2007 foi caracterizada por um elevado dinamismo da actividade económica global. O forte crescimento da liquidez na economia levou o Banco Central Europeu a prosseguir o ciclo de subida das taxas de juro, contribuindo para uma apreciação do euro face a dólar. Apesar do aumento das taxas de juro, os mercados accionistas apresentaram um desempenho favorável, com os índices accionistas a registarem fortes valorizações.

Na segunda metade de 2007 a economia mundial e os mercados financeiros foram marcados pelos efeitos da crise do crédito *subprime* nos EUA, que se traduziu numa forte deterioração da confiança dos investidores e na escassez de liquidez nos mercados monetário e de crédito (com o consequente aumento de *spreads*). No último trimestre do ano acentuou-se o ambiente de instabilidade nos mercados, com uma quebra acentuada nos mercados accionistas e nos mercados de taxa de juro, bem como um imediato aumento dos *spreads* de crédito. Em consequência, verificou-se uma forte contracção da liquidez, sobretudo no segmento de médio e longo prazo, em todo o tipo de instrumentos, e um aumento significativo das taxas de juro de curto prazo, obrigando os Bancos Centrais a intervirem no mercado, através de injeção de grandes quantidades de liquidez.

Neste ambiente, os resultados de mercado foram positivamente influenciados pelas decisões tomadas no início do ano de alienação de muitas das posições de risco, em particular nos segmentos de obrigações e acções, que permitiu não apenas incrementar os níveis de liquidez, mas também reduzir de forma considerável o risco de mercado em balanço antes do eclodir da crise nos mercados financeiros.

O Grupo beneficiou ainda do seu posicionamento em mercados emergentes, nomeadamente no Brasil, cuja *performance* se manteve positiva, também na segunda metade do ano, bem como do posicionamento tático em algumas divisas e índices accionistas.

O profundo envolvimento do Grupo nos mercados financeiros, em particular taxa de juro e cambial, tem permitido disponibilizar aos clientes, em particular do segmento empresas, soluções de gestão de riscos financeiros inovadoras e adequadas a cada perfil de risco. Apoiado no posicionamento crescente do Grupo BES no segmento de empresas, esta actividade de gestão de risco cresceu de forma significativa em 2007, conseguindo uma diversificação das soluções apresentadas a nível dos produtos taxa de juro, cambiais e *commodities*.

Dentro da gestão global de liquidez é de destacar a política de financiamento, que é estabelecida para todos os passivos, desde a captação de recursos junto de clientes, até ao capital ordinário e preferencial dos accionistas, incluindo a utilização de instrumentos de financiamento nos mercados financeiros.

No âmbito da sua política de financiamento, o Grupo BES participa activamente e de forma recorrente nos mercados internacionais através (i) de emissões de capital híbrido, (ii) de emissões de dívida de curto prazo, através dos seus programas de papel comercial (*Euro Commercial Paper Programme* - 2 000 milhões de euros, e *U.S. Commercial Paper Programme* - 1 000 milhões de dólares), e emissões de dívida de médio e longo prazo, principalmente ao abrigo do Programa de *Euro Medium Term Notes* (EMTN) e (iii) da execução de operações de dívida colateralizada, através da titularização de activos e de emissões de obrigações hipotecárias.

As condições favoráveis verificadas nos mercados de capitais durante o primeiro semestre permitiu ao Grupo BES executar a quase totalidade do seu plano financeiro para 2007 até Julho, tendo realizado até essa data as emissões de dívida de médio e longo prazo orçamentadas, bem como uma operação de titularização de créditos hipotecários. Esta antecipação permitiu manter níveis de liquidez excedentários até ao final do ano, apesar de não ter acedido ao mercado de capitais durante a segunda metade do ano.

Em Julho de 2007 o Grupo BES executou com sucesso a sua sexta operação de titularização de créditos à habitação (*Lusitano Mortgages no.6 Limited*) e em Dezembro de 2007, prosseguindo o objectivo de diversificação das classes de activos utilizadas em operações de titularização de créditos, concretizou a primeira operação de titularização de créditos resultantes de contratos de mútuo celebrados em regime de *project finance*, no montante de 1 079 milhões de euros, denominada *Lusitano Project Finance No.1 Limited*.

Em Novembro de 2007, o Grupo BES estabeleceu o seu programa de obrigações hipotecárias (*Covered Bonds Programme*), o que permitirá realizar emissões de obrigações hipotecárias até um valor nominal agregado de 10 000 milhões de euros. No final do mês de Novembro, atendendo às condições de mercado, foi decidido adiar a realização da sua primeira emissão de obrigações hipotecárias para o início de 2008.

BES Finance

À semelhança do que se encontra frequentemente na organização dos principais grupos financeiros internacionais, também no universo do Grupo BES existe uma sociedade especializada, a *BES Finance*, cuja actividade consiste na captação de recursos nos mercados internacionais. Esta sociedade que está sediada nas ilhas Caimão, foi constituída em 1997, com capital ordinário integralmente subscrito pelo BES.

Em Fevereiro de 1997, a *BES Finance* estabeleceu um programa de *Euro Medium Term Notes* (EMTN), actualizado anualmente através da emissão do respectivo Prospecto, ao abrigo do qual pode emitir dívida sénior ou subordinada até um valor nominal agregado de 20 000 milhões de euros.

Actualmente para além da *BES Finance* podem ainda emitir obrigações ao abrigo do programa o BES (Sede) e as suas sucursais nas Ilhas Caimão e na Zona Franca da Madeira. Estas obrigações, que podem ser denominadas em qualquer moeda e emitidas por qualquer prazo, estão cotadas na Bolsa do Luxemburgo. O montante de obrigações sénior emitidas pela *BES Finance* ao abrigo do Programa EMTN e vivas ascendia a 6 811 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2007. A sociedade concretizou ainda um conjunto de emissões de obrigações subordinadas, que totalizavam 1 734 milhões de euros no final de 2007.

Em 2007, na sequência da publicação do Decreto-Lei 193/2005, as emissões de dívida denominada em euros ao abrigo do programa EMTN passaram a ser efectuadas directamente pelo BES. Assim, no final de 2007, o montante de obrigações sénior emitidas pelo BES ao abrigo do Programa EMTN era de 3 150 milhões de euros.

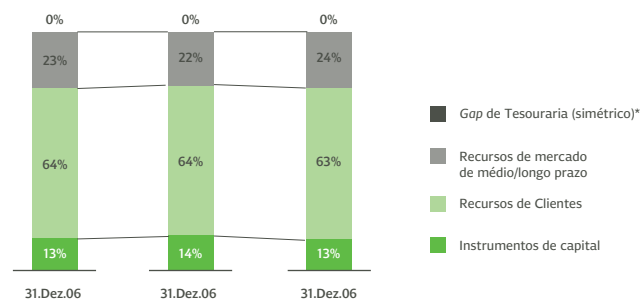
Fora do âmbito do programa EMTN, a *BES Finance* procedeu à emissão de acções preferenciais no montante global de 600 milhões de euros, garantida pelo BES e colocada junto de investidores institucionais europeus, encontrando-se cotadas na Bolsa do Luxemburgo.

Em Maio de 2007, a *BES Finance* procedeu, fora do programa EMTN, à emissão de *extendible notes* no mercado norte-americano no montante de 1 000 milhões de dólares americanos.

A evolução da estrutura de financiamento do Grupo evidencia a importância e estabilidade dos recursos de clientes em balanço (depósitos e títulos), que assumem, no final de 2007, 63% do total das fontes de financiamento, enquanto os recursos de médio e longo prazo representam 24% e os fundos próprios contribuem com 13%. Na sequência da política de gestão de liquidez seguida nos últimos anos, o *gap* de tesouraria tem apresentado consistentemente valores que traduzem níveis de liquidez excedentários. A liquidez disponível no curto prazo é gerida numa óptica consolidada e permite minimizar o risco de uma possível aceleração da actividade comercial caracterizada por um ritmo

de crescimento do crédito superior ao ritmo de crescimento dos recursos (de balanço) dos clientes.

Estrutura de Financiamento



(*) *Gap* de tesouraria — liquidez imediata e créditos interbancários de curto prazo deduzidos dos débitos interbancários até um ano. Assim, numa óptica de necessidades de financiamento, o *gap* de tesouraria negativo indica níveis de liquidez excedentários.

Este comportamento resulta da execução de diversas operações de financiamento nos mercados internacionais, com especial destaque para:

- A captação de recursos de mercado de médio e longo prazo, quer através da realização de novas emissões de obrigações sénior ao abrigo do programa EMTN (entrada líquida de fundos de cerca de 2 mil milhões de euros), como através da contratação de empréstimos de médio e longo prazo com organismos e instituições financeiras internacionais;
- A titularização de crédito à habitação no montante de 1,1 mil milhões de euros, realizada em Julho de 2007 (*Lusitano Mortgages no. 6 Limited*).

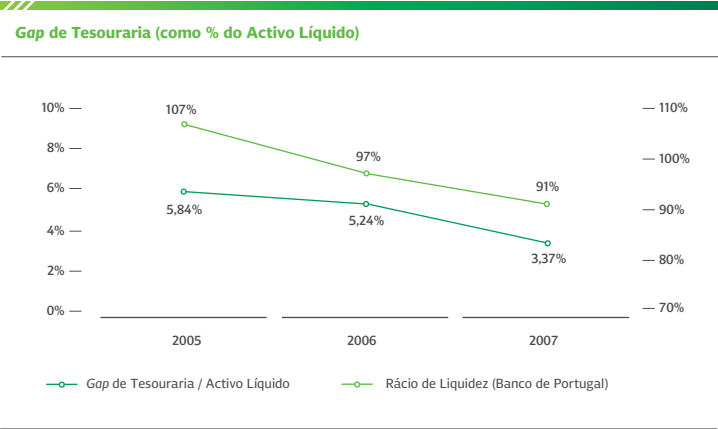
Em Maio e Junho de 2007 foram realizadas duas emissões *Extendible Notes* colocadas em investidores institucionais americanos e europeus no montante de 1 000 milhões de dólares americanos e 200 milhões de euros, respectivamente. Na sequência da crise de liquidez, os investidores optaram por não estender a maturidade destes títulos.

Apesar da operação de titularização de créditos *Lusitano Project Finance No.1 Limited* realizada em Dezembro não ter aportado liquidez imediata, a classe de títulos emitidos com *rating* AAA (no montante de 890 milhões de euros) é elegível para redesconto junto do Banco Central Europeu e permanece disponível na carteira de títulos do Grupo como fonte alternativa de liquidez.

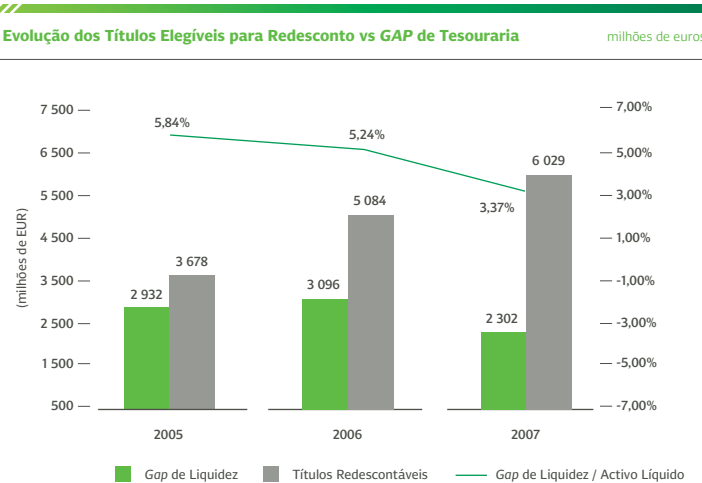
Fontes de Financiamento	Dez. 06	Dez. 07	Variação
Gap de Tesouraria (simétrico)*	(2 932)	(3 096)	(2 302)
Caixa e outras disponibilidades junto de IC's	7 139	9 153	10 049
Débitos de curto prazo junto de IC's	4 207	6 057	7 747
Recursos de mercado de médio/longo prazo	9 994	10 842	13 407
Euro Medium Term Notes & Extendible Notes**	7 252	8 980	11 000
Débitos de médio e longo prazo junto de IC's	2 742	1 862	2 407
Recursos de clientes em Balanço	27 873	31 995	35 920
Instrumentos de capital	5 398	7 063	7 509
TOTAL	40 333	46 805	54 533

(1*)Gap de tesouraria — liquidez imediata e créditos interbancários de curto prazo deduzidos dos débitos interbancários até um ano. Assim, numa óptica de necessidades de financiamento, o gap de tesouraria negativo indica níveis de liquidez excedentários..
(**) Exclui as emissões de *Extendible Notes* colocadas no mercado europeu e norte-americano, para as quais não foi exercida a opção de extensão de maturidade, no montante de 200 milhões de euros e 750 milhões de dólares, respectivamente.

A manutenção de uma política prudente de gestão da liquidez traduzida, por um lado, na diversificação das fontes de financiamento e, por outro, no alargamento dos prazos dos recursos captados, resultou a partir de 2002 em excedentes de tesouraria de curto prazo, que representavam, no final de 2007, 3,37% do activo líquido.



Por outro lado, a carteira de títulos elegíveis para redesconto constitui uma fonte adicional de liquidez, quer através do redesconto junto do Banco Central, quer no mercado de repos.



Fonte: Bloomberg

Notações de Rating do Banco Espírito Santo

As notações atribuídas pelas agências de *rating* internacionais ao Banco Espírito Santo reflectem a sua solidez financeira, fruto de uma estratégia de crescimento orgânico bem sucedida.

	LONGO PRAZO	CURTO PRAZO	OUTLOOK
Standard & Poor's	A	A 1	Estável
Moody's	Aa3	P-1	Estável
Fitch	A+	F1	Estável

Standard & Poor's: Em Março de 2007 reviu em alta o *rating* do BES para A/A-1 de A-/A-2 (*outlook* estável), com base no reforço da base de capital (consequência do aumento de capital concluído em Maio de 2006), o fortalecimento da posição competitiva no mercado português, bem como a melhoria da qualidade dos activos, especialmente no segmento das PME e particulares.

Moody's: Aa3 para a dívida de longo prazo e P1 para a dívida de curto prazo (*outlook* estável). O *rating* atribuído pela *Moody's* reflecte o reforço contínuo do posicionamento no mercado doméstico, diversificação de negócio e a solidez financeira do Grupo e bons níveis de solvabilidade.

FitchRatings: A+ para dívida de longo prazo e F1 para dívida de curto prazo (*outlook* estável), com base no forte posicionamento do Grupo no mercado doméstico, na qualidade dos activos, baixo perfil de risco e adequados níveis de solvabilidade e rentabilidade.

06 Gestão dos Riscos

6.1 // A Função de Risco no Grupo BES

O controlo e gestão dos riscos têm sempre desempenhado um papel de fundamental importância no desenvolvimento equilibrado e sustentado do Grupo BES. Para além de contribuírem para a optimização do binómio rentabilidade/risco das várias linhas de negócio, asseguram também a manutenção de um perfil de risco conservador ao nível da solvabilidade, provisionamento e liquidez.

A definição do perfil de risco do Grupo é da responsabilidade da Comissão Executiva, que fixa igualmente os princípios gerais de gestão e controlo de riscos, assegurando que, para tal, o Grupo BES detém as competências e os recursos necessários à prossecução de tais objectivos.

Suportando as decisões da Comissão Executiva, um conjunto de Comités especializados assumem um importante papel na área de gestão e controlo de risco:

Comité de Risco: reúne mensalmente com a presença do Presidente da Comissão Executiva e é responsável por monitorizar a evolução do perfil integrado de risco do Grupo e por analisar e propor políticas, metodologias e procedimentos de avaliação e controlo de todos os tipos de risco.

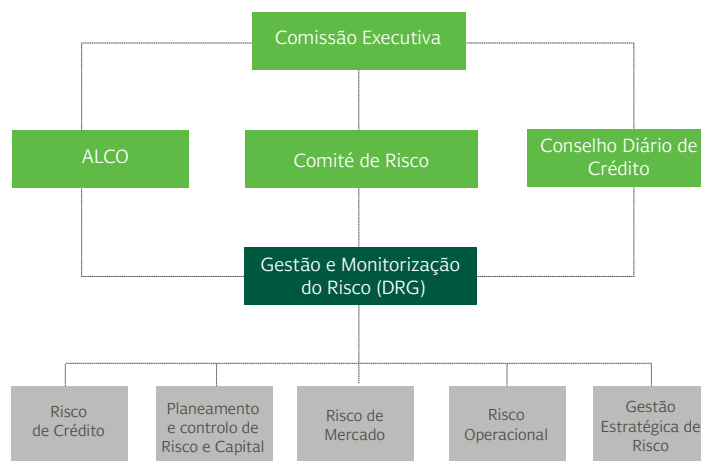
Conselho Diário de Crédito: reúne com a presença de membros da Comissão Executiva, sendo apresentadas e decididas as principais operações de crédito, de acordo com as políticas de risco definidas. A situação da tesouraria e a evolução dos mercados financeiros são igualmente objecto de análise nesta reunião.

ALCO (Asset and Liability Committee): reúne mensalmente, com a presença dos membros da Comissão Executiva, incluindo o seu Presidente, com o objectivo de controlar a gestão o risco de mercado, de taxa de juro e de liquidez.

A nível operacional, a área de gestão e monitorização de Risco está centralizada no Departamento de Risco Global, cuja actividade reflecte os princípios subjacentes às melhores práticas de gestão de risco, assegurando:

- a independência face às outras áreas do Grupo BES, nomeadamente aos departamentos comerciais, e credibilidade perante os órgãos de gestão e fiscalização, accionistas, investidores e reguladores;
- a integração e gestão global de todos os riscos (crédito, mercado, liquidez, taxa de juro e operacional, ao nível da actividade doméstica e internacional);
- a incorporação consistente dos conceitos de risco e capital na estratégia e nas decisões de negócio de todo o Grupo BES, assegurando total transversalidade nas comparações directas de risco e rentabilidade e uma visão única de risco.

A função de risco está organizada por forma a abranger os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, de taxa de juro, taxa de câmbio e operacional.



A área de Risco de Crédito está organizada em sub equipas especializadas na análise e atribuição de *rating* por segmentos: a mesa de *rating* para *top corporates* (empresas com um volume de negócios superior a 50 milhões de euros), instituições financeiras, clientes institucionais, Administração Local e Regional e operações de *project finance* e *acquisition finance*; a equipa de Médias Empresas para o segmento de empresas de média dimensão (volume de negócios entre 25 e 50 milhões de euros); a equipa de Projectos Imobiliários; o Núcleo de Análise e Investimentos e a equipa de Micro Empresas e *Start-ups*.

O planeamento e controlo dos *portfolios* sujeitos a risco de crédito está a cargo da área de Planeamento e Controlo de Risco e Capital. Esta responsabilidade é assegurada através da monitorização articulada dos seguintes eixos:

- Requisitos de capital e solvabilidade: implementação e desenvolvimento da ferramenta de cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura do risco de crédito de acordo com as novas regras de Basileia II; planeamento e controlo mensal dos requisitos de capital para risco de crédito e determinação da solvabilidade do Grupo BES.
- Sinistralidade e provisionamento do crédito: elaboração do orçamento do crédito vencido e respectivo acompanhamento mensal; desenvolvimento da metodologia de cálculo das perdas por imparidade do crédito e; planeamento e coordenação do processo mensal de determinação das perdas de imparidade e do custo de provisionamento.
- Concentração de risco: reporte dos grandes riscos regulamentares; definição e controlo das métricas internas de concentração do risco de crédito ao nível de grupos económicos e sectores de actividade.

A área de Risco de Mercado, por sua vez, tem como principal função a quantificação, monitorização e reporte do risco de mercado (carteiras de *trading*), risco de taxa de juro do balanço e risco de liquidez.

Quanto à área de Risco Operacional, esta tem como principais responsabilidades (i) assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação das principais fontes de risco; (ii) acompanhar e monitorizar o desempenho de sistemas, processos e produtos/serviços relativamente às fontes de risco operacional identificadas; (iii) controlar os indicadores de risco (KRIs); (iv) analisar a ocorrência de eventos e as perdas daí resultantes; (v) promover e acompanhar a implementação de acções de gestão/mitigação de riscos operacionais e (vi) reportar a informação relevante aos vários níveis hierárquicos.

A área de Gestão Estratégica de Risco, por seu turno, abrange transversalmente todos os tipos de risco ao nível das metodologias, modelos de avaliação e políticas de risco.

A um nível funcional subdivide-se em duas unidades:

- Investigação e Desenvolvimento (I&D) que tem como objectivos (i) desenvolver, monitorizar e validar metodologias e modelos para identificação e quantificação dos vários tipos de risco, incluindo-se neste ponto, no caso do risco de crédito, diversos modelos de PD⁽¹⁾, LGD⁽²⁾ e EAD⁽³⁾ utilizados no Grupo; (ii) desenvolver e implementar ferramentas de apoio à decisão baseadas em risco / valor; (iii) dar apoio às áreas de negócio na apropriação dos conceitos de rentabilidade ajustada pelo risco e (iv) apoiar os processos de securitização na gestão do processo de atribuição de *ratings* e na selecção dos *portfolios* numa lógica de transferência de risco;
- Políticas de Risco/Processos que é responsável nomeadamente por (i) propor políticas de risco aplicáveis às várias unidades do Grupo; (ii) participar na avaliação da eficiência e eficácia de processos de decisão e nas propostas de redesenho dos mesmos, quantificando os parâmetros de risco necessários a uma análise custo-benefício, e (iii) analisar e propor limites para poderes de aprovação de vários tipos de risco, ao nível da operação, do cliente e de *portfolio*.

6.2 // O Novo Acordo de Capital (Basileia II)

Consciente dos desafios e oportunidades decorrentes do Novo Acordo de Capital, o Grupo BES estabeleceu em 2003 como meta o posicionamento nos métodos *IRB Foundation* para o Risco de Crédito e *Standardised Approach* para o Risco Operacional.

Foram feitos investimentos significativos no desenvolvimento de plataformas técnicas, e no reforço de competências dos recursos humanos. Após a consolidação e aperfeiçoamento dos modelos internos de análise de risco, com destaque para os sistemas de notação de risco, bem como o forte desenvolvimento dos sistemas de informação, com especial ênfase para os mecanismos de centralização da informação de todo o Grupo BES, procedeu-se ao reforço

da introdução das métricas e critérios de risco nos processos quotidianos de decisão.

Nos últimos anos assistiu-se a uma adaptação das práticas, políticas e procedimentos de gestão com o objectivo de assegurar a consideração explícita da avaliação do risco no processo de decisão, cuja implementação tem vindo a ser feita de forma consistente também para as sucursais e subsidiárias do Grupo BES, tendo como principal objectivo tornar a gestão dos riscos coerente em todas as linhas de negócio do Grupo.

No seguimento da entrega, em Setembro de 2006, da candidatura informal do Grupo BES ao método das notações internas ("*IRB Foundation*") sem estimativa própria de "LGDs⁽⁴⁾" e "CCF⁽⁵⁾" para cálculo de requisitos de fundos próprios para cobertura de risco de crédito, e ao método *standard* para o cálculo de requisitos de fundos próprios para risco operacional, realizaram-se durante o ano de 2007 uma série de interacções com o Banco de Portugal, não só ao nível da validação de modelos de *rating/scoring*, mas também de técnicas de mitigação de risco e de processos de decisão e apoio à gestão baseadas nestas metodologias.

Estes trabalhos irão continuar durante o ano em curso, mantendo todavia o Grupo BES a firme intenção de prosseguir os esforços no sentido da obtenção, tão célere quanto possível, da certificação em causa.

6.3 // Risco de Crédito

O risco de crédito, que resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco no âmbito da sua actividade creditícia, constitui o risco mais relevante a que se encontra exposta a actividade do Grupo BES. A sua gestão e controlo é suportada pela utilização de um robusto sistema de identificação, avaliação e quantificação de risco, que tem vindo a ser continuamente aperfeiçoado.

6.3.1 // Práticas de Gestão

O Grupo tem prosseguido uma política de gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem assenta nos seguintes vectores:

- Desenvolvimento contínuo da modelização do risco de crédito, com consequente diminuição do peso da subjectividade na sua apreciação;
- Melhoria contínua ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão, com destaque para a independência da função de risco, delegação de poderes de acordo com níveis de *rating* e adequação sistemática do *pricing*, maturidade e garantias aos *ratings* dos clientes.

(1) PD: *Probability of Default* - Probabilidade de Incumprimento

(2) LGD: *Loss Given Default* - Perda dado o incumprimento

(3) EAD: *Exposure at Default* - Exposição na data de Incumprimento

(4) LGD: *Loss Given Default* - Perda dado o incumprimento

(5) CCF: Factor de conversão

a. Os Sistemas Internos de Notação de Risco

Face às particularidades inerentes ao seu desenvolvimento e aplicação, os sistemas internos de notação de risco subdividem-se nas seguintes categorias:

Segmento de Risco	Definição	Modelos
Start-Up's	Empresas com data de constituição inferior a 2 anos completos e facturação inferior a 25 milhões de euros no 1º ano.	Modelo de <i>Scoring</i> .
Pequenas Empresas e Empresários em Nome Individual (ENI's)	Empresas com facturação inferior a 1,25 milhões de euros e particulares caracterizados como ENI's.	Modelo de <i>Scoring</i> organizado em duas versões: até 0,5 milhões de euros e acima de 0,5 milhões de euros de facturação.
Médias Empresas	Empresas com volumes de facturação superiores a 1,25 milhões de euros e inferiores a 50 milhões de euros, com excepção para os sectores integrados em segmentos de risco específico.	Modelo de <i>Rating</i> organizado em duas versões: até 25 milhões de euros de facturação e entre 25 milhões de euros e 50 milhões de euros.
Grandes Empresas	Empresas com volume de facturação consolidada superior a 50 milhões de euros, com excepção para os sectores integrados em segmentos de risco específico.	Templates específicos para os vários sectores de actividade.
Sector Imobiliário	Empresas dedicadas à actividade de promoção e investimento imobiliário.	Templates de Grandes Empresas Imobiliárias e de Projectos Imobiliários específicos.
Instituições Financeiras	Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.	Template de Bancos, Outras Instituições Financeiras e <i>Leasings</i> .
Holdings	Sociedades Gestoras de Participações Sociais que detêm grupos económicos mas não apresentam actividade operacional própria.	Template de <i>Holdings</i> .
Institucionais	Entidades relacionadas com o Sector Público.	Template de Institucionais.
Administrações Locais e Regionais	Entidades da Administração Regional e Local do Estado.	Template de Municípios.
Project Finance	Operação de Financiamento a uma sociedade veículo que opera um activo específico numa área de negócio definida, responsável pela geração de <i>Cash Flows</i> que permitirá servir a respectiva dívida.	Templates de <i>Project Finance</i> .
Acquisition Finance	Operações de financiamento associadas a aquisições de empresas (LBOs, MBOs).	Template de <i>Acquisition Finance</i> .

• Modelos Internos de *Rating* para Carteiras de Empresas

No que concerne aos modelos de *rating* para carteiras de empresas, são adoptadas abordagens distintas em função da dimensão e do sector de actividade dos clientes e/ou operações. São utilizados ainda modelos específicos adaptados a operações de *project finance*, *leveraged finance* e promoção imobiliária.

Relativamente às Grandes Empresas, Instituições Financeiras, Institucionais, Administrações Locais e Regionais e financiamentos especializados - nomeadamente, *project* e *leveraged finance* - as notações de risco são atribuídas por uma equipa especializada (mesa de *rating*). Esta estrutura inclui actualmente quatro equipas organizadas por sectores de actividade, equipas especializadas na atribuição de *rating* a *project finance* e a Instituições Financeiras e uma equipa que valida os *ratings* propostos pelos analistas de risco de crédito pertencentes às sucursais de Londres, Nova Iorque ou ao BES Investimento do Brasil.

A atribuição das notações internas de risco por parte desta equipa a estes segmentos de risco, classificados como portfólios de baixa sinistralidade (*Low Default Portfolios*) assenta na utilização de modelos de *rating* do tipo *expert-based (templates)* baseados em variáveis qualitativas e quantitativas, fortemente dependentes do sector ou sectores de actividade em que operam os clientes em análise. Com excepção da atribuição de *rating* a financiamentos especializados, a metodologia utilizada pela mesa de *rating* rege-se ainda por uma análise de risco ao nível do perímetro máximo de consolidação e pela identificação do estatuto de cada participada dentro do respectivo grupo económico, o que poderá condicionar os *ratings* finais atribuídos. Os *templates* de actividade e os templates “*rules based*” anteriormente descritos foram alinhados com as melhores práticas de uma das principais agências de *rating* internacionais.

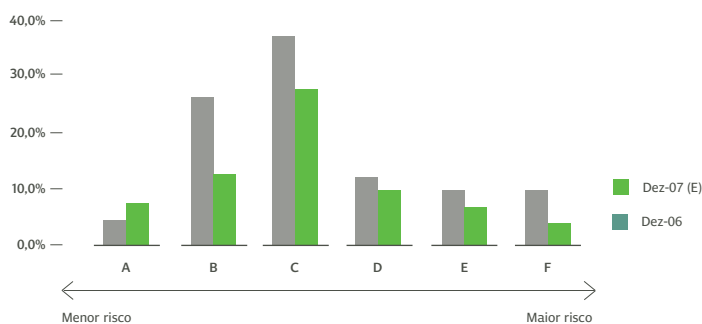
Para o segmento de Médias Empresas são utilizados modelos de *rating* estatísticos, os quais combinam informação financeira com dados de natureza qualitativa. A publicação das notações de risco requer um processo prévio de validação elaborado por uma equipa técnica de analistas de risco, os quais tomam ainda em consideração variáveis de natureza comportamental e se pronunciam, nas circunstâncias previstas nos respectivos normativos de processo de crédito, sobre as operações de crédito propostas, elaborando para o efeito relatórios de análise de risco.

Para o segmento de Negócios (pequenas empresas), para além da informação financeira e qualitativa, utiliza-se informação sobre o comportamento bancário das empresas e do(s) sócio(s) no cálculo das notações de risco.

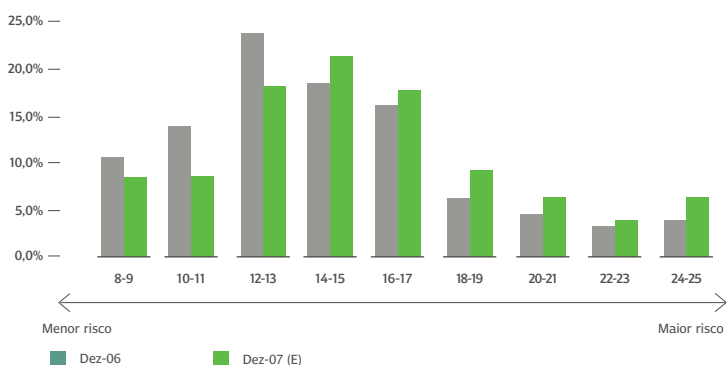
Encontram-se igualmente implementados modelos de *rating* especificamente vocacionados para a quantificação do risco inerente ao financiamento de “*start-ups*”.

Finalmente, para o sector imobiliário (e, em especial, no caso das pequenas e médias empresas), atentas as suas especificidades, os respectivos *ratings* são atribuídos por uma equipa central especializada, suportando-se na utilização de modelos específicos que combinam a utilização de variáveis quantitativas e técnicas (avaliações imobiliárias), bem como variáveis qualitativas, sendo esta equipa igualmente responsável pela elaboração das análises de risco das propostas de crédito especializado que revestem a forma de financiamentos à construção.

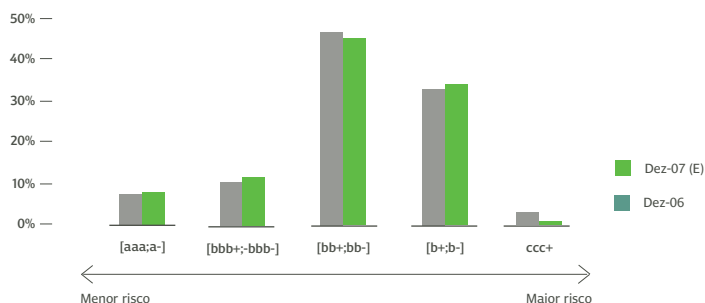
Repartição da carteira de crédito por notação de rating: Actividade Doméstica Modelo de Scoring Negócios



Modelo de Rating Médias Empresas



Modelo de Rating Grandes Empresas



• Modelos Internos de **Scoring** para Carteiras de Particulares

O Grupo BES dispõe de modelos de *scoring* de origemação e comportamentais para os seus principais produtos de particulares: crédito habitação, crédito individual, cartões de crédito, descobertos e contas empréstimo, cujas notações estão calibradas contra probabilidades de incumprimento a um ano. A capacidade preditiva dos modelos é objecto de monitorização periódica.

Paralelamente à estimação dos incumprimentos, são também monitorizados regularmente outros parâmetros necessários à quantificação e gestão de risco: a recuperação (LGD) e a exposição estimada para o momento do incumprimento (EAD).

Todos os modelos de *rating* e *scoring* desenvolvidos, atrás descritos, assumem hoje em dia um papel determinante não só na análise técnica do risco mas também nos processos de aprovação e monitorização do risco de crédito. Os modelos de *rating* e *scoring* foram também utilizados nas campanhas de crédito pré-aprovado levadas a cabo pelo Grupo BES durante o ano de 2007.

Conforme previsto na nova regulamentação sobre requisitos mínimos de capital (Basileia II) e seguindo as melhores práticas de gestão de risco, a validação e a eventual recalibração dos modelos são realizadas anualmente. O exercício global de validação interna dos diversos modelos de *rating*, efectuada pelo Grupo BES em 2007, permitiu concluir que os modelos continuam a evidenciar uma boa capacidade de discriminação de risco e, portanto, permanecem válidos.

b. A Concessão de Crédito

No seguimento da implementação do vasto conjunto de iniciativas desenvolvidas ao longo dos últimos anos e relacionadas, nomeadamente, com o projecto global de revisão e adaptação dos processos de crédito nos vários segmentos comerciais, cuja concretização foi sendo realizada de forma progressiva, o processo de concessão de crédito no Grupo BES tem sofrido sucessivas modificações que se materializaram na incorporação cada vez mais abrangente das notações de *rating* interno e de métricas de rendibilidade ajustada pelo risco nos processos de decisão.

Essa é uma realidade que, em 2007, se estendeu de forma transversal à quase totalidade dos segmentos comerciais, com as notações de *rating/scoring* a serem incorporadas directamente na definição dos poderes de crédito dos diferentes escalões de decisão, quer em termos de limites de exposição, quer de *pricing*.

Do mesmo modo, em total sintonia com as metodologias e práticas de gestão de risco seguidas em Portugal e visando também dar resposta ao exigente desafio estratégico definido no âmbito do reforço da posição do Grupo BES em Espanha, foi implementado no decurso do primeiro trimestre de 2007 o

projecto global de redesenho por segmentos de todos os processos de análise, decisão e controlo de crédito em vigor na sucursal de Espanha.

c. A Monitorização do Risco de Crédito

As actividades de acompanhamento e de controlo têm por objectivo medir e controlar a evolução do risco de crédito e, simultaneamente, numa perspectiva de mitigação de perdas potenciais, possibilitar a oportuna definição e implementação de medidas concretas para situações específicas cujos contornos indiciem agravamento de risco, bem como estratégias globais de gestão da carteira de crédito.

Neste contexto, norteadas pelo objectivo de preservação da qualidade e dos padrões de risco do Grupo BES, a função de monitorização do risco de crédito e o seu respectivo desenvolvimento continua a ser objectivamente assumida como um eixo de intervenção prioritário do sistema de gestão e controlo de risco, sendo composta essencialmente pelos seguintes processos:

• Detecção de sinais de alerta e acompanhamento de clientes

Para além dos modelos de *rating/scoring*, e em estreita articulação com o processo de cálculo, análise e avaliação da imparidade do crédito, o Grupo BES tem implementado um sistema de monitorização de risco suportado num conjunto de mecanismos de detecção de múltiplos sinais de alerta nos quais se integram os indícios de imparidade.

É com base neste sistema de sinais de alerta e função da respectiva frequência, gravidade e correlação que, de forma recorrente, se procede à identificação, análise e qualificação dos clientes que apresentam sintomas de agravamento do seu perfil de risco e, simultaneamente, se definem as opções de relação comercial, se determina o nível de vigilância activa requerido e, sempre que aplicável, o respectivo nível de imparidade do crédito que melhor se ajusta ao perfil e quadro de situação de cada uma das entidades objecto de análise e ao grau de cobertura proporcionado pelos instrumentos de mitigação de risco de cada contrato/cliente.

Estas atribuições são da competência da Comissão de Análise de Risco de Crédito (CARC) que, para o efeito, promove e lidera a realização de reuniões presenciais, que se desenvolvem ao longo do ano, com todas as estruturas comerciais e cujas conclusões são alvo de reporte periódico ao Comité de Risco e à Comissão Executiva.

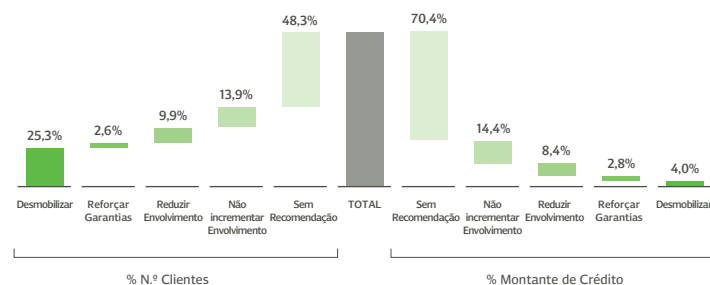
Num contexto macro-económico que se revelou claramente mais difícil, as acções de acompanhamento e monitorização do risco de crédito desenvolvidas neste exercício foram naturalmente ainda mais intensificadas.

Assim, neste ano, a CARC procedeu à análise e avaliação em profundidade de situações específicas de cerca de 6 mil clientes referenciados. Dessa avalia-

ção, e em função das respectivas especificidades, entendeu a Comissão emitir recomendações que incidiram sobre 52% dos clientes alvo de análise (cerca de 3 100) cuja exposição global representava 30% das responsabilidades totais objecto de análise. No gráfico seguinte apresenta-se a distribuição observada por tipologia de recomendações.

Recomendações CARC em 2007

(Perfil de distribuição da carteira analisada)



Em linha com as dificuldades que alguns sectores da economia têm vindo a acusar, do conjunto das recomendações produzidas cerca de 66% foram definidas para clientes cuja actividade económica estava centrada nos sectores da construção civil, promoção imobiliária, comércio por grosso e retalho e indústria têxtil.

• Análise global do perfil de risco das carteiras de crédito

O perfil de risco dos *portfolios* de crédito é analisado mensalmente no Comité de Risco. Nestas reuniões é feito o acompanhamento do perfil de risco do Grupo BES e das respectivas unidades de negócio, integrando quatro grandes eixos de análise: (i) evolução das exposições, (ii) monitorização das perdas creditícias, (iii) alocação e consumo de capital e (iv) controlo da rentabilidade ajustada pelo risco.

d. Processo de Recuperação

Todo o processo de recuperação é desenvolvido com base no conceito integrado de cliente. Cada cliente tem afecto um “recuperador” que acompanha todos os seus créditos em recuperação (independentemente do segmento – empresas ou retalho). O tratamento do crédito a particulares, considerada a volumetria e natureza, em algumas fases obedece a critérios automáticos e industrializados, enquanto o crédito a empresas obedece a critérios personalizados de abordagem.

No decurso do processo são equacionadas as possibilidades de acordo, recorrendo à via judicial sempre que se mostre necessário para ressarcimento dos

créditos e defesa dos direitos mas mantendo sempre a disponibilidade para equacionar soluções que potenciem o regresso a uma situação de cumprimento e, por consequência, a manutenção do cliente.

6.3.2 // Análise do Risco de Crédito

a. Carteira de Crédito a Clientes

Estrutura da Carteira de Crédito

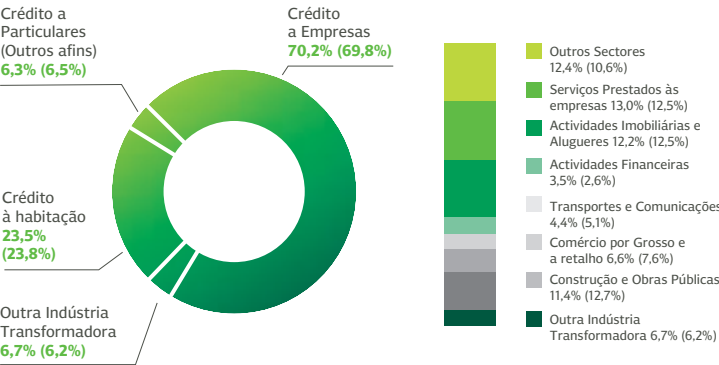
A carteira de crédito apresentou em 31 de Dezembro de 2007 um crescimento de 16,9% face ao final do exercício anterior. Esta evolução reflecte uma política direccionada, por um lado, para produtos de baixo risco destinados a particulares, em especial o crédito habitação (crescimento de 8,1%) e, por outro, para o segmento de empresas, tirando assim partido da vasta experiência que o Grupo possui nesta área.

Tipo de Crédito	Dez. 06		Dez. 07		Variação %	
	Deduzindo securitização	Incluindo crédito securitizado	Deduzindo securitização	Incluindo crédito securitizado	Deduzindo securitização	Incluindo crédito securitizado
Crédito Total (bruto)	35 752	40 546	43 161	47 389	20,7	16,9
Habitação	8 500	13 294	10 141	14 369	19,3	8,1
Particulares (outro)	2 309	2 309	2 714	2 714	17,5	17,5
Empresas	24 943	24 943	30 306	30 306	21,5	21,5

Os valores securitizados correspondem ao saldo das operações de securitização no fim dos períodos considerados

De acordo com a política de diversificação da carteira de crédito, privilegiou-se uma vez mais níveis de concentração conservadores ao nível da exposição sectorial.

Distribuição Sectorial da Carteira de Crédito

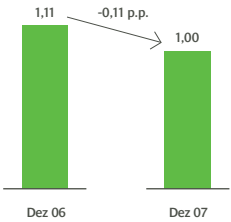


Qualidade do Crédito

Durante o ano de 2007 foram alcançadas melhorias assinaláveis ao nível do perfil de risco da actividade creditícia, dando continuidade à tendência verificada nos últimos anos de redução do risco da carteira de crédito. Esta evolução favorável, alicerçada no aperfeiçoamento constante das políticas e práticas de concessão, acompanhamento e recuperação do crédito vigentes no Grupo BES, fez-se notar no desempenho dos principais indicadores de risco da carteira de crédito.

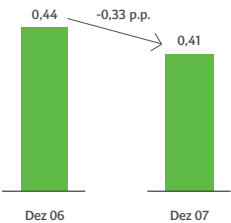
Ao nível do rácio de crédito vencido há mais de 90 dias verificou-se, no decurso do corrente exercício, uma redução de 11 p.b., passando o rácio de sinistralidade a situar-se em 1,00%.

Evolução da Sinistralidade % (Crédito vencido > 90d/Crédito a clientes Bruto)



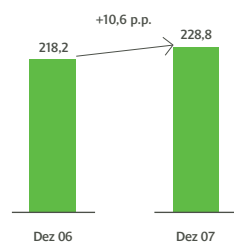
Esta melhoria da sinistralidade permitiu a redução do nível do esforço de provisionamento da carteira de crédito. Dando seguimento a esta tendência, o custo de imparidade do ano de 2007 (líquido de recuperações de créditos abatidos ao activo) situou-se em 0,41%, o que representa uma diminuição de 3 p.b. face ao custo de provisionamento registado no ano anterior.

Custo da Imparidade de Crédito %
(Provisões líquidas de recuperações de Créditos abatidos/Créditos a Clientes)



Importa destacar que, apesar do custo de provisionamento ter diminuído durante o corrente período, este facto não comprometeu o nível de cobertura de crédito vencido por provisões. Este indicador registou mesmo um aumento de 10,6 p.b., situando-se em 228,8%.

Cobertura do Crédito vencido % (Provisões para Crédito/Crédito vencido > 90d)



Este desempenho favorável ao nível do perfil de risco da carteira de crédito, que se consubstanciou na redução da sinistralidade, na diminuição do custo de imparidade e no simultâneo aumento do nível de cobertura do crédito vencido por provisões, foi alcançado de forma articulada com o crescimento da carteira de crédito. Esta concretização é resultado da prioridade atribuída nos últimos anos ao desenvolvimento da função de risco e dos instrumentos de apoio à decisão.

b. Exposição a Mercados Emergentes

Em 31 de Dezembro de 2007 a exposição a mercados emergentes em moeda estrangeira era de 1 870 milhões de euros, representando 2,7% do activo líquido consolidado.

Países de Risco	Coeficiente de Risco 2007	Dez. 06		Dez. 07			
		Exposição Líquida		Exposição Líquida			
		Total	em Moeda Estrangeira	Exposição Bruta ⁽¹⁾	Garantias e Deduções ⁽²⁾	Total	em Moeda Estrangeira
AMÉRICA LATINA		1 770	334	2 566	181	2 385	546
Bahamas	0%	3	3	20	0	20	20
Brasil	0%	1 533	97	2 165	34	2 131	292
México	10%	2	2	105	101	4	4
Panamá	10%	226	226	230	8	222	222
Venezuela	25%	0	0	17	17	0	0
Outros		6	6	29	21	8	8
LESTE EUROPEU		3	3	4	1	3	3
Rússia	10%	2	2	1	1	0	0
Ucrânia	25%	1	1	3	0	3	3
Outros		0	0	0	0	0	0
ÁSIA - PACÍFICO		58	49	201	4	197	167
Índia	10%	7	7	37	1	36	36
Macau	10%	43	34	80	0	80	50
República Popular da China	10%	8	8	7	0	7	7
Turquia	25%	0	0	58	0	58	58
Outros		0	0	19	3	16	16
ÁFRICA		650	463	1 581	136	1 445	1 154
África do Sul	10%	17	17	18	17	1	0
Angola	10%	627	445	1 518	85	1 433	1153
Cabo Verde	25%	1	1	26	25	1	1
Marrocos	10%	4	0	14	4	10	0
Outros	1	0	0	5	5	0	0
TOTAL		2 481	849	4 352	322	4 030	1 870
% ACTIVO LÍQUIDO		4,2%	1,4%			5,9%	2,7%

(1) Valores brutos líquidos de provisões para risco país
(2) Incluem Trade Finance inferior a 1 ano

Do conjunto de exposições enquadradas nas economias emergentes, e em consonância com a estratégia de internacionalização que o Grupo vem desenvolvendo, ressaltam as seguintes:

- **Brasil:** o acréscimo de exposição líquida foi de 598 milhões de euros, dos quais cerca de 250 milhões de euros correspondem à variação da valorização da posição accionista no Banco Bradesco, sendo o restante decorrente do crescimento da actividade do Banco Espírito Santo de Investimento do Brasil. De referir que em 2007 o Banco de Portugal passou a considerar o Brasil isento de risco e sem limite de exposição recomendável.

Variáveis / Indicadores	Variação			
	Dez. 06	Dez. 07	absoluta	relativa
DADOS DE BASE (milhões de euros)				
Crédito a Clientes (bruto)	35 752	43 161	7 409	20,7%
Crédito Vencido	472,5	507,6	35,1	7,4%
Crédito Vencido > 90 dias	398,4	432,9	34,5	8,6%
Crédito com Incumprimento (B.Portugal) ^(a)	495,0	604,2	109,2	22,1%
Provisões para Crédito	869,3	990,4	121,1	13,9%
INDICADORES (%)				
Crédito Vencido / Crédito a clientes (bruto)	1,32	1,18	-0,14p.p.	
Crédito Vencido >90 dias / Crédito a clientes (bruto)	1,11	1,00	-0,11p.p.	
Crédito com Incumprimento ^(a) /				
Crédito a clientes (bruto)	1,38	1,40	0,02p.p.	
Provisões para Crédito / Crédito Vencido	183,9	195,1	11,2p.p.	
Provisões para Crédito / Crédito Vencido > 90 dias	218,2	228,8	10,6p.p.	
Provisões para Crédito /				
Crédito com Incumprimento	175,6	163,9	-11,7p.p.	
Provisões para Crédito / Crédito a clientes	2,4	2,3	-0,1p.p.	
Reforço das Provisões para Crédito /				
Crédito a clientes	0,51	0,49	-0,02p.p.	
Reforço das Provisões para Crédito líquido				
de Recuperações* /Crédito a clientes	0,44	0,41	-0,03p.p.	

(a) De acordo com a definição constante da Carta Circular nº 99/03/2003 do Banco de Portugal.
* Recuperações de créditos abatidos ao activo

- **Angola:** o aumento de exposição líquida de 806 milhões de euros está relacionado com o forte crescimento da actividade do BES Angola, nomeadamente da carteira de crédito, para além da tomada de dívida pública angolana. De registar igualmente o facto de se ter verificado o *upgrade* do risco de Angola de 25% para 10%.

6.4 // Risco de Mercado

O risco de mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de acções e preços de mercadorias.

6.4.1 // Práticas de Gestão

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão de balanço através do ALCO (*Asset and Liability Committee*). Este órgão é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado, o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual é utilizada a metodologia *Value at Risk* (VaR). O Grupo BES utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano.

De forma a melhorar a medida do VaR, têm sido desenvolvidas outras iniciativas como exercícios de *back testing*, que consistem na comparação entre as perdas previstas no modelo e as perdas efectivas. Estes exercícios permitem aferir a aderência do modelo à realidade e assim melhorar as capacidades predictivas do mesmo.

Como complemento ao VaR, têm ainda sido desenvolvidos cenários extremos (*Stress Testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

6.4.2 // Análise de Risco de Mercado

O Grupo BES apresenta um valor em risco (VaR) de 24,5 milhões de euros em Dezembro de 2007, para as suas posições de *trading* em acções, taxa de juro e de *commodities*, bem como para a posição cambial global, o que compara com 24,1 milhões de euros no final do exercício anterior. O valor de 24,5 milhões de euros representa 0,6% dos fundos próprios de base consolidados.

Value at Risk 99% a 10 dias	Dez.07	Máximo 2007	Média 2007	Dez.06
Acções	21,1	16,4	9,3	13,6
Commodities	2,1	2,6	2,9	-
Taxa de Juro	4,4	5,7	8,5	5,0
Taxa de Câmbio	11,2	16,8	12,7	15,1
Efeito Diversificação	-14,3	-13,5	-12,5	-9,6
TOTAL	24,5	28,0	20,9	24,1

De forma a complementar a mensuração do risco procede-se ainda à análise da simulação de cenários extremos. Pela análise dos piores cenários extremos, tendo como base variações de 20% nos factores de risco, e considerando simultaneamente a hipótese remota de uma correlação perfeita entre os piores cenários dos vários tipos de risco, a perda máxima dada pelo VaR de 24,5 milhões de euros poderá ascender em condições muito extremas a 115,8 milhões de euros, correspondente a 2,9% dos fundos próprios de base consolidados em 31 de Dezembro.

VaR versus Cenários Extremos	2007				2006	
	Value at Risk	% Fundos Próprios de Base	Cenário Extremo	% Fundos Próprios de Base	Cenário Extremo	% Fundos Próprios de Base
Acções	21,1	0,5%	72,7	1,8%	54,4	1,5%
Commodities	2,1	0,1%	6,7	0,2%	-	-
Taxa de Juro	4,4	0,1%	23,7	0,6%	12,4	0,3%
Taxa de Câmbio	11,2	0,3%	12,6	0,3%	103,7	2,8%
TOTAL	24,5	0,6%	115,8	2,9%	170,6	4,5%

6.5 // Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro pode ser definido como o impacto na situação líquida ou no resultado financeiro de uma variação desfavorável das taxas de juro de mercado.

6.5.1 // Práticas de Gestão

O acompanhamento do risco de taxa de juro de balanço é efectuado internamente no ALCO, através do acompanhamento da margem financeira e quadros de *repricing*, entre outros.

6.5.2 // Análise do risco de taxa de juro

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, a exposição ao risco de taxa de juro de balanço é calculada com base na metodologia do *Bank of International Settlements* (BIS), classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

O modelo utilizado baseia-se numa aproximação ao modelo da duração e consiste num cenário de *stress testing* correspondente a uma deslocação paralela da curva de rendimentos de 200 p.b. em todos os escalões de taxas de juro.

As medidas de risco de taxa de juro quantificam, essencialmente, os efeitos sobre a situação líquida e resultado financeiro de variações das taxas de juro. O risco de taxa de juro na óptica do efeito sobre a situação líquida do Grupo BES cifrou-se em 216 milhões de euros em Dezembro de 2007, que compara com 500 milhões de euros no final de 2006.

6.6 // Risco de Liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas.

6.6.1 // Práticas de Gestão

A gestão da liquidez no Grupo BES tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades no curto prazo para fazer face às necessidades financeiras do Grupo. Esta gestão, centralizada no Departamento Financeiro, é caracterizada pela manutenção de níveis excedentários de liquidez no curto prazo, os quais são sustentados pela realização de operações de financiamento de médio e longo prazo nos mercados de capitais internacionais. Esta política prudente de gestão da liquidez resulta da implementação do Plano Financeiro, anualmente aprovado e revisto sempre que necessário, e traduz-se numa diversificação das fontes e maturidades de financiamento do Grupo. Como fonte adicional de liquidez, o Grupo mantém valores elevados de títulos elegíveis para redesconto, quer junto do Sistema de Bancos Centrais Europeus quer no mercado de *repos*, na sua carteira de títulos. No final de 2007, o Grupo BES aumentou a sua carteira de títulos redescontáveis junto do Banco Central Europeu, sendo intenção continuar a estruturar operações de titularização de activos como forma de liquidificar a sua carteira de crédito.

6.6.2 // Análise do risco de Liquidez

A análise do risco de liquidez é efectuada numa base diária pelo Departamento Financeiro, por via do controlo dos fluxos de caixa verificados e previstos num horizonte temporal de curto prazo e, adicionalmente, nas reuniões mensais do Comité ALCO numa perspectiva de evolução de médio e longo prazo.

Diariamente são elaborados relatórios de controlo da liquidez que permitem não só identificar os *mismatches* negativos, bem como efectuar as operações necessárias à cobertura dos mesmos.

A avaliação e o controlo do risco de liquidez são efectuados no Departamento de Risco, garantindo deste modo a segregação desta função da gestão da liquidez.

O risco de liquidez é avaliado quinzenalmente através do cálculo de *gaps* estáticos projectando a situação de liquidez para os próximos 12 meses, de acordo com as directrizes do Comité ALCO e com o estabelecido no Plano Financeiro.

Mensalmente é efectuado um cenário de *stress* com base no reporte regulamentar, sendo ainda elaborada uma previsão trimestral da liquidez com base num cenário extremo.

O rácio de liquidez é calculado segundo as regras exigidas pela instrução 1/2000 do Banco de Portugal, e situava-se em 91% no final do ano de 2007, o que compara com 97% no final de 2006. O valor do rácio de liquidez demonstra a manutenção de níveis de liquidez bastante confortáveis num clima de mercado adverso.

6.7 // Risco Operacional

O risco operacional define-se como o risco de ocorrência de eventos resultantes da aplicação inadequada ou negligente de procedimentos internos, do comportamento de pessoas e sistemas, ou de causas externas, que podem resultar em perdas financeiras ou ter impacto negativo na relação com os clientes ou outros *stakeholders*, assim como o risco de ocorrência de variações nos volumes/negócios, receitas/preços ou custos, decorrentes de alterações no ambiente de negócio e/ou da estratégia de negócio. Esta definição inclui também o risco legal, entendido como o risco de perdas em consequência de não conformidade com a regulamentação vigente (por inadequação das práticas face à documentação requerida por Lei, não alteração de processos face a nova legislação e/ou divergente interpretação da legislação) ou em resultado de acções judiciais.

A gestão do risco operacional é efectuada através da aplicação de um conjunto de processos que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco.



Estes processos fazem parte de um modelo de gestão composto por duas áreas: uma de recolha e tratamento de informação, onde se aplicam ferramentas que permitem a identificação e monitorização do risco; e outra, que utiliza a informação produzida, devidamente trabalhada, na gestão eficaz dos riscos, assegurando o devido acompanhamento das situações de maior criticidade e a implementação da estratégia de gestão do risco.

Durante o ano de 2007 manteve-se o enfoque nos seguintes tópicos do modelo de gestão implementado:

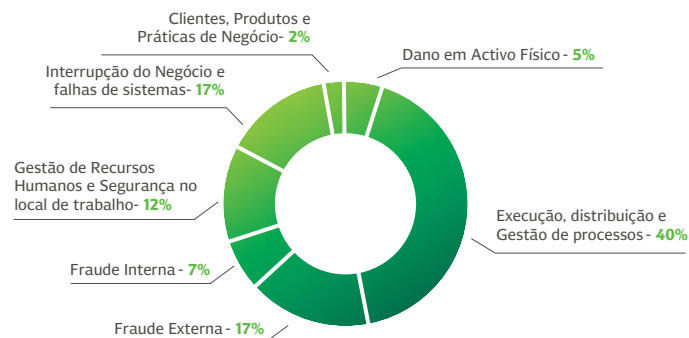
- Identificação do risco focada em riscos prioritários (criticidade elevada), definição de cenários e análise profunda de factores que podem ter impacto no perfil de risco do Grupo BES;
- Monitorização, com indicadores e controlos perfeitamente alinhados, dos riscos identificados e acompanhamento de tendências;
- Acções de mitigação alinhadas com os riscos de gestão prioritária (por exemplo, desenvolvimento/reforço de planos de continuidade de negócio);
- Dados de perdas (eventos) analisados para a identificação de tendências, revisão de *near-misses* e análise de perdas externas à organização (quando disponíveis);
- Sólido modelo de *Governance* com relatórios por medida, alinhados com as principais preocupações.

A gestão do risco operacional é suportada por uma estrutura organizacional exclusivamente dedicada ao seu desenho, acompanhamento e manutenção, contando com representantes dos departamentos, sucursais e subsidiárias considerados relevantes, com a responsabilidade de garantir nas suas áreas de competência a aplicação dos procedimentos definidos e a gestão diária do risco operacional. Estes representantes desempenham um papel fundamental para a eficaz gestão deste risco.

Assumem, também, especial relevo neste modelo de gestão:

- A Gestão do Sistema de Controlo Interno, a cargo do Departamento de *Compliance*, pelo seu papel na garantia da documentação dos processos, na identificação dos seus riscos específicos e dos controlos implementados, na determinação do rigor do desenho dos controlos e na identificação das acções de melhoria necessárias para a sua plena eficácia, sendo contínua a comunicação de e para a gestão do risco operacional;
- A Auditoria Interna, pelo seu papel no teste da eficácia da gestão dos riscos e dos controlos, bem como na identificação e avaliação da implementação das acções de melhoria necessárias.
- A Coordenação de Segurança pelo seu papel no âmbito da segurança de informação, segurança física e de pessoas e da continuidade de negócio.

Distribuição de eventos de Risco Operacional por tipo de perda (dados de 2005, 2006 e 2007)



07 Análise Financeira

7.1 // Análise Financeira do Grupo BES

A expansão da rede de balcões (nomeadamente na componente doméstica), a manutenção de elevados ritmos de captação de clientes, a aceleração do crescimento da base de clientes fidelizados, a melhoria do ritmo de colocação de produtos, a diversificação de receitas na área de empresas e o reforço do peso da contribuição do canal *Assurfinance* para o negócio de retalho, contribuíram de forma determinante para a *performance* alcançada pelo Grupo BES no exercício de 2007.

Síntese dos aspectos mais relevantes dos resultados alcançados e da actividade desenvolvida:

- o resultado do exercício totalizou 607,1 milhões de euros, o que representa um crescimento homólogo de 44,3%;
- a rentabilidade dos capitais próprios (ROE) foi de 16,6%, valor superior ao de 2006;
- a solvabilidade, medida pelo rácio *Core Tier I*, manteve-se a um nível confortável ao situar-se em 6,6%;
- a eficiência foi reforçada com o *Cost to Income* a reduzir-se para 47,5% (2006: 52,3%);
- a actividade continuou a progredir a bom ritmo com reflexos na quota média de mercado que cresceu para 20,4% (+1,4 p.p.).

7.1.1 // Actividade

A forte dinâmica comercial teve reflexos expressivos nas principais áreas de negócio:

- o crédito concedido a clientes aumentou 6,8 mil milhões de euros (+16,9%), incluindo o saldo das operações de titularização,
- os recursos totais de clientes cresceram 4,7 mil milhões de euros (+9,4%), impulsionados pelos recursos de clientes com expressão no balanço (+3,9 mil milhões de euros) que apresentaram uma variação de 12,3%,
- o contributo da actividade das unidades operacionais no exterior continuou a registar bons níveis de crescimento (crédito a clientes: +38,4%; recursos totais de clientes: +18,0%).

Evolução da Actividade	Dez. 06	Dez. 07	Variação
Activos Totais⁽¹⁾	84 628	93 819	10,9
Activo Líquido	59 139	68 355	15,6
Crédito a clientes (incluindo securitizado)	40 546	47 389	16,9
Crédito a Particulares	15 603	17 083	9,5
- Habitação	13 294	14 369	8,1
- Outro Crédito a Particulares	2 309	2 714	17,5
Crédito a Empresas	24 943	30 306	21,5
Recursos Totais de clientes (A+B)	49 632	54 305	9,4
Recursos de clientes de Balanço (A)	31 995	35 920	12,3
- Depósitos de clientes e similares ⁽²⁾	26 732	29 675	11,0
- Débitos representados por Títulos colocados em clientes ⁽³⁾	5 263	6 245	18,7
Recursos de Desintermediação(B)	17 637	18 385	4,2

(1) Activo Líquido + Actividade Asset Management + Outra Desintermediação Passiva + Crédito Securitizado não consolidado.

(2) Inclui Depósitos de clientes e Certificados de Depósito.

(3) Inclui Recursos associados às operações de titularização consolidadas.

No que diz respeito à evolução do crédito, o forte crescimento do crédito a empresas (+21,5%) contribuiu para o reforço do posicionamento competitivo neste segmento, que continuou a beneficiar da melhoria gradual da actividade económica, mais especificamente do segmento exportador, onde o Grupo detém uma importante presença comercial (traduzida pela quota de mercado ao nível do *trade finance*, que se tem mantido sustentadamente em cerca de 28%).

No que se refere ao crédito a particulares, a componente do crédito à habitação registou um crescimento de 8,1%, enquanto que o crédito a particulares para as restantes finalidades apresentou um aumento de 17,5%, em resultado de um conjunto de iniciativas inovadoras associadas a produtos de crédito colateralizado e ao crescimento do crédito individual.

No decorrer do exercício o Grupo concretizou (i) a sexta operação de titularização de crédito à habitação no montante de 1100 milhões de euros e (ii) a primeira operação de titularização de uma carteira de créditos de *Project Finance* no montante de 1 079 milhões de euros. As duas operações encontram-se incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas em virtude de o Grupo deter a maioria dos riscos e benefícios associados a estas transacções.

Foram conseguidos elevados níveis de captação de recursos de clientes designadamente com expressão no balanço que cresceu 12,3%. A actividade de desintermediação evoluiu mais moderadamente (+4,2%), reflexo da crise dos mercados durante o segundo semestre, tendo a gestão de carteiras e a gestão discricionária de particulares manifestado uma maior dinâmica.

Evolução dos Recursos de Desintermediação	Dez. 06	Dez. 07	Variação
Fundos Mobiliários	5 540	4 966	-10,4
Fundos Imobiliários	1 469	1 289	-12,3
Fundos de Pensões	2 608	2 800	7,4
Bancasseguros	4 647	4 933	6,2
Gestão de Carteiras	1 103	1 867	69,3
Gestão Discricionária e Outros	2 270	2 530	11,5
TOTAL	17 637	18 385	4,2

A expansão da actividade internacional continua a decorrer a bom ritmo tendo sido determinantes para a performance alcançada a consolidação da presença em Angola, a actuação em Espanha e a tradicional presença no Reino Unido, França, Estados Unidos da América, Brasil e Macau. A carteira de crédito registou um crescimento de 38,4% atingindo 7,6 mil milhões de euros, valor que representa 16,1% da carteira de crédito consolidada (Dez, 06: 13,6%). Os recursos totais de clientes aumentaram 18,0%, totalizando 14,7 mil milhões de euros, e os activos totais atingiram os 25,8 mil milhões de euros.

Evolução da Actividade Internacional	Dez. 06	Dez. 07	Variação
Activos Totais ⁽¹⁾	21 551	25 750	19,5
Crédito a clientes (incluindo securitizado)	5 497	7 607	38,4
Recursos Totais de clientes	12 477	14 718	18,0

(1) Activo Líquido + Actividade Asset Management + Outra Desintermediação Passiva + Crédito Securitizado não consolidado

7.1.2 // Gestão de Liquidez e Rácio de Transformação

Num contexto de forte dinamização da actividade creditícia, e apesar dos acontecimentos em torno da crise do *subprime* e das suas implicações ao nível da liquidez nos mercados financeiros, a gestão da liquidez do Grupo BES foi suportada por uma actuação concertada das principais unidades de negócio. O equilíbrio na política de financiamento não obistou, no entanto, a que os rácios de transformação apresentassem uma ligeira deterioração. Assim, o rácio de transformação de recursos de clientes evoluiu de 109% (Dez, 06) para 117% (Dez, 07) em resultado de uma menor dinâmica na captação de recursos face à concessão de crédito. No entanto, a captação de recursos de longo prazo (*Euro Medium Term Notes*) tem permitido manter o rácio de transformação total em torno dos 90%.

Actividades com Clientes	Dez. 06	Dez. 07
CRÉDITO A CLIENTES		
Crédito a clientes (bruto)	35 752	43 161
Imparidade	869	990
Crédito a clientes (líquido)	A 34 883	42 171
RECURSOS DE CLIENTES		
Depósitos de clientes e similares⁽¹⁾	B 26 732	29 675
Obrigações colocadas em clientes ⁽²⁾	5 263	6 245
Recursos de clientes	C 31 995	35 920
<i>Euro Medium Term Notes</i>	8 980	11 029
Recursos de Balanço	D 40 975	46 949
RÁCIOS DE TRANSFORMAÇÃO		
Depósitos em Crédito	A/B 130%	142%
Recursos de clientes em Crédito	A/C 109%	117%
Recursos de Balanço em Crédito	A/D 85%	90%

(1) Inclui depósitos de clientes e certificado de depósitos

(2) Inclui obrigações emitidas no âmbito de operações de securitização consolidadas.

7.1.3 // Nível de Capitalização e Rácios de Capital

Os capitais próprios e equiparados atingiram 7509 milhões de euros, apresentando um reforço de 446 milhões de euros em relação ao final do exercício anterior. Este reforço reflecte por um lado, o crescimento nos resultados transitados (resultados do exercício retidos para autofinanciamento) e das reservas de reavaliação e por outro a redução dos passivos subordinados, em resultado da liquidação de duas emissões.

a. Capitais Próprios e Equiparados

milhões de euros			
Capitais Próprios e Equiparados	Dez. 06	Dez. 07	Variação Absoluta
Capital	3 100	3 100	0
Acções Ordinárias	2 500	2 500	0
Acções Preferenciais	600	600	0
Prémios de Emissão	669	669	0
Acções Próprias	(64)	(41)	23
Reservas de Reavaliação	512	647	135
Outras Reservas e Resultados Transitados	98	291	193
Interesses Minoritários	87	141	54
Passivos Subordinados	2 240	2 095	- 145
Resultados do Exercício	421	607	186
TOTAL	7 063	7 509	446

As reservas de reavaliação registavam um valor de 647 milhões de euros, que corresponde aos ganhos potenciais da carteira de “activos disponíveis para venda”. O seu reconhecimento é feito ao justo valor e as respectivas variações, incluindo as variações cambiais, são reconhecidas em reservas, líquidas dos respectivos impostos diferidos passivos, e são elegíveis como *TIER II* em 45% do respectivo montante.

No que se refere à carteira de activos disponíveis para venda é de destacar a valorização das principais exposições em acções que continuam a evidenciar ganhos potenciais expressivos, totalizando 838,8 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2007 (641,5 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006).

milhões de euros		
Principais Exposições em Acções	Ganhos Potenciais Brutos	
	Dez. 06	Dez. 07
Banco Bradesco	496,1	661,7
Portugal Telecom	66,3	76,0
EDP	68,0	70,5
Bradespar	8,3	22,0
B. Marrocaïne Com. Exterieur	2,8	8,6
TOTAL	641,5	838,8

b. Solvabilidade

Os rácios de capital apresentam-se fortes, com o rácio *Core Tier I* e o rácio de solvabilidade a atingirem, respectivamente, 6,6% e 11,5%, ou seja, níveis consideravelmente acima dos mínimos recomendados pelo Banco de Portugal e capazes de sustentar o crescimento da actividade do Grupo BES no médio prazo.

Os fundos próprios de base atingiram 3 953 milhões de euros (mais 202 milhões de euros que em Dez, 06), com o peso das acções preferenciais no *Tier I* a situar-se em 15%.

milhões de euros					
Activos de Risco e Capitais Elegíveis (Banco de Portugal)	Dez. 06	Dez. 06	Dez. 07	Variação	
				Abs.	Rel. (%)
Activo Líquido (1)		59 139	68 355	9 216	15,6
Activos de Risco Equivalentes (2)		44 738	52 856	8 118	18,1
Índice de Risco (2)/(1)		76%	77%		
Requisitos de Fundos Próprios (3)		3 579	4 228	649	18,1
Activos de Risco		3 332	3 871	539	16,2
Carteira Negociação		247	357	110	44,7
Fundos Próprios Existentes (4)		5 839	6 067	228	3,9
De Base (<i>TIER I</i>)		3 751	3 953	202	5,4
<i>Core Tier I</i>		3 151	3 486	335	10,6
Outros Elementos		600	467	- 133	-22,2
Complementares		2 277	2 119	- 158	-6,9
Deduções (189)		(5)	(5)		
Excesso de Fundos Próprios (4) - (3)		2 260	1 839	- 421	-18,6
Rácio de Solvabilidade [4/(12,5 x 3)]		13,1%	11,5%	-1,6	p.p.
Rácio <i>TIER I</i>		8,4%	7,5%	-0,9	p.p.
<i>Core TIER I</i>		7,0%	6,6%	-0,4	p.p.

A evolução apresentada pelos rácios de solvabilidade face ao final do exercício de 2006 decorre, por um lado, do aumento dos activos de risco (+18,1%) resultante da expansão da actividade, sobretudo da carteira de crédito e dos activos da carteira de negociação e, por outro, no que se refere aos fundos próprios, ao auto financiamento e ainda à substancial redução dos desvios actuariais fora do corredor elegíveis para efeitos prudenciais (-157 milhões de euros), devido à rendibilidade dos activos dos fundos de pensões.

Refira-se ainda o facto de no exercício de 2007 as participações minoritárias (inferiores a 10%) em instituições financeiras terem passado a ser deduzidas aos fundos próprios de base (anteriormente eram deduzidas aos fundos próprios totais). Este facto levou à redução do *TIER I* em 133 milhões de euros, com um impacto negativo de 25 pontos base no respectivo rácio.

7.1.4 // Resultados

O Grupo BES encerrou o exercício de 2007 com um resultado líquido de 607,1 milhões de euros, traduzindo um crescimento homólogo de 44,3%.

O resultado apurado incorpora os seguintes efeitos cuja natureza é não recorrente: (i) ganho obtido no segundo trimestre sobre acções do Banco Bradesco (valor líquido de impostos de 62,8 milhões de euros) e (ii) encargos com reformas antecipadas no quarto trimestre (impacto líquido de impostos de 14,4 milhões de euros). Excluindo estes factos o resultado do exercício teria sido 558,7 milhões de euros, representativo de um crescimento de 32,8% em base comparável.

milhões de euros

Resultados da Actividade	2006	2007	Variação	
			Abs.	Rel. (%)
Resultado Financeiro	829,5	953,7	124,2	15,0
+ Serviços a clientes	587,7	643,4	55,7	9,5
= Produto Bancário Comercial	1417,2	1597,1	179,9	12,7
+ Resultados de Operações Financeiras e Diversos	287,6	404,1	116,5	40,5
= Produto Bancário	1704,8	2001,2	296,4	17,4
- Custos Operativos	891,3	950,7	59,4	6,7
= Resultado Bruto	813,5	1050,5	237,0	29,1
- Provisões líquidas de Reposições	241,9	262,9	21,0	8,7
Crédito	181,6	213,2	31,6	17,4
Títulos	6,9	18,7	11,8	
Outras	53,4	31,0	-22,4	-42,0
= Resultado antes de Impostos e Minoritários	571,6	787,6	216,0	37,8
- Impostos	135,4	152,5	17,1	12,6
= Resultado após Impostos	436,2	635,1	198,9	45,6
- Interesses Minoritários	15,5	28,0	12,5	81,2
= Resultado do Exercício	420,7	607,1	186,4	44,3

- selectividade da política de crédito e controlo dos riscos, que tem induzido uma gradual redução do custo do risco que passou para 49 pontos base (2006: 51 pontos base);
- manutenção de prudentes níveis de solvabilidade e liquidez, que minimizaram os riscos de impacto na actividade resultantes da crise financeira internacional, nomeadamente no segundo semestre de 2007.

milhões de euros

Resultados da Actividade: Doméstica e Internacional	Actividade Internacional			Actividade Internacional		
	2006	2007	Var %	2006	2007	Var %
Resultado Financeiro	724,5	792,9	9,4	105,0	160,8	53,1
+ Serviços a clientes	463,8	502,0	8,2	123,9	141,4	14,1
= Produto Bancário Comercial	1 188,3	1 294,9	9,0	228,9	302,2	32,0
+ Resultados de Oper. Financeiras e Diversos	224,4	313,0	39,5	63,2	91,1	44,2
= Produto Bancário	1 412,7	1 607,9	13,8	292,1	393,3	34,6
- Custos Operativos	745,3	785,2	5,4	146,0	165,5	13,4
= Resultado Bruto	667,4	822,7	23,3	146,1	227,8	55,9
- Provisões Líquidas de Reposições	219,0	236,2	7,8	22,9	26,7	16,3
Crédito	162,3	184,8	13,9	19,3	28,4	47,3
Títulos	7,2	18,7		- 0,3	0,0	
Outras	49,5	32,7	-33,9	3,9	- 1,7	
= Res. antes de Impostos e Minoritários	448,4	586,5	30,8	123,2	201,1	63,2
- Impostos	115,8	112,3	-3,0	19,6	40,2	
= Resultado após Impostos	332,6	474,2	42,6	103,6	160,9	55,3
- Interesses Minoritários	5,1	8,6	68,1	10,4	19,4	85,9
= Resultado do Exercício	327,5	465,6	42,1	93,2	141,5	51,9

A expansão da actividade internacional continuou a processar-se a bom ritmo com efeitos positivos no crescimento do produto bancário comercial que, aumentou 32,0% (2006: 23,1%).

De entre os factores que sustentaram a *performance* do Grupo BES destacam-se os seguintes:

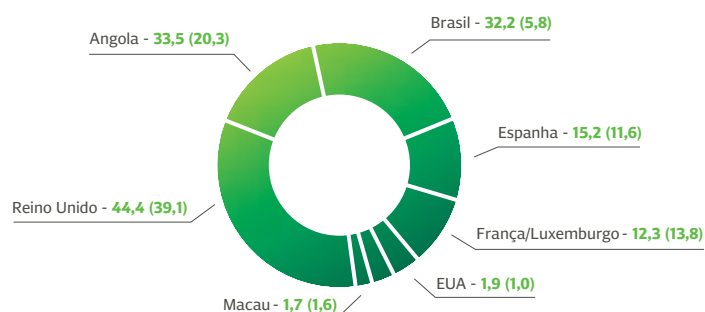
- dinamismo nas diversas áreas da actividade, especialmente na concessão do crédito e na captação de recursos totais de clientes;
- atitude comercial pró-activa, alicerçada em ofertas e políticas de preços ajustadas às características de cada segmento, com reflexos no crescimento do produto bancário comercial que foi superior ao conseguido no exercício anterior (12,7% *versus* 11,1% em 2006);
- bom posicionamento face à dinâmica do mercado de capitais, doméstico e internacional, permitindo alcançar resultados em operações financeiras superiores aos de 2006 em 40,5%;
- controlo dos custos operativos, cuja progressão foi de 6,7%, em resultado das medidas de racionalização e de integração que têm vindo a ser implementadas, apesar dos custos associados quer às reformas antecipadas quer ao crescimento da área internacional (+13,4%);



O resultado da área internacional elevou-se a 141,5 milhões de euros (+51,9%), representando uma contribuição de 23% para o resultado consolidado, com a generalidade dos mercados em que o Grupo opera a evidenciarem evoluções positivas. Em particular, destacam-se as contribuições para o resultado das unidades no Reino Unido (44,4 milhões de euros), de Angola (33,5 milhões de euros), do Brasil (32,2 milhões de euros) e a melhoria evidenciada no mercado espanhol.

Contribuição da Área Internacional para o Resultado Consolidado

milhões de euros



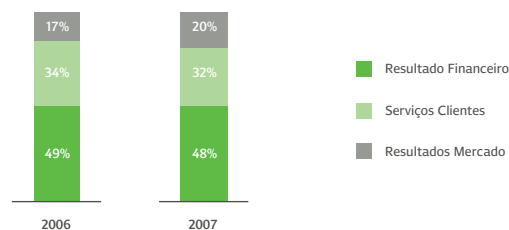
() Ano de 2006

O triângulo estratégico constituído por Espanha, Angola e Brasil representa 57% do resultado das unidades operacionais no exterior e 13% do resultado consolidado.

a. Produto Bancário

O crescimento de 17,4% do produto bancário resultou do bom desempenho tanto do Banco Espírito Santo, como da generalidade das unidades operacionais do Grupo, com especial realce para o BES Investimento, BES Angola e *Besleasing* e *Factoring*. A estrutura do produto bancário continua a manter o seu tradicional equilíbrio no conjunto das fontes geradoras de rendimento.

Estrutura do Produto Bancário



b. Resultado Financeiro e Margem

O resultado financeiro cresceu 15,0% (2006: 12,0%), correspondente a um valor de 953,7 milhões de euros. O progresso sustentado do resultado financeiro continuou a ter origem no incremento da actividade, com destaque para o desempenho da área internacional que aumentou 53,1%.

milhões de euros

Resultados da Intermediação de Balanço	2006	2007	Varição absoluta
Proveitos (Juros Activos)	2 301	3 149	848
de Crédito a clientes	1 673	2 278	605
de Outras Aplicações	628	871	243
Custos (Juros Passivos)	1 471	2 195	724
de Recursos de clientes*	1 036	1 625	589
de Outros Recursos	435	570	135
Resultado Financeiro	830	954	124

* de depósitos e de responsabilidades representadas por títulos

Os proveitos de intermediação atingiram um valor superior em 848 milhões de euros ao do ano anterior com a componente de crédito a clientes a apresentar o aumento mais significativo; os juros passivos tiveram um incremento de 724 milhões de euros, dos quais 589 milhões de euros se referem a custos relativos aos recursos de clientes.

A relação dos proveitos e custos com os activos e passivos geradores de juros permite analisar a evolução das respectivas taxas médias associadas:

milhões de euros

Resultados e Margem Financeira	2006			2007		
	Capitais Médios	Taxa (%)	Proveitos/Custos	Capitais Médios	Taxa (%)	Proveitos/Custos
Aplicações	45 377	5,07	2 301	53 701	5,86	3 149
Crédito a clientes	33 354	5,01	1 673	39 109	5,83	2 278
Outras Aplicações	12 023	5,22	628	14 592	5,97	871
Recursos Alheios	44 590	3,24	1 471	52 664	4,09	2 195
Recursos de clientes*	34 673	2,99	1 036	42 075	3,86	1 625
Outros Recursos	9 917	4,38	435	10 589	5,38	570
Recursos Diferenciais	787			1 037		
Resultado / Margem		1,83	830		1,78	954

A margem financeira do exercício foi de 1,78% sofrendo uma redução de 5 pontos base face à do ano anterior. Para esta redução teve especial relevância a quebra da margem nos activos financeiros decorrente:

- da forte intensidade concorrencial, sobretudo nos produtos de crédito à habitação, com especial relevo para as campanhas “spread zero” lançadas pelos principais grupos bancários;
- da introdução de novas regras de arredondamento de taxas nas operações de crédito (DL 240/06, de 22 de Dezembro e DL 171/07, de 8 de Maio) com incidência tanto no crédito a particulares como no crédito às empresas;
- da adopção, face à crise desencadeada pelo crédito *subprime*, de uma estratégia mais prudente na gestão das aplicações monetárias, canalizando para os prazos mais curtos os excedentes de liquidez.

No que respeita aos passivos, é de salientar a concretização da quase totalidade do programa financeiro de 2007, antes do despoletar da crise financeira que encareceu de forma significativa a emissão da dívida bancária. Este facto, conjugado com a solidez do Grupo, permitiu minimizar os efeitos da crise do *subprime* e consolidar a recuperação gradual da margem dos recursos.

A variação do resultado financeiro pode ainda ser decomposta nos efeitos da variação de taxa, da variação do volume de negócio e do efeito conjunto das variações taxa e volume, conforme se apresenta no quadro seguinte.

milhões de euros

Decomposição dos Efeitos na evolução do Resultado Financeiro	Efeito Volume	Efeito Taxa	Efeito Volume/Taxa	Variação
Activos Financeiros	422	360	66	848
Passivos Financeiros	270	384	70	724
Resultado Financeiro	152	-24	-4	124

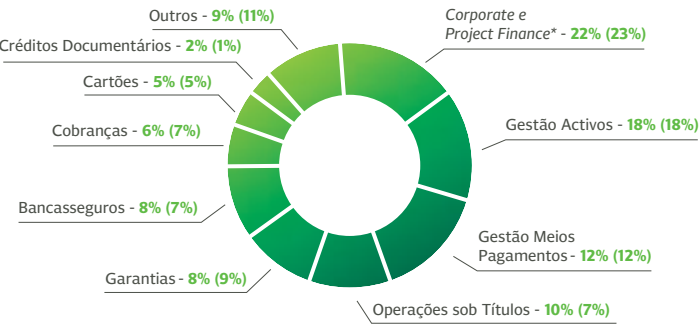
O efeito positivo do acréscimo de volume de negócio representou um ganho de 152 milhões de euros, tendo sido determinante para a melhoria dos resultados de intermediação de balanço, enquanto o efeito taxa explica uma redução de 24 milhões de euros do resultado financeiro.

c. Serviços a Clientes

O Grupo BES tem vindo a desenvolver a sua actuação tomando medidas e investindo na melhoria da qualidade do serviço e atendimento, na adequação das ofertas para os vários segmentos de clientes particulares e empresas e na promoção do *cross-selling* no quadro de uma actuação proactiva das redes comerciais.

A prestação de serviços a clientes originou comissões que ascenderam a 643,4 milhões de euros, ou seja, mais 9,5% do que o alcançado no final do ano anterior. O dinamismo da área internacional contribuiu significativamente para esta performance tendo as comissões da área internacional aumentado 14,1%. Por outro lado, destacam-se alguns serviços, como as operações sobre títulos (+50,9%), em sintonia com a recuperação dos mercados accionistas durante o primeiro semestre, e os associados à bancasseguros (+13,1%) e à actividade de gestão de activos (+11,1%).

Estrutura dos Serviços a Clientes



* Inclui corporate e project finance, financiamentos externos, comissões sobre empréstimos e factoring.
() Ano de 2006

A redução operada nos proveitos associados aos serviços de cobranças e aos cartões é consequência da intensidade concorrencial que estas áreas vêm experimentando. O contributo do desempenho da banca de investimento também foi significativo, tendo o respectivo comissionamento aumentado 13,2%.

d. Resultados de Operações Financeiras e Diversos

Os resultados de operações financeiras e diversos atingiram 404,1 milhões de euros, valor que compara com 287,6 milhões de euros em 2006 e representa um crescimento de 40,5%(1).

milhões de euros

Resultados de Operações Financeiras e Diversos	2006	2007	Variação absoluta
Taxa de Juro e Cambial	89,4	38,5	-50,9
Ações	169,2	325,1	155,9
Negociação	127,6	275,1	147,5
Dividendos	41,6	50,0	8,4
Outros Resultados	29,0	40,5	11,5
Total	287,6	404,1	116,5

O segundo semestre do ano foi marcado pelos acontecimentos em torno da crise do subprime e pelas respectivas implicações nos mercados financeiros internacionais. Após a intervenção do FED⁽¹⁾, em Setembro, os mercados evidenciaram uma ténue recuperação com um gradual estreitamento dos spreads de crédito e uma redução dos níveis de volatilidade.

Já no final de Outubro, o anúncio de novos *write-offs*, a par da divulgação de resultados por parte de algumas instituições financeiras de referência, conduziram novamente a um ambiente de instabilidade nos mercados, com uma

(1) FED: Federal Reserve Bank (EUA)

quebra acentuada nos mercados accionistas e nos mercados de taxa de juro, bem como um imediato aumento dos *spreads* de crédito e uma nova redução dos níveis de liquidez, sobretudo no médio e longo prazo, em todo o tipo de instrumentos.

Assim, os resultados decorrentes de exposição a taxa de juro e cambial reflectem o efeito desfavorável do *repricing* dos activos resultante do alargamento dos *spreads*, parcialmente compensado pelo adequado posicionamento do Grupo nos mercados cambiais.

No que respeita aos mercados accionistas e apesar da forte desvalorização sentida na última parte do ano, o Grupo beneficiou de um posicionamento de natureza táctica, nomeadamente nos mercados português e brasileiro.

Refira-se ainda que os outros resultados têm incorporado 21,8 milhões de euros respeitantes à apropriação pelo Grupo de 50% dos resultados gerados pela BES Vida - Companhia de Seguros após a amortização de 4,4 milhões de euros do *in-force value*. Este resultado representa o primeiro exercício completo de actividade da BES Vida apropriado pelo Grupo.

e. Custos Operativos

Os custos operativos totalizaram 950,7 milhões de euros, ou seja, um aumento de 6,7% relativamente ao ano anterior. Excluindo os encargos adicionais com reformas antecipadas (2007: 26,1 milhões de euros; 2006: 6,5 milhões de euros) o crescimento dos custos operativos seria de 4,5%.

milhões de euros

Custos Operativos: Actividade Doméstica e Internacional	Doméstica		Internacional		Consolidado	
	Valor	Var %	Valor	Var %	Valor	Var %
Custos com Pessoal	410,5	3,7	91,6	11,1	502,1	5,0
(excluindo reformas antecipadas)	(384,4)	(-1,2)	(91,6)	(11,1)	(476,0)	(0,9)
Gastos Gerais Administrativos	316,5	9,1	62,3	15,3	378,8	10,1
Amortizações	58,2	-2,3	11,6	22,0	69,8	1,1
Total	785,2	5,4	165,5	13,4	950,7	6,7

A evolução dos custos operativos foi influenciada pela expansão da actividade na área internacional que exigiu um reforço (i) de recursos humanos, (ii) de mais fornecimentos e serviços externos e (iii) de maiores investimentos que se reflectiram num aumento de 13,4% nos custos de funcionamento. Na actividade doméstica, e pese embora a abertura de 75 novos balcões e 125 remodelações de balcões antigos, os custos operativos tiveram um aumento de 5,4%. Excluindo os encargos adicionais com reformas antecipadas, o crescimento seria de 2,7%.

Os custos com pessoal aumentaram 5,0% sendo especialmente significativo o desempenho na actividade doméstica que, excluindo as reformas antecipa-

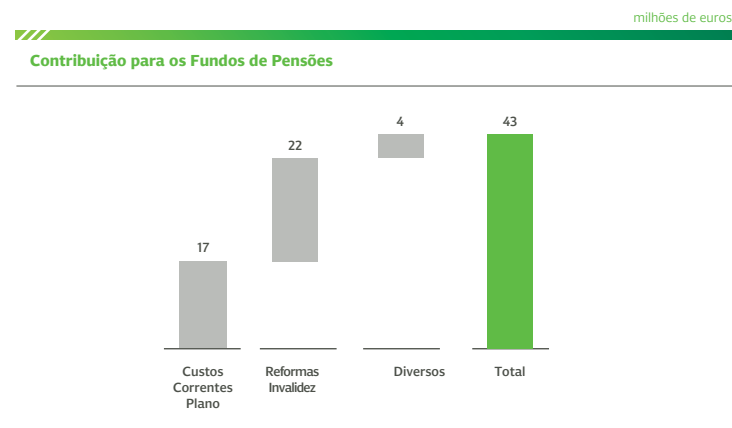
das, registou uma redução de 1,2%, num contexto de aumento do número de colaboradores ditado pelo alargamento da rede de balcões.

milhões de euros

Custos com Pessoal	2006	2007	Var %
Vencimentos e encargos	397,0	439,1	10,6
Pensões e benefícios de longo prazo	81,2	63,0	-22,4
Total	478,2	502,1	5,0

Os custos com pensões e benefícios de longo prazo (cuidados médicos pós-emprego e prémios de antiguidade) tiveram uma redução de 22,4%, apesar do efeito dos custos com reformas antecipadas (acréscimo de 19,6 milhões de euros face ao ano anterior). Para a redução destes custos foi decisiva a diminuição da amortização dos desvios actuariais devido à performance dos fundos de pensões nos anos de 2006 e 2007, cujas rendibilidades foram de 12,6% e 13,0% respectivamente. Os desvios actuariais fora do corredor reduziram-se 162 milhões de euros, o que irá reflectir-se favoravelmente no valor da sua amortização no futuro.

A boa *performance* dos fundos também se reflectiu favoravelmente na contribuição anual para os fundos de pensões que ascendeu a 43 milhões de euros, o valor mais baixo dos últimos dez anos.



milhões de euros

Desvios Actuariais: Valores em Balanço com Amortização no Futuro	Dez. 06	Dez. 07
Saldo Inicial	672	469
Movimentos do ano	- 203	- 145
Saldo Final	469	324
do qual:		
dentro do Corredor	213	230
fora do Corredor	256	94

As responsabilidades totais com os benefícios longo prazo encontravam-se totalmente financiadas, quer através dos valores dos activos dos fundos de pensões, quer através de valores mantidos em balanço. Saliente-se o facto de a alteração dos pressupostos não ter tido impactos no agravamento das responsabilidades.

milhões de euros		
Responsabilidades: Níveis de Financiamento	Dez. 06	Dez. 07
Responsabilidades totais por benefícios pós emprego	2 001	2 081
Cobertura / Financiamento	2 138	2 344
Valor dos activos dos Fundos de Pensões no fim do período	2 029	2 234
Valores em Balanço	109	110
Nível de Cobertura	107%	113%

Os gastos gerais administrativos tiveram um incremento de 10,1%, valor que se enquadra nos níveis de crescimento geral da actividade do Grupo no exercício. As amortizações evidenciam um aumento de 1,1% (2006: -14,1%), devido à expansão da actividade internacional e apesar do considerável investimento em balcões na área doméstica.

f. Produtividade e Eficiência

O crescimento da actividade e consequentemente do produto bancário, conjugado com o controlo dos custos, continuaram a reflectir-se em ganhos sustentados no capítulo da produtividade e eficiência, designadamente na diminuição do rácio dos custos operativos por unidade de activo líquido médio gerido, que progrediu de 1,72% (Dez, 06) para 1,53%.

Indicadores de Produtividade e Eficiência	2006	2007	Variação
Cost to Income (com mercados)	52,3%	47,5%	-4,8 p.p.
Cost to Income (sem mercados)	62,9%	59,5%	-3,4 p.p.
Custos Operativos/Activo Líquido Médio	1,72%	1,53%	-0,19 p.p.
Activos Totais* por Empregado (€,000)	10 081	10 520	4,4%

* Activo Líquido+Asset Management+Outra Desintermediação Passiva+Crédito Securitizado

Os níveis de eficiência continuam a registar melhorias, com destaque para o *Cost to Income* que evoluiu favoravelmente de 52,3% em 2006 para 47,5% em 2007. Excluindo os resultados de mercado, o *Cost to Income* teve uma redução de 3 p.p. para 59,5%.

g. Provisionamento

A política de provisionamento continua a obedecer a critérios de prudência na cobertura de riscos face às condições macroeconómicas nacionais e internacionais. O reforço de provisões no exercício de 2007 foi de 262,9 milhões de euros, sendo 81% deste montante relacionado com provisões para crédito.

Relativamente à carteira de títulos, as perdas por imparidade totalizaram 18,7 milhões de euros o que, considerando as desvalorizações em títulos de dívida e acções ocorridas no segundo semestre, traduz uma gestão de activos que privilegia a qualidade dos investimentos e a prudência da sua realização.

As provisões para outros riscos e encargos totalizaram 31,0 milhões de euros, das quais 23,4 milhões de euros estão destinadas a fazer face aos encargos com o processo de fusão por incorporação do BES (Espanha) no BES.

milhões de euros			
Dotações para Provisões	2006	2007	Variação absoluta
para Crédito a Clientes	181,6	213,2	31,6
para Títulos	6,9	18,7	11,8
para Outros Riscos e Encargos	53,4	31,0	(22,4)
TOTAL	241,9	262,9	21,0

A política de provisionamento para crédito aliada à melhoria dos instrumentos de prevenção dos riscos, com utilização extensiva de modelos de *scoring* e de notações de *rating* e dos processos de recuperação de crédito vencido, traduziu-se numa evolução positiva significativa nos indicadores de qualidade do crédito.

7.1.5 // Rendibilidade

O resultado consolidado de 607,1 milhões de euros proporcionou uma rendibilidade dos capitais próprios (ROE) de 16,6% e uma rendibilidade dos activos (ROA) de 0,98%, valores superiores aos apurados no ano de 2006. Excluindo os factos extraordinários já referenciados, o ROE do exercício seria 15,2%.

valores em %

Desagregação da Rendibilidade	2006	2007	Varição p.p.
Taxa Activos Financeiros	5,07	5,86	0,79
- Taxa Passivos Financeiros	3,24	4,09	0,85
= Margem Financeira	1,83	1,78	-0,05
+ Rendibilidade Serviços a Clientes	1,30	1,20	-0,10
+ Resultados de Operações Financeiras e Diversos	0,63	0,75	0,12
= Margem de Negócio	3,76	3,73	-0,03
- Relevância Custos Operativos	1,96	1,77	-0,19
- Relevância Provisões	0,53	0,49	-0,04
- Relevância Interesses Minoritários e Outros	0,33	0,34	0,01
= Rendibilidade dos Activos Financeiros	0,93	1,13	0,20
x Relevância Activos Financeiros	0,88	0,86	-0,02
= RENDIBILIDADE DO ACTIVO (ROA)	0,81	0,98	0,17
x Multiplicador das Aplicações	18,01	17,00	-1,01
= RENDIBILIDADE DOS CAPITALS PRÓPRIOS (ROE)	14,66	16,59	1,93

A melhoria dos níveis de rendibilidade tem subjacente um grande dinamismo comercial aliado a uma criteriosa gestão dos riscos.

O ano de 2007 correspondeu a um exercício de referência da *performance* alcançada pelo Grupo BES no último triénio. Com efeito, durante os anos de 2005, 2006 e 2007, o Grupo BES teve desenvolvimentos muito expressivos nas seguintes vertentes:

- (a) **Actividade e Dimensão**, em que os activos totais passaram para 93,8 milhões de euros (1,5 vezes mais que a dimensão de Dez, 04), tendo a quota média de mercado evoluído de 17,7% para 20,4%, suportada por uma rede de 754 balcões (1,2 vezes mais);
- (b) **Rendibilidade**, sendo que o resultado líquido alcançado em 2007, de 607,1 milhões de euros, é 4 vezes superior ao do ano de 2004 (base IFRS), com o correspondente aumento da ROE (que passou de 6,4% para 16,6%) e do ROA que atingiu 0,98% (mais 2,6 vezes);
- (c) **Qualidade dos Activos**, medida através do rácio do crédito vencido há mais de 90 dias que passou de 1,6% para 1,0%, com o correspondente rácio de cobertura a atingir 229% (+64 p.p.), ao mesmo tempo que a carga de provisionamento na conta de exploração se reduziu para 49 pontos base (79 pontos base em 2004);
- (d) **Eficiência e Produtividade**, cuja evolução tem sido, consistentemente, no sentido da melhoria: o *Cost to Income* passou para 47,5% (-14,5 p.p.); os gastos por unidade de activo gerido passaram a ser 1,01% (1,44% em 2004) e os activos totais por empregado aumentaram para 10,5 milhões de euros (1,3 vezes mais);
- (e) **Solvabilidade**, tendo o rácio *Core Tier I* passado para 6,6% (Dez, 04: 5,0%) semelhante à evolução do rácio *TIER I* que passou de 6,7% para 7,5%;
- (f) **Indicadores bolsistas**, em que a rendibilidade do resultado face à cotação passou para (6,9% em 2004) e consequentes reflexos positivos no património líquido por acção que passou a ser de 9,35 euros (1,4 vezes mais), com uma capitalização bolsista de 7,5 mil milhões de euros (1,9 vezes mais).

7.2 // Análise Financeira do BES Individual

Como foi oportunamente divulgado, em 1 de Abril de 2007 realizou-se a fusão por incorporação do Banco Espírito Santo, S.A. (Espanha) no Banco Espírito Santo, S.A.. Esta operação representou mais um passo na concretização do “Projecto Ibéria”, que passa pela manutenção da presença do BES em Espanha através de uma Sucursal, promovendo uma abordagem ibérica da actividade dos clientes que operam nos dois países, acelerando o ritmo de crescimento no mercado espanhol, melhorando a rendibilidade e as sinergias dentro do Grupo. Ao mesmo tempo objectiva-se uma maior eficiência operativa, através da utilização de estruturas comuns, que coloquem ao serviço dos clientes as competências diferenciadoras do Grupo.

7.2.1 // Principais Valores e Indicadores de Actividade e Resultados*

Variáveis	SÍMBOLO	2004	2005	2006	2007
BALANÇO (milhões de euros)					
Activos Totais ⁽¹⁾	AT	43 370	59 643	68 773	80 015
Activo Líquido	AL	33 179	44 643	50 537	58 020
Activos Financeiros (valores médios)	AF	26 487	29 787	38 147	44 327
Capital e Reservas (valores médios)	KP	1 821	1 821	2 753	3 419
CONTA DE EXPLORAÇÃO (milhões de euros)					
Resultado Financeiro	RF	398,7	412,9	627,2	723,9
+ Serviços Bancários a Clientes	SB	342,8	327,9	394,8	404,2
= Produto Bancário Comercial	PBC	741,5	740,8	1022,0	1128,1
+ Resultado de Operações Financeiras e Diversos	ROF	271,2	260,4	176,6	367,1
= Produto Bancário	PB	1012,7	1001,2	1198,6	1495,2
- Custos Operativos	CO	554,4	547,4	663,0	724,1
- Provisões e Impostos	PVI	254,4	263,7	278,1	276,4
= Resultado do Exercício	RL	203,9	190,1	257,5	494,7
RENDIBILIDADE (%)					
Margem Financeira	RF / AF	1,51	1,39	1,64	1,63
+ Rendibilidade Serviços a Clientes	SB / AF	1,29	1,10	1,03	0,91
+ Rendibilidade Operações de Mercado	ROF / AF	1,02	0,87	0,46	0,83
= Margem de Negócio	PB / AF	3,82	3,36	3,14	3,37
- Relevância Custos Operativos	CO / AF	2,09	1,84	1,74	1,63
- Relevância Provisões e Impostos	PVI / AF	0,96	0,89	0,73	0,62
= Rendibilidade dos Activos Financeiros	RL / AF	0,77	0,64	0,68	1,12
x Relevância Activos Financeiros	AF / AL	0,86	0,87	0,86	0,85
= Rendibilidade do Activo (ROA)	RL / AL	0,66	0,56	0,58	0,94
x Multiplicador Aplicações	AL / KP	16,96	18,73	16,12	15,32
= Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	RL / KP	11,20	10,44	9,35	14,47

(1) Activo Líquido + Asset Management + Crédito Securitizado

* Os dados de Balanço de 2007 incorporam os valores do BES (Espanha) que passou a sucursal do BES em 01/04/2007; os dados de Balanço de 2005 e 2006 reflectem, respectivamente, a integração do BIC concretizada em 30/12/2005 e da CREDIFLASH em 30/05/2006; os dados de 2004 são apresentados em base NCA

7.2.2 // Actividade

O exercício de 2007 decorreu, no quadro de referência estratégica dos últimos anos, sob um clima de forte dinamismo comercial e sob a realização de grandes transformações estruturais.

milhões de euros			
Evolução da Actividade	Dez. 06	Dez. 07	Var %
Activos Totais⁽¹⁾	68 773	80 015	16,3
Activo Líquido	50 537	58 020	14,8
Crédito a Clientes (incluindo securitizado)	33 089	40 313	21,8
Crédito a Particulares	14 650	16 690	13,9
- Habitação	12 629	14 091	11,6
- Outro Crédito a Particulares	2 021	2 599	28,6
Crédito a Empresas	18 439	23 623	28,1
Recursos Totais de Clientes (A+B)	38 953	45 077	15,7
Recursos de clientes de Balanço (A)	26 302	30 031	14,2
- Depósitos de clientes e similares ⁽²⁾	22 730	26 592	17,0
- Débitos representados por Títulos colocados em Clientes	3 572	3 439	-3,7
Recursos de Desintermediação (B)	12 651	15 046	18,9

(1) Activo Líquido + Actividade *Asset Management* + Outra Desintermediação Passiva + Crédito Securitizado.
(2) Inclui: Recursos de clientes e Certificados de Depósito.

O dinamismo do negócio mais directamente relacionado com clientes continuou a ser uma das características mais marcantes da actividade do BES com o crédito a continuar a expandir-se, tendo alcançado um crescimento de 21,8% considerando os valores securitizados. A captação de recursos de clientes de balanço atingiu um crescimento de 14,2%, enquanto que a desintermediação registou um dinamismo superior alcançando um aumento de 18,9%, devido à evolução da gestão de carteiras e à integração dos valores da Sucursal de Espanha.

O crédito a empresas aumentou 5,2 mil milhões de euros assumindo o crescimento de 28,1%, fortemente influenciado pela incorporação do BES (Espanha). O crédito à habitação representa 35% da carteira enquanto que o crédito a empresas mantém a maior representatividade atingindo quase 59% do total, continuando o BES a afirmar-se como uma instituição de forte implantação no tecido empresarial português. No decorrer do exercício o BES realizou a sexta operação de securitização de crédito à habitação no valor de 1 100 milhões de euros.

O aperfeiçoamento sistemático e a boa capacidade de avaliação do risco de crédito, que todos os intervenientes no processo vêm demonstrando, tem conduzido a uma melhoria da qualidade da carteira de crédito do Banco.

Qualidade dos Activos	Dez. 06	Dez. 07	Variação	
			Abs.	Rel. (%)
DADOS DE BASE (milhões de euros)				
Crédito a Clientes (bruto)	27 504	33 364	5 860	21,3%
Crédito Vencido	402	443	41	10,3%
Crédito Vencido > 90 dias	360	398	38	10,6%
Crédito com Incumprimento (Banco de Portugal)(a)	456	566	110	24,2%
Provisões para Crédito	755	884	129	17,1%
INDICADORES (%)				
Crédito Vencido / Crédito a Clientes (bruto)	1,5	1,3	-0,2 p.p.	
Crédito Vencido >90 dias / Crédito a Clientes (bruto)	1,3	1,2	-0,1 p.p.	
Crédito com Incumprimento ^(a) / Crédito a Clientes (bruto)	1,7	1,7	0,0 p.p.	
Provisões para Crédito / Crédito Vencido	187,9	199,5	11,6 p.p.	
Provisões para Crédito / Crédito Vencido > 90 dias	209,8	222,1	12,3 p.p.	
Provisões para Crédito / Crédito com Incumprimento	165,6	156,2	-9,4 p.p.	
Provisões para Crédito / Crédito a Clientes	2,7	2,6	-0,1	

(a) De acordo com a definição constante da Carta Circular nº 99/03/2003 do Banco de Portugal.

A qualidade da carteira de crédito pode ser aferida pela baixa sinistralidade, em que o rácio de crédito vencido há mais de 90 dias se eleva 1,2% (Dez, 06: 1,3%), e pelo elevado nível de cobertura por provisões, com o rácio correspondente a situar-se nos 222% (Dez, 06: 210%). Esta melhoria decorre do facto do crédito vencido ter aumentado 41 milhões de euros enquanto que o reforço das provisões se situou em 129 milhões de euros.

7.2.3 // Resultados e Produtividade

O BES encerrou o exercício de 2007 com um resultado líquido de 494,7 milhões de euros, traduzindo um crescimento homólogo de 92,1%.

Para o resultado obtido contribuiu de forma significativa o crescimento dos resultados de operações financeiras e diversos cujo aumento de 190,5 milhões de euros justificam 64,2% do crescimento do produto bancário. O comportamento desta variável está fortemente influenciado pelos ganhos obtidos sobre as acções do Banco Bradesco (85,5 milhões de euros).

O resultado financeiro cresceu 15,4% suportado pelo aumento da actividade e por uma gestão atenta da subida das taxas de juro de mercado.

O menor dinamismo experimentado pelos serviços a clientes encontra-se influenciado por um conjunto de iniciativas promocionais que envolveram a não aplicação de comissões a alguns produtos tanto de crédito como de recursos.

milhões de euros

Decomposição do Resultado Variáveis	2006	2007	Variação	
			Abs.	Rel. (%)
Resultado Financeiro	627,2	723,9	96,7	15,4
+ Serviços a Clientes	394,8	404,2	9,4	2,4
= Produto Bancário Comercial	1 022,0	1 128,1	106,1	10,4
+ Resultados de Operações Financeiras e Diversos	176,6	367,1	190,5	107,9
= Produto Bancário	1 198,6	1 495,2	296,6	24,7
- Custos Operativos	663,0	724,1	61,1	9,2
= Resultado Bruto	535,6	771,1	235,5	44,0
- Provisões líquidas de Reposições	199,4	219,6	20,2	10,1
Crédito	136,2	170,1	33,9	24,9
Títulos	6,5	13,8	7,3	
Outras	56,7	35,7	-21,0	-37,0
= Resultado antes de Impostos	336,2	551,5	215,3	64,0
- Impostos	78,7	56,8	-21,9	-27,8
= Resultado do Exercício	257,5	494,7	237,2	92,1

As provisões para outros riscos e encargos totalizaram 35,7 milhões de euros, das quais 23,4 milhões de euros estão destinadas a fazer face aos encargos com o processo de fusão por incorporação do BES (Espanha) no BES, estando os remanescentes 12,3 milhões de euros relacionados com a desvalorização de imóveis recebidos por recuperação de créditos, activos e contingências diversas.

A evolução apresentada pelos custos operativos decorre, no essencial, do facto de estarem influenciados pela incorporação do BES (Espanha). Em base comparável os custos registaram um crescimento significativamente menor (+4,0%), com reflexos positivos na evolução dos indicadores de produtividade e eficiência.

Indicadores de Produtividade e Eficiência	2006	2007	Variação
Cost to Income (com mercados)	55,3%	48,4%	-6,9 p.p.
Cost to Income (sem mercados)	64,9%	64,2%	-0,7 p.p.
Activos Totais ⁽¹⁾ por Empregado (€,000)	11 284	11 790	4,5%

(1) Activo líquido + Asset Management + Crédito Securitizado

7.2.4 // Actividade das Sucursais

O BES dispõe de um conjunto de Sucursais no exterior, de entre as quais se destacam, pela dimensão e pelo posicionamento no desenvolvimento da estratégia internacional do Grupo, as sucursais em Espanha, Londres e Nova Iorque.

Sucursal em Espanha

A Sucursal em Espanha, que constitui um dos vértices da internacionalização do Grupo BES, tem vindo a consolidar a estratégia comercial ibérica no sentido do aproveitamento das oportunidades inerentes ao facto de Espanha ser o principal parceiro comercial de Portugal. A crescente interdependência económica entre os dois países torna claro que a presença do Grupo em Espanha passa pela abordagem integrada dos clientes portugueses e espanhóis que desenvolvem as respectivas actividades nos dois países.

Neste sentido, assume especial relevância a área de banca de empresas, cujo aprofundamento tem sido conseguido através da extensão do modelo de negócio doméstico a Espanha, com a abertura de 8 centros de empresas nas principais províncias espanholas. A estratégia prosseguida já tem reflexos no envolvimento financeiro do segmento que atingiu 3,1 mil milhões de euros.

A actividade de *private banking* / banca patrimonial (clientes afluentes) constitui outro dos segmentos de negócio da sucursal em Espanha, assente numa rede de 25 balcões. Durante o ano de 2007 a Sucursal continuou a desenvolver a sua actividade neste segmento com vista à melhoria da qualidade dos serviços prestados aos clientes, atingindo um envolvimento financeiro de 5,6 mil milhões de euros. O volume total de activos sob gestão totalizou 2,4 mil milhões de euros.

Em termos globais, os recursos de clientes atingiram 1,9 mil milhões de euros, um crescimento homólogo de 25,7%, enquanto que o crédito a clientes aumentou 65,4%, alcançando 3,5 mil milhões de euros. O resultado do exercício, excluindo a provisão de fusão, foi de 1,0 milhão de euros.

Sucursal em Londres

Esta sucursal é um importante pólo dinamizador do crescimento internacional do Grupo BES, com actividade centrada no negócio de banca de *wholesale* no mercado europeu e, em colaboração com o BES Investimento, detém uma presença significativa na actividade de *project finance*. A experiência acumulada nos últimos anos tem permitido a diversificação das linhas de negócio, actuando como participante em operações de *leveraged finance* e de *structured trade finance*, bem como na colocação de produtos de poupança junto de investidores institucionais localizados naquela praça financeira. Esta

dinâmica tem expressão no acentuado crescimento tanto na captação de recursos (+17% em relação a 2006) como dos resultados que atingiram 40,4 milhões de euros (+22%), reforçando a sua posição no desenvolvimento da estratégia internacional do Grupo BES.

Sucursal em Nova Iorque

No mercado americano desde 1996, a Sucursal em Nova Iorque concentra a sua actividade na banca de *wholesale*, maioritariamente nos EUA e Brasil. Esta presença tem-se revelado crucial na captação de recursos junto de clientes institucionais e *corporate* americanos (+56% em 2007). Posicionando-se nos segmentos alvo das empresas de média e grande dimensão, tem tido uma acelerada especialização dos seus produtos, nomeadamente no crédito (+85% em 2007), focalizado em operações de *trade finance* incluindo *structured trade finance* e empréstimos sindicados. Os resultados da sucursal em 2007 atingiram 7,0 milhões de euros, o que representa um aumento de 204% em relação ao do exercício anterior.

7.2.5 // Proposta de Distribuição de Resultados do Banco Espírito Santo

Nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 376 do Código das Sociedades Comerciais e em conformidade com o artigo 31.º dos Estatutos, propõe-se para aprovação da Assembleia Geral, a seguinte aplicação dos resultados do exercício:

euros	
para reserva legal	50 000 000,00
para distribuição aos Accionistas	240 000 000,00
para outras reservas	204 699 432,31
Resultado Líquido	494 699 432,31

O dividendo relativo aos resultados de 2007 equivale a um valor bruto por acção de 0,48 euros que, considerando a cotação do final do exercício, corresponde a um *dividend yield* de 3,20%.



7.3 // Análise Financeira das Principais Unidades de Negócio

7.3.1 // Banca



Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.

Sede Social: Rua Alexandre Herculano, 38, 1269 -161 Lisboa;
Capital Social: 70 000 milhares de euros; Participação do Grupo BES: 100%

O BES Investimento teve uma performance muito positiva em 2007, sendo de salientar o número crescente de operações desenvolvidas nos mercados internacionais. O produto bancário cresceu para 201,5 milhões de euros (+22,8%), dos quais cerca de 64% foram gerados fora de Portugal. Por sua vez, o resultado líquido foi de 73,0 milhões de euros, o que representa uma subida de 21,7%. Reflexo directo destes bons resultados, o ROE situou-se em 30% e o Cost to Income evoluiu para 43%, cerca de 2 p.p. inferior ao de 2006. No geral, a actividade desenvolveu-se de forma muito positiva no conjunto das áreas de negócio (i) fusões e aquisições (intervenção em 40 transacções com um valor global de 16 mil milhões de euros); (ii) *project finance* e securitização (concretização de 50 operações); (iii) *leverage finance* (concretização de 17 operações); (iv) mercado de capitais (renda fixa e renda variável); (v) corretagem, alcançando o sexto lugar na bolsa de Madrid com uma quota de 6% e o segundo lugar no Euronext Lisbon com uma quota de 11,3%, e (vi) *private equity*.

Também do ponto de vista qualitativo a actividade desenvolvida pelo BES Investimento durante 2007 mereceu elevado reconhecimento internacional, com a atribuição de diversos prémios e referências de prestígio, designadamente:

- “Global Renewables Portfolio Refinancing Deal of the Year 2007” pela *Project Finance* relativamente à liderança do financiamento do portfólio de parques eólicos da BBW – Babcock & Brown Wind Partners Fund, com activos na Austrália, Alemanha, França, Espanha e Estados Unidos da América;
- “European Rail Deal 2007” pela Jane’s Transport Finance relativamente à liderança do financiamento da CB Rail, uma companhia de *leasing* de material rolante com activos na Alemanha, Holanda, Bélgica e Dinamarca.
- 1ª posição nas *league tables* de Portugal de *Project Finance* pela Thomson e *Infrastructure Journal*;
- 3ª posição nas *league tables* Global Wind Sector e 4ª posição em Global Renewables Sector pelo *Infrastructure Journal*.

milhares de euros

Variáveis de Gestão e Indicadores	2006	2007	Variação
Activo Líquido	4 589 762	5 466 677	19,1%
Capital e Reservas	183 815	277 088	50,7%
Crédito a Clientes (bruto)	1 406 360	1 469 569	4,5%
Depósitos de Clientes	1 341 983	1 184 017	-11,8%
Produto Bancário	164 139	201 520	22,8%
Resultado do Exercício	60 014	73 028	21,7%



Banco Espírito Santo dos Açores, S.A.

Sede Social: Rua Hintze Ribeiro, 2-8, 9500 - 049 Ponta Delgada;
Capital Social: 17 500 milhares de euros; Participação do Grupo BES: 57,53%

O ano de 2007 foi caracterizado pelo início de uma nova etapa do BES dos Açores. O Banco decidiu e iniciou a expansão da sua cobertura bancária na Região abrindo três novos balcões (Fajã de Baixo e Candelária na Ilha de S. Miguel e Madalena na Ilha do Pico) e iniciou os trabalhos para a abertura de novos balcões em 2008.

Em paralelo continuou a desenvolver inúmeras acções de índole comercial sendo de salientar a assinatura de diversos protocolos com empresas e instituições e o apoio a diversas iniciativas de carácter social.

Na área da emigração o BES dos Açores desenvolveu diversas iniciativas com vista a potenciar a aproximação com os emigrantes açorianos, destacando-se o protocolo assinado com a Casa dos Açores da Nova Inglaterra.

Ao nível da actividade salientamos a evolução registada nos depósitos de clientes (+15,6%) e no crédito concedido a clientes (+15,7%), destacando-se o crescimento verificado no crédito à habitação (23,3%).

O exercício encerrou com um activo líquido de 428 milhões de euros e um resultado líquido de 5,0 milhões de euros, o que representa um crescimento relativamente a 2006, de 10,2% e 25,4% respectivamente.

milhares de euros

Variáveis de Gestão e Indicadores	2006	2007	Variação
Activo Líquido	388 546	428 031	10,2%
Capital e Reservas	27 453	28 786	4,9%
Crédito sobre Clientes (bruto)	283 971	328 685	15,7%
Depósitos de Clientes	243 369	281 406	15,6%
Produto Bancário	12 617	16 122	27,8%
Resultado do Exercício	4 015	5 033	25,4%



Banco Espírito Santo Angola, S.A.R.L.

Sede Social: Rua Guilherme Pereira Inglês n.º 43 – 1º, CP 6459 Luanda – Angola;
Capital Social: 10 milhões de \$US (7 593 milhares de euros); Participação do Grupo BES: 79,96%

O BES Angola tem vindo a afirmar-se no mercado angolano, de forma sustentada, como a instituição que apresenta melhores índices de rentabilidade e eficiência. Este posicionamento tem sido suportado por uma imagem de solidez, confiança e excelência no serviço prestado ao cliente. Completo o seu sexto ano de actividade, o banco dispõe actualmente de 21 agências e 5 postos em empresas ou instituições, em seis províncias de Angola (14 em Luanda), sendo objectivo a presença em todas as capitais de província no curto prazo. Adicionalmente, o BES Angola tem ainda dois centros de empresas em Luanda.

Considerando os recursos de clientes, estes atingiram 829 milhões de euros, no final do exercício, o que representa um aumento de 64,0% face a 2006. O crédito concedido a clientes ascendeu a 578 milhões de euros (+151,5%), fruto do desenvolvimento da actividade, nomeadamente no segmento de empresas. De realçar ainda diversas iniciativas de reforço do posicionamento do Banco neste segmento, não só com empresas locais, mas também através do apoio a delegações de empresas portuguesas que se deslocaram a Angola. No âmbito da actividade de banca de investimento, merece especial realce a coliderança do BES Angola na estruturação e emissão de Obrigações do Tesouro da República de Angola, num montante global de 3,5 mil milhões de dólares.

O resultado do exercício ascendeu assim a 51 milhões de euros, o que representa um crescimento homólogo de cerca de 50%.

Apesar do crescimento dos custos operativos relacionados com o aumento significativo da actividade, o BES Angola apresenta elevados níveis de eficiência, traduzidos num Cost to income de 37,4%.

milhares de euros

Variáveis de Gestão e Indicadores	2006	2007	Variação
Activo Líquido	604 097	1 303 134	115,7%
Capital e Reservas	33 825	51 320	51,7%
Crédito sobre Clientes (bruto)	229 952	578 363	151,5%
Depósitos de Clientes	505 233	828 597	64,0%
Produto Bancário	58 932	86 585	46,9%
Resultado do Exercício	34 011	50 975	49,9%



Espírito Santo Bank

Sede Social: 1395 Brickell Avenue, Miami, Florida 133131, EUA;
Capital Social: 16 973 milhares de \$US (12 296 milhares de euros); Participação do Grupo BES: 98,45%

A actividade do ES Bank continuou a registar progressos, com a estrutura da carteira de crédito a evoluir em torno de segmentos com melhor risco (habitação para particulares, imobiliário comercial e crédito avalizado pelas *Export Credit Agencies*) e os depósitos a registarem um crescimento de 9,6%, considerando os valores em moeda local.

O resultado operacional registou uma melhoria suportada pelo aumento da margem financeira, pelo crescimento das comissões e pelo controlo dos custos operativos. No entanto, os esforços desenvolvidos ainda não se reflectiram positivamente no resultado líquido devido ao pagamento de uma verba extraordinária de 5 milhões de USD relacionada com a falência do ESBankest.

A *broker/dealer*, ES Financial Services, apresentou resultados superiores aos conseguidos no ano anterior fruto das boas condições do mercado e da oferta diversificada de produtos.

Os activos sob gestão atingiram 885 milhões de dólares, um acréscimo de 107 milhões de dólares desde o início do ano.

milhares de euros

Variáveis de Gestão e Indicadores	2006	2007	Variação
Activo Líquido	330 994	284 449	-14,1%
Capital e Reservas	26 262	21 069	-19,8%
Crédito sobre Clientes (bruto)	258 237	227 105	-12,1%
Depósitos de Clientes	228 943	216 627	-5,4%
Resultado do Exercício	(1 328)	(3 465)	-



Banco Espírito Santo do Oriente, S.A.

Sede Social: Av. Dr. Mário Soares, n.º 323, Edifício Banco da China, 28º A e E-F, Macau, China;
Capital Social: 200 milhões de MOP (18 961 milhares de euros); Participação do Grupo BES: 99,75%

Num contexto de forte dinamismo económico regional, a Região Administrativa Especial de Macau deverá registar, em 2007, um crescimento do PIB de aproximadamente 15%, comparativamente ao ano anterior. As operações concretizadas ao longo do ano no território, confirmam, de forma inequívoca, a evolução sustentada dos sectores do turismo/entretenimento, da actividade imobiliária e de obras públicas, bem como a importância crescente da utilização de Macau como plataforma para a cooperação económica entre a República Popular da China e os países de Língua Portuguesa.

De referir, igualmente, o contributo das áreas de banca de investimento/mercado de capitais na originação de importantes operações de infra-estruturas e energias renováveis concretizadas no sudeste asiático, assim como a captação de depósitos junto de entidades institucionais locais.

O Banco Espírito Santo do Oriente registou um crescimento significativo da sua actividade com o total do activo líquido a apresentar um aumento de 67,5 %, comparativamente a 2006. O resultado líquido do exercício cifrou-se em 1 723 milhares de euros, com as áreas de crédito e de recursos de clientes a evidenciarem fortes crescimentos de, respectivamente, 141% e 195% em termos homólogos.

milhares de euros

Variáveis de Gestão e Indicadores	2006	2007	Variação
Activo Líquido	95 516	159 966	67,5%
Capital e Reservas	26 508	24 351	-8,1%
Crédito sobre Clientes (bruto)	48 492	116 943	141,2%
Depósitos de Clientes	11 094	32 699	194,7%
Produto Bancário	3 573	3 697	3,5%
Resultado do Exercício	1 575	1 723	9,4%



Banque Espírito Santo et de la Vénétie, S.A.

Sede Social: 45, Avenue Georges Mandel, 75116 Paris, França;
Capital Social: 52 154 milhares de euros; Participação do Grupo BES: 40,00%

Durante o ano de 2007, Banque Espírito Santo et de la Vénétie, fruto de uma boa *performance* do conjunto das suas actividades, e em particular das operações de financiamento estruturado e das operações de financiamento imobiliário, alcançou um aumento de 16,6% do produto bancário recorrente.

As actividades tradicionais de banca de empresas e de banca da comunidade portuguesa residente em França (cliente do BES em Portugal) mantiveram-se em níveis idênticos aos do ano anterior.

O resultado líquido do exercício registou um aumento de 37% tendo atingindo 11,2 M€. O *Cost to Income* situou-se nos 45,1% (47,1% em 2006).

milhares de euros

Variáveis de Gestão e Indicadores	2006	2007	Variação
Activo Líquido	1 216 063	1 282 358	5,5%
Capital e Reservas	75 058	80 234	6,9%
Crédito sobre Clientes (bruto)	931 102	1 022 234	9,8%
Depósitos de Clientes	165 127	179 750	8,9%
Produto Bancário	32 661	36 803	12,7%
Resultado do Exercício	8 208	11 245	37,0%
Cost to Income	47,1%	45,1%	2,0p.p.



BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.

Sede Social: Rua Alexandre Herculano, 38, 1250 - 011 Lisboa;
Capital Social: 63 000 milhares de euros; Participação do Grupo BES: 66,00%

O Banco BEST, cujo domínio privilegiado de actuação se situa ao nível da banca electrónica, atingiu o final do exercício com um volume de activos sob gestão de 1 121 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 43% face ao ano anterior. O banco manteve a sua posição de liderança na distribuição de fundos de investimento estrangeiros com uma quota de 27%, com o número de fundos de investimento disponíveis para subscrição a elevar-se para 1 477, com origem em 37 sociedades gestoras, das mais significativas a nível nacional e internacional.

O Banco BEST reforçou de forma significativa a oferta de produtos e serviços mais vocacionados para a componente de *trading*, tendo sido disponibilizadas duas novas plataformas de negociação de activos financeiros:

- O serviço *Best Trading Pro* - uma avançada plataforma de negociação em tempo real com mais de 15 mil instrumentos financeiros disponíveis para *trading online*, incluindo acções, CFD's (*Contracts for Difference*), Futuros e Forex (*crosses cambiais*) e
- Os *Warrants OTC* - negociação de *warrants* em horário alargado, em parceria com o Citigroup.

O reforço da actividade decorrente do lançamento destas duas novas plataformas permitiu resultados significativos visíveis na liderança do mercado nacional de negociação de derivados on-line com uma quota de mercado de 31% e no reconhecimento do mercado através da atribuição de prémios nacionais e internacionais:

- "Melhor plataforma transaccional sobre títulos portugueses" - *IRG Awards* patrocinado pela Deloitte e dois jornais económicos
- O "Best Consumer Internet Bank" categoria promovida pela *Global Finance Magazine*.

O número de clientes atingiu os 50 mil sendo de registar a evolução no *private banking*, segmento em que se registou a adesão de 250 novos clientes. Como corolário da aceleração de actividade, o resultado líquido do exercício situou-se em quase 2,0 milhões de euros.

milhares de euros

Variáveis de Gestão e Indicadores	2006	2007	Variação
Activo Líquido	323 617	409 932	26,7%
Capital e Reservas	23 227	19 499	-16,1%
Depósitos de Clientes	246 806	374 871	51,9%
Produto Bancário	10 771	16 387	52,1%
Resultado do Exercício	(1 574)	1 965	
Activos de Clientes Particulares sob Gestão (M€)	782	1 121	43,4%

7.3.2 // Gestão de Activos Financeiros



Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S.A.

Sede Social: Av. Álvares Cabral, 41, 1250 - 015 Lisboa;
Capital Social: 11 750 milhares de euros; Participação do Grupo BES: 85,00%

A Espírito Santo Activos Financeiros (ESAF) exerce a actividade de *asset management* em Portugal, Espanha, Luxemburgo e Reino Unido através de sociedades especializadas constituídas para o efeito.

Apesar da difícil conjuntura vivida durante o ano 2007, o volume global de Activos sob Gestão atingiu pela primeira vez o marco histórico de mais de 20 mil milhões de euros, o que permitiu à empresa passar a ter maior visibilidade a nível das gestoras de activos europeias.

De destacar a actividade de gestão discricionária que atingiu globalmente um montante sob gestão de mais de 10,9 mil milhões de euros sendo que a actividade de gestão discricionária de particulares cresceu cerca de 14% face ao ano anterior. Ao nível dos fundos de investimento, o exercício foi marcado pela reestruturação da oferta de produtos (lançamento de novos fundos e fusão e/ou liquidação de outros), sendo de realçar o lançamento do Fundo de Investimento Mobiliário ES Momentum e do Fundo de Investimento Imobiliário ES Logística.

No Luxemburgo, os montantes sob gestão atingiram mais de 1 200 milhões de euros, representando uma estabilização face ao ano anterior, sendo de destacar o sucesso do Fundo *Active Allocation* que atingiu o montante de mais de 100 milhões de euros. Em Espanha, o volume total de activos sob gestão fixou-se em mais de 2 200 milhões de euros.

No âmbito da internacionalização das actividades, foi constituída no último trimestre de 2007 uma sociedade no Reino Unido denominada ESAF Alternative Asset Management Limited, *holding* dedicada à gestão de fundos dirigidos a clientes institucionais nacionais e internacionais.

O resultado consolidado do exercício elevou-se a 27,6 milhões de euros (crescimento homólogo de 20%), beneficiando em grande medida das condições favoráveis dos mercados que marcaram o primeiro semestre do ano.

milhares de euros

Variáveis de Gestão e Indicadores	2006	2007	Variação
Activo Líquido	85 200	110 097	29,2%
Capital e Reservas	34 523	50 256	45,6%
Produto Bancário	45 129	51 114	13,3%
Resultado do Exercício	22 911	27 556	20,3%
Activos sob Gestão (M€)	19 647	20 067	2,1%

7.3.3 // Seguros



BES Vida - Companhia de Seguros, S.A.

Sede Social: Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, 95 - 11º, 1070 - 061 Lisboa;
Capital Social: 250 000 milhares de euros; Participação do Grupo BES: 50,00%

A performance da BES Vida reflecte as orientações estratégicas que têm sido seguidas, considerando fundamental consolidar a sua posição, sobretudo no mercado da "reforma", onde é líder. A produção total foi de 1 563,9 milhões de euros, um acréscimo de 21,1% face a 2006. No segmento dos PPR's, com uma produção de 594,5 milhões de euros (+15,3%), alcançou-se uma quota de mercado de 34,7%, mantendo mais uma vez a liderança neste segmento. Os produtos tradicionais, totalizaram 59,6 milhões de euros (+10,4%), com uma quota de mercado de 7,1% (6,9% em 2006) enquanto os produtos de capitalização com uma produção de 909,8 milhões de euros (+26,1%), registaram um aumento da quota de mercado para 13,3% (12,0% em 2006). As provisões matemáticas no montante de 7036 milhões de euros (+13,0%), apresentam um acréscimo de 811,1 milhões de euros no final de Dezembro.

A BES Vida registou um resultado líquido de 52,2 milhões de euros (-54,6%). No entanto, este resultado representaria um acréscimo de 23,4% face aos 42,3 milhões que seria o resultado líquido da BES Vida em 2006 se não fossem considerados os efeitos extraordinários no resultado desse ano, como foram a alienação da carteira do canal mediadores, no valor de 50 milhões de euros, e a mais valia de 42 milhões de euros resultante da alienação dos títulos BES.

Os custos de exploração diminuíram em 26,9%, para 17,6 milhões de euros, como resultado, principalmente, da existência de custos excepcionais ocorridos em 2006 (mudança da sede, a alteração da imagem e alienação do canal mediador), pelo reforço do fundo de pensões realizado nesse ano e ainda pela redução da prestação de serviços acordados com a Tranquilidade e com a ESGEST.

O capital próprio atinge os 272,9 milhões de euros, que representa uma diminuição de 56,4 milhões de euros. Esta diminuição é sobretudo consequência da redução da reserva de justo valor, em função da subida das taxas de juro e da descida verificada na generalidade dos mercados financeiros, com impactos nas carteiras de obrigações e acções.

milhares de euros

Variáveis de Gestão e Indicadores	2006	2007	Variação
Activo Líquido	6 842 137	7 647 855	11,8%
Capital e Reservas	329 285	272 854	-17,1%
Prémios Brutos Emitidos	586 900	515 834	-12,1%
Indemnizações	653 620	725 360	11,0%
Custos de Exploração	24 082	17 615	-26,9%
Resultado do Exercício	115 048	52 218	-54,6%



BES - Companhia de Seguros, S.A.

Sede Social: Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, 75 - 11º, 1070 - 061 Lisboa;
Capital Social: 15 000 milhares de euros; Participação do Grupo BES: 25,00%

A BES Seguros continuou a exercer a sua actividade na área dos produtos de seguros não vida, num contexto de estagnação deste mercado (crescimento de 0,5%).

Procurando dar continuidade à sua actividade de bancaseguros, ao servir os clientes particulares do Grupo BES com os produtos de base de seguros não-vida, alargou em 2007 a sua oferta com a exploração do Seguro de Protecção ao Crédito, produto que pretende garantir o pagamento das prestações de crédito em caso de ocorrência de determinados riscos. Por outro lado, foi implementada uma plataforma telefónica operacional para servicing e venda de seguros não vida (BESdirecto Seguros).

Em termos de produção, o número de contratos vendidos de Seguro Casa, Auto e Saúde foi de cerca de 55 205, atingindo uma carteira de cerca de 340 mil contratos em vigor. Os prémios brutos emitidos cresceram 17,7%, devido fundamentalmente à introdução do novo produto de protecção ao crédito, atingindo os 73,1 milhões de euros. Os custos com sinistros líquidos de resseguro apresentaram uma redução de 1,6%, chegando aos 41 milhões de euros, resultado do bom comportamento técnico principalmente do Seguro saúde. A manutenção do comportamento técnico global num bom nível e o controlo dos custos operacionais permitiu à BES Seguros atingir um resultado líquido superior a 4,7 milhões de euros, representando um crescimento homólogo de 6,7%.

O rácio combinado após resseguro manteve-se num excelente nível (92,1%), conseguindo mesmo uma melhoria face ao verificado em 2006 (94,5%). O capital próprio, no montante de 24,5 milhões de euros (aumento de 1,3%) está influenciado negativamente pela reserva de reavaliação (-0,7 milhões de euros) devido à depreciação ocorrida na valorização da carteira de obrigações e acções, consequência do comportamento negativo verificado na generalidade dos mercados financeiros.

milhares de euros

Variáveis de Gestão e Indicadores	2006	2007	Variação
Activo Líquido	88 919	108 662	22,2%
Capital e Reservas	24 135	24 455	1,3%
Prémios Brutos Emitidos	62 188	73 171	17,7%
Custos com Sinistros, líquidos de resseguro	41 697	41 016	-1,6%
Custos de Exploração líquidos	12 105	12 476	3,1%
Resultado do Exercício	4 425	4 723	6,7%

* dados de acordo com IFRS



Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros de Assistência, S.A.

Sede Social: Avenida Álvares Cabral, 41 - 3º, 1250 - 015 Lisboa;
Capital Social: 5000 milhares de euros; Participação do Grupo BES: 23,00%

O ano de 2007 ficou marcado, na vertente comercial, por uma constante preocupação em assegurar a fidelização da base de clientes existente, privilegiando a prestação de um serviço de qualidade e procurando soluções inovadoras que respondam às necessidades do mercado e, simultaneamente, pela aposta na exploração de novos canais de distribuição com potencial de desenvolvimento futuro.

O total de prémios brutos emitidos atingiu os 26,0 milhões de euros. Os prémios líquidos, por sua vez, apresentaram um crescimento de 5,9% alcançando o valor de 24,5 milhões de euros.

O comportamento da sinistralidade revelou um novo agravamento seguindo a tendência dos últimos anos e acentuando a pressão sobre a rentabilidade. Foram abertos cerca de 535 mil processos de assistência (crescimento de 15%) e foram recebidas cerca de 1585 milhares de chamadas (crescimento de 17%).

Continuou-se a política de controlo de custos, com particular ênfase nos custos com sinistros. Também os custos fixos de estrutura foram alvo de um programa de racionalização, dando continuidade ao processo iniciado no ano precedente. Apesar da elevada turbulência verificada nos mercados financeiros, particularmente no segundo semestre, os resultados financeiros apresentaram uma melhoria, consequência da política de investimentos adoptada. O exercício encerrou com um resultado líquido de 1 211 milhares de euros, representativo de um crescimento homólogo de cerca de 12%.

Na vertente internacional, a filial brasileira voltou a apresentar um significativo resultado, quase duplicando o resultado do ano anterior; a subsidiária na Argentina registou novamente resultados positivos e a filial do Chile, no segundo ano de actividade, já apresentou também resultados positivos.

milhares de euros

Variáveis de Gestão e Indicadores	2006	2007	Variação
Activo Líquido	29 164	31 401	7,7%
Capital e Reservas	8 996	9 623	7,0%
Prémios Brutos Emitidos	25 468	25 966	2,0%
Resultado do Exercício	1 082	1 211	11,9%

7.3.4 // Crédito Especializado



Besleasing e Factoring

Besleasing e Factoring – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Sede Social: Av. Álvares Cabral, 27 - 1º, 1269 -140 Lisboa;
Capital Social: 49 114 milhares de euros; Participação do Grupo BES: 89,36%

Os sectores de *leasing* e de *factoring* continuaram a consolidar o seu posicionamento no financiamento da economia portuguesa, tendo a actividade da empresa contribuído consideravelmente neste propósito, com uma produção de 708 milhões de euros (+31,6%) no segmento de *leasing* mobiliário e 653 milhões de euros (+25,5%) no segmento de *leasing* imobiliário. No *factoring* e na gestão de pagamentos a fornecedores (*confirming*) a produção foi de 3705 milhões de euros (+6,0%), traduzido em 1 462 milhões de crédito sob gestão (+ 9,7%). A produção global da empresa ascendeu a 5 066 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 11,3% em relação ao ano anterior, consolidando deste modo, o segundo lugar no *ranking* nacional em cada um dos segmentos de negócio.

O resultado líquido ascendeu a 15,1 milhões de euros (+14,2%) correspondendo a uma rentabilidade dos capitais próprios (ROE) de 20%. O forte ritmo de crescimento da actividade e os resultados gerados proporcionaram maior eficiência e produtividade, através do aumento dos activos totais por empregado e diminuição do *Cost to Income*, que se fixou em 29,7%, contra os 31,0% observados no exercício anterior.

A política exigente da empresa na concessão de crédito, permitiu melhorar de 0,60% para 0,52% a relação entre o crédito vencido superior a 90 dias e o crédito concedido. Foi também adoptada uma política prudente de reforço de provisões que possibilitou maior cobertura do crédito vencido superior a 90 dias, tendo passado de 220% para 256%.

milhares de euros

Variáveis de Gestão e Indicadores*	2006	2007	Variação
Activo Líquido	3 244 268	4 001 937	23,4%
Capital e Reservas	72 784	75 852	4,2%
Crédito sobre Clientes (bruto)	3 140 359	3 917 558	24,7%
Produto <i>Lease</i> / Factor	43 763	49 103	12,2%
Resultado do Exercício	13 244	15 117	14,1%
LEASING IMOBILIÁRIO			
Contratos Iniciados (nº)	647	678	4,8%
Valor	520 603	653 122	25,5%
LEASING MOBILIÁRIO			
Contratos Iniciados (nº)	7 824	7 886	0,8%
Valor	537 866	707 779	31,6%
FACTORING			
Carteira de Crédito Tomado (bruto)	3 494 409	3 704 917	6,0%
Carteira de Crédito sob Gestão	1 332 865	1 462 062	9,7%

* dados de acordo com NCA



Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.

Sede Social: Lagoas Park Edifício 11 – 3º Piso, 2740 - 244 Porto Salvo;
Capital Social: 5 250 milhares de euros; Participação do Grupo BES: 45,00%

O exercício de 2007 constituiu o primeiro ano da empresa com resultados líquidos positivos.

Este marco foi alcançado através da gestão criteriosa dos custos operacionais e de estrutura do cumprimento dos objectivos comerciais estabelecidos.

Com efeito, a Locarent atingiu cerca de 14 mil viaturas em frota sob gestão, num ano em que as terminações naturais de contratos assumiram uma proporção significativa.

A empresa obteve o segundo lugar de entre os *players* de mercado do *Renting/AOV* em Portugal.

Os resultados alcançados evidenciam a profícua e permanente dinamização verificada nas redes de distribuição dos grupos bancários accionistas.

Perspectivam-se novos desafios estratégicos que visam o domínio de componentes de negócio operacional, encetando políticas de sistematização e normalização de processos, com o propósito de maximizar a eficiência e qualidade de serviço prestado.

milhares de euros

Variáveis de Gestão e Indicadores	2006	2007	Variação
Activo Líquido	216 036	291 074	34,7%
Capital e Reservas	5 354	3 064	-42,8%
Imobilizado	196 899	330 185	67,7%
Resultado do Exercício	(940)	1 107	

08

Nota Final

Declaração de Conformidade

De acordo com o disposto no nº 1, alínea c) do artigo 245^a do Código dos Valores Mobiliários o Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, S.A. declara que:

- (i) as demonstrações financeiras individuais do Banco Espírito Santo, S.A. (BES), relativas aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e em 31 de Dezembro de 2007, foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definido pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro de 2005;
- (ii) as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Banco Espírito Santo, S.A. (Grupo BES), relativas aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e em 31 de Dezembro de 2007, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia, e transpostas para a legislação portuguesa através do Decreto – Lei nº 35 /2005, de 17 de Fevereiro;
- (iii) tanto quanto é do seu conhecimento as demonstrações financeiras referidas na alínea (i) e (ii) dão uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo, dos capitais próprios e dos resultados do BES e do Grupo BES, respectivamente;
- (iv) o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira do BES e do Grupo BES no exercício de 2007.

Nota de Agradecimento

O Conselho de Administração gostaria de manifestar o reconhecimento da confiança que os Clientes, Accionistas, Colaboradores e Autoridades de Supervisão depositaram no BES e nas demais instituições financeiras do Grupo. A confiança dos nossos Clientes foi indispensável para que o Grupo continuasse a crescer a ritmos significativos nas principais áreas de negócio; a confiança dos nossos Accionistas no projecto empresarial Grupo BES foi determinante para a consolidação da posição cimeira no mercado financeiro português; a participação e empenho dos Colaboradores foram indispensáveis para a *performance* alcançada em 2007 e serão determinantes para que o Grupo cumpra os seus objectivos estratégicos.

Às Autoridades Governamentais e de Supervisão, o Conselho de Administração deixa expresso o seu agradecimento pela cooperação e confiança que têm dispensado ao Grupo Banco Espírito Santo.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2008

O Conselho de Administração

António Luís Roquette Ricciardi
 Ricardo Espírito Santo Silva Salgado
 Mário Mosqueira do Amaral
 José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva
 António José Baptista do Souto
 Jorge Alberto Carvalho Martins
 Aníbal da Costa Reis de Oliveira
 José Manuel Ferreira Neto
 Manuel de Magalhães Villas-Boas
 Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva
 José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
 Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau
 Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira
 Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes
 Pedro José de Sousa Fernandes Homem
 Mário Martins Adegas
 Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena
 Lázaro de Mello Brandão
 Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva
 Bernard Henri Georges De Witt
 José Manuel Ruivo da Pena
 Jean Frédéric de Leusse
 Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires
 Bernard Delas
 Miguel António Igrejas Horta e Costa
 Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos
 Alberto Alves de Oliveira Pinto
 João Eduardo Moura da Silva Freixa
 Jean-Yves Hocher
 Michel Goutorbe



// 02

O SUCESSO NASCE DO QUERER, DA DETERMINAÇÃO E
PERSISTÊNCIA EM SE CHEGAR A UM OBJECTIVO. MESMO
NÃO ATINGINDO O ALVO, QUEM BUSCA E VENCE
OBSTÁCULOS, NO MÍNIMO FARÁ COISAS ADMIRÁVEIS.

José de Alencar

BES
art COLEÇÃO
BANCO
ESPÍRITO SANTO

CANDIDA HÖFER b. 1954
Alemanha
Mosteiro da Batalha I
2006
C-Print
250 x 200cm
CH-396

© Candida Höfer/VG Bild-Kunst, Bonn 2006



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
E NOTAS ÀS CONTAS
BES"07



01

Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas Explicativas

1.1 // Demonstração dos Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 2007

	Dez. 06 (eur '000)	Dez. 07 (eur '000)
Juros e rendimentos similares	2 591 104	3 370 232
Juros e encargos similares	1 761 583	2 416 506
Margem Financeira	829 521	953 726
Rendimentos de instrumentos de capital	41 553	49 959
Rendimentos de serviços e comissões	639 653	716 311
Encargos com serviços e comissões	79 448	104 434
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(1 204)	65 864
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	165 183	231 524
Resultados de reavaliação cambial	60 485	27 872
Resultados de alienação de outros activos	15 317	4 388
Outros resultados de exploração	23 007	24 095
Produto da actividade	1 694 067	1 969 305
Custos com pessoal	478 200	502 143
Gastos gerais administrativos	344 128	378 831
Amortizações de exercício	69 019	69 755
Provisões líquidas de reposições e anulações	51 039	25 408
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	181 555	213 184
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	7 097	18 187
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	2 178	6 085
Diferenças de consolidação negativas	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	10 770	31 907
Resultados antes de impostos e de interesses minoritários	571 621	787 619
Impostos		
Correntes	85 942	86 916
Diferidos	49 552	65 630
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	436 157	653 073
do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	-	116
Interesses minoritários	15 443	28 004
Resultado consolidado do exercício	420 714	607 069

1.2 // Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2007

	Dez. 06 (eur '000)	Dez. 07 (eur '000)
Activo		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 084 927	1 361 218
Disponibilidades em outras instituições de crédito	672 976	720 442
Activos financeiros detidos para negociação	4 171 407	3 847 233
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 498 592	1 426 704
Activos financeiros disponíveis para venda	5 251 684	6 238 889
Aplicações em instituições de crédito	7 588 049	8 210 331
Crédito a clientes	34 882 505	42 170 263
(Provisões)	(869 327)	(990 395)
Investimentos detidos até à maturidade	593 171	407 842
Activos com acordo de recompra	-	-
Derivados de cobertura	199 704	211 890
Activos não correntes detidos para venda	-	279 408
Propriedades de investimento	-	-
Outros activos tangíveis	382 929	537 768
Activos intangíveis	68 652	91 171
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	571 563	573 700
Activos por impostos correntes	14 094	19 708
Activos por impostos diferidos	79 767	23 946
Outros activos	2 078 786	2 234 200
Total do Activo	59 138 806	68 354 713
Passivo		
Recurso de Bancos Centrais	1 043 175	1 887 622
Passivos financeiros detidos para negociação	1 284 376	1 257 201
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	6 827 386	7 096 649
Recursos de clientes e outros empréstimos	21 993 671	23 775 030
Responsabilidades representadas por títulos	19 030 469	24 313 591
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-
Derivados de cobertura	262 760	286 940
Passivos não correntes detidos para venda	-	233 189
Provisões	139 882	143 950
Passivos por impostos correntes	39 356	71 136
Passivos por impostos diferidos	168 670	255 903
Instrumentos representativos de capital	-	-
Outros passivos subordinados	2 239 816	2 094 815
Outros passivos	1 286 794	1 524 980
Total do Passivo	54 316 355	62 941 006
Capital		
Capital	2 500 000	2 500 000
Prémios de emissão	668 851	668 851
Outros instrumentos de capital	-	-
Acções Próprias	(63 732)	(41 437)
Acções Preferenciais	600 000	600 000
Reservas de reavaliação	512 042	646 701
Outras reservas e resultados transitados	97 997	291 392
Resultado do exercício	420 714	607 069
Dividendos antecipados	-	-
Interesses minoritários	86 579	141 131
Total do Capital	4 822 451	5 413 707
Total do Passivo + Capital	59 138 806	68 354 713

1.3 // Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Demonstração dos Resultados Consolidados dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

milhares de euros

	Notas	31.12.2007	31.12.2006
Juros e proveitos similares	5	3 370 232	2 591 104
Juros e custos similares	5	2 416 506	1 761 583
Margem financeira		953 726	829 521
Rendimentos de instrumentos de capital		49 959	41 553
Rendimentos de serviços e comissões	6	716 311	639 653
Encargos com serviços e comissões	6	(104 434)	(79 448)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	65 864	(1 204)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	231 524	165 183
Resultados de reavaliação cambial	9	27 872	60 485
Resultados de alienação de outros activos financeiros		2 815	3 937
Outros resultados de exploração	10	24 095	23 007
Proveitos operacionais		1 967 732	1 682 687
Custos com pessoal	11	502 143	478 200
Gastos gerais administrativos	13	378 831	344 128
Depreciações e amortizações	25 e 26	69 755	69 019
Provisões líquidas de anulações	32	25 408	51 039
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	21	213 184	181 555
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	19 e 20	18 187	7 097
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	24 e 28	6 085	2 178
Custos operacionais		1 213 593	1 133 216
Alienação de subsidiárias e associadas	1	1 573	11 380
Resultados de associadas	27	31 907	10 770
Resultado antes de impostos		787 619	571 621
Impostos			
Correntes	33	86 916	85 942
Diferidos	33	65 630	49 522
		152 546	135 464
Resultado líquido do exercício		635 073	436 157
Atribuível aos accionistas do Banco		607 069	420 714
Atribuível aos interesses minoritários	37	28 004	15 443
		635 073	436 157
Resultados por acção básicos (em euros)	14	1,22	1,02
Resultados por acção diluídos (em euros)	14	1,22	1,02

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Balanco Consolidado em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

milhares de euros

	Notas	31.12.2007	31.12.2006
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	15	1 361 218	1 084 927
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	720 442	672 976
Activos financeiros detidos para negociação	17	3 847 233	4 171 407
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	18	1 426 704	1 498 592
Activos financeiros disponíveis para venda	19	6 238 889	5 251 684
Aplicações em instituições de crédito	20	8 210 331	7 588 049
Crédito a clientes	21	42 170 263	34 882 505
Investimentos detidos até à maturidade	22	407 842	593 171
Derivados para gestão de risco	23	211 890	199 704
Activos não correntes detidos para venda	24	279 408	-
Outros activos tangíveis	25	537 768	382 929
Activos intangíveis	26	91 171	68 652
Investimentos em associadas	27	573 700	571 563
Activos por impostos correntes		19 708	14 094
Activos por impostos diferidos	33	23 946	79 767
Outros activos	28	2 234 200	2 078 786
Total de Activo		68 354 713	59 138 806
Passivo			
Recursos de bancos centrais		1 887 622	1 043 175
Passivos financeiros detidos para negociação	17	1 257 201	1 284 376
Recursos de outras instituições de crédito	29	7 096 649	6 827 386
Recursos de clientes	30	23 775 030	21 993 671
Responsabilidades representadas por títulos	31	24 313 591	19 030 469
Derivados para gestão de risco	23	286 940	262 760
Passivos não correntes detidos para venda	24	233 189	-
Provisões	32	143 950	139 882
Passivos por impostos correntes		71 136	39 356
Passivos por impostos diferidos	33	255 903	168 670
Passivos subordinados	34	2 094 815	2 239 816
Outros passivos	35	1 524 980	1 286 794
Total de Passivo		62 941 006	54 316 355
Capital Próprio			
Capital	36	2 500 000	2 500 000
Prémios de emissão	36	668 851	668 851
Acções próprias	36	(41 437)	(63 732)
Acções preferenciais	36	600 000	600 000
Reservas de justo valor	37	646 701	512 042
Outras reservas e resultados transitados	37	291 392	97 997
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco		607 069	420 714
Total de Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco		5 272 576	4 735 872
Interesses minoritários	37	141 131	86 579
Total de Capital Próprio		5 413 707	4 822 451
Total de Passivo e Capital Próprio		68 354 713	59 138 806

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado dos Exercícios Findos de Dezembro de 2007 e 2006

milhares de euros

	Capital	Prémios de emissão	Acções próprias	Acções preferenciais	Reservas de justo valor	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado líquido do período atribuível aos accionistas do Banco	Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco	Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	1 500 000	300 000	(96 247)	600 000	365 691	(26 065)	280 481	2 923 860	105 752	3 029 612
Outros movimentos registados directamente no capital próprio:										
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	-	146 351	-	-	146 351	3 030	149 381
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	(7 059)	-	(7 059)	(3 970)	(11 029)
Plano de incentivos baseado em acções, líquido de imposto (ver Nota 12)	-	-	-	-	-	2 454	-	2 454	-	2 454
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	420 714	420 714	15 443	436 157
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	-	-	-	-	146 351	(4 605)	420 714	562 460	14 503	576 963
Aumento de capital										
Por incorporação de prémios de emissão (50 milhões de acções ordinárias)	250 000	(250 000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Por emissão de novas acções (150 milhões de acções ordinárias)	750 000	630 000	-	-	-	-	-	1 380 000	-	1 380 000
Custos com aumento de capital, líquido de impostos	-	(11 149)	-	-	-	-	-	(11 149)	-	(11 149)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	162 147	(162 147)	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias ^(a)	-	-	-	-	-	-	(118 334)	(118 334)	-	(118 334)
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	-	-	(33 480)	-	(33 480)	-	(33 480)
Variações de acções próprias (ver Nota 36)	-	-	32 515	-	-	-	-	32 515	-	32 515
Outras variações em Interesses minoritários (ver Nota 37)	-	-	-	-	-	-	-	-	(33 676)	(33 676)
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	2 500 000	668 851	(63 732)	600 000	512 042	97 997	420 714	4 735 872	86 579	4 822 451
Outros movimentos registados directamente no capital próprio:										
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	-	134 659	-	-	134 659	18 685	153 344
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	3 455	-	3 455	(2 106)	1 349
Plano de incentivos baseado em acções, líquido de imposto (ver Nota 12)	-	-	-	-	-	1 030	-	1 030	-	1 030
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	607 069	607 069	28 004	635 073
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	-	-	-	-	134 659	4 485	607 069	746 213	44 583	790 796
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	222 390	(222 390)	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias ^(a)	-	-	-	-	-	-	(198 324)	(198 324)	-	(198 324)
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	-	-	(33 480)	-	(33 480)	-	(33 480)
Variações de acções próprias (ver Nota 36)	-	-	22 295	-	-	-	-	22 295	-	22 295
Outras variações em Interesses minoritários (ver Nota 37)	-	-	-	-	-	-	-	-	9 969	9 969
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	2 500 000	668 851	(41 437)	600 000	646 701	291 392	607 069	5 272 576	141 131	5 413 707

(a) Corresponde a um dividendo por acção de 0,40 euros pagos às acções em circulação nos anos 2007 e 2006.

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

milhares de euros

	Notas	31.12.2007	31.12.2006
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		3 258 653	2 485 123
Juros e custos pagos		(2 306 283)	(1 674 418)
Serviços e comissões recebidas		747 787	667 172
Serviços e comissões pagas		(112 987)	(79 448)
Recuperações de créditos		34 857	22 753
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(845 061)	(604 497)
		776 966	816 685
<i>Variação nos activos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades em bancos centrais		(310 042)	17
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		634 547	(982 362)
Aplicações em instituições de crédito		(614 065)	(1 424 943)
Recursos de instituições de crédito		1 100 195	941 134
Crédito a clientes		(7 410 850)	(4 178 274)
Recursos de clientes e outros empréstimos		1 776 876	1 221 766
Derivados para gestão do risco		(11 968)	96 397
Outros activos e passivos operacionais		(709 327)	280 415
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		(4 767 668)	(3 229 165)
Impostos sobre os lucros pagos		(60 750)	(96 536)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		(4 828 418)	(3 325 701)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		(43 140)	(498 120)
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		12 107	17 843
Dividendos recebidos		83 208	41 553
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(13 782 478)	(5 692 177)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		12 823 589	4 601 417
Investimentos detidos até à maturidade		119 434	(67 482)
Compra de imobilizações		(307 536)	(90 565)
Venda de imobilizações		3 367	5 130
Fluxos de caixa líquidos de actividades de investimento		(1 091 449)	(1 682 401)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Aumento de capital		-	1 368 851
Emissão de obrigações de caixa		9 467 710	5 650 588
Reembolso de obrigações de caixa		(3 202 094)	(1 695 231)
Emissão de passivos subordinados		21 134	-
Reembolso de passivos subordinados		(129 690)	(59 856)
Acções próprias		22 295	32 515
Dividendos de acções ordinárias pagos		(198 324)	(118 334)
Dividendos de acções preferenciais pagos		(33 480)	(33 480)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		5 947 551	5 145 053
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		27 684	136 951
Caixa e equivalentes no início do exercício		984 311	886 668
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		(14 293)	(39 308)
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		27 684	136 951
Caixa e equivalentes no fim do exercício		997 702	984 311
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	15	277 260	311 335
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	720 442	672 976
Total		997 702	984 311

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Grupo Banco Espírito Santo

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007

(Montantes expressos em milhares de euros, excepto quando indicado)

Nota 1 // Actividade e Estrutura do Grupo

O Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES) é um banco comercial com sede em Portugal, na Avenida da Liberdade, n.º195, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

As origens do BES remontam ao último quartel do século XIX, tendo iniciado a actividade como banco comercial em 1937, altura em que ocorreu a fusão do Banco Espírito Santo com o Banco Comercial de Lisboa da qual resultou o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Por escritura pública de 6 de Julho de 1999 passou a adoptar a firma Banco Espírito Santo, SA.

O BES é uma sociedade anónima que se encontra cotada na *Euronext*. Em 31 de Dezembro de 2007, encontravam-se admitidas à cotação na Bolsa de valores do Luxemburgo 600 mil acções preferenciais da subsidiária BES Finance, Ltd.

Desde 1992 o BES faz parte do Grupo Espírito Santo, pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas pela BESPARGPS, S.A., com sede na Rua de São Bernardo, n.º 62, em Lisboa e pela Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG), com sede no Luxemburgo.

O Grupo BES dispõe de uma rede de 757 balcões (31 de Dezembro de 2006: 669), incluindo sucursais financeiras internacionais em Londres, Madrid, Nova Iorque, Nassau, Ilhas Caimão e Cabo Verde, e uma sucursal financeira exterior na Zona Franca da Madeira, para além de 12 escritórios de representação no estrangeiro.

Seguidamente apresenta-se a estrutura do grupo de empresas nas quais o Banco detém uma participação directa ou indirecta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação.

a) Empresas consolidadas directamente no BES:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico	Método de consolidação
Banco Espírito Santo, SA (BES)	1937	-	Portugal	Banca		
Banco Espírito Santo de Investimento, SA (BESI)	1993	1997	Portugal	Banca de investimento	100%	Integral
Espírito Santo Servicios, SA	1997	1997	Espanha	Colocação de seguros	99,98%	Integral
Espírito Santo Activos Financieros, SA	2000	2000	Espanha	Gestão de activos	92,5%	Integral
Banco Espírito Santo dos Açores, SA (BAC)	2002	2002	Portugal	Banca	57,53%	Integral
BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, SA (BEST)	2001	2001	Portugal	Banca electrónica	66%	Integral
Banco Espírito Santo Angola, SARL (BESA)	2001	2001	Angola	Banca	79,96%	Integral
Banco Espírito Santo do Oriente, SA (BESOR)	1996	1996	Macau	Banca	99,75%	Integral
Espírito Santo Bank, Inc. (ESBANK)	1963	2000	Estados Unidos	Banca	98,45%	Integral
BES Beteiligungs, GmbH (BES GMBH)	2006	2006	Alemanha	Gestão de participações sociais	100%	Integral
BIC International Bank Ltd. (BIBL)	2000	2000	Ilhas Caimão	Banca	100%	Integral
Parsuni - Sociedade Unipessoal, SGPS	2004	2005	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
Praça do Marquês - Serviços Auxiliares, SA (PÇMARQUÊS)	1990	2007	Portugal	Gestão de investimentos imobiliários	100%	Integral
Espírito Santo, plc. (ESPLC)	1999	1999	Irlanda	Sociedade financeira	99,99%	Integral
BESleasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, SA (BESLEASING)	1990	1990	Portugal	Leasing e factoring	89,36%	Integral
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, SA (ESAF)	1992	1992	Portugal	Gestão de participações sociais	85%	Integral
ES Tech Ventures, SGPS, SA (ESTV)	2000	2000	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
Banco Espírito Santo North American Capital Limited Liability Co. (BESNAC)	1990	1990	Estados Unidos	Emissão papel comercial	100%	Integral
BES Finance, Ltd. (BESFINANCE)	1997	1997	Ilhas Caimão	Emissão acções preferenciais e outros títulos	100%	Integral
ES, Recuperação de Crédito, ACE (ESREC)	1998	1998	Portugal	Recuperação de crédito vencido	100%	Integral
Espírito Santo Financial Consultants, SA (ESFC)	1999	2000	Portugal	Gestão de patrimónios	100%	Integral
Espírito Santo Concessões, SGPS, SA (ES CONCESSÕES)	2002	2003	Portugal	Gestão de participações sociais	60%	Integral
Espírito Santo Contact Center, Gestão de Call Centers, SA (ESCC)	2000	2000	Portugal	Gestão de call centers	76,64%	Integral
Espírito Santo Informática, ACE (ESINF)	2006	2006	Portugal	Prestação de serviços diversos	84,9%	Integral
Espírito Santo Data, SGPS, SA (ESDATA)	1989	1995	Portugal	Prestação de serviços informáticos	100%	Integral
Espírito Santo Prestação de Serviços, ACE 2 (ES ACE2)	2006	2006	Portugal	Prestação de serviços diversos	100%	Integral
ESGEST - Esp. Santo Gestão Instalações, Aprov. e Com., SA (ESGEST)	1995	1995	Portugal	Prestação de serviços diversos	100%	Integral
Cêntimo, SGPS, SA (CÊNTIMO)	1988	1995	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
Espírito Santo e Comercial de Lisboa, Inc. (ESCLINC)	1982	1997	Estados Unidos	Serviços de representação	100%	Integral
Espírito Santo Representações, Ltda. (ESREP)	1996	1996	Brasil	Serviços de representação	99,99%	Integral
Quinta dos Cónegos - Sociedade Imobiliária, SA (CÓNEGOS)	1991	2000	Portugal	Compra e venda de imóveis	79,27%	Integral
Fundo de Capital de Risco - FIQ Ventures II	2006	2006	Portugal	Fundo de Capital de Risco	58,79%	Integral
Fundo FCR PME / BES	1997	1997	Portugal	Fundo de Capital de Risco	57,09%	Integral
Europ Assistance - Comp. Portuguesa Seguros Assistência, SA (EURASS)	1993	1993	Portugal	Seguros	23%	Eq. Patrimonial
BES-Vida, Companhia de Seguros, SA (BES VIDA)	1993	2006	Portugal	Seguros	50%	Eq. Patrimonial
BES, Companhia de Seguros, SA (BES SEGUROS)	1996	1996	Portugal	Seguros	25%	Eq. Patrimonial
Fiduprivate - Soc. de Serviços, Consult., Adm. de Empresas, SA (FIDUPRIVATE)	1994	1994	Portugal	Prestação de serviços de consultoria	24,76%	Eq. Patrimonial
Esumédica - Prestação de Cuidados Médicos, SA (ESUMÉDICA)	1994	1994	Portugal	Prestação de cuidados médicos	24,9%	Eq. Patrimonial
Société Civile Immobilière du 45 Avenue Georges Mandel (SCI GM)	1995	1995	França	Construção e gestão de imóveis	22,5%	Eq. Patrimonial
ESEGUR - Espírito Santo Segurança, SA (ESEGUR)	1994	2004	Portugal	Prestação de serviços de segurança privada	44%	Eq. Patrimonial
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA (LOCARENT)	1991	2003	Portugal	Renting	45%	Eq. Patrimonial

b) Sub-grupos:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico	Método de consolidação
Banco Espírito Santo de Investimento, SA (BESI)	1993	1997	Portugal	Banca de investimento	100%	Integral
Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA (ESCAPITAL)	1988	1996	Portugal	Capital de risco	100%	Integral
SES Iberia	2004	2004	Espanha	Gestora de Fundos	50%	Integral
Fomentinvest, SGPS, SA	2003	2003	Portugal	Gestão de participações sociais	20%	Eq. Patrimonial
HLC - Centrais de Cogeração, SA	1999	1999	Portugal	Prestação de serviços	24,5%	Eq. Patrimonial
Coporgest	2002	2005	Portugal	Gestão de participações sociais	20%	Eq. Patrimonial
Neumáticos Andrés Investment, SA	2006	2006	Espanha	Prestação de serviços diversos	17,68%	Eq. Patrimonial ^{a)}
Synergy Industry and Technology, SA	2006	2007	Espanha	Gestão de participações sociais	15,00%	Eq. Patrimonial ^{a)}
Revolução SGPS, SA	2006	2007	Portugal	Restauração e Hotelaria	9,77%	Eq. Patrimonial ^{a)}
ESSI Comunicações SGPS, SA	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
ESSI SGPS, SA	1997	1997	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
Concordia - Espírito Santo Investment	2005	2005	Polónia	Prestação de serviços	49%	Eq. Patrimonial
Fundo Espírito Santo Infrastructure I	2007	2007	Portugal	Fundo de Investimento	50,00%	Integral
Espírito Santo Investments PLC	1996	1996	Irlanda	Compra e venda de títulos	100%	Integral
Morumbi Capital Fund	2005	2005	Ilhas Caimão	Fundo	100%	Integral
ESSI Investimentos SGPS, SA	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
Espírito Santo Investimentos, Ltda	1996	1996	Brasil	Gestão de participações sociais	100%	Integral
Morumbi Capital	2005	2005	Brasil	Gestão de participações sociais	100%	Integral
BES Investimento do Brasil, SA	2000	2000	Brasil	Banca de investimento	80%	Integral
BES Securities do Brasil, SA	2000	2000	Brasil	Corretagem	80%	Integral
BES Activos Financeiros, Ltda	2004	2004	Brasil	Gestão de activos	80%	Integral
FI Multimercado Treasury	2005	2005	Brasil	Fundo de Investimento	80%	Integral
BRB Internacional, SA	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	24,93%	Eq. Patrimonial
Prosport - Com. Desportivas, SA	2001	2001	Espanha	Comércio de produtos desportivos	25%	Eq. Patrimonial
Apolo Films, SL	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	25,15%	Eq. Patrimonial
Cominvest- SGII, SA	1993	1993	Portugal	Gestão de investimentos imobiliários	49%	Integral
Kutaya	1999	1999	Portugal	Gestão e Trading Internacional	100%	Integral
Fundo Espírito Santo IBERIA I	2004	2004	Portugal	Fundo de Capital de Risco	38,69%	Eq. Patrimonial
Fin Solutia - Consultoria de Gestão de Créditos, SA	2007	2007	Portugal	Gestão e recuperação de créditos	100%	Eq. Patrimonial
BES Beteiligungs, GmbH (BES GMBH)	2006	2006	Alemanha	Gestão de participações sociais	100%	Integral
Bank Espírito Santo International, Ltd. (BESIL)	1983	2002	Ilhas Caimão	Banca	100%	Integral
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, SA (ESAF)	1992	1992	Portugal	Gestão de participações sociais	85%	Integral
Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, SA	1987	1987	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
Espírito Santo International Management, SA	1995	1995	Luxemburgo	Gestão de fundos de investimento	84,83%	Integral
Espírito Santo Fundos de Investimento Imobiliário, SA	1992	1992	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
Espírito Santo Fundo de Pensões, SA	1989	1989	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
Capital Mais - Assessoria Financeira, SA	1998	1998	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
Espírito Santo International Asset Management, Ltd.	1998	1998	Ilhas Virgem Inglesas	Gestão de fundos de investimento	41,65%	Eq. Patrimonial
Espírito Santo Gestão de Patrimónios, SA	1987	1987	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
ESAF - Espírito Santo Participações Internacionais, SGPS, SA	1996	1996	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
ESAF - International Distributors Associates, Ltd	2001	2001	Ilhas Virgem Inglesas	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
ESAF - Alternative Asset Management, Ltd	2007	2007	Reino Unido	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
Espírito Santo Data, SGPS, SA (ESDATA)	1989	1995	Portugal	Prestação de serviços informáticos	100%	Integral
OBLOG Consulting, SA	1993	1993	Portugal	Prestação de serviços informáticos	66,67%	Eq. Patrimonial
ES Tech Ventures, SGPS, SA (ESTV)	2000	2000	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
ES Ventures - Sociedade de Capital de Risco, SA	2005	2005	Portugal	Capital de risco	100%	Integral
SGPICE Soc. de Serviços de Gestão	2001	2001	Portugal	Gestão de portais na internet	33,33%	Eq. Patrimonial
Jampur - Trading Internacional, Lda. (JAMPUR)	1999	2001	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
Gespar S/C, Ltda.	2001	2001	Brasil	Gestão de participações sociais	100%	Integral
Banque Espírito Santo et de la Vénétie, SA (BES Vénétie)	1927	1993	França	Banca	40%	Eq. Patrimonial

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico	Método de consolidação
Fundo de Capital de Risco - FIQ Ventures II	2006	2006	Portugal	Fundo de Capital de Risco	58,79%	Integral
Atlantic Ventures Corporation	2006	2006	EUA	Gestão de participações sociais	58,79%	Integral
Prepaid Capital	2006	2006	EUA	Prestação de serviços	11,76%	Eq. Patrimonial
Inovamais - Serv. Cons. Inovação Tecnológica, SA	2006	2006	Portugal	Prestação de serviços	11,76%	Eq. Patrimonial a)
Invent, SAS	2007	2007	França	Prestação de serviços	11,76%	Eq. Patrimonial a)
Inova Europe SPA	2006	2006	Luxemburgo	Prestação de serviços	11,76%	Eq. Patrimonial a)
Sousacamp, SGPS, SA	2007	2007	Portugal	Gestão de participações sociais	22,99%	Eq. Patrimonial
Global Active - SGPS, SA	2006	2006	Portugal	Gestão de participações sociais	14,69%	Eq. Patrimonial a)
Outsystems, SA	2007	2007	Portugal	Tecnologias de informação	16,04%	Eq. Patrimonial a)
Coreworks - Proj. Circuito Sist. Elect., SA	2006	2006	Portugal	Tecnologias de informação	23,53%	Eq. Patrimonial
Bio-Genesis	2007	2007	Brasil	Gestão de participações sociais	19,99%	Eq. Patrimonial a)
Fundo FCR PME / BES	1997	1997	Portugal	Fundo de Capital de Risco	57,09%	Integral
Carlua, SGPS, SA	2004	2004	Portugal	Gestão de participações sociais	18,34%	Eq. Patrimonial a)
Decomed, SGPS	2006	2006	Portugal	Gestão de participações sociais	12,15%	Eq. Patrimonial a)
Soprattutto Café, S.A	2006	2006	Portugal	Comércio e dist. Equipamentos de café	25,59%	Eq. Patrimonial
Enkrott SA	2006	2006	Portugal	Gestão e Tratamento de Águas	17,13%	Eq. Patrimonial a)
Rodi 2, SA	2006	2006	Portugal	Indústria metálica	13,48%	Eq. Patrimonial a)
Espírito Santo Activos Financieros, SA	2000	2000	Espanha	Gestão de activos	92,5%	Integral
Espírito Santo Gestion, SA, SGILC	2001	2001	Espanha	Gestão de activos	92,50%	Integral
Espírito Santo Pensiones, S.G.F.P., SA	2001	2001	Espanha	Gestão de fundos de pensões	92,50%	Integral
Espírito Santo Bank, Inc. (ESBANK)	1963	2000	Estados Unidos	Banca	98,45%	Integral
ES Financial Services, Inc.	2000	2000	Estados Unidos	Corretagem	79,25%	Integral
Tagide Properties, Inc.	1991	1991	Estados Unidos	Gestão de investimentos imobiliários	98,45%	Integral
Espírito Santo Representaciones	2003	2003	Uruguai	Serviços de representação	98,45%	Integral

(a) Não obstante o interesse económico do Grupo ser inferior a 20%, estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas actividades.

Adicionalmente, o Grupo consolida entidades de finalidade especial, constituídas no âmbito das operações de titularização as quais são referidas na Nota 41.

No decorrer do exercício de 2007 ocorreram alterações ao nível da estrutura do Grupo BES, das quais se destacam as seguintes:

Empresas subsidiárias

- A 1 de Abril de 2007, procedeu-se à fusão por incorporação no BES, da sua subsidiária a 100%, do Banco Espírito Santo, SA (Espanha), através da respectiva transformação em sucursal. Desta fusão não resultou qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo;
- Em Maio de 2007, o BES adquiriu 51% da ES Data, passando a deter a totalidade do respectivo capital social. O total de balanço desta entidade em 31 de Dezembro de 2007, e o respectivo prejuízo do exercício ascendem a 8,6 milhões de euros e 0,2 milhões de euros, respectivamente;
- Em Maio de 2007, o BESI adquiriu 24% do capital social da Cominvest, SGII, S.A., passando a deter 49% do capital da referida entidade e o controlo sobre a respectiva actividade. O total de balanço desta entidade em 31 de Dezembro de 2007, e o resultado do exercício ascendem a 7,7 milhões de euros e 0,7 milhões de euros, respectivamente;
- Em Novembro de 2007, o BES adquiriu 100% do capital social da Praça do Marquês – Serviços Auxiliares, SA. O total de balanço desta entidade em 31 de Dezembro de 2007, ascende a 74,1 milhões de euros, e o seu activo corresponde fundamentalmente a um imóvel destinado a uso próprio e que se encontra classificado como tal no balanço consolidado.

Empresas associadas (ver Nota 27)

- Em Março de 2007, o BES adquiriu 10% do capital social da ESEGUR, passando a deter 44% do respectivo capital social. O resultado líquido desta empresa no exercício de 2007 atribuível ao Grupo ascende a cerca de 1,5 milhões de euros.
- Em Junho de 2007, o BESI adquiriu 15 % do capital da Synergy Industry and Technology, SA. O resultado líquido de 2007 apropriado pelo Grupo ascende a cerca de 1,3 milhões de euros;
- Em Agosto de 2007, o BESI alienou a participação que detinha na Sotancro, SA;
- Em Setembro de 2007, o Fundo FCR alienou a participação detida na Água Mais;
- Em Novembro de 2007, o Fundo FCR alienou a participação que detinha na Soprattutto Cafés 2.

Nos resultados consolidados do Grupo a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o montante de 1 573 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 11 380 milhares de euros) da rubrica ganhos na alienação de subsidiárias e associadas refere-se aos ganhos obtidos na alienação das seguintes participações:

milhares de euros

	Empresa do Grupo detentora	31.12.2007		31.12.2006	
		% de participação alienada	Montante	% de participação alienada	Montante
Soprattutto Café 2, SA	Fundo FCR PME / BES	49,00%	1 013	-	-
Sotancro, SA	BESI	44,83%	346	-	-
Água Mais	Fundo FCR PME / BES	29,95%	214	-	-
BES, Companhia de Seguros, SA	BESI	-	-	15,00%	9 101
Lontinium, SA	BESI	-	-	25,25%	1 963
ES Financial Services, Inc.	ES Bank	-	-	20,75%	316
			1 573		11 380

Nota 2 // Principais Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do BES agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e foram preparadas de acordo com os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2007. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2007 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2006.

Na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2007, o Grupo adoptou o IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, bem como a IAS 1 (alterada) Apresentação das demonstrações financeiras – Requisitos de divulgação de capital regulamentar. Estas normas, de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2007, tiveram impacto ao nível das divulgações apresentadas, não tendo tido qualquer efeito nos capitais próprios do Grupo. De acordo com as disposições transitórias destas normas, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Adicionalmente, o Grupo adoptou ainda em 2007 o IFRIC 8 Âmbito da aplicação do IFRS 2, o IFRIC 9 Reavaliação dos derivados embutidos e o IFRIC 10 Reporte financeiro interino e imparidade. A adopção destas interpretações não teve qualquer efeito nas demonstrações financeiras do Grupo.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 26 de Fevereiro de 2008.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos e resultados do BES e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo BES), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente a todos os períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacio-

nais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível ao Grupo na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Entidades de finalidade especial (SPE)

O Grupo consolida pelo método integral determinadas entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objectivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios estabelecidos na SIC 12 – Consolidação de Entidades de Finalidade Especial, os quais se resumem como segue:

- As actividades do SPE são conduzidas exclusivamente de acordo com as necessidades específicas do negócio do Grupo e por forma a que este obtenha os benefícios dessas actividades;
- O Grupo detém o poder de decisão conducente à obtenção da maioria dos benefícios das actividades do SPE;
- O Grupo tem o direito a obter a maioria dos benefícios do SPE podendo por isso estar exposto aos riscos inerentes à sua actividade;
- O Grupo está exposto à maioria dos riscos do SPE com o objectivo de obter os benefícios decorrentes da sua actividade.

Goodwill

O *goodwill* resultante das aquisições ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 encontra-se deduzido aos capitais próprios, conforme opção permitida pelo IFRS 1, adoptada pelo Grupo na data de transição para os IFRS.

O Grupo regista as aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2004 pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representa a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível dos activos líquidos adquiridos.

O *goodwill* positivo é registado no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Aquisição de interesses minoritários

O *goodwill* resultante da aquisição de interesses minoritários numa subsidiária representa a diferença entre o custo de aquisição do investimento adicional na subsidiária e o valor contabilístico, à data da compra, dos activos líquidos adquiridos, expresso nas contas consolidadas.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional do BES.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

2.3. Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.4. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

- Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

- Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

- Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Grupo não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.5. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido de perdas de imparidade.

O Grupo, de acordo com a sua estratégia documentada de gestão do risco, contrata operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos riscos de determinados créditos a clientes, sem contudo apelar à contabilidade de cobertura tal como descrita na Nota 2.4. Nestas situações, o reconhecimento inicial de tais créditos é concretizado através da designação de créditos ao justo valor através de resultados. Desta forma, é assegurada a consistência na valorização dos créditos e dos derivados (*accounting mismatch*). Esta prática está de acordo com a política contabilística de classificação, reconhecimento e mensuração de activos financeiros ao justo valor através de resultados descrita na nota 2.6.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

As alterações do montante das perdas por imparidade reconhecidas, atribuíveis ao efeito do desconto são registadas como juros e proveitos similares.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável havendo sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

2.6. Outros activos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

- Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

- Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias acima referidas.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

De acordo com as exigências do IAS 39, o Grupo não procede à transferência de instrumentos financeiros entre categorias, excepto nos casos permitidos no âmbito desta norma.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.7. Activos cedidos com acordo de recompra

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.6. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.8. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto. As acções preferenciais emitidas são consideradas passivos financeiros quando o Grupo assume a obrigação do seu reembolso e/ou do pagamento de dividendos.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, as quais são registadas ao justo valor.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade do Grupo emitente.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

2.9. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As acções preferenciais emitidas pelo Grupo são consideradas como instrumentos de capital se não contiverem uma obrigação de reembolso e os dividendos, não cumulativos, só forem pagos se e quando declarados pelo Grupo.

2.10. Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.11. Activos recebidos em dação por recuperação de créditos

Os activos recebidos em dação por recuperação de créditos são inicialmente classificados na rubrica de outros activos e são registados, no seu reconhecimento inicial, pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação.

Subsequentemente, estes activos são registados pelo menor de entre o valor do seu reconhecimento inicial e o correspondente justo valor actual deduzido dos custos esperados de venda, e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos assim determinadas são registadas em resultados. O Grupo obtém avaliações regulares, efectuadas por peritos, dos activos recebidos em dação.

Na medida em que estes activos reúnam as condições necessárias á sua alienação imediata e por isso cumpram os requisitos do IFRS 5, são transferidos para activos não correntes detidos para venda e registados de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.23.

2.12. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Na data da transição para os IFRS, 1 de Janeiro de 2004, o Grupo elegeu considerar como custo o valor reavaliado dos outros activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado, mensurado de acordo com os IFRS, ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 12
Equipamentos de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.13. Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 6 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.14. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.15. Benefícios aos empregados

Pensões

Face às responsabilidades assumidas pelo Grupo no âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário foram constituídos Fundos de Pensões ACT, que se destinam a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência relativamente à totalidade do seu pessoal.

Em 1998, o Grupo decidiu, adicionalmente, constituir fundos de pensões abertos autónomos, com a finalidade de financiar a atribuição de benefícios complementares aos colaboradores e pensionistas.

Os fundos de pensões são geridos pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A., subsidiária do Grupo.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Grupo optou por na data da transição, 1 de Janeiro de 2004, aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pelo Grupo, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. O Grupo determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 15 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

Anualmente, o Grupo reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) uma porção dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor e (v) o efeito das reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associados.

Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Grupo efectua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

A cada data do balanço, o Grupo avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica por um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Grupo, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Prémios de antiguidade

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Grupo BES assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Grupo, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Grupo de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Grupo com estes prémios de antiguidade é estimado anualmente, à data do balanço, pelo Grupo com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das responsabilidades calculadas.

Anualmente, o aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)

O BES e as suas subsidiárias estabeleceram um plano de incentivos baseado em acções (SIBA) o qual consiste na venda de acções do BES aos trabalhadores, com pagamento diferido por um prazo que pode variar de entre dois a quatro anos. Dentro deste prazo, os empregados têm a obrigatoriedade de manter as acções, após o qual as podem vender no mercado, mantê-las em carteira, procedendo ao pagamento integral da dívida que tenham perante o Banco, ou alternativamente, podem vendê-las ao BES pelo custo de aquisição.

As acções detidas pelos trabalhadores no âmbito do SIBA estão contabilizadas como acções próprias.

Para cada programa, os pagamentos baseados em acções com liquidação física, são avaliados na data da concessão e o justo valor reconhecido, ao longo da vida do programa, como um custo do exercício, com o correspondente aumento dos capitais próprios. Anualmente, o montante reconhecido como custo é ajustado de forma a reflectir o número actual de operações vivas.

Variações subsequentes no justo valor dos instrumentos de capital concedidos aos trabalhadores não são reconhecidas.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (participação nos lucros)

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros) atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.16. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.17. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Grupo tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Grupo terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.18. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da

taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (derivados para gestão de risco), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados por forma a resolver um eventual *mismatch* contabilístico é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.19. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem.
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.20. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.21. Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.22. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.23. Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do grupo) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

2.24. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

Nota 3 // Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.5.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

3.4. Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPE)

O Grupo patrocina a constituição de Entidades de Finalidade Especial (SPE) com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos.

O Grupo não consolida os SPE relativamente aos quais não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE (ver Nota 2.2).

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nos seus resultados.

3.5. Investimentos detidos até à maturidade

O Grupo classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, o Grupo avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Grupo não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

A utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar na determinação de um justo valor diferente para esta carteira com o correspondente impacto na reserva de justo valor e nos capitais próprios do Grupo.

3.6. Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração do Banco e das suas subsidiárias residentes em Portugal, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.7. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Nota 4 // Reporte por Segmentos

A actividade do Grupo BES encontra-se organizada de acordo com as seguintes linhas de negócio:

- (i) Banca de empresas e particulares: respeita às operações efectuadas com empresas (empréstimos, financiamento de projectos, garantias, entre outras) e inclui as operações efectuadas com particulares, nomeadamente ao nível da concessão de crédito e captação de recursos;
- (ii) Banca de investimento: inclui a actividade da banca de investimento, nomeadamente estruturação de fusões e aquisições, montagem e colocação de emissões de dívida, estudos e análises;
- (iii) Gestão de activos: inclui a actividade de gestão de fundos de investimentos e de gestão de patrimónios;
- (iv) Crédito especializado: *leasing* / *factoring* – inclui as operações efectuadas no âmbito do *leasing* e do *factoring*;
- (v) Outros: inclui os restantes segmentos que individualmente representam menos de 10% dos activos totais ou do resultado líquido, e que no conjunto não representam mais de 25% destes indicadores.

O reporte de segmentos primários é apresentado como segue:

milhares de euros

31.12.2007

	Actividade Doméstica						Actividade Internacional				Intragrupo	TOTAL
	Banca de empresas e particulares	Banca de investimento	Gestão de activos	Crédito especializado	Outras	Total	Banca de empresas e particulares	Banca de investimento	Gestão de activos	Total		
Juros e proveitos similares	3 664 372	139 377	2 195	202 426	2 136	4 010 506	875 437	125 656	478	1 001 571	(1 641 845)	3 370 232
Juros e custos similares	2 928 888	118 127	-	164 104	6 485	3 217 604	724 688	115 926	133	840 747	(1 641 845)	2 416 506
Margem financeira	735 484	21 250	2 195	38 322	(4 349)	792 902	150 749	9 730	345	160 824	-	953 726
Rendimentos de instrumentos de capital	48 458	1 123	-	-	358	49 939	20	-	-	20	-	49 959
Rendimentos de serviços e comissões	434 884	71 850	70 034	6 581	1 306	584 655	93 419	52 630	29 856	175 905	(44 249)	716 311
Encargos com serviços e comissões	(68 320)	(9 811)	(33 419)	(1 792)	(51)	(113 393)	(15 301)	(7 456)	(13 138)	(35 895)	44 854	(104 434)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	86 822	(5 281)	-	44	(3 187)	78 398	(3 303)	(9 231)	-	(12 534)	-	65 864
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	176 409	7 597	-	3	701	184 710	(413)	47 227	-	46 814	-	231 524
Resultados de reavaliação cambial	(19 055)	(15 100)	(9)	(4)	(1 412)	(35 580)	23 616	40 077	(241)	63 452	-	27 872
Resultados de alienação de outros activos financeiros	169	2 373	-	1	-	2 543	271	-	1	272	-	2 815
Outros resultados de exploração	55 411	3 529	776	5 828	17 077	82 621	(3 258)	(5 052)	(149)	(8 459)	(50 067)	24 095
Proveitos operacionais	1 450 262	77 530	39 577	48 983	10 443	1 626 795	245 800	127 925	16 674	390 399	(49 462)	1 967 732
(Proveitos operacionais Externos)	1 393 849	88 781	67 332	109 650	9 113	1 668 725	147 544	127 925	23 538	299 007	-	1 967 732
(Proveitos operacionais Intersegmentos)	(56 413)	11 251	27 755	60 667	(1 330)	41 930	(98 256)	-	6 864	(91 392)	49 462	-
Custos com pessoal	362 602	27 337	7 945	4 891	9 065	411 840	59 720	29 256	2 622	91 598	(1 295)	502 143
Gastos gerais administrativos	321 956	15 992	5 283	8 798	10 439	362 468	50 626	12 208	1 696	64 530	(48 167)	378 831
Depreciações e amortizações	55 298	1 097	338	902	483	58 118	10 272	1 220	145	11 637	-	69 755
Provisões líquidas de anulações	26 032	1 624	(526)	-	-	27 130	(2 009)	-	287	(1 722)	-	25 408
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	172 578	(899)	-	13 110	-	184 789	28 049	346	-	28 395	-	213 184
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	14 467	(502)	-	236	3 986	18 187	-	-	-	-	-	18 187
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	6 331	-	(8)	(238)	-	6 085	-	-	-	-	-	6 085
Custos operacionais	959 264	44 649	13 032	27 699	23 973	1 068 617	146 658	43 030	4 750	194 438	(49 462)	1 213 593
Alienação de subsidiárias e associadas	-	-	-	-	1 573	1 573	-	-	-	-	-	1 573
Resultados de associadas	-	-	-	-	26 751	26 751	5 156	-	-	5 156	-	31 907
Resultado antes de impostos	490 998	32 881	26 545	21 284	14 794	586 502	104 298	84 895	11 924	201 117	-	787 619
Impostos												
Correntes	58 750	(21 358)	7 336	8 244	4 119	57 091	2 130	24 812	2 883	29 825	-	86 916
Diferidos	24 806	29 304	17	(1 983)	3 068	55 212	10 418	-	-	10 418	-	65 630
Resultado após impostos antes de interesses minoritários	407 442	24 935	19 192	15 023	7 607	474 199	91 750	60 083	9 041	160 874	-	635 073
Interesses minoritários	8 840	(215)	-	-	-	8 625	10 764	8 602	13	19 379	-	28 004
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco	398 602	25 150	19 192	15 023	7 607	465 574	80 986	51 481	9 028	141 495	-	607 069
Outras Informações												
Activo líquido	79 757 826	3 252 663	85 296	3 967 247	848 176	87 911 208	17 412 351	2 243 146	38 313	19 693 810	(39 250 305)	68 354 713
Investimento em empresas associadas	-	-	-	-	533 614 ^{a)}	533 614	40 086	-	-	40 086	-	573 700
Passivo	76 020 596	3 072 567	21 466	3 885 633	216 497	83 216 759	16 947 279	2 009 317	17 956	18 974 552	(39 250 305)	62 941 006
Investimento em activos tangíveis	117 206	2 116	510	208	1 112	121 152	18 254	-	61	18 315	-	139 467
Investimento em activos intangíveis	35 653	744	544	336	1 836	39 113	12 420	-	18	12 438	-	51 551

a) inclui o investimento na BES-Vida no valor de 457 992 milhares de euros (ver Nota 27)

milhares de euros

31.12.2006

	Actividade Doméstica						Actividade Internacional				Intragrupo	TOTAL
	Banca de empresas e particulares	Banca de investimento	Gestão de activos	Crédito especializado	Outras	Total	Banca de empresas e particulares	Banca de investimento	Gestão de activos	Total		
Juros e proveitos similares	2 822 302	74 563	1 025	140 897	5 678	3 044 465	672 822	108 501	75	781 398	(1 234 759)	2 591 104
Juros e custos similares	2 161 849	48 916	9	100 744	8 471	2 319 989	570 395	105 957	1	676 353	(1 234 759)	1 761 583
Margem financeira	660 453	25 647	1 016	40 153	(2 793)	724 476	102 427	2 544	74	105 045	-	829 521
Rendimentos de instrumentos de capital	39 172	1 845	-	-	490	41 507	15	31	-	46	-	41 553
Rendimentos de serviços e comissões	394 823	49 995	57 104	15 563	230	517 715	79 154	56 530	14 328	150 012	(28 074)	639 653
Encargos de serviços e comissões	(51 912)	(3 987)	(25 451)	(1 325)	(323)	(82 998)	(16 510)	(5 368)	(2 192)	(24 070)	27 620	(79 448)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	10 934	20 595	-	59	(9 544)	22 044	8 720	(31 968)	-	(23 248)	-	(1 204)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	102 822	3 294	-	-	43 837	149 953	15 238	(8)	-	15 230	-	165 183
Resultados de reavaliação cambial	(7 179)	(2 978)	1	(15)	(2 658)	(12 829)	22 121	51 335	(142)	73 314	-	60 485
Resultados de alienação de outros activos financeiros	563	1 130	1	7	15	1 716	2 644	(423)	-	2 221	-	3 937
Outros resultados de exploração	115 385	1 991	(1 114)	3 257	7 534	127 053	(2 216)	(9 076)	16	(11 276)	(92 770)	23 007
Proveitos operacionais	1 265 061	97 532	31 557	57 699	36 788	1 488 637	211 593	63 597	12 084	287 274	(93 224)	1 682 687
(Proveitos operacionais Externos)	1 131 780	108 597	54 370	101 513	39 544	1 435 804	171 202	63 597	12 084	246 883	-	1 682 687
(Proveitos operacionais Intersegmentos)	(133 281)	11 065	22 813	43 814	2 756	(52 833)	(40 391)	-	-	(40 391)	93 224	-
Custos com pessoal	353 515	22 605	7 391	5 766	7 402	396 679	58 582	23 897	-	82 479	(958)	478 200
Gastos gerais administrativos	346 921	13 071	4 460	12 966	4 929	382 347	41 546	12 461	40	54 047	(92 266)	344 128
Depreciações e amortizações	56 089	1 154	283	1 192	759	59 477	8 439	1 103	-	9 542	-	69 019
Provisões líquidas de anulações	46 968	(575)	734	467	(500)	47 094	3 945	-	-	3 945	-	51 039
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	147 474	2 029	-	12 770	-	162 273	15 279	4 003	-	19 282	-	181 555
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	5 850	1 431	-	-	93	7 374	(277)	-	-	(277)	-	7 097
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	1 841	-	4	246	-	2 091	87	-	-	87	-	2 178
Custos operacionais	958 658	39 715	12 872	33 407	12 683	1 057 335	127 601	41 464	40	169 105	(93 224)	1 133 216
Alienação de investimentos	-	-	-	-	11 064	11 064	316	-	-	316	-	11 380
Resultados de associadas	-	-	-	-	5 999	5 999	3 283	-	1 488	4 771	-	10 770
Resultado antes de impostos	306 403	57 817	18 685	24 292	41 168	448 365	87 591	22 133	13 532	123 256	-	571 621
Impostos												
Correntes	15 697	31 604	6 291	9 032	7 714	70 338	6 638	5 986	2 980	15 604	-	85 942
Diferidos	60 659	(16 909)	21	(1 269)	3 121	45 623	3 899	-	-	3 899	-	49 522
Resultado após impostos antes de interesses minoritários	230 047	43 122	12 373	16 529	30 333	332 404	77 054	16 147	10 552	103 753	-	436 157
Interesses minoritários	4 838	83	-	-	-	4 921	8 290	2 218	14	10 522	-	15 443
Resultado líquido do período	225 209	43 039	12 373	16 529	30 333	327 483	68 764	13 929	10 538	93 231	-	420 714
Outras Informações												
Activo líquido	72 995 523	2 670 560	59 788	3 217 431	760 801	79 704 103	13 368 174	1 896 508	20 275	15 284 957	(35 850 254)	59 138 806
Investimento em empresas associadas	-	-	-	-	537 172 ^{a)}	537 172	34 391	-	-	34 391	-	571 563
Passivo	69 547 022	2 446 268	21 972	3 140 177	186 267	75 341 706	12 965 515	1 853 595	5 793	14 824 903	(35 850 254)	54 316 355
Investimento em activos tangíveis	43 916	1 401	210	511	190	46 228	20 485	-	-	20 485	-	66 713
Investimento em activos intangíveis	24 489	3 025	361	895	296	29 066	606	-	-	606	-	29 672

(a) Inclui o investimento na BES Vida no valor de 490 566 milhares de euros (ver Nota 27)

O reporte de segmentos secundários é feito de acordo com a localização geográfica das diferentes unidades de negócio do Grupo:

milhares de euros

31.12.2007										
	Portugal	Espanha	França / Luxemburgo	Reino Unido	Estados Unidos da América	Brasil	Angola	Cabo Verde	Macau	Total
Resultado líquido do exercício	465 574	15 165	12 275	44 350	1 928	32 224	33 542	288	1 723	607 069
Activo líquido	54 798 059	5 732 288	61 068	3 711 852	1 505 628	1 045 003	1 275 326	65 734	159 755	68 354 713
Investimentos em activos tangíveis	121 152	6 372	-	-	24	-	11 914	-	5	139 467
Investimentos em activos intangíveis	39 113	4 743	-	-	3	-	7 690	-	2	51 551

milhares de euros

31.12.2006										
	Portugal	Espanha	França / Luxemburgo	Reino Unido	Estados Unidos da América	Brasil	Angola	Cabo Verde	Macau	Total
Resultado líquido do exercício	327 484	11 630	13 820	39 077	980	5 812	20 286	50	1 575	420 714
Activo líquido	47 209 962	4 598 278	57 258	4 525 914	1 429 768	632 436	528 700	61 036	95 454	59 138 806
Investimentos em activos tangíveis	46 228	4 604	-	165	591	-	14 919	179	27	66 713
Investimentos em activos intangíveis	29 066	498	-	-	108	-	-	-	-	29 672

Nota 5 // Margem Financeira

O valor desta rubrica é composto por:

milhares de euros

31.12.2007			31.12.2006			
	De activos/passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e proveitos similares						
Juros de crédito	2 271 698	6 776	2 278 474	1 671 093	1 519	1 672 612
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	412 491	412 491	-	460 062	460 062
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	339 457	1 315	340 772	176 911	-	176 911
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	167 182	-	167 182	117 195	-	117 195
Juros de derivados para gestão de risco	-	122 201	122 201	-	104 355	104 355
Outros juros e proveitos similares	49 112	-	49 112	59 969	-	59 969
	2 827 449	542 783	3 370 232	2 025 168	565 936	2 591 104
Juros e custos similares						
Juros de responsabilidades representadas por títulos	877 271	209 918	1 087 189	543 245	100 191	643 436
Juros de recursos de clientes	532 630	4 836	537 466	390 229	2 554	392 783
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	452 777	-	452 777	313 209	375	313 584
Juros de derivados para gestão de risco	-	219 490	219 490	-	289 981	289 981
Juros de passivos subordinados	106 561	10 895	117 456	109 956	11 843	121 799
Outros juros e custos similares	2 128	-	2 128	-	-	-
	1 971 367	445 139	2 416 506	1 356 639	404 944	1 761 583
	856 082	97 644	953 726	668 529	160 992	829 521

Incluído em juros de crédito encontra-se o valor de 13 102 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 10 861 milhares de euros) relativo às alterações do montante das provisões para perdas por imparidade do crédito atribuíveis ao efeito do desconto (ver nota 21).

As rubricas de proveitos e custos relativos a Juros dos derivados para gestão de risco incluem, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.18, os juros dos derivados de cobertura e os juros dos derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme políticas contabilísticas descritas nas Notas 2.5, 2.6 e 2.8.

Nota 6 // Resultados de Serviços e Comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	milhares de euros	
	31.12.2007	31.12.2006
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	483 689	436 933
Por garantias prestadas	64 999	61 123
Por operações realizadas com títulos	63 609	47 125
Por compromissos perante terceiros	17 406	13 056
Outros rendimentos de serviços e comissões	86 608	81 416
	716 311	639 653
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	62 978	51 354
Por operações realizadas com títulos	14 495	4 360
Por garantias recebidas	249	379
Outros encargos com serviços e comissões	26 712	23 355
	104 434	79 448
	611 877	560 205

Nota 7 // Resultados de Activos e Passivos ao Justo Valor através de Resultados

O valor desta rubrica é composto por:

milhares de euros

	31.12.2007			31.12.2006		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Activos e passivos detidos para negociação						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	85 536	113 465	(27 929)	104 991	74 384	30 607
De outros emissores	9 243	5 990	3 253	5 630	1 401	4 229
Acções	102 988	86 015	16 973	104 469	65 102	39 367
Outros títulos de rendimento variável	25 978	24 492	1 486	25 283	6 820	18 463
	223 745	229 962	(6 217)	240 373	147 707	92 666
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	1 024 759	1 181 110	(156 351)	574 619	585 982	(11 363)
Contratos sobre taxas de juro	6 570 100	6 512 057	58 043	2 838 075	2 978 745	(140 670)
Contratos sobre acções/índices	1 424 736	1 334 338	90 398	1 158 598	1 187 780	(29 182)
Contratos sobre créditos	155 214	145 420	9 794	88 644	88 611	33
Outros	142 130	196 932	(54 802)	1 197 946	1 136 663	61 283
	9 316 939	9 369 857	(52 918)	5 857 882	5 977 781	(119 899)
	9 540 684	9 599 819	(59 135)	6 098 255	6 125 488	(27 233)
Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	-	-	13 942	21 070	(7 128)
De outros emissores	315 193	239 594	75 599	192 764	256 730	(63 966)
Acções	32 003	815	31 188	37 383	15 755	21 628
	347 196	240 409	106 787	244 089	293 555	(49 466)
Activos financeiros ⁽¹⁾						
Aplicações em instituições de crédito	49	-	49	-	-	-
Crédito a clientes	626	953	(327)	-	4 309	(4 309)
	675	953	(278)	-	4 309	(4 309)
Passivos financeiros ⁽¹⁾						
Recursos de instituições de crédito	13 033	-	13 033	117	-	117
Recursos de clientes	1 544	2 364	(820)	439	4 865	(4 426)
Débitos representados por títulos	44 909	51 911	(7 002)	52 470	7 192	45 278
Outros passivos subordinados	13 279	-	13 279	38 942	107	38 835
	72 765	54 275	18 490	91 968	12 164	79 804
	420 636	295 637	124 999	336 057	310 028	26 029
	9 961 320	9 895 456	65 864	6 434 312	6 435 516	(1 204)

(1) Inclui a variação de justo valor de activos/passivos objecto de cobertura ou ao fair value option

Em 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica inclui um efeito positivo de 9 421 milhares de euros relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito da entidade (31 de Dezembro de 2006: efeito negativo de 2 026 milhares de euros).

Incluídos em instrumentos financeiros derivados (contratos sobre taxas de juro) encontram-se custos de cerca de 6,8 milhões de euros inerentes a instrumentos financeiros derivados no âmbito da consolidação de entidades de finalidade especial de acordo com a SIC 12 que foram alienadas durante o ano de 2007 (31 de Dezembro de 2006: proveitos de 26,8 milhões de euros).

Nota 8 // Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor desta rubrica é composto por:

milhares de euros						
	31.12.2007			31.12.2006		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	3 284	32	3 252	1 494	1	1 493
De outros emissores	5 773	34 273	(28 500)	99 356	13 016	86 340
Acções	255 818	3 064	252 754	78 717	3 582	75 135
Outros títulos de rendimento variável	4 626	608	4 018	2 215	-	2 215
	269 501	37 977	231 524	181 782	16 599	165 183

Durante o exercício de 2007, o Grupo procedeu à alienação de (i) 7,2 milhões de acções ordinárias do Bradesco (mais valia: 85,5 milhões de euros), (ii) 64,3 milhões de acções ordinárias da EDP (mais valia: 41,6 milhões de euros) e (iii) 6,9 milhões de acções da Portugal Telecom (mais valia: 12,8 milhões de euros).

Durante o exercício de 2006 o Grupo procedeu à alienação ao fundo de pensões do Grupo de (i) 2 milhões de acções do Bradesco, (ii) 3 milhões de acções da Bradespar (*holding* do Grupo Bradesco para as actividades não financeiras), (iii) 0,4 milhões de acções do Banque Marocaine du Commerce Extérieur, e (iv) de uma tranche dos títulos residuais resultantes da operação de securitização de crédito à habitação Lusitano Mortgage No.5 com o valor nominal de 3,2 milhões de euros. Estas operações geraram mais valias de 35 milhões de euros, 43,1 milhões de euros, 17,9 milhões de euros e 9,2 milhões de euros, respectivamente.

Em 2006 o Grupo procedeu ainda à venda de títulos residuais resultantes da operação de securitização de crédito à habitação Lusitano Mortgage No.5 com o valor nominal de 3,8 milhões de euros, tendo obtido mais valias de 10,5 milhões de euros.

Nota 9 // Resultados de Reavaliação Cambial

O valor desta rubrica é composto por:

milhares de euros						
	31.12.2007			31.12.2006		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	535 066	507 194	27 872	958 942	898 457	60 485
	535 066	507 194	27 872	958 942	898 457	60 485

Nota 10 // Outros Resultados de Exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2007	31.12.2006
Outros proveitos de exploração		
Serviços informáticos	4 921	6 137
Serviços de <i>call center</i>	7 610	5 029
Outros	98 572	72 294
	111 103	83 460
Outros custos de exploração		
Impostos directos e indirectos	12 934	11 692
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	3 190	4 124
Quotizações e donativos	5 770	3 913
Outros	65 114	40 724
	87 008	60 453
	24 095	23 007

Nota 11 // Custos com Pessoal

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	31.12.2007	31.12.2006
Vencimentos e salários	364 781	328 390
Remunerações	363 421	325 443
Prémios por antiguidade (ver Nota 12)	1 360	2 947
Benefícios de saúde - SAMS	20 288	18 093
Outros encargos sociais obrigatórios	44 076	40 151
Custos com pensões de reforma (ver Nota 12)	53 088	71 413
Outros custos	19 910	20 153
	502 143	478 200

Os benefícios de saúde – SAMS incluem o montante de 9 931 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 9 773 milhares de euros) relativo ao custo do ano com benefícios de saúde pós emprego, o qual foi determinado com base no estudo actuarial efectuado (ver Nota 12).

A redução de custos com pensões no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, quando comparada com o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, deve-se fundamentalmente à redução dos desvios actuariais em consequência da performance do fundo, com impacto na respectiva amortização anual de 21,8 milhões de euros (ver Nota 12).

Incluído em outros custos encontra-se o montante de 1 402 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 2 454 milhares de euros) relativo ao plano de incentivo baseado em acções (SIBA), conforme política contabilística descrita na Nota 2.15. Os detalhes deste plano são analisados na Nota 12.

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Grupo BES, são apresentados como segue:

milhares de euros

	Conselho de Administração	Comissão de Auditoria	Outro pessoal chave da gestão	Total
31 de Dezembro de 2007				
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	4 218	691	8 817	13 726
Custos com pensões de reforma e SAMS	337	-	703	1 040
Prémios de antiguidade	-	-	46	46
Remunerações variáveis	7 352	-	7 334	14 686
Total	11 907	691	16 900	29 498
31 de Dezembro de 2006				
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	3 914	671	7 865	12 450
Custos com pensões de reforma e SAMS	316	-	643	959
Prémios de antiguidade	80	-	39	119
Remunerações variáveis	5 269	-	6 284	11 553
Total	9 579	671	14 831	25 081

Considera-se outro pessoal chave da gestão os Administradores das empresas subsidiárias do Grupo e os Directores Coordenadores do BES.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o valor do crédito concedido pelo Grupo BES ao pessoal chave da gestão ascendia a 25 641 milhares de euros e 21 203 milhares de euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o número de colaboradores do Grupo BES, decompõe-se como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Colaboradores do BES ⁽¹⁾	6 787	6 095
Colaboradores das subsidiárias financeiras do Grupo	2 131	2 300
Total colaboradores em empresas financeiras do Grupo	8 918	8 395
Colaboradores de outras empresas que prestam serviços essencialmente para clientes externos ao Grupo	563	409
Total colaboradores do Grupo	9 481	8 804

(1) Em 31 de Dezembro de 2007 estão incluídos os colaboradores de unidades de negócio que foram integradas no BES no período, e que em 31 de Dezembro de 2006 ascendiam a 367.

Por categoria profissional, o número de colaboradores do Grupo BES analisa-se como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Funções directivas	824	718
Funções de chefia	962	1 208
Funções específicas	4 211	3 240
Funções administrativas e outras	3 484	3 638
Total	9 481	8 804

Nota 12 // Benefícios a Empregados

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Em 30 de Dezembro de 1987, o Banco constituiu um fundo de pensões fechado para cobrir as prestações pecuniárias acima referidas, relativamente às obrigações consagradas no âmbito do ACT. Durante o exercício de 1998, o Banco e as restantes subsidiárias do Grupo em Portugal, decidiram constituir um fundo aberto autónomo, designado de Fundo de Pensões Aberto GES, destinado a financiar a atribuição de benefícios complementares aos colaboradores. Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, S.A.

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos		Verificado	
	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
Pressupostos Financeiros				
Taxas de evolução salarial	3,25%	2,75%	4,50%	5,60%
Taxa de crescimento das pensões	2,25%	1,75%	1,59%	1,48%
Taxas de rendimento do fundo	5,25%	4,75%	12,97%	12,58%
Taxa de desconto	5,25%	4,75%		
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação				
Tábua de Mortalidade				
Homens		TV 73/77 (ajustada)		
Mulheres		TV 88/90		
Métodos de valorização actuarial		Project Unit Credit Method		

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.15, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde corresponde às taxas de mercado vigentes à data de balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado.

As contribuições para o SAMS correspondiam, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a 6,5% da massa salarial. A percentagem correspondente à contribuição a efectuar é estabelecida pelo próprio SAMS, não estando prevista qualquer alteração da mesma para o próximo exercício.

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2007	31.12.2006
Activos	6 182	6 048
Reformados e sobreviventes	5 540	5 495
TOTAL	11 722	11 543

Os activos dos fundos de pensões podem ser analisados como seguem:

	31.12.2007	31.12.2006
Acções	1 061 790	965 431
Outros títulos de rendimento variável	246 535	598 214
Obrigações	264 476	183 008
Imóveis	382 637	179 126
Outros	278 385	103 001
Total	2 233 823	2 028 780

Os activos dos fundos de pensões utilizados pelo Grupo ou representativos de títulos emitidos por entidades do Grupo são detalhados como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Acções	51 972	65 360
Obrigações	-	254
Imóveis	124 986	123 299
Total	176 958	188 913

Em 31 de Dezembro de 2007, as acções detidas pelos fundos de pensões são 3,5 milhões de acções do BES (31 de Dezembro de 2006: 4,7 milhões de acções do BES e 60 mil acções da Sotancro).

Durante 2006 o Banco realizou com os fundos de pensões as operações referidas na Nota 8. Em 2007, não foram realizadas quaisquer transacções com os fundos de pensões.

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2007 e 2006:

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço						
Responsabilidades						
Pensionistas	(1 397 653)	(80 911)	(1 478 564)	(1 372 233)	(107 645)	(1 479 878)
Activos	(572 712)	(29 764)	(602 476)	(519 414)	(2 152)	(521 566)
	(1 970 365)	(110 675)	(2 081 040)	(1 891 647)	(109 797)	(2 001 444)
Saldo dos fundos	2 233 343	480	2 233 823	2 028 303	477	2 028 780
Excesso / (défice) de cobertura	262 978	(110 195)	152 783	136 656	(109 320)	27 336
Desvios actuariais diferidos	305 068	23 019	328 087	442 352	26 535	468 887
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço	568 046	(87 176)	480 870	579 008	(82 785)	496 223

A cobertura dos benefícios de saúde, no valor de 87 176 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 82 785 milhares de euros), encontra-se assegurada através de passivos reconhecidos em balanço (ver Nota 35).

Os activos líquidos com pensões encontram-se registados em Outros activos (ver Nota 28).

De acordo com a política contabilística referida na Nota 2.15 e conforme o estabelecido no IAS 19 – Benefícios a empregados, o Grupo avalia à data de cada balanço, e para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões, com o objectivo de garantir que o mesmo não ultrapassa o valor actual dos benefícios futuros esperados através da redução nas contribuições projectadas.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Responsabilidades no início do exercício	1 891 647	109 797	2 001 444	1 826 346	117 330	1 943 676
Custo do serviço corrente	30 292	1 991	32 283	29 478	2 079	31 557
Custo dos juros	87 196	5 085	92 281	84 143	5 444	89 587
Contribuições dos participantes	2 826	1	2 827	3 072	-	3 072
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades:						
- Alteração da taxa de desconto	(8 258)	(199)	(8 457)	-	-	-
- Outros (ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	42 590	(1 881)	40 709	3 460	(11 577)	(8 117)
Pensões pagas pelo fundo	(96 533)	-	(96 533)	(94 919)	-	(94 919)
Benefícios pagos pelo Grupo	-	(5 520)	(5 520)	-	(5 464)	(5 464)
Reformas antecipadas	22 158	1 440	23 598	40 601	1 983	42 584
Outros	(1 553)	(39)	(1 592)	(534)	2	(532)
Responsabilidades no final do exercício	1 970 365	110 675	2 081 040	1 891 647	109 797	2 001 444

Das responsabilidades com reformas antecipadas a 31 de Dezembro de 2006, os valores de 37 039 milhares de euros relativo a pensões de reforma e de 1 851 milhares de euros relativo a benefícios de saúde foram reconhecidos como utilização da provisão para reestruturação (ver Nota 32).

Em 31 de Dezembro de 2007, o acréscimo de 1% no valor das contribuições para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 17,0 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 16,9 milhões de euros), e um acréscimo no custo do exercício (custo do serviço corrente e custo dos juros) de 1,2 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 1,1 milhões de euros).

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 pode ser analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Saldo dos fundos no início do exercício	2 028 303	477	2 028 780	1 816 229	-	1 816 229
Rendimento real do fundo	257 763	21	257 784	222 666	-	222 666
Contribuições do Grupo	42 951	20	42 971	82 121	477	82 598
Contribuições dos empregados	2 826	1	2 827	3 072	-	3 072
Pensões pagas pelo fundo	(96 533)	-	(96 533)	(94 919)	-	(94 919)
Outros	(1 967)	(39)	(2 006)	(866)	-	(866)
Saldo dos fundos no final do exercício	2 233 343	480	2 233 823	2 028 303	477	2 028 780

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Desvios actuariais diferidos no início do exercício	442 352	26 535	468 887	630 521	41 237	671 758
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:						
- Alteração da taxa de desconto	(8 258)	(199)	(8 457)	-	-	-
- Outros (ganhos) e perdas actuariais do ano	(115 049)	(1 881)	(116 930)	(137 530)	(11 577)	(149 107)
Amortização do exercício	(11 448)	(1 083)	(12 531)	(33 243)	(1 967)	(35 210)
Amortização adicional por reformas antecipadas	(2 118)	(357)	(2 475)	(17 029)	(1 113)	(18 142)
Outros	(411)	(4)	(407)	(367)	(45)	(412)
Desvios actuariais diferidos no final do exercício	305 068	23 019	328 087	442 352	26 535	468 887
Dos quais:						
Dentro do corredor	223 054	11 067	234 121	202 437	10 980	213 417
Fora do corredor	82 014	11 952	93 966	239 915	15 555	255 470

Da amortização adicional resultante de reformas antecipadas a 31 de Dezembro de 2006, os valores de 14 366 milhares de euros relativo a pensões de reforma e de 961 milhares de euros relativo a benefícios de saúde foram reconhecidos como utilização da provisão para reestruturação (ver Nota 32).

A evolução dos montantes reflectidos no balanço pode ser analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Activos / (passivos) no início do exercício	136 656	(109 320)	27 336	(10 117)	(117 330)	(127 447)
Ganhos e perdas actuariais das responsabilidades	(34 332)	2 080	(32 252)	(3 460)	11 577	8 117
Ganhos e perdas actuariais dos fundos	157 639	(4)	157 635	140 990	-	140 990
Encargos do ano:						
- Custo do serviço corrente	(30 292)	(1 991)	(32 283)	(29 478)	(2 079)	(31 557)
- Custo dos juros	(87 196)	(5 085)	(92 281)	(84 143)	(5 444)	(89 587)
- Rendimento esperado do fundo	100 124	25	100 149	81 676	-	81 676
- Reformas antecipadas	(22 158)	(1 440)	(23 598)	(40 601)	(1 983)	(42 584)
Outros	(414)	-	(414)	(332)	(2)	(334)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo	42 951	5 540	48 491	82 121	5 941	88 062
Activos / (passivos) no final do exercício	262 978	(110 195)	152 783	136 656	(109 320)	27 336

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

milhares de euros

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Custo do serviço corrente	30 292	1 991	32 283	29 478	2 079	31 557
Custo dos juros	87 196	5 085	92 281	84 143	5 444	89 587
Rendimento esperado do fundo	(100 124)	(25)	(100 149)	(81 676)	-	(81 676)
Amortização do exercício	11 448	1 083	12 531	33 243	1 967	35 210
Reformas antecipadas	24 276	1 797	26 073	6 225	283	6 508
Custos com pessoal	53 088	9 931	63 019	71 413	9 773	81 186

O custo relativo às reformas antecipadas inclui o efeito da amortização adicional dos desvios actuariais em balanço.

A evolução dos activos/(responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
No início do exercício	579 008	(82 785)	496 223	620 404	(76 093)	544 311
Custo do exercício	(53 088)	(9 931)	(63 019)	(71 413)	(9 773)	(81 186)
Utilização de provisões	-	-	-	(51 405)	(2 857)	(54 262)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo	42 951	5 540	48 491	82 121	5 941	88 062
Outros	(825)	-	(825)	(699)	(3)	(702)
No final do exercício	568 046	(87 176)	480 870	579 008	(82 785)	496 223

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é como segue:

milhares de euros

	31.12.2007		31.12.2006		31.12.2005		31.12.2004		31.12.2003	
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Pensões de reforma	Benefícios de saúde
Responsabilidades	(1 970 365)	(110 675)	(1 891 647)	(109 797)	(1 826 346)	(117 330)	(1 552 833)	(95 849)	(1 416 490)	(87 403)
Saldo dos fundos	2 233 343	480	2 028 303	477	1 816 229	-	1 511 672	-	1 360 674	-
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	262 978	(110 195)	136 656	(109 320)	(10 117)	(117 330)	(41 161)	(95 849)	(55 816)	(87 403)
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	42 590	(1881)	3 460	(11 577)	39 592	6 548	6 555	410	93 754	5 860
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	(157 639)	(4)	(140 990)	-	(69 709)	-	1 169	-	22 855	-

A cobertura dos benefícios de saúde encontra-se assegurada através de passivos reconhecidos em balanço.

SIBA

No exercício de 2000, o BES e as suas subsidiárias estabeleceram um plano de incentivos baseado em acções (SIBA) o qual consiste na venda de acções do BES aos trabalhadores, com pagamento diferido por um prazo que pode variar de entre dois a quatro anos. Dentro deste prazo os empregados têm a obrigatoriedade de manter as acções, após o que (i) as podem vender no mercado, (ii) mantê-las em carteira, procedendo neste caso ao pagamento integral da dívida ao Banco ou (iii) vendê-las ao BES pelo seu custo de aquisição.

As principais características de cada plano são como segue:

	Data expectável do fim do plano	Número de acções à data de início de cada plano	Preço médio de exercício (euros)	Número de acções à data de 31 de Dez. de 2007 ⁽¹⁾	Cobertura por acções
Plano de 2000					
1º lote	Expirado (Dez-04)	548 389	17,37	-	-
2º lote	Expirado (Dez-05)	1 279 576	17,37	-	-
Plano de 2001					
1º lote	Expirado (Mai-06)	1 358 149	11,51	-	-
2º lote	Expirado (Mai-07)	3 169 016	11,51	-	-
Plano de 2002					
1º lote	Expirado (Abr-07)	755 408	12,02	-	-
2º lote	Abr-08	1 762 619	12,02	294 861	100%
Plano de 2003					
1º lote	Mai-08	480 576	14,00	105 270	100%
2º lote	Mai-09	1 121 343	14,00	1 102 008	100%
Plano de 2004					
1º lote ⁽²⁾	Dez-07	541 599	13,54	594 465	100%
2º lote	Dez-10	1 270 175	13,54	1 387 658	100%

(1) Inclui as acções atribuídas no âmbito da incorporação de prémios de emissão relativo ao aumento de capital de 2006.
(2) O 1º lote do Plano 2004 maturou nos primeiros dias de Janeiro de 2008.

O movimento das acções subjacentes aos planos em vigor, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, foi como segue:

	31.12.2007		31.12.2006	
	Número de acções	Preço médio (euros)	Número de acções	Preço médio (euros)
Saldo no início do exercício	5 667 612	11,24	7 617 500	12,63
Aumento de capital ⁽¹⁾	-	-	850 504	-
Acções alienadas ⁽²⁾	(2 183 350)	10,21	(2 800 392)	11,61
Saldo no final do exercício	3 484 262	11,89	5 667 612	11,24

(1) Acções atribuídas no âmbito da incorporação de prémios de emissão (ver Nota 36)
(2) Inclui acções alienadas pelo Banco em mercado, após o exercício pelo empregado do direito de revenda ao custo de aquisição, e as liquidadas pelos empregados na maturidade dos planos.

Os pressupostos utilizados na valorização inicial de cada plano foram os seguintes:

	Plano 2004	Plano 2003	Plano 2002	Plano 2001	Plano 2000
Prazo					
1º lote	24 meses	24 meses	Expirado	Expirado	Expirado
2º lote	60 meses	60 meses	60 meses	Expirado	Expirado
Volatilidade	12%	12%	12%	12%	12%
Taxa de juro sem risco					
1º lote	3,04%	2,63%	2,70%	4,38%	4,71%
2º lote	3,22%	3,52%	3,56%	5,01%	5,05%
Dividendo	2,90%	2,90%	2,90%	2,90%	2,90%
Justo valor à data de início (milhares de euros)	2 305	2 137	2 830	6 530	3 056

O total de custos reconhecidos com os planos é como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Custos reconhecidos com os planos (ver Nota 11)	1 402	2 454

Os custos com os planos foram reconhecidos como Custos com pessoal por contrapartida de outras reservas, conforme a política contabilística descrita na Nota 2.15.

Prémios por antiguidade

Conforme referido na Nota 2.15, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio por antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efectiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o trabalhador terá direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as responsabilidades assumidas pelo Grupo e os custos reconhecidos nos exercícios com o prémio por antiguidade são como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Responsabilidades no início do exercício	23 627	22 553
Custo do exercício (ver Nota 11)	1 360	2 947
Prémios pagos	(1 362)	(1 873)
Responsabilidades no final do exercício	23 625	23 627

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com prémios de antiguidade são os apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis). Estas responsabilidades encontram-se registadas em Outros passivos (ver Nota 35).

Nota 13 // Gastos Gerais Administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2007	31.12.2006
Rendas e alugueres	58 225	54 523
Publicidade e publicações	43 947	43 548
Comunicações e expedição	35 933	32 027
Conservação e reparação	16 584	15 576
Deslocações e representação	28 424	24 631
Transportes	10 053	8 328
Seguros	5 899	6 538
Serviços especializados		
Informática	44 863	42 453
Trabalho independente	7 896	8 088
Mão de obra eventual	9 155	7 777
Sistema electrónico de pagamentos	11 709	12 447
Estudos e consultas	13 881	11 645
Judiciais, contencioso e notariado	9 580	6 152
Consultores e auditores externos	11 934	8 366
Outros serviços especializados	28 868	23 179
Água, energia e combustíveis	7 757	7 286
Material de consumo corrente	5 731	6 418
Outros custos	28 392	25 146
	378 831	344 128

A rubrica Outros serviços especializados inclui, entre outros, custos com segurança e vigilância, informação e banco de dados. A rubrica Outros custos inclui custos com formação e fornecimentos externos.

Nota 14 // Resultados por Acção

Resultados por acção básicos

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

	31.12.2007	31.12.2006
Resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco	607 069	420 714
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas (milhares) ⁽¹⁾	500 000	417 222
Número médio ponderado de acções próprias em carteira (milhares)	4 090	6 373
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (milhares)	495 910	410 849
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do Banco (em euros)	1,22	1,02

(1) Em 31 de Dezembro de 2006 refere-se ao número médio de acções ordinárias ponderado pelo tempo de permanência após o aumento de capital realizado em 30 de Maio de 2006 (ver Nota 36).

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco.

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos, na medida em que as acções subjacentes ao SIBA não têm um efeito diluidor em 31 de Dezembro de 2007 e 2006.

Nota 15 // Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Caixa	277 260	311 335
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	984 887	711 847
Outros bancos centrais	99 071	61 745
	1 083 958	773 592
	1 361 218	1 084 927

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais – Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de Dezembro de 2007 a taxa de remuneração média destes depósitos ascendia a 3,94 % (31 de Dezembro de 2006: 2,79%).

Nota 16 // Disponibilidades em outras Instituições de Crédito

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Cheques a cobrar	378 824	430 619
Depósitos à ordem	96 039	30 984
Outras disponibilidades	-	37 134
	474 863	498 737
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	117 277	76 041
Cheques a cobrar	1 570	4 019
Outras disponibilidades	126 732	94 179
	245 579	174 239
	720 442	672 976

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

Nota 17 // Activos e Passivos Financeiros Detidos para Negociação

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	31.12.2007	31.12.2006
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1 366 296	1 538 485
De outros emissores	153 937	157 882
Acções	187 611	267 868
Outros títulos de rendimento variável	712 199	991 793
	2 420 043	2 956 028
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	1 427 190	1 215 379
	3 847 233	4 171 407
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	1 257 201	1 284 376

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Até 3 meses	412 762	358 504
De 3 meses a um ano	351 206	610 918
De um a cinco anos	409 018	459 480
Mais de cinco anos	581 078	502 412
Duração indeterminada	665 979	1 024 714
	2 420 043	2 956 028

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.6, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

milhares de euros

	31.12.2007			31.12.2006		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1 366 296	-	1 366 296	1 343 863	194 622	1 538 485
De outros emissores	145 419	8 518	153 937	137 842	20 040	157 882
Acções	187 611	-	187 611	267 868	-	267 868
Outros títulos de rendimento variável	12 152	700 047	712 199	-	991 793	991 793
	1 711 478	708 565	2 420 043	1 749 573	1 206 455	2 956 028

Os instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 são analisados como segue:

milhares de euros

	31.12.2007			31.12.2006		
	Nocional	Justo Valor		Nocional	Justo Valor	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
Derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward						
- compras	11 779 165	112 862	247 220	15 181 980	164 353	206 550
- vendas	11 897 733			15 274 654		
Currency Swaps						
- compras	373 440	2 000	4 531	1 283 531	9 351	11 469
- vendas	325 110			1 320 835		
Currency Interest Rate Swaps						
- compras	1 657 950	187 592	176 210	5 682 850	301 310	283 604
- vendas	1 660 293			5 704 527		
Currency Options	4 170 682	57 980	89 482	3 785 013	9 283	21 968
	31 864 373	360 434	517 443	48 233 390	484 297	523 591
Contratos sobre taxas de juro						
Forward Rate Agreements	5 353 657	1 444	342	255 930	112	126
Interest Rate Swaps	37 695 485	588 160	360 382	22 346 464	543 581	360 907
Swaption - Interest Rate Options	2 360 536	3 814	2 104	2 348 648	13 519	11 220
Interest Rate Caps & Floors	7 361 058	34 672	30 824	3 843 982	12 238	13 284
Interest Rate Futures	100 000	-	-	3 540 889	788	4 673
Bonds Options	30 000	665	558	84 686	161	-
Future Options	5 451 986	-	189	9 985 103	-	-
	58 352 722	628 755	394 399	42 405 702	570 399	390 210
Contratos sobre acções/índices						
Equity / Index Swaps	1 835 258	191 300	21 404	4 519 022	51 635	20 570
Equity / Index Options	5 030 269	226 835	309 119	4 471 905	92 968	335 105
Equity / Index Futures	-	-	-	1 331 085	-	-
	6 865 527	418 135	330 523	10 322 012	144 603	355 675
Contratos sobre crédito						
Credit Default Swaps	1 608 191	19 866	14 836	1 417 632	16 080	14 900
Total	98 690 813	1 427 190	1 257 201	102 378 736	1 215 379	1 284 376

Em 31 de Dezembro de 2007, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados incluía o valor líquido de 2,8 milhões de euros referente ao justo valor passivo dos derivados embutidos, conforme descrito na Nota 2.4 (31 de Dezembro de 2006: 5,3 milhões de euros de justo valor passivo).

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o escalonamento dos derivados de negociação por prazos de vencimento, é como segue:

milhares de euros				
	31.12.2007		31.12.2006	
	Nocional	Justo valor (líquido)	Nocional	Justo valor (líquido)
Até 3 meses	26 676 635	(99 769)	38 450 282	(51 611)
De 3 meses a um ano	21 301 291	18 272	16 555 807	(35 601)
De um a cinco anos	28 482 345	323 321	21 234 324	(32 606)
Mais de cinco anos	22 230 542	(71 835)	26 138 323	50 821
	98 690 813	169 989	102 378 736	(68 997)

Nota 18 // Outros Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados

O valor desta rubrica é composto por:

milhares de euros		
	31.12.2007	31.12.2006
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	1 234 344	1 322 698
Acções	192 360	175 894
Valor de balanço	1 426 704	1 498 592

A opção do grupo em designar estes activos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, está de acordo com a estratégia documentada de gestão de risco do Grupo, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

Neste agregado, a 31 de Dezembro de 2006, encontram-se registados títulos no valor de 575 621 milhares de euros os quais, apesar de o Grupo ter procedido à sua alienação, não foram desreconhecidos do balanço, uma vez que o Grupo reteve a totalidade dos benefícios associados a estes activos através de *total return swaps*. O valor recebido no âmbito desta operação encontra-se registado em Recursos de outras instituições de crédito.

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o escalonamento dos títulos ao justo valor através de resultados, por prazos de vencimento é como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Até 3 meses	468 580	228 802
De 3 meses a um ano	113 332	192 144
De um a cinco anos	155 652	569 385
Mais de cinco anos	496 780	332 367
Duração indeterminada	192 360	175 894
	1 426 704	1 498 592

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

	31.12.2007			31.12.2006		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	420 069	814 275	1 234 344	66 067	1 256 631	1 322 698
Acções	192 360	.	192 360	175 894	.	175 894
	612 429	814 275	1 426 704	241 961	1 256 631	1 498 592

Nota 19 // Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	Custo ⁽¹⁾	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	349 445	1 473	(1 275)	(594)	349 049
De outros emissores	2 830 718	4 074	(4 006)	(9 093)	2 821 693
Acções	1 159 482	685 185	(2 754)	(43 419)	1 798 494
Outros títulos de rendimento variável	278 457	9 001	(618)	(4 392)	282 448
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	4 618 102	699 733	(8 653)	(57 498)	5 251 684
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	803 246	911	(1 450)	-	802 707
De outros emissores	2 944 596	27 352	(57 872)	(9 332)	2 904 744
Acções	1 251 511	984 183	(7 774)	(40 207)	2 187 713
Outros títulos de rendimento variável	354 233	4 565	(511)	(14 562)	343 725
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	5 353 586	1 017 011	(67 607)	(64 101)	6 238 889

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

A rubrica Activos financeiros disponíveis para venda inclui 711 451 milhares de euros de títulos dados em garantia pelo Grupo, cujo detalhe é apresentado na Nota 38 (31 de Dezembro de 2006: 558 689 milhares de euros).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

milhares de euros		
	31.12.2007	31.12.2006
Saldo inicial	57 498	60 012
Dotações	20 165	8 292
Utilizações	(10 845)	(7 140)
Reversões	(1 484)	(1 288)
Diferenças de câmbio e outras	(1 233)	(2 378)
Saldo final	64 101	57 498

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o escalonamento dos activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como segue:

milhares de euros		
	31.12.2007	31.12.2006
Até 3 meses	712 158	288 524
De 3 meses a um ano	420 870	248 114
De um a cinco anos	1 371 131	1 171 860
Mais de cinco anos	1 221 488	1 461 894
Duração indeterminada	2 513 242	2 081 292
	6 238 889	5 251 684

As principais posições que justificam o valor da reserva de justo valor, com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, são as seguintes:

31.12.2007					
Descrição	Custo de aquisição	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Banco Bradesco	286 047	661 695	-	-	947 742
Portugal Telecom	291 914	76 010	-	-	367 924
EDP	263 801	70 497	-	-	334 298
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 480	8 589	-	(682)	10 387
Bradespar	6 215	22 029	-	-	28 244
	850 457	838 820	-	(682)	1 688 595

milhares de euros

31.12.2006					
Descrição	Custo de aquisição	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Banco Bradesco	202 057	496 097	-	-	698 154
Portugal Telecom	340 074	66 331	-	-	406 405
EDP	218 670	67 986	-	-	286 656
Banque Marrocaïne du Commerce Extérieur	2 480	2 774	-	(682)	4 572
Bradespar	3 577	8 345	-	-	11 922
	766 858	641 533	-	(682)	1 407 709

No dia 7 de Novembro de 2007, a Portugal Telecom (PT) efectuou o *spin-off* da sua participação de 58,43% na PT Multimédia (PTM), tendo atribuído 0,176067 acções desta última por cada acção detida no capital da PT. Decorrente desta operação, o Grupo recebeu 9 444 819 acções da PTM, as quais foram contabilizadas, pelo respectivo justo valor apurado na data efectiva do *spin-off*, como uma alocação do valor de balanço das acções PT que lhes estiveram na origem. Adicionalmente, o custo de aquisição das acções PT, bem como o valor acumulado da respectiva reserva de justo valor previamente ao *spin-off*, foram distribuídos entre as acções PT detidas e as novas acções da PTM recebidas, na proporção dos respectivos justos valores determinados na data de efectividade da operação. Nesta base, decorrente do *spin-off* da PTM, o Grupo não reconheceu qualquer efeito em resultados.

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

milhares de euros

	31.12.2007			31.12.2006		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	85 707	717 000	802 707	97 018	252 031	349 049
De outros emissores	681 114	2 223 630	2 904 744	908 675	1 913 018	2 821 693
Acções	1 943 689	244 024	2 187 713	1 573 637	224 857	1 798 494
Outros títulos de rendimento variável	35 934	307 791	343 725	33 091	249 357	282 448
	2 746 444	3 492 445	6 238 889	2 612 421	2 639 263	5 251 684

Nota 20 // Aplicações em Instituições de Crédito

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Aplicações em instituições de crédito no país		
Mercado monetário interbancário	1 269 865	425 723
Depósitos	83 369	52 659
Empréstimos	67 719	52 143
Aplicações de muito curto prazo	345 042	25
Outras aplicações	1 445	1 404
	1 767 440	531 954
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	3 541 730	3 145 408
Aplicações de muito curto prazo	1 137 238	2 026 383
Empréstimos	1 732 552	1 880 656
Outras aplicações	32 575	6 002
	6 444 095	7 058 449
Perdas por imparidade	(1 204)	(2 354)
	8 210 331	7 588 049

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 31 de Dezembro de 2007, vencem juros à taxa média anual de 4,47 % (31 de Dezembro de 2006: 3,46%). Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro vencem juros às taxas dos mercados internacionais onde o Grupo opera.

Em 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica inclui 559 687 milhares de euros de aplicações registadas em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 23).

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Até 3 meses	7 812 446	6 987 458
De 3 meses a um ano	156 240	410 257
De um a cinco anos	110 002	112 106
Mais de cinco anos	132 847	80 582
	8 211 535	7 590 403

Os movimentos ocorridos no exercício como perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito são apresentados como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Saldo inicial	2 354	2 558
Dotações	1 757	2 084
Reversões	(2 251)	(1 991)
Diferenças de câmbio e outras	(656)	(297)
Saldo final	1 204	2 354

Nota 21 // Crédito a Clientes

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	9 794 194	7 515 911
Créditos em conta corrente	5 655 418	6 551 451
Locação financeira	2 829 881	2 254 375
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	1 114 157	1 176 756
Factoring	1 156 111	977 934
Descobertos	49 777	29 536
Outros créditos	245 152	238 960
A particulares		
Habitação	9 545 741	7 917 558
Consumo e outros	2 310 264	2 001 327
	32 700 695	28 663 808
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	6 092 130	3 688 714
Créditos em conta corrente	1 520 636	1 208 129
Locação financeira	288 123	178 774
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	135 949	113 075
Descobertos	74 396	51 964
Outros créditos	985 137	620 928
A particulares		
Habitação	529 488	519 968
Consumo e outros	326 505	233 952
	9 952 364	6 615 504
Crédito e juros vencidos		
Até 3 meses	74 790	74 160
De 3 meses a 1 ano	102 863	104 882
De 1 a 3 anos	212 154	181 278
Há mais de 3 anos	117 792	112 200
	507 599	472 520
	43 160 658	35 751 832
Perdas por imparidade	(990 395)	(869 327)
	42 170 263	34 882 505

Em 31 de Dezembro de 2007, o valor de crédito a clientes inclui o montante de 2 924,8 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 794,1 milhões de euros), referente a operações de securitização em que, de acordo com a política contabilística referida na Nota 2.2, os veículos securitizadores são consolidados pelo Grupo (ver Nota 41). Os passivos associados a estas operações de securitização foram reconhecidos como Responsabilidades representadas por títulos (ver Notas 31 e 41).

O justo valor da carteira de crédito a clientes encontra-se apresentado na Nota 42.

Em 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica inclui 163 726 milhares de euros de créditos registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 23).

Em 31 de Dezembro de 2007 o crédito vivo inclui 64 218 milhares de euros de crédito renegociado (31 de Dezembro de 2006: 45 677 milhares de euros). Estes créditos correspondem, de acordo com a definição do Banco de Portugal, a créditos anteriormente vencidos, que através de um processo de renegociação, passam a ser considerados como créditos correntes.

O escalonamento do crédito a clientes por prazo de vencimento, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

milhares de euros		
	31.12.2007	31.12.2006
Até 3 meses	6 591 577	6 147 170
De 3 meses a um ano	5 821 538	5 150 636
De um a cinco anos	8 584 877	7 136 228
Mais de cinco anos	21 655 067	16 845 278
Duração indeterminada	507 599	472 520
	43 160 658	35 751 832

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade do crédito são apresentados como segue:

milhares de euros		
	31.12.2007	31.12.2006
Saldo inicial	869 327	829 874
Dotações	257 737	232 547
Utilizações	(80 481)	(133 935)
Reversões	(44 553)	(50 992)
Efeito do desconto	(13 102)	(10 861)
Diferenças de câmbio e outras	1 467	2 694
Saldo final	990 395	869 327

O efeito do desconto reflecte o valor do juro reconhecido em relação ao crédito com imparidade vencido como consequência das perdas por imparidade serem calculadas com base no método dos fluxos de caixa futuros descontados.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o detalhe da imparidade apresenta-se como segue:

milhares de euros							
31.12.2007							
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base <i>portfolio</i>		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a Empresas	3 283 164	398 599	27 022 385	304 821	30 305 549	703 420	29 602 129
Crédito a particulares - Habitação	871 399	152 696	9 269 550	24 799	10 140 949	177 495	9 963 454
Crédito a particulares - Outro	252 055	68 933	2 462 105	40 547	2 714 160	109 480	2 604 680
Total	4 406 618	620 228	38 754 040	370 167	43 160 658	990 395	42 170 263

milhares de euros

31.12.2006

	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base <i>portfolio</i>		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a Empresas	2 249 996	335 595	22 692 764	301 932	24 942 760	637 527	24 305 233
Crédito a particulares - Habitação	740 104	112 798	7 759 751	19 390	8 499 855	132 188	8 367 667
Crédito a particulares - Outro	204 455	63 058	2 104 762	36 554	2 309 217	99 612	2 209 605
Total	3 194 555	511 451	32 557 277	357 876	35 751 832	869 327	34 882 505

O crédito com imparidade calculada em base individual inclui créditos que apresentam sinais de imparidade, créditos vencidos há mais de 90 dias e o crédito renegociado.

O juro reconhecido na conta de exploração relativo a créditos com sinais de imparidade foi de 239,3 milhões de euros (2006: 176,0 milhões de euros), o qual inclui o efeito do desconto relativo a crédito com imparidade vencido.

A distribuição do crédito a clientes por tipo de taxa é como segue:

milhares de euros

31.12.2007

31.12.2006

Taxa fixa	3 184 004	3 700 610
Taxa variável	39 976 654	32 051 222
	43 160 658	35 751 832

O crédito de locação financeira, por prazos residuais, é apresentado de seguida:

milhares de euros

31.12.2007

31.12.2006

Rendas e valores residuais vincendos		
Até um ano	572 483	503 693
De um a cinco anos	2 058 919	1 252 844
Mais de cinco anos	1 172 297	1 266 535
	3 803 699	3 023 072
Juros vincendos		
Até um ano	117 264	86 951
De um a cinco anos	278 854	174 483
Mais de cinco anos	289 577	328 489
	685 695	589 923
Capital vincendo		
Até um ano	455 219	416 742
De um a cinco anos	1 780 065	1 078 361
Mais de cinco anos	882 720	938 046
	3 118 004	2 433 149

Nota 22 // Investimentos Detidos até à Maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade podem ser analisados como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	394 935	589 354
De outros emissores	12 907	3 817
	407 842	593 171

O escalonamento dos investimentos detidos até à maturidade por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Até 3 meses	19 740	50 653
De 3 meses a um ano	11 298	66 910
De um a cinco anos	351 625	468 073
Mais de cinco anos	25 179	7 535
	407 842	593 171

O justo valor da carteira de investimentos detidos até à maturidade encontra-se apresentada na Nota 42.

Nota 23 // Derivados para Gestão de Risco

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o justo valor dos derivados para gestão de risco em balanço analisa-se como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Derivados para gestão de risco (activo)	211 890	199 704
Derivados para gestão de risco (passivo)	286 940	262 760
	(75 050)	(63 056)

A rubrica de Derivados para gestão de risco, inclui para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivados de cobertura).

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica de Derivados para gestão de risco, no valor líquido de 75 050 milhares de euros de passivo líquido, inclui (i) 42 689 milhares de euros de passivo líquido relativo a derivados de cobertura (31 de Dezembro de 2006: 59 959 milhares de euros de passivo líquido) e (ii) 32 361 milhares de euros de passivo líquido relativos a derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, e que não foram designados como derivados de cobertura (31 de Dezembro de 2006: 3 097 milhares de euros de passivo líquido).

Derivados de cobertura

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 podem ser analisadas como segue:

milhares de euros

31.12.2007							
Produto Derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado ⁽²⁾	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto ⁽¹⁾	Varição do justo valor do elemento coberto no ano ⁽¹⁾
Currency Interest Rate Swap	Empréstimos subordinados	Taxa de juro e câmbio	181 895	(22 678)	(11 995)	22 455	12 621
Currency Interest Rate Swap	Débitos representados por títulos	Taxa de juro e câmbio	18 777	60	(63)	265	(32)
Currency Interest Rate Swap	Recursos de instituições de crédito	Taxa de juro e câmbio	407 405	(4 841)	(4 191)	4 633	4 191
Interest Rate Swap	Crédito a clientes	Taxa de juro	91 993	1 210	969	(767)	(953)
Interest Rate Swap	Empréstimos subordinados	Taxa de juro	20 000	(864)	(593)	802	658
Interest Rate Swap	Débitos representados por títulos	Taxa de juro	2 564 460	(15 405)	46 205	30 690	(41 027)
Interest Rate Swap	Recursos de clientes	Taxa de juro	307 859	1 057	(1 580)	1 286	395
Interest Rate Swap	Recursos de instituições de crédito	Taxa de juro	128 000	(1 228)	(9 130)	2 601	8 842
			3 720 389	(42 689)	19 622	61 965	(15 305)

(1) Atribuível ao risco coberto

(2) Inclui juro corrido

milhares de euros

31.12.2006							
Produto Derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado ⁽²⁾	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto ⁽¹⁾	Varição do justo valor do elemento coberto no ano ⁽¹⁾
Currency Interest Rate Swaps	Recursos de clientes	Taxa de juro e câmbio	429 596	2 248	1 060	448	(1 181)
Currency Interest Rate Swaps	Empréstimos subordinados	Taxa de juro e câmbio	191 168	(8 053)	(33 657)	8 027	38 942
Currency Interest Rate Swaps	Débitos representados por títulos	Taxa de juro e câmbio	18 192	54	(376)	276	270
Currency Interest Rate Swaps	Débitos representados por títulos	Taxa de juro e câmbio	35 854	-	-	-	-
Interest Rate Swaps	Crédito a clientes	Taxa de juro	245 884	(1 244)	3 778	428	(4 309)
Interest Rate Swaps	Recursos de clientes	Taxa de juro	150 019	11 659	3 355	(5 663)	(3 684)
Interest Rate Swaps	Empréstimos	Taxa de juro	-	-	93	-	(107)
Interest Rate Swaps	Débitos representados por títulos	Taxa de juro	1 730 125	(64 623)	(50 026)	68 910	46 262
			2 800 838	(59 959)	(75 773)	72 426	76 193

(1) Atribuível ao risco coberto

(2) Inclui juro corrido

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritos e aos respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

Em 31 de Dezembro de 2007 a parte inefectiva das operações de cobertura de justo valor no montante de 4,3 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 0,4 milhões de euros) foi registada por contrapartida de resultados. O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

Outros derivados para gestão de risco

Os outros derivados para gestão de risco incluem instrumentos destinados a gerir o risco associado a determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados conforme política contabilística descrita nas Notas 2.5, 2.6 e 2.8 e que o Grupo não designou para contabilidade de cobertura. O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados pode ser analisado como segue:

milhares de euros

31.12.2007								
Produto derivado	Activo/ Passivo financeiro associado	Derivado			Activo/Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade ⁽¹⁾
	Activo							
Currency Swap	Aplicações em instituições de crédito	561 051	3 716	(198)	49	49	559 687	561 051
Interest Rate Swap	Títulos	185 000	319	467	(1 805)	1 098	187 545	189 350
Interest Rate Swap	Crédito a clientes	122 000	511	511	626	626	163 726	162 668
	Passivo							
Equity Swap	Recursos de clientes	18 969	(192)	(27)	29	29	18 897	14 575
Index Swap	Débitos representados por títulos	185 800	13 827	4 474	(12 432)	(1 898)	195 903	181 223
Index Swap	Recursos de clientes	82 702	(429)	172	(180)	(275)	82 407	66 204
Interest Rate Swap	Débitos representados por títulos	1 186 741	(49 099)	(33 613)	49 078	35 955	905 223	969 483
Interest Rate Swap	Recursos de clientes	90 862	(1 014)	961	952	(969)	90 041	90 325
		2 433 125	(32 361)	(27 253)	36 317	34 615	2 203 429	2 234 879

(1) Corresponde ao valor garantido contratualmente a reembolsar na maturidade

milhares de euros

31.12.2006								
Produto derivado	Activo/ Passivo financeiro associado	Derivado			Activo/Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade ⁽¹⁾
	Passivo							
Interest Rate Swap	Débitos representados por títulos	778 023	(13 870)	(13 870)	(1 733)	(1 733)	764 328	775 658
Index Swap	Débitos representados por títulos	99 962	7 591	7 591	(5 319)	(5 319)	92 238	85 583
Index Option	Débitos representados por títulos	7 400	(708)	(708)	(139)	(139)	7 538	7 248
Index Swap	Recursos de clientes	56 339	(435)	(435)	439	439	55 899	47 710
Equity Swap	Débitos representados por títulos	117 276	4 844	4 844	5 938	5 938	123 214	117 276
FX Swaps	Recursos de instituições de crédito	387 114	(519)	(519)	117	117	386 997	561 051
		1 446 114	(3 097)	(3 097)	(698)	(698)	1 430 214	1 594 526

(1) Corresponde ao valor garantido contratualmente a reembolsar na maturidade

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados, atribuível ao risco de crédito do Grupo, ascende em 31 de Dezembro de 2007 a 7 599 milhares de euros de proveitos em termos acumulados (31 de Dezembro de 2006: 2 026 milhares de euros de custos) e 9 421 milhares de euros de proveitos gerados no exercício (31 de Dezembro de 2006: 2 026 milhares de euros de custos do exercício).

As operações com derivados de gestão de risco em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

milhares de euros

	31.12.2007		31.12.2006	
	Nocional	Justo valor	Nocional	Justo valor
Até 3 meses	886 563	9 381	666 912	6 630
De 3 meses a um ano	1 460 489	8 863	603 836	1 178
De um a cinco anos	1 889 030	(3 317)	1 834 379	2 477
Mais de cinco anos	1 917 432	(89 977)	1 141 825	(73 341)
	6 153 514	(75 050)	4 246 952	(63 056)

Nota 24 // Activos e Passivos não Correntes Detidos para Venda

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2007	
	Activo	Passivo
Activos / passivos de subsidiárias adquiridas para revenda	235 993	233 189
Imóveis	49 499	-
Perdas por imparidade	(6 084)	-
	43 415	-
	279 408	233 189

Os valores apresentados referem-se (i) a participações no capital de empresas cujo controlo pertence ao Grupo mas que foram adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo, e (ii) a imóveis recebidos em dação e instalações descontinuadas disponíveis para venda imediata.

Em 31 de Dezembro de 2007 o valor relativo a instalações descontinuadas ascende a 15 855 milhares de euros (ver nota 25), tendo o Grupo registado uma perda por imparidade no valor de 2 299 milhares de euros para estes activos.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são apresentados como segue:

milhares de euros

	31.12.2007
Saldo inicial	-
Dotações	2 605
Utilizações	(2 017)
Reversões	(45)
Transferências ^(a)	5 541
Saldo final	6 084

(a) Imparidade transferida da rubrica de Outros activos, no momento em que os activos foram também transferidos, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.11 (ver Nota 28).

Nota 25 // Outros Activos Tangíveis

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Imóveis		
De serviço próprio	405 878	295 060
Beneficiações em edifícios arrendados	200 834	184 298
Outros	3 913	3 853
	610 625	483 211
Equipamento		
Equipamento informático	248 445	238 863
Instalações interiores	103 341	93 615
Mobiliário e material	105 651	86 415
Equipamento de segurança	24 868	20 808
Máquinas e ferramentas	32 967	31 111
Material de transporte	4 700	3 872
Outros	6 150	6 086
	526 122	480 770
Outras imobilizações		
	557	1 627
	1 137 304	965 608
Imobilizado em curso		
Beneficiações em edifícios arrendados	16 275	11 886
Imóveis	12 049	7 646
Equipamento	17 934	14 223
Outros	365	573
	46 623	34 328
	1 183 927	999 936
Depreciação acumulada		
	(646 159)	(617 007)
	537 768	382 929

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

milhares de euros

	Imóveis	Equipamento	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	470 135	462 649	3 385	25 016	961 185
Adições	10 507	22 833	112	33 261	66 713
Abates / vendas	(5 252)	(19 121)	-	-	(24 373)
Transferências ^(a)	9 121	16 071	-	(24 104)	1 088
Variação cambial	(1 258)	(995)	(1 871)	443	(3 681)
Outros movimentos	(42)	(667)	1	(288)	(996)
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	483 211	480 770	1 627	34 328	999 936
Adições	47 710	35 148	155	56 454	139 467
Abates / vendas	(3 567)	(14 104)	-	-	(17 671)
Transferências ^(c)	10 668	24 646	-	(44 736)	(9 422)
Variação cambial	(1 269)	(883)	(14)	(173)	(2 339)
Outros movimentos ^(b)	73 872	545	(1 211)	750	73 956
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	610 625	526 122	557	46 623	1 183 927
Depreciações					
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	209 079	387 399	1 615	-	598 093
Depreciações do exercício	15 964	24 087	181	-	40 232
Abates / vendas	(4 707)	(18 149)	-	-	(22 856)
Transferências ^(a)	(1 090)	5 355	(1 383)	-	2 882
Variação cambial	(53)	(172)	6	-	(219)
Outros movimentos	(143)	(834)	(148)	-	(1 125)
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	219 050	397 686	271	-	617 007
Depreciações do exercício	17 082	26 761	191	-	44 034
Abates / vendas	(3 036)	(13 965)	-	-	(17 001)
Transferências ^(c)	(2 946)	3 362	-	-	416
Variação cambial	(151)	(917)	(10)	-	(1 078)
Outros movimentos	-	2 931	(150)	-	2 781
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	229 999	415 858	302	-	646 159
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2007	380 626	110 264	255	46 623	537 768
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2006	264 161	83 084	1 356	34 328	382 929

(a) Inclui 7 459 milhares de euros de imobilizado (imóveis e equipamento) e 1 961 milhares de euros de amortizações acumuladas referente a balcões descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para as adequadas rubricas de balanço

(b) Inclui 73 509 milhares de euros referentes à consolidação pela primeira vez em 2007 da sociedade Praça do Marquês

(c) Inclui 13 576 milhares de euros de imobilizado (imóveis e equipamento) e 3 207 milhares de euros de amortizações acumuladas referente a balcões descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para as adequadas rubricas de balanço

Nota 26 // Activos Intangíveis

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	milhares de euros	
	31.12.2007	31.12.2006
Goodwill	7 441	3 282
Gerados internamente		
Sistema de tratamento automático de dados	13 324	7 793
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	428 285	403 676
Outras	1 099	30 393
	429 384	434 069
Imobilizações em curso	31 106	19 429
	481 255	464 573
Amortização acumulada	(390 084)	(395 921)
	91 171	68 652

Nos activos intangíveis gerados internamente incluem-se os gastos incorridos pelas unidades do Grupo especializadas na implementação de soluções informáticas aportadoras de benefícios económicos futuros (ver Nota 2.13).

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

milhares de euros

	Goodwill	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	2 874	387 065	35 571	19 892	445 402
Adições:					
Geradas internamente	-	182	-	5 638	5 820
Adquiridas a terceiros	731	6 152	1 805	15 164	23 852
Abates / vendas	(16)	(996)	(1 344)	-	(2 356)
Transferências	-	21 228	(8 547)	(21 228)	(8 547)
Variação cambial	(307)	(109)	(48)	-	(464)
Outros movimentos	-	(2 053)	2 956	(37)	866
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	3 282	411 469	30 393	19 429	464 573
Adições:					
Geradas internamente	-	91	-	6 042	6 133
Adquiridas a terceiros	3 854	14 675	150	26 739	45 418
Abates / vendas	-	(3 941)	(27 058)	-	(30 999)
Transferências	-	15 633	392	(20 179)	(4 154)
Variação cambial	-	45	-	(10)	35
Outros movimentos	305	3 637	(2 778)	(915)	249
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	7 441	441 609	1 099	31 106	481 255
Amortizações					
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	-	341 639	31 823	-	373 462
Amortizações do exercício	-	28 226	561	-	28 787
Abates / vendas	-	(664)	(1 219)	-	(1 883)
Transferências	-	693	(5 536)	-	(4 843)
Variação cambial	-	(94)	(31)	-	(125)
Outros movimentos	-	447	76	-	523
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	-	370 247	25 674	-	395 921
Amortizações do exercício	-	25 494	227	-	25 721
Abates / vendas	-	(3 940)	(25 200)	-	(29 140)
Transferências	-	(3 230)	(392)	-	(3 622)
Variação cambial	-	46	-	-	46
Outros movimentos	-	368	790	-	1 158
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	-	388 985	1 099	-	390 084
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2007	7 441	52 624	-	31 106	91 171
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2006	3 282	41 222	4 719	19 429	68 652

A variação ocorrida no *goodwill* em 2007 deve-se, fundamentalmente, à aquisição de 51% da ES DATA, da qual resultou um *goodwill* de 3 691 milhares de euros.

Nota 27 // Investimentos em Associadas

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

milhares de euros

	Activo		Passivo		Capital Próprio		Proveitos		Resultado Líquido		Custo da participação	
	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
BES VIDA a)	7 647 855	6 842 137	7 375 001	6 512 852	272 854	329 285	822 964	879 725	52 218	115 048	474 997	474 997
BES VÉNÉTIE	1 288 135	1 216 063	1 187 920	1 132 469	100 215	83 594	87 942	72 111	12 889	8 208	22 000	22 000
LOCARENT	291 074	216 036	286 903	215 972	4 171	64	72 839	44 910	1 107	(940)	2 517	2 517
BES SEGUROS	108 662	88 919	84 207	64 784	24 455	24 135	61 862	60 455	4 723	4 425	3 749	3 749
ESEGUR	41 466	42 203	31 552	33 486	9 914	8 717	62 369	53 426	3 609	2 800	9 634	2 134
EUROP ASSISTANCE	31 401	29 164	21 778	20 168	9 623	8 996	26 046	24 631	1 211	1 082	1 147	1 147
FUNDO ES IBERIA	26 430	26 332	1 938	616	24 492	25 716	26	12	(1 262)	(766)	10 496	10 496
CARLUA	21 039	19 652	19 389	17 908	1 650	1 744	19 278	31 479	239	339	1 250	1 250
SCI GEORGES MANDEL	11 916	11 590	40	68	11 876	11 522	1 133	1 115	353	324	2 401	2 401
FOMENTINVEST	11 866	9 151	2 144	1 673	9 722	7 478	2 139	4 301	1 543	2 743	1 000	1 000
COMINVEST b)	-	7 275	-	430	-	6 845	-	459	-	191	-	2 089
BRB INTERNACIONAL	11 756	5 590	10 213	2 945	1 543	2 645	59	4 654	(1 002)	405	10 033	10 033
ESUMÉDICA	3 497	3 419	3 780	3 031	(283)	388	4 504	4 749	(333)	(191)	395	395
SGPICE	2 577	2 934	10 614	9 694	(8 037)	(6 760)	6 255	12 216	(612)	(1 245)	2 667	2 667
CONCORDIA b)	-	1 065	-	32	-	1 033	-	502	-	(355)	-	996
FIDUPRIVATE	733	962	118	100	615	862	652	507	120	130	31	31
APOLO FILMS	810	671	30	40	780	631	14	245	(19)	(165)	791	791
BIOGENESIS	4 681	-	(16)	-	4 697	-	-	-	(16)	-	6 670	-
SYNERGIE	522 049	-	441 187	-	80 862	-	121 756	-	4 389	-	10 848	-
RODI 2	36 659	-	21 211	-	15 448	-	-	-	(225)	-	1 240	1 240
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24 834	14 413
											586 700	554 346

a) Participação adquirida em Junho de 2006, pelo que o resultado gerado até Junho não foi apropriado pelo Grupo BES

b) Participações que passaram a consolidar pelo método integral durante o exercício de 2007

milhares de euros

	% detida		Valor de balanço		Resultados de associadas atribuível ao Grupo	
	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
BES VIDA	50,00%	50,00%	457 992	490 566	21 752	3 676
BES VÉNÉTIE	40,00%	40,00%	40 089	34 391	5 156	3 284
LOCARENT	45,00%	45,00%	1 998	7	497	(445)
BES SEGUROS	25,00%	25,00%	6 112	6 426	1 180	1 499
ESEGUR	44,00%	34,00%	11 206	2 964	1 468	952
EUROP ASSISTANCE	23,00%	23,00%	2 214	2 069	279	249
FUNDO ES IBERIA	38,69%	38,69%	9 811	10 027	(488)	(278)
CARLUA	18,34%	18,34%	530	560	(30)	(11)
SCI GEORGES MANDEL	22,50%	22,50%	2 672	2 592	79	73
FOMENTINVEST	20,00%	20,00%	1 945	1 496	449	549
COMINVEST	-	25,00%	-	1 711	-	48
BRB INTERNACIONAL	24,93%	24,93%	386	661	(274)	205
ESUMÉDICA	24,90%	24,90%	-	96	(83)	(48)
SGPICE	33,33%	33,33%	-	-	-	-
CONCORDIA	-	49,00%	-	506	-	(230)
FIDUPRIVATE	24,76%	24,76%	225	213	30	32
APOLO FILMS	25,00%	25,00%	194	157	37	(27)
BIOGENESIS	19,99%	-	6 670	-	-	-
SYNERGIE	15,00%	-	3 842	-	1 281	-
RODI 2	25,29%	25,29%	5 560	1 240	(168)	-
Outras	-	-	22 254	15 881	742	1 242
			573 700	571 563	31 907	10 770

O movimento verificado nesta rubrica é como segue:

milhares de euros

	31.12.2007	31.12.2006
Saldo inicial	571 563	62 374
Alienações	(10 534)	(6 463)
Aquisições	43 140	498 120
Resultado de associadas	31 907	10 770
Reserva de justo valor de associadas ^(a)	(24 063)	11 890
Dividendos recebidos	(33 249)	(1 907)
Diferenças de câmbio e outras	(5 064)	(3 221)
Saldo final	573 700	571 563

(a) Correspondente essencialmente à variação de reservas de justo valor da BES Vida

A contabilização pelo método de equivalência patrimonial da participação financeira da BES Vida pode ser analisado como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Situação líquida da BES Vida	272 854	329 285
Valor atribuível ao BES (50%)	136 425	164 643
Goodwill reconhecido	267 440	267 440
Value in Force (a)		
Justo valor determinado na data da aquisição	60 955	60 955
Amortizações acumuladas	(6 828)	(2 472)
(das quais: do exercício)	(4 356)	(2 472)
Valor líquido	54 127	58 483
Valor reconhecido em balanço relativo à BES Vida	457 992	490 566

(a) O *Value in force* corresponde ao valor actual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição. Este valor, de acordo com os IFRS, é reconhecido como um activo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas.

Nota 28 // Outros Activos

A rubrica Outros activos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Devedores e outras aplicações		
Cauções prestadas pela realização de contratos de opções	208 910	176 707
Cauções prestadas pela realização de contratos de futuros	128 695	103 646
Devedores por bonificações de juros de crédito imobiliário	52 742	46 897
Contas caução	126 295	51 593
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	133 010	105 391
Sector público administrativo	42 498	40 148
Outros devedores diversos	143 980	144 935
	836 130	669 317
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(12 099)	(9 298)
	824 031	660 019
Outros activos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	13 423	36 055
Outros activos	45 023	32 503
	58 446	68 558
Proveitos a receber	71 392	75 300
Despesas com custo diferido	111 273	84 115
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	5 016	19 495
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	412 072	398 672
Outras operações a regularizar	92 242	84 558
	509 330	502 725
Activos recebidos em dação por recuperações de crédito	100 633	119 713
Perdas por imparidade para activos recebidos em dação	(8 951)	(10 652)
	91 682	109 061
Pensões de reforma (ver Nota 12)	568 046	579 008
	2 234 200	2 078 786

Em 31 de Dezembro de 2006 o valor referente a instalações descontinuadas incluído na rubrica de Outros activos ascendia a 5 486 milhares de euros (ver nota 25), estes activos foram objecto de avaliação, tendo o Grupo registado uma perda por imparidade no valor de 799 milhares de euros.

A rubrica de despesas com custo diferido inclui em 31 de Dezembro de 2007 o montante de 79 823 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 54 024 milhares de euros) relativo à diferença entre o valor nominal dos empréstimos concedidos aos colaboradores do Grupo no âmbito do ACT para o sector bancário e o seu justo valor à data da concessão, calculado de acordo com o IAS 39. Este valor é reconhecido em custos durante o menor do prazo residual do empréstimo e o número de anos estimado de vida útil remanescente do colaborador.

As operações sobre valores mobiliários a regularizar reflectem as operações realizadas com títulos, registadas na *trade date*, conforme política contabilística descrita na nota 2.6, a aguardar liquidação.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são apresentados como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Saldo inicial	19 950	18 507
Dotações	3 967	4 549
Utilizações	-	(611)
Reversões	(442)	(2 371)
Outros ^(a)	(2 425)	(124)
Saldo final	21 050	19 950

(a) Inclui imparidade transferida para Activos não correntes detidos para venda, no momento em que os activos foram também transferidos, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.11 (ver Nota 24).

Nota 29 // Recursos de outras Instituições de Crédito

A rubrica Recursos de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
No país		
Empréstimos	1 076 366	891 829
Mercado monetário interbancário	37 814	120 915
Depósitos	101 201	149 872
Recursos a muito curto prazo	37 353	13 702
Operações com acordo de recompra	1 571	1 352
Outros recursos	5 599	23 581
	1 259 904	1 201 251
No estrangeiro		
Depósitos	2 867 043	2 366 230
Empréstimos	2 120 707	2 526 197
Recursos a muito curto prazo	241 620	88 923
Operações com acordo de recompra	497 507	516 700
Outros recursos	109 868	128 085
	5 836 745	5 626 135
	7 096 649	6 827 386

Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica inclui 386 997 milhares de euros de recursos registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 23).

O escalonamento dos Recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

	milhares de euros	
	31.12.2007	31.12.2006
Até 3 meses	3 634 217	2 783 657
De 3 meses a um ano	1 055 290	2 181 269
De um a cinco anos	1 628 873	1 630 655
Mais de cinco anos	778 269	231 805
	7 096 649	6 827 386

Nota 30 // Recursos de Clientes

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	milhares de euros	
	31.12.2007	31.12.2006
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	9 938 448	9 565 627
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	9 281 688	7 807 665
Depósitos com pré-aviso	876	514
Outros	30 094	1 868
	9 312 658	7 810 047
Depósitos de poupança		
Reformados	121 998	182 535
Outros	1 912 976	1 956 924
	2 034 974	2 139 459
Outros recursos		
Operações com acordo de recompra	1 426 814	1 452 259
Outros	1 062 136	1 026 279
	2 488 950	2 478 538
	23 775 030	21 993 671

Esta rubrica inclui 191 345 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 55 899 milhares de euros) de depósitos registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 23).

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Exigível à vista	9 938 448	9 565 627
Exigível a prazo		
Até 3 meses	9 472 037	9 193 809
De 3 meses a um ano	2 344 846	2 435 123
De um a cinco anos	626 063	714 047
Mais de cinco anos	1 393 636	85 065
	13 836 582	12 428 044
	23 775 030	21 993 671

Nota 31 // Responsabilidades Representadas por Títulos

As Responsabilidades representadas por títulos decompõem-se como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
<i>Euro Medium Term Notes (EMTN)</i> ^{a)}	11 029 443	8 980 124
Obrigações de caixa	5 913 198	4 905 583
Certificados de depósitos	5 899 817	4 737 685
Outros ^{a)}	1 471 133	407 077
	24 313 591	19 030 469

a) Em 31 de Dezembro de 2007, as rubricas de EMTN e de Outros incluem 200,4 milhões de euros e 681,9 milhões de euros, respectivamente, de extendibles notes

O justo valor da carteira de Débitos representados por títulos encontra-se apresentada na Nota 42.

Durante o exercício de 2007 o Grupo BES procedeu à emissão de 8 351,4 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 5 650,6 milhões de euros) de títulos, tendo sido reembolsados 3 202,1 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 1 695,2 milhões de euros).

A duração residual de Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Até 3 meses	5 784 477	3 735 843
De 3 meses a um ano	3 904 911	3 293 593
De um a cinco anos	9 061 863	8 267 290
Mais de cinco anos	5 562 340	3 733 743
	24 313 591	19 030 469

As características essenciais destes recursos, para o Grupo, são como segue:

milhares de euros

Entidade	Descrição	31.12.2007				
		Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro
BES	Certificados de depósito	EUR	2007	452 587	2008	3,00 % - 5,60%
BES	Certificados de depósito	a) EUR	2007	2 724	2008	c)
BES	Certificados de depósito	USD	2007	18 171	2008	4,37% - 5,40%
BES (sucursal de Londres)	Certificados de depósito	EUR	2007	968 700	2008	4,13% - 4,87%
BES (sucursal de Londres)	Certificados de depósito	GBP	2007	1 385 421	2008	5,51% - 6,72%
BES (sucursal de Londres)	Certificados de depósito	USD	2007	1 787 243	2008	4,79% - 5,47%
BES (sucursal de Londres)	Certificados de depósito	CAD	2007	41 525	2008	4,70%
BES (sucursal de Londres)	Certificados de depósito	SEK	2007	47 662	2008	4,47%
BES (sucursal de Londres)	Certificados de depósito	CHF	2007	18 432	2008	2,79%
BES (sucursal de Nova Iorque)	Certificados de depósito	USD	2006 - 2007	670 613	2008	4,41% - 5,53%
BES	BES Rendimento Mais - 1ª Série	EUR	2000	10 801	2008	Taxa fixa - 5,80%
BES	BES Rendimento Mais - 2ª Série	EUR	2000	4 948	2008	Taxa fixa - 5,95%
BES	BES Rendimento Mais - 3ª Série	EUR	2000	6 865	2008	Taxa fixa - 8,07%
BES	BES Rendimento Mais - 4ª Série	EUR	2000	7 117	2008	Taxa fixa - 8,14%
BES	BES Rendimento Mais - 5ª Série	EUR	2000	5 142	2008	Taxa fixa - 8,05%
BES	BES EURO RENDA Agosto 2001	EUR	2001	15 000	2009	Taxa fixa - 5,53%
BES	BES Euro Renda	EUR	2002	22 306	2010	Taxa fixa - 5,39%
BES	BES TARGET 10%	EUR	2005	4 776	2013	Taxa fixa - 5,00%
BES	BES FEV 2009	EUR	2006	6 500	2009	Taxa fixa - 4,00%
BES	BIC 99 - 3ª emissão	EUR	1999	24 000	2008	Euribor 6 meses + 0,65%
BES	BIC EURO VALOR	EUR	2005	19 768	2010	l)
BES	BIC SNOWBL ABR0	EUR	2005	21 059	2012	l)
BES	BES 12/01/2009	a) USD	2005	634	2009	US Libor 6 meses
BES	BES 4% DUAL	a) EUR	2006	5 444	2008	4% (50%) + DJ Eurostoxx 50 (50%)
BES	BES BRIC MAR.06	a) EUR	2006	5 736	2009	d)
BES	BES CHINA FEV05	a) EUR	2005	8 165	2008	FSTE/Xinhua China 25 Index
BES	BES COMMODIT 7%	a) EUR	2005	1 744	2014	Taxa fixa - 7,00%
BES	BES CR.JAPÃO PL	a) EUR	2006	4 798	2009	Nikkei 225
BES	BES ER 4% ABR05	a) EUR	2005	2 009	2013	Taxa fixa 4,08% no 1º, 2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.
BES	BES ER 4% ABR05	a) EUR	2005	1 511	2013	Taxa fixa 4,14% no 1º, 2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.
BES	BES ER3,75%0805	a) EUR	2005	2 202	2013	Taxa fixa 3,85% no 1º, 2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.
BES	BES TARGET 9%	a) EUR	2006	3 289	2010	Euribor 12 meses
BES	BES TARGET 9% 2	a) EUR	2006	3 086	2010	Euribor 12 meses
BES	BES-4,25% DUAL	a) EUR	2006	2 918	2008	4,25% (50%) + DJ Eurostoxx 50 (50%)
BES	BES-CABAZ 2008	a) EUR	2003	9 092	2008	Cabaz de acções internacionais
BES	BES-E.RENDA 4%	a) EUR	2005	7 484	2013	Taxa fixa 4,15% no 1º, 2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.
BES	BES-IND.JUN.03	a) EUR	2003	1 040	2008	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nikkei 225
BES	BES-IND.M.FEV03	a) EUR	2003	2 358	2008	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nikkei 225
BES	BES-IND.MAIO 03	a) EUR	2003	2 955	2008	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nikkei 225
BES	BES-LIBOR NOV04	a) USD	2004	557	2008	US Libor 6 meses
BES	BES-T.14,5%MAIO	a) EUR	2004	4 741	2014	Euribor 12 meses
BES	BES-TARG.14,5%A	a) EUR	2004	3 657	2014	Euribor 12 meses
BES	BES-V.SEG.ABR03	a) EUR	2003	2 443	2008	DJ Eurostoxx 50 + HICP Ex-Tobacco
BES	BES.LIBOR INV04	a) USD	2004	650	2009	US Libor 3 meses
BES	BIC E.RENDA 4%	a) EUR	2005	2 619	2013	Taxa fixa 4,15% no 1º, 2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.
BES	BES 4,125% 2010	EUR	2007	49 497	2010	Taxa fixa - 4,125%
BES	BES DUE 2010	EUR	2007	400 153	2010	Euribor 3 meses + 0,09%
BES	BES DUE 2012	EUR	2007	999 266	2012	Euribor 3 meses + 0,10%
BES	BES JAPÃO FEV07	a) EUR	2007	5 809	2010	Nikkei 225
BES	BES BRIC MAR.07	a) EUR	2007	8 382	2010	S&P BRIC 40 EUR Price Return

milhares de euros

Entidade	Descrição	31.12.2007				
		Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro
BES	BES DUE 2013	EUR	2007	499 868	2013	Euribor 3 meses + 0,125%
BES	BES DUE MAIO 10	EUR	2007	499 623	2010	Euribor 3 meses + 0,07%
BES	BES EN.ALT.2010	a) EUR	2007	4 810	2010	DAX Global Alternative Energy EUR Price Return
BES	BES DUE JUN 14	EUR	2007	499 796	2014	Euribor 3 meses + 0,15%
BES	BES INF.ESTR.07	a) EUR	2007	1 938	2009	Indexada a cabaz de acções (Brisa, Abertis, REW e E.On)
BES	BES DUE SET.08	b) EUR	2007	200 000	2008	Indexada a Euribor 1 mês + 0,04%
BES	BES I.EST. 07	a) EUR	2007	2 931	2009	Indexada a cabaz de acções (Brisa, Abertis, REW e E.On)
BES (SFE)	BES-SFE 27/11/2008	EUR	2003	45 079	2008	Taxa swap 10 anos EUR
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN 5,22%	USD	2001	34 858	2011	Taxa fixa - 5,22%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN 5,22%	USD	2001	34 885	2011	Taxa fixa - 5,22%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2002	55 386	2027	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,90%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2002	91 225	2027	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,90%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2002	116 395	2027	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,74%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN 4,82% 01/28/13	USD	2003	53 645	2013	Taxa fixa - 4,82%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN 4,83% 02/05/13	USD	2003	53 667	2013	Taxa fixa - 4,83%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN 5,06% 02/11/15	USD	2003	53 984	2015	Taxa fixa - 5,06%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2003	68 030	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,50%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN 5,01% 02/18/15	USD	2003	53 961	2015	Taxa fixa - 5,01%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN 5,37% 03/12/18	USD	2003	50 948	2018	Taxa fixa - 5,37%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 07/15/13	USD	2003	50 948	2013	StepUp (1º cupão 1,25%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 07/25/13	USD	2003	50 948	2013	StepUp (1º cupão 1,50%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 07/28/10	USD	2003	50 948	2010	StepUp (1º cupão 3,50%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2003	12 964	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,75%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 08/27/13	EUR	2003	75 700	2013	StepUp (1º cupão 3,00%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 09/02/13	EUR	2003	75 735	2013	StepUp (1º cupão 3,00%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 09/16/13	EUR	2003	75 000	2013	StepUp (1º cupão 2,90%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 10/07/13	EUR	2003	75 787	2013	StepUp (1º cupão 3,10%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2003	79 261	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,81%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - FIXED NOTE	EUR	2003	22 643	2013	Cupão único e pago à cabeça
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 02/02/17	USD	2004	33 965	2017	StepUp (1º cupão 1,87%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 02/11/19	USD	2004	33 965	2019	StepUp (1º cupão 1,78%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - FIXED NOTE	EUR	2004	10 599	2014	Cupão único e pago à cabeça
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - FIXED NOTE	EUR	2004	26 140	2014	Cupão único e pago à cabeça
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - FIXED NOTE	EUR	2004	6 261	2014	Cupão único e pago à cabeça
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - FIXED NOTE	EUR	2004	5 218	2014	Cupão único e pago à cabeça
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 07/21/14	USD	2004	50 949	2014	StepUp (1º cupão 2,07%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - 4% Mais R.E.	a) EUR	2004	4 415	2009	Euribor 6 meses
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - 4% Mais R.E.	a) EUR	2004	1 601	2009	Euribor 6 meses
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - 4% Mais R.E.	a) EUR	2004	527	2009	Euribor 6 meses
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - BES Libor 4%	USD	2005	648	2008	Euribor 6 meses + 0,51%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - BES Libor 4%	USD	2005	775	2008	Taxa fixa - 4,00%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 06/30/08	USD	2005	1 470	2008	StepUp (1º cupão 4,00%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 07/11/08	USD	2005	1 512	2008	StepUp (1º cupão 3,60%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 08/08/08	USD	2005	1 453	2008	StepUp (1º cupão 3,60%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 08/09/08	USD	2005	584	2008	StepUp (1º cupão 3,75%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 10/14/08	USD	2005	1 209	2008	StepUp (1º cupão 3,75%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 11/10/08	USD	2005	1 284	2008	StepUp (1º cupão 3,75%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 12-15-08	USD	2005	1 408	2008	StepUp (1º cupão 4,25%)
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 1 2001	EUR	2001	49 999	2008	Taxa fixa - 5,48%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 2 2001	EUR	2001	49 983	2011	Taxa fixa - 5,68%

milhares de euros

Entidade	Descrição	31.12.2007				
		Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 3 2001	EUR	2001	49 999	2008	Taxa fixa - 5,40%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 4 2001	EUR	2001	49 998	2008	Taxa fixa - 5,46%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 5 2001	EUR	2001	49 998	2008	Taxa fixa - 5,48%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 6 2001	EUR	2001	49 992	2009	Taxa fixa - 5,43%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 7 2001	EUR	2001	49 991	2009	Taxa fixa - 5,41%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 8 2001	EUR	2001	49 991	2009	Taxa fixa - 5,45%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 9 2001	EUR	2001	49 991	2009	Taxa fixa - 5,42%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 10 2001	EUR	2001	49 986	2010	Taxa fixa - 5,53%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 11 2001	EUR	2001	49 986	2010	Taxa fixa - 5,57%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 12 2001	EUR	2001	49 986	2010	Taxa fixa - 5,58%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 13 2001	EUR	2001	49 986	2010	Taxa fixa - 5,73%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 14 2001	EUR	2001	49 981	2011	Taxa fixa - 5,80%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 15 2001	EUR	2001	50 246	2011	Taxa fixa - 5,79%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 16 2001	EUR	2001	50 236	2011	Taxa fixa - 5,90%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 17 2001	EUR	2001	50 293	2012	Taxa fixa - 5,89%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 18 2001	EUR	2001	49 978	2012	Taxa fixa - 5,83%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 19 2001	EUR	2001	49 978	2012	Taxa fixa - 5,96%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 20 2001	EUR	2001	49 978	2012	Taxa fixa - 5,94%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 21 2001	EUR	2001	49 975	2013	Taxa fixa - 6,03%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 22 2001	EUR	2001	74 962	2013	Taxa fixa - 6,08%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 23 2001	EUR	2001	75 401	2013	Taxa fixa - 6,03%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 24 2001	EUR	2001	74 958	2014	Taxa fixa - 6,01%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 25 2001	EUR	2001	75 415	2014	Taxa fixa - 6,02%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 26 2001	EUR	2001	74 955	2015	Taxa fixa - 6,16%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 27 2001	EUR	2001	75 411	2015	Taxa fixa - 6,09%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 29 2001	EUR	2001	50 268	2011	Taxa fixa - 5,28%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 30 2001	EUR	2001	50 684	2011	Taxa fixa - 5,42%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 1 2002	EUR	2002	70 474	2012	Taxa fixa - 5,92%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 2 2002	EUR	2002	5 962	2012	Taxa fixa - 4,65%
BES Açores	Certificados de depósito	a) EUR	2007	123	2008	c)
BES Açores	BES Açores Outubro 2006	EUR	2006	25 000	2009	Euribor 6 meses + 0,35%
BES Açores	BES Açores Dezembro 2006	EUR	2006	32 223	2009	Euribor 6 meses + 0,35%
BES Açores	BES AÇORES 2007	EUR	2007	25 726	2010	Euribor 6 meses + 0,35%
BES Finance	EMTN 23	CZK	2003	18 777	2008	Taxa fixa - 3,75%
BES Finance	EMTN 24	a) EUR	2003	296 367	2008	HICP Ex-Tobacco
BES Finance	EMTN 25	a) EUR	2003	64 043	2008	HICP Ex-Tobacco
BES Finance	EMTN 27	a) EUR	2003	123 666	2008	DJ Eurostoxx 50
BES Finance	EMTN 29	EUR	2004	599 661	2009	Euribor 3 meses + 0,15%
BES Finance	EMTN 30	EUR	2004	299 611	2011	Euribor 3 meses + 0,20%
BES Finance	EMTN 33	EUR	2004	299 977	2008	Euribor 3 meses + 0,15%
BES Finance	EMTN 36	EUR	2004	599 890	2009	Euribor 3 meses + 0,19%
BES Finance	EMTN 37	EUR	2004	22 769	2029	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,30%
BES Finance	EMTN 39	EUR	2005	100 000	2015	Euribor 3 meses + 0,23%
BES Finance	EMTN 41	EUR	2005	499 940	2010	Euribor 3 meses + 0,15%
BES Finance	EMTN 44	EUR	2005	299 860	2010	Euribor 3 meses + 0,13%
BES Finance	EMTN 46	EUR	2005	299 955	2008	Euribor 3 meses + 0,10%
BES Finance	EMTN 47	EUR	2005	500 000	2008	Euribor 3 meses + 0,05%
BES Finance	EMTN 40	a) EUR	2005	188 011	2035	e)
BES Finance	EMTN 48	EUR	2006	749 755	2011	Euribor 3 meses + 0,12%
BES Finance	EMTN 49	a) GBP	2006	76 592	2011	Libor 3 meses + 0,072%

milhares de euros

Entidade	Descrição	31.12.2007				
		Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro
BES Finance	EMTN 50	EUR	2006	299 999	2009	Euribor 3 meses + 0,11%
BES Finance	EMTN 51	CZK	2006	18 512	2011	Taxa fixa - 3,65%
BES Finance	EMTN 53	EUR	2006	499 861	2011	Euribor 3 meses + 0,15%
BES Finance	EMTN 54	EUR	2006	749 715	2009	Euribor 3 meses + 0,10%
BES Finance	Extendible Notes	b) USD	2007	116 840	2008	Libor 1 mês + 0,05% (Extendible notes)
BES Finance	Extendible Notes	b) USD	2007	169 517	2008	Libor 1 mês + 0,05% (Extendible notes)
BES Finance	Extendible Notes	b) USD	2007	392 636	2008	Libor 1 mês + 0,05% (Extendible notes)
Besleasing e Factoring	BLI/99	EUR	1999	999	2009	Euribor 6 Meses + 0,70%
Besleasing e Factoring	BLI/2000	EUR	2000	1 667	2010	Euribor 6 Meses + 0,67%
Besleasing e Factoring	BEF 2004/2014	EUR	2004	99 988	2014	Euribor 6 Meses + 0,75%
Besleasing e Factoring	BEF 2005/2008	EUR	2005	120 754	2008	Euribor 3 Meses + 0,65%
Besleasing e Factoring	BEF 2005/2011	EUR	2005	100 000	2011	Euribor 3 Meses + 0,715%
Besleasing e Factoring	BEF 2005/2012	EUR	2005	81 000	2012	Euribor 3 Meses + 0,73%
Besleasing e Factoring	BEF 2005/2010	EUR	2005	49 991	2010	Euribor 6 Meses + 0,70%
Besleasing e Factoring	Papel comercial	EUR	1998	28 000	2010	4,50%
Besleasing e Factoring	Papel comercial	EUR	2006	20 000	2011	4,74%
BESNAC LLC	Papel comercial	USD	2007	217 377	2008	4,69% - 5,28%
ES Plc	Papel comercial	EUR	2007	193 103	2008	4,55% - 4,94%
BESIL	BESIL STEP UP 08/27/13	EUR	2003	25 000	2013	Taxa fixa - 4,75%
BESIL	BESIL STEP UP 09/02/13	EUR	2003	25 000	2013	Taxa fixa - 4,74%
BESIL	BESIL STEP UP 09/16/13	EUR	2003	25 000	2013	Taxa fixa - 4,84%
BESIL	BESIL STEP UP 10/07/13	EUR	2003	25 000	2013	Taxa fixa - 4,84%
BESIL	BESIL STEP UP 02/02/17	USD	2004	16 983	2017	Taxa fixa - 5,42%
BESIL	BESIL STEP UP 02/11/19	USD	2004	16 983	2019	Taxa fixa - 5,37%
BESIL	BESIL STEP UP 07/21/14	USD	2004	16 983	2014	Taxa fixa - 6,06%
BESIL	BESIL LTD 5,41% 21/07/14	USD	2004	67 930	2014	Taxa fixa - 5,41%
BESIL	BESIL LTD 5,7065% 11/02/19	USD	2004	50 947	2019	Taxa fixa - 5,7065%
BESIL	BESIL LTD 5,515% 02/02/17	USD	2004	50 947	2017	Taxa fixa - 5,515%
BESI	Certificados de depósito	BRL	2007	411 879	2008 - 2009	0,00% - 10,94%
BESI	BESI CAIXA(BEST) TX F JUN08 PLUS	EUR	2004	3 346	2008	Snowball I)
BESI	BESI CAIXA (BEST) TX FIXA	EUR	2004	218	2008	Taxa Fixa Crescente
BESI	BESI RENDIM PLUSII TX VAR AGO08	EUR	2004	1 119	2008	Snowball I)
BESI	BESI CAIXA BEST ACCOES EUROPA 4%	a) EUR	2005	2 500	2010	j)
BESI	BESI MULTIESTRATEGIA MAR2010	a) EUR	2005	2 537	2010	f)
BESI	BESI OBRIG RENDIMENT 20% MAY2015	EUR	2005	2 298	2015	Taxa Fixa 5% + Indexada a CMS
BESI	BESI OBRIG BULL&BEAR JUN10	a) EUR	2005	1 451	2010	Indexada a DJ Eurostoxx 50
BESI	BESI CX RANGE ACCR AND FX NOV11	EUR	2005	4 110	2011	q)
BESI	BESI OBCX RACCUAL TARN MAR2016	EUR	2006	2 982	2016	Taxa Fixa 6% + Range Accrual
BESI	BESI OB CX RENDIM STEP UP APR14	EUR	2006	3 280	2014	Taxa Fixa Crescente
BESI	BESI CAIXA 6,15% NIKKEI JAN2011	a) EUR	2006	3 982	2011	Indexada a Nikkei 225
BESI	BESI CERT DUAL5%+SX5E JUN09	a) EUR	2006	2 331	2009	Taxa Fixa 5% + Indexada a DJ Eurostoxx 50
BESI	BESI VMOP OREY JUN2009	EUR	2006	7 446	2009	Taxa Fixa 14,75%
BESI	BESI CERT DUALREND+EUSTOXX AUG14	a) EUR	2006	3 018	2014	Taxa Fixa 6,6743% + Indexada a DJ Eurostoxx 50
BESI	BESI CERT INDEX BASKET JUL2008	a) EUR	2006	10 235	2008	s)
ES Investment Plc	ES INVESTPLC SEP09 EURIBOR CAPII	EUR	1999	2 541	2009	Euribor 6M (Capped 8%)
ES Investment Plc	ESIP NOV02 OCT2017 CALLABLE STEP	EUR	2002	6 329	2017	Taxa Fixa 6% + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP APR11 INDX BASQ LINQ 90%	a) EUR	2003	4 446	2011	i)
ES Investment Plc	ESIP JUL03/JUL11 LINKED CMS	a) EUR	2003	14 607	2011	Taxa Fixa + Indexada a CMS+CLN
ES Investment Plc	ESIP NOV2011 CMS LINKED EUR 5M	EUR	2003	4 945	2011	Taxa Fixa + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP DEC2011 CMS LINKED EUR 6,5M	EUR	2003	6 358	2011	Taxa Fixa + Indexada a CMS

milhares de euros

Entidade	Descrição	31.12.2007				
		Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro
ES Investment Plc	ESIP JUL2012 CMS LINKED EUR 5.5M	EUR	2004	5 435	2012	Taxa Fixa + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP OUT24 ESFP LINKED CMS NOTE	EUR	2004	10 013	2024	Taxa Fixa + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP EURCRE CRDLINK NOV09 a)	EUR	2004	3 538	2009	g)
ES Investment Plc	ESIP CMS LINKED NOV2014	EUR	2004	4 653	2014	Taxa Fixa 6% + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP EUR SNOWBALL FLOAT NOV2012	EUR	2004	4 921	2012	Taxa Fixa + Snowball I)
ES Investment Plc	ESIP JAN01/JAN11 CRDLKD US 11.85 a)	USD	2001	2 164	2011	Taxa Fixa 5% + Indexada a Evento de Crédito
ES Investment Plc	ESIP EUR SNOWBALL FLOAT FEB2010	EUR	2005	57	2010	Taxa Fixa + Snowball I)
ES Investment Plc	ESIP EUR SNOWB FLOAT FEB2010 II	EUR	2005	145	2010	Taxa Fixa + Snowball I)
ES Investment Plc	ESIP EUR SNOWBALL FLOAT APR2010	EUR	2002	795	2010	Taxa Fixa + Snowball I)
ES Investment Plc	ESIP EUR12M+14 BPS APR2008	EUR	2005	15 000	2008	Euribor 12 meses
ES Investment Plc	ESIP AMORTIZING MAY2010 ESTOXX50 a)	EUR	2005	1 289	2010	Indexada ao DJ Eurostoxx 50
ES Investment Plc	ESIP ASIAN BASKET EURO MAY2008 a)	EUR	2005	140	2008	h)
ES Investment Plc	ESIP CALL RANGE ACCRUAL MAY2015	EUR	2005	2 313	2015	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP RANGE ACCRUAL JUN15	EUR	2005	168	2015	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP RANGE ACCRUAL AUG2013	EUR	2005	3 685	2013	Taxa Fixa 4.75% + Range accrual
ES Investment Plc	ESIP BESLEAS&INFLAT LINK MAY15 a)	EUR	2005	6 525	2015	Indexada a HIPC Ex-Tobacco + g)
ES Investment Plc	ESIP EURIBOR12M+13 BP MAY2008	EUR	2005	8 100	2008	Euribor 12M
ES Investment Plc	ESIP EUR LEVERAGE SNOWBALL JUL15	EUR	2005	1 465	2015	Taxa Fixa + Snowball I)
ES Investment Plc	ESIP AGO05 AGO08 FTD USD 1M a)	USD	2005	605	2008	g)
ES Investment Plc	ESIP AGO05 SEP35 CALLABLE INV FL	EUR	2005	8 551	2035	Euribor 12 meses + p)
ES Investment Plc	ESIP SEP17 RANGE ACC TARN	EUR	2005	1 871	2017	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP EURBRL LNQ NOTE SEP13 a)	EUR	2005	2 466	2013	Taxa Fixa 15% + Indexada a Câmbio
ES Investment Plc	ESIP LEVERAGE SNOWBALL SEP2015	EUR	2005	4 449	2015	Taxa Fixa + Snowball I)
ES Investment Plc	ESIP CALL RANGE ACCRUAL OCT2008	EUR	2005	6 085	2008	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP CALL RANGE ACCRUAL NOV2017	EUR	2005	867	2017	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP HYBRID (FX AND EUR6M) OCT09 a)	EUR	2005	3 445	2009	Taxa Fixa + q)
ES Investment Plc	ESIP 30CMS-2CMS LKD NOTE NOV2036	EUR	2005	10 725	2036	Taxa Fixa 7.44% + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP RANGE ACCRUAL AND FX NOV11	EUR	2005	76	2011	q)
ES Investment Plc	ESIP ZERO COUPON DEC08	EUR	2005	1 929	2008	Cupão Zero
ES Investment Plc	ESIP INDEX BASKET LINKED APR2008 a)	EUR	2006	7 472	2008	m)
ES Investment Plc	ESIP EUR12M+16 BP APR2016	EUR	2006	3 995	2016	Euribor 12M
ES Investment Plc	ESIP CALLABLE EUR SNOWBALL MAY10	EUR	2006	2 671	2010	Taxa Fixa + Snowball I)
ES Investment Plc	ESIP CALLABLE EUR FLIPPER MAY11	EUR	2006	4 914	2011	Taxa Fixa + Cupão Variável
ES Investment Plc	ESIP IDX BSKT LINKED AUG2009 EUR a)	EUR	2006	1 923	2009	n)
ES Investment Plc	ESIP IDX BSKT LINKED AUG2009 USD a)	USD	2006	553	2009	n)
ES Investment Plc	ESIP PORTUGAL TELECOM FIN LINKED a)	EUR	2006	8 699	2012	g)
ES Investment Plc	ESIP 5% EUR6M DIGITAL SEP2011	EUR	2006	1 461	2011	r)
ES Investment Plc	ESIP INDEX BASKET LINKED SEP2011 a)	EUR	2006	6 905	2011	o)
ES Investment Plc	ESIP FX BASKET LINKED MAR2008 a)	USD	2006	853	2008	Indexada a Câmbio
ES Investment Plc	ESIP EURTRY LINKED NOV2009 a)	EUR	2006	2 112	2009	Indexada a Câmbio
ES Investment Plc	ESIP NOV09 STOCK BASKET LKD USD a)	USD	2006	1 679	2009	t)
ES Investment Plc	ESIP RANGE ACCRUAL USD NOV2021	USD	2006	5 637	2021	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP USD RANGE ACCRUAL NOV2021	USD	2006	3 367	2021	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP 4% MAY 2008	EUR	2006	24 908	2008	Taxa Fixa 4%
ES Investment Plc	ESIP JUN08 STOCK BASKET LKD a)	EUR	2006	4 191	2008	t)
ES Investment Plc	ESIP 4.08% COMPOUND JUN2008	EUR	2006	14 930	2008	Taxa Fixa 4.08%
ES Investment Plc	ESIP EUR3M+9BPS JAN2009	EUR	2007	199 941	2009	Euribor 3M
ES Investment Plc	ESIP 1% DEC2011	EUR	2006	4 380	2011	Taxa Fixa 1%
ES Investment Plc	ESIP JAN2010 INDEX BASKET LKD a)	EUR	2007	1 018	2010	k)
ES Investment Plc	ESIP JAN2017 INDEX BASKET LKD a)	EUR	2007	6 596	2017	k)

milhares de euros

Entidade	Descrição	31.12.2007				
		Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro
ES Investment Plc	ESIP 4.1094% JAN2008	EUR	2007	111 341	2008	Taxa Fixa 4.1094%
ES Investment Plc	ESIP FEB2008 INDEX BASKET LKD a)	USD	2007	8 543	2008	u)
ES Investment Plc	ESIP CIMPOR FIN CRD LKD MAY2011 a)	EUR	2007	13 994	2011	g)
ES Investment Plc	ESIP FEB2012 DEUTSCHE BANK LKD a)	EUR	2007	5 389	2012	Indexada a Deutsche Telecom
ES Investment Plc	ESIP FX EURUSD LINKED MAR2008 a)	EUR	2007	1 401	2008	Indexada a Câmbio
ES Investment Plc	ESIP MAR08 REPSOL LINKED a)	EUR	2007	1 591	2008	Indexada a Repsol
ES Investment Plc	ESIP JUL2010 EQUITY BASKET LKD a)	EUR	2007	1 692	2010	v)
ES Investment Plc	ESIP 5% RANGE ACCRUAL APR2008	EUR	2007	1 001	2008	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP 5.5% RANGE ACCRUAL OCT2008	EUR	2007	1 010	2008	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP APR08 BBVA LINKED a)	EUR	2007	995	2008	Indexada a BBVA
ES Investment Plc	ESIP EURIBOR12M APRIL2009	EUR	2007	15 000	2009	Euribor 12M
ES Investment Plc	ESIP MAY12 EQUIT BASKT ENERGY a)	EUR	2007	6 635	2012	ag)
ES Investment Plc	ESIP 5.95% JUL2008	USD	2007	884	2008	Taxa Fixa 5.95%
ES Investment Plc	ESIP MAY08 NOKIA LINKED REVERSE a)	EUR	2007	2 437	2008	Indexada a NOKIA
ES Investment Plc	ESIP MAY2009 TOPIX LINKED a)	EUR	2007	3 308	2009	Indexada a Topix
ES Investment Plc	ESIP JUN2012 BASKET LINKED a)	EUR	2007	1 068	2012	x)
ES Investment Plc	ESIP MAY14 EQUIT BASKT LINKED a)	USD	2007	3 013	2014	y)
ES Investment Plc	ESIP ZERO COUPON 05 DEC 2008	EUR	2007	31 922	2008	Cupão Zero
ES Investment Plc	ESIP JUN2011 INDEX BASKET LKD a)	EUR	2007	5 854	2011	w)
ES Investment Plc	ESIP JUN2011 INDEX BASKET LINKED a)	EUR	2007	15 659	2011	z)
ES Investment Plc	ESIP JUL2012 LUSITANO BSK LINKED a)	EUR	2007	4 457	2008	af)
ES Investment Plc	ESIP ZERO COUPON JUN2008	EUR	2007	114 534	2008	Cupão Zero
ES Investment Plc	ESIP JUL2009 SX5E LINKED	EUR	2007	1 498	2009	Indexada a Eurostoxx50
ES Investment Plc	ESIP AUG2009 EQL BASKET	EUR	2007	1 998	2009	aa)
ES Investment Plc	ESIP 7% RANGE ACC SEPTEMBER2017	USD	2007	3 022	2017	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP 5.12% RANGE ACC SEP2008	EUR	2007	1 057	2008	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP EURTRY LINKED OCT2012	EUR	2007	4 731	2012	Indexada a Câmbio
ES Investment Plc	ESIP 5.50% RANGE ACCRUAL OCT2008	EUR	2007	1 060	2008	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP WHEAT+CORN LINKED OCT2008	EUR	2007	2 129	2008	Commodity Linked
ES Investment Plc	ESIP APR2009 WRC BZ SHARE LKD 3	EUR	2007	3 233	2009	ac)
ES Investment Plc	ESIP 23OCT2008 ESTOXX50 LINKED	EUR	2007	6 463	2008	Indexada a Eurostoxx50
ES Investment Plc	ESIP METAL INVESTMENT OCT2012	EUR	2007	3 036	2012	Commodity Linked
ES Investment Plc	ESIP 5.25% SWITCHABLE RA OCT2009	EUR	2007	2 871	2009	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP 4.604% OCT2008	EUR	2007	182 500	2008	Taxa Fixa 4.604%
ES Investment Plc	ESIP NOV08 FX BASKET LINKED USD	USD	2007	637	2008	Indexada a Câmbio
ES Investment Plc	ESIP MAY2009 WRC BZ SHARE LKD	EUR	2007	998	2009	ac)
ES Investment Plc	ESIP CALL COMPOUND COUPON NOV37	EUR	2007	3 017	2037	Juro composto
ES Investment Plc	ESIP CMS LINKED JUN2019	EUR	2007	20 150	2019	Taxa Fixa + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP JUN2009 WRC BZ SHARE LKD 2	USD	2007	3 393	2009	ac)
ES Investment Plc	ESIP DEC08 DT LINKED REVERSE	EUR	2007	3 771	2008	Indexada a Deutsche Telecom
ES Investment Plc	ESIP JUN2009 WRC BZ SHARE LKD 3	EUR	2007	2 419	2009	ac)
ES Investment Plc	ESIP DEC2011 BBVA POP LINKED	EUR	2007	3 182	2011	Indexada a BBVA e Banco Popular
ES Investment Plc	ESIP ZERO COUPON JAN2008	EUR	2007	17 000	2008	Cupão Zero
ES Investment Plc	ESIP BCP FIN CRD LKD JUN2008	EUR	2007	20 049	2008	g)
ES Investment Plc	ESIP ZERO COUPON JUN2008 2	EUR	2007	29 375	2008	Cupão Zero
ES Investment Plc	ESIP JUN2009 WRC BZ SHARE LKD	USD	2007	470	2009	ad)
ES Investment Plc	ESIP MAR08 CIT LINKED REVERSE	USD	2007	1 670	2008	Indexada a Citigroup
ES Investment Plc	ESIP JUN2009 WRC SHARE LKD	USD	2007	867	2009	ae)
ES Investment Plc	ESIP BCP FIN CRD LKD DEC2015	EUR	2007	4 374	2015	g)
ES Investment Plc	ESIP ML CRD LKD DEC2008	USD	2007	10 163	2008	g)

milhares de euros

Entidade	Descrição	31.12.2007				
		Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro
ES Investment Plc	ESIP DEC2010 CLIQUET MSCI BRAZIL	USD	2007	1 286	2010	Indexada a MSCI Brasil
ES Investment Plc	ESIP DEC2015 BASKET LINKED	EUR	2007	3 091	2015	ab)
ES Investment Plc	ESIP JUN2009 WRC BZ SHARE LKD 4	USD	2007	1 729	2009	ac)
Lusitano Mortgages n.º 6	Class A Mortgage Backed Floating Rate Notes	EUR	2007	892 749	2060	Euribor + 0,20%
Lusitano Mortgages n.º 6	Class B Mortgage Backed Floating Rate Notes	EUR	2007	65 450	2060	Euribor + 0,30%
Lusitano Mortgages n.º 6	Class C Mortgage Backed Floating Rate Notes	EUR	2007	41 800	2060	Euribor + 0,45%
Lusitano Mortgages n.º 6	Class D Mortgage Backed Floating Rate Notes	EUR	2007	17 600	2060	Euribor + 0,85%
Lusitano Mortgages n.º 6	Class E Mortgage Backed Floating Rate Notes	EUR	2007	31 900	2060	Euribor + 2,70%
Lusitano SME n.º 1	Class A asset backed floating rate notes	EUR	2006	759 525	2028	Euribor + 0,15%
Lusitano SME n.º 1	Class B asset backed guaranteed floating rate notes	EUR	2006	40 974	2028	Euribor + 0,05%
Lusitano SME n.º 1	Class C asset backed floating rate notes	EUR	2006	34 073	2028	Euribor + 2,20%
				24 038 940		
Juro corrido				274 651		
				24 313 591		

- a) Passivos designados ao justo valor através de resultados
- b) Extendible notes: emissões com vencimento a 1 ano, com opção por parte do detentor de prorrogação da maturidade por 1 ano adicional com aumento do spread, até um máximo de 5 anos
- c) Indexado a cabaz composto pelas acções Continental AG, Accor, KPN NV e Vivendi
- d) Indexado a cabaz composto pelos índices Nifty India + RDX Russia + HK Hang Seng + Bovespa
- e) Indexado do 1º ao 4º ano a taxa fixa 6,00% e indexado à taxa swap após 4º ano
- f) Indexado a cabaz composto pelos índices EUGATR, Eurostoxx 50, Short EUR/Long USD, Goldman Sachs Commodity Index Excess Return
- g) Indexado a risco de crédito
- h) Indexado a cabaz composto pelos índices Nifty India Index; REX Russia Index e China HSCE Index
- i) Indexado a cabaz composto pelos índices DJ Eurostoxx 50; Standard & Poors 500 e Nasdaq 100
- j) Indexado a cabaz composto pelas acções Altadis, Deutsche Bank, Deutsche Telecom, Inditex, Nokia, Banco Popular
- k) Indexado a cabaz composto pelos índices Dow Jones Eurostoxx 50, S&P 500 e Nikkei 225
- l) Indexado a Cupão Anterior + Spread - Euribor
- m) Indexado a cabaz composto pelos índices DJ Eurostoxx 50, S&P 500, Nasdaq
- n) Indexado a cabaz composto pelos índices S&P 500 e Nikkei
- o) Indexado a cabaz composto pelos índices DJ Eurostoxx 50, S&P 500, Nasdaq, Hang Seng e Topix
- p) Indexado a Reverse Floater
- q) Indexado a Câmbio e Taxa de Juro
- r) Indexado a Taxa de Juro Digital
- s) Indexado a cabaz composto pelos índices DJ Eurostoxx50, SP500, Nikkei 225, SP BRIC 40, HONGKONG HANG SENG, MSCI TAIWAN, MSCI SINGAPORE, KOREA STOCK EXCHANGE 200
- t) Indexado a cabaz composto por acções ABN, BBVA, BSCH, BCP e COMMERZBANK
- u) Indexado a cabaz composto pelos índices Topix, Hang Seng Index, Hang Seng China Enterprises Index e Nifty
- v) Indexado a cabaz composto pelas acções AXA, Allianz e ING.
- w) Indexado a cabaz composto pelas acções EDP, Iberdrola, FPL Group, Gamesa, Vestas Wind Systems e Solarworld
- x) Indexado a cabaz composto pelos índices DJ Eurostoxx 50, SP500 e Topix
- y) Indexado a cabaz composto pelas acções BBVA e BSCH
- z) Indexado a cabaz composto pelos índices DJ Eurostoxx 50, SP500, BOVESPA, iShares MSCI Pacific ex-Japan
- aa) Indexado a cabaz composto pelos índices DJ Eurostoxx 50, SP500, TOPIX, BOVESPA, Hang Seng China
- ab) Indexado a cabaz composto pelas acções BBVA, Credit Agricole e Fortis.
- ac) Indexado a cabaz composto pelas acções Petroleo Brasileiro, Banco Bradesco, Companhia de Vale de Rio Doce.
- ad) Indexado a cabaz composto pelas acções Petroleo Brasileiro, Banco Bradesco, Companhia de Vale de Rio Doce e Companhia Siderurgica Nacional.
- ae) Indexado a cabaz composto pelas acções Petroleo Brasileiro, Unibanco, Companhia de Vale de Rio Doce e Apple.
- af) Indexado a cabaz composto pelas acções BCP, EDP, Brisa e PT.
- ag) Indexado a cabaz composto pelas acções Marubeni Corp, Solarworld e VestasWind Systems.

Esta rubrica inclui 1 101 126 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 987 318 milhares de euros) de recursos registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 23).

Nota 32 // Provisões

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

	milhares de euros		
	Provisão para reestruturação	Outras Provisões	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	49 662	105 694	155 356
Dotações	10 810	43 755	54 565
Utilizações	(57 986)	(4 342)	(62 328)
Reversões	-	(3 526)	(3 526)
Diferenças de câmbio e outras	(800)	(3 385)	(4 185)
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	1 686	138 196	139 882
Dotações	23 437	7 024	30 461
Utilizações	(848)	(7 560)	(8 408)
Reversões	(74)	(4 979)	(5 053)
Diferenças de câmbio e outras	-	(12 932)	(12 932)
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	24 201	119 749	143 950

Em Maio de 2006 procedeu-se à fusão da Crediflash – Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S.A. no Banco Espírito Santo, S.A., tendo sido preparado e aprovado um plano de reestruturação, no âmbito do qual foi constituída uma provisão de 10,8 milhões de euros para encargos com o referido processo. À data de 31 de Dezembro de 2007 encontra-se por utilizar 1,4 milhões de euros desta provisão.

Em Abril de 2007, no âmbito do processo de fusão do BESSA, e sua transformação em sucursal do BES, foi constituída uma provisão no valor de 23,4 milhões de Euros para encargos com o referido processo. À data de 31 de Dezembro de 2007, encontram-se por utilizar 22,8 milhões de euros desta provisão.

As outras provisões, cujo valor ascende a 119 749 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 138 196 milhares de euros), visam a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da actividade do Grupo, sendo as mais relevantes as seguintes:

- Contingências decorrentes do processo de permuta de acções do Banco Boavista Interatlântico, por acções do Bradesco, ocorrida durante o exercício de 2000. O Grupo constituiu provisões no valor de 38,6 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 25,9 milhões de euros) para cobertura de eventuais perdas com o referido processo;
- Contingências associadas a processos de falência de clientes que poderão implicar perdas para o Grupo. As provisões registadas com vista à cobertura destas perdas ascendem a cerca de 7,5 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2007 (31 de Dezembro de 2006: 9,8 milhões de euros);
- Contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais. Para fazer face a estas contingências, o Grupo mantém provisões de cerca de 52,4 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 51,4 milhões de euros);
- O valor remanescente, de cerca de 21,2 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 50,4 milhões de euros), destina-se à cobertura de potenciais perdas decorrentes da actividade normal do Grupo tais como, entre outras, fraudes, roubos e assaltos e processos judiciais em curso.

Nota 33 // Impostos

O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama. O cálculo do imposto corrente e diferido do exercício de 2007 e do imposto diferido de 2006 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro, e a Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais). O cálculo do imposto corrente de 2006 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 27,5%.

As declarações de autoliquidação do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal que, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 podem ser analisados como segue:

milhares de euros

	Activo		Passivo		Líquido	
	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
Instrumentos financeiros derivados	9 654	34 404	(73 588)	(50 183)	(63 934)	(15 779)
Activos financeiros disponíveis para venda	7 945	2 975	(271 747)	(181 856)	(263 802)	(178 881)
Crédito a clientes	101 770	62 800	-	-	101 770	62 800
Outros activos tangíveis	-	813	(8 922)	(9 692)	(8 922)	(8 879)
Activos intangíveis	197	1 051	-	-	197	1 051
Investimentos em subsidiárias e associadas	2 361	-	(28 923)	(22 648)	(26 562)	(22 648)
Provisões	24 025	28 332	(4 327)	(72)	19 698	28 260
Pensões	16 111	1 210	(37 941)	(46 971)	(21 830)	(45 761)
SAMS	21 812	21 263	-	-	21 812	21 263
Prémios de antiguidade	6 470	5 525	-	-	6 470	5 525
Outros	5 481	1 672	(4 025)	(2 652)	1 456	(980)
Créditos fiscais resultantes de dupla tributação	-	19 958	-	-	-	19 958
Prejuízos fiscais reportáveis	1 690	45 168	-	-	1 690	45 168
Imposto diferido activo/(passivo)	197 516	225 171	(429 473)	(314 074)	(231 957)	(88 903)
Compensação de activos/passivos por impostos diferidos	(173 570)	(145 404)	173 570	145 404	-	-
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	23 946	79 767	(255 903)	(168 670)	(231 957)	(88 903)

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

milhares de euros

	31.12.2007	31.12.2006
Saldo inicial	(88 903)	(4 201)
Reconhecido em resultados	(65 630)	(49 522)
Reconhecido em reservas de justo valor	(83 689)	(42 901)
Reconhecido em outras reservas	7 771	5 343
Variação cambial e outros	(1 506)	2 378
Saldo final (Activo / (Passivo))	(231 957)	(88 903)

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante os exercícios de 2007 e 2006 teve as seguintes origens:

milhares de euros

	31.12.2007		31.12.2006	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Instrumentos financeiros derivados	48 155	-	8 850	-
Activos financeiros disponíveis para venda	1 232	83 689	(5 752)	42 901
Crédito a clientes	(38 970)	-	(14 289)	-
Outros activos tangíveis	43	-	(1 861)	-
Activos intangíveis	854	-	4 046	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	3 914	-	12 267	-
Provisões	8 562	-	(802)	-
Pensões	(18 918)	(5 013)	(10 738)	(157)
SAMS	(549)	-	(809)	-
Prémios de antiguidade	(945)	-	925	-
Outros	(1 184)	(2 758)	7 105	(5 186)
Créditos fiscais resultantes de dupla tributação	19 958	-	(1 246)	-
Prejuízos fiscais reportáveis	43 478	-	51 826	-
Imposto Diferido	65 630	75 918	49 522	37 558
Impostos Correntes	86 916	5 720	85 942	157
Total do Imposto Reconhecido	152 546	81 638	135 464	37 715

O imposto corrente reconhecido em reservas inclui 5 013 milhares de euros relativos a pensões de reforma e 372 milhares de euros relativos ao plano de incentivos baseado em acções.

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2007		31.12.2006	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos e Interesses Minoritários		787 619		571 621
Taxa de imposto do BES	26,5		27,5	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do BES		208 719		157 196
Diferença na taxa de imposto das subsidiárias	(1,3)	(9 913)	(1,6)	(9 252)
Dividendos excluídos de tributação	(2,4)	(19 105)	(1,1)	(6 215)
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	(4,9)	(38 566)	(4,2)	(23 990)
Mais-valias não tributadas	(1,6)	(12 482)	(0,3)	(1 524)
Menos-valias não dedutíveis	-	-	0,5	2 651
Mais-valias geradas no estrangeiro	-	-	2,4	14 000
Alterações de estimativas	2,4	18 566	(1,2)	(7 089)
Alteração da taxa de imposto	-	-	0,6	3 554
Imposto diferido activo não reconhecido sobre prejuízos fiscais gerados no período	0,7	5 866	0,2	1 048
Resultado de associadas não sujeitos a tributação	(1,1)	(8 455)	(0,5)	(2 962)
Custos não dedutíveis	0,6	4 487	0,8	4 555
Outros	0,4	3 429	0,6	3 492
	19,4	152 546	23,7	135 464

Nota 34 // Passivos Subordinados

A rubrica Passivos Subordinados decompõe-se como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Obrigações	886 815	1 002 230
Empréstimos	159 319	183 202
Obrigações perpétuas	1 048 681	1 054 384
	2 094 815	2 239 816

O justo valor dos passivos subordinados encontra-se apresentado na Nota 42.

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como seguem:

milhares de euros						
Empresa Emitente	Designação	31.12.2007				
		Data de emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro actual	Maturidade
BES (sucursal de Caimão)	Empréstimos Subordinados	2005	213 068	159 319	3,95%	2015
BES Finance	Obrigações Subordinadas	1999	43 022	34 269	7,80%	2009
BES Finance	Obrigações Subordinadas	2000	300 000	316 135	6,63%	2010
BES Finance	Obrigações Subordinadas	2001	400 000	413 901	6,25%	2011
BES Finance	Obrigações Perpétuas Subordinadas	2002	500 000	518 126	6,63%	2012 a)
BES Finance	Obrigações Perpétuas Subordinadas	2004	500 000	515 528	4,50%	2015 a)
Besleasing e Factoring	Obrigações Subordinadas	2001	7 000	7 066	5,39%	2011
Besleasing e Factoring	Obrigações Subordinadas	2004	25 000	25 291	5,36%	2014 b)
Besleasing e Factoring	Obrigações Perpétuas Subordinadas	2005	15 000	15 027	6,41%	2015 a)
BESI	Obrigações Subordinadas	2003	10 000	9 149	5,50%	2033
BESI	Obrigações Subordinadas	2005	60 000	59 810	3,20%	2015
BESI	Obrigações Subordinadas	2007	21 134	21 194	1,30%	2014
			2 094 224	2 094 815		

a) Data da *call option*

b) Pode ser exercida a *call option* em 2009

Durante o exercício de 2007 o Grupo BES procedeu à emissão de 21,1 milhões de euros (em 2006 não houve emissões) e ao reembolso de 129,7 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 59,9 milhões de euros).

Nota 35 // Outros Passivos

A rubrica de Outros passivos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2007	31.12.2006
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	49 530	29 742
Cauções recebidas pela realização de contratos de futuros	48 527	28 334
Credores diversos		
Credores por benefícios de saúde - SAMS (ver Nota 12)	87 176	82 785
Credores por operações sobre valores mobiliários	204 522	138 665
Credores por fornecimento de bens	106 046	84 128
Credores por contratos de <i>factoring</i>	9 369	7 425
Outros credores	183 475	212 217
	688 645	583 296
Custos a pagar		
Prémios por antiguidade (ver Nota 12)	23 625	23 627
Outros custos a pagar	130 405	125 359
	154 030	148 986
Receitas com proveito diferido	10 347	22 855
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	466 435	377 675
Operações cambiais a liquidar	27 306	22 288
Outras operações a regularizar	178 217	131 694
	671 958	531 657
	1 524 980	1 286 794

Os montantes relativos a operações sobre valores mobiliários a regularizar reflectem as operações realizadas com títulos, registadas na *trade date*, conforme política contabilística descrita na nota 2.6, a aguardar liquidação.

Nota 36 // Capital, Prémios de Emissão, Acções Próprias e Acções Preferenciais

Acções ordinárias

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital social do Banco encontrava-se representado por 500 milhões de acções, com um valor nominal de 5 euros cada, as quais encontram-se totalmente subscritas e realizadas por diferentes accionistas, dos quais se destacam as seguintes entidades:

	% Capital	
	31.12.2007	31.12.2006
BESPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	40,00%	40,00%
Crédit Agricole, S.A.	10,81%	10,81%
Bradport, SGPS, S.A. ⁽¹⁾	3,05%	3,05%
Previsão - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	2,62%	2,62%
Hermes Pensions Management Limited	2,03%	2,13%
Portugal Telecom, SGPS, S.A.	-	1,40%
Outros	41,49%	39,99%
	100,00%	100,00%

(1) Sociedade de direito Português totalmente detida pelo Banco Bradesco (Brasil)

Acções preferenciais

O Grupo BES emitiu 450 milhares de acções preferenciais sem direito a voto, que foram admitidas à cotação na Bolsa de Valores do Luxemburgo em Julho de 2003. Em Março de 2004 foram adicionalmente emitidas 150 milhares de acções preferenciais, formando uma única emissão com as acções emitidas anteriormente, no valor total de 600 milhões de euros. Estas acções têm um valor nominal de 1 000 euros e são remíveis por opção do emitente na sua totalidade, mas não parcialmente, em 2 de Julho de 2014, pelo seu valor nominal, mediante a aprovação prévia do BES e do Banco de Portugal.

Estas acções preferenciais têm um dividendo preferencial não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração da emitente, correspondente à aplicação de uma taxa anual de 5,58% sobre o valor nominal, pago anualmente, em 2 de Julho de cada ano, com início em 2 de Julho de 2004 e fim a 2 de Julho de 2014.

Caso a emitente não proceda à remição das acções preferenciais a 2 de Julho de 2014, o dividendo preferencial, se e quando declarado, passará a ser calculado à taxa Euribor a três meses acrescida de 2,65%, com os pagamentos a ocorrerem em 2 de Janeiro, 2 de Abril, 2 de Julho e 2 de Outubro de cada ano.

O pagamento dos dividendos em cada exercício e o reembolso das acções são garantidos pelo BES até ao limite dos dividendos que tenham sido previamente declarados pelo Conselho de Administração da emitente.

A 31 de Dezembro de 2007 o Grupo reconheceu como uma dedução a reservas o montante de 33 480 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 33 480 milhares de euros) relativos aos dividendos declarados pelo Conselho de Administração da emitente em 22 de Maio, cuja liquidação ocorreu no dia 3 de Julho de 2007.

Estas acções são subordinadas em relação a qualquer passivo do BES e *pari passu* relativamente a quaisquer acções preferenciais que venham a ser emitidas pelo Banco.

Prémios de emissão

Em 31 de Dezembro de 2007, os prémios de emissão são representados por 668 851 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos accionistas nos aumentos de capital ocorridos no primeiro semestre de 2002 e no primeiro semestre de 2006.

Acções próprias

Por deliberação da Assembleia Geral do Banco de 20 de Junho de 2000 foi decidido implementar um Sistema de Incentivos Baseado na atribuição de Acções (ver Nota 2.15.). No âmbito da execução deste programa, encontram-se mobilizadas, à data de 31 de Dezembro de 2007, 3 484 mil acções do BES, representativas de 0,70% do capital social (31 de Dezembro de 2006: 5 667 mil acções, representativas de 1,13%) no valor total de 41,4 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 63,7 milhões de euros), as quais no âmbito da política contabilística descrita na Nota 2.15 são registadas como acções próprias.

O movimento ocorrido nas acções próprias é como segue:

	31.12.2007		31.12.2006	
	Nº de acções	Valor (milhares de euros)	Nº de acções	Valor (milhares de euros)
Saldo no início do exercício	5 667 612	63 732	7 617 500	96 247
Aumento de capital	-	-	850 504	-
Alienações	(2 183 350)	(22 295)	(2 800 392)	(32 515)
Saldo no final do exercício	3 484 262	41 437	5 667 612	63 732

Nota 37 // Reservas de Justo Valor, outras Reservas e Resultados Transitados e Interesses Minoritários

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido e de interesses minoritários.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados			
	Activos financeiros disponíveis para venda	Reservas por impostos diferidos	Total reservas de justo valor	Reserva Legal	Diferenças Cambiais	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Res.Trans.
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	499 999	(134 308)	365 691	116 854	13 300	(156 219)	(26 065)
Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)	-	-	-	-	-	2 454	2 454
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	-	-	(33 480)	(33 480)
Alterações de justo valor	189 252	(42 901)	146 351	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	(7 059)	-	(7 059)
Constituição de reservas	-	-	-	24 056	-	138 091	162 147
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	689 251	(177 209)	512 042	140 910	6 241	(49 154)	97 997
Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)	-	-	-	-	-	1 030	1 030
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	-	-	(33 480)	(33 480)
Alterações de justo valor	207 440	(72 781)	134 659	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	3 455	-	3 455
Constituição de reservas	-	-	-	26 000	-	196 390	222 390
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	896 691	(249 990)	646 701	166 910	9 696	114 786	291 392

milhares de euros

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

milhares de euros		
	31.12.2007	31.12.2006
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	5 353 586	4 618 102
Imparidade acumulada reconhecida	(64 101)	(57 498)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquido de imparidade	5 289 485	4 560 604
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	6 238 889	5 251 684
Ganhos potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	949 404	691 080
Impostos diferidos	(260 898)	(177 209)
Ganhos potenciais de empresas associadas reconhecidos na reserva de justo valor	(11 885)	11 890
Reserva de justo valor total	676 621	525 761
Interesses minoritários	(29 920)	(13 719)
Reserva de justo valor atribuível aos accionistas do Banco	646 701	512 042

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos, de imparidade e de interesses minoritários, pode ser assim analisado:

milhares de euros		
	31.12.2007	31.12.2006
Saldo no início do exercício	512 042	365 691
Variação de justo valor	419 125	316 893
Alienações do exercício	(231 524)	(133 074)
Imparidade reconhecida no exercício	19 839	5 433
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas (ver Nota 33)	(72 781)	(42 901)
Saldo no final do exercício	646 701	512 042

Interesses minoritários

O detalhe da rubrica de Interesses minoritários por subsidiária é como segue:

milhares de euros				
	31.12.2007		31.12.2006	
	Balanço	Resultados	Balanço	Resultados
ES CONCESSÕES	13 055	(980)	13 970	(592)
BES ANGOLA	20 500	10 215	13 566	6 802
ESAF SGPS	15 711	3 960	12 771	3 227
BES AÇORES	13 343	2 130	12 211	1 698
BESLEASING e FACTORING	8 783	1 599	8 323	1 388
BEST	7 486	668	7 362	(535)
BES Investimento do Brasil	5 330	412	5 036	1 318
BES Securities	25 354	7 419	1 368	(30)
Concordia	87	(361)	-	-
FIN Solutia	340	(165)	-	-
FIQ VENTURES II	18 951	2 119	990	(10)
FCR PME/BES	11 266	554	8 536	57
ES CONTACT CENTER	398	(51)	791	15
OUTROS	527	485	1 655	2 105
	141 131	28 004	86 579	15 443

O movimento de interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 pode ser assim analisado:

	31.12.2007	31.12.2006
Interesses minoritários no início do exercício	86 579	105 752
Alterações de perímetro de consolidação ⁽¹⁾	15 759	(29 704)
Aumentos de capital de subsidiárias	-	1 780
Reduções de capital de subsidiárias	(347)	-
Dividendos distribuídos	(5 443)	(5 752)
Variação da reserva de justo valor	18 685	3 030
Variação cambial e outros	(2 106)	(3 970)
Resultado líquido do ano	28 004	15 443
Interesses minoritários em 31 de Dezembro	141 131	86 579

(1) As alterações de perímetro de consolidação referem-se essencialmente à consolidação do Fundo FIQ Venture (cuja participação detida diminuiu em 2007), da Cominvest e da Concordia (ver Nota 27), tendo estas últimas sido consolidadas pelo método integral pela primeira vez em Junho e Dezembro de 2007, respectivamente.

Nota 38 // Passivos Contingentes e Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	31.12.2007	31.12.2006
Passivos e avales prestados		
Garantias e avales prestados	5 370 597	4 782 409
Activos financeiros dados em garantia	711 451	558 689
Créditos documentários abertos	1 073 334	778 408
Outros	103 121	123 356
	7 258 503	6 242 862
Compromissos		
Compromissos revogáveis	27 587 481	23 296 421
Compromissos irrevogáveis	3 933 336	2 095 432
	31 520 817	25 391 853

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Grupo.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Grupo, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Grupo (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Grupo requer que estas

operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica de activos dados em garantia inclui:

- Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 156 987 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 156 584 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 53 209 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 51 293 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 62 408 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 61 814 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia ao Banco Europeu de Investimento no montante de 287 000 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 287 000 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia à Bovespa no âmbito da actividade do BES Securities Brasil no montante de 94 374 milhares de euros.

Estes títulos dados em garantia encontram-se registados na carteira de activos financeiros disponíveis para venda e podem ser executados em caso de incumprimento, por parte do Grupo, das obrigações contratuais assumidas nos termos e condições dos contratos celebrados.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	milhares de euros	
	31.12.2007	31.12.2006
Depósito e guarda de valores	67 905 088	59 339 734
Valores recebidos para cobrança	249 453	503 532
Crédito securitizado sob gestão (<i>servicing</i>)	4 228 346	4 793 720
Outras responsabilidades por prestação de serviços	4 844 388	3 587 209
	77 227 275	68 224 195

Nota 39 // Activos sob Gestão

De acordo com a legislação em vigor, as sociedades gestoras em conjunto com o banco depositário, respondem solidariamente perante os participantes dos fundos pelo incumprimento das obrigações assumidas nos termos da lei e nos regulamentos dos fundos geridos.

À data de 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o valor dos fundos de investimento geridos pelas empresas do Grupo é analisado como segue:

	milhares de euros	
	31.12.2007	31.12.2006
Fundos de investimento mobiliários	4 966 403	5 540 393
Fundos de investimento imobiliários	1 288 683	1 468 761
Fundos de pensões	2 800 088	2 608 495
Outros activos sob gestão	9 330 399	8 019 790
	18 385 573	17 637 439

Nota 40 // Transacções com partes Relacionadas

O valor das transacções do Grupo com partes relacionadas em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício, resume-se como segue:

milhares de euros

	31.12.2007					31.12.2006				
	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos
Empresas associadas										
ESUMÉDICA	1 850	37	-	58	11	1 546	56	-	22	35
EUROP ASSISTANCE	68	1 787	7	1	65	11	1 926	13	33	59
FIDUPRIVATE	828	773	-	-	10	9	475	-	-	-
BES VÉNÉTIE	315 607	647	-	10 872	80	300 574	601	-	11 691	53
BES SEGUROS	3	7 518	-	8 098	36	3	11 374	-	6 741	75
ESEGUR	399	233	1 887	10	149	399	243	2 749	8	115
BES VIDA	29 514	181 118	8	38 974	3 516	26 908	445 065	8	33 718	1 196
LOCARENT	123 657	2 066	-	5 529	6 705	97 175	-	-	3 494	3 497
OUTRAS	2 598	658	-	144	187	2 129	1 270	255	78	168
	474 524	194 837	1 902	63 686	10 759	428 754	461 010	3 025	55 785	5 198

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o montante global dos activos e passivos do Grupo BES que se referem a operações realizadas com entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG (*holding* do Banco), para além das acima referidas, resume-se como segue:

milhares de euros

	31.12.2007							31.12.2006						
	Activos					Garantias	Passivos	Activos					Garantias	Passivos
	Aplicações em Instituições crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total			Aplicações em Instituições crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total		
ES FINANCIAL GROUP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2 571	-	2 571	-	-
ESF PORTUGAL	-	-	59 450	-	59 450	-	148	-	-	63 500	-	63 500	-	221
BESPAR	-	-	-	-	-	-	1 867	-	-	-	-	-	-	4 252
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	189	-	70 000	-	-	70 000	-	176
ESPÍRITO SANTO FINANCIÈRE	-	137 847	-	-	137 847	-	27 299	-	137 593	-	-	137 593	-	35 765
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	2 990	-	432	3 422	1 257	89 409	-	2 420	-	171	2 591	1 001	123 720
GRUPO ESPÍRITO SANTO INTERNATIONAL	-	153 420	183	7 268	160 871	10 349	15 769	-	237 411	-	7 268	244 679	15 301	12 471
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	4 845	-	-	-	4 845	960	145 059	23 815	-	-	-	23 815	1 298	203 446
ES BANK PANAMÁ	219 472	-	-	-	219 472	-	9 000	223 593	-	-	-	223 593	-	21 000
ES SAÚDE	-	30 700	15 810	4 009	50 519	3	1 105	-	93 500	15 810	4 000	113 310	1 652	2 312
OUTRAS	-	12 780	458	1 149	14 387	2 002	24 242	-	40 817	455	1 062	42 334	8 616	10 966
TOTAL	224 317	337 737	75 901	12 858	650 813	14 571	314 087	247 408	581 741	82 336	12 501	923 986	27 868	414 329

As transacções efectuadas com o Fundo de Pensões encontram-se analisadas na Nota 12.

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Grupo BES, bem como as transacções efectuadas com os mesmos constam na Nota 11.

Em 31 de Dezembro de 2007 o valor dos créditos concedidos pelo Grupo aos Administradores da ESFG ascendia a 10 789 milhares de euros.

Nota 41 // Securitização de Activos

Em 31 de Dezembro de 2007, encontravam-se em curso as seguintes operações de securitização efectuadas pelo Grupo:

milhares de euros				
Emissão	Data de início	Montante inicial	Montante actual	Activo securitizado
Lusitano Global CDO No.1 plc	Agosto de 2001	1 144 300	128 693	Obrigações domésticas e <i>eurobonds</i>
Lusitano Mortgages No.1 plc	Dezembro de 2002	1 000 000	594 142	Crédito à habitação (regime bonificado)
Lusitano Mortgages No.2 plc	Novembro de 2003	1 000 000	602 546	Crédito à habitação (regime geral e bonificado)
Lusitano Mortgages No.3 plc	Novembro de 2004	1 200 000	847 163	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.4 plc	Setembro de 2005	1 200 000	950 719	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.5 plc	Setembro de 2006	1 400 000	1 233 776	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano SME No.1 plc	Outubro de 2006	862 607	800 740	Crédito a pequenas e médias empresas
Lusitano Mortgages No.6 plc	Julho de 2007	1 122 000	1 037 383	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Project Finance No.1 plc	Dezembro de 2007	1 079 100	1 060 239	Crédito Project Finance

As principais características destas operações, com referência a 31 de Dezembro de 2007, podem ser analisadas como segue:

milhares de euros

Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal inicial	Valor nominal actual	Interesse retido pelo Grupo (Valor nominal)	Data de reembolso	Rating das obrigações		
						Fitch	Moody's	S&P
Lusitano Global CDO No.1 plc	Classe A1	350 000	-	-	Dezembro de 2015	-	-	-
	Classe A2	623 800	-	-	Dezembro de 2015	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	42 300	9 997	-	Dezembro de 2015	AAA	Aa1	AA
	Classe C	25 200	25 200	15 300	Dezembro de 2015	AA	A1	A+
	Classe D	103 000	103 000	25 900	Dezembro de 2015	-	-	-
Lusitano Mortgages No.1 plc	Classe A	915 000	505 975	-	Dezembro de 2035	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	32 500	32 500	-	Dezembro de 2035	AA	Aa3	AA
	Classe C	25 000	25 000	-	Dezembro de 2035	A	A2	A
	Classe D	22 500	22 500	-	Dezembro de 2035	BBB	Baa2	BBB
	Classe E	5 000	5 000	-	Dezembro de 2035	BB	Ba1	BB
	Classe F	10 000	10 000	-	Dezembro de 2035	-	-	-
Lusitano Mortgages No.2 plc	Classe A	920 000	537 175	8 229	Dezembro de 2036	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	30 000	30 000	-	Dezembro de 2046	AA	Aa3	AA
	Classe C	28 000	28 000	-	Dezembro de 2046	A	A3	A
	Classe D	16 000	16 000	-	Dezembro de 2046	BBB	Baa3	BBB
	Classe E	6 000	6 000	-	Dezembro de 2046	BBB-	Ba1	BB
	Classe F	9 000	9 000	-	Dezembro de 2046	-	-	-
Lusitano Mortgages No.3 plc	Classe A	1 140 000	779 944	-	Dezembro de 2047	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	27 000	27 000	-	Dezembro de 2047	AA	Aa2	AA
	Classe C	18 600	18 600	-	Dezembro de 2047	A	A2	A
	Classe D	14 400	14 400	-	Dezembro de 2047	BBB	Baa2	BBB
	Classe E	10 800	10 800	-	Dezembro de 2047	-	-	-
Lusitano Mortgages No.4 plc	Classe A	1 134 000	897 426	5 540	Dezembro de 2048	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	22 800	22 800	-	Dezembro de 2048	AA	Aa2	AA
	Classe C	19 200	19 200	-	Dezembro de 2048	A+	A1	A+
	Classe D	24 000	24 000	-	Dezembro de 2048	BBB+	Baa1	BBB+
	Classe E	10 200	10 200	-	Dezembro de 2048	-	-	-
Lusitano Mortgages No.5 plc	Classe A	1 323 000	1 156 773	-	Dezembro de 2059	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	26 600	26 600	-	Dezembro de 2059	AA	Aa2	AA
	Classe C	22 400	22 400	-	Dezembro de 2059	A+	A1	A+
	Classe D	28 000	28 000	-	Dezembro de 2059	BBB+	Baa1	BBB+
	Classe E	11 900	11 900	-	Dezembro de 2059	-	-	-
Lusitano SME No.1 plc	Classe A	759 525	759 525	-	Dezembro de 2028	AAA	-	AAA
	Classe B	40 974	40 974	-	Dezembro de 2028	AA	-	AA
	Classe C	34 073	34 073	-	Dezembro de 2028	A+	-	A+
	Classe D	28 035	28 035	8 035	Dezembro de 2028	BBB+	-	BBB+
	Classe E	8 626	8 626	8 626	Dezembro de 2028	-	-	-
Lusitano Mortgages No.6 plc	Classe A	943 250	892 749	-	Março de 2060	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	65 450	65 450	-	Março de 2060	AA	Aa3	AA
	Classe C	41 800	41 800	-	Março de 2060	A	A3	A
	Classe D	17 600	17 600	-	Março de 2060	BBB	Baa3	BBB
	Classe E	31 900	31 900	-	Março de 2060	BB	NR	BB
	Classe F	22 000	22 000	22 000	Março de 2060	-	-	-
Lusitano Project Finance No.1 plc	Classe A	890 256	890 256	890 256	Dezembro de 2037	AAA	-	AAA
	Classe B	35 610	35 610	35 610	Dezembro de 2037	AA	-	AA
	Classe C	39 926	39 926	39 926	Dezembro de 2037	A+	-	A+
	Classe D	23 741	23 741	23 741	Dezembro de 2037	BBB	-	BBB
	Classe E	11 871	11 871	11 871	Dezembro de 2037	BB	-	BB
	Classe F	77 696	77 696	77 696	Dezembro de 2037	-	-	-

De acordo com a opção permitida pelo IFRS 1, o Grupo BES decidiu aplicar os requisitos de desreconhecimento do IAS 39 para as operações realizadas a partir de 1 de Janeiro de 2004. Assim, os activos desreconhecidos até essa data, de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, não foram reexpressos no balanço.

Os activos cedidos no âmbito das operações de securitização *Lusitano Mortgages No.3*, *Lusitano Mortgages No.4* e *Lusitano Mortgages No.5*, realizadas após 1 de Janeiro de 2004, foram desreconhecidos uma vez que o Grupo transferiu substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

De acordo com o previsto na SIC 12, o *Lusitano SME No.1 plc*, o *Lusitano Mortgages No.6 plc* e o *Lusitano Project Finance No.1 plc* são consolidados pelo método integral desde a data da sua constituição, uma vez que o Grupo detém a maioria dos riscos e benefícios decorrentes da sua actividade, encontrando-se os respectivos saldos integrados nas demonstrações financeiras consolidadas. Por não deter a maioria dos riscos e benefícios associados à actividade dos outros veículos de securitização, os mesmos não foram incluídos nas contas consolidadas do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2007, a consolidação destas entidades teve os seguintes impactos nas contas do Grupo:

	milhares de euros	
	31.12.2007	31.12.2006
Crédito a Clientes (líquido de imparidade)	2 903 355	786 600
Responsabilidades representadas por títulos	1 897 325	837 194
Capital próprio	(15 993)	(7 500)
Resultado Líquido	(8 493)	(7 500)

Nota 42 // Justo Valor dos Activos e Passivos Financeiros

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Grupo é como segue:

milhares de euros

	Negociação	Designado ao Justo valor	Detido até à Maturidade	Empréstimos e Aplicações	Disponível para Venda	Outros ao Custo Amortizado	Total Valor de Balanço	Justo Valor
31 de Dezembro de 2007								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	-	-	-	1 361 218	-	-	1 361 218	1 361 218
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	720 442	-	-	720 442	720 442
Activos financeiros detidos para negociação	3 847 233	-	-	-	-	-	3 847 233	3 847 233
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	1 426 704	-	-	-	-	1 426 704	1 426 704
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	6 238 889	-	6 238 889	6 238 889
Aplicações em instituições de crédito	-	559 687	-	7 650 644	-	-	8 210 331	8 210 331
Crédito a clientes	-	163 726	-	42 006 537	-	-	42 170 263	42 471 075
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	407 842	-	-	-	407 842	401 898
Derivados para gestão de risco	211 890	-	-	-	-	-	211 890	211 890
Activos financeiros	4 059 123	2 150 117	407 842	51 738 841	6 238 889	-	64 594 812	64 889 680
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-	1 887 622	1 887 622	1 887 622
Passivos financeiros detidos para negociação	1 257 201	-	-	-	-	-	1 257 201	1 257 201
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	7 096 649	7 096 649	7 096 649
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	191 345	-	-	-	23 583 685	23 775 030	23 775 030
Responsabilidades representadas por títulos	-	1 101 126	-	-	-	23 212 465	24 313 591	23 807 850
Derivados para gestão de risco	286 940	-	-	-	-	-	286 940	286 940
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	2 094 815	2 094 815	2 068 599
Passivos financeiros	1 544 141	1 292 471	-	-	-	57 875 236	60 711 848	60 179 891
31 de Dezembro de 2006								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	-	-	-	1 084 927	-	-	1 084 927	1 084 927
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	672 976	-	-	672 976	672 976
Activos financeiros detidos para negociação	4 171 407	-	-	-	-	-	4 171 407	4 171 407
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	1 498 592	-	-	-	-	1 498 592	1 498 592
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	5 251 684	-	5 251 684	5 251 684
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	7 588 049	-	-	7 588 049	7 588 049
Crédito a clientes	-	-	-	34 882 505	-	-	34 882 505	35 416 961
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	593 171	-	-	-	593 171	595 035
Derivados para gestão de risco	199 704	-	-	-	-	-	199 704	199 704
Activos financeiros	4 371 111	1 498 592	593 171	44 228 457	5 251 684	-	55 943 015	56 479 335
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-	1 043 175	1 043 175	1 043 175
Passivos financeiros detidos para negociação	1 284 376	-	-	-	-	-	1 284 376	1 284 376
Recursos de outras instituições de crédito	-	386 997	-	-	-	6 440 389	6 827 386	6 827 386
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	55 899	-	-	-	21 937 772	21 993 671	21 993 671
Responsabilidades representadas por títulos	-	987 318	-	-	-	18 043 151	19 030 469	19 216 170
Derivados para gestão de risco	262 760	-	-	-	-	-	262 760	262 760
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	2 239 816	2 239 816	2 348 267
Passivos financeiros	1 547 136	1 430 214	-	-	-	49 704 303	52 681 653	52 975 805

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de *portfolio*. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Investimentos detidos até à maturidade

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Recursos de bancos centrais e Recursos de outras instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Recursos de clientes e outros empréstimos

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais praticadas para instrumentos com características similares. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados

Para os instrumentos que se encontram cobertos por derivados (conforme descrito na Nota 23), o seu justo valor já se encontra reflectido nas demonstrações financeiras. Para os instrumentos remanescentes, o justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Nota 43 // Gestão dos Riscos de Actividade

O Grupo está exposto aos seguintes riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito; Risco de mercado; Risco de liquidez; Risco operacional.

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes – e em produtos de negociação – *swaps*, *forwards* e opções (risco de contraparte).

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuado regularmente pelo Comité de Risco. São igualmente objecto de análise regular o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas comerciais.

A repartição por sectores de actividade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, encontra-se apresentada conforme segue:

milhares de euros

31.12.2007

	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação		Outros activos fin. ao justo valor através de resultados		Activos financeiros detidos para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	501 661	(12 360)	1 052	-	-	-	-	-	-	-	47 202
Indústrias Extractivas	241 823	(3 649)	8 781	-	543	-	37 018	-	-	-	13 172
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	648 532	(16 004)	3 436	-	-	-	63 247	(48)	-	-	126 891
Têxteis e Vestuário	364 912	(37 439)	1 435	-	-	-	24 484	(2 238)	-	-	31 739
Curtumes e Calçado	76 665	(6 720)	127	-	-	-	501	(499)	-	-	3 310
Madeira e Cortiça	166 716	(11 156)	308	-	-	-	-	-	-	-	8 994
Papel e Indústrias Gráficas	221 892	(7 103)	6 876	-	-	-	33 043	(10)	-	-	38 212
Refinação de Petróleo	115 156	(871)	-	-	-	-	-	-	-	-	4 031
Produtos Químicos e de Borracha	531 766	(6 018)	1 400	-	-	-	35 772	(5)	-	-	38 383
Produtos Minerais não Metálicos	295 945	(9 889)	221	-	-	-	10 041	-	-	-	48 059
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	411 273	(11 447)	316	-	-	-	8 365	-	-	-	53 053
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	405 325	(7 533)	411	-	-	-	7 762	(1 356)	-	-	154 321
Fabricação de Material de Transporte	355 909	(6 210)	1 050	-	-	-	87 691	-	-	-	100 631
Outras Industrias Transformadoras	295 975	(8 283)	2 876	-	-	-	6 444	(72)	-	-	25 693
Electricidade, Gás e Água	832 713	(5 885)	57 396	-	48 279	-	344 273	-	-	-	307 482
Construção e Obras Públicas	4 928 484	(118 576)	18 472	-	-	-	28 712	(1 691)	-	-	1 351 652
Comércio por Grosso e a Retalho	2 853 008	(126 160)	13 114	-	-	-	59 330	(852)	-	-	427 496
Turismo	793 279	(17 691)	2 250	-	-	-	8 783	(171)	-	-	78 382
Transportes e Comunicações	1 918 958	(32 845)	130 421	-	-	-	793 516	(3)	-	-	698 020
Actividades Financeiras	1 512 187	(22 324)	2 088 766	-	1 149 476	-	2 055 160	(13 843)	12 907	-	285 769
Actividades Imobiliárias	5 252 041	(95 474)	6 519	-	-	-	127 451	(591)	-	-	497 082
Serviços Prestados às Empresas	3 952 450	(53 297)	11 410	-	143 916	-	986 225	(23 810)	-	-	554 675
Administração e Serviços Públicos	736 175	(11 265)	1 366 949	-	-	-	802 707	-	394 935	-	34 750
Outras actividades de serviços colectivos	1 638 881	(46 902)	49 024	-	84 490	-	579 122	(17 050)	-	-	159 343
Crédito à Habitação	10 140 949	(181 985)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a Particulares	2 714 160	(107 249)	-	-	-	-	-	-	-	-	78 180
Outros	1 253 823	(26 060)	74 623	-	-	-	203 343	(1 862)	-	-	204 075
TOTAL	43 160 658	(990 395)	3 847 233	-	1 426 704	-	6 302 990	(64 101)	407 842	-	5 370 597

milhares de euros

31.12.2006

	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação		Outros activos fin. ao justo valor através de resultados		Activos financeiros detidos para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avals prestados
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	366 285	(12 609)	(41)	-	-	-	4 065	-	-	-	46 121
Indústrias Extractivas	146 818	(3 313)	9 669	-	1 246	-	110 035	-	-	-	8 445
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	357 610	(13 250)	2 735	-	6 259	-	28 507	(34)	-	-	101 684
Têxteis e Vestuário	381 638	(21 664)	79	-	-	-	26 079	(3 422)	-	-	47 729
Curtnmes e Calçado	76 670	(5 312)	28	-	-	-	499	(499)	-	-	5 080
Madeira e Cortiça	156 399	(11 531)	159	-	-	-	-	-	-	-	11 182
Papel e Indústrias Gráficas	189 699	(6 723)	16 810	-	10 566	-	18 015	-	-	-	34 043
Refinação de Petróleo	75 077	(1 510)	3 147	-	-	-	-	-	-	-	252 134
Produtos Químicos e de Borracha	470 693	(5 755)	572	-	-	-	5 555	(68)	-	-	45 003
Produtos Minerais não Metálicos	228 129	(8 726)	605	-	-	-	14 401	(469)	-	-	43 698
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	400 796	(10 703)	52	-	-	-	5 926	(6)	762	-	41 789
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	193 596	(6 412)	70	-	5 256	-	20 055	(1 445)	-	-	118 290
Fabricação de Material de Transporte	225 358	(3 557)	1 463	-	-	-	91 267	-	-	-	80 778
Outras Industrias Transformadoras	208 334	(7 658)	2 731	-	-	-	9 284	(72)	-	-	20 785
Electricidade, Gás e Água	571 734	(6 714)	56 127	-	8 084	-	340 070	-	-	-	258 257
Construção e Obras Públicas	4 535 520	(106 257)	4 678	-	3 039	-	34 575	(1 691)	-	-	1 088 823
Comércio por Grosso e a Retalho	2 730 327	(108 196)	2 194	-	-	-	128 220	(633)	777	-	461 562
Turismo	660 662	(15 837)	1 109	-	-	-	1 682	(171)	-	-	83 079
Transportes e Comunicações	1 816 692	(42 344)	113 901	-	76 717	-	798 393	(3)	-	-	607 548
Actividades Financeiras	912 594	(12 207)	2 213 221	-	1 080 392	-	2 060 713	(19 858)	2 278	-	117 518
Actividades Imobiliárias	4 463 771	(82 204)	1 170	-	-	-	1 502	(387)	-	-	400 053
Serviços Prestados às Empresas	2 635 909	(60 789)	26 785	-	175 894	-	902 104	(18 090)	-	-	580 318
Administração e Serviços Públicos	903 756	(14 047)	1 539 079	-	-	-	349 643	(594)	589 354	-	41 317
Outras actividades de serviços colectivos	1 391 864	(38 176)	13 533	-	131 139	-	331 179	(8 059)	-	-	131 866
Crédito à Habitação	8 499 855	(137 443)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a Particulares	2 309 217	(104 552)	-	-	-	-	-	-	-	-	59 285
Outros	842 829	(21 838)	161 531	-	-	-	27 413	(1 997)	-	-	96 022
TOTAL	35 751 832	(869 327)	4 171 407	-	1 498 592	-	5 309 182	(57 498)	593 171	-	4 782 409

Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através da estrutura ALCO (*Asset and Liability Committee*). Este órgão é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do balanço, bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Grupo BES utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano. Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

milhares de euros

	31.12.2007				31.12.2006			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	11	13	17	10	15	16	23	12
Risco taxa de juro	4	8	6	6	5	14	22	6
Acções	21	9	16	2	14	7	6	9
Commodities	2	3	3	3	-	-	-	-
Efeito da diversificação	-14	-13	-13	-7	-10	-11	-16	-8
Total	24	20	29	14	24	26	35	19

O Grupo BES apresenta um valor em risco (VaR) de 24 milhões de euros para as suas posições de negociação, não tendo sofrido alterações face a 31 de Dezembro de 2006.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o Grupo BES calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do Bank of International Settlements (BIS) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

milhares de euros

	31.12.2007							31.12.2006						
	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	277	277	-	-	-	-	-	311	311	-	-	-	-	-
Aplicações e disp. em ICs	9 617	-	8 961	359	50	79	168	8 592	-	8 289	59	13	154	76
Crédito a clientes	42 424	-	27 512	10 903	2 158	1 171	680	35 116	-	24 237	8 451	1 426	758	243
Títulos	10 531	3 691	4 840	986	553	268	192	10 340	3 585	4 478	620	681	761	215
Fora de balanço			84	53	-	(82)	(56)		-	16	(13)	-	(4)	-
Total			41 398	12 301	2 761	1 436	984			37 021	9 118	2 120	1 669	534
Recursos de outras ICs	9 462	-	7 177	1 084	210	715	279	8 338	-	6 419	912	129	716	162
Depósitos	21 197	-	19 139	904	768	19	368	19 427	-	17 494	876	678	7	371
Repo's com clientes	1 427	-	1 412	0	14	-	-	1 452	-	1 437	14	0	-	-
Títulos Emitidos*	26 153	-	17 777	1 805	727	2 736	3 887	21 026	-	12 663	1 659	203	2 911	4 546
Acções Preferenciais	600	-	-	-	-	-	600	600	-	-	-	-	-	600
Fora de Balanço			1 423	1 216	(186)	(1 205)	(1 214)		-	912	912	(15)	(1 335)	(410)
Total			46 929	5 008	1 533	2 265	3 920			38 926	4 373	995	2 300	5 270
GAP (Activos - Passivos)			(5 531)	7 293	1 227	(828)	(2 936)			(1 905)	4 744	1 125	(631)	(4 736)

* Os montantes em risco estão ao valor nominal

O modelo utilizado para o cálculo da análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária baseia-se numa aproximação ao modelo da duração, sendo efectuados cenários paralelos e não paralelos.

milhares de euros

	31.12.2007				31.12.2006			
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50pb	Diminuição depois de 1 ano de 50pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50pb	Diminuição depois de 1 ano de 50pb
Em 31 de Dezembro	108	(108)	70	(70)	250	(250)	138	(138)
Média do exercício	169	(169)	98	(98)	218	(218)	124	(124)
Máximo para o exercício	255	(255)	138	(138)	250	(250)	138	(138)
Mínimo para o exercício	108	(108)	70	(70)	192	(192)	112	(112)

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Grupo, para os exercícios finidos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, bem assim como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

milhares de euros

	31.12.2007			31.12.2006		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Activos monetários	7 899 595	364 124	4,61%	5 663 364	214 766	3,79%
Crédito a clientes	39 108 815	2 278 474	5,83%	33 354 454	1 672 612	5,01%
Aplicações em títulos	6 692 630	506 016	7,56%	6 359 335	413 745	6,51%
Activos financeiros	53 701 040	3 148 614	5,86%	45 377 153	2 301 123	5,07%
Recursos monetários	8 516 677	452 778	5,32%	7 700 875	313 584	4,07%
Recursos de clientes	19 583 022	537 466	2,74%	18 407 175	392 783	2,13%
Outros recursos	24 564 566	1 204 644	4,90%	18 482 007	765 235	4,14%
Recursos diferenciais	1 036 775	-	-	787 096	-	-
Passivos financeiros	53 701 040	2 194 888	4,09%	45 377 153	1 471 602	3,24%
Resultado Financeiro		953 726	1,78%		829 521	1,83%

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, por moeda, é analisado como segue:

milhares de euros

	31.12.2007						
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Yenes Japoneses	Reais Brasileiros	Outras Moedas Estrangeiras	Valor Total
Activo por moeda							
Caixa e disponibilidades bancos centrais	1 221 043	76 623	2 731	20	2 419	58 382	1 361 218
Disponibilidades em outras I.Crédito	657 024	43 203	6 502	1 950	2 634	9 129	720 442
Activos Financeiros detidos para negociação	2 499 668	297 732	130 136	11 748	876 705	31 244	3 847 233
Outros Activos Financeiros ao Justo Valor através de resultados	845 031	562 459	15 253	-	3 744	217	1 426 704
Activos financeiros disponíveis para venda	4 116 019	687 246	22 152	-	1 255 596	157 876	6 238 889
Aplicações em Instituições de Crédito	2 891 666	3 568 419	1 159 858	69 849	80	520 459	8 210 331
Crédito a clientes	38 428 641	2 170 368	1 209 982	9 203	26 709	325 360	42 170 263
Investimentos detidos até à maturidade	-	407 842	-	-	-	-	407 842
Activos com acordo de recompra	-	-	-	-	-	-	-
Derivados para gestão de risco	73 408	19 895	65 357	46 758	-	6 472	211 890
Activos não correntes detidos para venda	279 408	-	-	-	-	-	279 408
Investimentos em associadas	573 700	-	-	-	-	-	573 700
Outros activos não financeiros	1 604 108	767 585	281 734	695	21 432	750 743	3 426 297
	53 189 716	8 601 372	2 893 705	140 223	2 189 319	1 859 882	68 874 217
Passivo por moeda							
Recursos de bancos centrais	1 478 127	237 467	171 044	-	-	984	1 887 622
Passivos financeiros detidos para negociação	747 045	319 709	155 720	2 963	14 339	17 425	1 257 201
Recursos de outras instituições de crédito	1 901 822	3 476 440	1 192 917	244	330 928	194 298	7 096 649
Recursos de clientes e outros empréstimos	21 012 692	1 910 642	609 673	9 354	-	232 669	23 775 030
Responsabilidades representadas por títulos	21 138 744	2 510 970	76 592	-	439 164	148 121	24 313 591
Derivados para gestão de risco	279 112	5 221	-	-	-	2 607	286 940
Passivos subordinados	1 879 272	34 909	-	159 440	21 194	-	2 094 815
Outros passivos não financeiros	50 099	136 946	835 550	44 430	115 685	1 046 448	2 229 158
	48 486 913	8 632 304	3 041 496	216 431	921 310	1 642 552	62 941 006
Activo/(Passivo) líquido por moeda	4 702 803	(30 932)	(147 791)	(76 208)	1 268 009	217 330	5 933 211
Situação Líquida	4 702 803	(54 761)	6	-	636 667	128 992	5 413 707
Exposição Líquida	-	23 829	(147 797)	(76 208)	631 342	88 338	519 504

milhares de euros

31.12.2006							
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Yenes Japoneses	Reais Brasileiros	Outras Moedas Estrangeiras	Valor Total
Activo por moeda							
Caixa e disponibilidades bancos centrais	988 131	90 844	3 457	18	901	1 576	1 084 927
Disponibilidades em outras Instituições de crédito	606 996	27 698	2 560	30 725	1 456	3 541	672 976
Activos financeiros detidos para negociação	2 909 387	484 614	112 886	19 508	627 120	17 892	4 171 407
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 077 087	404 231	17 274	-	-	-	1 498 592
Activos financeiros disponíveis para venda	3 668 852	650 736	-	-	907 793	24 303	5 251 684
Aplicações em instituições de crédito	3 353 252	3 188 426	630 665	61 252	22 519	331 935	7 588 049
Crédito a clientes	32 254 014	1 465 011	1 123 700	9 743	-	30 037	34 882 505
Investimentos detidos até à maturidade	-	592 390	-	-	-	781	593 171
Activos com acordo de recompra	-	-	-	-	-	-	-
Derivados para gestão de risco	54 202	8 465	65 551	63 997	-	7 489	199 704
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em associadas	571 563	-	-	-	-	-	571 563
Outros activos não financeiros	16 603	1 405 248	1 284 755	17 707	20 240	21 882	2 766 435
	45 500 087	8 317 663	3 240 848	202 950	1 580 029	439 436	59 281 013
Passivo por moeda							
Recursos de bancos centrais	125 891	811 657	104 745	-	-	882	1 043 175
Passivos financeiros detidos para negociação	861 302	288 272	85 496	4 424	10 011	34 871	1 284 376
Recursos de outras instituições de crédito	2 939 604	2 712 160	763 802	83 207	219 344	109 269	6 827 386
Recursos de clientes e outros empréstimos	19 095 555	1 764 139	714 586	43 325	317 952	58 114	21 993 671
Responsabilidades representadas por títulos	14 952 257	2 146 824	1 894 446	-	-	36 942	19 030 469
Derivados para gestão de risco	251 070	8 609	-	-	-	3 081	262 760
Passivos subordinados	1 979 992	76 469	-	183 355	-	-	2 239 816
Outros passivos não financeiros	1 114 930	429 387	93 638	(176 689)	34 131	374 604	1 870 001
	41 320 601	8 237 517	3 656 713	137 622	581 438	617 763	54 551 654
Activo/(Passivo) líquido por moeda	4 179 486	80 146	(415 865)	65 328	998 591	(178 327)	4 729 359
Situação Líquida	4 179 486	66 626	-	-	505 310	71 029	4 822 451
Exposição Líquida	-	13 520	(415 865)	65 328	493 281	(249 356)	(93 092)

Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas.

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte do Grupo dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da liquidez do Grupo:

	31.12.2007	31.12.2006
Gap de tesouraria (milhões de euros) ⁽¹⁾	(2 302)	(3 096)
Gap de tesouraria / Activo líquido (%)	3,37	5,24
Rácio de liquidez (%) ⁽²⁾	91	97

(1) Gap de tesouraria - liquidez imediata e créditos interbancários de curto prazo deduzidos dos débitos interbancários até um ano. Numa óptica de necessidades de financiamento, o gap de tesouraria negativo indica níveis de liquidez excedentários.
(2) Rácio de liquidez calculado de acordo com a Instrução nº 1/2000 do Banco de Portugal.

Risco operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, que integrada no Departamento de Risco Global exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos e subsidiárias considerados relevantes.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os principais objectivos da gestão de capital no Grupo são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos activos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital.

A definição da estratégia a adoptar em termos de gestão de capital é da competência da Comissão Executiva encontrando-se integrada na definição global de objectivos do Grupo.

Em termos prudenciais, o Grupo está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

Os elementos de capital do Grupo BES dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios de Base: Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis, os resultados retidos do período, os interesses minoritários e as acções preferenciais. São deduzidos pelo seu valor de balanço os montantes relativos a “Goodwill” apurado, activos intangíveis e desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor. Em 2007 passaram também a ser deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras.
- Fundos Próprios Complementares: Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de reavaliação positivas. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor.
- Deduções: Compreendem essencialmente a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os Fundos Próprios Complementares não podem exceder os Fundos Próprios de Base. Adicionalmente, determinadas componentes dos Fundos Próprios Complementares (o designado Lower Tier II) não podem superar os 50% dos Fundos Próprios de Base.

No âmbito da implementação do novo acordo de capital, designado Basileia II, o Grupo estabeleceu o objectivo de utilizar as abordagens baseadas no uso de modelos internos (método “*Internal Rates Based*” – IRB – para o tratamento de risco de crédito e método “*Standardized Approach*” – TSA – para o tratamento do risco operacional).

Em Abril de 2007, o Banco de Portugal publicou o Aviso 4/2007 que alterou as regras de determinação dos fundos próprios. Este Aviso veio alterar o tratamento das participações em instituições financeiras e entidades seguradoras, que passaram a ser deduzidas em 50% aos Fundos Próprios de Base e 50% aos Fundos Próprios Complementares. Anteriormente, estas participações eram incluídas nas deduções efectuadas ao total dos fundos próprios.

O reconhecimento prudencial nos fundos próprios do Grupo do impacto da adopção das IFRS em 01 Janeiro de 2005 está a ser efectuado de forma linear (de acordo com o definido nos Avisos nº. 2/2005, nº. 4/2005 e nº. 12/2005 do Banco de Portugal):

- Até 2012 – na componente associada ao impacto da alteração de tábuas de mortalidade (em 31 de Dezembro de 2007 faltam incorporar 70 milhões de euros)
- Até 2011 – na componente associada ao impacto do reconhecimento de benefícios médicos pós-emprego (em 31 de Dezembro de 2007 faltam incorporar 49 milhões de euros).
- Até 2009 – na componente associada ao impacto do reconhecimento de pensões de reforma e sobrevivência (em 31 de Dezembro de 2007 faltam incorporar 33 milhões de euros)
- Até 2007 – nas restantes situações (totalmente incorporado em 31 de Dezembro de 2007).

Os principais movimentos ocorridos nos FPB em 2007 e 2006 apresentam-se no quadro seguinte:

	31.12.2007	31.12.2006
Saldo no início do exercício	3 751	2 372
Aumento de Capital	-	1 380
Incorporação Resultados do Ano	334	187
Variação dos Desvios Actuarias de Benefícios Pós-Emprego fora do corredor	157	212
Goodwill	(18)	(267)
Amortização do período transitório dos IFRS e outras	(141)	(131)
Dedução de participações em Instituições Financeiras e Entidades Seguradoras	(133)	-
Outros efeitos	3	(2)
Saldo no fim do exercício	3 953	3 751

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de adequação de capital do Grupo BES para 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006:

milhares de euros		
	31.12.2007	31.12.2006
A - Fundos Próprios		
Capital ordinário realizado, Prémios de Emissão e Acções Próprias	3 127	3 105
Resultados e Reservas formadas por resultados não distribuídos	630	287
Interesses Minoritários	141	87
Activos Intangíveis, Desvios Actuariais de Balanço, <i>Goodwill</i> e Diversos	(412)	(328)
Fundos Próprios para determinação do Rácio <i>Core Tier I</i>	(A1) 3 486	3 151
Acções Preferenciais e outros elementos	467	600
Fundos Próprios de Base (<i>TIER I</i>)	(A2) 3 953	3 751
45% das Reservas de Reavaliação de Justo Valor Positivas	428	310
Dívida Subordinada elegível	1 824	1 982
Dedução de Particip. em Instit.Financeiras e Entidades Seguradoras e Diversos	(133)	(15)
Fundos Próprios Complementares (<i>TIER II</i>)	2 119	2 277
Deduções	(5)	(189)
Fundos Próprios Elegíveis	(A3) 6 067	5 839
B- Activos de Risco Equivalentes		
	(B)	
Calculados de Acordo com o Aviso 1/93 (Carteira Bancária)	48 392	41 646
Calculados de Acordo com o Aviso 7/96 (Carteira de Negociação)	4 464	3 092
Total de Activos de Risco Equivalentes	52 856	44 738
C- Rácios Prudenciais		
Rácio <i>Core Tier I</i>	(A1 / B)	6,6% 7,0%
Rácio <i>Tier I</i>	(A2 / B)	7,5% 8,4%
Rácio de Solvabilidade	(A3 / B)	11,5% 13,1%

Actividade das sucursais financeiras (off-shores)

O Grupo BES dispõe de uma sucursal financeira exterior localizada na Zona Franca da Madeira e uma sucursal financeira internacional localizada nas Ilhas Caimão.

Através da Sucursal Financeira Exterior localizada na Zona Franca da Madeira, o BES desenvolve essencialmente actividades de captação de recursos no exterior, tanto junto de clientes e de instituições de crédito não residentes, como de emigrantes. Estes recursos são por sua vez objecto de aplicação no exterior de forma a salvaguardar os requisitos exigidos pelo estatuto fiscal desta entidade.

Em 31 de Dezembro de 2007, o activo líquido da Sucursal na Zona Franca da Madeira elevava-se a 2 409 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 1 998 milhões de euros), apresentando a seguinte estrutura:

	31.12.2007	31.12.2006
Activos financeiros de justo valor	156	203
Activos financeiros disponíveis para venda	409	555
Aplicações em Instituições de crédito	1 519	974
Crédito a clientes	289	253
Outros activos	36	13
	2 409	1 998
Recursos de Instituições de crédito	540	610
Recursos de clientes	1 754	1 289
Outros passivos	70	62
Fundos próprios	45	37
	2 409	1 998

A sucursal financeira exterior utiliza as estruturas de serviços partilhados, pelo que os procedimentos de controlo interno usados nesta estrutura são idênticos aos implementados no Banco.

Através da Sucursal das Ilhas Caimão, são desenvolvidas essencialmente actividades de captação de recursos no exterior, junto (i) de clientes não residentes, por via de instrumentos de depósitos a prazo e emissão de obrigações e (ii) do BES Finance, pela captação dos fundos originados pelos programas de dívida de médio e longo prazo, emitidos pelo Grupo no mercado de capitais internacional. Estas duas áreas de actuação, em 31 de Dezembro de 2007, ascendem a 15 015 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 15 128 milhões de euros). Os fundos gerados pelas actividades de captação serve de suporte à actividade global do Grupo e ao desenvolvimento próprio de actividades de investimento, traduzidas numa carteira de crédito e de títulos, que em 31 de Dezembro de 2007 ascendia a 254 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 295 milhões de euros).

Os procedimentos e mecanismos de controlo de risco em vigor na sucursal das Ilhas Caimão são idênticos aos utilizados na estrutura global do Grupo.

Nota 44 // Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IFRS 2 (alterada) – Pagamentos em acções: condições de aquisição

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 uma alteração ao IFRS 2 a qual se torna efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

Não se esperam impactos significativos decorrentes do IFRS 2 alterada.

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 o IFRS 3 (revisto) Concentrações de actividades empresariais e uma alteração ao IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica o reconhecimento total do *goodwill* por contrapartida dos interesses sem controlo) ou como a parcela atribuível do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do calculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

Esta revisão do IFRS 3 e alteração do IAS 27 são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção destas normas alteradas.

IFRS 8 – Segmentos operacionais

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 o IFRS 8 Segmentos operacionais, o qual foi adoptada para uso na União Europeia em 21 de Novembro de 2007.

O IFRS 8 define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará o IAS 34 *Reporte financeiro interino*, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação mandatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 1 (alterado) – Apresentação das demonstrações financeiras

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Setembro de 2007 o IAS 1 (alterado) Apresentação de demonstrações financeiras, o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O IAS 1 (alterado) exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz a demonstração de “*comprehensive income*”.

Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Grupo decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de “*comprehensive income*”.

As alterações impostas pelo IAS 1 terão efeito ao nível da apresentação das demonstrações financeiras do Grupo estando actualmente em curso um trabalho com vista à determinação da extensão das modificações necessárias.

IAS 23 (alterado) – Custos de empréstimos obtidos

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Março de 2007 o IAS 23 (alterado) Custos de empréstimos obtidos, o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta norma exige que as entidades capitalizem os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, como parte integrante do custo de aquisição, construção ou produção desse activo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

Activos qualificáveis correspondem àqueles que necessitam de um período substancial de tempo para ficar prontos para o seu uso pretendido ou para venda.

O Grupo não espera que esta alteração ao IAS 23 tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

Alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: apresentação – Instrumentos financeiros ‘puttable’ e obrigações decorrentes de liquidação

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 uma alteração ao IAS 32 Instrumentos financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros ‘puttable’ e Obrigações decorrentes de liquidação a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração afecta a classificação de instrumentos financeiros ‘puttable’ e de obrigações decorrentes de liquidação. De acordo com os actuais requisitos do IAS 32, os instrumentos financeiros (i) reembolsáveis em dinheiro ou através da entrega de outros activos financeiros ou (ii) que concedem ao detentor um direito de exigir que o emitente proceda a sua reacquirição (instrumentos ‘puttable’), são classificados como passivos financeiros. A alteração agora efectuada a esta norma, implica que alguns instrumentos que actualmente qualificam como passivos financeiros, passem a ser reconhecidos como instrumentos de capital, caso os mesmos representem o interesse residual último nos activos líquidos de uma entidade.

O IASB alterou ainda o IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras tendo incluído requisitos adicionais de divulgação relativos a este tipo de instrumentos.

Não se prevê que a presente alteração ao IAS 32 venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

IFRIC 11 – IFRS 2 – Transacções com acções próprias ou acções de outras entidades do Grupo

O *International Financial Reporting Committee* (IFRIC) emitiu em 2 de Novembro de 2006 a IFRIC 11 IFRS 2 – Transacções com Treasury shares e Grupo.

O IFRIC 11 vem esclarecer em que condições os pagamentos com base em acções previstos no IFRS 2, envolvendo acções próprias ou acções de outras entidades do Grupo, deverão ser classificados nas demonstrações financeiras individuais das empresas do Grupo como sendo pagamentos com base em acções com liquidação física ou com liquidação financeira.

Este IFRIC é de aplicação obrigatória para o Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2008.

O BES encontra-se a analisar o eventual impacto que este IFRIC terá nas demonstrações financeiras das suas várias subsidiárias.

IFRIC 12 – Contratos de concessão de serviços

O IFRIC 12 Contratos de concessão de serviços entra em vigor em 1 de Janeiro de 2008.

O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e b) controla, os interesses residuais das infra estruturas, na maturidade dos contratos.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes

O IFRIC 13 Programas de fidelização de clientes foi emitido em Julho de 2007 e entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo por isso apenas relevante para o Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos mesmos como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

IFRIC 14 – IAS 19 - Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e sua interacção

O IFRIC 14 IAS 19 - Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e sua interacção é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2008.

Esta interpretação define as condições que devem ser consideradas na avaliação do reconhecimento de activos relacionados com planos de pensões à luz dos limites estabelecidos no parágrafo 58 do IAS 19, e discute a interacção destas regras com os eventuais requisitos mínimos de financiamento estabelecidos legal ou contratualmente.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

Nota 45 // Eventos Subsequentes

- Em Janeiro de 2008, o BES Investimento, adquiriu, através da sua participada a 100%, ESSI Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, uma participação de 6,96% do capital e direitos de voto da sociedade inglesa Evolution Group Plc cotada na Bolsa de Londres, num investimento que totalizou aproximadamente 35,5 milhões de euros, passando a deter 9,95% desta entidade. Este investimento tem como objectivo explorar oportunidades conjuntas nos mercados do Reino Unido e Ásia, que são muito importantes no contexto da actividade internacional da banca de investimento;
- O ESFG (2,5%) e o BES (2,5%) firmaram um acordo para aquisição de 5% do capital social do SAXO BANK A/S, num investimento total de 63 milhões de euros incluindo uma opção para outros 5% adicionais. O acordo contempla igualmente uma parceria estratégica entre o Banco BEST e o SAXO BANK para, entre outras iniciativas, estudo duma oferta integrada de *Asset Management* e *Trading*, abordagem conjunta de mercados estrangeiros e desenvolvimento da parceria já existente em Portugal com o BEST;
- No decurso do mês de Janeiro, o BES Angola obteve autorização das entidades oficiais para a constituição de uma sociedade gestora de fundos de investimento;
- No dia 14 de Janeiro de 2008 o Grupo BES efectuou a sua primeira emissão de 25 000 Obrigações Hipotecárias no valor de 1 250 milhões de euros por um prazo de três anos.
- Em 26 de Janeiro de 2008 foram emitidas 10 000 obrigações permutáveis, indexadas ao valor das acções ordinárias do Banco Bradesco, no valor total de 1 000 milhões de dólares por um prazo de 3 anos.

02

Demonstrações Financeiras Individuais e Notas Explicativas

2.1 // Demonstração de Resultados Individual em 31 de Dezembro de 2007

	Dez. 06 (eur '000)	Dez. 07 (eur '000)
Juros e rendimentos similares	2 149 052	2 724 868
Juros e encargos similares	1 521 853	2 000 977
Margem financeira	627 199	723 891
Rendimentos de instrumentos de capital	133 115	236 770
Rendimentos de serviços e comissões	392 533	466 705
Encargos de serviço e comissões	50 403	72 711
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(27 018)	(59 172)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	76 577	190 448
Resultados de reavaliação cambial	(7 925)	(3 047)
Resultados de alienação de outros activos	10 255	52
Outros resultados de exploração	44 250	12 278
Produto da actividade	1 198 583	1 495 214
Custos com pessoal	307 903	363 536
Gastos gerais administrativos	302 153	303 549
Amortizações do exercício	52 930	57 040
Provisões líquidas de anulações	49 262	40 634
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	133 016	151 892
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	6 513	13 762
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	10 694	13 332
Resultado antes de impostos	336 112	551 469
Impostos		
Correntes	16 299	50 626
Diferidos	62 362	6 144
Resultados após impostos	257 451	494 699
do qual: resultado após impostos de operações descontinuadas	-	44
Resultado líquido do exercício	257 451	494 699

O Director do Departamento
de Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

2.2 // Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2007

	Dez. 06 (eur '000)	Dez. 07 (eur '000)
Activo		
Caixa e disponibilidades bancos centrais	961 793	1 216 096
Disponibilidades em outras instituições de crédito	532 333	477 216
Activos financeiros detidos para negociação	3 200 142	2 617 896
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 141 854	1 086 683
Activos financeiros disponíveis para venda	4 125 229	5 589 481
Aplicações em instituições de crédito	9 807 321	10 375 037
Crédito a Clientes	27 134 372	32 875 867
Investimentos detidos até à maturidade	567 747	390 025
Activos com acordo de recompra	-	-
Derivados de cobertura	177 309	165 346
Activos não correntes detidos para venda	-	43 415
Propriedades de investimento	-	-
Outros activos tangíveis	300 239	386 223
Activos intangíveis	51 353	69 961
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos em conjunto	1 055 918	1 084 641
Activos por impostos correntes	2 435	14 434
Activos por impostos diferidos	136 817	157 580
Outros activos	1 341 806	1 470 259
Total do Activo	50 536 668	58 020 160
Passivo		
Recursos de Bancos Centrais	1 043 175	1 833 114
Passivos financeiros detidos para negociação	946 068	1 034 222
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	13 935 369	13 229 938
Recursos de Clientes e outros empréstimos	18 037 505	21 145 409
Responsabilidades representadas por títulos	8 444 112	12 088 864
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-
Derivados de cobertura	205 590	189 651
Passivos não correntes detidos para venda	-	-
Provisões	485 881	521 280
Passivos por impostos correntes	8 002	42 545
Passivos por impostos diferidos	311 104	350 210
Instrumentos representativos de capital	-	-
Outros passivos subordinados	2 607 483	2 573 805
Outros passivos	440 761	503 814
Total do Passivo	46 465 050	53 582 852
Capital		
Capital	2 500 000	2 500 000
Prémios de emissão	666 327	666 327
Outros instrumentos de capital	-	-
Acções próprias	(63 732)	(41 437)
Reservas de reavaliação	482 062	597 027
Outras reservas e resultados transitados	229 510	220 692
Resultado do exercício	257 451	494 699
(Dividendos antecipados)	-	-
Total do Capital	4 071 618	4 437 308
Total do Passivo + Capital	50 536 668	58 020 160

2.3 // Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

Demonstração dos Resultados dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

milhares de euros

	Notas	31.12.2007	31.12.2006
Juros e proveitos similares	4	2 724 868	2 149 052
Juros e custos similares	4	2 000 977	1 521 853
Margem financeira		723 891	627 199
Rendimentos de instrumentos de capital	5	236 770	133 115
Rendimentos de serviços e comissões	6	466 705	392 533
Encargos com serviços e comissões	6	(72 711)	(50 403)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	(59 172)	(27 018)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	190 448	76 577
Resultados de reavaliação cambial	9	(3 047)	(7 925)
Resultados de alienação de outros activos financeiros		52	405
Outros resultados de exploração	10	12 278	44 250
Proveitos operacionais		1 495 214	1 188 733
Custos com pessoal	11	363 536	307 903
Gastos gerais administrativos	13	303 549	302 153
Depreciações e amortizações	25 e 26	57 040	52 930
Provisões líquidas de anulações	32	40 634	49 262
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	20 e 21	151 892	133 016
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	19	13 762	6 513
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	24, 27 e 28	13 332	10 694
Custos operacionais		943 745	862 471
Alienação de subsidiárias e associadas	27	-	9 850
Resultado antes de impostos		551 469	336 112
Impostos			
Correntes	33	50 626	16 299
Diferidos	33	6 144	62 362
Resultado líquido do exercício		494 699	257 451
Resultados por acção básicos (em euros)	14	1,00	0,63
Resultados por acção diluídos (em euros)	14	1,00	0,63

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

milhares de euros

	Notas	31.12.2007	31.12.2006
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	15	1 216 096	961 793
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	477 216	532 333
Activos financeiros detidos para negociação	17	2 617 896	3 200 142
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	18	1 086 683	1 141 854
Activos financeiros disponíveis para venda	19	5 589 481	4 125 229
Aplicações em instituições de crédito	20	10 375 037	9 807 321
Crédito a clientes	21	32 875 867	27 134 372
Investimentos detidos até à maturidade	22	390 025	567 747
Derivados para gestão de risco	23	165 346	177 309
Activos não correntes detidos para venda	24	43 415	-
Outros activos tangíveis	25	386 223	300 239
Activos intangíveis	26	69 961	51 353
Investimentos em subsidiárias e associadas	27	1 084 641	1 055 918
Activos por impostos correntes		14 434	2 435
Activos por impostos diferidos	33	157 580	136 817
Outros activos	28	1 470 259	1 341 806
Total de Activo		58 020 160	50 536 668
Passivo			
Recursos de bancos centrais		1 833 114	1 043 175
Passivos financeiros detidos para negociação	17	1 034 222	946 068
Recursos de outras instituições de crédito	29	13 299 938	13 935 369
Recursos de clientes	30	21 145 409	18 037 505
Responsabilidades representadas por títulos	31	12 088 864	8 444 112
Derivados para gestão de risco	23	189 651	205 590
Provisões	32	521 280	485 881
Passivos por impostos correntes		42 545	8 002
Passivos por impostos diferidos	33	350 210	311 104
Passivos subordinados	34	2 573 805	2 607 483
Outros passivos	35	503 814	440 761
Total de Passivo		53 582 852	46 465 050
Capital Próprio			
Capital	36	2 500 000	2 500 000
Prémios de emissão	36	666 327	666 327
Acções próprias	36	(41 437)	(63 732)
Reservas de justo valor	37	597 027	482 062
Outras reservas e resultados transitados	37	220 692	229 510
Resultado líquido do exercício		494 699	257 451
Total de Capital Próprio		4 437 308	4 071 618
Total de Passivo e Capital Próprio		58 020 160	50 536 668

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstração de Alterações no Capital Próprio Individual dos Exercícios Findos de Dezembro de 2007 e 2006

milhares de euros

	Capital	Prémios de emissão	Acções próprias	Reservas de justo valor	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	1 500 000	300 000	(96 247)	326 223	171 862	190 169	2 392 007
Outros movimentos registados directamente no capital próprio							
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	155 839	-	-	155 839
Pensões - regime transitório	-	-	-	-	(29 640)	-	(29 640)
Plano de incentivos baseado em acções, líquido de imposto (ver Nota 12)	-	-	-	-	2 454	-	2 454
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	257 451	257 451
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	-	-	-	155 839	(27 186)	257 451	386 104
Aumento de capital							
Por incorporação de prémios de emissão (50 milhões de acções ordinárias)	250 000	(250 000)	-	-	-	-	-
Por emissão de novas acções (150 milhões de acções ordinárias)	750 000	630 000	-	-	-	-	1 380 000
Custos com aumento de capital, líquido de impostos	-	(13 673)	-	-	-	-	(13 673)
Constituição de reservas	-	-	-	-	71 835	(71 835)	-
Dividendos de acções ordinárias ^(a)	-	-	-	-	-	(118 334)	(118 334)
Variação de acções próprias	-	-	32 515	-	-	-	32 515
Impacto da fusão por incorporação da Crediflash	-	-	-	-	12 999	-	12 999
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	2 500 000	666 327	(63 732)	482 062	229 510	257 451	4 071 618
Outros movimentos registados directamente no capital próprio							
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	115 312	-	-	115 312
Pensões - regime transitório	-	-	-	-	(31 174)	-	(31 174)
Plano de incentivos baseado em acções, líquido de imposto (ver Nota 12)	-	-	-	-	1 030	-	1 030
Outros movimentos	-	-	-	-	470	-	470
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	494 69	494 699
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	-	-	-	115 312	(29 674)	494 699	580 337
Constituição de reservas	-	-	-	-	59 127	(59 127)	-
Dividendos de acções ordinárias ^(a)	-	-	-	-	-	(198 324)	(198 324)
Variação de acções próprias	-	-	22 295	-	-	-	22 295
Impacto da fusão por incorporação do BESSA	-	-	-	(347)	(38 271)	-	(38 618)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	2 500 000	666 327	(41 437)	597 027	220 692	494 699	4 437 308

(a) Corresponde a um dividendo por acção de 0,40 euros e 0,40 euros pagos às acções em circulação nos anos 2007 e 2006.

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de caixa dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

milhares de euros

	Notas	31.12.2007	31.12.2006
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		2 665 455	2 069 653
Juros e custos pagos		(1 884 804)	(1 407 260)
Serviços e comissões recebidas		505 106	419 274
Serviços e comissões pagas		(80 932)	(50 403)
Recuperações de créditos		31 574	21 160
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(691 228)	(597 168)
		545 171	455 256
<i>Variação nos activos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades em bancos centrais		(280 701)	440 099
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		922 291	(709 821)
Aplicações em instituições de crédito		121 743	(2 285 166)
Recursos de instituições de crédito		(1 596 219)	1 439 857
Crédito a clientes		(3 515 997)	(1 763 695)
Recursos de clientes		1 552 748	1 066 494
Derivados para gestão do risco		(4 031)	(48 994)
Outros activos e passivos operacionais		(45 914)	(192 782)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		(2 300 909)	(1 598 752)
Impostos sobre os lucros pagos		(32 502)	(19 728)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		(2 333 411)	(1 618 480)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		(138 920)	(577 045)
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		521	99 581
Dividendos recebidos		236 770	133 115
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(11 830 149)	(3 908 323)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		10 565 454	3 687 754
Investimentos detidos até à maturidade		117 895	(67 482)
Compra de imobilizações		(145 795)	(60 915)
Venda de imobilizações		212	1 268
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		(1 194 012)	(692 047)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Aumento de capital		-	1 366 327
Emissão de obrigações de caixa		3 876 477	1 193 158
Reembolso de obrigações de caixa		(185 829)	(88 060)
Emissão de passivos subordinados		-	12 200
Reembolso de passivos subordinados		(99 762)	(59 856)
Acções próprias		22 295	32 515
Dividendos de acções ordinárias pagos		(198 324)	(118 334)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		3 414 857	2 337 950
Efeito da fusão do BESSA em caixa e seus equivalentes		28 228	-
Efeito da fusão da Crediflash em caixa e seus equivalentes		-	2 754
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		(84 338)	30 177
Caixa e equivalentes no início do exercício		789 501	788 935
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		(2 874)	(29 611)
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		(84 338)	30 177
Caixa e equivalentes no fim do exercício		702 289	789 501
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	15	225 073	257 168
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	477 216	532 333
Total		702 289	789 501

Banco Espírito Santo

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de Dezembro de 2007

(Montantes expressos em milhares de euros, excepto quando indicado)

Nota 1 // Actividade

O **Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES)** é um banco comercial com sede em Portugal, na Avenida da Liberdade, n.º 195, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

As origens do BES remontam ao último quartel do século XIX, tendo iniciado a actividade como banco comercial em 1937, altura em que ocorreu a fusão do Banco Espírito Santo com o Banco Comercial de Lisboa da qual resultou o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Por escritura pública de 6 de Julho de 1999 passou a adoptar a firma Banco Espírito Santo, S.A. Em Dezembro de 2005 foi realizada a fusão por incorporação do Banco Internacional de Crédito, S.A. no Banco Espírito Santo, S.A.. Em Maio de 2006 foi realizada a fusão por incorporação da Crediflash – Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S.A. no Banco Espírito Santo, S.A.. Em Abril de 2007 foi realizada a fusão por incorporação do Banco Espírito Santo, S.A. - Espanha (BESSA). As demonstrações financeiras do BESSA à data da fusão constam da Nota 43.

O BES é uma sociedade anónima que se encontra cotada na Euronext.

Desde 1992 o BES faz parte do Grupo Espírito Santo, pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas pela BESPARGPS, S.A., com sede na Rua de São Bernardo, n.º 62 em Lisboa e pela Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG), com sede no Luxemburgo.

O BES dispõe de uma rede de 706 (31 de Dezembro de 2006: 605), de sucursais financeiras internacionais em Londres, Espanha (sucursal com 25 balcões), Nova Iorque, Nassau, Ilhas Caimão e Cabo Verde, de uma sucursal financeira exterior na Zona Franca da Madeira e 12 escritórios de representação no estrangeiro.

Nota 2 // Principais Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras do Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES) são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)*, e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais do BES agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2007.

Na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2007, o Banco adoptou o IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, bem como o IAS 1 (alterada) Apresentação das demonstrações financeiras – Requisitos de divulgação de capital regulamentar. Estas normas, de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2007, tiveram impacto ao nível das divulgações apresentadas, não tendo tido qualquer efeito nos capitais próprios do Banco. De acordo com as disposições transitórias destas normas, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Adicionalmente, o Banco adoptou ainda em 2007 o IFRIC 8 Âmbito da aplicação do IFRS 2, o IFRIC 9 Reavaliação dos derivados embutidos e o IFRIC 10 Reporte financeiro interino e imparidade. A adopção destas interpretações não teve qualquer efeito nas demonstrações financeiras do Banco.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NCA requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 26 de Fevereiro de 2008.

2.2. Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.3. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

• Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

• **Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)**

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

• **Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)**

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Banco não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.4. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco relativos aos respectivos fluxos de caixa, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo valor nominal não podendo ser reclassificado para as restantes categorias de activos financeiros.

O Banco, de acordo com a sua estratégia documentada de gestão do risco, contrata operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos riscos de determinados créditos a clientes, sem contudo apelar à contabilidade de cobertura tal como descrita na Nota 2.3. Nestas situações, o reconhecimento inicial de tais créditos é concretizado através da designação de créditos ao justo valor através de resultados. Desta forma, é assegurada a consistência na valorização dos créditos e dos derivados (*accounting mismatch*). Esta prática está de acordo com a política contabilística de classificação, reconhecimento e mensuração de activos financeiros ao justo valor através de resultados descrita na nota 2.5.

Imparidade

O Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Banco avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Banco utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Caso para determinado crédito não exista evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Caso estejamos perante um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Banco. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Banco de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

De acordo com as NCA, o valor dos créditos deve ser objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência para que reflecta a todo o tempo o seu valor realizável. Esta correcção de valor (imparidade) não poderá ser inferior ao que for determinado de acordo com o Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, o qual estabelece o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

Quando o Banco considera que determinado crédito é incobrável havendo sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

2.5. Outros activos financeiros

Classificação

O Banco classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

• Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

• Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

• Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Banco tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções costumizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

De acordo com as exigências do IAS 39, o Banco não procede à transferência de instrumentos financeiros entre categorias, excepto nos raros casos permitidos no âmbito desta norma.

Imparidade

Em conformidade com as NCA, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.6. Activos cedidos com acordo de recompra

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguale o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguale o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.5. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.7. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registadas ao justo valor.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco da entidade emitente.

Caso o Banco recompre dívida emitida esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

2.8. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.9. Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.10. Activos recebidos em dação por recuperação de créditos

Os activos recebidos em dação por recuperação de créditos são inicialmente classificados na rubrica de outros activos e são registados, no seu reconhecimento inicial, pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação.

Subsequentemente, estes activos são registados pelo menor de entre o valor do seu reconhecimento inicial e o correspondente justo valor actual deduzido dos custos esperados de venda, e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos assim determinadas são registadas em resultados.

O Banco obtém avaliações regulares, efectuadas por peritos, dos activos recebidos em dação.

Na medida em que estes activos reúnam as condições necessárias à sua alienação imediata e por isso cumpram os requisitos do IFRS 5, são transferidos para activos não correntes detidos para venda e registados de acordo com a política contabilística descrita na nota 2.22.

2.11. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Na data da transição para as NCA, 1 de Janeiro de 2004, o Banco elegeu considerar como custo o valor reavaliado dos outros activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado mensurado de acordo com as NCA ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 12
Equipamentos de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.12. Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos a qual se situa normalmente entre 3 e 6 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pelo Banco, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.13. Locações

O Banco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Banco à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

• Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

• Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.14. Benefícios aos empregados

Pensões

Face às responsabilidades assumidas pelo Banco no âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, foram constituídos Fundos de Pensões ACT, que se destinam a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência relativamente à totalidade do seu pessoal.

Em 1998, o Banco decidiu, adicionalmente, constituir um fundo de pensões aberto autónomo, com a finalidade de financiar a atribuição de benefícios complementares aos colaboradores e pensionistas.

Os fundos de pensões são geridos pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A.

Os planos de pensões existentes no Banco correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Banco optou por na data da transição, 1 de Janeiro de 2004, aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pelo Banco, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanes-

cente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. O Banco determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 15 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

Anualmente, o Banco reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) uma porção dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor e (v) o efeito das reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associados.

Os encargos com as reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Banco efectua pagamentos aos fundos por forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

No âmbito da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o reconhecimento do impacto apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as NCA, é amortizado linearmente até 31 de Dezembro de 2009, com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para a qual esse plano de amortização pode ter a duração de sete anos.

Adicionalmente, e de acordo com o Aviso n.º 12/2005, do Banco de Portugal, para efeitos da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o acréscimo de responsabilidades resultante das alterações dos pressupostos actuariais relativos à tábua de mortalidade efectuados posteriormente a 1 de Janeiro de 2005 é adicionado ao limite do corredor.

A cada data do balanço, o Banco avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Banco a assistência médica por um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Banco, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Banco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

No âmbito da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o reconhecimento do impacto apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as NCA, é amortizado linearmente até 31 de Dezembro de 2011.

Prémios por antiguidade

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Banco, prémios por antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio por antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios por antiguidade são contabilizados pelo Banco de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Banco com estes prémios por antiguidade é estimado anualmente, à data do balanço, pelo Banco com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das responsabilidades calculadas.

Anualmente, o aumento da responsabilidade com prémios por antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)

O BES estabeleceu um plano de incentivos baseado em acções (SIBA) o qual consiste na venda de acções do BES aos trabalhadores, com pagamento diferido por um prazo que pode variar de entre dois a quatro anos. Dentro deste prazo os empregados têm a obrigatoriedade de manter as acções, após o que as podem vender no mercado, mantê-las em carteira, procedendo ao pagamento integral da dívida que tenham perante o Banco ou, alternativamente, podem vendê-las ao BES pelo custo de aquisição.

As acções detidas pelos trabalhadores no âmbito do SIBA estão contabilizadas como acções próprias.

Para cada programa, os pagamentos baseados em acções com liquidação física, são avaliados na data da concessão e o justo valor reconhecido, ao longo da vida do programa, como um custo do exercício, com o correspondente aumento dos capitais próprios. Anualmente, o montante reconhecido como custo é ajustado de forma a reflectir o número actual de operações vivas.

Variações subsequentes no justo valor dos instrumentos de capital concedidos aos trabalhadores não são reconhecidas.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (participação nos lucros)

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros) atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.15. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.16. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Banco tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Banco terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.17. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (derivados para gestão de risco), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados por forma a resolver um eventual *mismatch* contabilístico é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.18. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem.
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.19. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.20. Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

De acordo com o parágrafo 6 do IAS 14, o Banco está dispensado de apresentar o reporte por segmentos em base individual, uma vez que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as do Grupo.

2.21. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.22. Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do grupo) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

2.23. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

Nota 3 // Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

As NCA estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Banco avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.4, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 3/95.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.4 Investimentos detidos até à maturidade

O Banco classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, o Banco avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Banco não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

A utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar na determinação de um justo valor diferente para esta carteira com o correspondente impacto na reserva de justo valor e nos capitais próprios do Banco.

3.5. Impostos sobre os lucros

O Banco encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.6. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Nota 4 // Margem Financeira

O valor desta rubrica é composto por:

milhares de euros

	31.12.2007			31.12.2006		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e proveitos similares						
Juros de crédito	1 777 989	6 509	1 784 498	1 336 746	1 519	1 338 265
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	316 678	316 678	-	376 428	376 428
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	379 724	1 315	381 039	221 304	-	221 304
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	103 897	-	103 897	81 793	-	81 793
Juros de derivados para gestão de risco	-	84 727	84 727	-	80 735	80 735
Outros juros e proveitos similares	54 029	-	54 029	50 527	-	50 527
	2 315 639	409 229	2 724 868	1 690 370	458 682	2 149 052
Juros e custos similares						
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	671 498	-	671 498	505 886	375	506 261
Juros de responsabilidades representadas por títulos	498 954	66 459	565 413	296 720	59 405	356 125
Juros de recursos de clientes	434 837	4 836	439 673	258 935	2 554	261 489
Juros de derivados para gestão de risco	-	175 162	175 162	-	261 372	261 372
Juros de passivos subordinados	139 452	7 501	146 953	126 423	8 189	134 612
Outros juros e custos similares	2 278	-	2 278	1 994	-	1 994
	1 747 019	253 958	2 000 977	1 189 958	331 895	1 521 853
	568 620	155 271	723 891	500 412	126 787	627 199

As rubricas de proveitos e custos relativos a Juros dos derivados para gestão de risco incluem, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3, os juros dos derivados de cobertura e os juros dos derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme política contabilística descrita na Nota 2.4, 2.5 e 2.7.

Nota 5 // Rendimentos de Instrumentos de Capital

O valor desta rubrica é composto por:

milhares de euros

	31.12.2007	31.12.2006
Dividendos de empresas subsidiárias e associadas	187 351	92 244
Dividendos de activos financeiros disponíveis para venda	49 419	40 871
	236 770	133 115

Nota 6 // Resultados de Serviços e Comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2007	31.12.2006
milhares de euros		
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	320 301	267 921
Por garantias prestadas	60 185	55 877
Por operações realizadas com títulos	8 178	8 434
Por compromissos perante terceiros	18 952	8 290
Outros rendimentos de serviços e comissões	59 089	52 011
	466 705	392 533
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	43 610	32 192
Por operações realizadas com títulos	10 817	2 896
Por garantias recebidas	237	241
Outros encargos com serviços e comissões	18 047	15 074
	72 711	50 403
	393 994	342 130

Nota 7 // Resultados de Activos e Passivos ao Justo Valor através de Resultados

O valor desta rubrica é composto por:

milhares de euros

	31.12.2007			31.12.2006		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Activos e passivos detidos para negociação						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	20 845	27 596	(6 751)	34 830	39 687	(4 857)
De outros emissores	-	4	(4)	-	36	(36)
Acções	47	5 357	(5 310)	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	25 281	24 493	788	25 283	6 820	18 463
	46 173	57 450	(11 277)	60 113	46 543	13 570
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	915 528	1 059 971	(144 443)	545 144	541 346	3 798
Contratos sobre taxas de juro	4 790 026	4 798 802	(8 776)	2 199 997	2 230 618	(30 621)
Contratos sobre acções/índices	762 214	687 569	74 645	423 878	421 646	2 232
Contratos sobre créditos	126 931	118 649	8 282	86 532	80 820	5 712
Outros	78 390	77 015	1 375	742 198	743 601	(1 403)
	6 673 089	6 742 006	(68 917)	3 997 749	4 018 031	(20 282)
	6 719 262	6 799 456	(80 194)	4 057 862	4 064 574	(6 712)
Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	-	-	13 942	21 070	(7 128)
De outros emissores	139 501	149 722	(10 221)	168 532	233 492	(64 960)
Acções	32 003	814	31 189	37 383	15 755	21 628
	171 504	150 536	20 968	219 857	270 317	(50 460)
Outros activos financeiros ⁽¹⁾						
Crédito a clientes	609	953	(344)	-	4 309	(4 309)
Aplicações em instituições de crédito	49	-	49	-	-	-
	658	953	(295)	-	4 309	(4 309)
Passivos financeiros ⁽¹⁾						
Recursos de instituições de crédito	13 033	-	13 033	117	-	117
Recursos de clientes	1 342	2 038	(696)	1 511	6 780	(5 269)
Débitos representados por títulos	468	25 077	(24 609)	8 655	7 982	673
Empréstimos subordinados	12 621	-	12 621	38 942	-	38 942
	27 464	27 115	349	49 225	14 762	34 463
	199 626	178 604	21 022	269 082	289 388	(20 306)
	6 918 888	6 978 060	(59 172)	4 326 944	4 353 962	(27 018)

(1) inclui a variação de justo valor de activos/passivos objecto de cobertura ou ao fair value option

Em 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica inclui um efeito negativo de 41 milhares de euros relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito da entidade.

Nota 8 // Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor desta rubrica é composto por:

milhares de euros

	31.12.2007			31.12.2006		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	3 257	32	3 225	1 494	-	1 494
De outros emissores	1 808	15 806	(13 998)	5 317	4 716	601
Acções	198 967	1 709	197 258	75 792	3 525	72 267
Outros títulos de rendimento variável	4 571	608	3 963	2 215	-	2 215
	208 603	18 155	190 448	84 818	8 241	76 577

Durante o exercício de 2007, o Banco procedeu à alienação de (i) 7,2 milhões de acções ordinárias do Banco Bradesco (mais valia de 85,5 milhões de euros), (ii) 64,3 milhões de acções ordinárias da EDP (mais valia de 41,6 milhões de euros) e (iii) 6,9 milhões de acções da Portugal Telecom (mais valia de 12,8 milhões de euros).

Durante o exercício de 2006, o Banco procedeu à alienação ao fundo de Pensões do Banco de (i) 2 milhões de acções do Bradesco, (ii) 0,4 milhões de acções do Banque Marocaine du Commerce Extérieur, e (iii) dos títulos residuais resultantes da operação de securitização de crédito à habitação *Lusitano Mortgage No.5* com o valor nominal de 3,2 milhões de euros. Estas operações geraram mais valias no valor de 35 milhões de euros, 17,9 milhões de euros, e 9,2 milhões de euros, respectivamente.

Nota 9 // Resultados de Reavaliação Cambial

O valor desta rubrica é composto por:

milhares de euros

	31.12.2007			31.12.2006		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	440 664	443 711	(3 047)	460 090	468 015	(7 925)
	440 664	443 711	(3 047)	460 090	468 015	(7 925)

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2.

Nota 10 // Outros Resultados de Exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	milhares de euros	
	31.12.2007	31.12.2006
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços diversos	5 288	19 994
Outros	67 111	58 243
	72 399	78 237
Outros custos de exploração		
Impostos directos e indirectos	4 541	2 422
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	2 517	3 145
Quotizações e donativos	4 257	3 084
Outros	48 806	25 336
	60 121	33 987
	12 278	44 250

Nota 11 // Custos com Pessoal

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	milhares de euros	
	31.12.2007	31.12.2006
Vencimentos e salários	257 505	198 865
Remunerações	256 540	196 286
Prémios por antiguidade (ver Nota 12)	965	2 579
Benefícios de saúde - SAMS	19 448	17 397
Outros encargos sociais obrigatórios	30 710	21 941
Custos com pensões de reforma (ver Nota 12)	47 948	62 502
Outros custos	7 925	7 198
	363 536	307 903

Os benefícios de saúde – SAMS incluem o montante de 9 323 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 9 113 milhares de euros) relativo ao custo do ano com benefícios de saúde pós-emprego, o qual foi determinado com base no estudo actuarial efectuado (ver Nota 12).

A redução de custos com pensões no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, quando comparada com o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, deve-se fundamentalmente à redução dos desvios actuariais em consequência da *performance* do fundo, com impacto na respectiva amortização anual de 18,8 milhões de euros. (ver Nota 12).

Incluído em outros custos encontra-se o montante de 1 402 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 2 454 milhares de euros) relativo ao plano de incentivo baseado em acções (SIBA), conforme política contabilística descrita na Nota 2.14. Os detalhes deste plano são analisados na Nota 12.

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Banco são apresentados como se segue:

milhares de euros

	Conselho de Administração	Comissão de Auditoria	Outro pessoal chave da gestão ⁽¹⁾	Total
31 de Dezembro de 2007				
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	3 561	691	5 344	9 596
Custos com pensões de reforma e SAMS	337	-	510	847
Prémios de antiguidade	-	-	37	37
Remunerações variáveis	6 502	-	1 863	8 365
Total	10 400	691	7 754	18 845
31 de Dezembro de 2006				
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	3 420	671	4 812	8 903
Custos com pensões de reforma e SAMS	316	-	463	779
Prémios de antiguidade	80	-	24	104
Remunerações variáveis	4 660	-	1 444	6 104
Total	8 476	671	6 743	15 890

(1) Directores coordenadores

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o valor do crédito concedido pelo BES ao pessoal chave da gestão ascendia a 24 761 milhares de euros e 20 494 milhares de euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2007, o número de colaboradores do Banco é de 6 787 (31 de Dezembro de 2006: 6 095) e apresenta a seguinte decomposição por categoria profissional:

	31.12.2007 ⁽¹⁾	31.12.2006
Funções directivas	449	385
Funções de chefia	771	874
Funções específicas	2 546	1 942
Funções administrativas e outras	3 021	2 894
	6 787	6 095

(1) Em 31 de Dezembro de 2007, estão incluídos os colaboradores de unidades de negócio que foram integrados no BES no período, e que em 31 de Dezembro de 2006 ascendiam a 367.

Nota 12 // Benefícios a Empregados

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Em 30 de Dezembro de 1987, o Banco constituiu um fundo de pensões fechado para cobrir as prestações pecuniárias acima referidas, relativamente às obrigações consagradas no âmbito do ACT. Durante o exercício de 1998, o Banco decidiu constituir um fundo aberto autónomo, designado de Fundo de Pensões Aberto GES, destinado a financiar a atribuição de benefícios complementares aos colaboradores. Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a ESAF - Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A.

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos		Verificado	
	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
Pressupostos Financeiros				
Taxas de evolução salarial	3,25%	2,75%	4,50%	5,60%
Taxa de crescimento das pensões	2,25%	1,75%	1,59%	1,48%
Taxas de rendimento do fundo	5,25%	4,75%	13,23%	12,78%
Taxa de desconto	5,25%	4,75%		
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação				
Tábua de Mortalidade				
Homens		TV 73/77 (ajustada)		
Mulheres		TV 88/90		
Métodos de valorização actuarial		Project Unit Credit Method		

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.14, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado vigentes à data de balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado.

As contribuições para o SAMS correspondiam, em 31 de Dezembro de 2006 e 2007, a 6,5% da massa salarial. A percentagem correspondente à contribuição a efectuar é estabelecida pelo próprio SAMS, não estando prevista qualquer alteração da mesma para o próximo exercício.

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2007	31.12.2006
Activos	5 805	5 616
Reformados e sobreviventes	5 475	5 426
TOTAL	11 280	11 042

Os activos dos fundos de pensões podem ser analisados como segue:

	milhares de euros	
	31.12.2007	31.12.2006
Acções	1 037 508	960 354
Outros títulos de rendimento variável	238 807	571 018
Obrigações	249 162	164 821
Imóveis	379 911	179 126
Outros	274 798	95 272
Total	2 180 186	1 970 591

Os activos dos fundos de pensões utilizados pelo Banco ou representativos de títulos emitidos pelo Banco são detalhados como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Acções	51 972	64 175
Imóveis	124 986	123 299
Total	176 958	187 474

Em 31 de Dezembro de 2007, as acções detidas pelos fundos de pensões correspondem a 3,5 milhões de acções do BES (31 de Dezembro de 2006: 4,7 milhões de acções).

Durante o exercício de 2006 o Banco realizou com os fundos de pensões as operações referidas na Nota 8. Em 2007, não foram realizadas quaisquer transacções com os fundos de pensões.

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006:

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço						
Responsabilidades						
Pensionistas	(1 380 097)	(79 781)	(1 459 878)	(1 353 503)	(106 589)	(1 460 092)
Activos	(538 124)	(27 516)	(565 640)	(480 097)	-	(480 097)
	(1 918 221)	(107 297)	(2 025 518)	(1 833 600)	(106 589)	(1 940 189)
Saldo dos fundos	2 180 186	-	2 180 186	1 970 591	-	1 970 591
Excesso / (défice) de cobertura	261 965	(107 297)	154 668	136 991	(106 589)	30 402
Desvios actuariais diferidos	301 943	22 949	324 892	436 695	26 082	462 777
Regime transitório	59 204	40 691	99 895	88 806	50 863	139 669
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço no final do exercício	623 112	(43 657)	579 455	662 492	(29 644)	632 848

De acordo com a política contabilística referida na Nota 2.14 e conforme o estabelecido no IAS 19 – Benefícios a empregados, o Banco avalia à data de cada balanço e para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões, com o objectivo de garantir que o mesmo não ultrapassa o valor actual dos benefícios futuros esperados através da redução nas contribuições projectadas.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Responsabilidades no início do exercício	1 833 600	106 589	1 940 189	1 772 396	114 373	1 886 769
Custo do serviço corrente	27 996	1 828	29 824	27 078	1 924	29 002
Custo dos juros	84 879	4 933	89 812	82 010	5 304	87 314
Contribuições dos participantes	2 625	-	2 625	2 911	-	2 911
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades:						
- Alteração da taxa de desconto	(8 250)	(198)	(8 448)	-	-	-
- Outros (ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	43 061	(1 813)	41 248	2 916	(11 568)	(8 652)
Pensões pagas pelo fundo	(95 383)	-	(95 383)	(93 797)	-	(93 797)
Benefícios pagos pelo Banco	-	(5 482)	(5 482)	-	(5 427)	(5 427)
Reformas antecipadas	22 158	1 440	23 598	40 086	1 983	42 069
Integração das responsabilidades do BESSA	8 465	-	8 465	-	-	-
Outros	(930)	-	(930)	-	-	-
Responsabilidades no final do exercício	1 918 221	107 297	2 025 518	1 833 600	106 589	1 940 189

Das responsabilidades com reformas antecipadas a 31 de Dezembro de 2006, os valores de 37 039 milhares de euros relativo a pensões de reforma e de 1 851 milhares de euros relativo a benefícios de saúde foram reconhecidos como utilização da provisão de reestruturação.

Em 31 de Dezembro de 2007, o acréscimo de 1% no valor das contribuições para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 16,5 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 16,4 milhões de euros) e um acréscimo no custo do exercício (custo do serviço corrente e custo dos juros) de 1,2 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 1,1 milhões de euros).

A evolução do valor dos fundos de pensões pode ser analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Saldo dos fundos no início do exercício	1 970 591	-	1 970 591	1 766 187	-	1 766 187
Rendimento real do fundo	256 236	-	256 236	219 863	-	219 863
Contribuições do Banco	41 056	-	41 056	75 427	-	75 427
Contribuições dos empregados	2 625	-	2 625	2 911	-	2 911
Pensões pagas pelo fundo	(95 383)	-	(95 383)	(93 797)	-	(93 797)
Integração do BESSA	6 535	-	6 535	-	-	-
Outros	(1 474)	-	(1 474)	-	-	-
Saldo dos fundos no final do exercício	2 180 186	-	2 180 186	1 970 591	-	1 970 591

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Desvios actuariais diferidos no início do exercício	436 695	26 082	462 777	618 376	40 364	658 740
(Ganhos) e perdas actuariais no ano						
- Alteração da taxa de desconto	(8 250)	(198)	(8 448)	-	-	-
- Outros (ganhos) e perdas actuariais do ano	(115 505)	(1 813)	(117 318)	(137 343)	(11 568)	(148 911)
Amortização do exercício	(8 467)	(765)	(9 232)	(27 307)	(1 601)	(28 908)
Amortização adicional por reformas antecipadas	(2 118)	(357)	(2 475)	(17 031)	(1 113)	(18 144)
Outros	(412)	-	(412)			
Desvios actuariais diferidos no final do exercício	301 943	22 949	324 892	436 695	26 082	462 777
Dos quais:						
Dentro do corredor	217 669	10 730	228 399	197 547	10 659	208 206
Dentro do corredor alargado	61 175	4 176	65 351	71 824	4 669	76 493
Fora do corredor	23 099	8 043	31 142	167 324	10 754	178 078

Da amortização adicional resultante de reformas antecipadas a 31 de Dezembro de 2006, os valores de 14 366 milhares de euros relativo a pensões de reforma e de 961 milhares de euros relativo a benefícios de saúde foram reconhecidos como utilização da provisão para reestruturação (ver Nota 32).

A evolução do valor do regime transitório pode ser analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Saldo no início do exercício	88 805	50 863	139 668	118 410	61 037	179 447
Amortização por reservas	(29 601)	(10 172)	(39 773)	(29 605)	(10 174)	(39 779)
Saldo no final do exercício	59 204	40 691	99 895	88 805	50 863	139 668

A evolução dos montantes reflectidos no balanço pode ser analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Activos / (passivos) no início do exercício	136 991	(106 589)	30 402	(6 208)	(114 373)	(120 581)
Ganhos e perdas actuariais das responsabilidades	(34 811)	2 011	(32 800)	(2 916)	11 568	8 652
Ganhos e perdas actuariais dos fundos	158 566	-	158 566	140 259	-	140 259
Encargos do ano:						
- Custo do serviço corrente	(27 996)	(1 828)	(29 824)	(27 078)	(1 924)	(29 002)
- Custo dos juros	(84 879)	(4 933)	(89 812)	(82 010)	(5 304)	(87 314)
- Rendimento esperado do fundo	97 670	-	97 670	79 603	-	79 603
- Reformas antecipadas	(22 158)	(1 440)	(23 598)	(40 086)	(1 983)	(42 069)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Banco	41 056	5 482	46 538	75 427	5 427	80 854
Integração das responsabilidades do BESSA	(1 930)	-	(1 930)	-	-	-
Outros	(544)	-	(544)	-	-	-
Activos / (passivos) no final do exercício	261 965	(107 297)	154 668	136 991	(106 589)	30 402

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser decompostos como segue:

milhares de euros

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Custo do serviço corrente	27 996	1 828	29 824	27 078	1 924	29 002
Custo dos juros	84 879	4 933	89 812	82 010	5 304	87 314
Rendimento esperado do fundo	(97 670)	-	(97 670)	(79 603)	-	(79 603)
Amortização do exercício	8 467	765	9 232	27 307	1 601	28 908
Reformas antecipadas	24 276	1 797	26 073	5 710	284	5 994
Custos do exercício	47 948	9 323	57 271	62 502	9 113	71 615

O custo relativo às reformas antecipadas inclui o efeito da amortização adicional dos desvios actuariais em balanço.

A evolução dos activos/(responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
No início do exercício	662 492	(29 644)	632 848	730 577	(12 972)	717 605
Custo do exercício	(47 948)	(9 323)	(57 271)	(62 502)	(9 113)	(71 615)
Utilização de provisões	-	-	-	(51 405)	(2 812)	(54 217)
Amortização do regime transitório (por reservas)	(29 601)	(10 172)	(39 773)	(29 605)	(10 174)	(39 779)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Banco	41 056	5 482	46 538	75 427	5 427	80 854
Integração dos activos/(responsabilidades) líquidas do BESSA	(1 930)	-	(1 930)	-	-	-
Outros	(957)	-	(957)	-	-	-
No final do exercício	623 112	(43 657)	579 455	662 492	(29 644)	632 848

Os activos líquidos em balanço encontram-se reflectidos na rubrica de Outros activos (ver Nota 28).

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos nos últimos 5 anos é como segue:

milhares de euros

	31.12.2007		31.12.2006		31.12.2005		31.12.2004		31.12.2003	
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Pensões de reforma	Benefícios de saúde
Responsabilidades	(1 918 221)	(107 297)	(1 833 600)	(106 589)	(1 772 396)	(114 373)	(1 393 000)	(86 280)	(1 284 983)	(79 604)
Saldo dos fundos	2 180 186	-	1 970 591	-	1 766 187	-	1 354 289	-	1 235 333	-
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	261 965	(107 297)	136 991	(106 589)	(6 209)	(114 373)	(38 711)	(86 280)	(49 650)	(79 604)
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	43 061	(1 813)	2 916	(11 568)	28 899	5 418	2 480	144	96 456	6 029
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	(158 566)	-	(140 259)	-	(64 787)	-	2 243	-	20 211	-

As responsabilidades para com os benefícios de saúde estão cobertas através de valores registados no balanço.

SIBA

No exercício de 2000, o Banco estabeleceu um plano de incentivos baseado em acções (SIBA) o qual consiste na venda de acções do BES aos trabalhadores, com pagamento diferido por um prazo que pode variar de entre dois a quatro anos. Dentro deste prazo os empregados têm a obrigatoriedade de manter as acções, após o que (i) as podem vender no mercado, (ii) mantê-las em carteira, procedendo neste caso ao pagamento integral da dívida ao Banco ou, alternativamente, (iii) vendê-las ao Banco pelo seu custo de aquisição.

As principais características de cada plano são como segue:

	Data expectável do fim do plano	Número de acções à data de início de cada plano	Preço médio de exercício (euros)	Número de acções à data de 31 de Dez. de 2007 ⁽¹⁾	Cobertura por acções
Plano de 2000					
1º lote	Expirado (Dez-04)	548 389	17,37	-	-
2º lote	Expirado (Dez-05)	1 279 576	17,37	-	-
Plano de 2001					
1º lote	Expirado (Mai-06)	1 358 149	11,51	-	-
2º lote	Expirado (Mai-07)	3 169 016	11,51	-	-
Plano de 2002					
1º lote	Expirado (Abr-07)	755 408	12,02	-	-
2º lote	Abr-08	1 762 619	12,02	294 861	100%
Plano de 2003					
1º lote	Mai-08	480 576	14,00	105 270	100%
2º lote	Mai-09	1 121 343	14,00	1 102 008	100%
Plano de 2004					
1º lote ⁽²⁾	Dez-07	541 599	13,54	594 465	100%
2º lote	Dez-10	1 270 175	13,54	1 387 658	100%

(1) Inclui as acções atribuídas no âmbito da incorporação de prémios de emissão relativo ao aumento de capital de 2006

(2) O primeiro lote do Plano de 2004 maturou nos primeiros dias de Janeiro de 2008

O movimento das acções subjacente aos planos em vigor durante os exercícios de 2007 e 2006 foi como segue:

	31.12.2007		31.12.2006	
	Número de acções	Preço Médio (euros)	Número de acções	Preço Médio (euros)
Saldo no início do exercício	5 667 612	11,24	7 617 500	12,63
Aumento de capital ⁽¹⁾	-	-	850 504	-
Acções alienadas ⁽²⁾	(2 183 350)	10,21	(2 800 392)	11,61
Saldo no final do exercício	3 484 262	11,89	5 667 612	11,24

(1) acções atribuídas no âmbito da incorporação de prémios de emissão (ver Nota 36).
(2) inclui acções alienadas pelo Banco em mercado, após o exercício pelo empregado do direito de revenda ao custo de aquisição, e as liquidadas pelos empregados na maturidade dos planos.

Os pressupostos utilizados na valorização inicial de cada plano foram os seguintes:

	Plano 2004	Plano 2003	Plano 2002	Plano 2001	Plano 2000
Prazo					
1º lote	24 meses	24 meses	Expirado	Expirado	Expirado
2º lote	60 meses	60 meses	60 meses	Expirado	Expirado
Volatilidade	12%	12%	12%	12%	12%
Taxa de juro sem risco					
1º lote	3,04%	2,63%	2,70%	4,38%	4,71%
2º lote	3,22%	3,52%	3,56%	5,01%	5,05%
Dividendo	2,90%	2,90%	2,90%	2,90%	2,90%
Justo valor à data de início (milhares de euros)	2 305	2 137	2 830	6 530	3 056

O total de custos reconhecidos com os planos é como segue:

	milhares de euros	
	31.12.2007	31.12.2006
Custos reconhecidos com os planos (ver Nota 11)	1 402	2 454

Os custos com os planos foram reconhecidos como Custos com pessoal por contrapartida de Outras reservas conforme política contabilística descrita na Nota 2.14.

Prémios por antiguidade

Conforme referido na Nota 2.14, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio por antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efectiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o trabalhador terá direito a um prémio por antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as responsabilidades assumidas pelo Banco e os custos reconhecidos nos exercícios com o prémio por antiguidade são como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Responsabilidades a 1 de Janeiro	20 849	20 090
Custo do exercício (ver Nota 11)	965	2 579
Prémios pagos	(1 284)	(1 820)
Responsabilidades a 31 de Dezembro	20 530	20 849

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com prémios de antiguidade são os apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis). Estas responsabilidades encontram-se reflectidas em Outros passivos (ver Nota 35).

Nota 13 // Gastos Gerais Administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2007	31.12.2006
Rendas e alugueres	46 054	40 084
Publicidade e publicações	36 348	35 872
Comunicações e expedição	26 790	22 653
Conservação e reparação	13 770	12 140
Deslocações e representação	17 960	14 076
Água, energia e combustíveis	6 461	5 954
Transportes	8 732	7 494
Material de consumo corrente	4 633	4 602
Serviços especializados		
Informática	45 223	43 731
Mão-de-obra eventual	4 905	4 421
Trabalho independente	5 597	5 438
Sistema electrónico de pagamentos	11 281	11 088
Estudos e consultas	13 455	11 502
Judiciais, contencioso e notariado	8 676	4 772
Consultores e auditores externos	3 962	1 214
Segurança e vigilância	3 229	3 015
Outros serviços especializados	25 936	57 439
Outros custos	20 537	16 658
	303 549	302 153

A rubrica Outros serviços especializados inclui, entre outros, custos de serviços de avaliação, *call center*, tratamento de valores e custos com serviços prestados pelo Agrupamento Complementar de Empresas (ACE).

Nota 14 // Resultados por Acção

Resultados por acção básicos

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

milhares de euros		
	31.12.2007	31.12.2006
Resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco	494 699	257 451
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas (milhares) ⁽¹⁾	500 000	417 222
Número médio ponderado de acções próprias em carteira (milhares)	4 090	6 373
Número médio de acções ordinárias em circulação (milhares)	495 910	410 849
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do Banco (em euros)	1,00	0,63

(1) Em 31 de Dezembro de 2006 refere-se ao número médio de acções ordinárias ponderado pelo tempo de permanência após o aumento de capital realizado em 30 de Maio de 2006 (ver Nota 36).

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco.

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos porque as acções subjacentes ao SIBA não têm um efeito diluidor em 31 de Dezembro de 2007 e 2006.

Nota 15 // Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

milhares de euros		
	31.12.2007	31.12.2006
Caixa	225 073	257 168
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	979 012	704 549
Outros bancos centrais	12 011	76
	991 023	704 625
	1 216 096	961 793

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais – Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de Dezembro de 2007 a taxa de remuneração média destes depósitos ascendia a 3,94% (31 de Dezembro de 2006: 2,79%).

Nota 16 // Disponibilidades em outras Instituições de Crédito

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Cheques a cobrar	374 395	428 301
Depósitos à ordem	9 193	11 679
Outras disponibilidades	-	36 743
	383 588	476 723
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	93 620	55 505
Cheques a cobrar	8	105
	93 628	55 610
	477 216	532 333

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

Nota 17 // Activos e Passivos Financeiros detidos para Negociação

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica Activos e passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	31.12.2007	31.12.2006
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	723 364	1 141 614
De outros emissores	930	943
Outros títulos de rendimento variável	698 353	991 793
	1 422 647	2 134 350
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	1 195 249	1 065 792
	2 617 896	3 200 142
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	1 034 222	946 068

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de maturidade, é como segue:

	milhares de euros	
	31.12.2007	31.12.2006
Até 3 meses	347 491	345 971
De 3 meses a um ano	336 586	604 102
De um a cinco anos	194 466	324 996
Mais de cinco anos	82 458	111 797
Duração indeterminada	461 646	747 484
	1 422 647	2 134 350

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.5, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica de Activos financeiros detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	31.12.2007			31.12.2006		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	723 364	-	723 364	946 992	194 622	1 141 614
De outros emissores	747	183	930	839	104	943
Outros títulos de rendimento variável	-	698 353	698 353	-	991 793	991 793
	724 111	698 536	1 422 647	947 831	1 186 519	2 134 350

A rubrica Instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2007			31.12.2006		
	Nacional	Justo Valor		Nacional	Justo Valor	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
Derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward						
- compras	12 133 575	112 847	247 145	15 210 301	120 506	160 855
- vendas	12 252 372			15 238 164		
Currency Swaps						
- compras	345 984	2 056	2 243	1 297 385	9 404	11 494
- vendas	347 198			1 296 468		
Currency Interest Rate Swaps						
- compras	1 657 950	187 591	176 211	363 129	244 916	220 411
- vendas	1 660 294			368 375		
Currency Options	4 218 176	57 379	86 511	2 271 360	9 489	21 053
	32 615 549	359 873	512 110	36 045 182	384 315	413 813
Contratos sobre taxas de juro						
Forward Rate Agreements	5 353 657	1 444	342	255 930	112	126
Interest Rate Swaps	29 831 122	616 970	401 020	25 795 960	559 181	444 107
Swaption - Interest Rate Options	2 330 536	3 814	2 105	2 348 648	13 519	11 220
Interest Rate Caps & Floors	5 135 206	29 862	25 529	1 620 352	3 851	4 046
Interest Rate Futures	100 000	-	-	50 000	-	-
Bonds Options	30 000	665	558	84 686	-	-
Future Options	3 229 375	-	-	9 985 103	-	-
	46 009 896	652 755	429 554	40 140 679	576 663	459 499
Contratos sobre acções/índices						
Equity / Index Swaps	1 797 380	85 468	24 648	1 189 679	37 912	23 305
Equity / Index Options	1 505 819	76 345	56 716	2 108 390	52 919	40 281
	3 303 199	161 813	81 364	3 298 069	90 831	63 586
Contratos sobre crédito						
Credit Default Swaps	1 439 622	20 808	11 194	1 085 192	13 983	9 170
Total	83 368 266	1 195 249	1 034 222	80 569 122	1 065 792	946 068

Em 31 de Dezembro de 2006, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados incluía o montante de 7,5 milhões de euros referente ao justo valor passivo de derivados embutidos conforme descrito na Nota 2.3.

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o escalonamento dos instrumentos financeiros derivados de negociação, por prazos de vencimento, é como segue:

milhares de euros

	31.12.2007		31.12.2006	
	Nocional	Justo valor (líquido)	Nocional	Justo valor (líquido)
Até 3 meses	27 362 969	(149 180)	36 764 342	(39 958)
De 3 meses a um ano	18 730 128	77 424	15 305 907	13 670
De um a cinco anos	21 016 696	286 240	15 248 629	155 209
Mais de cinco anos	16 258 473	(53 457)	13 250 244	(9 197)
	83 368 266	161 027	80 569 122	119 724

Nota 18 // Outros Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados

O valor desta rubrica é composto por:

milhares de euros

	31.12.2007	31.12.2006
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	894 329	965 960
Acções	192 354	175 894
Valor de balanço	1 086 683	1 141 854

A opção do Banco para designar estes activos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, está de acordo com a estratégia documentada de gestão de risco do Banco, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

A 31 de Dezembro de 2006, neste agregado encontram-se registados títulos no valor de 575 621 milhares de euros, os quais, apesar de o Banco ter procedido à sua alienação, não foram desreconhecidos do balanço uma vez que o Banco reteve a totalidade dos benefícios associados a estes activos através de *total return swaps*. O valor recebido no âmbito desta operação encontra-se registado em Recursos de outras instituições de crédito.

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o escalonamento dos títulos ao justo valor através de resultados por prazos de vencimento é como segue:

milhares de euros

	31.12.2007	31.12.2006
Até 3 meses	398 001	210 269
De 3 meses a um ano	103 330	146 339
De um a cinco anos	63 724	438 432
Mais de cinco anos	329 274	170 920
Duração indeterminada	192 354	175 894
	1 086 683	1 141 854

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

milhares de euros

	31.12.2007			31.12.2006		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	178 708	715 621	894 329	66 067	899 893	965 960
Acções	192 354	-	192 354	175 894	-	175 894
Total valor de balanço	371 062	715 621	1 086 683	241 961	899 893	1 141 854

Nota 19 // Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

milhares de euros

	Custo ⁽¹⁾	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	141 667	1 455	(323)	-	142 799
De outros emissores	2 082 827	1 997	(2 841)	(8 726)	2 073 257
Acções	1 018 133	650 626	(2 975)	(33 176)	1 632 608
Outros títulos de rendimento variável	275 264	9 058	(619)	(7 138)	276 565
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	3 517 891	663 136	(6 758)	(49 040)	4 125 229
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	259 735	820	(922)	-	259 633
De outros emissores	3 224 405	1 726	(20 604)	(7 492)	3 198 035
Acções	1 025 822	818 878	(6 822)	(28 143)	1 809 735
Outros títulos de rendimento variável	335 445	4 190	(472)	(17 085)	322 078
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	4 845 407	825 614	(28 820)	(52 720)	5 589 481

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida

A rubrica Activos financeiros disponíveis para venda inclui 582 299 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 529 242 milhares de euros) de títulos dados em garantia pelo Banco, cujo detalhe é apresentado na Nota 38.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

milhares de euros

	31.12.2007	31.12.2006
Saldo inicial	49 040	51 764
Dotações	14 241	7 513
Utilizações	(10 845)	(7 101)
Reversões	(479)	(1 000)
Diferenças de câmbio e outras	763	(2 136)
Saldo final	52 720	49 040

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o escalonamento dos activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento, é como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Até 3 meses	642 209	232 698
De 3 meses a um ano	324 453	166 053
De um a cinco anos	799 231	834 981
Mais de cinco anos	1 691 775	981 970
Duração indeterminada	2 131 813	1 909 527
	5 589 481	4 125 229

milhares de euros

As principais posições que justificam o valor da reserva de justo valor, com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, são as seguintes:

31.12.2007					
Descrição	Custo de aquisição	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Banco Bradesco	286 047	661 695	-	-	947 742
Portugal Telecom	291 914	76 010	-	-	367 924
EDP	263 801	70 497	-	-	334 298
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 480	8 589	-	(682)	10 387
	844 242	816 791	-	(682)	1 660 351

milhares de euros

31.12.2006					
Descrição	Custo de aquisição	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Banco Bradesco	202 057	496 097	-	-	698 154
Portugal Telecom	340 074	66 331	-	-	406 405
EDP	218 670	67 986	-	-	286 656
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 480	2 774	-	(682)	4 572
	763 281	633 188	-	(682)	1 395 787

milhares de euros

No dia 7 de Novembro de 2007 a Portugal Telecom (PT) efectuou o *spin-off* da sua participação de 58,43% na PT Multimédia (PTM), tendo atribuído 0,176067 acções desta última por cada acção detida no capital da PT. Decorrente desta operação, o Grupo recebeu 9 444 819 de acções da PTM, as quais foram contabilizadas, pelo respectivo valor apurado na data efectiva do *spin-off*, como uma alocação do valor de balanço das acções PT que lhes estiveram na origem. Adicionalmente, o custo de aquisição das acções PT, bem como o valor acumulado da respectiva reserva de justo valor previamente ao *spin-off*, foram distribuídos entre as acções PT detidas e as novas acções da PTM recebidas, na proporção dos respectivos justos valores determinados na data de efectividade da operação. Nesta base, decorrente do *spin-off* da PTM, o Grupo não reconheceu qualquer efeito em resultados.

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

milhares de euros

	31.12.2007			31.12.2006		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	47 562	212 071	259 633	35 699	107 100	142 799
De outros emissores	11 401	3 186 634	3 198 035	506 484	1 566 773	2 073 257
Acções	1 707 688	102 047	1 809 735	1 544 731	87 877	1 632 608
Outros títulos de rendimento variável	-	322 078	322 078	-	276 565	276 565
	1 766 651	3 822 830	5 589 481	2 086 914	2 038 315	4 125 229

Nota 20 // Aplicações em Instituições de Crédito

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2007	31.12.2006
Aplicações em instituições de crédito no país		
Empréstimos	1 348 181	748 031
Mercado monetário interbancário	1 310 118	1 034 082
Depósitos	580 952	271 307
Aplicações de muito curto prazo	377 260	56 046
Outras aplicações	1 473	43
	3 617 984	2 109 509
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	4 420 583	5 273 111
Aplicações de muito curto prazo	1 351 258	2 166 380
Empréstimos	969 433	253 681
Outras aplicações	16 145	6 235
	6 757 419	7 699 407
Perdas por imparidade	(366)	(1 595)
	10 375 037	9 807 321

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 31 de Dezembro de 2007, vencem juros à taxa média anual de 4,47% (31 de Dezembro de 2006: 3,64%). Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro vencem juros às taxas dos mercados internacionais onde o Banco opera.

Em 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica inclui 559 687 milhares de euros de aplicações registadas em balanço ao justo valor através de resultados (ver nota 23).

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

	milhares de euros	
	31.12.2007	31.12.2006
Até 3 meses	9 703 137	8 448 940
De 3 meses a um ano	436 419	1 105 147
De um a cinco anos	103 014	150 440
Mais de cinco anos	132 833	104 389
	10 375 403	9 808 916

Os movimentos ocorridos no período como perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito é apresentada como segue:

	milhares de euros	
	31.12.2007	31.12.2006
Saldo inicial	1 595	2 562
Dotações	1 114	1 300
Reversões	(2 236)	(1 990)
Diferenças de câmbio e outras	(107)	(277)
Saldo final	366	1 595

Nota 21 // Crédito a Clientes

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	milhares de euros	
	31.12.2007	31.12.2006
Crédito interno		
A empresas		
Créditos em conta corrente	8 773 195	6 514 609
Empréstimos	5 295 525	6 181 671
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	1 108 224	1 168 988
Factoring	158 019	141 598
Descobertos	49 641	27 654
Locação financeira	1 876	1 987
Outros créditos	198 124	142 070
A particulares		
Habitação	8 327 928	7 774 554
Consumo e outros	2 228 742	1 943 165
	26 141 274	23 896 296
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	3 703 654	2 254 834
Créditos em conta corrente	1 050 661	421 476
Descobertos	27 199	20 292
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	135 950	41
Locação financeira	258 102	-
Outros créditos	876 701	501 531
A particulares		
Habitação	431 927	-
Consumo e outros	295 332	7 552
	6 779 526	3 205 726
Crédito e juros vencidos		
Até 3 meses	44 478	41 813
De 3 meses a 1 ano	96 709	91 331
De 1 a 3 anos	191 110	165 037
Há mais de 3 anos	110 574	103 535
	442 871	401 716
	33 363 671	27 503 738
Perdas por imparidade	(487 804)	(369 366)
	32 875 867	27 134 372

O justo valor da carteira de crédito a clientes encontra-se apresentada na Nota 41.

Em 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica inclui 156 049 milhares de euros de créditos registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver nota 23).

Durante o mês de Julho de 2007, o BES concretizou uma operação de securitização de crédito à habitação (*Lusitano Mortgages No. 6*), no valor de 1 122 milhões de euros (2006: 1 400 milhões de euros – *Lusitano Mortgages No. 5*). Em Dezembro de 2007 o BES participou, conjuntamente com outras entidades do Grupo BES, numa operação de securitização de créditos *project finance*, no valor total de 1 079 milhões de euros, dos quais 889 milhões de euros foram cedidos pelo BES (ver Nota 40).

Em 31 de Dezembro de 2007 o crédito vivo inclui 63 102 milhares de euros de crédito renegociado (31 de Dezembro de 2006: 44 641 milhares de euros). Estes créditos correspondem, de acordo com a definição do Banco de Portugal, a créditos anteriormente vencidos, que através de um processo de renegociação passam, a ser considerados como créditos correntes.

O escalonamento do crédito a clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

	milhares de euros	
	31.12.2007	31.12.2006
Até 3 meses	5 644 786	5 170 622
De 3 meses a um ano	4 798 897	3 699 002
De um a cinco anos	6 134 674	5 050 056
Mais de cinco anos	16 342 443	13 182 342
Duração indeterminada	442 871	401 716
	33 363 671	27 503 738

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas como correcção aos valores do crédito no activo, foram os seguintes:

	milhares de euros	
	31.12.2007	31.12.2006
Saldo inicial	369 366	414 457
Dotações	172 826	135 257
Utilizações	(77 759)	(182 076)
Reversões	(19 812)	(1 551)
Transferências	36 640 ^(c)	-
Diferenças de câmbio e outras	6 543 ^(a)	3 279 ^(b)
Saldo final	487 804	369 366

(a) Inclui 6 384 milhares de euros provenientes da fusão por incorporação do BESSA

(b) Inclui 3 050 milhares de euros provenientes da fusão da Crediflash

(c) Provisões realocadas de provisões para riscos gerais de crédito (ver Nota 32)

Adicionalmente, o Banco tem, em 31 de Dezembro de 2007, 396 385 milhares de euros de provisões para riscos gerais de crédito (31 de Dezembro de 2006: 385 536 milhares de euros) as quais, de acordo com as NCA são apresentadas no passivo (ver Nota 32).

A distribuição do Crédito a clientes por tipo de taxa é como segue:

	milhares de euros	
	31.12.2007	31.12.2006
Taxa fixa	2 789 115	2 987 371
Taxa variável	30 574 556	24 516 367
	33 363 671	27 503 738

O crédito de locação financeira, por prazos residuais é apresentado como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Rendas e valores residuais vincendos		
Até um ano	3 239	1 987
De um a cinco anos	130 988	-
Mais de cinco anos	131 176	-
	265 403	1 987
Juros vincendos		
Até um ano	-	-
De um a cinco anos	-	-
Mais de cinco anos	5 425	-
	5 425	-
Capital vincendo		
Até um ano	3 239	1 987
De um a cinco anos	130 988	-
Mais de cinco anos	125 751	-
	259 978	1 987

Nota 22 // Investimentos detidos até à Maturidade

Os Investimentos detidos até à maturidade, podem ser analisados como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	390 025	567 747
	390 025	567 747

O justo valor da carteira de investimentos detidos até à maturidade encontra-se apresentada na Nota 41.

O escalonamento dos investimentos detidos até à maturidade por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Até 3 meses	6 085	38 106
De 3 meses a um ano	9 254	60 146
De um a cinco anos	350 267	462 826
Mais de cinco anos	24 419	6 669
	390 025	567 747

Nota 23 // Derivados para Gestão de Risco

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o justo valor dos derivados para gestão de risco em balanço analisa-se como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Derivados para gestão de risco activos	165 346	177 309
Derivados para gestão de risco passivos	189 651	205 590
	(24 305)	(28 281)

A rubrica de Derivados para gestão de risco, inclui para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivados de cobertura).

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica de Derivados para gestão de risco no valor líquido de 24 305 milhares de euros (passivo líquido) inclui (i) 27 091 milhares de euros de passivo líquido relativos a derivados de cobertura (31 de Dezembro de 2006: 30 521 milhares de euros de passivo líquido) e 2 786 milhares de euros de activo líquido relativos a derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados e que não foram designados como derivados de cobertura (31 de Dezembro de 2006: 2 240 milhares de euros de activo líquido).

a) Derivados de cobertura

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 podem ser analisadas como segue:

31.12.2007							
Produto Derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado ⁽¹⁾	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto ⁽²⁾	Variação do justo valor do elemento coberto no ano ⁽²⁾
Currency Interest Rate Swap	Empréstimos subordinados	Taxa de juro e câmbio	181 895	(22 678)	(11 995)	22 455	12 621
Currency Interest Rate Swap	Recursos de instituições de crédito	Taxa de juro e câmbio	407 405	(4 841)	(4 191)	4 633	4 191
Interest Rate Swap	Crédito Interno	Taxa de juro	91 993	1 210	969	(767)	(953)
Interest Rate Swap	Obrigações emitidas	Taxa de juro	1 306 665	(376)	22 065	7 770	(22 251)
Interest Rate Swap	Recursos de clientes	Taxa de Juro	191 077	822	(1 463)	831	275
Interest Rate Swap	Recursos de instituições de crédito	Taxa de Juro	128 000	(1 228)	(9 130)	2 601	8 842
			2 307 035	(27 091)	(3 745)	37 523	2 725

(1) Inclui juro corrido

(2) Atribuível ao risco coberto

milhares de euros

31.12.2006

Produto Derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocial	Justo valor do derivado ⁽¹⁾	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto ⁽²⁾	Variação do justo valor do elemento coberto no ano ⁽²⁾
Currency Interest Rate Swaps	Recursos de clientes	Cambial e Taxa de Juro	429 596	2 248	1 060	448	(1 181)
Currency Interest Rate Swaps	Empréstimos subordinados	Cambial e Taxa de Juro	191 168	(8 053)	(33 657)	8 027	38 942
Currency Interest Rate Swaps	Débitos representados por títulos	Taxa de Juro	35 854	-	-	-	-
Interest Rate Swaps	Crédito a clientes	Taxa de Juro	245 884	(1 244)	3 778	428	(4 309)
Interest Rate Swaps	Recursos de clientes	Taxa de Juro	300 373	7 597	3 984	(5 130)	(4 088)
Interest Rate Swaps	Empréstimos	Taxa de Juro	-	-	93	-	(107)
Interest Rate Swaps	Débitos representados por títulos	Taxa de Juro	167 723	(31 069)	(5 476)	29 502	3 034
			1 370 598	(30 521)	(30 218)	33 275	32 291

(1) Inclui juro corrido

(2) Atribuível ao risco coberto

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritas e os respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

Em 31 de Dezembro de 2007, a parte inefectiva das operações de cobertura de justo valor no montante de 1,0 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 2,1 milhões de euros) foi registada por contrapartida de resultados. O Banco realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

b) Outros derivados para gestão de risco

Os outros derivados para gestão de risco incluem instrumentos destinados a cobrir o risco associado a determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme política contabilística descrita nas Notas 2.4, 2.5 e 2.8 e que o Banco não designou para contabilidade de cobertura. O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados pode ser analisado como segue:

milhares de euros

31.12.2007

Produto derivado	Activo/ Passivo financeiro associado	Derivado			Activo/Passivo associado			
		Nocial	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
	Activo							
Currency Swap	Aplicações em instituições de crédito	561 051	(333)	(198)	49	49	559 687	561 051
Interest Rate Swap	Títulos	185 000	319	467	(1 805)	1 098	187 545	189 350
Interest Rate Swap	Crédito Interno	115 000	461	461	609	609	156 049	154 991
	Passivo							
Index Swap	Obrigações emitidas	68 524	6 911	2 844	(6 042)	(669)	71 110	64 520
Interest Rate Swap	Obrigações emitidas	95 210	(3 671)	453	3 676	(1 689)	84 613	87 737
Index Swap	Recursos de clientes	3 000	(58)	(58)	51	51	2 639	2 675
Interest Rate Swap	Recursos de clientes	75 000	(843)	1 022	841	(1 022)	74 159	75 000
		1 102 785	2 786	4 991	(2 621)	(1 573)	1 135 802	1 135 324

milhares de euros

31.12.2007								
Produto derivado	Activo/ Passivo financeiro associado	Derivado			Activo/Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
	Passivo							
Interest Rate Swap	Débitos representados por títulos	94 732	(4 124)	(4 124)	3 097	3 097	85 867	92 367
Index Swap	Débitos representados por títulos	99 962	7 591	7 591	(5 319)	(5 319)	92 238	85 583
Index Option	Débitos representados por títulos	7 400	(708)	(708)	(139)	(139)	7 538	7 248
FX Swaps	Recursos de instituições de crédito	387 114	(519)	(519)	117	117	386 997	561 051
		589 208	2 240	2 240	(2 244)	(2 244)	572 640	746 249

A variação de justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados, atribuível ao risco de crédito do Banco, ascende em 31 de Dezembro de 2007 a 41 milhares de euros.

As operações com derivados de gestão de risco em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

milhares de euros

	31.12.2007		31.12.2006	
	Nocional	Justo valor	Nocional	Justo valor
Até 3 meses	620 954	4 495	462 998	3 478
De 3 meses a um ano	273 837	1 415	194 919	2 487
De um a cinco anos	1 160 626	(2 817)	810 520	(512)
Mais de cinco anos	1 354 403	(27 398)	491 369	(33 734)
	3 409 820	(24 305)	1 959 806	(28 281)

Nota 24 // Activos não Correntes Detidos para Venda

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

milhares de euros

31.12.2007	
Imóveis	49 499
Perdas por imparidade	(6 084)
	43 415

Os valores apresentados referem-se a imóveis recebidos em dação e instalações descontinuadas disponíveis para venda imediata. Em 31 de Dezembro de 2007, o valor relativo a instalações descontinuadas ascende a 15 855 milhares de euros (ver Nota 25), tendo o Banco registado uma perda por imparidade no valor de 2 299 milhares de euros para estes activos.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade foram os seguintes:

milhares de euros

	31.12.2007
Saldo inicial	-
Dotações	2 605
Utilizações	(2 017)
Reversões	(45)
Transferências ^(a)	5 541
Saldo final	6 084

(a) Imparidade transferida da rubrica de Outros activos, no momento em que os activos foram também transferidos, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.10 (ver Nota 28).

Nota 25 // Outros Activos Tangíveis

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2007	31.12.2006
Imóveis		
De serviço próprio	293 602	257 460
Beneficiações em edifícios arrendados	184 823	169 893
Outros	13	13
	478 438	427 366
Equipamento		
Equipamento informático	232 841	214 560
Instalações interiores	95 593	86 114
Mobiliário e material	87 994	57 743
Equipamento de segurança	22 377	18 551
Máquinas e ferramentas	29 245	28 875
Material de transporte	1 730	1 787
Outros	338	338
	470 118	407 968
Imobilizado em curso		
Beneficiações em edifícios arrendados	15 373	11 726
Imóveis	4 741	3 713
Equipamento	16 194	13 408
Outros	352	574
	36 660	29 421
	985 216	864 755
Depreciação acumulada	(598 993)	(564 516)
	386 223	300 239

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

milhares de euros

	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	427 504	403 676	12 841	844 021
Adições	697	10 444	32 307	43 448
Abates / vendas	(4 302)	(14 977)	-	(19 279)
Transferências ^(a)	983	7 284	(15 726)	(7 459)
Variação cambial	-	(115)	(1)	(116)
Outros movimentos ^(b)	2 484	1 656	-	4 140
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	427 366	407 968	29 421	864 755
Adições	41 892	27 289	51 532	120 713
Abates / vendas	(2 817)	(11 925)	-	(14 742)
Transferências ^(c)	10 668	20 098	(44 342)	(13 576)
Variação cambial	(5)	(347)	49	(303)
Outros movimentos ^(d)	1 334	27 035	-	28 369
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	478 438	470 118	36 660	985 216
Depreciações				
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	201 444	350 983	-	552 427
Amortizações do exercício	12 958	17 770	-	30 728
Abates / vendas	(4 125)	(14 375)	-	(18 500)
Transferências ^(a)	(1 090)	(871)	-	(1 961)
Variação cambial	(288)	(2 178)	-	(2 466)
Outros movimentos ^(e)	743	3 545	-	4 288
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	209 642	354 874	-	564 516
Amortizações do exercício	14 040	20 244	-	34 284
Abates / vendas	(2 817)	(11 908)	-	(14 725)
Transferências ^(c)	(2 946)	(261)	-	(3 207)
Variação cambial	(1)	(323)	-	(324)
Outros movimentos ^(d)	262	18 187	-	18 449
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	218 180	380 813	-	598 993
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2007	260 258	89 305	36 660	386 223
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2006	217 724	53 094	29 421	300 239

(a) Inclui 7 459 milhares de euros de imobilizado (imóveis e equipamento) e 1 961 milhares de euros de amortizações acumuladas referente a balcões descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para as adequadas rubricas de balanço

(b) Fusão da Crediflash: 2 484 milhares de euros em Imóveis; 1 656 milhares de euros em Equipamento

(c) Inclui 13 576 milhares de euros de imobilizado (imóveis e equipamento) e 3 207 milhares de euros de amortizações acumuladas referente a balcões descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para as adequadas rubricas de balanço

(d) Em 31 de Dezembro de 2006 os valores em Outros movimentos referem-se à fusão por incorporação do BESSA

(e) Fusão da Crediflash: 528 milhares de euros em Imóveis; 1 656 milhares de euros em Equipamento

Nota 26 // Activos Intangíveis

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	milhares de euros	
	31.12.2007	31.12.2006
Gerados internamente		
Sistema de tratamento automático de dados	11 994	6 532
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	400 793	364 522
Outras	-	18 082
	400 793	382 604
Imobilizações em curso	22 735	18 378
	435 522	407 514
Amortização acumulada	(365 561)	(356 161)
	69 961	51 353

Nos activos intangíveis gerados internamente incluem-se os gastos incorridos pelas unidades do Banco especializadas na implementação de soluções informáticas portadoras de benefícios económicos futuros (ver Nota 2.12).

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

milhares de euros

	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizações em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	342 237	17 962	18 790	378 989
Adições:				
Geradas internamente	30	-	5 635	5 665
Adquiridas a terceiros	3 054	-	14 413	17 467
Transferências	20 460	-	(20 460)	-
Variação cambial	(9)	-	-	(9)
Outros movimentos ^{a)}	5 282	120	-	5 402
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	371 054	18 082	18 378	407 514
Adições:				
Geradas internamente	22	-	6 010	6 032
Adquiridas a terceiros	6 920	-	18 162	25 082
Abates / vendas	-	(18 082)	-	(18 082)
Transferências	19 815	-	(19 815)	-
Variação cambial	(9)	-	-	(9)
Outros movimentos ^{b)}	14 985	-	-	14 985
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	412 787	-	22 735	435 522
Amortizações				
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	311 290	17 912	-	329 202
Amortizações do exercício	22 154	48	-	22 202
Transferências	500	(500)	-	-
Variação cambial	(9)	-	-	(9)
Outros movimentos ^{a)}	4 144	622	-	4 766
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	338 079	18 082	-	356 161
Amortizações do exercício	22 756	-	-	22 756
Abates / vendas	-	(18 082)	-	(18 082)
Variação cambial	27	-	-	27
Outros movimentos ^{b)}	4 699	-	-	4 699
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	365 561	-	-	365 561
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2007	47 226	-	22 735	69 961
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2006	32 975	-	18 378	51 353

a) Valores relativos à fusão da Crediflash

b) Valores relativos à fusão por incorporação do BESSA

Nota 27 // Investimentos em Subsidiárias e Associadas

Os dados financeiros relativos às empresas subsidiárias e associadas, são apresentados no quadro seguinte:

milhares de euros

	31.12.2007				31.12.2006			
	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (euros)	Custo da participação	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (euros)	Custo da participação
BES AÇORES	2 013 103	57,52%	5,00	9 652	2 013 103	57,52%	5,00	9 652
BES FINANCE	100 000	100,00%	1,00	25	100 000	100,00%	1,00	25
BES ORIENTE	199 500	99,75%	84,57	21 341	199 500	99,75%	94,80	21 341
BES ANGOLA	799 600	79,96%	6,79	9 102	799 600	79,96%	7,59	9 102
BES-VIDA	24 999 700	50,00%	5,00	474 994	24 999 700	50,00%	5,00	474 994
BESI	14 000 000	100,00%	5,00	159 834	14 000 000	100,00%	5,00	159 834
BESLEASING E FACTORING	8 777 241	89,36%	5,00	45 934	8 777 241	89,36%	5,00	45 934
BESNAC	1 000	100,00%	0,67	36	1 000	100,00%	0,75	36
BESSA ^(a)	-	-	-	-	10 825 000	100,00%	8,00	108 976
BEST	20 181 680	32,03%	1,00	20 182	20 181 680	32,03%	1,00	20 182
BIC INTERNATIONAL BANK	10 000 000	100,00%	1,00	24 197	10 000 000	100,00%	1,00	24 197
CÊNTIMO	500 000	100,00%	1,00	925	500 000	100,00%	1,00	925
E.S. BANK	6 377 050	98,45%	3,39	71 027	6 377 050	98,45%	3,78	71 027
E.S. PLC	29 996	99,99%	5,00	38	29 996	99,99%	5,00	38
BES SEGUROS	749 800	24,99%	5,00	3 749	749 800	24,99%	5,00	3 749
E.S. TECH VENTURES	65 000 000	100,00%	1,00	65 000	65 000 000	100,00%	1,00	65 000
ESAF SGPS	1 645 000	70,00%	5,00	8 205	1 645 000	70,00%	5,00	8 205
ESCLINC	100	100,00%	5 513,17	788	100	100,00%	6 162,45	787
ES CONCESSÕES	390 000	60,00%	5,00	19 793	390 000	60,00%	5,00	19 793
ESDATA	1 400 000	100,00%	5,00	7 805	686 000	49,00%	5,00	4 114
ESEGUR	242 000	44,00%	5,00	9 634	187 000	34,00%	5,00	2 134
ESGEST	20 000	100,00%	5,00	100	20 000	100,00%	5,00	100
E.S. CONTACT CENTER	525 001	35,00%	1,00	739	1 045 900	35,00%	1,00	1 260
E.S. F. CONSULTANTS	700 000	100,00%	5,00	3 500	700 000	100,00%	5,00	3 500
E.S. REPRESENTAÇÕES	49 995	99,99%	0,38	39	49 995	99,99%	0,35	39
ESUMÉDICA	74 700	24,90%	5,00	395	74 700	24,90%	5,00	395
EUROP ASSISTANCE	230 000	23,00%	5,00	1 147	230 000	23,00%	5,00	1 147
FIDUPRIVATE	6 190	24,76%	5,00	31	6 190	24,76%	5,00	31
LOCARENT	472 500	45,00%	5,00	2 518	472 500	45,00%	5,00	2 518
QUINTA DOS CÔNEGOS	488 400	66,00%	5,00	3 965	487 400	65,86%	5,00	3 960
PARSUNI	1	100,00%	5 000,00	5	1	100,00%	5 000,00	5
SCI GEORGES MANDEL	15 750	22,50%	152,45	2 401	15 750	22,50%	152,45	2 401
BES BETEILIGUNGS GMBH	1	100,00%	25 000,00	165 025	1	100,00%	25 000,00	65 025
ES SERVICIOS ^(b)	9 998	99,98%	1,50	15	-	-	-	-
ESAF ESPANHA ^(b)	500	50,00%	1 000,00	33 515	-	-	-	-
PRAÇA DO MARQUÊS	3 185 000	100,00%	4,99	27 724	-	-	-	-
				1 193 380				1 130 426
Perdas por imparidade				(108 739)				(74 508)
				1 084 641				1 055 918

(a) Em 1 de Abril de 2007 efectuou-se a fusão por incorporação do BESSA no BES

(b) Entidades detidas pelo BESSA, com a sua fusão por incorporação no BES passaram a fazer parte dos investimentos em subsidiárias do Banco.

No decorrer do exercício de 2007 ocorreram alterações ao nível dos investimentos em associadas do BES, das quais se destacam as seguintes:

- Em Março de 2007, o BES adquiriu 10% do capital social da ESEGUR, passando a deter 44% do capital social da referida empresa;
- Em 1 de Abril de 2007, procedeu-se à fusão por incorporação do Banco Espírito Santo, S.A. (Espanha) no BES, através da sua transformação em sucursal;
- Em Maio de 2007, o BES adquiriu 51% do capital social da ES Data, passando a deter 100% do capital social da referida empresa;
- Em Novembro de 2007, o BES adquiriu 100% do capital social da Praça do Marquês – Serviços Auxiliares, S.A..

O movimento das perdas por imparidade relativas aos investimentos em subsidiárias e associadas foi como segue:

	milhares de euros	
	31.12.2007	31.12.2006
Saldo inicial	74 508	72 144
Dotações	7 001	12 103
Utilizações	-	(6 487)
Reversões	-	(3 252)
Outros (a)	27 230	-
Saldo final	108 739	74 508

(a) montante proveniente da fusão por incorporação do BESSA

Em 31 de Dezembro de 2006, o montante relativo a Alienação de investimentos financeiros reconhecido na demonstração de resultados refere-se à mais-valia obtida na venda das seguintes participações:

	31.12.2006
BES SEGUROS	9 754
Outras	96
	9 850

Nota 28 // Outros Activos

A rubrica Outros activos a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	milhares de euros	
	31.12.2007	31.12.2006
Devedores e outras aplicações		
Cauções prestadas pela realização de contratos de futuros	49 880	32 835
Devedores por bonificações de juros de crédito imobiliário	52 640	46 779
Contas caução	126 295	51 593
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	169 792	150 024
Sector público administrativo	26 428	641
Outros devedores diversos	169 150	136 633
	594 185	418 505
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(4 182)	(4 112)
	590 003	414 393
Outros activos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	13 269	29 445
Outros activos	38 609	18 904
	51 878	48 349
Proveitos a receber	57 931	67 174
Despesas com custo diferido	100 494	65 817
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	-	15 941
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	19 376	-
Outras operações a regularizar	-	25 189
	19 376	41 130
Activos recebidos em dação por recuperações de crédito	78 635	81 071
Perdas por imparidade para activos recebidos em dação	(7 513)	(8 976)
	71 122	72 095
Pensões de reforma (ver Nota 12)	579 455	632 848
	1 470 259	1 341 806

Em 31 de Dezembro de 2006, o valor relativo a instalações descontinuadas incluído na rubrica de Outros activos ascendia a 15 855 milhares de euros (ver nota 25), estes activos foram objecto de avaliação, tendo o Banco registado uma perda por imparidade de 2 299 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica de despesas com custo diferido inclui o montante de 79 328 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 53 815 milhares de euros) relativo à diferença entre o valor nominal dos empréstimos concedidos aos colaboradores do Banco no âmbito do ACT para o Sector Bancário e o seu justo valor à data da concessão, calculado de acordo com o IAS 39, o qual é reconhecido em custos durante o menor do prazo residual do empréstimo e o número de anos estimado de vida activa remanescente do colaborador.

Os montantes relativos a operações sobre valores mobiliários a regularizar reflectem as operações realizadas com títulos a aguardar liquidação, registadas na *trade date* conforme política contabilística descrita na nota 2.5.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em Outros activos são apresentados como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Saldo inicial	13 088	11 058
Dotações	3 813	3 384
Utilizações	-	(612)
Reversões	(42)	(1 541)
Outros ^(a)	(5 164)	799
Saldo final	11 695	13 088

(a) Imparidade transferida para a rubrica de Activos não correntes detidos para venda, no momento em que os activos foram também transferidos, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.10 (ver Nota 24).

Nota 29 // Recursos de outras Instituições de Crédito

A rubrica de Recursos de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
No país		
Depósitos	285 536	251 747
Mercado monetário interbancário	-	68 880
Recursos a muito curto prazo	35 710	31 393
Operações com acordo de recompra	1 571	1 340
Outros recursos	1 614	2 968
	324 431	356 328
No estrangeiro		
Depósitos	10 450 189	10 665 191
Empréstimos	1 839 689	2 596 237
Recursos a muito curto prazo	229 272	105 436
Operações com acordo de recompra	362 760	151 100
Outros recursos	93 597	61 077
	12 975 507	13 579 041
	13 299 938	13 935 369

Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica inclui 386 997 milhares de euros de recursos registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 23).

O escalonamento dos Recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Até 3 meses	4 331 321	2 557 476
De 3 meses a um ano	2 501 939	2 812 886
De um a cinco anos	5 326 131	7 291 550
Mais de cinco anos	1 140 547	1 273 457
	13 299 938	13 935 369

Nota 30 // Recursos de Clientes

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

milhares de euros

	31.12.2007	31.12.2006
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	9 168 637	8 600 858
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	8 303 168	6 363 420
Depósitos com pré-aviso	876	514
Outros	246 296	2 609
	8 550 340	6 366 543
Depósitos de poupança		
Reformados	118 763	178 736
Outros	1 892 923	1 931 989
	2 011 686	2 110 725
Outros recursos	1 414 746	959 379
	21 145 409	18 037 505

Em 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica inclui 76 798 milhares de euros de depósitos registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 23).

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

milhares de euros

	31.12.2007	31.12.2006
Exigível à vista	9 168 637	8 600 858
Exigível a prazo		
Até 3 meses	8 322 585	7 037 201
De 3 meses a um ano	1 746 964	1 845 019
De um a cinco anos	524 439	485 087
Mais de cinco anos	1 382 784	69 340
	11 976 772	9 436 647
	21 145 409	18 037 505

Nota 31 // Responsabilidades Representadas por Títulos

A rubrica Responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

milhares de euros

	31.12.2007	31.12.2006
Certificados de depósitos	5 446 975	4 738 245
Obrigações de caixa	3 438 542	3 653 510
Euro Medium Term Notes ^(a)	3 203 347	44 764
Outros	-	7 593
	12 088 864	8 444 112

(a) Em 31 de Dezembro de 2007 inclui 200 milhões de euros de *extendible notes*.

Durante o exercício de 2007, o Banco procedeu à emissão de 3 173,5 milhões de euros de títulos (1 193,1 milhões de euros durante 2006), tendo sido reembolsados 185,8 milhões de euros (88,1 milhões de euros durante 2006).

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

milhares de euros		
	31.12.2007	31.12.2006
Até 3 meses	4 604 083	3 540 168
De 3 meses a um ano	1 489 534	1 462 630
De um a cinco anos	3 180 439	1 299 458
Mais de cinco anos	2 814 808	2 141 856
	12 088 864	8 444 112

As características essenciais destes recursos, para o Banco, são como segue:

milhares de euros

Entidade	Descrição	31.12.2007				
		Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro
BES	Certificados de depósito	EUR	2007	454 597	2008	3,00 % - 5,60%
BES	Certificados de depósito	(a) EUR	2007	2 724	2008	Indexado a cabaz de acções (Continental, Accor, KPN NV e Vivendi)
BES	Certificados de depósito	USD	2007	18 171	2008	4,37% - 5,40%
BES (Sucursal de Londres)	Certificados de depósito	EUR	2007	968 700	2008	4,13% - 4,87%
BES (Sucursal de Londres)	Certificados de depósito	GBP	2007	1 385 421	2008	5,51% - 6,72%
BES (Sucursal de Londres)	Certificados de depósito	USD	2007	1 787 243	2008	4,79% - 5,47%
BES (Sucursal de Londres)	Certificados de depósito	CAD	2007	41 525	2008	4,70%
BES (Sucursal de Londres)	Certificados de depósito	SEK	2007	47 662	2008	4,47%
BES (Sucursal de Londres)	Certificados de depósito	CHF	2007	18 432	2008	2,79%
BES (Sucursal de Nova Iorque)	Certificados de depósito	USD	2006 - 2007	670 613	2008	4,41% - 5,53%
BES	BES Rendimento Mais - 1ª Série	EUR	2000	10 801	2008	Taxa fixa - 5,80%
BES	BES Rendimento Mais - 2ª Série	EUR	2000	4 948	2008	Taxa fixa - 5,95%
BES	BES Rendimento Mais - 3ª Série	EUR	2000	6 865	2008	Taxa fixa - 5,98%
BES	BES Rendimento Mais - 4ª Série	EUR	2000	7 117	2008	Taxa fixa - 2,76%
BES	BES Rendimento Mais - 5ª Série	EUR	2000	5 142	2008	Taxa fixa - 5,96%
BES	BES EURO RENDA Agosto 2001	EUR	2001	15 000	2009	Taxa fixa - 2,75%
BES	BES Euro Renda	EUR	2002	22 306	2010	Taxa fixa - 5,32%
BES	BES TARGET 10%	EUR	2005	4 776	2013	Taxa fixa - 5,00%
BES	BES FEV 2009	EUR	2006	6 500	2009	Taxa fixa - 4,00%
BES	BIC 99 - 3ª emissão	EUR	1999	24 000	2008	Taxa fixa - 2,80%
BES	BIC EURO VALOR	EUR	2005	19 768	2010	Indexado a Cupão Anterior + Spread - Euribor
BES	BIC SNOWBL ABR0	EUR	2005	21 059	2012	Indexado a Cupão Anterior + Spread - Euribor
BES	BES JAPÃO FEV07	(a) EUR	2007	5 809	2010	Nikkei 225
BES	BES 4,125% 2010	EUR	2007	49 497	2010	Taxa fixa - 4,125%
BES	BES DUE 2010	EUR	2007	400 153	2010	Euribor 3 meses + 0,09%
BES	BES DUE 2012	EUR	2007	999 266	2012	Euribor 3 meses + 0,10%
BES	BES BRIC MAR.07	(a) EUR	2007	8 382	2010	S&P BRIC 40 EUR Price Return
BES	BES DUE 2013	EUR	2007	499 868	2013	Euribor 3 meses + 0,125%
BES	BES DUE MAIO 10	EUR	2007	499 623	2010	Euribor 3 meses + 0,07%
BES	BES DUE JUN 14	EUR	2007	499 796	2014	Euribor 3 meses + 0,15%
BES	BES DUE SET.08	(b) EUR	2007	200 000	2008	Indexada a Euribor 1 mês + 0,04%
BES	BES 12/01/2009	(a) USD	2005	634	2009	US Libor 6 meses
BES	BES 4% DUAL	(a) EUR	2006	5 444	2008	4% (50%) + DJ Eurostoxx 50 (50%)
BES	BES BRIC MAR.06	(a) EUR	2006	5 736	2009	Nifty India + RDX Russia + HK Hang Seng + Bovespa
BES	BES CHINA FEV05	(a) EUR	2005	8 165	2008	FSTE/Xinhua China 25 Index
BES	BES COMMODIT 7%	(a) EUR	2005	1 744	2014	Taxa fixa - 7,00%
BES	BES CR.JAPÃO PL	(a) EUR	2006	4 798	2009	Nikkei 225
BES	BES ER 4% ABR05	(a) EUR	2005	2 009	2013	Taxa fixa 4,08% no 1º, 2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.
BES	BES ER 4% ABR05	(a) EUR	2005	1 511	2013	Taxa fixa 4,14% no 1º, 2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.
BES	BES ER3,75%0805	(a) EUR	2005	2 202	2013	Taxa fixa 3,85% no 1º, 2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.
BES	BES TARGET 9%	(a) EUR	2006	3 289	2010	Euribor 12 meses
BES	BES TARGET 9% 2	(a) EUR	2006	3 086	2010	Euribor 12 meses
BES	BES-4,25% DUAL	(a) EUR	2006	2 918	2008	4,25% (50%) + DJ Eurostoxx 50 (50%)
BES	BES-CABAZ 2008	(a) EUR	2003	9 092	2008	Cabaz de acções internacionais
BES	BES-E.RENDA 4%	(a) EUR	2005	7 484	2013	Taxa fixa 4,15% no 1º, 2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.
BES	BES-IND.JUN.03	(a) EUR	2003	1 040	2008	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nikkei 225
BES	BES-IND.M.FEV03	(a) EUR	2003	2 358	2008	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nikkei 225
BES	BES-IND.MAIO 03	(a) EUR	2003	2 955	2008	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nikkei 225
BES	BES-LIBOR NOV04	(a) USD	2004	557	2008	US Libor 6 meses
BES	BES-T.14,5%MAIO	(a) EUR	2004	4 741	2014	Euribor 12 meses

milhares de euros

Entidade	Descrição		31.12.2007				
			Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro
BES	BES-TARG.14,5%A	(a)	EUR	2004	3 657	2014	Euribor 12 meses
BES	BES-V.SEG.ABR03	(a)	EUR	2003	2 443	2008	DJ Eurostoxx 50 + HICP Ex-Tobacco
BES	BES.LIBOR INV04	(a)	USD	2004	650	2009	US Libor 3 meses
BES	BIC E.RENDA 4%	(a)	EUR	2005	2 619	2013	Taxa fixa 4,15% no 1º, 2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.
BES	BES EN.ALT.2010	(a)	EUR	2007	4 810	2010	DAX Global Alternative Energy EUR Price Return
BES	BES INF.ESTR.07	(a)	EUR	2007	1 938	2009	Indexada a cabaz de acções (Brisa, Abertis, REW e E.On)
BES	BES I.EST. 07	(a)	EUR	2007	2 931	2009	Indexada a cabaz de acções (Brisa, Abertis, REW e E.On)
BES (SFE)	BES-SFE 27/11/2008	(a)	EUR	2003	45 079	2008	Taxa swap 10 anos EUR
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN 5,22%		USD	2001	34 858	2011	Taxa fixa - 5,22%
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN 5,22%		USD	2001	34 885	2011	Taxa fixa - 5,22%
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - Cupão Zero		EUR	2002	55 386	2027	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,90%
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - Cupão Zero		EUR	2002	91 225	2027	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,90%
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - Cupão Zero		EUR	2002	116 395	2027	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,74%
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN 4,82% 01/28/13		USD	2003	53 645	2013	Taxa fixa - 4,82%
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN 4,83% 02/05/13		USD	2003	53 667	2013	Taxa fixa - 4,83%
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN 5,06% 02/11/15		USD	2003	53 984	2015	Taxa fixa - 5,06%
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - Cupão Zero		EUR	2003	68 030	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,50%
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN 5,01% 02/18/15		USD	2003	53 961	2015	Taxa fixa - 5,01%
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN 5,37% 03/12/18		USD	2003	50 948	2018	Taxa fixa - 5,37%
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 07/15/13		USD	2003	50 948	2013	StepUp (1º cupão 1,25%)
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 07/25/13		USD	2003	50 948	2013	StepUp (1º cupão 1,50%)
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 07/28/10		USD	2003	50 948	2010	StepUp (1º cupão 3,50%)
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - Cupão Zero		EUR	2003	12 964	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,75%
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 08/27/13		EUR	2003	75 700	2013	StepUp (1º cupão 3,00%)
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 09/02/13		EUR	2003	75 735	2013	StepUp (1º cupão 3,00%)
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 09/16/13		EUR	2003	75 000	2013	StepUp (1º cupão 2,90%)
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 10/07/13		EUR	2003	75 787	2013	StepUp (1º cupão 3,10%)
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - Cupão Zero		EUR	2003	79 261	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,81%
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - FIXED NOTE		EUR	2003	22 643	2013	Cupão único e pago à cabeça
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 02/02/17		USD	2004	33 965	2017	StepUp (1º cupão 1,87%)
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 02/11/19		USD	2004	33 965	2019	StepUp (1º cupão 1,78%)
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - FIXED NOTE		EUR	2004	10 599	2014	Cupão único e pago à cabeça
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - FIXED NOTE		EUR	2004	26 140	2014	Cupão único e pago à cabeça
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - FIXED NOTE		EUR	2004	6 261	2014	Cupão único e pago à cabeça
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - FIXED NOTE		EUR	2004	5 218	2014	Cupão único e pago à cabeça
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 07/21/14		USD	2004	50 948	2014	StepUp (1º cupão 2,07%)
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - 4% Mais R.E.	(a)	EUR	2004	4 415	2009	Euribor 6 meses
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - 4% Mais R.E.	(a)	EUR	2004	1 601	2009	Euribor 6 meses
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - 4% Mais R.E.	(a)	EUR	2004	527	2009	Euribor 6 meses
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - BES Libor 4%		USD	2005	647	2008	Euribor 6 meses + 0,51%
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - BES Libor 4%		USD	2005	775	2008	Taxa fixa - 4,00%
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 06/30/08		USD	2005	1 470	2008	StepUp (1º cupão 4,00%)
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 07/11/08		USD	2005	1 512	2008	StepUp (1º cupão 3,60%)
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 08/08/08		USD	2005	1 453	2008	StepUp (1º cupão 3,60%)
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 08/09/08		USD	2005	584	2008	StepUp (1º cupão 3,75%)
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 10/14/08		USD	2005	1 209	2008	StepUp (1º cupão 3,75%)
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 11/10/08		USD	2005	1 284	2008	StepUp (1º cupão 3,75%)
BES (Sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 12-15-08		USD	2005	1 408	2008	StepUp (1º cupão 4,25%)
BES (Sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 1 2001		EUR	2001	49 999	2008	Taxa fixa - 5,48%
BES (Sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 2 2001		EUR	2001	49 983	2011	Taxa fixa - 5,68%

milhares de euros

Entidade	Descrição	31.12.2007				
		Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro
BES (Sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 3 2001	EUR	2001	49 999	2008	Taxa fixa - 5,40%
BES (Sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 4 2001	EUR	2001	49 998	2008	Taxa fixa - 5,46%
BES (Sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 5 2001	EUR	2001	49 998	2008	Taxa fixa - 5,48%
BES (Sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 6 2001	EUR	2001	49 992	2009	Taxa fixa - 5,43%
BES (Sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 7 2001	EUR	2001	49 991	2009	Taxa fixa - 5,41%
BES (Sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 8 2001	EUR	2001	49 991	2009	Taxa fixa - 5,45%
BES (Sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 9 2001	EUR	2001	49 991	2009	Taxa fixa - 5,42%
BES (Sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 10 2001	EUR	2001	49 986	2010	Taxa fixa - 5,53%
BES (Sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 11 2001	EUR	2001	49 986	2010	Taxa fixa - 5,57%
BES (Sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 12 2001	EUR	2001	49 986	2010	Taxa fixa - 5,58%
BES (Sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 13 2001	EUR	2001	49 986	2010	Taxa fixa - 5,73%
BES (Sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 14 2001	EUR	2001	49 981	2011	Taxa fixa - 5,80%
BES (Sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 15 2001	EUR	2001	50 246	2011	Taxa fixa - 5,79%
BES (Sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 16 2001	EUR	2001	50 236	2011	Taxa fixa - 5,90%
BES (Sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 17 2001	EUR	2001	50 293	2012	Taxa fixa - 5,89%
BES (Sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 18 2001	EUR	2001	49 978	2012	Taxa fixa - 5,83%
BES (Sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 19 2001	EUR	2001	49 978	2012	Taxa fixa - 5,96%
BES (Sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 20 2001	EUR	2001	49 978	2012	Taxa fixa - 5,94%
BES (Sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 21 2001	EUR	2001	49 975	2013	Taxa fixa - 6,03%
BES (Sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 22 2001	EUR	2001	74 962	2013	Taxa fixa - 6,08%
BES (Sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 23 2001	EUR	2001	75 401	2013	Taxa fixa - 6,03%
BES (Sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 24 2001	EUR	2001	74 958	2014	Taxa fixa - 6,01%
BES (Sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 25 2001	EUR	2001	75 415	2014	Taxa fixa - 6,02%
BES (Sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 26 2001	EUR	2001	74 955	2015	Taxa fixa - 6,16%
BES (Sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 27 2001	EUR	2001	75 411	2015	Taxa fixa - 6,09%
BES (Sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 29 2001	EUR	2001	50 268	2011	Taxa fixa - 5,28%
BES (Sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 30 2001	EUR	2001	50 684	2011	Taxa fixa - 5,42%
BES (Sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 1 2002	EUR	2002	70 474	2012	Taxa fixa - 5,92%
BES (Sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 2 2002	EUR	2002	5 962	2012	Taxa fixa - 4,65%
				11 939 594		
Juro corrido				149 270		
				12 088 864		

a) passivos designados ao justo valor através de resultados
b) *Extendible notes*: emissões com vencimento a 1 ano, com opção por parte do detentor de prorrogação da maturidade por 1 ano adicional com aumento do *spread*, até um máximo de 5 anos

O justo valor da carteira de Débitos representados por títulos apresenta-se na Nota 41.

Esta rubrica inclui 155 723 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 185 643 milhares de euros) de recursos registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver nota 23).

Nota 32 // Provisões

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

	milhares de euros			
	Provisão para riscos gerais de crédito	Provisão para reestruturação	Outras provisões	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	321 791	49 662	61 025	432 478
Dotações ^(a)	98 672	10 810	36 451	145 933
Utilizações	-	(57 986)	(297)	(58 283)
Reversões	(36 424)	-	(526)	(36 950)
Diferenças de câmbio e outras	1 497 ^(b)	(800)	2 006 ^(c)	2 703
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	385 536	1 686	98 659	485 881
Dotações	36 815	23 133	4 851	64 799
Utilizações	-	(848)	(5 298)	(6 146)
Reversões	(19 746)	(74)	(4 345)	(24 165)
Transferências	(36 640) ^(d)	-	-	(36 640)
Diferenças de câmbio e outras	30 421 ^(e)	-	7 130 ^(f)	37 551
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	396 386	23 897	100 997	521 280

(a) Inclui 59 721 milhares de euros de reforços efectuados por redução de outros resultados de exploração

(b) Inclui 2 271 milhares de euros relativos à fusão da Crediflash

(c) Inclui 2 497 milhares de euros relativos à fusão da Crediflash

(d) Inclui 31 236 milhares de euros relativos à fusão por incorporação do BESSA

(e) Inclui 7 132 milhares de euros relativos à fusão por incorporação do BESSA

(f) Provisões realocadas a perdas por imparidade do crédito (ver Nota 21).

Em Maio de 2006 procedeu-se à fusão da Crediflash - Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S.A. no Banco Espírito Santo, S.A., tendo sido preparado e aprovado um plano de reestruturação, no âmbito do qual foi constituída uma provisão de 10,8 milhões de euros para encargos com o referido processo. À data de 31 de Dezembro de 2007 encontra-se por utilizar 1,4 milhões de euros desta provisão.

Em Abril de 2007, no âmbito do processo de fusão do BESSA e sua transformação em sucursal, foi constituída uma provisão no valor de 23,1 milhões de euros para encargos com o referido processo. À data de 31 de Dezembro de 2007, encontram-se por utilizar 22,5 milhões de euros desta provisão.

As Outras provisões, cujo valor ascende a 101 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 98,7 milhões de euros), visam a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da actividade do Banco, sendo as mais relevantes as seguintes:

- Contingências decorrentes do processo de permuta de acções do Banco Boavista Interatlântico, por acções do Bradesco, ocorrida durante o exercício de 2000. O Banco constituiu provisões no valor de 38,6 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 25,9 milhões de euros) para cobertura de eventuais perdas com o referido processo;
- Contingências associadas a processos de falência de clientes que poderão implicar perdas para o Banco. As provisões registadas com vista à cobertura destas perdas ascendem a cerca de 7,5 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2007 (31 de Dezembro de 2006: 9,8 milhões de euros);
- Contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais. Para fazer face a estas contingências, o Banco mantém provisões de cerca de 46,8 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 45,2 milhões de euros);
- O valor remanescente, de cerca de 8,1 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 17,9 milhões de euros), destina-se à cobertura de perdas potenciais decorrentes da actividade normal do Banco tais como, entre outras, fraudes, roubos e assaltos e processos judiciais em curso.

Nota 33 // Impostos

O Banco está sujeito à tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama. O cálculo do imposto corrente e diferido do exercício de 2007 e do imposto diferido de 2006 foi apurado pelo Banco com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro e a Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais). O cálculo do imposto corrente de 2006 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 27,5%.

As declarações de autoliquidação do Banco ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco que, no contexto das demonstrações financeiras, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 podem ser analisados como seguem:

milhares de euros						
	Activo		Passivo		Líquido	
	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
Instrumentos financeiros derivados	-	-	(73 588)	(44 633)	(73 588)	(44 633)
Activos financeiros disponíveis para venda	6 586	1 623	(207 571)	(181 583)	(200 985)	(179 960)
Crédito a clientes	96 479	50 277	-	-	96 479	50 277
Outros activos tangíveis	-	-	(8 922)	(9 087)	(8 922)	(9 087)
Activos intangíveis	186	1 040	-	-	186	1 040
Investimentos em subsidiárias e associadas	2 253	-	(8 547)	(9 873)	(6 294)	(9 873)
Provisões	18 564	10 836	-	-	18 564	10 836
Pensões	13 809	235	(50 538)	(65 470)	(36 729)	(65 235)
SAMS	11 645	7 468	-	-	11 645	7 468
Prémios de antiguidade	6 286	5 525	-	-	6 286	5 525
Outros	1 772	271	(1 044)	(458)	728	(187)
Créditos fiscais resultantes de dupla tributação	-	18 711	-	-	-	18 711
Prejuízos fiscais reportáveis	-	40 831	-	-	-	40 831
Activo/(passivo) por imposto diferido	157 580	136 817	(350 210)	(311 104)	(192 630)	(174 287)

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

milhares de euros		
	31.12.2007	31.12.2006
Saldo inicial	(174 287)	(77 575)
Reconhecido em resultados	(6 144)	(62 362)
Reconhecido em reservas de justo valor	(25 451)	(50 210)
Reconhecido em outras reservas	(13 612)	15 329
Variação cambial e outros	(360)	531
Saldo no final do período (Activo/(Passivo))	(192 630)	(174 287)

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante os exercícios de 2007 e 2006 teve as seguintes origens:

milhares de euros

	31.12.2007		31.12.2006	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Impostos Diferidos				
Activos financeiros disponíveis para venda	4 426	25 451	1 584	50 210
Investimentos em associadas e subsidiárias	3 579	-	170	-
Crédito a clientes	46 202	-	16 489	-
Outros activos tangíveis	165	-	508	-
Activos intangíveis	(854)	-	(3 907)	-
Instrumentos financeiros derivados	(28 955)	-	(22 272)	-
Pensões	17 590	(10 916)	6 389	(10 140)
SAMS	1 481	(2 696)	4 023	-
Provisões	7 728	-	(13 486)	-
Prémios de antiguidade	761	-	(454)	-
Outros	1 275	-	(5 908)	(5 189)
Prejuízos fiscais reportáveis e créditos por dupla tributação internacional	(59 542)	-	(45 498)	-
Impostos Diferidos	(6 144)	11 839	(62 362)	34 881
Impostos Correntes	50 626	5 720	16 299	5 202
Total de imposto reconhecido	44 482	17 559	(46 063)	40 083

O imposto corrente reconhecido em reservas inclui 5 013 milhares de euros relativos a pensões de reforma e 372 milhares de euros relativos ao plano de incentivos baseado em acções.

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2007		31.12.2006	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		551 469		336 112
Taxa de imposto	26,5		27,5	
Imposto apurado com base na taxa de imposto		146 139		92 431
Dividendos excluídos de tributação	(11,5)	(63 204)	(9,4)	(31 572)
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	(1,1)	(6 246)	(1,4)	(4 631)
Mais-valias não tributadas	(2,3)	(12 482)	(0,5)	(1 524)
Menos-valias não dedutíveis	-	-	0,8	2 651
Mais-valias geradas no estrangeiro	-	-	4,2	14 000
Imposto pago pelas sucursais	-	-	0,6	2 095
Alteração da taxa de imposto	-	-	0,6	2 008
Custos não dedutíveis	-	-	2,7	9 087
Alterações nas estimativas	(1,3)	(7 437)	(2,3)	(7 852)
Outros	-	-	0,6	1 968
	10,3	56 770	23,4	78 661

Nota 34 // Passivos Subordinados

A rubrica Passivos subordinados decompõe-se como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Obrigações	-	99 861
Empréstimos	2 573 805	2 507 622
	2 573 805	2 607 483

As principais características dos Passivos subordinados são apresentadas como seguem:

Designação	31.12.2007					
	Moeda	Data de emissão	Valor de emissão	Valor de balanço	Taxa de juro actual	Maturidade
Empréstimos Subordinados	USD	2000	42 384	34 289	7,90%	2009
Empréstimos Subordinados	EUR	2000	300 000	316 403	6,63%	2010
Empréstimos Subordinados	EUR	2002	400 000	413 975	6,25%	2011
Empréstimos Subordinados	EUR	2002	500 000	518 337	6,63%	2012
Empréstimos Subordinados	EUR	2003	310 000	315 681	5,59%	2014
Empréstimos Subordinados	EUR	2004	100 000	102 702	5,39%	2014
Empréstimos Subordinados	EUR	2004	100 000	102 702	5,39%	2014
Empréstimos Subordinados	EUR	2006	12 200	12 530	5,39%	2014
Empréstimos Subordinados	EUR	2004	500 000	515 629	4,51%	-
Empréstimos Subordinados	JPY	2005	213 068	159 320	3,95%	2015
Empréstimos Subordinados	EUR	2004	80 000	82 237	5,50%	-
			2 557 652	2 573 805		

O justo valor da carteira de Passivos subordinados encontra-se apresentado na Nota 41.

Durante o exercício de 2007, o Banco procedeu ao reembolso de obrigações no montante de 99,8 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 59,9 milhões de euros), não efectuando qualquer emissão neste período (31 de Dezembro de 2006: 12,2 milhões de euros),

Nota 35 // Outros Passivos

A rubrica Outros passivos a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	milhares de euros	
	31.12.2007	31.12.2006
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	37 349	22 529
Cauções recebidas pela realização de contratos de futuros	48 523	28 335
Credores diversos		
Credores por fornecimento de bens	61 211	38 565
Credores por operações sobre valores mobiliários	26 041	49 076
Outros credores	131 938	137 965
	305 062	276 470
Custos a pagar		
Prémios por antiguidade (ver Nota 12)	20 530	20 849
Outros custos a pagar	108 312	83 817
	128 842	104 666
Receitas com proveito diferido	2 966	4 561
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	-	55 064
Operações cambiais a liquidar	22 374	-
Outras operações a regularizar	44 570	-
	66 944	55 064
	503 814	440 761

Os montantes relativos a operações sobre valores mobiliários a regularizar reflectem as operações realizadas com títulos a aguardar liquidação, registadas na *trade date* conforme política contabilística descrita na nota 2.5.

Nota 36 // Capital, Prémios de Emissão e Acções Próprias

Acções ordinárias

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital social do Banco encontrava-se representado por 500 milhões de acções, com um valor nominal de 5 euros cada, as quais se encontram totalmente subscritas e realizadas por diferentes accionistas, dos quais se destacam as seguintes entidades:

	milhares de euros	
	% Capital	
	31.12.2007	31.12.2006
BESPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	40,00%	40,00%
Credit Agricole, S.A.	10,81%	10,81%
Bradport, SGPS, S.A. ^(a)	3,05%	3,05%
Previsão - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	2,62%	2,62%
Hermes Pensions Management Limited	2,03%	2,13%
Portugal Telecom, SGPS, S.A.	-	1,40%
Outros	41,49%	39,99%
	100,00%	100,00%

(a) Sociedade de direito Português totalmente detida pelo Banco Bradesco Brasil

Prémios de emissão

Em 31 de Dezembro de 2007, os prémios de emissão são representados por 666 327 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos accionistas nos aumentos de capital ocorridos no primeiro semestre de 2002 e no primeiro semestre de 2006.

Acções próprias

Por deliberação da Assembleia Geral do Banco de 20 de Junho de 2000 foi decidido implementar um Sistema de Incentivos Baseado na atribuição de Acções. Na execução deste programa, o qual se iniciou durante o exercício de 2000, encontram-se à data de 31 de Dezembro de 2007 mobilizadas 3 484 mil acções do BES, representativas de 0,70% do Capital Social do BES (31 de Dezembro de 2006: 5 667 mil acções, representativas de 1,13%) no valor total de 41,4 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 63,7 milhões de euros), as quais no âmbito da política contabilística descrita na Nota 2.14 são registadas como acções próprias.

O movimento ocorrido nas acções próprias é como segue:

milhares de euros				
	31.12.2007		31.12.2006	
	Nº de Acções	Valor	Nº de Acções	Valor
Saldo no início do exercício	5 667 612	63 732	7 617 500	96 247
Aumento de capital	-	-	850 504	-
Alienações	(2 183 350)	(22 295)	(2 800 392)	(32 515)
Saldo no final do exercício	3 484 262	41 437	5 667 612	63 732

Nota 37 // Reservas de Justo Valor, outras Reservas e Resultados Transitados

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas de imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

milhares de euros

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados		
	Activos financeiros disponíveis p/ venda	Reservas por impostos diferidos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Res.Trans
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	450 329	(124 106)	326 223	116 854	55 008	171 862
Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)	-	-	-	-	2 454	2 454
Alterações de justo valor	206 049	(50 210)	155 839	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	24 056	47 779	71 835
Pensões - Regime transitório	-	-	-	-	(29 640)	(29 640)
Impacto da fusão por incorporação da Crediflash	-	-	-	-	12 999	12 999
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	656 378	(174 316)	482 062	140 910	88 600	229 510
Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)	-	-	-	-	1 030	1 030
Alterações de justo valor	140 934	(25 622)	115 312	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	26 000	33 127	59 127
Pensões - Regime transitório	-	-	-	-	(31 174)	(31 174)
Impacto da fusão por incorporação do BESSA	(518)	171	(347)	-	(38 271)	(38 271)
Outros movimentos	-	-	-	-	470	470
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	796 794	(199 767)	597 027	166 910	53 782	220 692

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

milhares de euros

	31.12.2007	31.12.2006
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	4 845 407	3 517 891
Imparidade acumulada reconhecida	(52 720)	(49 040)
Imparidade	4 792 687	3 468 851
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	5 589 481	4 125 229
Ganhos potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	796 794	656 378
Impostos diferidos	(199 767)	(174 316)
	597 027	482 062

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos, pode ser assim analisado:

milhares de euros

	31.12.2007	31.12.2006
Saldo no início do exercício	482 062	326 223
Variação de justo valor	316 618	285 517
Alienações do exercício	(190 446)	(84 901)
Imparidade reconhecida no exercício	14 244	5 433
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas (ver nota 33)	(25 451)	(50 210)
Saldo no final do exercício	597 027	482 062

Nota 38 // Passivos Contingentes e Compromissos

Para além dos instrumentos financeiros derivados, existiam em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	milhares de euros	
	31.12.2007	31.12.2006
Passivos e avales prestados		
Garantias e avales prestados	16 117 094	15 828 170
Activos financeiros dados em garantia	582 299	529 242
Créditos documentários abertos	887 476	582 361
Outros	101 814	120 729
	17 688 683	17 060 502
Compromissos		
Compromissos revogáveis	25 772 663	21 521 268
Compromissos irrevogáveis	2 969 079	827 952
	28 741 742	22 349 220

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica de activos dados em garantia inclui:

- Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 131 183 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 130 130 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 52 912 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 51 112 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 61 664 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 61 000 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia ao Banco europeu de Investimento no montante de 287 000 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 287 000 milhares de euros);

Estes títulos dados em garantia encontram-se registados na carteira de activos financeiros disponíveis para venda e podem ser executados em caso de incumprimento, por parte do Banco, das obrigações contratuais assumidas nos termos e condições dos contratos celebrados.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Depósito e guarda de valores	63 016 007	48 282 082
Valores recebidos para cobrança	195 075	170 507
Crédito securitizado sob gestão (servicing)	6 066 469	5 584 353
Outras responsabilidades por prestação de serviços	4 384 662	1 103 495
	73 662 213	55 140 437

Nota 39 // Transacções com Partes Relacionadas

O valor das transacções do Banco com partes relacionadas em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício em análise, resume-se como segue:

milhares de euros

	31.12.2007					31.12.2006				
	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos
Empresas subsidiárias										
BESLEASING E FACTORING	1 763 290	70	847 878	60 175	882	1 244 416	390	-	42 128	-
ES RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO	-	-	-	-	6 213	-	3 811	-	-	7 535
ES CONCESSÕES	91 495	34	-	1 993	-	59 773	-	-	1 677	-
ES ACE	-	-	-	-	-	-	-	-	12 943	37 660
ES ACE 2	-	-	-	-	1 440	-	-	-	-	532
ESAF	-	29 484	-	29 917	2 128	-	49 581	-	23 832	992
ESAF ESPANHA	-	-	-	7 162	392	-	-	-	-	-
ES SERVICIOS	-	-	-	215	1 902	-	-	-	-	-
BESSA	-	-	-	8 836	2 838	1 614 197	260 704	1 158 751	29 383	13 882
ESGEST	-	212	-	-	1 063	-	257	-	-	1 052
ESDATA	-	2 555	-	-	11	-	2 417	-	-	11
ESINF	-	-	-	-	6 251	-	-	-	-	7 173
BESNAC	-	213 801	217 377	-	4 290	-	1 656	-	-	85
CREDIFLASH	-	-	-	-	-	-	-	-	3 063	1 507
CÊNTIMO	1 819	327	-	-	-	4 922	2 865	-	-	-
BESI	218 337	262 210	-	13 825	4 978	461 985	55 094	-	15 544	5 454
BES GMBH	-	115	-	61	77	-	-	-	20 001	1 277
BES ORIENTE	-	211	-	-	16	-	62	-	-	-
BES FINANCE	-	9 660 968	9 862 641	1	480 356	-	10 288 431	10 380 574	5 452	371 155
ESOL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
ES PLC	568 507	194 155	195 500	24 756	2 524	395 305	37 889	-	2 127	177
ES BANK	-	2 124	-	-	-	-	276	-	-	-
ES TECH VENTURES	70 977	7 045	-	4 332	158	97 293	12 310	-	6 749	36
ES REPRESENTAÇÕES	-	-	-	-	1 340	-	-	-	-	928
ES CONTACT CENTER	488	-	-	-	4 508	-	1 291	-	-	3 981
ESCLINC	-	-	-	-	991	-	-	-	-	1 026
BEST	-	168 954	-	549	1 650	50 000	47 693	-	1 583	95
BES AÇORES	21 757	18 584	-	313	685	40 772	63 998	-	695	123
BES ANGOLA	23 033	29 443	-	-	4 062	25 887	74 137	22 779	-	4 798
ES FIN. CONSULTANTS	143	-	-	-	-	105	-	-	-	-
QUINTA DOS CONEGOS	1 417	-	-	-	-	1 209	-	-	-	-
BIBL	764 730	65 461	-	24 931	3 280	504 123	120 068	-	11 345	3 886
FCR PME	-	2 010	-	-	79	-	-	-	-	-
FIQ VENTURES II	-	361	-	-	363	-	-	-	-	-
CLN'S	-	-	-	6 846	11 877	-	-	-	-	-
SPE-PF1	-	-	-	1 416	-	-	-	-	-	-
PRAÇA DO MARQUES	7 120	263	-	-	-	-	-	-	-	-
	3 533 113	10 658 387	11 123 396	185 328	544 354	4 499 987	11 022 930	11 562 104	176 522	463 370
Empresas associadas										
BES VIDA	29 242	162 778	8	38 499	3 006	26 764	434 357	8	32 873	480
BES VÉNÉTIE	309 107	617	-	10 872	80	293 977	576	-	11 691	53
LOCARENT	123 657	2 057	-	5 529	6 103	97 175	-	-	3 494	3 214
BES SEGUROS	-	3 931	-	8 020	36	-	5 635	-	6 675	75
EUROP ASSISTANCE	-	1 787	7	1	65	-	1 926	13	-	59
ESUMÉDICA	1 850	30	-	58	-	1 546	54	-	22	-
FIDUPRIVATE	825	773	-	-	-	-	475	-	-	-
ESEGUR	399	183	1 887	10	12	399	243	2 749	8	18
OUTRAS	2 598	644	-	144	2	2 129	1 270	255	78	3
	467 678	172 800	1 902	63 133	9 304	421 990	444 536	3 025	54 841	3 902

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o montante global dos activos e passivos do Banco que se referem a operações realizadas com entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG (*holding* do Banco), para além das acima referidas, resume-se como segue:

milhares de euros

	31.12.2007							31.12.2006		
	Activos					Garantias	Passivos	Activos	Garantias	Passivos
	Aplicações em instituições de crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total					
GRUPO ESPÍRITO SANTO INTERNATIONAL	-	153 379	183	7 268	160 830	10 349	15 763	244 107	12 819	12 400
ESPÍRITO SANTO FINANCIÈRE, SA	-	137 847	-	-	137 847	-	27 299	130 000	-	35 765
ES SAUDE	-	30 700	15 810	4 000	50 510	3	1 105	113 310	1 652	2 312
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	188	70 000	-	175
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	4 835	-	-	-	4 835	960	145 059	23 797	1 298	203 446
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	31	-	-	31	1 257	89 288	2	1 001	117 810
ES BANK PANAMA	-	-	-	-	-	-	9 000	-	-	21 000
BESPAR	-	-	-	-	-	-	1 867	-	-	4 252
ESF PORTUGAL	-	-	-	-	-	-	148	-	-	221
OUTRAS	-	11 625	455	1 149	13 229	2 002	20 670	41 670	8 616	10 966
TOTAL	4 835	333 582	16 448	12 417	367 282	14 571	310 387	622 886	25 386	408 347

No exercício, não se registaram quaisquer transacções adicionais com partes relacionadas entre o Banco e os seus accionistas para além do pagamento de dividendos.

As transacções efectuadas com o Fundo de Pensões encontram-se analisadas na Nota 12.

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Banco, bem como as transacções efectuadas com os mesmos constam na Nota 11.

Em 31 de Dezembro de 2007, o valor de créditos concedidos pelo BES à Administração da ESFG ascendia a 10 789 milhares de euros.

Nota 40 // Securitização de Activos

A 31 de Dezembro de 2007, encontravam-se em curso as seguintes operações de securitização efectuadas pelo BES:

milhares de euros

Emissão	Data de início	Montante inicial	Montante actual	Activo securitizado
<i>Lusitano Global CDO No.1 plc</i>	Agosto de 2001	1 144 300	128 693	Obrigações domésticas e <i>eurobonds</i>
<i>Lusitano Mortgages No.1 plc</i>	Dezembro de 2002	1 000 000	594 142	Crédito à habitação (regime bonificado)
<i>Lusitano Mortgages No.2 plc</i>	Novembro de 2003	1 000 000	602 546	Crédito à habitação (regime geral e bonificado)
<i>Lusitano Mortgages No.3 plc</i>	Novembro de 2004	1 200 000	847 163	Crédito à habitação (regime geral)
<i>Lusitano Mortgages No.4 plc</i>	Setembro de 2005	1 200 000	950 719	Crédito à habitação (regime geral)
<i>Lusitano Mortgages No.5 plc</i>	Setembro de 2006	1 400 000	1 233 776	Crédito à habitação (regime geral)
<i>Lusitano SME No.1 plc</i>	Outubro de 2006	862 607	800 740	Crédito a pequenas e médias empresas
<i>Lusitano Mortgages No.6 plc</i>	Julho de 2007	1 122 000	1 037 383	Crédito à habitação (regime geral)
<i>Lusitano Project Finance No.1 plc</i> ^(*)	Dezembro de 2007	1 079 100	1 060 239	Crédito <i>Project Finance</i>

(*) Esta operação de securitização inclui 888 600 milhares de euros de créditos provenientes do BES e 190 500 milhares de euros de créditos de outras entidades do Grupo BES.

As principais características destas operações, com referência a 31 de Dezembro de 2007, podem ser analisadas como segue:

milhares de euros

Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal inicial	Valor nominal actual	Interesse retido pelo BES (Valor nominal)	Data de reembolso	Rating das obrigações		
						Fitch	Moody's	S&P
<i>Lusitano Global CDO No.1 plc</i>	Classe A1	350 000	-	-	Dezembro de 2015	-	-	-
	Classe A2	623 800	-	-	Dezembro de 2015	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	42 300	9 997	-	Dezembro de 2015	AAA	Aa1	AA
	Classe C	25 200	25 200	12 700	Dezembro de 2015	AA	A1	A+
	Classe D	103 000	103 000	11 900	Dezembro de 2015	-	-	-
<i>Lusitano Mortgages No.1 plc</i>	Classe A	915 000	505 975	-	Dezembro de 2035	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	32 500	32 500	-	Dezembro de 2035	AA	Aa3	AA
	Classe C	25 000	25 000	-	Dezembro de 2035	A	A2	A
	Classe D	22 500	22 500	-	Dezembro de 2035	BBB	Baa2	BBB
	Classe E	5 000	5 000	-	Dezembro de 2035	BB	Ba1	BB
	Classe F	10 000	10 000	-	Dezembro de 2035	-	-	-
<i>Lusitano Mortgages No.2 plc</i>	Classe A	920 000	537 175	-	Dezembro de 2036	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	30 000	30 000	-	Dezembro de 2046	AA	Aa3	AA
	Classe C	28 000	28 000	-	Dezembro de 2046	A	A3	A
	Classe D	16 000	16 000	-	Dezembro de 2046	BBB	Baa3	BBB
	Classe E	6 000	6 000	-	Dezembro de 2046	BBB-	Ba1	BB
	Classe F	9 000	9 000	-	Dezembro de 2046	-	-	-
<i>Lusitano Mortgages No.3 plc</i>	Classe A	1 140 000	779 944	-	Dezembro de 2047	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	27 000	27 000	-	Dezembro de 2047	AA	Aa2	AA
	Classe C	18 600	18 600	-	Dezembro de 2047	A	A2	A
	Classe D	14 400	14 400	-	Dezembro de 2047	BBB	Baa2	BBB
	Classe E	10 800	10 800	-	Dezembro de 2047	-	-	-
<i>Lusitano Mortgages No.4 plc</i>	Classe A	1 134 000	897 426	-	Dezembro de 2048	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	22 800	22 800	-	Dezembro de 2048	AA	Aa2	AA
	Classe C	19 200	19 200	-	Dezembro de 2048	A+	A1	A+
	Classe D	24 000	24 000	-	Dezembro de 2048	BBB+	Baa1	BBB+
	Classe E	10 200	10 200	-	Dezembro de 2048	-	-	-
<i>Lusitano Mortgages No.5 plc</i>	Classe A	1 323 000	1 156 773	-	Dezembro de 2059	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	26 600	26 600	-	Dezembro de 2059	AA	Aa2	AA
	Classe C	22 400	22 400	-	Dezembro de 2059	A+	A1	A+
	Classe D	28 000	28 000	-	Dezembro de 2059	BBB+	Baa1	BBB+
	Classe E	11 900	11 900	-	Dezembro de 2059	-	-	-
<i>Lusitano SME No.1 plc</i>	Classe A	759 525	759 525	-	Dezembro de 2028	AAA	-	AAA
	Classe B	40 974	40 974	-	Dezembro de 2028	AA	-	AA
	Classe C	34 073	34 073	-	Dezembro de 2028	A+	-	A+
	Classe D	28 035	28 035	-	Dezembro de 2028	BBB+	-	BBB+
	Classe E	8 626	8 626	-	Dezembro de 2028	-	-	-
<i>Lusitano Mortgages No.6 plc</i>	Classe A	943 250	892 749	-	Março de 2060	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	65 450	65 450	-	Março de 2060	AA	Aa3	AA
	Classe C	41 800	41 800	-	Março de 2060	A	A3	A
	Classe D	17 600	17 600	-	Março de 2060	BBB	Baa3	BBB
	Classe E	31 900	31 900	-	Março de 2060	BB	NR	BB
	Classe F	22 000	22 000	-	Março de 2060	-	-	-
<i>Lusitano Project Finance No.1 plc</i>	Classe A	890 256	890 256	774 523	Dezembro de 2037	AAA	-	AAA
	Classe B	35 610	35 610	30 981	Dezembro de 2037	AA	-	AA
	Classe C	39 926	39 926	34 736	Dezembro de 2037	A+	-	A+
	Classe D	23 741	23 741	8 309	Dezembro de 2037	BBB	-	BBB
	Classe E	11 871	11 871	2 374	Dezembro de 2037	BB	-	BB
	Classe F	77 696	77 696	-	Dezembro de 2037	-	-	-

De acordo com a opção permitida pelo IFRS 1, o BES decidiu aplicar os requisitos de desreconhecimento do IAS 39 para as operações realizadas a partir de 1 de Janeiro de 2004. Assim, os activos desreconhecidos até essa data, de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, não foram reexpressos no balanço.

Os activos cedidos no âmbito das operações de securitização realizadas após 1 de Janeiro de 2004, foram desreconhecidos uma vez que o Banco transferiu substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Nota 41 // Justo Valor dos Activos e Passivos Financeiros

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Banco, é analisado como segue:

milhares de euros

	Negociação	Designado ao Justo valor	Detido até à Maturidade	Empréstimos e Aplicações	Disponível para Venda	Outros ao Custo Amortizado	Total Valor de Balanço	Justo Valor
31 de Dezembro de 2007								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	-	-	-	1 216 096	-	-	1 216 096	1 216 096
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	477 216	-	-	477 216	477 216
Activos financeiros detidos para negociação	2 617 896	-	-	-	-	-	2 617 896	2 617 896
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	1 086 683	-	-	-	-	1 086 683	1 086 683
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	5 589 481	-	5 589 481	5 589 481
Aplicações em instituições de crédito	-	559 687	-	9 815 350	-	-	10 375 037	10 375 037
Crédito a clientes	-	156 049	-	32 719 818	-	-	32 875 867	33 176 679
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	390 025	-	-	-	390 025	384 100
Derivados para gestão do risco	165 346	-	-	-	-	-	165 346	165 346
Activos financeiros	2 783 242	1 802 419	390 025	44 228 480	5 589 481	-	54 793 647	55 088 534
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-	1 833 114	1 833 114	1 833 114
Passivos financeiros detidos para negociação	1 034 222	-	-	-	-	-	1 034 222	1 034 222
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	13 299 938	13 299 938	13 299 938
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	76 798	-	-	-	21 068 611	21 145 409	21 145 409
Responsabilidades representadas por títulos	-	155 723	-	-	-	11 933 141	12 088 864	11 725 864
Derivados para gestão do risco	189 651	-	-	-	-	-	189 651	189 651
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	2 573 805	2 573 805	2 558 570
Passivos financeiros	1 223 873	232 521	-	-	-	50 708 609	52 165 003	51 786 768
31 de Dezembro de 2006								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	-	-	-	961 793	-	-	961 793	961 793
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	532 333	-	-	532 333	532 333
Activos financeiros detidos para negociação	3 200 142	-	-	-	-	-	3 200 142	3 200 142
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	1 141 854	-	-	-	-	1 141 854	1 141 854
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	4 125 229	-	4 125 229	4 125 229
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	9 807 321	-	-	9 807 321	9 807 321
Crédito a clientes	-	-	-	27 134 372	-	-	27 134 372	27 668 828
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	567 747	-	-	-	567 747	567 907
Derivados para gestão do risco	177 309	-	-	-	-	-	177 309	177 309
Activos financeiros	3 377 451	1 141 854	567 747	38 435 819	4 125 229	-	47 648 100	48 182 716
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-	1 043 175	1 043 175	1 043 175
Passivos financeiros detidos para negociação	946 068	-	-	-	-	-	946 068	946 068
Recursos de outras instituições de crédito	-	386 997	-	-	-	13 548 372	13 935 369	13 935 369
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	-	-	18 037 505	18 037 505	18 037 505
Responsabilidades representadas por títulos	-	185 643	-	-	-	8 258 469	8 444 112	8 607 101
Derivados para gestão do risco	205 590	-	-	-	-	-	205 590	205 590
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	2 607 483	2 607 483	2 747 735
Passivos financeiros	1 151 658	572 640	-	-	-	43 495 004	45 219 302	45 522 543

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito

Considerando aos prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de portfolio. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Investimentos detidos até à maturidade

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Recursos de bancos centrais e Recursos de outras instituições de crédito

Considerando aos prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Recursos de clientes e outros empréstimos

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais praticadas para instrumentos com características similares. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados

Para os instrumentos que se encontram cobertos por derivados (conforme descrito na Nota 23), o seu justo valor já se encontra reflectido nas demonstrações financeiras. Para os instrumentos remanescentes, o justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Nota 42 // Gestão dos Riscos de Actividade

O Banco está exposto aos seguintes riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito; Risco de mercado; Risco de liquidez; Risco operacional.

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes – e em produtos de negociação – *swaps*, *forwards* e opções (risco de contraparte).

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Banco, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuado regularmente pelo Comité de Risco. São igualmente objecto de análises regulares o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas comerciais.

A repartição por sectores de actividade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, encontra-se apresentada conforme segue:

milhares de euros

31.12.2007											
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação		Outros activos fin. ao justo valor através de resultados		Activos financeiros detidos para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade ^(a)	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	394 353	(9 592)	1 052	-	-	-	-	-	-	-	34 635
Indústrias Extractivas	205 825	(3 061)	1 898	-	-	-	-	-	-	-	12 449
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	517 955	(14 519)	2 837	-	-	-	32 688	(48)	-	-	126 468
Têxteis e Vestuário	282 612	(33 936)	1 435	-	-	-	24 345	(2 238)	-	-	31 739
Curtumes e Calçado	55 919	(6 572)	127	-	-	-	501	(499)	-	-	3 310
Madeira e Cortiça	132 747	(10 510)	308	-	-	-	-	-	-	-	8 970
Papel e Indústrias Gráficas	85 163	(5 093)	4 321	-	-	-	27 466	(10)	-	-	38 212
Refinação de Petróleo	61 027	(653)	-	-	-	-	-	-	-	-	4 031
Produtos Químicos e de Borracha	427 603	(4 734)	1 215	-	-	-	35 772	(5)	-	-	38 383
Produtos Minerais não Metálicos	204 022	(8 215)	221	-	-	-	10 041	-	-	-	48 011
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	290 447	(10 070)	316	-	-	-	5 209	-	-	-	52 921
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	129 620	(6 041)	411	-	-	-	3 752	(1 356)	-	-	154 278
Fabricação de Material de Transporte	318 535	(5 786)	115	-	-	-	78 727	-	-	-	100 631
Outras Industrias Transformadoras	184 105	(6 648)	929	-	-	-	3 181	(72)	-	-	16 751
Electricidade, Gás e Água	475 847	(3 512)	16	-	44 700	-	342 430	-	-	-	289 501
Construção e Obras Públicas	3 553 369	(107 492)	2 770	-	-	-	28 712	(1 691)	-	-	1 201 614
Comércio por Grosso e a Retalho	1 839 503	(111 591)	12 077	-	-	-	30 249	(852)	-	-	418 524
Turismo	575 665	(13 960)	1 286	-	-	-	8 212	(171)	-	-	77 860
Transportes e Comunicações	1 097 539	(17 777)	9 581	-	-	-	660 384	(3)	-	-	678 290
Actividades Financeiras	1 249 281	(26 628)	1 796 406	-	876 240	-	2 502 655	(13 026)	-	-	11 281 044
Actividades Imobiliárias	4 320 849	(83 953)	6 519	-	-	-	127 432	(591)	-	-	491 311
Serviços Prestados às Empresas	2 991 262	(44 331)	4 233	-	143 910	-	922 713	(13 321)	-	-	532 825
Administração e Serviços Públicos	526 605	(8 678)	723 478	-	-	-	259 633	-	390 025	-	34 729
Outras actividades de serviços colectivos	1 274 680	(42 449)	45 666	-	21 833	-	517 908	(17 050)	-	-	159 115
Crédito à Habitação	8 824 959	(175 492)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a Particulares	2 598 891	(103 440)	-	-	-	-	-	-	-	-	77 420
Outros	745 288	(19 457)	679	-	-	-	20 191	(1 787)	-	-	204 072
TOTAL	33 363 671	(884 190)	2 617 896	-	1 086 683	-	5 642 201	(52 720)	390 025	-	16 117 094

(a) inclui provisão para imparidade no valor de 487 804 milhares de euros (ver Nota 21) e provisão para riscos gerais de crédito no valor de 396 386 milhares de euros (ver Nota 32)

milhares de euros

31.12.2006

	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação		Outros activos fin. ao justo valor através de resultados		Activos financeiros detidos para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade ^(a)	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	253 513	(9 268)	(41)	-	-	-	4 065	-	-	-	32 557
Indústrias Extractivas	76 349	(2 348)	(20)	-	-	-	110 035	-	-	-	7 746
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	289 460	(10 840)	1 833	-	3 133	-	19 853	(34)	-	-	95 796
Têxteis e Vestuário	311 637	(19 545)	79	-	-	-	24 523	(1 988)	-	-	47 729
Curtumes e Calçado	61 965	(4 922)	28	-	-	-	499	(499)	-	-	5 080
Madeira e Cortiça	127 465	(10 940)	29	-	-	-	-	-	-	-	11 057
Papel e Indústrias Gráficas	87 035	(5 342)	3 361	-	10 566	-	12 221	-	-	-	34 043
Refinação de Petróleo	53 782	(1 189)	-	-	-	-	-	-	-	-	252 134
Produtos Químicos e de Borracha	378 927	(4 596)	560	-	-	-	5 555	(68)	-	-	42 479
Produtos Minerais não Metálicos	170 275	(7 906)	(158)	-	-	-	13 006	(469)	-	-	43 663
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	190 803	(8 021)	(129)	-	-	-	2 008	(6)	-	-	33 148
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	148 963	(5 813)	70	-	5 256	-	17 672	(596)	-	-	118 266
Fabricação de Material de Transporte	191 412	(3 217)	33	-	-	-	83 007	-	-	-	63 506
Outras Industrias Transformadoras	85 268	(5 715)	1 581	-	-	-	1 146	-	-	-	16 767
Electricidade, Gás e Água	389 928	(4 914)	68	-	-	-	340 022	-	-	-	256 926
Construção e Obras Públicas	3 276 870	(96 146)	(161)	-	-	-	34 575	(1 691)	-	-	949 507
Comércio por Grosso e a Retalho	1 865 211	(96 408)	1 545	-	-	-	86 832	(633)	-	-	434 007
Turismo	432 980	(12 891)	617	-	-	-	992	(171)	-	-	79 272
Transportes e Comunicações	1 231 069	(26 937)	35 040	-	23 743	-	658 405	(3)	-	-	595 662
Actividades Financeiras	958 692	(15 320)	1 905 806	-	848 914	-	1 512 314	(21 408)	-	-	11 602 704
Actividades Imobiliárias	3 086 527	(64 461)	975	-	-	-	1 499	(387)	-	-	306 069
Serviços Prestados às Empresas	2 078 170	(54 233)	5 141	-	175 894	-	830 100	(11 104)	-	-	561 290
Administração e Serviços Públicos	709 069	(11 389)	1 141 729	-	-	-	142 799	-	567 747	-	29 908
Outras actividades de serviços colectivos	917 571	(33 085)	371	-	74 348	-	250 953	(7 984)	-	-	104 384
Crédito à Habitação	7 835 181	(130 249)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a Particulares	2 021 417	(96 767)	-	-	-	-	-	-	-	-	58 692
Outros	274 199	(12 440)	101 785	-	-	-	22 188	(1 999)	-	-	45 778
TOTAL	27 503 738	(754 902)	3 200 142	-	1 141 854	-	4 174 269	(49 040)	567 747	-	15 828 170

(a) inclui provisão para imparidade no valor de 369 366 milhares de euros (ver Nota 21) e provisão para riscos gerais de crédito no valor de 385 536 milhares de euros (ver Nota 32)

Risco de mercado

O Risco de mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através da estrutura ALCO (*Asset and Liability Committee*) constituída ao mais alto nível da instituição. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Banco utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano. Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

milhares de euros

	31.12.2007				31.12.2006			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	10	12	17	9	13	13	22	9
Risco taxa de juro	5	10	21	9	6	5	3	5
Acções	20	8	2	2	12	6	5	2
Mercadorias	2	3	4	3	-	-	-	-
Efeito da diversificação	-15	-13	-14	-9	-10	-7	-5	-6
TOTAL	23	20	30	14	20	17	25	11

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o Grupo BES calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* (BIS) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

milhares de euros

	31.12.2007							31.12.2006						
	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	225	225	-	-	-	-	-	257	257	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em ICs	11 448	-	10 401	705	93	79	168	10 597	-	9 739	331	286	163	76
Crédito a clientes	32 746	-	20 814	8 203	2 079	1 038	613	26 950	-	18 201	7 248	721	620	161
Títulos	8 526	3 081	3 423	453	1 379	141	48	8 010	3 136	3 184	341	653	573	122
Fora de Balanço	-	-	77	53	-	(82)	(49)	-	-	13	(13)	-	-	-
TOTAL			34 716	9 415	3 551	1 176	780			31 138	7 907	1 660	1 356	359
Recursos de outras ICs	15 539	-	13 214	1 214	185	626	301	15 374	-	12 394	1 369	344	834	434
Depósitos	19 647	-	17 699	851	717	13	367	17 027	-	15 630	662	675	-	60
Repo's com clientes	491	-	477	-	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos Emitidos*	14 697	-	7 740	1 318	316	2 494	3 679	11 079	-	4 098	1 261	134	1 955	4 567
Acções Preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fora de Balanço	-	-	1 684	687	(152)	(1 084)	(1 099)	-	-	913	124	(8)	(672)	(294)
TOTAL			40 815	4 070	1 080	2 048	3 249			33 035	3 416	1 145	2 117	4 767
GAP (Activos - Passivos)			(6 100)	5 345	2 471	(872)	(2 469)			(1 898)	4 491	515	(761)	(4 408)

* * Os montantes em risco de taxa de juro estão ao valor nominal.

O modelo utilizado para o cálculo da análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária baseia-se numa aproximação ao modelo da duração, sendo efectuados cenários paralelos e não paralelos.

milhares de euros

	31.12.2007				31.12.2006			
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50pb	Diminuição depois de 1 ano de 50pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50pb	Diminuição depois de 1 ano de 50pb
Em 31 de Dezembro	90	(90)	63	(63)	243	(243)	104	(104)
Média do exercício	158	(158)	92	(92)	225	(225)	91	(91)
Máximo para o exercício	244	(244)	131	(131)	243	(243)	104	(104)
Mínimo para o exercício	90	(90)	63	(63)	216	(216)	79	(79)

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Banco, para os exercícios finidos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, bem assim como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

milhares de euros

	31.12.2007			31.12.2006		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Activos monetários	8 297 881	449 290	5,41%	6 820 966	305 703	4,48%
Crédito a clientes	31 173 299	1 790 296	5,74%	27 008 013	1 338 265	4,96%
Aplicações em títulos	4 855 918	319 639	6,58%	3 641 665	243 709	6,69%
Aplicações diferenciais	122 766	-	-	676 373	-	-
Activos financeiros	44 449 864	2 559 225	5,76%	38 147 017	1 887 677	4,95%
Recursos monetários	14 711 601	683 172	4,64%	14 194 750	506 261	3,57%
Recursos de clientes	15 653 158	435 359	2,78%	13 569 886	261 489	1,93%
Outros recursos	14 085 105	716 803	5,09%	10 382 381	492 728	4,75%
Passivos financeiros	44 449 864	1 835 334	4,13%	38 147 017	1 260 478	3,30%
Resultado Financeiro		723 891	1,63%		627 199	1,64%

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, por moeda, é analisado como segue:

milhares de euros

	31.12.2007						Valor Total
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Yenes Japoneses	Reais Brasileiros	Outras Moedas Estrangeiras	
Activo por moeda							
Caixa e disponibilidades bancos centrais	1 209 218	3 886	2 706	20	2 419	(2 153)	1 216 096
Disponibilidades em outras Instituições de crédito	450 822	18 356	1 225	1 564	1 098	4 151	477 216
Activos Financeiros detidos para negociação	2 236 716	248 782	89 011	11 737	165	31 485	2 617 896
Outros Activos Financeiros ao Justo Valor através de resultados	695 547	372 139	15 253	-	3 744	-	1 086 683
Activos financeiros disponíveis para venda	4 319 448	169 943	4 701	-	1 060 176	35 213	5 589 481
Aplicações em Instituições de Crédito	4 287 740	4 249 680	1 264 999	69 835	-	502 783	10 375 037
Crédito a clientes	31 089 734	1 117 096	477 394	9 203	-	182 440	32 875 867
Investimentos detidos até à maturidade	-	390 025	-	-	-	-	390 025
Activos com acordo de recompra	-	-	-	-	-	-	-
Derivados para gestão de risco	48 224	18 915	47 583	46 758	-	3 866	165 346
Activos não correntes detidos para venda	43 415	-	-	-	-	-	43 415
Investimentos em associadas	1 007 636	60 216	-	-	19	16 770	1 084 641
Outros activos não financeiros	706 943	740 130	289 578	695	2 903	644 710	2 384 959
	46 095 443	7 389 168	2 192 450	139 812	1 070 524	1 419 265	58 306 662
Passivo por moeda							
Recursos de bancos centrais	1 478 127	182 959	171 044	-	-	984	1 833 114
Passivos financeiros detidos para negociação	573 236	313 985	125 159	2 963	3 820	15 059	1 034 222
Recursos de outras instituições de crédito	7 758 588	4 168 109	1 182 203	240	-	190 798	13 299 938
Recursos de clientes e outros empréstimo	19 239 584	1 227 746	609 551	9 351	-	59 177	21 145 409
Responsabilidades representadas por títulos	10 647 128	1 331 766	-	-	-	109 970	12 088 864
Derivados para gestão de risco	183 584	3 460	-	-	-	2 607	189 651
Passivos subordinados	2 380 197	34 168	-	159 440	-	-	2 573 805
Outros passivos não financeiros	61 315	35 595	226 945	44 243	3 362	1 046 389	1 417 849
Total Passivo	42 321 759	7 297 788	2 314 902	216 237	7 182	1 424 984	53 582 852
Activo / (Passivo) líquido por moeda	3 773 684	91 380	(122 452)	(76 425)	1 063 342	(5 719)	4 723 810
Situação Líquida	3 773 684	19 509	-	-	636 699	7 416	4 437 308
Posição cambial de investimento	-	60 216	-	-	19	16 770	77 005
Exposição Líquida	-	11 655	(122 452)	(76 425)	426 624	(29 905)	209 497

milhares de euros

31.12.2006							
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Yenes Japoneses	Reais Brasileiros	Outras Moedas Estrangeiras	Valor Total
Activo por moeda							
Caixa e disponibilidades bancos centrais	952 176	3 817	3 402	18	900	1 480	961 793
Disponibilidades em outras Instituições de crédito	491 496	6 137	2 056	30 152	288	2 204	532 333
Activos Financeiros detidos para negociação	2 697 029	421 864	55 388	19 067	-	17 892	3 211 240
Outros Activos Financeiros ao Justo Valor através de resultados	835 379	289 201	17 274	-	-	-	1 141 854
Activos financeiros disponíveis para venda	2 980 535	233 197	-	-	887 194	24 303	4 125 229
Aplicações em Instituições de Crédito	4 965 745	3 738 939	726 820	61 252	-	314 565	9 807 321
Crédito a clientes	25 190 543	867 233	1 039 663	9 715	-	27 218	27 134 372
Investimentos detidos até à maturidade	-	567 747	-	-	-	-	567 747
Activos com acordo de recompra	-	-	-	-	-	-	-
Derivados para gestão de risco	31 759	496	65 551	63 997	-	4 408	166 211
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em associadas	972 102	64 998	-	-	18	18 800	1 055 918
Outros activos não financeiros	(875 715)	1 337 902	1 284 681	17 707	1 625	22 099	1 788 299
	38 241 049	7 531 531	3 194 835	201 908	890 025	432 969	50 492 317
Passivo por moeda							
Recursos de bancos centrais	125 891	811 657	104 745	-	-	882	1 043 175
Passivos financeiros detidos para negociação	630 445	239 443	45 743	4 424	-	34 871	954 926
Recursos de outras instituições de crédito	10 240 047	2 722 797	777 283	83 207	-	112 035	13 935 369
Recursos de clientes e outros empréstimo	16 230 349	1 000 010	709 996	43 224	-	53 926	18 037 505
Responsabilidades representadas por títulos	4 331 974	2 298 863	1 813 275	-	-	-	8 444 112
Derivados para gestão de risco	193 323	328	-	-	-	3 081	196 732
Passivos subordinados	2 385 961	38 167	-	183 355	-	-	2 607 483
Outros passivos não financeiros	551 568	409 070	92 714	(177 122)	-	369 518	1 245 748
	34 689 558	7 520 335	3 543 756	137 088	-	574 313	46 465 050
Activo / (Passivo) líquido por moeda	3 551 491	11 196	(348 921)	64 820	890 025	(141 344)	4 027 267
Situação Líquida	3 551 491	12 057	-	-	505 306	2 764	4 071 618
Posição cambial de investimento	-	64 998	-	-	18	18 800	83 816
Exposição Líquida	-	(65 859)	(348 921)	64 820	384 701	(162 908)	(128 167)

Risco de liquidez

O Risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas.

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte do Banco dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo a instrução nº1/2000 do Banco de Portugal. Em 31 de Dezembro de 2007 o rácio de liquidez era de 102% (31 de Dezembro de 2006: 112%).

Risco operacional

O Risco operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada no Departamento de Risco Global exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos e subsidiárias considerados relevantes.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Em termos prudenciais, o Banco está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

Os elementos de capital do BES dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios de Base (FPB): Esta categoria inclui essencialmente o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis e os resultados retidos do período. São deduzidos pelo seu valor de balanço os montantes relativos a activos intangíveis, custos diferidos e desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor. Em 2007 passaram também a ser deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras.
- Fundos Próprios Complementares (FPC): Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de reavaliação positivas. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor.
- Deduções (D): Compreendem essencialmente a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado Lower Tier II) não podem superar os 50% dos FPB.

Em Abril de 2007, o Banco de Portugal publicou o Aviso 4/2007 que alterou as regras de determinação dos fundos próprios. Este Aviso veio alterar o tratamento das participações em instituições financeiras e entidades seguradoras, que passaram a ser deduzidas em 50% aos FPB e 50% aos FPC. No caso das participações em instituições sujeitas à supervisão em base consolidada, nos termos do artigo 131.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, ou à supervisão complementar prevista no Decreto-Lei nº 145/2006, o Banco não procede à inclusão destas participações nestas deduções. Anteriormente, estas participações eram incluídas nas deduções efectuadas ao total dos fundos próprios.

O reconhecimento prudencial nos fundos próprios do Banco do impacto da adopção das IFRS em Janeiro de 2005 está a ser efectuado de forma linear (de acordo com o definido nos Avisos nº. 2/2005, nº. 4/2005 e nº. 12/2005 do Banco de Portugal):

- Até 2012 – na componente associada ao impacto da alteração de tábuas de mortalidade (em 31 de Dezembro de 2007 faltam incorporar 68 milhões de euros)
- Até 2011 - na componente associada ao impacto do reconhecimento de benefícios médicos pós-emprego (em 31 de Dezembro de 2007 faltam incorporar 44 milhões de euros).
- Até 2009 – na componente associada ao impacto do reconhecimento de pensões de reforma e sobrevivência (em 31 de Dezembro de 2007 faltam incorporar 30 milhões de euros)

Os principais movimentos ocorridos nos FPB em 2007 e 2006 apresentam-se no quadro seguinte (valores em milhões de euros):

	milhares de euros	
	31.12.2007	31.12.2006
Saldo no início do exercício	3 237	1 689
Aumento de Capital	-	1 380
Incorporação Resultados do Ano	255	57
Variação dos Desvios Actuariais de Benefícios Pós-Emprego	187	251
Dedução de particip. em instit.financeiras e entidades seguradoras	(236)	-
Amortização Período Transitório IFRS e diversos	(213)	(140)
Saldo no fim exercício	3 230	3 237

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de requisitos de capital do BES para 31 de Dezembro de 2007 e 2006:

	31.12.2007	31.12.2006
A - Fundos Próprios		
Capital ordinário realizado, Prémios de Emissão e Acções Próprias	3 125	3 103
Resultados e Reservas formadas por resultados não distribuídos	321	152
Outros elementos e deduções	(216)	(18)
Fundos Próprios de Base (TIER I) (A1)	3 230	3 237
45% das Reservas de Reavaliação de Justo Valor Positivas	361	294
Dívida Subordinada elegível	2 287	2 376
Dedução de Particip. em Instit.Financeiras e Entidades Seguradoras e Diversos	(236)	(5)
Fundos Próprios Complementares (TIER II) (A2)	2 412	2 665
Deduções	(5)	(996)
Fundos Próprios Elegíveis (A3)	5 637	4 906
B- Activos de Risco Equivalentes		
Calculados de Acordo com o Aviso 1/93	44 368	36 607
Calculados de Acordo com o Aviso 7/96	3 785	2 279
Total de Activos de Risco Equivalentes (B)	48 153	38 886
C- Rácios Prudenciais		
Rácio Tier 1 (A1/B)	6,7%	8,3%
Rácio de Solvabilidade (A3/B)	11,7%	12,6%

Actividade das sucursais financeiras (off-shores)

O Banco dispõe de uma sucursal financeira exterior localizada na Zona Franca da Madeira e uma sucursal financeira internacional localizada nas Ilhas Caimão.

Através da Sucursal Financeira Exterior localizada na Zona Franca da Madeira, o BES desenvolve essencialmente actividades de captação de recursos no exterior, tanto junto de clientes e de instituições de crédito não residentes, como de emigrantes. Estes recursos são por sua vez objecto de aplicação no exterior de forma a salvaguardar os requisitos exigidos pelo estatuto fiscal desta entidade.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o activo líquido da Sucursal na Zona Franca da Madeira apresentava a seguinte estrutura:

	31.12.2007	31.12.2006
Activos financeiros ao justo valor	156	203
Activos financeiros disponíveis para venda	409	555
Aplicações em instituições de crédito	1 519	974
Crédito a clientes	289	253
Outros activos	36	13
	2 409	1 998
Recursos de instituições de crédito	540	610
Recursos de clientes	1 754	1 289
Outros passivos	70	62
Fundos próprios	45	37
	2 409	1 998

A sucursal financeira exterior utiliza as estruturas de serviços partilhados, pelo que os procedimentos de controlo interno usados por esta estrutura são idênticos aos utilizados pelo Banco.

Através da Sucursal das Ilhas Caimão, o BES desenvolve essencialmente actividades de captação de recursos no exterior, junto (i) de clientes não residentes, por via de depósitos a prazo e emissão de obrigações e (ii) junto de instituições de crédito. Estas duas áreas de actuação representam cerca de 90% do total dos activos da Sucursal que, em 31 de Dezembro de 2007, ascendem a 15 015 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 15 128 milhões de euros). Os fundos gerados pelas actividades de captação servem de suporte à actividade global do Banco e ao desenvolvimento próprio de actividades de investimento, traduzidas numa carteira de crédito e de títulos, que em 31 de Dezembro de 2007 ascendia a 254 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 295 milhões de euros).

Os procedimentos e mecanismos de controlo de risco em vigor na Sucursal das Ilhas Caimão são idênticos aos utilizados na estrutura global do BES.

Nota 43 // Fusão do Banco Espírito Santo, S.A. (Espanha)

Em 1 de Abril de 2007, foi realizada a fusão por incorporação do Banco Espírito Santo, S.A. (BESSA) no Banco Espírito Santo, S.A.

Por ser detentor de 100% das acções do BESSA, a integração contabilística dos activos e passivos desta sociedade foi efectuada com base nos respectivos valores contabilísticos à data da fusão. As rubricas relativas à reserva de justo valor e outras reservas e resultados transitados do BESSA foram adicionadas às respectivas rubricas do capital próprio do BES, tendo o resultado líquido do período de três meses findo em 31 de Março de 2007 sido adicionado à rubrica de resultados transitados. A diferença entre o valor do envolvimento e o capital próprio do BESSA foi reflectida como uma reserva de fusão e abatida aos capitais próprios do BES.

O balanço do BESSA à data da fusão pode ser analisado como segue:

milhares de euros

01.04.2007

Activo	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	9 387
Disponibilidades em outras instituições de crédito	24 862
Activos financeiros detidos para negociação	16 240
Activos financeiros disponíveis para venda	340 689
Aplicações em instituições de crédito	683 728
Crédito a clientes	2 388 113
Derivados para gestão de risco	2 209
Outros activos tangíveis	9 918
Activos intangíveis	10 429
Investimentos em subsidiárias e associadas	6 300
Activos por impostos correntes	2 286
Activos por impostos diferidos	19 112
Outros activos	45 913
Total de Activo	3 559 186
Passivo	
Passivos financeiros detidos para negociação	16 380
Recursos de outras instituições de crédito	1 736 400
Recursos de clientes	1 520 091
Derivados para gestão de risco	-
Provisões	46 294
Passivos por impostos correntes	6 279
Passivos subordinados	83 330
Outros passivos	60 737
Total de Passivo	3 469 511
Capital Próprio	
Capital	86 600
Prémios de emissão	9 900
Reservas de justo valor	(347)
Outras reservas e resultados transitados	(6 065)
Resultado líquido do período	(413)
Total de Capital Próprio	89 675
Total de Passivo e Capital Próprio	3 559 186

Nota 44 // Normas Contabilísticas e Interpretações recentemente Emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Banco ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IFRS 2 (alterada) – Pagamentos em acções: condições de aquisição

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 uma alteração ao IFRS 2 a qual se torna efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

Não se esperam impactos significativos decorrentes do IFRS 2 alterada.

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 o IFRS 3 (revisto) Concentrações de actividades empresarias e uma alteração ao IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica o reconhecimento total do *goodwill* por contrapartida dos interesses sem controlo) ou como a parcela atribuível do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do calculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

Esta revisão do IFRS 3 e alteração do IAS 27 são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009.

Estas normas não são aplicáveis às demonstrações financeiras do Banco.

IFRS 8 – Segmentos operacionais

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 o IFRS 8 Segmentos operacionais, o qual foi adoptado para uso na União Europeia em 21 de Novembro de 2007.

O IFRS 8 define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará o IAS 34 Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação mandatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 1 (alterado) – Apresentação das demonstrações financeiras

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Setembro de 2007 o IAS 1 (alterado) Apresentação de demonstrações financeiras, o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O IAS 1 (alterado) exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz a demonstração de “*comprehensive income*”.

Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Banco decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de “*comprehensive income*”.

As alterações impostas pelo IAS 1 terão efeito ao nível da apresentação das demonstrações financeiras do Banco estando actualmente em curso um trabalho com vista à determinação da extensão das modificações necessárias.

IAS 23 (alterado) – Custos de empréstimos obtidos

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Março de 2007 o IAS 23 (alterado) Custos de empréstimos obtidos, o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta norma exige que as entidades capitalizem os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, como parte integrante do custo de aquisição, construção ou produção desse activo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

Activos qualificáveis correspondem àqueles que necessitam de um período substancial de tempo para ficar prontos para o seu uso pretendido ou para venda.

O Banco não espera que esta alteração ao IAS 23 tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

Alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: apresentação – Instrumentos financeiros ‘puttable’ e obrigações decorrentes de liquidação

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 uma alteração ao IAS 32 Instrumentos financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros ‘puttable’ e Obrigações decorrentes de liquidação a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração afecta a classificação de instrumentos financeiros ‘puttable’ e de obrigações decorrentes de liquidação. De acordo com os actuais requisitos do IAS 32, os instrumentos financeiros (i) reembolsáveis em dinheiro ou através da entrega de outros activos financeiros ou (ii) que concedem ao detentor um direito de exigir que o emitente proceda a sua reacquirição (instrumentos ‘puttable’), são classificados como passivos financeiros. A alteração agora efectuada a esta norma, implica que alguns instrumentos que actualmente qualificam como passivos financeiros, passem a ser reconhecidos como instrumentos de capital, caso os mesmos representem o interesse residual último nos activos líquidos de uma entidade.

O IASB alterou ainda o IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras tendo incluído requisitos adicionais de divulgação relativos a este tipo de instrumentos.

Não se prevê que a presente alteração ao IAS 32 venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Banco.

IFRIC 11 – IFRS 2 – Transacções com acções próprias ou acções de outras entidades do Grupo

O *International Financial Reporting Committee* (IFRIC) emitiu em 2 de Novembro de 2006 a IFRIC 11 IFRS 2 – Transacções com *Treasury shares* e Grupo.

O IFRIC 11 vem esclarecer em que condições os pagamentos com base em acções previstos no IFRS 2, envolvendo acções próprias ou acções de outras entidades do Grupo, deverão ser classificados nas demonstrações financeiras individuais das empresas do Grupo com sendo pagamentos com base em acções com liquidação física ou com liquidação financeira.

Este IFRIC é de aplicação obrigatória para o Banco a partir de 1 de Janeiro de 2008.

O BES encontra-se a analisar o eventual impacto que este IFRIC terá nas demonstrações financeiras individuais.

IFRIC 12 – Contratos de concessão de serviços

O IFRIC 12 Contratos de concessão de serviços entra em vigor em 1 de Janeiro de 2008.

O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e b) controla, os interesses residuais das infra estruturas, na maturidade dos contratos.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Banco.

IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes

O IFRIC 13 Programas de fidelização de clientes foi emitido em Julho de 2007 e entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo por isso apenas relevante para o Banco a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos mesmos como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

IFRIC 14 – IAS 19 - Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e sua interacção

O IFRIC 14 IAS 19 - Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e sua interacção é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2008.

Esta interpretação define as condições que devem ser consideradas na avaliação do reconhecimento de activos relacionados com planos de pensões à luz dos limites estabelecidos no parágrafo 58 do IAS 19, e discute a interacção destas regras com os eventuais requisitos mínimos de financiamento estabelecidos legal ou contratualmente.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

Nota 45 // Eventos Subsequentes

- O ESFG (2,5%) e o BES (2,5%) firmaram um acordo para aquisição de 5% do capital social do SAXO BANK A/S, num investimento total de 63 milhões de euros incluindo uma opção para outros 5% adicionais. O acordo contempla igualmente uma parceria estratégica entre o Banco BEST e o SAXO BANK para, entre outras iniciativas, estudo duma oferta integrada de *Asset Management* e *Trading*, abordagem conjunta de mercados estrangeiros e desenvolvimento da parceria já existente em Portugal com o BEST;

- No dia 14 de Janeiro de 2008 o BES efectuou a sua primeira emissão de 25 000 Obrigações Hipotecárias no valor de 1 250 milhões de euros por um prazo de três anos.



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, do **Banco Espírito Santo, S.A.**, as quais compreendem: o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de 68.354.713 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas do Banco de 5.272.576 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco de 607.069 milhares de euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das Sociedades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das Sociedades incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente se a mesma é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

KPMG & Associados - SROC, S.A.
Capital Social: 511.700 Euros
Pessoa Colectiva N.º PT 502 181 018
Inscrita na D.R.O.C. N.º 189
Inscrita na C.M.V.M. N.º 9090


Matriculada na
Conservatória do Registo
Comercial de Lisboa sob o
n.º 715, fls. 178 do Livro C -
3/3



Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das Sociedades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes, e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação sobre se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Banco Espírito Santo, S.A.** em 31 de Dezembro de 2007, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2008

**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Representada por

Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida
(ROC n.º 967)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11.^o
1009-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, do **Banco Espírito Santo, S.A.**, as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de 58.020.160 milhares de euros e um total de capital próprio de 4.437.308 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 494.699 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) emitidas pelo Banco de Portugal as quais têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adoptadas na União Europeia, com excepção das matérias definidas nos n.ºs 2.º e 3.º do Aviso n.º 1/2005 e no n.º 2.º do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente se a mesma é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG Internacional, uma cooperativa suíça.

KPMG & Associados - ERCC, S.A.
Capital Social: 511.700 Euros
Pessoa Colectiva N.º PT 502 161 039
Inscrita na O.R.O.C. N.º 189
Inscrita na C.M.V.M. N.º 9089

Matriculada na
Conservatória do registo
Comercial de Lisboa sob o
n.º 715, fls. 178 do Livro C -
20



Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das Sociedades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes, e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação sobre se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Banco Espírito Santo, S.A.** em 31 de Dezembro de 2007, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2008

**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Representada por

Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida
(ROC n.º 967)



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
 Comissão de Auditoria
 Av. da Liberdade, 195-13º
 1250-142 Lisboa

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2007

Exmos. Senhores Accionistas do
Banco Espírito Santo, S.A.

Nos termos da legislação em vigor, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pela Comissão de Auditoria, bem como o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Relatório Consolidado de Gestão, as Contas Sociais, individuais e consolidadas, e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração do **Banco Espírito Santo, S.A.** apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

No exercício de 2007, a Comissão de Auditoria acompanhou regularmente, nos termos legais, regulamentares e estatutários, a gestão e a evolução dos negócios do **Banco Espírito Santo, S.A.**, tomou conhecimento dos actos de gestão do Conselho de Administração do Banco e apreciou a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna em vigor. No exercício das nossas competências acompanhámos, ainda, (i) a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte e (ii) a apreciação das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados pelo Banco, funções estas a cargo da KPMG, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que foi designada pela Assembleia Geral para proceder ao exame e certificação legal das contas do Banco.



A Comissão de Auditoria apreciou, ainda, o Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada, elaborado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas acima referida e relativo às contas individuais e consolidadas, tendo também tomado conhecimento dos termos das Certificações Legais de Contas e Relatórios de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício de 2007, ambas emitidas com data de 28 de Fevereiro de 2008, sem reservas, e com as quais concordamos.

Procedemos, também, à análise do Relatório de Gestão emitido pelo Conselho de Administração, o qual, em nosso entender, esclarece sobre os principais aspectos da actividade do Banco no exercício de 2007, tanto numa óptica individual como consolidada, satisfazendo os requisitos legais e estatutários aplicáveis.

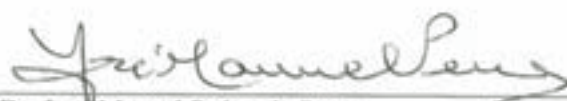
Em conformidade com o exposto, somos de parecer que a Assembleia Geral do **Banco Espírito Santo, S.A.** aprove:

- a) O Relatório de Gestão, bem como os documentos de prestação de contas, tanto individuais como consolidadas, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.
- b) A proposta do Conselho de Administração de aplicação do resultado líquido individual do exercício de 2007, no montante de 494 699 432,31 Euros.

Lisboa, 5 de Março de 2008

A Comissão de Auditoria


 Dr. Mário Martins Adegas (Presidente)


 Dr. José Manuel Ruivo da Pena


 Sr. Luis Daun e Lorena

Informações Gerais

Acções do BES

Em 31 de Dezembro de 2007 o capital social do Banco Espírito Santo encontrava-se representado por 500 000 000 acções com o valor nominal de 5 euros cada, que se encontram admitidas à cotação na Euronext Lisboa. Nesta data, as acções do BES faziam parte de 28 índices bolsistas, entre os quais se destacam os seguintes: PSI 20, *Euronext 100*, *Dow Jones Eurostoxx*, *Dow Jones Stoxx 600 Banks*, *FTSE All World Developed*. O Grupo BES tem ainda admitidas à cotação na Luxembourg Stock Exchange 600 000 acções preferenciais sem direito a voto com o valor nominal de 1 000 euros, emitidas pela BES Finance, Ltd.

Informações

Os accionistas, investidores ou analistas deverão enviar os seus pedidos de informação ou questões para:

Banco Espírito Santo

Gabinete de Relações com Investidores

Avenida da Liberdade, 195 - 11.º

1250-142 Lisboa

Tel. / Fax: (351) 21 359 7390 / (351) 21 359 7309

<http://www.bes.pt/investidor>

E-mail: accionista@bes.pt ou investidor@bes.pt

Relatório e Contas, comunicados e outras informações encontram-se disponíveis na página do BES na *Internet* no endereço <http://www.bes.pt/investidor>.

Data	Evento Societário
28 de Janeiro de 2008	Divulgação de Resultados de 2008
31 de Março de 2008	Assembleia Geral de Accionistas
Abril de 2008	Pagamento dos dividendos relativos ao exercício de 2007
29 de Abril de 2008	Divulgação dos Resultados do 1º Trimestre 2008
30 de Julho de 2007	Divulgação dos Resultados do 1º Semestre 2008
Até 28 de Setembro de 2008	Publicação do Relatório e Contas Semestral
28 de Outubro de 2008	Divulgação dos Resultados do 3º Trimestre 2008

ISIN Code: PTBESOAM0007

Reuters Ticker – BES.LS

Bloomberg Ticker – BES PL

Extracto de Acta da Reunião de Assembleia Geral Anual do Banco Espírito Santo, S.A.

Acta n.º 70

No dia trinta e um de Março de dois mil e oito, pelas dez horas, reuniu em Lisboa, no Hotel Ritz – Salão Nobre, na Rua Rodrigo da Fonseca, número oitenta e oito, a Assembleia Geral Anual do Banco Espírito Santo, S.A., com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Deliberar sobre o Relatório de Gestão, o Relatório de Governo da Sociedade e os restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2007.
2. Deliberar sobre o Relatório Consolidado de Gestão, as contas consolidadas e os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, relativos ao exercício de 2007.
3. Deliberar sobre a aplicação de resultados.
4. Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização do Banco.
5. Deliberar sobre uma proposta de aquisição e alienação de acções próprias, pelo Banco ou por sociedades deste dependentes.
6. Deliberar sobre o Regulamento do “Plano de Pagamento de Retribuição Variável – (PPRV – 2008 / 2010)”.
7. Proceder à apreciação da declaração da Comissão de Vencimentos sobre a política de remuneração dos órgãos sociais e dos demais dirigentes do Banco.
8. Proceder à designação dos órgãos sociais para o quadriénio de 2008 a 2011.
9. Proceder à designação do Revisor Oficial de Contas, efectivo e suplente, para o quadriénio de 2008 a 2011.
10. Proceder à designação dos membros para a Comissão de Vencimentos, para o quadriénio 2008 a 2011.
11. Deliberar sobre uma proposta de Regulamento para a Assembleia Geral de Accionistas.
12. Deliberar sobre a manutenção de relação de Grupo relativamente às sociedades em que o Banco detém a totalidade do respectivo capital social, nos termos e para os efeitos da alínea c) do nº 2 do Art. 489 do Código das Sociedades Comerciais.

A Mesa da Assembleia Geral foi constituída pelo Presidente, Vice-Presidente e Secretário eleitos, respectivamente Senhores Prof. Doutor Paulo de Pitta e Cunha, Doutor Fernão de Carvalho Fernandes Thomaz, Doutor Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo e Eugénio Fernando de Jesus Quintais Lopes, este na qualidade de Secretário da Sociedade. Estavam, também, presentes a maioria dos Membros do Conselho de Administração, todos os Membros da Comissão de Auditoria e a Senhora Dr.ª Isabel Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida em representação do Revisor Oficial de Contas. Esteve ainda presente a Senhora Dr.ª Rita Lagos do Amaral Cabral, em representação da Comissão de Vencimentos, para prestar os esclarecimentos que os Senhores Accionistas entendessem solicitar.

O Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, depois de verificar que se encontravam presentes ou representados Accionistas titulares de 327.498.243 acções, correspondentes a 65,55%, do capital social, totalizando 3.274.924 votos, e que a Assembleia Geral havia sido regularmente convocada, mediante avisos publicados no sítio da Internet DGRN - Publicações, do Ministério da Justiça, em 25 de Fevereiro de 2008, nos sites da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e no do BES, em 26 de Fevereiro de 2008, e nos jornais Jornal de Notícias, Correio da Manhã, Diário de Notícias, Público, Diário de Notícias – Madeira e Açoriano Oriental, todos de 27 de Fevereiro de 2008. Foi também publicada a relação de Accionistas cujas participações excedem 2% do capital social do Banco, nos jornais “Diário de Notícias” e “Correio da Manhã”, ambos de 26 de Março de 2008.

Entrando-se na ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa pôs à apreciação da assembleia, em conjunto, os pontos: 1º- Deliberar sobre o Relatório de Gestão, o Relatório de Governo da Sociedade e os restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2007;

2º- Deliberar sobre o Relatório Consolidado de Gestão, as contas consolidadas e os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, relativos ao exercício de 2007;

3º Deliberar sobre a aplicação de resultados.

(...)

Depois, passou à votação de cada uma das propostas apresentadas pelo Conselho de Administração do Banco, relativas aos pontos 1º, 2º e 3º da ordem de trabalhos. E quanto ao ponto 1º- Deliberar sobre o Relatório de Gestão, o Relatório de Governo da Sociedade e os restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2007 – foi lida a proposta que se transcreve: “O Conselho de Administração do BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A. vem submeter à apreciação e discussão dos Senhores Accionistas o Relatório de Gestão, o Relatório do Governo da Sociedade e os documentos de prestação de contas individuais do BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A., referentes ao exercício de 2007, propondo a sua aprovação”, e posta à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria de 3.253.662 votos a favor, com 281 votos contra e 43.114 votos de abstenção;

Passou-se ao ponto 2º - Deliberar sobre o Relatório Consolidado de Gestão, as contas consolidadas e os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, relativos ao exercício de 2007 – foi lida a proposta que se transcreve: “O Conselho de Administração do BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A. vem submeter à apreciação e discussão dos Senhores Accionistas o Relatório Consolidado de Gestão, as contas consolidadas e os restantes documentos de prestação de contas consolidadas do BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A., referentes ao exercício de 2007, propondo a sua aprovação.” e posta à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria de 3.253.373 votos a favor, com 281 votos contra e 43.405 votos de abstenção;

Passou-se ao ponto 3º - Deliberar sobre a aplicação de resultados – foi lida e posta à votação a proposta apresentada pelo Conselho de Administração do Banco, que a seguir se transcreve, tendo a mesma sido aprovada por maioria de 3.294.860 votos a favor com 1.505 votos contra e 694 votos de abstenção:

“O Conselho de Administração do BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A. propõe:

Nos termos e para os efeitos da alínea b) do artigo 376 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com o Relatório de Gestão, que o resultado líquido da sociedade, no valor de 494.699.432,31 euros, tenha a seguinte aplicação:

	Euros
PARA RESERVA LEGAL:	50.000.000,00
PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ACCIONISTAS:	240.000.000,00
PARA OUTRAS RESERVAS:	204.699.432,31

Entrou-se no ponto 4º da Ordem de Trabalhos – PROCEDER À APRECIAÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO BANCO, tendo a BESPARG Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., apresentado uma proposta que foi lida e se transcreve:

“Tendo em vista o cumprimento do disposto no art. 455, nº 1, do Código das Sociedades Comerciais, que determina que a Assembleia Geral, na sua reunião anual, proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;

Considerando os resultados da actividade do Banco Espírito Santo, S.A., no exercício de 2007, os quais evidenciam o acerto das orientações estratégicas e de gestão levadas a efeito pelo seu Conselho de Administração, durante o referido exercício;

Considerando, igualmente, a forma empenhada como a Comissão de Auditoria desempenhou as suas funções de fiscalização;

Propõe-se que a Assembleia Geral aprove um voto de confiança e de louvor ao Conselho de Administração da sociedade e à Comissão de Auditoria, e a cada um dos respectivos membros.”

(...)

O Presidente da Mesa pôs então a proposta à discussão e como ninguém tenha querido usar da palavra, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria de 3.296.079 votos a favor com 64 votos contra e 924 votos de abstenção.

(...)

Entrou-se no ponto 8º - Proceder à designação dos órgãos sociais para o quadriénio de 2008 a 2011 - o Presidente da Mesa colocou a proposta que se transcreve à votação:

“Considerando que:

a) De acordo com a Recomendação da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, publicada em Dezembro de 2007, sobre independência dos administradores, o Conselho de Administração deve ser composto por um número adequado de membros independentes “que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores”;

b) De acordo com a mesma Recomendação o Presidente da Comissão de Auditoria deverá ser independente;

c) Com vista a acolher os novos requisitos de independência dos órgãos de administração e fiscalização afigura-se desejável que o número total de membros do Conselho de Administração seja reduzido de 31 para 26, dos quais 15 membros serão não executivos e 11 serão executivos e, daquele total, 7 membros serão independentes, tendo a respectiva independência sido previamente verificada pela Sociedade, através de questionários especificamente elaborados para o efeito junto dos administradores em causa.

d) Face ao exposto a accionista “BESPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”, com sede na Rua de S. Bernardo, nº 62, em Lisboa, com o capital social realizado de 683.062.035 euros, com o número 502 554 754 de pessoa colectiva e de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, propõe que seja deliberado, para o mandato de 2008 a 2011:

1. Eleger para a Mesa da Assembleia Geral os Exmos. Senhores:

- . Prof. Doutor Paulo de Pitta e Cunha – Presidente
- . Dr. Fernão de Carvalho Fernandes Thomaz – Vice-Presidente
- . Dr. Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo – Secretário

2. Eleger para o Conselho de Administração os Exmos. Senhores:

- Dr. Ricardo Espírito Santo Silva Salgado
- Dr. José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva
- Dr. António José Baptista do Souto
- Dr. Jorge Carvalho Martins
- Sr. Aníbal da Costa Reis de Oliveira
- Dr. Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva
- Dr. José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
- Dr. Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau
- Dr. Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira
- Dr. Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes
- Dr. Pedro José de Sousa Fernandes Homem
- Dr. Jean Frédéric de Leusse
- Dr. Bernard Delas
- Sr. Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena
- Dr. José Manuel Ruivo da Pena
- Dr. Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires
- Dr. Michel Joseph Paul Goutorbe
- Dr. Alberto de Oliveira Pinto
- Dr. Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos
- Dr. João Eduardo Moura da Silva Freixa
- Dr. Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva
- Dr. Jean-Yves Hocher
- Dr. Pedro Mosqueira do Amaral
- Prof. Eng. José Epifânio da Franca
- Dra. Isabel Maria Osório de Antas Megre de Sousa Coutinho
- Dr. João de Faria Rodrigues

3. Designar como Presidente e Vice-Presidentes do Conselho de Administração:

- . Dr. Alberto de Oliveira Pinto - Presidente
- . Dr. Ricardo Espírito Santo Silva Salgado – Vice-Presidente
- . Dr. Jean Frédéric de Leusse – Vice-Presidente

4. Eleger como membros da Comissão de Auditoria os Administradores:

- Dr. José Manuel Ruivo da Pena - Presidente
- Sr. Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena
- Dr. João de Faria Rodrigues

que reúnem os requisitos de independência e cumprem os requisitos em matéria de incompatibilidade e especialização impostos pelo artigo 423-B do Código das Sociedades Comerciais.

5. Eleger para a Comissão Executiva os Exmos. Senhores:

- Dr. Ricardo Espírito Santo Silva Salgado - Presidente
- Dr. José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva
- Dr. António José Baptista do Souto
- Dr. Jorge Carvalho Martins
- Dr. José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
- Dr. Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau
- Dr. Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira
- Dr. Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes
- Dr. Pedro José de Sousa Fernandes Homem
- Dr. Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires
- Dr. João Eduardo Moura da Silva Freixa

6. Que a responsabilidade de cada Administrador seja caucionada por alguma das formas previstas no Art. 396 do Código das Sociedades Comerciais.

7. Que os membros eleitos para os órgãos sociais do “Banco Espírito Santo, S.A.”, para o mandato de 2008 a 2011, nos termos da presente proposta iniciem imediatamente as suas funções.”

(...), tendo a mesma sido aprovada por maioria de 3.131.281 votos a favor, com 140.847 votos contra e 23.798 votos de abstenção;

Entrou-se no ponto 9º - Proceder à designação do Revisor Oficial de Contas, efectivo e suplente, para o quadriénio de 2008 a 2011 – tendo a Comissão de Auditoria apresentado uma proposta que foi lida e se transcreve:

“Considerando que:

a) Na sequência das alterações ao Código das Sociedades Comerciais (CSC) decorrentes do Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de Março, o “Banco Espírito Santo, S.A.” adoptou o modelo anglo-saxónico caracterizado pela existência de um Conselho de Administração, compreendendo uma Comissão de Auditoria, e de um Revisor Oficial de Contas;

b) De acordo com o disposto na alínea m) do Art. 423-F do CSC compete à Comissão de Auditoria “propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas”;

c) Foi previamente sujeita a votação na presente Assembleia Geral a proposta para eleição dos órgãos sociais do “Banco Espírito Santo, S.A.”, para o quadriénio de 2008 a 2011, apresentada pela accionista “BESPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”, que designa a Comissão de Auditoria;

Pelo que antecede e sujeita à verificação da aprovação da proposta assinalada no antecedente Considerando c), a Comissão de Auditoria do “Banco Espírito Santo, S.A.”, propõe à Assembleia Geral que seja deliberado:

1. Designar como Revisor Oficial de Contas efectivo, para o quadriénio de 2008 a 2011, nos termos do Art. 446 do CSC e artigo vigésimo oitavo dos estatutos da Sociedade, a “KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SROC”.

2. Designar como Revisor Oficial de Contas Suplente, para o quadriénio de 2008 a 2011, nos termos do Artigo 446 do CSC e artigo vigésimo oitavo dos estatutos da Sociedade, o Dr. Jean-Éric Gaign (Revisor Oficial de Contas).”

(...), tendo a mesma sido aprovada por maioria de 3.293.541 votos a favor com 749 votos de abstenção.

De seguida, passou-se no ponto 10º da Ordem de Trabalhos - Proceder à designação dos membros para a Comissão de Vencimentos, para o quadriénio 2008 a 2011 – tendo a Accionista BESPAR Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA apresentado uma proposta que foi lida e se transcreve:

“Considerando que:

a) A Comissão de Vencimentos é um elemento essencial na estrutura de Governo do Banco, determinando a remuneração dos seus órgãos sociais, devendo ser composta por membros que sejam independentes do Conselho de Administração e que assegurem aos Accionistas do Banco Espírito Santo a necessária isenção e liberdade de juízo na sua actuação;

b) As recentes recomendações e regras sobre governo das sociedades, a nível nacional como internacional, reforçam a necessidade da existência de um adequado controlo sobre as remunerações dos órgãos sociais sobre as sociedades cotadas;

Face ao exposto a accionista “BESPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”, com sede na Rua de S. Bernardo, nº 62, em Lisboa, com o capital social realizado de 683.062.035 euros, com o número 502 554 754 de pessoa colectiva e de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, propõe que seja deliberado designar, para o mandato de 2008 a 2011, os seguintes representantes para a Comissão de Vencimentos do Banco Espírito Santo:

- Dra. Rita Lagos do Amaral Cabral
- Dr. Daniel Proença de Carvalho
- Dr. Jacques dos Santos

Propõe-se ainda que os membros da Comissão de Vencimentos auferam uma remuneração mensal fixa de 1500 (mil e quinhentos) euros, paga doze vezes ao ano.” O Presidente da Mesa (...) submeteu-a à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria de 3.270.175 votos a favor com 22.559 votos contra e 1.556 votos de abstenção.
(...)

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu a reunião por encerrada pelas treze horas e trinta minutos, dela se lavrando a presente acta que vai assinada pelos Membros da Mesa e pelo Secretário da Sociedade.



BES
art COLEÇÃO
BANCO
ESPIRITO SANTO

EMANUEL BRÁS
b. 1967, Portugal
"#25 lugares de afeccção",
2004
Prova lambda colada em acrílico
80 x 80 cm (imagem)
Edição de 2/5
Cortesia do Artista

BES 07

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE
Volume. II

O Grupo BES, tem vindo a assumir um papel central como Mecenas da Fotografia em Portugal. Tal estratégia, constitui uma aposta no futuro e o reflexo da orientação pela modernidade que caracteriza o posicionamento da marca BES e a cultura do Grupo.

As peças que ilustram este Relatório e Contas integram a colecção BES art que o Banco está a constituir desde 2004 através de trabalhos recentes de conceituados artistas plásticos contemporâneos internacionais e portugueses.

Este Relatório está também ilustrado com imagens da "Valor BES", Newsletter do Accionista.

03 // RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

01	Introdução	4
02	Princípios de Governo do BES e Declaração de Cumprimento das Recomendações da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM)	5
2.1	Princípios de Governo do BES	5
2.2	Declaração de Cumprimento das Recomendações da CMVM	5
03	O modelo de Corporate Governance do BES	
3.1	Conselho de Administração	7
3.2	Comissão Executiva e outras Comissões	12
3.3	Fiscalização da Sociedade	18
3.4	Remuneração	23
3.5	Normas de conduta e negócios com a sociedade	27

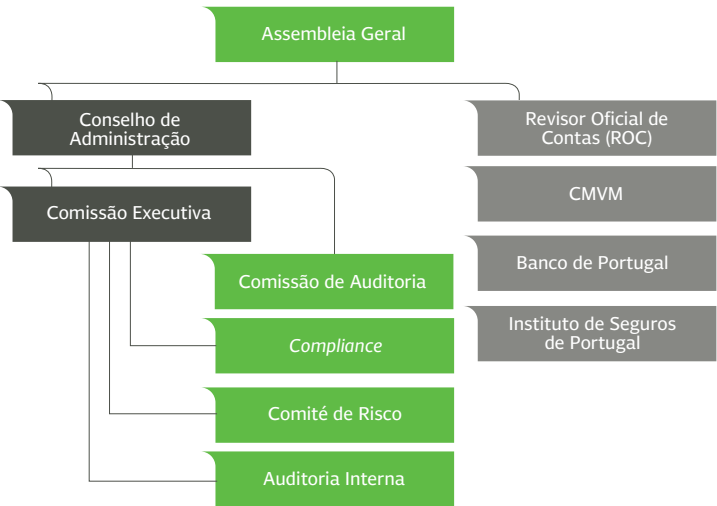
04	Accionistas e Acção BES	29
4.1	Capital social e acção BES	29
4.2	Accionistas do BES	32
4.3	Participação em Assembleia Geral	36
05	Informação ao Mercado	40
Anexo 01	Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas	46
Anexo 02	Cargos Sociais Exercidos pelos Membros do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo	47

01

Introdução

As regras de Corporate Governance existentes no BES têm por objectivo uma governação responsável e orientada para a criação de valor. O modelo de governo societário confia a condução da Sociedade ao Conselho de Administração, que delega a gestão corrente na Comissão Executiva. A função de fiscalização da actividade social é atribuída a uma Comissão de Auditoria, juntamente com o Revisor Oficial de Contas.

Estrutura do Governo do BES



Auditor: KPMG e Associados SROC, S.A.
Entidades de Supervisão: Banco de Portugal; CMVM, ISP

■ Fiscalização Externa
■ Fiscalização Interna
■ Gestão

Principais Participações do BES

Banca	BES Oriente (Macau) 99,75%	BES Angola (Angola) 79,96%	ES Bank (EUA) 98,45%	BEST 66%	
	BES Açores 57,53%	BES Vénétie (França) 40%	BESIL (I. Caimão) 100%	BIBL (I. Caimão) 100%	
Banca Investimento	BESI (Portugal e Espanha) 100%	BESI (Brasil) 80%			
Capital de Risco	ES Capital 100%	ES Ventures 100%			
Crédito Especializado	Besleasing & Factoring 89,36%	Locarent 45%			
Gestão de Activos	ESAF SGPS 85%	ESAF (Espanha) 92,5%	BESAF (Brasil) 80%		
Seguros	BES Vida 50%	BES Seguros 25%	Europ Assistance 23%		
Outros	ES Recuperação de Crédito 100%	ES Data 100%	ES Contact Center 76,64%	ESGEST 100%	Esumédica 24,90%
Soc. Emitentes	BES Finance (Ilhas Caimão) 100%				

02

Princípios de Governo do BES e Declaração de Cumprimento das Recomendações da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM)

2.1 // Princípios de Governo do BES

VALOR

Criação de valor com base numa governação socialmente responsável.

SABER

Desenvolvimento da actividade com base na procura do saber, ancorado na transição e acumulação de valores ao longo de mais de um século de história.

RIGOR

Definição de políticas exigentes na gestão dos vários tipos de risco da actividade bancária.

Actuação de acordo com estritos princípios de legalidade, objectividade e clareza, procurando garantir a confiança e a lealdade dos Accionistas, Clientes, Colaboradores e Fornecedores.

TRANSPARÊNCIA

Assunção de compromisso firme:

- na divulgação da informação de modo a que todos os *stakeholders* tenham acesso simultâneo e atempado à mesma;
- na definição de objectivos estratégicos claros e num conjunto de valores que sejam eficazmente disseminados pela Sociedade;
- no estabelecimento de uma linha clara de atribuição de responsabilidades no interior da hierarquia;
- na garantia que os membros do órgão de administração tenham as necessárias qualificações para o desempenho das suas funções, disponham de uma compreensão clara acerca da Sociedade e do seu governo e que não se submetam a qualquer influência indevida que venha do *management* da sociedade ou de qualquer outro grupo de interesses.

2.2 // Declaração de Cumprimento das Recomendações da CMVM

O BES adopta a generalidade das Recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários - CMVM (o texto das Recomendações, tal como aprovado em Novembro de 2005, encontra-se em Anexo ao presente Relatório).

Apenas a Recomendação oitava, relacionada com a remuneração do Órgão de Administração, é parcialmente adoptada, dado que não são divulgadas as remunerações em termos individuais.

Recomendação 8 da CMVM

A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada por forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da Sociedade e deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais.

A remuneração dos membros da Comissão Executiva do órgão de administração tem uma componente variável, em função dos resultados da Sociedade. Assim se assegura o alinhamento do desempenho dos Administradores com os interesses da Sociedade. A remuneração é divulgada apenas em termos globais, pelo que a Recomendação não é adoptada na parte relativa à divulgação da remuneração em termos individuais. O Banco Espírito Santo considera que a divulgação da remuneração em termos individuais não acrescenta qualquer valor à informação global colocada à disposição dos accionistas e muito menos permite aferir o desempenho de cada administrador em cada sector da sociedade. A divulgação da remuneração em termos globais garante um adequado conhecimento do custo (fixo e variável) da Sociedade com o seu Órgão de Administração.

Estrutura do Relatório de Governo da Sociedade CMVM

Relatório de Governo BES

CAPÍTULO 0. Declaração de Cumprimento

Indicação discriminada das recomendações da CMVM sobre governo das sociedades adoptadas e não adoptadas. 2.2 / Anexo 1

CAPÍTULO I. Divulgação de Informação

- 1 - Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos e departamentos da sociedade, incluindo a distribuição de pelouros entre os administradores. 3.2
- 2 - Lista das comissões específicas criadas na sociedade, com indicação dos administradores independentes que as integram. 3.2.2 / 3.2.3
- 3 - Descrição do sistema de controlo de riscos implementado na sociedade. 3.3
- 4 - Descrição da evolução da cotação das acções do emitente. 4.1.2
- 5 - Descrição da política de distribuição de dividendos adoptada. 4.1.2
- 6 - Descrição das principais características dos planos de atribuição de acções e dos planos de atribuição de opções de aquisição de acções adoptados ou vigentes no exercício em causa. N/A
- 7 - Descrição dos elementos principais dos negócios e operações realizados entre, de um lado, a sociedade e, de outro, os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo. 3.5
- 8 - Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor. 5
- 9 - Indicação da composição da comissão de remunerações. 3.4.5
- 10- Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede. 3.3.2 / 3.4.3

CAPÍTULO II. Exercício do direito de voto e representação de accionistas

- 1 - Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto. 4.3
- 2 - Existência de um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência. 4.3
- 3 - Possibilidade de exercício do direito de voto por meios electrónicos. 4.3
- 4 - Antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na assembleia geral. 4.3
- 5 - Exigência de prazo que medeia entre a recepção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da assembleia geral. 4.3
- 6 - Número de acções a que corresponde um voto. 4.3

CAPÍTULO III. Regras societárias

- 1 - Referência sobre a existência dos códigos de conduta dos órgãos da sociedade ou de outros regulamentos internos. 3.5
- 2 - Descrição dos procedimentos internos adoptados para o controlo do risco na actividade da sociedade. 3.3
- 3 - Indicação das medidas susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição. 4.2.2

CAPÍTULO IV. Órgão de administração

- 1 - Caracterização do órgão de administração. 3.1 / Anexo 2
- 2 - Referência à eventual existência de uma comissão executiva ou de outras comissões com competência em matéria de gestão. 3.2
- 3 - Descrição do modo de funcionamento do órgão de administração. 3.1/3.2
- 4 - Descrição da política de remuneração. 3.4
- 5 - Indicação da remuneração, individual ou colectiva, entendida em sentido amplo de forma a incluir, designadamente, prémios de desempenho, auferida, no exercício em causa, pelos membros do órgão de administração. 3.4.1 / 3.4.3
- 6 - Linhas gerais da política de comunicação de irregularidades. 3.5.1

03

O modelo de Corporate Governance do BES

3.1 // Conselho de Administração

3.1.1 // Competências do Conselho de Administração

O Conselho de Administração gere as actividades da Sociedade, sendo responsável pela gestão do BES e pela definição da sua estratégia. Compete-lhe, em especial, garantir que o Banco estabeleça políticas adequadas à gestão dos vários tipos de risco com que se confronta a sua actividade, e estabelecer meios que garantam a tomada de decisões independentes com garantia pelo respeito pelo princípio do igual tratamento dos accionistas.

Enquanto órgão que detém a exclusividade de gestão da sociedade, compete ao Conselho de Administração, nomeadamente:

- a) Elaborar os relatórios e contas anuais;
- b) Propor a distribuição de resultados;
- c) Decidir sobre abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- d) Deliberar sobre extensões ou reduções importantes da actividade da sociedade;
- e) Decidir sobre modificações importantes na organização da empresa;
- f) Estabelecer ou cessar cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- g) Deliberar sobre projectos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade;
- h) Deliberar sobre a emissão de obrigações, desde que não convertíveis em acções;
- i) No BES, o Conselho de Administração não tem qualquer competência para deliberar um aumento de capital.

3.1.2 // Composição do Conselho de Administração

Composição da Conselho de Administração	1997	2002	2007
Nº de Administradores	19	31	31

Os estatutos da Sociedade prevêm que o Conselho de Administração seja composto por um mínimo de 11 e um máximo de 31 membros. O Conselho de Administração do BES é composto por 31 membros. No final de 2007 era composto por 30 membros, devido à renúncia apresentada pelo administrador Jean Laurent em Outubro de 2007.

Os Administradores podem ser ou não accionistas e são eleitos pela Assembleia Geral, que designa o Presidente do Conselho de Administração e, se assim o entender, um ou mais Vice-Presidentes.

A duração do mandato de cada administrador é de quatro anos, sendo que o presente mandato teve o seu início em Março de 2004.

É permitida a reeleição dos administradores, não existindo número limite de reeleições. Não existe também qualquer limite de idade para o exercício do cargo.

A média de idade dos administradores da sociedade é de 60 anos, sendo que o administrador com mais idade tem 88 anos e o mais novo tem 41 anos.

Na falta ou impedimento definitivos de qualquer Administrador, proceder-se-á à cooptação de um substituto, que será ratificada na Assembleia Geral imediatamente subsequente. O mandato do novo Administrador terminará no fim do período para o qual o Administrador substituído tinha sido eleito.

Administrador	Data Nascimento	Nacionalidade	Primeira Designação	Termo Mandato	Número Acções	Nº Votos	Comissão Executiva	Independente	Razão para não Independência
António Ricciardi	04/06/1919	Portuguesa	Abril-92	2007	200 000	2 000	Não	Não	Administrador da sociedade Espírito Santo Financial Group, S.A.
Ricardo Salgado	25/06/1944	Portuguesa	Setembro-91	2007	436 880	4 369	Sim	Não	Executivo
Jean Laurent*	31/07/1944	Francesa	Setembro-99	2007	-		Não	Não	Administração ou vínculo contratual com o accionista Crédit Agricole, S.A.
Mário Amaral	14/11/1932	Portuguesa	Setembro-91	2007	94 552	946	Sim	Não	Executivo
José Manuel Espírito Santo	02/05/1945	Portuguesa	Abril-92	2007	124 725	1 247	Sim	Não	Executivo
António Souto	17/04/1950	Portuguesa	Novembro-90	2007	46 950	470	Sim	Não	Executivo
Jorge Martins	17/07/1957	Portuguesa	Julho-93	2007	66 742	667	Sim	Não	Executivo
Aníbal Oliveira	24/09/1935	Portuguesa	Abril-92	2007	195 832	1 958	Não	Não	Administrador da sociedade Espírito Santo Financial (Portugal) - SGPS, S.A.
José Neto	08/01/1937	Portuguesa	Abril-94	2007	22 880	229	Sim	Não	Executivo
Manuel Villas-Boas	29/05/1945	Portuguesa	Abril-92	2007	-		Não	Não	Administrador da sociedade Espírito Santo Financial Group, S.A.
Manuel Fernando Espírito Santo	20/07/1958	Portuguesa	Abril-94	2007	1 064	11	Não	Não	Administrador da sociedade Espírito Santo Financial Group, S.A.
José Maria Ricciardi	27/10/1954	Portuguesa	Março-99	2007	19 555	196	Sim	Não	Executivo
Jean-Luc Guinoiseau	20/12/1954	Francesa	Setembro-99	2007	51 507	515	Sim	Não	Executivo
Rui Silveira	11/12/1954	Portuguesa	Março-00	2007	30 462	305	Sim	Não	Executivo
Joaquim Goes	09/09/1966	Portuguesa	Março-00	2007	47 917	479	Sim	Não	Executivo
Pedro Homem	19/07/1947	Portuguesa	Junho-00	2007	41 501	415	Sim	Não	Executivo
Mário Adegas(**)	25/10/1935	Portuguesa	Junho-80	2007	166 667	1 667	Não	Não	Administrador independente segundo os critérios do regulamento 07/2001 da CMVM; Membro não independente da Comissão de Auditoria nos termos do artigo 414º/5 do Código das Sociedades Comerciais, pelo facto de ter sido reeleito por mais de dois mandatos.
Luís Daun e Lorena	11/10/1944	Portuguesa	Março-02	2007	-		Não	Sim	
Lázaro Brandão	15/06/1926	Brasileira	Março-02	2007	-		Não	Sim	
Ricardo Abecassis Espírito Santo	04/11/1958	Portuguesa	Março-02	2007	43 004	430	Não	Não	Administrador da sociedade Espírito Santo Financial (Portugal) - SGPS, S.A.
Bernard De Wit	17/06/1959	Belga	Maio-02	2007	.		Não	Não	Administração ou vínculo contratual com o accionista Crédit Agricole, S.A.
José Pena	05/11/1940	Portuguesa	Maio-03	2007			Não	Sim	
Jean-Frédéric de Leusse	29/10/1957	Francesa	Março-04	2007	-		Não	Não	Administração ou vínculo contratual com o accionista Crédit Agricole, S.A.
Amílcar Moraes Pires	30/05/1961	Portuguesa	Março-04	2007	24 291	243	Sim	Não	Executivo
Bernard Delas	01/08/1948	Francesa	Março-05	2007	-		Não	Não	Administração ou vínculo contratual com o accionista Crédit Agricole, S.A.
Miguel Horta e Costa	28/07/1948	Portuguesa	Novembro-90	2007	-		Não	Não	Administrador do Banco Espírito Santo de Investimento
Nuno Godinho de Matos	31/10/1949	Portuguesa	Abril-06	2007			Não	Sim	
Alberto de Oliveira Pinto	26/06/1932	Portuguesa	Abril-06	2007			Não	Sim	
João Freixa	24/06/1956	Portuguesa	Setembro-06	2007			Sim	Não	Executivo
Jean -Yves Hocher	24/08/1955	Francesa	Março-07	2007			Não	Não	Administração ou vínculo contratual com o accionista Crédit Agricole, S.A.
Michel Goutorbe	16/11/1956	Francesa	Julho-07	2007			Não	Não	Administração ou vínculo contratual com o accionista Crédit Agricole, S.A.

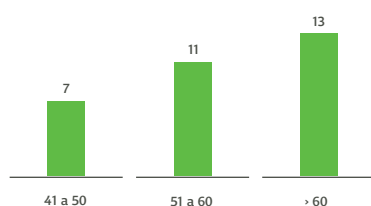
(*) Renunciou ao cargo em 10 Outubro 2007

(**) Mandatos: de Novembro de 1990 - Março de 2000; desde Março de 2002

Em Assembleia Geral de 29 de Março de 2007 os Accionistas aprovaram a eleição de Jean-Yves Hocher como membro do Conselho de Administração, substituindo nesse cargo Michel Victor François Villatte que renunciou ao seu mandato a 7 de Fevereiro de 2007.

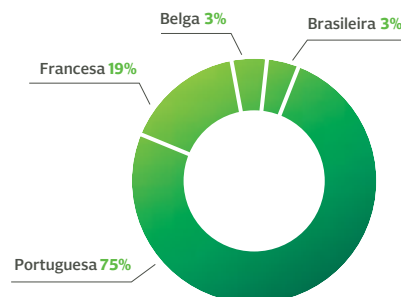
A 26 de Julho, Patrick Coudène renunciou ao seu mandato, tendo sido designado por cooptação Michel Goutorbe para sua substituição.

Classes Etárias dos Membros do Conselho de Administração



A 10 de Outubro, o Vice-Presidente do Conselho de Administração do BES, Jean Gaston Pierre Marie Victor Laurent renunciou ao cargo para o qual tinha sido eleito em Assembleia Geral de Accionistas realizada em 30 de Março de 2004.

Nacionalidade dos Membros do Conselho de Administração



Administrador	Qualificação Profissional	Percorso profissional nos últimos cinco anos
António Ricciardi	Faculdade de Ciências de Lisboa; Escola Naval da Marinha de Guerra; Escola da Aviação Naval	Presidente do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo.
Ricardo Salgado	Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa.	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo, Presidente do Conselho de Administração das Sociedades Partran, SGPS, S.A., Espírito Santo Financial Group, S.A. e Bespar - SGPS, S.A.. Membro do Instituto Internacional de Estudos Bancários desde 2003 e seu Presidente entre Outubro de 2005 e Dezembro de 2006. Administrador do Banco Bradesco (Brasil) desde 2003. Membro do Board of Directors e do Human Resources e Compensation Committee da NYSE Euronext.
Jean Laurent	Licenciado em Engenharia Civil de Aeronáutica pela Escola Nacional Superior de Aeronáutica; Master of Sciences, Wichita State University.	Até 2001 Administrador da Banque de Gestion Privée Indosuez. Até 2002, Administrador do Crédit Agricole Asset Management, da AMACAM, da Union d'Études et d'Investissements e Presidente do Conselho de Administração da Segespar. Até 2003, Administrador da sociedade SA Rue Impériale. Até Setembro de 2005, Membro do Comité Executiva da Fédération Bancaire Française e seu Presidente entre 2001 e 2002, Membro do Conseil de l'Association Française des Banques, Membro do Bureau da AFECEI e seu Presidente entre 2001 e 2002 e Director Geral do Crédit Agricole.
Mário Amaral	Licenciado em Economia no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa e obteve uma Pós-Graduação na London School of Economics.	Administrador Executivo do Banco Espírito Santo.
José Manuel Espírito Santo	Licenciado em Economia, com especialização em Direcção e Administração de Empresas, pela Universidade de Évora (ex - Instituto de Estudos Superiores de Évora).	Presidente da Banque Privée Espírito Santo, S.A., Administrador Executivo do Banco Espírito Santo e Vice-Presidente da Espírito Santo Financial Group, S.A.
António Souto	Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.	Administrador Executivo do Banco Espírito Santo, Presidente do Conselho de Administração da Besleasing e Factoring e da E.S. Data, S.G.P.S.
Jorge Martins	Licenciado em Economia pela faculdade de Economia da Universidade do Porto.	Administrador Executivo do Banco Espírito Santo.

Administrador	Qualificação Profissional	Percurso profissional nos últimos cinco anos
Aníbal Oliveira	Curso Geral de Comércio (Porto); Curso de Engenharia Química (Alemanha)	Funções executivas nas várias empresas do Grupo Riopele.
José Neto	Licenciado em História pela Universidade de Lisboa.	Administrador Executivo do Banco Espírito Santo. Administrador Executivo da ESAF. Até 2005 foi Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Banco Internacional de Crédito
Manuel Villas-Boas	Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.	Senior Vice President da Sociedade Espírito Santo International e Administrador da Sociedade Espírito Santo Financial Group, Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo e do Banco Espírito Santo de Investimento.
Manuel Fernando Espírito Santo	B.A. Business Administration, Richmond College, London International Bankers' Course at Barclays and Midland Bank, em Londres; INSEAD, Fontainebleau - "Inter-Alpha Banking Programme".	Membro do Conselho Superior do Grupo Espírito Santo e Presidente da Comissão Executiva da Sociedade Espírito Santo Resources. Membro Executivo do World Travel & Tourism Council desde 2003.
José Maria Ricciardi	Licenciado em "Sciences Economiques Appliquées" pelo Instituto de Administração e Gestão da Faculdade de Ciências Económicas, Políticas e Sociais da Universidade Católica de Louvain, Bélgica.	Administrador Executivo do Banco Espírito Santo. Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva do BES Investimento. Presidente do Conselho de Administração do BES Investimento do Brasil, S.A. Administrador não executivo da EDP - Energias de Portugal, S.A. de Março a Junho de 2006 e Vogal do Conselho Geral e de Supervisão, desde Julho de 2006.
Jean-Luc Guinoiseau	Diplomado em Estudos Superiores Económicos do Conservatoire National des Arts et Métiers (Paris), tendo efectuado o percurso CESA "Management Stratégique" – HEC, Paris.	Administrador Executivo do Banco Espírito Santo.
Rui Silveira	Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa e advogado.	Advogado, Assessor Jurídico do Conselho Superior do Grupo Espírito Santo, Administrador Executivo do Banco Espírito Santo. Membro do Conselho Fiscal da Companhia de Seguros Tranquilidade, Presidente da mesa de Assembleia Geral da T-Vida.
Joaquim Goes	Licenciado em Administração e Gestão de Empresas, com especialização em Marketing e Finanças pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa. Em 1994 obteve o Mestrado em Business Administration pelo INSEAD, em Fontainebleau.	Administrador Executivo do Banco Espírito Santo. É Membro do Conselho de Administração da Portugal Telecom.
Pedro Homem	Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.	Administrador Executivo do Banco Espírito Santo.
Mário Adegas	Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.	Administrador do Banco Internacional de Crédito entre 2000 e 2002. Desde 2002 Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo e Presidente da Comissão de Auditoria.
Luís Daun e Lorena	Frequentou o terceiro ano do Curso de Direito da Universidade de Lisboa.	Desde 2002, Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo e Membro da Comissão de Auditoria.
Lázaro Brandão	Licenciado em Economia e Administração de Empresas.	Presidente do Conselho de Administração do Banco Bradesco e desde 2004 Coordenador do Comité de Remuneração, Presidente do Conselho de Administração da sociedade ELO Participações e Presidente da Mesa Regedora e da Directoria da Fundação Bradesco. Desde 2000, Presidente do Conselho de Administração da Bradespar e Director-Presidente da NCF Participações. Desde 2001, Director-Presidente da Nova Cidade de Deus Participações. Desde 2002, Presidente do Conselho de Administração do Banco Bradesco Luxemburgo. Entre 2002 e 2003, Presidente do Banco Mercantil de São Paulo. Em 2004 Presidente do Conselho de Administração do Banco BEM. Desde 2004 Presidente do Conselho de Administração do Bradesco Leasing e Gerente da Bradeport. Até 2005, Presidente do Conselho de Administração da Bradesco Seguros. Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo desde 2002.

Administrador	Qualificação Profissional	Percurso profissional nos últimos cinco anos
Ricardo Espírito Santo Silva	Licenciado em Economia pela City University, Londres.	Desde 2000 Director-Presidente e Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento do Brasil. Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento desde 2003, tendo sido nomeado Administrador Executivo em Dezembro de 2005. Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo desde 2002.
Bernard De Wit	Mestrado em Applied Economics; MBA pela Université de Louvain e University of Chicago.	Desde 2001, responsável pela área de Subsidiárias Internacionais - Linha de Negócio da Banca Internacional de Retalho no Crédit Agricole. Desde 2002, Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo.
José Pena	Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE); posteriormente frequentou o International Advanced Executive Program (IAEP) da J.L. Kellogg Graduate School of Management, Northwestern University, Chicago, EUA.	Entre 2002 e 2003, Assessor da Comissão de Auditoria do Conselho de Administração do BES. Desde 2003, Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo e Membro da Comissão de Auditoria. Desde 2006, Presidente dos Conselhos Fiscais da BES Seguros, S.A. e da BES Vida, S.A.
Jean-Frédéric de Leusse	École Polytechnique; École Nationale d'Administration.	De 2001 a 2003, Director Geral da <i>Fédération Nationale</i> du Crédit Agricole. Entre 2003 e 2005 foi Director da área internacional de Banca de Retalho do Crédit Agricole S.A. e Presidente do <i>Crédit Agricole Private Equity</i> . É, desde 2005, Director da área internacional do Crédit Agricole S.A. e Membro da Comissão Executiva desde 2006. Presidente do Board do <i>Emporiki Bank</i> . Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, desde 2004.
Amílcar Morais Pires	Licenciado em Ciências Económicas pela Universidade Católica Portuguesa.	Até 2004 Assessor do Conselho de Administração do BES e Coordenador do Departamento Financeiro, Mercados e Estudos. Desde 2004, Administrador Executivo do Banco Espírito Santo e desde 2005 Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento. É membro do Conselho de Administração da Portugal Telecom desde 2006.
Bernard Delas	Licenciado em Sciences Économiques, pela Université de Paris.	Entre 2001 e 2004 foi CFO da CNP International e Membro da Comissão Executiva da CNP Assurance. Desde 2005, Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo.
Miguel Horta e Costa	Licenciado em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa; Pós-Graduação em "Alta Direcção de Empresas" pela Universidade de Navarra; P's-Graduação em "Management de Comunicações" pelo Management College (British post Office) no Reino Unido.	Membro do Conselho de Administração da Telefónica, até Fevereiro de 2006. Até 2002, Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento, Presidente do Conselho de Administração da Euroges Factoring e Vice-Presidente Executivo do Conselho de Administração da Portugal Telecom. De 2002 até 2006 Presidente Executivo da Portugal Telecom. Desde 2003, Vice-Presidente da AIP. Desde Dezembro 2006 é Vice-Presidente e Membro da Comissão Executiva do BES Investimento. É Administrador não executivo do BES desde 2005.
Nuno Godinho de Matos	Licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa	Exerce a actividade profissional de advogado
Alberto de Oliveira Pinto	Licenciado em Ciências Económicas pelo ISCEF	Presidente do Conselho de Administração do Banco Nacional de Crédito Imobiliário até Abril de 2005. Administrador não Executivo do Banco Espírito Santo desde Fevereiro 2006 e da Galp Energia desde Setembro 2006.
João Freixa	Licenciado em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia; MBA na Universidade Nova de Lisboa	Em 2003 foi Presidente da Euronext Lisboa e Administrador das Bolsas de Paris, Amesterdão e Bruxelas e, ainda, da <i>holding</i> Euronext NV. Entre 2004 e 2005 foi Vice-Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, Vice-Presidente do Banco de Investimento (Caixa BI) e Administrador (não executivo) da EDP - Energias de Portugal. Em 2005 foi assessor do Conselho de Administração do BES e é membro do Conselho de Administração do BES desde Setembro 2006.
Jean-Yves Hocher	Licenciado pelo Institut National Agronomique Paris-Grignon; licenciado pela Ecole Nationale du Génie Rural des Eaux et Forêts	Desde Janeiro 2006, Director Geral da PREDICA e Membro da Comissão Executiva do Crédit Agricole, S.A. Desde Março 2007, é Membro do Conselho de Administração do BES
Michel Goutorbe	Licenciado em Direito	Entre 2000 e 2005 foi director geral adjunto da PACIFICA. É Membro do Conselho de Administração do BES desde 2007.

Em anexo ao presente Relatório descrevem-se sumariamente as funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração em outras entidades, discriminando as funções exercidas em sociedades do Grupo BES (entendido como o conjunto do BES e das sociedades que consigo consolidam integralmente) (Anexo 2).

3.1.3 // Organização e funcionamento do Conselho de Administração

O Conselho de Administração reúne, de acordo com os estatutos do Banco, pelo menos uma vez em cada trimestre, e sempre que for convocado pelo Presidente ou por dois Administradores. Durante o ano de 2007 ocorreram 5 reuniões.

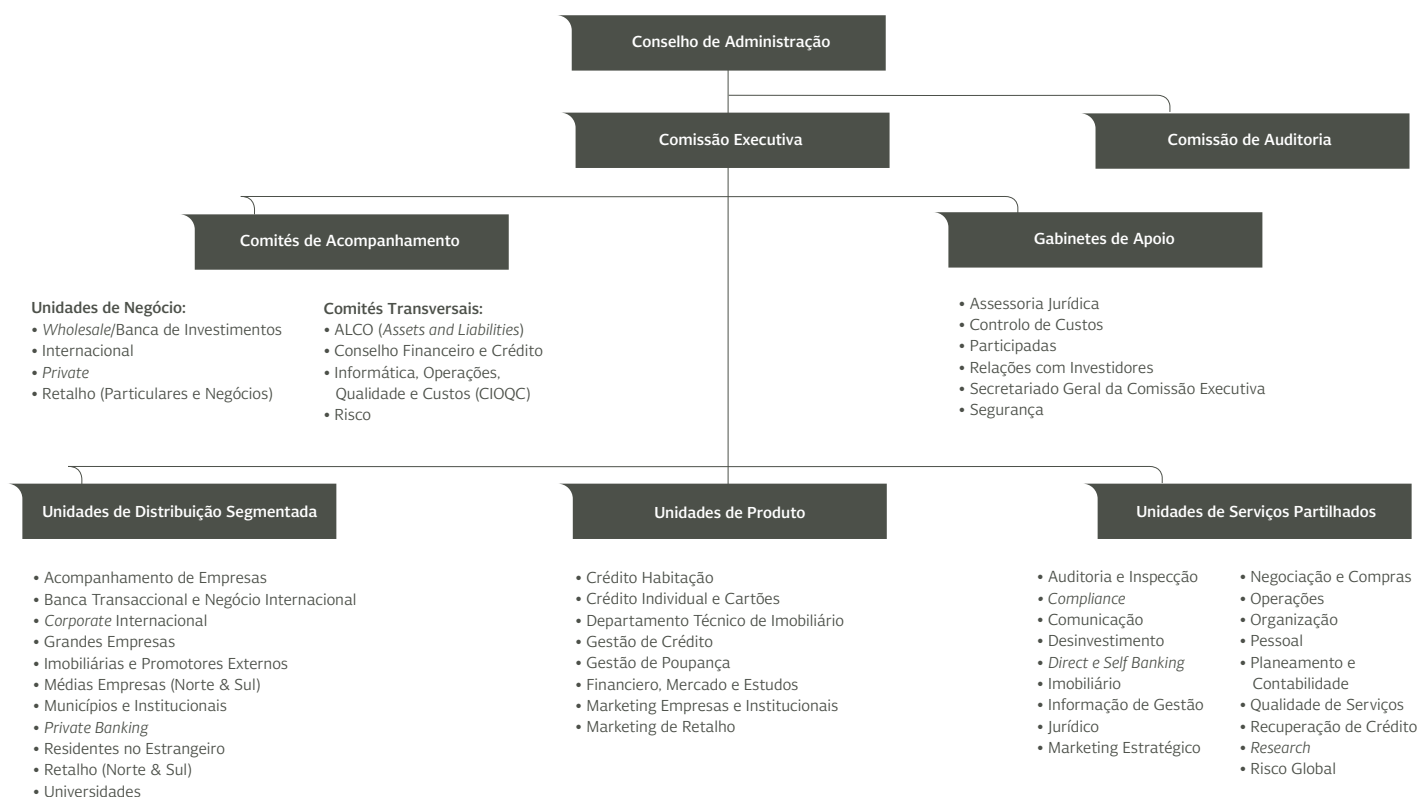
A Comissão Executiva do Conselho de Administração reúne, em regra, uma vez por semana, sem prejuízo do acompanhamento diário que, quando necessário, implica reuniões extraordinárias.

O Secretariado do Conselho de Administração assegura que os membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva recebam atempadamente – em regra com, pelo menos, 48 horas de antecedência – a documentação adequada à apreciação dos pontos em agenda para cada uma das reuniões dos respectivos órgãos.

3.2 // Comissão Executiva e outras Comissões

O Conselho de Administração delega a gestão corrente da sociedade numa Comissão Executiva constituída por 13 administradores. Não existem matérias vedadas à Comissão Executiva, com excepção daquelas imperativamente não podem ser delegadas. A média de idades da Comissão Executiva é de 57 anos. O membro da Comissão Executiva com mais idade tem 75 anos e o mais novo tem 41 anos.

3.2.1 // Organograma do BES



3.2.2 // Composição da Comissão Executiva

Composição da Comissão Executiva	1997	2002	2007
Nº de elementos da Comissão Executiva	9	13	13

Ricardo Espírito Santo Salgado

Nasceu em Cascais (Portugal) a 25 de Junho de 1944. É licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa.

Actuais pelouros:

Presidente da Comissão Executiva, do Conselho Financeiro e de Crédito e do Comité ALCO. Responsável directo pelos Departamentos de Planeamento e Contabilidade, Compliance, Comunicação, Controlo de Custos, Desinvestimento, pelos Gabinetes de Relações com Investidores, Secretariado-Geral da Comissão Executiva, Compras e Património, ES Research e Coordenação da Segurança. Assegura ainda a interligação das actividades do BES com as sociedades ESAF, ES Ventures, Banco BEST, BES Angola e ES Bank.

Comissões a que pertence:

Retalho; Empresas; Internacional; Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Risco; Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); Private; Conselho Financeiro e de Crédito.



José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

Nasceu em Lisboa (Portugal) a 2 de Maio de 1945. É licenciado em Economia, com especialização em Direcção e Administração de Empresas, pela Universidade de Évora (ex – Instituto de Estudos Superiores de Évora).

Actuais pelouros:

Coordenador do *Private Banking* do Grupo BES, Residentes no Estrangeiro, Centro de Estudos da História do BES. Assegura a interligação da actividade do BES com a Sucursal em Espanha.

Comissões a que pertence:

Private; Internacional; Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC).



Mário Mosqueira do Amaral

Nasceu no Estoril (Portugal) a 14 de Novembro de 1932. Licenciou-se em Economia no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa e obteve uma Pós-Graduação na *London School of Economics*.

Actuais pelouros:

Banca Transaccional e Negócio Internacional, Corporate Internacional, Participadas, Sucursais no Exterior (Nova Iorque, Londres e Cabo Verde) e participações internacionais.

Comissões a que pertence:

Empresas; Internacional; Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Risco; Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); Conselho Financeiro e de Crédito.



José Manuel Ferreira Neto

Nasceu em Sintra (Portugal) a 8 de Janeiro de 1937. Licenciou-se em História pela Universidade de Lisboa.

Actuais pelouros:

Acompanhamento de Empresas, Departamento Técnico de Imobiliário. Assegura a interligação do BES com a empresa ES Recuperação de Crédito.

Comissões a que pertence:

Retalho; Empresas; Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Risco; Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); Conselho Financeiro e de Crédito.



António José Baptista do Souto

Nasceu em Espinho (Portugal) a 17 de Abril de 1950. Licenciou-se em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Actuais pelouros:

Empresas Norte, Empresas Sul, Grandes Empresas, Marketing de Empresas e Institucionais, Municípios e Institucionais e Departamento de Pessoal. Assegura a interligação com a sociedade Besleasing & Factoring da qual é Presidente do Conselho de Administração.

Comissões a que pertence:

Empresas; Internacional; Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Risco; Informática; Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); Conselho Financeiro e de Crédito.



Jorge Alberto Carvalho Martins

Nasceu na Póvoa de Varzim (Portugal) a 17 de Julho de 1957. É licenciado em Economia pela faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Actuais pelouros:

Presidência do Conselho de Crédito do Porto, Departamento Comercial Norte e Departamento de Crédito Habitação, assegurando a interligação com a Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas.

Comissões a que pertence:

Retalho; Private; Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Risco; Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); Conselho Financeiro e de Crédito.



José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

Nasceu em Lisboa (Portugal) a 27 de Outubro de 1954. É licenciado em “*Sciences Economiques Appliquées*” pelo Instituto de Administração e Gestão da Faculdade de Ciências Económicas, Políticas e Sociais da Universidade Católica de Louvain, Bélgica.

Actuais pelouros:

Risco Global; interligação com o Banco Espírito Santo de Investimento, do qual é Presidente da Comissão Executiva.

Comissões a que pertence:

Empresas; Internacional; Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Risco; Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC).



Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau

Nasceu em Cossé le Vivien (França) a 20 de Dezembro de 1954. Obteve o Diploma em Estudos Superiores Económicos do *Conservatoire National des Arts et Métiers* (Paris), tendo efectuado o percurso CESA “Management Stratégique” – HEC, Paris.

Actuais pelouros:

Organização; Departamento Executivo de Operações, intreligação com a ES Informática e a ESDATA.

Comissões a que pertence:

Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Risco; Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC).



Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira

Nasceu em Lisboa (Portugal) a 11 de Dezembro de 1954. É licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa e advogado.

Actuais pelouros:

Supervisão de toda a Área Jurídica do Grupo BES, Auditoria e Inspeção, Departamento Jurídico, assessoria jurídica ao Conselho de Administração do BES.

Comissões a que pertence:

Risco.



Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes

Nasceu em Lisboa (Portugal) a 9 de Setembro de 1966. É licenciado em Administração e Gestão de Empresas, com especialização em Marketing e Finanças pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa. Em 1994 obteve o Mestrado em *Business Administration* pelo INSEAD, em Fontainebleau.

Actuais pelouros:

Departamento de Marketing Estratégico, Departamento de Marketing de Retalho, Departamento de Informação de Gestão, Departamento de Qualidade de Serviço, Departamento de Direct e Self Banking, Gabinete Universidades, Gabinete Assurfinance, assegurando a interligação com as sociedades BES Companhia de Seguros e ES Contact Center.

Comissões a que pertence:

Retalho; Empresas; Gestão de Activos e Passivos (ALCO), Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); Risco.



Pedro José Sousa Fernandes Homem

Nasceu em Lisboa (Portugal) a 19 de Julho de 1947 e é licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Actuais pelouros:

Private Banking, Sucursal Financeira do Exterior (Madeira) e International Private Banking.

Comissões a que pertence:

Private; Internacional; Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC).



Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires

Nasceu na Beira (Moçambique) a 30 de Maio de 1961. É licenciado em Ciências Económicas pela Universidade Católica Portuguesa.

Actuais pelouros:

Departamento Financeiro, de Mercados e Estudos, Departamento de Estruturação e Securitização de Crédito, Departamento de Gestão da Poupança, Controlo de Gestão (função partilhada com o Dr. Ricardo Salgado), assegurando a interligação com as sociedades BES Vida, Companhia de Seguros, BES Finance, BES Cayman, BESIL, BIBL e GmbH.

Comissões a que pertence:

Private; Empresas; Internacional; Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); Risco; Conselho Financeiro e de Crédito.



João Eduardo Moura da Silva Freixa

Nasceu em Évora em 1956. É licenciado em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia e tem um MBA na Universidade Nova de Lisboa.

Actuais pelouros:

Departamento Comercial Sul, Departamento de Crédito Individual e Cartões, assegurando ainda a articulação com o BES dos Açores e com a sucursal de Espanha (função partilhada com o Dr. José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva).

Comissões a que pertence:

Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Retalho; Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); Risco.



3.2.3 // Outras comissões

a // Comissões de acompanhamento das unidades de negócio:

i) Empresas / *Wholesale* / Banca de Investimentos

Acompanha a evolução destas áreas de negócio, assegurando a articulação entre a actividade de *Corporate Banking* do BES e a do Banco Espírito Santo de Investimento, bem como, a nível internacional, promovendo a coordenação da actividade de *Corporate Banking* do BES com a Sucursal em Espanha e o Banco Espírito Santo de Investimento do Brasil.

ii) Retalho (Banca de Particulares e Negócios)

Acompanha a evolução da actividade com respeito a cada um dos principais segmentos de Clientes (Afluentes, Pequenas Empresas e Empresários em Nome Individual e outros Particulares) e promove o negócio *cross-segment* com outras Áreas de Negócio (designadamente, Médias e Grandes Empresas). Acompanha ainda a actividade de Assurfinance, promovendo a captação e fidelização ao BES de Clientes da Companhia de Seguros Tranquilidade.

iii) *Private*

Promove o desenvolvimento da actividade a nível internacional e assegura a articulação com outras áreas de Negócio, visando a potenciação do negócio *cross-segment* (quer com Médias e Grandes Empresas, quer com o segmento de Afluentes no Retalho).

iv) Internacional

Acompanha a actividade do Grupo BES a nível internacional e promove o respectivo desenvolvimento, quer contribuindo para a expansão do negócio das empresas participadas e sucursais já existentes, quer avaliando e propondo à Comissão Executiva novas iniciativas em mercados ou tipos de negócio. Contribui para a articulação entre a actividade do BES em Portugal e as diversas unidades existentes no estrangeiro - com destaque para Espanha, Brasil e Angola.

b // Comissões Transversais:

i) Gestão de Activos e Passivos (ALCO)

Analisa a informação macroeconómica das principais regiões económicas

internacionais e de Portugal, contribuindo para a perspectivação dos respectivos impactos a prazo sobre a actividade bancária. Analisa também a evolução do balanço consolidado do Grupo BES e de cada uma das suas principais unidades, quer em termos de saldos de crédito e recursos de clientes, quer de margens, facultando à Comissão Executiva os elementos necessários para a definição de objectivos estratégicos em matéria de crescimento da actividade creditícia e de captação de recursos de Clientes, estratégia de financiamento (gestão do mis-match do balanço) e de preços / margens. Compete igualmente a este Comité acompanhar e analisar a oferta de bancos concorrentes, bem como, no quadro da estratégia estabelecida, aprovar a oferta de produtos de recursos e os respectivos preços a praticar.

ii) Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC)

Estabelece as prioridades dos investimentos informáticos e operativos, bem como a sua implementação. Acompanha o desenvolvimento de projectos especiais nas áreas operativa, de sistemas, qualidade e custos. Em particular, cumpre-lhe monitorizar a evolução global do Banco em matéria de indicadores de qualidade, quer em termos de atendimento e serviço prestado aos Clientes, quer do apoio prestado pelas áreas centrais às áreas comerciais.

iii) Risco

É responsável por todas as matérias relacionadas com o risco global do Grupo BES, cabendo-lhe, em especial, acompanhar a evolução do risco em cada um dos principais segmentos de Clientes e categorias de produto. Para além disso, é responsável pelo acompanhamento de projectos especiais na área do Risco, com destaque para o Projecto Basileia II.

iv) Conselho Financeiro e de Crédito

Decide acerca das operações de crédito que não se enquadram nos limites de concessão de crédito estabelecidos para cada Administrador.

3.3 // Fiscalização da Sociedade

3.3.1 // Fiscalização Interna

a // Comissão de Auditoria (*Audit Committee*)

A Comissão de Auditoria foi criada pelo Conselho de Administração do BES, em 26 de Outubro de 2001, e em antecipação de medidas que vieram posteriormente a ser tomadas pelas autoridades de supervisão norte-americanas (a *Securities and Exchange Commission*- SEC) a que o BES estava sujeito.

Desde 18 de Dezembro de 2006, quando a Assembleia Geral Extraordinária do BES decidiu alterar o Contrato de Sociedade, as funções da Comissão de Auditoria correspondem às que, tradicionalmente, eram atribuídas ao Conselho Fiscal, então extinto, tendo por isso plena autoridade para conduzir, contratar ou autorizar investigações na sua área de responsabilidade.

Nomeadamente, a Comissão tem poderes para:

- Obter de qualquer colaborador das diversas entidades que integram o Grupo BES toda a informação que considere necessária para o desempenho das suas funções;
- Reunir com administradores, directores, Revisores Oficiais de Contas, e/ou membros dos órgãos sociais da Sociedade e das diversas entidades do Grupo BES, na medida em que o considere necessário para o exercício das suas funções.

Nos termos legais e estatutários, à Comissão de Auditoria compete:

- Fiscalizar a administração do Banco;
- Vigiar pela observância da lei e do Contrato de Sociedade;
- Elaborar anualmente relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pelo Conselho de Administração;
- Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- Propôr à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas, no qual a lei prevê que delegue o exercício das funções de verificação documental e contabilística;
- Fiscalizar a revisão de contas realizada pelo Revisor Oficial de Contas;
- Fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;
- Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos membros da Comissão de Auditoria no exercício das suas funções;
- Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por accionistas, colaboradores da Sociedade, ou outros;
- Convocar a Assembleia Geral, quando o presidente da respectiva mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do Contrato de Sociedade.

É ainda competência da Comissão de Auditoria assistir o Conselho de Administração no cumprimento das suas responsabilidades de supervisão dos sistemas de *compliance* adoptados pela Sociedade e pelas suas associadas, com vista a confirmar o efectivo cumprimento das leis e regulamentos que lhes são aplicáveis, bem como a adesão de todos os administradores, directores, restantes colaboradores e, também, de todos os fornecedores, aos respectivos Códigos de Conduta e Ética aplicáveis ao BES e às sociedades do Grupo BES.

A Comissão de Auditoria da Sociedade é composta por um mínimo de três e um máximo de cinco membros do Conselho de Administração, um dos quais é designado seu Presidente, eleitos pela Assembleia Geral. Os membros da Comissão de Auditoria são designados em simultâneo com a designação dos restantes membros do Conselho de Administração por períodos de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição. Os membros da Comissão de Auditoria podem ser destituídos pela Assembleia Geral desde que ocorra justa causa.

Os membros da Comissão de Auditoria devem reunir os seguintes requisitos:

- a) Ser membros não executivos do Conselho de Administração e, pelo menos na sua maioria, ser independentes segundo os critérios legais, ou seja, não estarem associados a qualquer grupo de interesses específicos no Banco, nem se encontrarem em alguma circunstância susceptível de afectar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente, em virtude de (i) serem titulares ou actuarem em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital social da Sociedade, e/ou (ii) terem sido reeleitos por mais de dois mandatos, de forma contínua ou intercalada;
- b) Pelo menos um dos membros da Comissão de Auditoria deve ter curso superior adequado ao exercício das suas funções, ter conhecimentos em auditoria ou contabilidade e ser independente nos termos acima definidos;
- c) Os restantes membros da Comissão de Auditoria podem ser sociedades de advogados, sociedades de revisores oficiais de contas, ou pessoas singulares, mas neste último caso, quer sejam accionistas ou não, devem ter capacidade jurídica plena e as qualificações e experiência profissional adequadas ao exercício das suas funções.

Não podem ser eleitos ou designados membros da Comissão:

- a) Os beneficiários de vantagens particulares do próprio Banco⁽¹⁾;
- b) Os membros dos órgãos de administração de sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com o BES;
- c) O sócio de sociedade em nome colectivo que se encontre em relação de domínio com o Banco;

(1) De acordo com lista de incompatibilidade definida pelo código das Sociedades

- d) Os que, de modo directo ou indirecto, prestem serviços ou estabeleçam relação comercial significativa com o Banco ou sociedades que com este se encontrem em relação de domínio ou de grupo;
- e) Os que exerçam funções em empresa concorrente e que actuem em representação ou por conta desta ou que por qualquer outra forma estejam vinculados a interesses de empresa concorrente;
- f) Os cônjuges, parentes e afins na linha recta e até ao 3º. grau, inclusivé, na linha colateral, de pessoas impedidas por força do disposto nas alíneas a), b), c) e e), bem como os cônjuges das pessoas abrangidas pelo disposto na alínea d);
- g) Os que exerçam funções de administração ou de fiscalização em cinco sociedades ou mais, exceptuando as sociedades de advogados, as sociedades de revisores oficiais de contas e os revisores oficiais de contas, aplicando-se a estes o regime do artigo 76º. Do Decreto-Lei nº. 487/99, de 16 de Novembro;
- h) Os revisores oficiais de contas em relação aos quais se verifiquem outras incompatibilidades previstas na respectiva legislação;
- i) Os interditos, os inabilitados, os insolventes, os falidos e os condenados a pena que implique a inibição, ainda que temporária, do exercício de funções públicas.

A Comissão de Auditoria do BES foi eleita em Dezembro 2006 e até ao fim do mandato dos órgãos sociais para o quadriénio 2004/2007, sendo composta pelos seguintes membros não executivos do Conselho de Administração:

Mário Martins Adegas (Presidente)

Nasceu a 25 de Outubro de 1935. Licenciou-se em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto em 1959. É membro não independente da Comissão de Auditoria, visto ter sido reeleito por mais de dois mandatos, de forma intercalada, para órgãos sociais do Banco.

José Manuel Ruivo da Pena

Nasceu a 5 de Novembro de 1940. Licenciou-se em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), tendo posteriormente frequentado o International Advanced Executive Program (IAEP) da J.L. Kellogg Graduate School of Management, Northwestern University, Chicago, USA. Tem larga experiência profissional de auditoria e é Revisor Oficial de Contas desde 1981 (suspensão voluntariamente desde 2003). É qualificado como independente.

Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena

Nasceu a 11 de Outubro de 1944. Frequentou a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e tem larga experiência de gestão bancária. É qualificado como independente.

A Comissão de Auditoria do BES desenvolve a sua acção de supervisão e fiscalização mediante um acompanhamento permanente e sistemático da actividade do Banco. Além disso, em cumprimento da lei e do Contrato de Sociedade, a Comissão de Auditoria reúne, ordinária e formalmente, pelo menos uma vez em cada dois meses e sempre que o Presidente o entender ou algum dos restantes membros o solicitar. As deliberações são tomadas por maioria, dispondo o Presidente, estatutariamente, de voto de qualidade. Os membros da Comissão de Auditoria que falem, sem justificação aceite, a mais de metade das reuniões formais ocorridas durante um exercício, incorrem numa situação de falta definitiva, devendo ser substituídos.

b // Compliance

O Departamento de *Compliance* tem como missão assegurar o cumprimento, pelo Banco e pelos seus colaboradores, das regras legais, estatutárias, regulamentares, éticas e de conduta que lhes são aplicáveis, bem como prestar esclarecimentos a quaisquer questões relacionadas com a sua actividade.

As principais actividades de *Compliance* incluem:

- Análise, avaliação de impacto e incidência e formulação de recomendações para adopção ou implementação de normativos oriundos de entidades regulamentares e de supervisão nacionais ou internacionais;
- Assegurar o cumprimento das normas aplicáveis ao exercício das actividades de intermediação financeira que o Banco está autorizado a exercer;
- Responsabilidade pelo acompanhamento da execução dos Códigos de Conduta e de Ética e avaliação de eventuais áreas de conflitos de interesse;
- Assegurar a implementação e cumprimento dos processos relacionados com *Anti Money Laundering* e *KYC (Know Your Customer)* e prevenção do financiamento do terrorismo.

O Departamento de *Compliance* integra as seguintes unidades:

Unidade de Gestão do Sistema de Controlo Interno:

- Garante o cumprimento da regulamentação aplicável ao BES em matéria de Controlo Interno;
- É responsável por criar um sistema de monitorização e revisão permanente de controlo interno;
- Assegura o relato interno e a preparação dos elementos de report às entidades de supervisão.

Unidade de Prevenção e Detecção de Branqueamento de Capitais:

- Centraliza as funções associadas à prevenção e detecção de Branqueamento de Capitais (*Know Your Customer*, *Know Your Transaction* e *Know Your Processes*), assegurando a identificação e aprovação de contrapartes em função do seu risco, e a monitorização de transacções suspeitas;
- Estabelece políticas e procedimentos e o planeamento e realização de acções de formação e comunicação *Anti Money Laundering*, de forma transversal ao Grupo BES.

c // Sistema de Controlo dos Riscos

É da responsabilidade da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo definir o perfil de risco objectivo mediante a fixação de limites globais e específicos. Compete-lhe igualmente fixar os princípios gerais de gestão e controlo de riscos, assegurando que o Grupo BES detém as competências e recursos necessários para tal.

As principais estruturas que se dedicam à prevenção de riscos, na actividade do Banco, são o Comité de Risco, o Departamento de Risco Global, a Comissão de Acompanhamento de Risco de Crédito e o Departamento de Auditoria (um desenvolvimento pormenorizado do sistema de controlo dos riscos encontra-se no Capítulo 6 do Relatório de Gestão).

O **Comité de Risco** reúne mensalmente com a presença do Presidente da Comissão Executiva, e é responsável por monitorizar a evolução do perfil integrado de risco do Grupo e por analisar e propor metodologias, políticas, procedimentos e instrumentos de avaliação para todos os tipos de risco, nomeadamente de crédito, operacional e de mercados, liquidez e taxa de juro de balanço, assim como por analisar a evolução da rentabilidade ajustada pelo risco e do valor acrescentado dos principais segmentos/clientes.

O **Departamento de Risco Global (DRG)** centraliza a função de Risco do Grupo Banco Espírito Santo. As principais funções do Departamento de Risco Global são:

- Identificar, avaliar e controlar os diferentes tipos de risco assumidos, por forma a permitir a gestão do risco global do Grupo;
- Implementar as políticas de risco definidas pela Comissão Executiva, homogeneizando princípios, conceitos e metodologias em todas as unidades do Grupo;
- Contribuir para os objectivos de criação de valor através do aperfeiçoamento de ferramentas de apoio à estruturação, *pricing* e decisão de operações, bem como do desenvolvimento de técnicas de avaliação de performance e de optimização da base de capital.

A **comissão de acompanhamento de risco de crédito** tem como objectivos:

- Proceder à análise e avaliação dos clientes que apresentam sintomas de agravamento da sua qualidade creditícia, tendo por base os seguintes elementos:
 - ✓ Perfil económico e financeiro dos clientes;
 - ✓ Tipologia da exposição de crédito nos clientes;
 - ✓ A natureza e valor das garantias recebidas, dando atenção às datas a que se reportam as respectivas avaliações e às entidades que as realizaram;
 - ✓ Sinais de alerta (*"warning signals"*) detectados no perfil comportamental dos clientes nas suas relações com o banco e com o sistema financeiro em geral.
- Definir as opções estratégicas de relação comercial e o nível de vigilância activa que, para cada caso, melhor se ajuste ao perfil e quadro específico de situação de cada uma das entidades/grupos analisados;
- Proceder à análise e validação dos níveis de imparidade de crédito previamente determinados para o universo de entidades previamente seleccionado em função dos critérios objectivos estabelecidos.

O **Departamento de Auditoria** e Inspeção tem por missão avaliar a eficácia e adequação dos processos de gestão de risco, do controlo interno e da governação, inerentes à actividade das sociedades incluídas no perímetro do Grupo BES com vista à diminuição das condições gerais de risco.

No âmbito das suas atribuições, compete-lhe designadamente:

- Analisar os processos operativos e de negócio, avaliando a eficácia da gestão dos riscos e dos controlos respectivos, bem como a conformidade da actividade com os preceitos legais / regulamentares e os textos normativos internos aplicáveis;
- Colaborar com todos os órgãos do Grupo BES na aplicação e correcta observância das políticas superiormente definidas, particularmente no que respeita a sensibilização/aplicação de procedimentos de controlo interno;
- Conferir e avaliar a defesa e segurança dos valores monetários, escriturais e documentais, de titularidade do Grupo BES ou confiados à sua guarda;
- Assegurar e promover, no âmbito das suas atribuições, a relação do Grupo BES com Autoridades Judiciais e Policiais, Banco de Portugal, CMVM e outras entidades de supervisão, bem como responder às solicitações de outras instituições públicas e privadas;

- Participar na definição e elaboração dos textos normativos, na óptica da uniformização dos procedimentos de prevenção, controlo e segurança, bem como emitir e fazer publicar comunicações e circulares sobre matérias enquadráveis no âmbito da sua esfera específica de intervenção;
- Zelar para que práticas contrárias aos textos normativos e/ou regulamentos internos sejam prontamente corrigidas, pugnando, paralelamente, para que os procedimentos adoptados na execução das operações se encontrem devidamente regulamentados.

3.3.2. // Fiscalização Externa

a // Auditor externo

Nos termos legais e estatutários, o exame das contas do BES cabe a um Revisor Oficial de Contas (individual ou em sociedade), designado pela Assembleia Geral, sob proposta da Comissão de Auditoria do BES, por tempo não superior a quatro anos.

A KPMG & Associados SROC, S.A., representada pela Dra. Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida (Revisor Oficial de Contas), é o Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo Efectivo do Banco, tendo como Revisor Oficial de Contas Suplente o Dr. Jean-Éric Gaign. A KPMG tem sido responsável pela Certificação Legal das Contas e pelos Relatórios de Auditoria às Contas Individuais e às Contas Consolidadas do Grupo BES desde o exercício de 2002 e pelos Relatórios de Revisão Limitada sobre Informação Financeira Individual e Consolidada relativos ao primeiro semestre de cada ano, desde 2003.

O mandato dos Revisores Oficiais de Contas/Auditores Externos como membros, efectivo e suplente, do Conselho Fiscal do BES, para o qual tinham sido eleitos para o quadriénio 2004-2007, terminou em 18 de Dezembro de 2006 quando a Assembleia Geral Extraordinária do Banco decidiu alterar o Contrato de Sociedade e extinguir o Conselho Fiscal (ver Ponto 3.1.1, acima). Contudo, por proposta da Comissão de Auditoria, a mesma Assembleia Geral Extraordinária decidiu designar para o período desde a data da referida Assembleia até ao fim do exercício de 2007 os mesmos Revisores Oficiais de Contas/Auditores Externos, efectivo e suplente.

Para realização do exame às contas da Sociedade, e de acordo com o Artigo 446º. do Código das Sociedades Comerciais, deve o Revisor Oficial de Contas (i) verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, (ii) verificar a extensão da caixa e das existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes ao Banco ou pelo mesmo recebidos em garantia, depósito ou outro título, (iii) verificar a exacti-

dão dos documentos de prestação de contas e (iv) verificar se as políticas contabilísticas e critérios contabilísticos adoptados pelo BES conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados.

b // Autoridades de supervisão⁽¹⁾

O **Banco de Portugal** exerce a supervisão das instituições de crédito e das sociedades financeiras, de modo a garantir a estabilidade e a solidez do sistema financeiro, a eficiência do seu funcionamento, a segurança dos depósitos e dos depositantes e a protecção dos consumidores de serviços financeiros. De acordo com o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, compete em especial ao Banco de Portugal autorizar a constituição de instituições de crédito e sociedades financeiras nos casos em que a decisão se pauta unicamente por critérios de natureza técnico-prudencial, acompanhar a actividade das instituições supervisionadas, vigiar a observância das normas que disciplinam essa actividade, emitir recomendações para que sejam sanadas as irregularidades detectadas, sancionar as infracções praticadas e tomar providências extraordinárias de saneamento.

A **Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM)** é a entidade de supervisão a quem compete, desde 1991, regular e supervisionar o funcionamento dos mercados de valores mobiliários e instrumentos financeiros derivados e a actuação de todas as entidades que intervêm nesses mercados, bem como, de um modo geral, todas as matérias relacionadas com os mercados de valores mobiliários.

A CMVM regula ainda as ofertas públicas sobre valores mobiliários e, tanto na vertente prudencial como comportamental, as entidades gestoras de mercados e os organismos de investimento colectivo.

O **Instituto de Seguros de Portugal** supervisiona a actividade de mediação de seguros, na qual o BES se registou durante o ano de 2007. Na sequência de uma alteração legislativa que levou a que as Instituições de crédito se submetessem ao regime jurídico da mediação de seguros.



(1) Fontes: Site do Banco de Portugal (www.bportugal.pt), da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (www.cmvm.pt) e do Instituto de Seguros de Portugal (www.isp.pt).

3.4 // Remuneração

3.4.1 // Política de Remuneração dos Órgãos Sociais

A **Comissão de Vencimentos** (ver ponto 3.4.5) determina a remuneração dos membros que integram os diversos órgãos sociais do BES. No entanto, a benefício da transparência do processo de fixação das remunerações, a Comissão de Vencimentos submete anualmente à apreciação da Assembleia Geral de accionistas uma proposta contendo a sua política de remuneração dos órgãos sociais. A proposta apresentada à Assembleia Geral de 29 de Março de 2007 teve o seguinte conteúdo principal:

- 1 Os Membros da Mesa da Assembleia Geral auferem uma retribuição fixa por cada Assembleia Geral em que participem.
- 2 Os Membros da Comissão de Auditoria auferem uma retribuição fixa, a ser paga catorze vezes durante o ano.
- 3 Os Membros do Conselho de Administração são remunerados nos seguintes termos:
 - a) A remuneração dos membros da Comissão Executiva comporta uma parte fixa e uma eventual parte variável, que nunca poderá exceder cinco por cento dos lucros líquidos individuais do exercício.
 - b) Os membros da Comissão Executiva que desempenhem funções executivas em órgãos de administração de sociedades em relação de domínio e/ou de grupo com o BES podem ser remunerados pelas referidas sociedades, caso em que poderão não ser remunerados pelo exercício de funções executivas no BES.
 - c) A remuneração fixa e variável dos membros da Comissão Executiva obedece a critérios de alinhamento com os objectivos estratégicos do Grupo, não descurando em simultâneo as práticas do mercado português.
 - d) Os membros da Comissão Executiva estão ainda abrangidos pelo Sistema de Incentivos Baseado em Acções (SIBA), em vigor no BES.
 - e) Os membros não executivos do Conselho de Administração, que não façam parte da Comissão de Auditoria, têm uma remuneração sob a forma de senhas de presença, salvo os que desempenharem funções executivas em órgãos de administração de sociedades em relação de domínio e/ou de Grupo com o BES, ou que exerçam funções específicas por indicação do Conselho de Administração, podendo nestes casos ser remunerados pelas referidas sociedades ou pelo BES, de acordo com o relevo das funções que desempenham.

3.4.2 // Remuneração do Conselho de Administração

A remuneração dos membros da Comissão Executiva comporta uma parte fixa e uma eventual parte variável (de acordo com os estatutos do BES, a percentagem global variável destinada aos Administradores não poderá exceder cinco por cento dos lucros líquidos individuais do exercício). Os membros da Comissão Executiva que desempenhem funções executivas em órgãos de administração de sociedades em relação de domínio e/ou de Grupo com o BES podem ser remunerados pelas referidas sociedades. Neste caso, poderão não ser remunerados pelo exercício de funções executivas no BES.

Os membros da Comissão Executiva estão ainda abrangidos pelo Sistema de Incentivos Baseado em Acções (SIBA), conforme descrito nos pontos 3.4.4 e 4.2.3. do presente relatório. O número de acções atribuído aos membros da Comissão Executiva é determinado pela Comissão de Vencimentos, conforme prevê o regulamento do SIBA, aprovado em Assembleia Geral de 20 de Junho de 2000.

Podem ser Beneficiários do SIBA aqueles que:

- a) Sejam membros das Comissões Executivas dos Conselhos de Administração de empresas integrantes do Grupo BES;
- b) Sejam trabalhadores, no activo, com vínculo laboral efectivo a qualquer empresa integrante do Grupo BES.
Quando estiverem em causa membros das Comissões Executivas dos Conselhos de Administração do Grupo BES, as decisões sobre quantidade de acções a atribuir a cada administrador serão tomadas pela sua Comissão de Fixação de Remunerações.

A remuneração fixa e variável dos membros da Comissão Executiva é determinada pela Comissão de Vencimentos, eleita em Assembleia Geral, e obedece a critérios de alinhamento com os objectivos estratégicos do Grupo, não descurando em simultâneo as práticas do mercado português.

O BES não tem compensações negociadas contratualmente ou através de transacção em caso de destituição com os seus administradores, ou outros pagamentos ligados à cessação antecipada dos contratos. No entanto, os membros da Comissão Executiva, com excepção de Jean-Luc Guinoiseau, são trabalhadores do BES, embora com o vínculo suspenso.

Não existem acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração ou trabalhadores que prevejam indemnizações em caso de pedido de

demissão do trabalhador, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma oferta pública de aquisição.

Os Administradores têm direito a pensão de reforma ou complemento de pensão de reforma, no caso de serem ou terem sido membros da Comissão Executiva.

As principais características do regulamento do direito dos administradores a pensão ou complemento de pensões de reforma por velhice ou invalidez são as seguintes:

- a) O direito à pensão de reforma ou complemento de reforma vence-se em caso de velhice, com o atingir de sessenta e cinco anos de idade e o de invalidez, somente caso se venha a verificar esta situação.
- b) O direito à pensão de reforma ou complemento de reforma pode ser antecipado para a data em que os administradores completem cinquenta e cinco anos, desde que tenham exercido funções em órgão de administração do BES por um período mínimo de 9 anos.
- c) O complemento de pensão de reforma poderá existir, de modo a completar eventuais regimes de reforma concedidos por qualquer outro regime de segurança social.

Em qualquer caso, as pensões ou complementos de pensão a atribuir nunca serão superiores ao salário pensionável do administrador em causa, podendo ser inferiores. O salário pensionável corresponde, grosso modo, a cem por cento da última remuneração anual ilíquida auferida pelo administrador em causa.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração do BES foi em 2007 a seguinte:

milhares de euros				
	2005	2006	2007	Chg 06/07
Comissão Executiva	8 156	8 560	10 262	19.9%
Componente Fixa	3 506	3 575	3 778	5.7%
Componente Variável*	4 650	5 024	6 484	29.1%
Comissão de Auditoria	652	671	691	3.0%
Outros	984	583	1 308	124.7%
Conselho de Administração	9 792	9 854	12 261	24.4%

* As remunerações variáveis dizem respeito às remunerações pagas no ano em referência relativas ao exercício anterior.

No cálculo da remuneração dos membros do Órgão de Administração do BES foram incluídos os montantes auferidos por funções de administração exercidas em outras sociedades do Grupo BES. O montante total pago por outras sociedades do Grupo BES a administradores do BES foi 1510 milhares de euros.

A remuneração dos administradores executivos representou 84% do total da remuneração auferida pelos membros do Conselho de Administração. Por

outro lado, verifica-se que a remuneração variável dos administradores executivos representou 1,54% do resultado líquido consolidado de 2006, e corresponde a 63% do total da remuneração auferida por estes administradores e 53% da remuneração total do Conselho de Administração.

Não são atribuídos aos administradores benefícios não pecuniários.

No âmbito do Sistema de Incentivos Baseado em Acções (SIBA), não foram atribuídas acções aos membros da Comissão Executiva em 2007.

3.4.3 // Remuneração do Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo

No exercício fiscal de 2007, o Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo e, também, outras entidades pertencentes à mesma rede profissional internacional, prestaram ao Grupo BES não só serviços de auditoria relacionados com o exame das contas da Sociedade, mas também outros serviços profissionais de aconselhamento e consultoria (*non-audit services*), com um encargo total de 6 144 449 euros, como segue:

Tipo de Serviço	Total		Nacional		Internacional	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Serviços de auditoria e Revisão						
Legal de Contas	2 116 330	34	1 290 850	27	825 480	58
Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade	1 683 831	27	1 405 240	30	278 590	20
Serviços de Consultoria Fiscal	608 601	10	481 639	10	126 962	9
Outros serviços que não de auditoria/revisão legal de contas	1 735 687	28	1 544 080	33	191 607	13
Total	6 144 449	100	4 721 810	100	1 422 639	100

Os honorários relativos aos Serviços de Auditoria e Revisão Legal das Contas referem-se aos trabalhos de auditoria e/ou revisão limitada das demonstrações financeiras das diversas Sociedades do Grupo BES. Incluído em “Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade” encontram-se os honorários relativos à emissão de cartas de conforto e dos pareceres sobre o sistema de controlo interno, exigidos no âmbito do Aviso nº. 3/2006 do Banco de Portugal

A prestação ao Grupo BES de serviços de consultoria fiscal e de outros serviços que não de auditoria/revisão legal de contas (*non-audit services*), quer pelo Auditor Externo, quer por outras entidades pertencentes à mesma rede profissional, pressupõe a existência, tanto a nível do Grupo BES como da própria KPMG, de meios de salvaguarda da independência profissional do Auditor Externo. Resumem-se seguidamente esses meios:

a // A nível do Grupo BES

No âmbito do cumprimento das regras de independência estabelecidas em relação ao Auditor Externo, a Comissão de Auditoria do BES definiu os critérios que devem ser observados na aprovação dos serviços a serem prestados pela KPMG, que não sejam de auditoria e ou revisão legal das contas (*non-audit services*).

Neste contexto, todas as propostas de prestação de serviços de consultoria fiscal ou de outros serviços que não de auditoria/revisão legal de contas (*non-audit services*) são obrigatoriamente sujeitas a análise e prévia aprovação pela referida Comissão de Auditoria, tendo em vista a salvaguarda da independência profissional do Auditor Externo.

Por razões de ordem prática, a Comissão de Auditoria definiu um conjunto de *non-audit services* que, dada a sua natureza, não requerem que a sua análise e aprovação tenham de ter carácter prévio se o valor da respectiva remuneração for inferior a um valor pré-determinado. Todavia, e em simultâneo, a Comissão de Auditoria não só estabeleceu a obrigatoriedade de ser informada trimestralmente, para ratificação, sobre todas essas propostas automaticamente aprovadas, como também requereu que todas as propostas do Auditor Externo para prestação de *non-audit services* cuja remuneração exceda aquele limite, e/ou cuja natureza não seja susceptível de permitir a sua aprovação automática, sejam sujeitas a análise e aprovação prévias por aquela Comissão.

b // A nível do Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo do Grupo BES

A KPMG, Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo do Grupo BES preparou instruções internas específicas sobre procedimentos que têm que ser cumpridos obrigatoriamente por todas as entidades pertencentes à mesma rede profissional internacional quando se proponham prestar serviços profissionais a qualquer entidade do Grupo BES.

Adicionalmente, a rede internacional a que pertence a KPMG implementou um sistema *intranet* (designado “*Sentinel*”) que obriga a que nenhum serviço possa ser prestado por qualquer entidade daquela rede a um cliente com títulos cotados em bolsa sem a prévia autorização do *Global Lead Partner* responsável por esse cliente. Este procedimento obriga qualquer sócio da KPMG, ou de qualquer outra entidade pertencente à mesma rede profissional, que se proponha prestar um serviço a um cliente de auditoria/revisão oficial de contas, a pedir uma autorização prévia ao respectivo *Global Lead Partner* para a prestação do mesmo. Nesse pedido de autorização, o sócio da KPMG responsável pela apresentação da proposta ao cliente é obrigado a fundamentar as razões pelas quais considera não só que o serviço a prestar ao cliente de audi-

toria não coloca em causa a independência da KPMG em relação a esse cliente, mas também que cumpre com as regras aplicáveis de gestão de risco profissional.

Por outro lado, antes de autorizar a apresentação ao Grupo BES de qualquer proposta de prestação de serviços, é da responsabilidade do *Global Lead Partner* da KPMG, responsável pelas relações profissionais deste com o Grupo BES, verificar se os serviços a propôr estão abrangidos pela necessidade de pré-aprovação de *non-audit services* e, se for caso disso, fazer as diligências necessárias junto da entidade do Grupo BES a quem a proposta é dirigida para se certificar do rigoroso cumprimento das normas de independência aplicáveis. Em caso de dúvida, o *Global Lead Partner* deverá, também, consultar o seu *Risk Management Partner*.

De referir, finalmente, que todos estes procedimentos são sujeitos a testes de cumprimento no âmbito do processo interno de Controlo de Qualidade que é efectuado anualmente pela KPMG a nível internacional.

3.4.4 // Sistemas de Incentivo aos Colaboradores

O BES tem em vigor dois sistemas de incentivos dos seus colaboradores, aplicáveis independentemente do respectivo cargo ou categoria profissional: o Sistema de Objectivos e Incentivos (SOI) e o Sistema de Incentivos Baseado em Acções (SIBA). No entanto, tais sistemas não constituem qualquer plano de atribuição de opções de aquisição de acções.

O SOI consubstancia-se numa comparticipação dos trabalhadores nos resultados do BES, tendo em conta o respectivo desempenho individual, avaliado em termos qualitativos (através de uma notação profissional dada pela chefia) e quantitativos (objectivos comerciais, *Cost to Income* ou níveis de serviço, tendo em conta o departamento em que o colaborador exerce as suas funções).

O SIBA é um dos principais instrumentos de execução da política de Recursos Humanos do Grupo BES, encontrando a sua justificação na vontade de fidelizar os colaboradores e de estimular o seu empenho na constante melhoria da actividade e dos resultados. Este programa de incentivos caracteriza-se pela venda aos colaboradores de um ou mais lotes de acções representativas do capital social do BES, com liquidação do preço em diferido.

Em 31 de Dezembro de 2007, o número de acções detidas por colaboradores no âmbito do SIBA totalizava cerca de de 0,7% do capital social do Banco, ou 3 483 milhares de acções.

3.4.5 // Comissão de Vencimentos

A **Comissão de Vencimentos** do Banco terminou o seu mandato em 31 de Dezembro de 2007, sendo composta pelos seguintes membros:

António Maria Pereira

Nasceu em Lisboa. É advogado desde 1948, e fundador e presidente honorário da Sociedade de Advogados A.M. Pereira, Saragga Leal, Oliveira Martins, Júdice e Associados. Foi deputado à Assembleia da República em 1979/1980 e 1987/1995, e participou em numerosas missões internacionais em representação do Governo Português, da Assembleia da República e do Partido Social Democrata, junto da ONU, UNESCO, OSCE, OMPI, Comissão Europeia, Conselho da Europa e Parlamentos de numerosos países. Tem várias obras publicadas, no domínio político e jurídico.

Filinto Elísio Monteiro Gomes

Nasceu em Vila Real. Exerce a actividade de advocacia, tendo sido advogado de várias empresas entre as quais o Banco Borges e Irmão, a Companhia de Seguros de Portugal, da qual foi Presidente da Assembleia Geral e o Banco FONSECAS & BURNAY.

Rita Maria Lagos do Amaral Cabral

Exerce a actividade de advocacia na Sociedade Amaral Cabral & Associados, da qual é Sócia e Administradora; é assistente convidada na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Membro do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida e Administradora não executiva da Cimigest, SGPS, S.A. e da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.



3.5 // Normas de conduta e negócios com a sociedade

3.5.1 // Códigos de Conduta e outros regulamentos internos

a // Aprovação de novo Código de Conduta, comum a todo o Grupo BES

No final de 2006 foi aprovada a revisão do Código de Conduta aplicável a todas as sociedades do Grupo BES. O novo Código de Conduta foi adoptado e divulgado ao longo de 2007 nas sucursais e filiais do Grupo.

O Código de Conduta do Grupo BES visa:

- Divulgar os princípios pelos quais as empresas do Grupo BES devem pautar as suas actividades;
- Promover uma conduta ética e alinhada com os valores do Grupo BES por parte dos Colaboradores;
- Promover o respeito e o cumprimento de toda a legislação e regulamentos aplicáveis;
- Criar um regime transparente de relações dos Colaboradores com o exterior.

A aplicação e disseminação de cultura de valores por todo o Grupo é efectuada pelo Departamento de *Compliance*, que dá a conhecer o Código de Conduta e fiscaliza a sua efectiva aplicação. Cada Colaborador do Grupo recebe um exemplar do Código no momento da sua aprovação e posteriores alterações.

Princípios de conduta do Grupo BES:

Relacionamento com os Clientes

- Assegurar igualdade de tratamento entre todos os Clientes.
- Actuar com diligência, neutralidade, lealdade e discrição.
- Manter elevados níveis internos de competência técnica, através da prestação de um serviço eficiente e de qualidade.

Accionistas

- Actuar com lealdade relativamente aos accionistas, atendendo aos seus interesses.

Concorrência

- Respeitar as regras do mercado, promovendo uma concorrência leal.

Colaboradores

- Promover o espírito de equipa e de partilha de objectivos comuns.
- Respeitar e promover o equilíbrio entre a vida pessoal e a vida profissional.

Fornecedores

- Escolher os fornecedores com base em critérios imparciais e transparentes, sem concessão de privilégios ou favoritismos e evitando, sempre que possível, relações de exclusividade.

Autoridades Públicas e Entidades de Supervisão

- Respeitar as normas legais e regulamentares aplicáveis, e prestar às autoridades públicas e às entidades de supervisão e fiscalização toda a colaboração solicitada e exigível.

Meio Ambiente e Comunidade

- Adoptar e estimular a adopção das melhores práticas ambientais, assumindo uma atitude socialmente responsável na Comunidade.

Principais deveres dos colaboradores:

Os Colaboradores devem oferecer aos Clientes apenas os produtos e serviços que se adequem efectivamente às suas necessidades, esclarecendo o Cliente antecipadamente dos custos e riscos das operações a efectuar.

Em caso de conflito, os interesses dos Clientes têm prevalência sobre os interesses do Grupo e dos Colaboradores.

Os Colaboradores não participarão em qualquer operação que tenha qualquer relação com os seus interesses particulares.

O Grupo e os Colaboradores actuam no sentido de garantir o respeito das normas legais, regulamentares e internas aplicáveis à prevenção de fraudes e branqueamento de capitais.

b // Política de comunicação de irregularidades

A política de comunicação de irregularidades do BES assenta nas seguintes linhas gerais:

- a) Natureza complementar: A comunicação de irregularidades, pelos colaboradores do BES, pode apenas ocorrer quando os mecanismos institucionais (auditorias e inspecções) não funcionem ou não funcionem atempadamente.
- b) Categorias de colaboradores sujeitos ao dever de comunicação: Todos os colaboradores do BES.
- c) Comunicações anónimas: Não são admitidas nem serão tidas em conta comunicações anónimas, garantindo-se no entanto absoluta confidencialidade acerca da identificação do colaborador que efectuar a comunicação, desde que tal confidencialidade seja solicitada.
- d) Não retaliação: Não serão tomadas quaisquer medidas contra os colaboradores que notifiquem comportamentos irregulares. Adverte-se contudo de que terão de ser comunicadas práticas concretas e indicada a causa invocada da sua irregularidade, não sendo admissíveis alegações vagas sobre pessoas.

e) Entidade que recolhe as comunicações: Comissão de Auditoria, nos termos legais.

f) Entidade que investiga as comunicações: Consoante a matéria que for objecto da comunicação, o processo de investigação da mesma poderá ser atribuído pela Comissão de Auditoria, ao Departamento de Auditoria e Inspeção ou ao *Compliance Officer*.

g) Arquivo das comunicações: Quando seja manifesta a falta de credibilidade das comunicações, as mesmas são de imediato destruídas. Quando dêem origem a processos internos de investigação, são arquivadas confidencialmente até à conclusão dos respectivos processos. Caso das investigações efectuadas não resulte qualquer procedimento, disciplinar ou legal, as comunicações serão destruídas no prazo de 3 meses a contar da data em que forma enviadas.

3.5.2 // Negócios entre a Sociedade e os Administradores

Todos os negócios e operações realizados pela Sociedade com membros dos órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades em relação de domínio ou de grupo são cumulativamente celebrados em condições normais de mercado para operações similares e fazem parte da actividade corrente do Banco. Carecem, ainda, de parecer da Comissão de Auditoria e posterior aprovação pelo Conselho de Administração.

O montante de crédito concedido a membros do Órgão de Administração do BES foi o seguinte:

	2006	2007
Crédito Concedido (milhares de euros)	8 620	12 418

04

Accionistas e Acção BES

4.1 // Capital Social e Acção BES

O capital social do BES é de 2 500 milhões de euros, representado por 500 milhões de acções com valor nominal de 5 euros cada.

No Banco Espírito Santo,

- a) Não existe capital subscrito não liberado nem capital autorizado não emitido;
- b) Não existem quaisquer obrigações convertíveis, *warrants* e/ou acções com direitos especiais ou privilégios;
- c) Não existem modos de aumento exponencial da influência de accionistas, não se encontrando figuras como *golden shares* ou *priority shares*;
- d) Não existem acordos parassociais de que o BES tenha conhecimento com incidência sobre o exercício do direito de voto;
- e) Não existe voto plural;
- f) Não estão consagrados limites ao exercício do direito de voto;
- g) Não existe qualquer restrição estatutária à aquisição ou transmissão de acções;
- h) Não existem disposições estatutárias especialmente dedicadas às alterações do capital, seguindo tais alterações o regime geral previsto na lei;
- i) Qualquer aumento do capital social tem de ser previamente autorizado por deliberação da Assembleia Geral de Accionistas.

O Grupo BES tem também acções preferenciais sem direito a voto emitidas pela subsidiária BES Finance, Ltd. (sociedade detida a 100% pelo BES), que totalizam 600 milhões de euros, representados por 600 000 acções com valor nominal de 1 000 euros cada. Esta emissão é totalmente garantida pelo BES. As acções preferenciais estão cotadas na Bolsa do Luxemburgo.

4.1.1 // Medidas tendentes a evitar uma oferta pública de aquisição

O BES não dispõe de qualquer medida susceptível de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição.

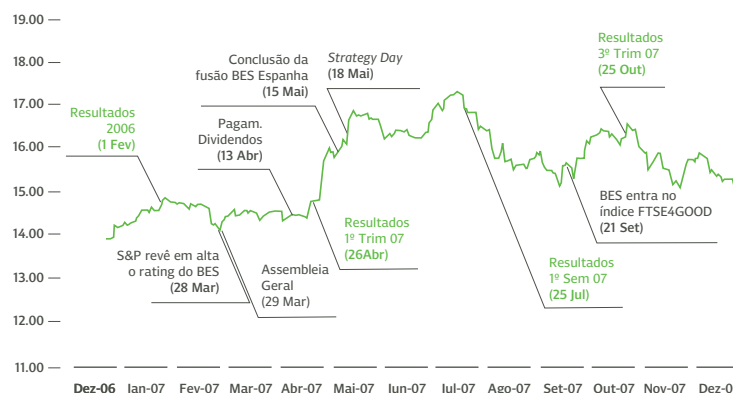
- a) Não existe qualquer acordo parassocial ou aliança estratégica que vise interferir no sucesso de uma oferta pública.
- b) Não existem defesas estatutárias, como a criação de votos múltiplos ou plurais ou limitações dos direitos de voto.
- c) Não existem acções preferenciais ou quaisquer acções sem direitos de voto emitidas pelo BES.
- d) Não existem categorias de acções com direitos especiais.
- e) Não existem maiorias qualificadas previstas nos Estatutos.
- f) Não existem exigências especiais de qualificação para o Conselho de Administração.
- g) O mandato de todos os administradores termina na mesma data.

4.1.2 // Cotação das acções e política de dividendos

a // Cotação das Acções do BES

As acções do BES apresentaram uma valorização anual de 10,1% em 31 de Dezembro de 2007, tendo terminado o ano com uma cotação de 15 euros por acção.

Evolução da acção BES em 2007



Os acontecimentos mais relevantes comunicados ao mercado e ocorridos durante o exercício de 2007 foram os que seguidamente se descrevem.

Janeiro

- 01 O Grupo BES divulga os resultados consolidados do exercício de 2006. O resultado líquido do exercício totalizou 420,7 milhões de euros, o que representa um crescimento homólogo de 50% e corresponde a uma rentabilidade dos capitais próprios (ROE) de 14,7%.

Março

- 28 A agência internacional de rating *Standard & Poor's* revê em alta os ratings do BES e do BES Investimento para A-/A-1 de A-/A-2, com *outlook* estável.
- 29 Em Assembleia Geral, os accionistas do BES aprovam o relatório de gestão, as contas individuais e consolidadas do exercício de 2006 e a respectiva aplicação de resultados. Foi ainda aprovada a eleição de Jean Yves Hoher como membro do Conselho de Administração, substituindo nesse cargo Michel Victor François Villatte que renunciou ao seu mandato em 7 de Fevereiro 2007. Na mesma Assembleia foi aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, nomeadamente o pagamento de um dividendo de 0,40 euros por acção.

Abril

- 13 Pagamento dos dividendos relativos ao exercício de 2006, no valor bruto de 0,40 euros por acção, o que representa um *payout ratio* de 47,5% em base consolidada.
- 26 O Grupo BES divulga os resultados do 1º trimestre de 2007 que totalizam 139,8 milhões de euros, o que representa um crescimento homólogo de 33% e corresponde a uma rentabilidade de capitais próprios (ROE) de 15,3%.

Maior

- 08 O Banco Espírito Santo informa que foi concluído o processo de fusão por incorporação da sua filial em Espanha, com o objectivo de alcançar uma maior eficiência operativa, através da utilização de estruturas comuns, e também potenciar o aumento da actividade junto do segmento de empresas.
- 18 Na sexta edição *Strategy Day*, o BES anuncia ao mercado a revisão em alta dos objectivos estratégicos para 2006-2010.

Julho

- 25 O Grupo BES comunica ao mercado os resultados do 1º semestre de 2007, que atingem 366,8 milhões de euros, o que representa um crescimento homólogo de 83% e corresponde a uma rentabilidade de capitais próprios (ROE) de 20,5%.

- 26 O BES comunica ao mercado que Patrick Coudène renunciou às funções que desempenhava no Conselho de Administração, tendo sido designado por cooptação Michel Goutorbe para sua substituição.

Setembro

- 21 O Banco Espírito Santo integra o índice *FTSE4Good*⁽¹⁾, o que reflecte o seu posicionamento enquanto instituição socialmente responsável. O BES é o único banco português a integrar este índice.

Outubro

- 10 O BES comunica ao mercado que o Vice-Presidente do Conselho de Administração, Jean Gaston Pierre Marie Victor Laurent, renunciou ao cargo para o qual tinha sido eleito na Assembleia Geral de Accionistas realizada a 30 de Março de 2004.
- 25 O Grupo BES comunica que o resultado relativo aos primeiros nove meses do ano totalizou 487,8 milhões de euros, o que representa um crescimento homólogo de 60% e uma rentabilidade de capitais próprios (ROE) anualizado de 17,9%.

Novembro

- 29 O Banco Espírito Santo é considerado o melhor banco do ano em Portugal pela revista "*The Banker*", publicação pertencente ao grupo *Financial Times*.

Dezembro

- 31 O Grupo BES encerra o exercício de 2007 com um resultado líquido de 607,1 milhões de euros, o que traduz um crescimento homólogo de 44,3% e uma rentabilidade de capitais próprios (ROE) de 16,6%.

A informação relativa aos principais acontecimentos de 2007, incluindo comunicados e apresentações, encontra-se disponível no site do BES (www.bes.pt/investidor).

(1) O *Footsie4Good* é um índice de referência internacional em termos de empresas cotadas com as melhores práticas em prol do desenvolvimento sustentável.

A evolução mensal da cotação das acções do BES, desagregada pelos seus valores máximo, mínimo, médio e último do mês, no decorrer de 2007, foi a seguinte:

2007	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Máxima	14,73	14,91	14,58	14,82	17,40	17,09	17,98	17,19	16,28	16,98	16,78	16,16
Mínima	13,61	14,00	13,80	14,05	14,78	16,26	16,48	15,31	14,98	15,70	15,00	14,75
Média *	14,21	14,57	14,24	14,39	16,34	16,64	17,27	16,09	15,68	16,55	15,66	15,61
Última	14,73	14,00	14,29	14,72	17,03	16,48	17,21	15,88	15,90	16,72	15,88	15,00

(*)Cotação média ponderada com o volume de transacções
Fonte: Bloomberg

b // Descrição da política de dividendos

O Banco procura distribuir aos seus accionistas dividendos que representem, pelo menos, 50% do resultado líquido individual. No entanto, tal intenção está dependente da evolução das condições financeiras e dos resultados do BES e de outros factores que o Conselho de Administração considere relevantes.

Verifica-se, no entanto, que o *payout ratio* em base consolidada nos últimos cinco anos ronda um valor estável em torno de 38% a 47% (calculado com base no resultado líquido consolidado).

Neste contexto, e conforme consta da proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2007, o Conselho de Administração do BES vai apresentar à Assembleia Geral a proposta de pagamento de um dividendo bruto por acção no valor de 0,48 euros. Excluindo os resultados extraordinários de 2007, o montante proposto para distribuição aos accionistas corresponde a um *payout ratio* de 43%, que compara com 47,5% em 2006 (não excluindo os resultados extraordinários, o *payout* consolidado é de 39,5%).

	Dividendo Bruto (euros)	Nº Acções Emitidas	Dividendo Bruto por Acção (euros)	Payout Ratio	
				Base Individual	Base Consolidada
2003	99 000 000	300 000 000	0,33	51,60%	39,60%
2004	110 400 000	300 000 000	0,368	54,00%	40,10%
2005	120 000 000	300 000 000	0,4	63,10%	42,80%
2006	200 000 000	500 000 000	0,4	77,70%	47,50%
2007	240 000 000	500 000 000	0,48	48,50%	39,50%*

* Excluindo os factores de natureza não recorrente (resultados extraordinários) o payout ratio em base consolidada seria 43,0%

4.2 // Accionistas do BES

4.2.1 // Quadros estatísticos sobre accionistas do BES

Em 31 de Dezembro de 2007 o capital social do BES encontrava-se repartido da seguinte forma:

	% Capital
Particulares e Empresários em Nome Individual	6,3%
Empresas	1,7%
Institucionais e Bancos Custodiantes ⁽¹⁾	35,5%
Accionistas de referência ⁽²⁾	56,5%

(1) Accionistas institucionais e bancos custodiantes registados na Central de Valores Mobiliários.

(2) Inclui todos os accionistas titulares de uma participação qualificada directa, conforme descrito no ponto 4.2.2. do presente relatório, ou seja, não inclui direitos de voto imputáveis nos termos do artigo nº 20 do CVM, à excepção dos direitos de voto inerentes à participação indirecta da Portugal Telecom através dos Fundos de Pensões geridos pela Previsão, SGFP cujos associados são empresas do Grupo PT.

A estrutura accionista do BES era em 31 de Dezembro de 2007 a seguinte:



(*) Inclui participações detidas por Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento, Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões, Sociedades Gestoras de Patrimónios, Bancos Custodiantes, entre outros.

(**) ENI – Empresários em Nome Individual;

4.2.2 // Participações qualificadas no BES

a // Identificação dos titulares de participações qualificadas

Os titulares de participações qualificadas calculadas nos termos do artigo nº 20 do Código dos Valores Mobiliários (CVM) são os seguintes:

Participações Qualificadas	Dez-07	
	N.º acções	% direitos de voto
BESPAR - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.		
- directamente	200 000 000	40,00%
- através dos membros dos seus Órgãos de Administração e Fiscalização	932 221	0,19%
Total imputável	200 932 221	40,19%
CRÉDIT AGRICOLE, S.A. (França)		
- directamente	54 032 850	10,81%
Total imputável	54 032 850	10,81%
BRADPORT, SGPS, S.A.		
- directamente	15 250 000	3,05%
Total imputável	15 250 000	3,05%
HERMES PENSIONS MANAGEMENT, LTD		
- directamente	10 158 374	2,03%
Total imputável	10 158 374	2,03%
PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.		
- através dos Fundos de Pensões cujos associados são empresas do Grupo PT e que são geridos pela PREVISÃO - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	13 107 904	2,62%
- através dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização do Grupo PT	77 535	0,02%
Total Imputável	13 185 439	2,64%
ESPÍRITO SANTO FINANCIAL GROUP, S.A. (Luxemburgo)		
- directamente	6 475 169	1,30%
- através da BESPAR, SGPS, S.A. (sociedade dominada pela Espírito Santo Financial (Portugal), SGPS, S.A. que por sua vez é participada em 100% pela Espírito Santo Financial Group S.A.)	200 932 221	40,19%
- através dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização	95 728	0,02%
- através de empresas por si dominadas directa e indirectamente e / ou elementos das suas administrações efiscalizações	5 423 466	1,08%
Total imputável	212 926 584	42,59%
ESPÍRITO SANTO INTERNATIONAL, S.A. (Luxemburgo)		
- através da ESPÍRITO SANTO FINANCIAL GROUP, S.A.	212 926 584	42,59%
- através de empresas por si dominadas directa e indirectamente e por elementos das suas administrações e fiscalizações	87 967	0,02%
Total imputável	213 014 551	42,60%

b // Participações relevantes do BES em accionistas titulares de participações qualificadas.

Na Portugal Telecom, SGPS, S.A.:

- Uma participação directa de 51 598 328 acções, correspondentes a 5,03% do capital social.
- Nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, ao BES são imputáveis os direitos de voto correspondentes a 79 924 811 acções, representativos de 7,79% do capital social.

No Banco Bradesco, S.A.:

- Uma participação de 47 779 080 acções ordinárias, correspondente a 4,73% do capital ordinário com direito de voto.



4.2.3 // Participações dos administradores do BES

As participações accionistas e obrigacionistas dos membros do Órgão de Administração do BES, em 31 de Dezembro de 2007, de acordo com o dispos-

to no n.º 5 do artigo n.º 447 do Código das Sociedades Comerciais, eram as seguintes:

Accionistas/Obrigacionistas	Títulos	Nº títulos à data de 31/12/2006	Data	Movimentos em 2007		Preço unitário / Euros	Nº títulos à data de 31/12/2007
				Aquisições	Alienações		
António Ricciardi	Acções BES	150 000	07/05/02	50 000	0	15,00	200 000
Sociedade por si dominada		0	07/09/27	50 000		15,51	
			07/11/07	25 000		15,50	75 000
Ricardo Espírito Santo Salgado	Acções BES	436 880		0	0		436 880
	Acções Fiduprivate	20					20
Mário Mosqueira do Amaral	Acções BES	99 998	07/04/05	0	5 446	14,38	94 552
	Acções Fiduprivate	20					20
José Manuel Espírito Santo	Acções BES	124 725		0	0		124 725
	Acções Fiduprivate	20					20
António Souto	Acções BES	54 730	07/04/05	0	7 780	14,38	46 950
	Obrigações BESI Cabaz Mundial	7 500	07/08/31	0	7 500	10,00	0
	Obrigações Besi Dual 5%	2 500					2 500
Jorge Martins	Acções BES	72 158	07/12/28	0	5 416	15,11	66 742
Aníbal de Oliveira	Acções BES	155 832	07/01/16	20 000	0	14,15	
			07/02/01	20 000		14,89	195 832
	Obg ES Invest PLC 5% 28/05/2010	25					25
	Obg BES Inv 30/11/2011	6 000					6 000
	Obg BESI Range Accrual	10 000					10 000
José Ferreira Neto	Acções BES	37 321	07/05/15	0	14 441	16,44	22 880
Manuel Ferreira Espírito Santo	Acções BES	1 064					1 064
José Maria Ricciardi	Acções BES	36 055	07/04/05	0	12 709	14,38	
			07/12/28	0	3 791	15,11	19 555
Jean-Luc Guinoiseau	Acções BES	51 507		0	0		51 507
Rui Silveira	Acções BES	56 397	07/04/05	0	25 935	14,38	30 462
	Obrigações BES Finance 2035	100	07/07/02	0	100	743,83	0
Joaquim Goes	Acções BES	53 333		0	0		
			07/12/28	0	5 416	15,11	47 917
	Obrigações BES Finance 2035	160					160
Pedro Fernandes Homem	Acções BES	72 133	07/05/07	0	25 216	15,85	
			07/12/28	0	5 416	15,11	41 501
Mário Martins Adegas	Acções BES	166 667		0	0		166 667
	Obrigações ES Inv 5% 2024	150					150
	Obrigações BES Finance 2035	50					50
Ricardo Espírito Santo	Acções BES	56 783	07/04/05		15 679	14,38	
			07/04/11	1 600		14,18	
			07/04/13	300		14,23	43 004
Amílcar Moraes Pires	Acções BES	54 133	07/08/02	0	15 000	16,74	
			07/11/20	0	10 000	15,29	
			07/12/04	0	4 842	15,74	24 291
José Pena	Obrigações BES Finance 2035	60					60

As acções BES detidas pelos Administradores do BES totalizam, em 31 de Dezembro de 2007, 1 614 529 acções, representativas de cerca de 0,3% do capital do Banco.

De acordo com o regulamento do SIBA aprovado em Assembleia Geral de 20 de Junho de 2000, os administradores executivos estão abrangidos pela atribuição de acções ao abrigo do referido Programa, nos termos determinados pela Comissão de Vencimentos, conforme descrito no ponto 3.4.1. do presente relatório.

4.2.4 // Participações dos Colaboradores do Grupo BES

No próximo quadro, apresenta-se a evolução da participação accionista dos trabalhadores do Grupo BES nos últimos três anos, decorrente da atribuição de acções no âmbito do SIBA.

milhares de euros

	2005	2006	2007
Nº acções detidas por trabalhadores no âmbito do SIBA	7 617	5 668	3 483
% do Capital Social	2,54	1,13	0,7

4.2.5 // Aquisição de Acções próprias

milhares de euros

	2005	2006	2007
Nº acções próprias	0	0	0
% do Capital Social	0%	0%	0%

Em 31 de Dezembro de 2007, as demonstrações financeiras do Grupo BES incluíam as acções enquadradas no âmbito do SIBA (Sistema de Incentivos Baseado em Acções), cujo tratamento contabilístico obedece às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), e se encontra devidamente justificado nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras. Neste contexto, estão contabilizadas como acções próprias 3 483 milhares de acções com um custo de 41 437 milhares de euros.

A realização de operações sobre acções próprias não é livre, encontrando-se dependente de uma prévia deliberação da Assembleia Geral dos Accionistas. A última autorização para este efeito foi concedida na Assembleia Geral de 29 de Março de 2007. Esta autorização vigora por um período de 18 meses.

4.3 // Participação em Assembleia Geral

Em Portugal, os Accionistas deliberam sobre as matérias que lhes são especialmente atribuídas pela lei ou pelo contrato de sociedade e sobre as que não estejam compreendidas nas atribuições de outros órgãos da sociedade. Os Accionistas só podem deliberar sobre a prática de actos de gestão ou de administração a pedido do Conselho de Administração. Deve ser realizada pelo menos uma Assembleia Geral anual.

4.3.1 // Principais Competências da Assembleia Geral

- a) Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício;
- b) Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- c) Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, podendo proceder à destituição, ou manifestar a sua desconfiança, quanto a administradores ou directores;
- d) Proceder à eleição dos administradores e dos membros da comissão de auditoria;
- e) Decidir sobre a remuneração dos administradores, directamente ou através de uma comissão de vencimentos por si eleita;
- f) Autorizar os administradores a exercer actividade concorrente com a da Sociedade;
- g) Deliberar sobre a emissão de qualquer categoria de acções, ordinárias ou preferenciais e também sobre a emissão de obrigações convertíveis em acções (o Conselho de Administração pode deliberar a emissão das restantes obrigações);
- h) Deliberar sobre a aquisição e alienação de acções próprias;
- i) Deliberar sobre a acção de responsabilidade a intentar pela sociedade contra administradores ou directores;
- j) Deliberar sobre quaisquer alterações ao contrato social, incluindo aumentos de capital, redução, fusão, cisão, transformação e dissolução da sociedade.

4.3.2 // Composição da Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário. Os membros da Mesa são eleitos por períodos de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição, e podem ser ou não accionistas.

Em Assembleia Geral de 18 de Dezembro de 2006 foram eleitos os seguintes novos membros da Mesa da Assembleia Geral até ao final do mandato que terminou em 31 de Dezembro de 2007:

Paulo de Pitta e Cunha (Presidente)

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, é doutorado em Direito (Ciências Jurídico-Económicas) pela mesma Universidade, onde é Professor Catedrático desde 1980. Desde 1984 é Professor Catedrático da Universidade Católica Portuguesa. É Presidente da Direcção do Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Exerce em Lisboa a actividade de jurisconsulto e advogado. É Advogado Especialista" nas áreas de Direito Fiscal e Direito Europeu.

Fernão de Carvalho Fernandes Thomaz (Vice-Presidente)

Licenciado em Direito (Ciências Jurídicas) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Tem uma pós-graduação em Fiscalidade, ministrada pelo ISG. Exerce, desde 1960, a advocacia em acumulação com a de administrador de empresas e de docente universitário.

Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo (Secretário)

Licenciado em Direito na Universidade Católica Portuguesa. Tem um Mestrado em Direito da mesma Universidade e uma pós-graduação em Fiscalidade, ministrada pelo ISG. Desde Setembro de 1999, é assistente estagiário da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Desde Outubro de 2005 exerce as funções de Assessor Jurídico do Conselho de Administração da ESCOM – Espírito Santo Commerce, S.A.

4.3.3 // Regras de funcionamento da Assembleia

A Assembleia Geral é convocada sempre que o Conselho de Administração ou a Comissão de Auditoria o entendam conveniente. Deve ainda ser convocada sempre que o requererem um ou mais accionistas que possuam acções correspondentes a, pelo menos, 5% do capital social.

A Assembleia Geral ordinária deve reunir no prazo de três meses a contar do final do ano ou no prazo de cinco meses a contar da mesma data quando se tratar de sociedades que devam apresentar contas consolidadas.

Accionistas que possuam acções correspondentes a, pelo menos, 5% do capital social podem requerer que na ordem do dia de uma Assembleia Geral já convocada ou a convocar sejam incluídos determinados assuntos.

Durante os quinze dias anteriores à data da Assembleia Geral são facultados à consulta dos accionistas, na sede da sociedade:

- a) Os nomes completos dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, bem como da mesa da Assembleia Geral;
- b) A indicação de outras sociedades em que os membros dos órgãos sociais exerçam cargos sociais, com excepção das sociedades de profissionais;
- c) As propostas de deliberação a apresentar à assembleia pelo órgão de administração, bem como os relatórios ou justificação que as devam acompanhar;
- d) Quando estiver incluída na ordem do dia a eleição de membros dos órgãos sociais, os nomes das pessoas a propor, as suas qualificações profissionais, a indicação das actividades profissionais exercidas nos últimos cinco anos, designadamente no que respeita a funções exercidas noutras empresas ou na própria sociedade, e do número de acções da sociedade de que são titulares;
- e) Quando se tratar da Assembleia Geral anual, o relatório de gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas, incluindo a certificação legal das contas e o parecer e o relatório anual da comissão de auditoria.

O BES disponibiliza igualmente esta documentação na página *web* da Sociedade (www.bes.pt), bem como as convocatórias para a realização de cada Assembleia Geral, juntamente com qualquer outra informação que possa ser considerada relevante pelos accionistas que pretendam exercer o direito de voto, aí se incluindo a indicação de contactos para o esclarecimento de qualquer dúvida.

Em primeira data de convocação, a Assembleia Geral dos Accionistas não poderá reunir sem estarem presentes ou representados accionistas titulares de acções representativas de pelo menos cinquenta por cento do capital social, sejam quais forem os assuntos da ordem de trabalhos. Em segunda convocação, a Assembleia pode deliberar seja qual for o número de accionistas presentes ou representados e o capital por eles representado.

A Assembleia Geral delibera por maioria dos votos emitidos. Contudo, as deliberações sobre a alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução da sociedade ou outros assuntos para os quais a Lei exija maioria qualificada de determinada percentagem do capital social ou dos direitos de voto, devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos, quer a Assembleia reúna em primeira, quer em segunda convocação.

Informação preparatória da Assembleia Geral de Accionistas de 31 de Março de 2008 e meios de Informação disponíveis

	Disponibilizados pelo BES		Outros canais
	Presencialmente	Internet (www.bes.pt/investidor)	Site CMVM (www.cmvm.pt)
Elementos obrigatórios			
Convocatória	X	X	X
Propostas do Conselho de Administração	X	X	-
Relatório e Contas referente ao exercício de 2007	X	X	X
Outros cargos de administração e fiscalização desempenhados noutras sociedades pelos membros dos órgãos sociais	X	X	X
Elementos adicionais disponibilizados pelo BES			
Minutas para o exercício do direito de voto por representação	X	X	-
Boletins de voto para o exercício de voto por correspondência postal	X	X	-
Esclarecimento de questões	X	X	-
Estatutos do BES	X	X	-
Resultados das votações das propostas	X	X	X

4.3.4 // Direitos dos Accionistas em Assembleia

a // Informação

Em Assembleia Geral, todos os accionistas podem requerer que lhes sejam prestadas informações verdadeiras, completas e elucidativas que lhes permitam formar opinião fundamentada sobre os assuntos sujeitos a deliberação. O dever de informação abrange as relações entre a sociedade e outras sociedades com ela coligadas.

As informações referidas só podem ser recusadas se a sua prestação puder ocasionar grave prejuízo à sociedade ou a outra sociedade com ela coligada ou violação de segredo imposto por lei.

b // Presença em Assembleia e regras sobre representação

Só podem estar presentes e participar na Assembleia Geral ou em cada uma das suas sessões, em caso de suspensão, os accionistas com direito de voto cujas acções se encontrem inscritas em seu nome em conta de registo de valores mobiliários no quinto dia útil anterior ao designado para a reunião da Assembleia Geral.

Até ao quinto dia antes do dia da reunião devem os accionistas que pretendam fazer-se representar, nos termos da Lei, apresentar na sociedade os instrumentos de representação e bem assim as pessoas colectivas indicar quem as representará. O Presidente da Mesa poderá, contudo, admitir a participação na Assembleia dos representantes não indicados dentro desse prazo, se verificar que isso não prejudica os trabalhos da Assembleia.

A antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na Assembleia Geral é de cinco dias úteis.

Os accionistas sem direito de voto e os obrigacionistas não podem assistir às Assembleias Gerais. No entanto, poderão, se pretenderem assistir à Assembleia Geral, solicitar uma autorização ao Presidente da Assembleia Geral através da página *web* da Sociedade (accionista@bes.pt) ou através do Secretário do BES (Tel: 21 350 1010). Os accionistas sem direito de voto e os obrigacionistas que assistam à Assembleia Geral não podem participar na discussão da ordem de trabalhos.

De modo a confirmar a identidade das entidades admitidas a participar na Assembleia, ou de quem validamente os represente, poderá ser solicitada à entrada da Assembleia Geral a identificação pessoal, mediante a apresentação de Passaporte ou Bilhete de Identidade Nacional.

c // Direito de Voto

A cada cem acções corresponde um voto, mas os accionistas titulares de menos de cem acções podem agrupar-se, de forma a completarem o número exigido, ou um número superior, e fazer-se representar por um dos agrupados.

Não existem limites ao direito de voto nem acções que confirmam voto plural ou qualquer direito especial de voto.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, existem impedimentos legais de voto. Um accionista não pode votar, nem por si, nem por representante, nem em representação de outrem, quando a lei expressamente o proíbe e ainda quando a deliberação incida sobre situações como a da existência de um litígio entre a sociedade e o accionista ou de qualquer relação, estabelecida ou a estabelecer, entre a sociedade e o accionista, não prevista no contrato de sociedade.

Um accionista que disponha de mais de um voto não pode fraccionar os seus votos para votar em sentidos diversos sobre a mesma proposta ou para deixar de votar com todas as suas acções providas de direito de voto.

Um accionista que represente outros pode votar em sentidos diversos com as suas acções e as dos representados e bem assim deixar de votar com as suas acções ou com as dos representados.

d // Voto por correspondência e voto por meios electrónicos

As convocatórias para as Assembleias Gerais incluem a indicação de que o direito de voto pode ser exercido por correspondência. O modo como se processa o escrutínio dos votos por correspondência consta igualmente da convocatória.

Para facilitar a votação por correspondência, e para os accionistas que o pretendam, o BES disponibiliza uma minuta de boletim de voto por correspondência. Esta minuta pode ser solicitada junto do Secretário do BES (Fernando Quintais Lopes, Tel: 21 350 10 10) ou no sítio da sociedade (www.bes.pt). Nas minutas disponibilizadas, a declaração de voto indica os pontos da ordem de trabalhos a que respeita, bem como, quando for o caso, a proposta concreta de deliberação a que se destina.

O voto por correspondência não impede a representação do accionista na Assembleia Geral. O número de votos exercidos por correspondência é incluído para a contagem do quorum constitutivo da Assembleia Geral, devendo valer, igualmente, para a segunda convocação da Assembleia Geral para o

qual foi emitido. O prazo mínimo que deve mediar entre a recepção da declaração de voto por correspondência e a data de realização da Assembleia Geral é de três dias úteis.

Os votos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à data da sua emissão.

O Secretário da Sociedade e o Presidente da Mesa da Assembleia Geral verificam a autenticidade do voto e asseguram, até ao momento da votação, a sua confidencialidade, nos seguintes termos: os votos por correspondência são imediatamente entregues ao cuidado do Secretário da Sociedade, que os guarda e entrega ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral no momento da votação de cada ponto.

O voto por correspondência é revogável a todo o momento. A presença na Assembleia Geral do Accionista que votou por correspondência, bem como a do seu representante, deve ser entendida como revogação do respectivo voto por correspondência. Actualmente não é admitido o voto electrónico.

e // Dados estatísticos sobre presenças em assembleias e votações

Participação dos Accionistas nas Assembleias Gerais

	30.03.2005	17.04.2006	18.12.2006	29.03.2007
% Capital social Presente ou Representado	73%	69,79%	66,76%	66,49%

Percentagens de aprovação das principais deliberações das Assembleias Gerais ocorridas nos últimos três anos em função do capital social

	30.03.2005	17.04.2006	18.12.2006	29.03.2007
Aprovação do Relatório de Gestão e Contas Individuais e Consolidados	72%	70%	-	66%
Aprovação da Proposta de Aplicação de Resultados	72%	70%	-	66%
Apreciação da Administração e Fiscalização	72%	70%	-	66%
Deliberação sobre aquisição e posterior venda de acções próprias.	72%	-	-	66%
Eleição dos Administradores Bernard Delas e Miguel Horta e Costa ^[1]	72%	-	-	-
Eleição dos Administradores Nuno Godinho de Matos e António Oliveira Pinto		69%		
Aprovação de aumento de capital social por incorporação de reservas e subscrição reservada a accionistas		70%		
Ratificação da designação por cooptação do Administrador João Freixa ^[2]			65%	
Alteração dos Estatutos			65%	
Comissão de Auditoria e ROC			65%	
Preenchimento de lugar vago na Comissão de Vencimento				65%
Eleição do Administrador Jean Yves Hocher ^[3]				65%

[1] Para preenchimento de dois lugares vagos no Conselho de Administração por renúncia de Michel le Masson e Francisco Murteira Nabo.
[2] Para preenchimento de um lugar vago no Conselho de Administração por renúncia de Herman Agnessens
[3] Para preenchimento de um lugar vago no Conselho de Administração por renúncia de Michel Villatte

05

Informação ao Mercado

Gabinete de Relações com Investidores

O Gabinete de Relações com Investidores comunica ao mercado toda a informação relativa a resultados, eventos, ou quaisquer factos relativos ao Grupo BES com interesse para a comunidade financeira, prestando ainda directamente informação a accionistas, investidores e analistas. A relação do BES com a CMVM e a divulgação de informação através desta entidade de supervisão sob a forma de comunicados e/ou factos relevantes é assegurada pelo Representante para as Relações com o Mercado e com a CMVM.

São regularmente elaboradas apresentações, comunicados ou *press releases* sobre os resultados trimestrais, semestrais ou anuais, bem como sobre quaisquer factos relativos à vida societária passíveis de interesse para a comunidade financeira em geral e os accionistas e investidores em particular. São ainda promovidas reuniões regulares com accionistas e potenciais investidores. Adicionalmente, o BES participa em diversas conferências internacionais promovidas por bancos de investimento.

O sítio na *internet* (www.bes.pt/investidor) e a ValorBES (*newsletter* trimestral para accionistas) são meios privilegiados na divulgação de toda a informação relevante (incluindo informação de divulgação obrigatória e outra). O BES disponibiliza, ainda, através da *internet*, informação relativa ao seu Modelo de *Corporate Governance*, às Assembleias Gerais, o calendário de eventos societários, bem como a possibilidade de contacto ou solicitação de qualquer esclarecimento no âmbito da sua relação com accionistas, investidores e analistas. É ainda possível solicitar o envio regular de informação ou o Relatório e Contas do BES ou de qualquer outra empresa do Grupo. Para além do sítio da *internet*, a utilização do correio electrónico (accionista@bes.pt ou investidor@bes.pt) é cada vez mais frequente para resposta ou esclarecimento de questões colocadas ao BES.

Informação disponível no site www.bes.pt 

	Online	Para download
Sobre o BES		
Missão e Objectivos, Principais Marcos Históricos, Estrutura do Grupo, Presença Internacional e Estrutura Accionista, Identidade dos titulares dos órgãos sociais	✓	
Governo da Sociedade		
Modelo de Corporate Governance do BES, Órgãos Sociais e principais competências, Administração da Sociedade (competências, modelo de gestão, <i>Curriculum</i> dos Administradores Executivos e Remuneração), Fiscalização da Sociedade, Estrutura Accionista, Participações Qualificadas e Participações dos Administradores, Política de Dividendos, Direitos dos Accionistas, Planos de Atribuição e Aquisição de Acções, Sociedade, Organização, Divulgação da Informação, Estatutos do BES, Relatório do Governo da Sociedade	✓	✓
Accionista		
"Valor BES", Informação sobre as Assembleias Gerais : Convocatória, Propostas e Boletins de Voto.	✓	✓
Responsabilidade Social		
Programa "Realizar Mais", Relação com os Colaboradores, Relação com os Clientes, Relação com os Fornecedores, Fotografia, Comunidade e Meio Ambiente.	✓	✓
Informação Financeira		
Resultados Trimestrais, Semestrais e Anuais, Relatórios e Contas, Indicadores.	✓	✓
Comunicações ao Mercado		
Factos relevantes e outros Comunicados, Apresentações de Resultados e <i>Strategy Day</i> , Apresentações Institucionais, Calendário de Eventos Societários.	✓	✓
Ação BES		
Informação sobre Acções (dividendos, aumentos de capital, retorno) e Analistas de Acções.	✓	
Informação de Dívida		
Acções Preferenciais, EMTN & ECP, securitização, <i>Rating</i> , Analistas de <i>Fixed Income</i>	✓	✓
Informação Útil		
<i>Links</i> úteis, questões mais frequentes	✓	
Contactos		
Gabinete de Relações com Investidores, respectivas funções e meios de acesso. Representante para as Relações com o Mercado e com a CMVM	✓	



Qualquer investidor interessado pode contactar o BES por via postal, telefónica ou electrónica, estando os seguintes endereços também disponíveis no site do investidor do BES:

Gabinete de Relações com Investidores

Avenida da Liberdade, 195 – 11.º

1250-142 Lisboa

Tel. / Fax: (351) 21 359 7390 / (351) 21 359 7309

E-mail: accionista@bes.pt ou investidor@bes.pt

Website: <http://www.bes.pt/investidor>

Representante para as Relações com o Mercado e com a CMVM

Júlio André

Avenida da Liberdade, 195 – 14.º

1250-142 Lisboa

Tel. / Fax: (351) 21 350 88 38 / (351) 21 350 12 89

E-mail: juandre@bes.pt

ANEXOS

SUCESSO NÃO É TANTO O QUE TEMOS, MAS O QUE SOMOS

Jim Rohn

BES
art COLEÇÃO
BRANCO
ESPÍRITO SANTO

CANDIDA HÖFER
b. 1944, Alemanha
Palácio da Ajuda VIII
C-print
200 x 258cm
CH-398 AP1

© Candida Höfer/VG Bild-Kunst, Bonn 2006





Anexo 01

Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas

1 // A sociedade deve assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade criar um gabinete de apoio ao investidor.

2 // Não deve ser restringido o exercício activo do direito de voto, quer directamente, nomeadamente por correspondência, quer por representação. Considera-se, para este efeito, como restrição do exercício activo do direito de voto: a) a imposição de uma antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral superior a 5 dias úteis; b) qualquer restrição estatutária do voto por correspondência; c) a imposição de um prazo de antecedência superior a 5 dias úteis para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência; d) a não existência de boletins de voto à disposição dos accionistas para o exercício do voto por correspondência.

3 // A sociedade deve criar um sistema interno de controlo, para a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa, em salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu governo societário.

4 // As medidas que sejam adoptadas para impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas. Consideram-se nomeadamente contrárias a estes interesses as cláusulas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.

5 // O órgão de administração deve ser composto por uma pluralidade de membros que exerçam uma orientação efectiva em relação à gestão da sociedade e aos seus responsáveis.

5-A // O órgão de administração deve incluir um número suficiente de administradores não executivos cujo papel é o de acompanhar e avaliar continuamente a gestão da sociedade por parte dos membros executivos. Titulares de outros órgãos sociais podem desempenhar um papel complementar ou, no limite, sucedâneo, se as respectivas competências de fiscalização forem equivalentes e exercidas de facto.

6 // De entre os membros não executivos do órgão de administração deve incluir-se um número suficiente de membros independentes. Quando apenas

existir um administrador não executivo este deve ser igualmente independente. Titulares independentes de outros órgãos sociais podem desempenhar um papel complementar ou, no limite, sucedâneo, se as respectivas competências de fiscalização forem equivalentes e exercidas de facto.

7 // O órgão de administração deve criar comissões de controlo internas com atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários.

8 // A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada por forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade e deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais.

8-A // Deve ser submetida à apreciação pela assembleia geral anual de accionistas uma declaração sobre política de remunerações dos órgãos sociais.

9 // Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração.

10 // Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros do órgão de administração e/ou trabalhadores. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições gerais a que o mesmo deverá obedecer.

10-A // A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seio da sociedade, com os seguintes elementos: indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações, indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante. As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório do governo das sociedades.

11 // Os investidores institucionais devem tomar em consideração as suas responsabilidades quanto a uma utilização diligente, eficiente e crítica dos direitos inerentes aos valores mobiliários de que sejam titulares ou cuja gestão se lhes encontre confiada, nomeadamente quanto aos direitos de informação e de voto.

Anexo 02

Cargos Sociais Exercidos pelos Membros do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo

António Luís Roquette Ricciardi

A. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Conselho Superior do Grupo Espírito Santo (Presidente)
 Bespar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vice-Presidente)
 Banque Espírito Santo et de la Vénétie, S.A. (Presidente Honorário)
 Banque Privée Espírito Santo, S.A. (Vogal)
 Espírito Santo Control, S.A. (Presidente)
 Espírito Santo International, S.A. (Presidente)
 Espírito Santo Financial Group, S.A. (Vogal)
 Espírito Santo Resources Limited (Administrador)
 Espírito Santo Resources (Portugal), S.A. (Presidente)
 Espírito Santo Services, S.A. (Presidente)
 Espírito Santo Tourism (Portugal) – Consultoria de Gestão Empresarial, S.A. (Presidente)

Assembleia Geral

Espírito Santo Golfes, S.A. (Presidente)
 Espírito Santo Property Holding (Portugal), S.A. (Presidente)
 Espírito Santo Resources (Portugal), S.A. (Presidente)
 Espírito Santo Tourism (Portugal) - Consultoria de Gestão Empresarial, S.A. (Presidente)
 Espírito Santo Viagens - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
 Gestres - Gestão Estratégica Espírito Santo, S.A. (Presidente)

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Presidente)
 BES Finance, Ltd. (Vogal)
 BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, S.A. (Presidente)
 ES Tech Ventures - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
 ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
 Espírito Santo Bank (Vogal)
 Espírito Santo – Empresa de Prestação de Serviços 2, A.C.E. (Presidente)
 Espírito Santo Ventures, Sociedade de Capital de Risco, S.A. (Presidente)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Banque Espírito Santo et de la Vénétie (Vogal)
 Banco Bradesco, S.A. (Vogal)
 Bespar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
 Casa dos Pórticos - Sociedade de Administração de Bens, S.A. (Presidente)
 Banque Privée Espírito Santo, S.A. (Vogal)
 ES Bankers (Dubai) Limited (Presidente)

Espírito Santo Control, S.A. (Vogal)
 E.S. Holding Administração e Participações, S.A. (Vice-Presidente)
 Espírito Santo Financial (Portugal) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
 Espírito Santo Financial Group, S.A. (Presidente)
 Espírito Santo Financial Services Inc. (Vogal)
 Espírito Santo International, S.A. (Vogal)
 Espírito Santo Resources Limited (Vogal)
 Espírito Santo Saúde - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
 Espírito Santo Services, S.A. (Vogal)
 Partran - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
 Sociedade de Administração de Bens Pedra da Nau, S.A. (Presidente)
 ESFG Overseas, Limited (Presidente)
 NYSE Euronext (Membro do “Board of Directors”; Membro do “Human Resources & Compensation Committee”)

Mário Mosqueira do Amaral

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

BES Finance, Limited (Vogal)
 Banco Espírito Santo North American Capital Corporation (Presidente)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Amaral & Pinto - Empreendimentos Imobiliários, S.A. (Presidente)
 Banque Marocaine du Commerce Extérieur (Vogal e Membro da Comissão de Auditoria)
 Espírito Santo International, S.A. (Vice-Presidente)
 Bespar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
 Banque Privée Espírito Santo, S.A. (Vogal)
 Coporgest - Companhia Portuguesa de Gestão e Desenvolvimento Imobiliário, S.A. (Vogal)
 Espírito Santo Control, S.A. (Vice-Presidente)
 Espírito Santo Financial Group, S.A. (Vogal)
 Espírito Santo Resources Limited (Vogal)
 Espírito Santo Services, S.A. (Vogal)

Assembleia Geral

Gesfimo - Espírito Santo, Irmãos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. (Presidente)
 Herdade da Comporta, S.A. (Presidente)

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Vogal)
 ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)

Espírito Santo Bank (Vogal)

Espírito Santo Financial Consultants, Gestão de Patrimónios, S.A (Presidente)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Bespar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)

Banque Espírito Santo et de la Vénétie, S.A. (Vogal)

Banque Privée Espírito Santo, S.A. (Presidente)

Espírito Santo Control, S.A. (Vogal)

ESFG Overseas Limited (Vice-Presidente)

Espírito Santo Financial (Portugal) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vice-Presidente)

Espírito Santo Financial Group, S.A. (Vice-Presidente)

Espírito Santo International, S.A. (Vogal)

Espírito Santo Resources Limited (Vogal)

Espírito Santo Services, S.A (Vogal)

Europ Assistance - Companhia Portuguesa Seguros Assistência, S.A. (Vogal)

Fiduprivate - Sociedade de Serviços, Consultoria, Administração de Empresas, S.A. (Presidente)

António José Baptista do Souto

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

Besleasing & Factoring, IFIC, S.A. (Presidente)

Espírito Santo Data - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Angra Moura - Sociedade de Administração de Bens, S.A. (Presidente)

Companhia de Seguros Tranquilidade, SA (Vogal)

SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A. (Vogal)

Jorge Alberto Carvalho Martins

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A. (Vogal)

Conselho Fiscal

Agência de Desenvolvimento Regional de Entre-o-Douro e Tâmega (Presidente)

Conselho Superior

Primus, Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A. (Vogal)

Aníbal da Costa Reis de Oliveira

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

ACRO, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)

Diliva - Sociedade de Investimentos Imobiliários, S.A. (Presidente)

Espírito Santo Financial (Portugal), Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)

Espírito Santo International, S.A. (Vogal)

Olinveste, Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda. (Gerente)

Saramagos – Sociedade Produtora de Energia, S.A. (Presidente)

Olinerg – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)

Oliren – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)

Mesa da Assembleia Geral

Olífil Têxteis, S.A (Presidente)

Texarte Têxteis, S.A. (Presidente)

José Manuel Ferreira Neto

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)

ES Recuperação de Crédito, ACE (Presidente)

Parsuni, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda. (Zona Franca da Madeira) (Gerente)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Sogesis – Gestão de Investimentos e Serviços, S.A. (Vogal)

Conselho Fiscal

Fundação Cultursintra (Presidente)

Manuel de Magalhães Villas-Boas

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Vogal)

BES Finance Limited (Administrador)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

ESFG Overseas Limited (Vogal)

Espírito Santo Financial Group, S.A. (Vogal)

Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

Espírito Santo Bank (Vogal)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Conselho Superior do Grupo Espírito Santo (Membro)

Academia de Música de Santa Cecília (Presidente do Conselho Administrativo Não Executivo)

Bespar – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)

Espírito Santo Control, S.A.. (Vogal)

Espírito Santo Financial Group, S.A. (Vogal)

Espírito Santo Health & SPA, S.A. (Presidente)

Espírito Santo Industrial S.A. (Presidente)

Espírito Santo International, S.A.(Vogal)

Espírito Santo Resources, Limited (Presidente da Comissão Executiva)

Espírito Santo Resources (Portugal), S.A. (Vogal)

Espírito Santo Services, S.A (Vogal)

Espírito Santo Tourism (Europe), S.A. (Presidente)

Espírito Santo Tourism (Portugal) - Consultoria de Gestão Empresarial, S.A. (Vice-Presidente)

Euroamerican Finance Corporation, Inc. (Presidente)

Herdade da Comporta – Actividades Agro Silvícolas e Turísticas, S.A. (Presidente)

PT Multimédia, Serviços de Telecomunicações e Multimédia, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)

Santogal – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)

Sociedade de Investimentos Imobiliários Sodim, S.A. (Vogal)

Assembleia Geral

Espart - Espírito Santo Participações Financeiras, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)

Sociedade Imobiliária e Turística da Quinta do Peru, S.A. (Presidente)

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Vice-Presidente e Presidente da Comissão Executiva)

BES Investimento do Brasil, S.A. (Presidente)

ES Recuperação de Crédito, ACE (Vogal)

Mesa da Assembleia Geral

ESAF – Espírito Santo Gestão de Patrimónios, S.A (Vice-Presidente)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Espírito Santo Financial Group S.A. (Vogal)

Conselho Geral e de Supervisão

EDP – Energias de Portugal, S.A (Vogal)

Conselho Fiscal

Sporting Clube de Portugal (Vice-Presidente)

Assembleia Geral

Espart - Espírito Santo Participações Financeiras - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vice-Presidente)

Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau

Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

Espírito Santo – Informática, ACE (Presidente)

Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Mesa da Assembleia Geral

Banco Espírito Santo dos Açores, S.A. (Presidente)

BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, S.A. (Presidente)

ESAF - Espírito Santo Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. (Presidente)

ESAF - Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (Presidente)

ESAF - Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A. (Presidente)

ESAF - Espírito Santo Participações Internacionais, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)

Capital Mais - Assessoria Financeira, S.A. (Presidente)

ES Tech Ventures – SGPS, S.A. (Presidente)

ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)

Espírito Santo Data - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)

ESAF – Espírito Santo Gestão de Patrimónios, S.A (Presidente)

Espírito Santo Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A (Presidente)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Sociedade de Administração de Bens, Casa de Bons Ares, S.A. (Vogal)

Cimigest – SGPS, S.A. (Vogal)

Sociedade de Silvicultura Monte do Arneirinho, Lda. (Gerente)

Conselho Fiscal

Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. (Vogal)

Mesa da Assembleia Geral

Bespar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)

Casa dos Pórticos – Sociedade de Administração de Bens, S.A. (Secretário)

BES, Companhia de Seguros, S.A. (Presidente)
 ESEGUR - Empresa de Segurança, S.A. (Vice-Presidente)
 Espírito Santo Equipamentos de Segurança, S.A. (Presidente)
 SGPICE - Sociedade de Serviços de Gestão de Portais na Internet e de Consultoria de Empresas, S.A. (Secretário)
 Esumédica - Prestação de Serviços Médicos, S.A. (Presidente)
 Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros de Assistência, S.A. (Vice-Presidente)
 Espírito Santo Saúde - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
 Fundo de Turismo - Capital de Risco, S.A. (Presidente)
 Fundo de Turismo - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. (Presidente)
 Oblog Consulting, S.A. (Presidente)
 Partran - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
 T - Vida - Companhia de Seguros, S.A. (Presidente)

Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

Espírito Santo Data, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
 ES Tech Ventures, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
 Espírito Santo - Empresa de Prestação de Serviços 2, A.C.E. (Vogal)
 Espírito Santo Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S.A. (Vogal)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

BES - Companhia de Seguros, S.A. (Vogal)
 Portugal Telecom, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)

Conselho Fiscal

Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Ajuda (Presidente).
 Fundação da Universidade Católica Portuguesa (Presidente)

Pedro José de Sousa Fernandes Homem

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
 Espírito Santo Financial Consultants, Gestão de Patrimónios, S.A. (Vogal)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Spinnaker Global Opportunity Fund Ltd. (Administrador)

Mário Martins Adegas

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Conselho Fiscal

E Tempus, SGPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente).

Outros cargos exercidos

Fundação Económicas (Presidente do Conselho Geral)
 Conselho Económico e Social (Membro / Sector Financeiro)
 Ordem dos Economistas (Colégio de Especialidade de Economia e Gestão Empresariais)

Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Campeque, Lda (Gerente)

Lázaro de Mello Brandão

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Banco Bradesco, S.A. (Presidente)
 Banco Bradesco Luxembourg, S.A. (Presidente)
 Bradesco Leasing, S.A. (Presidente)
 Bradespar, S.A. (Presidente)
 Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações (Presidente)
 Elo Participações e Investimentos, S.A. (Presidente)
 Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Presidente)

Conselho Deliberativo

Caixa Beneficente dos Funcionários do Bradesco (Presidente)

Directoria

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações (Director-Presidente)
 Elo Participações e Investimentos, S.A. (Director-Presidente)
 NCF Participações S.A. (Director-Presidente)
 Nova Cidade de Deus Participações S.A. (Director-Presidente)
 Fundação Bradesco (Director-Presidente)
 Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Director-Presidente)
 Top Clube Bradesco, Segurança, Educação e Assistência Social (Director-Presidente)

Gerência

Bradport - Sociedade Gestora de Participações Sociais, Sociedade Unipessoal, Lda. (Gerente)

Mesa Regedora

Fundação Bradesco (Presidente)
 Mesa da Assembleia Geral
 Banco Bradesco S.A. (Presidente da Assembleia Geral de Accionistas)

Bradespar, S.A. (Presidente da Assembleia Geral de Accionistas)
 Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações(Presidente da Assembleia Geral de Accionistas)
 Elo Participações e Investimentos, S.A. (Presidente da Assembleia Geral de Accionistas)
 Fundação Bradesco (Presidente da Mesa Regedora)
 NCF Participações, S.A. (Presidente da Assembleia Geral de Accionistas)
 Nova Cidade de Deus Participações, S.A. (Presidente da Assembleia Geral de Accionistas)

Outros cargos

Banco Bradesco S.A (Coordenador do Comité de Remuneração)
 Fundação Getúlio Vargas (Membro Vogal do Conselho Curador)

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Conselho de Administração

Órgão de Administração

Banco Espírito Santo de Angola (Presidente)
 Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Vogal)
 BES Finance Limited (Administrador)
 BES Investimento do Brasil, S.A. (Vogal)
 Espírito Santo Investimentos, S.A. (Brasil) (Presidente)
 Espírito Santo Bank (EUA) (Vice-Presidente)

Directoria

BES Investimento do Brasil, S.A. (Presidente)
 Espírito Santo Investimentos, S.A (Brasil) (Presidente)
 GESPAR S/C Ltda. (Brasil) (Director)

Conselho Fiscal

Banco Espírito Santo do Oriente, S.A. (Presidente)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Conselho de Administração

Agriways, S.A. (Brasil) (Vice-Presidente)
 Bradespar, S.A. (Brasil) (Vogal)
 Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil (Vogal)
 Companhia Agrícola Botucatu (Presidente)
 E.S. Holding Administração e Participações, S.A. (Brasil) (Vogal)
 Espírito Santo Control, S.A. (Vogal)
 Espírito Santo International, S.A (Vogal)
 Euroamerican Finance Corporation, Inc. (BVI) (Vogal)
 Companhia Brasileira de Desenvolvimento Imobiliário Turístico - Invest Tur Brasil (Vogal)
 Monteiro Aranha, S.A. (Brasil) (Vogal)
 Pojuca,S.A. (Brasil) (Presidente)

Directoria

Associação Espírito Santo Cultura (Brasil) (Director)
 Companhia Agrícola Botucatu (Presidente)
 E.S. Holding Administração e Participações, S.A. (Brasil) (Presidente)
 Europ Assistance (Brasil) (Director)
 ESAI - Espírito Santo Activos Imobiliários Ltda. (Brasil) (Director)
 ESAP Brasil Agro-Pecuária (Director)
 ESCAE - Administração e Participações Ltda. (Brasil) (Director)
 ES Consultoria, Ltda. (Brasil) (Director)
 Inter-Atlântico S.A. (Brasil) (Presidente)
 Pojuca Administração, S.A. (Brasil) (Presidente)
 Quinta da Baroneza Emp.e Part Ltda. (Director)
 Terras de Bragança Participações Ltda. (Director)
 Seicor - Comércio Administração e Participações S.A. (Brasil) (Presidente)
 Sintra Empreendimentos Imobiliários Ltda (Director)

Conselho Fiscal

Banco Bradesco, S.A. (Vogal)

Conselho Consultivo

Associação Brasileira de Bancos Internacionais, S.A (Vogal)
 Portugal Telecom - Brasil (Vogal)

Bernard Henri Georges De Wit

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Banco del Desarrollo (Chile) (Administrador)
 Bespar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Administrador)
 Crédit Uruguay Banco, S.A. (Uruguai) (Vice-Presidente)
 Emporiki Bank (Grécia) (Administrador)
 Europabank, N.V.(Bélgica) (Administrador)
 Inversora del Suquia, S.A. (Argentina) (Administrador)
 Meridian Bank (Sérvia) (Presidente)
 Sicsa S.A. (Argentina) (Administrador)

Outros cargos

Index Bank (Ucrânia) (Membro do “Supervisory Board”)

José Manuel Ruivo da Pena

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Conselho Fiscal

BES, Companhia de Seguros, S.A. (Presidente)
 BES - Vida, Companhia de Seguros, S.A. (Presidente)
 Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. (Presidente)
 Partran - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.(Presidente)

Jean-Frédéric de Leusse

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

BSF Bank Saudi Al Fransi (Arábia Saudita) (Administrador)
 BESPAP – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (vogal)
 Crédit Agricole Egypt S.A.E. (Vice-Presidente)
 Emporiki Bank (Grécia) (Presidente)
 IUB Holding (Presidente)

Órgão de Fiscalização

De Dietrich (França) (Membro)

Outros cargos

Credit Agrlcole,S.A.(“Directeur Groupe Développement International-Directeur de la Banque de Détail à l'International”; Membro do “Comité Executif”)

Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

Bank Espírito Santo International Limited (Presidente)
 Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Vogal)
 Banco Espírito Santo do Oriente, S.A. (Vogal)
 BES Finance Limited (Vogal).
 ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
 BIC – International Bank, Limited (Presidente)
 Espírito Santo PLC (Vogal)
 BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A (Vogal)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Portugal Telecom, SGPS, S.A. (Vogal)

Bernard Delas

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

BES – Companhia de Seguros, S.A (Vice-Presidente)
 BES – Vida, Companhia de Seguros, S.A (Vice-Presidente)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Credit Agricole Reinsurance (Administrador)
 Crédit Agricole Japan Limited (Administrador)
 Crédit Agricole Risk Insurance (Administrador)
 Pacifica (França) (Administrador)
 PO Vita (Italie) (AdmInistrador)

Órgão de Fiscalização

Gimar Finance (França) (Membro do “Conseil de Surveillance”)
 Credit Agricole Life Insurance (Sérvia) (Presidente do “Conseil de Surveillance”)

Outros Cargos

Crédit Agricole, S.A (“Directeur de l'Assurance à l'International”)
 Finaref Insurance Company Ltd (Membro do “Managing Committee”)
 Finaref Life Ltd. (Membro do “Managing Committee”)
 Space Holding (Irlanda) (Membro do “Managing Committee”)
 Space Reinsurance Company Ltd (Membro do “Managing Committee”)

Miguel António Igrejas Horta e Costa

A. Cargos sociais exercidos em empresas dentro do Grupo BES

Órgão de Administração

Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Vice-Presidente do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Carbon Assets Fund (EUA) (Administrador)
 Sociedade de Administração de Bens Casa da Holanda, S.A (Presidente)
 Bindcity – Soluções de relacionamento Digital, S.A.,(Presidente)

Conselho Consultivo

Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações (APDC) (Membro)
 Orizon – Investimentos Imobiliários e Turísticos, S.A. (Presidente)

Outros cargos

Associação Portuguesa da Soberana e Militar Ordem de Malta (Vice-Presidente)
 CIEP - Confederação Internacional dos Empresários Portugueses (Presidente da Comissão Executiva)
 Fundação Batalha de Aljubarrota (Administrador)
 Fundação Luso Brasileira (Vice-Presidente)
 Prémio Infante D. Henrique (Presidente da Direcção)
 ACP - Automóvel Clube de Portugal (Vice-Presidente da Direcção)
 Club de Golf do Campo Real (Presidente Honorário)
 Clube Naval de Cascais (Comodoro)
 Cônsul Honorário da República de El Salvador em Portugal
 Embaixador da Soberana e Militar Ordem de Malta na República de Cabo Verde

Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Mesa da Assembleia Geral

VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A (Presidente)

Alberto Alves de Oliveira Pinto

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Galp Energia, SGPS, S.A. (Vogal)

João Eduardo Moura da Silva Freixa

Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

Banco Espírito Santo dos Açores, S.A. (Vice-Presidente)

Jean-Yves José Hocher

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Banque de Gestion Privée Indosuez (Administrador)

Pacifica (Administrador)

La Medicale de France (Administrador)

Gecina (Representante permanente de Predica, Administrador)

Siparex (Representante permanente de Predica, “Censeur”)

Caisse d’Assurances Mutuelles du Credit Agricole (Administrador)

Fédération Française des Sociétés d’Assurance (Membro do “Bureau”, Membro da “Comission Exécutive”)

Agro Paris Tech (Administrador)

Attica (Administrador)

Órgão de Fiscalização

Korian (Membro do “Conseil de Surveillance”)

Unipierre Assurance (Presidente do “Conseil de Surveillance”)

Outros cargos

Credit Agricole, SA (“Directeur du Pôle Assurances”, Membro do “Comité Executif”)

Groupement Français des Bancassurers (Presidente)

Mouvement des Entreprises de France (Membro da “Assemblée Générale”)

Predica (“Directeur Général non Administrateur”)

Michel Joseph Paul Goutorbe

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

Besleasing e Factoring, - Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Vogal)

ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)

BES - Vida, Companhia de Seguros, S.A (Vogal e Presidente da Comissão Executiva)

BES, Companhia de Seguros, S.A. (Vogal e Presidente da Comissão Executiva)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Banco Credibom, S.A (Vogal)

Informações Gerais

Acções do BES

Em 31 de Dezembro de 2007 o capital social do Banco Espírito Santo encontrava-se representado por 500 000 000 acções com o valor nominal de 5 euros cada, que se encontram admitidas à cotação na Euronext Lisboa. Nesta data, as acções do BES faziam parte de 28 índices bolsistas, entre os quais se destacam os seguintes: PSI 20, *Euronext 100*, *Dow Jones Eurostoxx*, *Dow Jones Stoxx 600 Banks*, *FTSE All World Developed*. O Grupo BES tem ainda admitidas à cotação na Luxembourg Stock Exchange 600 000 acções preferenciais sem direito a voto com o valor nominal de 1 000 euros, emitidas pela BES Finance, Ltd.

Informações

Os accionistas, investidores ou analistas deverão enviar os seus pedidos de informação ou questões para:

Banco Espírito Santo

Gabinete de Relações com Investidores

Avenida da Liberdade, 195 - 11.^º

1250-142 Lisboa

Tel. / Fax: (351) 21 359 7390 / (351) 21 359 7309

<http://www.bes.pt/investidor>

E-mail: accionista@bes.pt ou investidor@bes.pt

Relatório e Contas, comunicados e outras informações encontram-se disponíveis na página do BES na *Internet* no endereço <http://www.bes.pt/investidor>.

Data	Evento Societário
28 de Janeiro de 2008	Divulgação de Resultados de 2008
31 de Março de 2008	Assembleia Geral de Accionistas
Abril de 2008	Pagamento dos dividendos relativos ao exercício de 2007
29 de Abril de 2008	Divulgação dos Resultados do 1º Trimestre 2008
30 de Julho de 2007	Divulgação dos Resultados do 1º Semestre 2008
Até 28 de Setembro de 2008	Publicação do Relatório e Contas Semestral
28 de Outubro de 2008	Divulgação dos Resultados do 3º Trimestre 2008

ISIN Code: PTBESOAM0007

Reuters Ticker – BES.LS

Bloomberg Ticker – BES PL

BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.
Sede Social - Av. da Liberdade, 195
1250 - 142 Lisboa - Portugal

Capital Social: 2 500 000 000 euros // Registo C.R.C. de Lisboa nº 1607 // NIPC 500 852 367

Fotografias:
Colecção Banco Espírito Santo



Design e desenvolvimento:
Linha 21 Marketing e Publicidade

